



# **COMISSÃO DA VERDADE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA**

**Profa. Joana D'Arc Bizzotto Lopes**

## **RELATÓRIO**

Londrina – 2025



### **Reitora**

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marta Regina Gimenez Favaro

### **Vice-Reitor**

Prof. Dr. Airton José Petris

## **COMISSÃO DA VERDADE – UEL**

### **Presidente**

Prof. Dr. Cesar Bessa

### **Equipe de Pesquisa**

#### **Docentes**

Prof. Dr. Alcides José Sanches Vergara  
Prof. Dr. André Lopes Ferreira  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Edméia Ribeiro  
Prof. Dr. Evaristo Emidio Colman Duarte  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Izângela Maria Sansoni Tonello de Oliveira  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Leila Jeolás  
Prof. Dr. Nelson Fujita  
Prof. Dr. Nilson Magagnin Filho  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Raquel Kritsch

#### **Estudantes**

Anaeliza Barbosa Rosisca  
Beatriz Maciel de Souza  
Fernando Ulian Leme  
Gustavo Lima Barbosa  
Jaqueline Sorprezo  
Luan Prado Piovani  
Matheus da Rosa Torres  
Natália Akiko Nasu  
Paulo Henrique dos Santos Silva  
Thales Theodoro Gomes

Wictoria Amanda da Silva Jardins

#### **Servidores**

Arnaldo Francisco Correa de Melo  
Prof. Dr. Edson José Holtz Leme  
Manoel Ronaldo Carvalho Paiva

#### **Comunidade Externa**

Paulo Magno Cicero Leite

## Lista de Ilustrações

Figura 1. O Reitor Oscar Alves recebe militares no CLCH da UEL [década de 1970] .....	199
Figura 2. O Reitor Oscar Alves recebe militares no CLCH da UEL [década de 1970] .....	199
Figura 3. O Reitor Oscar Alves recebe militares no CLCH da UEL [década de 1970] .....	199
Figura 4. Documento do SNI “autorizando” a contratação de docentes após verificação de antecedentes e dados pessoais. ....	288
Figura 5. Exército e polícia impedem a realização do Debate sobre a Constituinte em Londrina. ....	37
Figura 6. Exército e polícia impedem a realização do Debate sobre a Constituinte em Londrina.....	388
Figura 7. Exército e polícia impedem a realização do Debate sobre a Constituinte em Londrina.....	38
Figura 8. Exército e polícia impedem a realização do Debate sobre a Constituinte em Londrina.....	40
Figura 9. Sequestro da impressora do DCE pela UEL.....	65
Figura 10. Estudantes em frente ao DCE Livre da FUEL.....	67
Figura 11. Estudantes protestando contra o fechamento do DCE.....	68
Figura 12. Documento do DOPS sobre a demissão do Prof. Tsutomu Higashi.....	77
Figura 13. Documento do DOPS sobre a demissão do Prof. Tsutomu Higashi.....	78
Figura 14. Demissão do Prof. Oswaldo Coimbra.....	79
Figura 15. Demissão do Prof. Oswaldo Coimbra.....	79
Figura 16. Ficha do Prof. Oswaldo Coimbra no DOPS.....	80

## Lista de Abreviaturas

**ASI - Assessoria de Segurança e Informações**

**AESI - Assessoria Especial de Segurança e Informações**

**CNV - Comissão Nacional da Verdade**

**CEV-PR - Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná**

**CV-UEL - Comissão da Verdade da Universidade Estadual de Londrina**

**DCE - Diretório Central dos Estudantes**

**DSI - Divisão de Segurança e Informações**

**DSI-MEC - Divisão de Segurança e Informações - Ministério da Educação**

**DOPS - Delegacia de Ordem Política e Social**

**FUEL - Fundação Universidade Estadual de Londrina**

**MEC - Ministério da Educação**

**NDPH - UEL - Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica Enezila de Lima**

**SAUEL - Sistema de Arquivos da UEL**

**SINDIPROL/ADUEL - Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região**

**SFICI - Serviço Federal de Informações e Contrainformações**

**SISNI - Sistema Nacional de Informações**

## Sumário

Lista de Ilustrações.....	7
Lista de Abreviaturas.....	8
Parte I.....	7
A Comissão da Verdade da Universidade Estadual de Londrina .....	7
Histórico de criação e funcionamento da CV-UDEL.....	7
A memória da ditadura na universidade antes da Comissão da Verdade/UDEL .....	12
Homenagem à professora Joana D’Arc Bizzotto Lopes .....	15
Parte II.....	17
A Universidade Estadual de Londrina e a Ditadura Militar .....	17
Implementação da Assessoria de Segurança e Informações na FUEL .....	17
A comunidade de informações, atuação da ASI e seu impacto sobre a comunidade universitária .....	20
Parte III.....	34
Violações de direitos na Universidade Estadual de Londrina .....	34
Depoimentos à Comissão da Verdade da UEL .....	34
ESTUDAR, ENSINAR E TRABALHAR NA UEL EM TEMPOS DE DITADURA .....	36
O debate que não aconteceu .....	36
Vigilância e monitoramento da comunidade universitária .....	42
Violência física e/ou psicológica.....	49
Cerceamento à liberdade de expressão/organização.....	58
Abertura política e manutenção da estrutura repressiva na UEL .....	62
Confisco de patrimônio do Movimento Estudantil .....	65
Demissões .....	69
Demissão do prof. Vanoly Acosta Fernandes .....	70
Demissão dos médicos do HU: João Amorin Filho, José Carlos Pareja, José Mário Marcondes dos Reis, Axel Werner Wulsmeyer e Lúcio Tedesco Marchese. ....	71
Demissão do Prof. Tsutomu Higashi.....	75
Demissão do prof. José Antonio Damasio Abib .....	80
Demissão da profa. Mirian Mager .....	80
Perseguição a professores demitidos ao buscar trabalho em outras universidades.....	81
Docentes demitidos por se oporem ao reitor Oscar Alves:.....	82
Prisões.....	83
Aluno: Arno André Giesen.....	83

<b>Aluno: Alcides Vitor Carvalho .....</b>	<b>84</b>
<b>Alunos presos no Encontro Nacional de Estudantes em Belo Horizonte (Marco Fabiani, Márcia Fujisawa e Marcelo Oikawa).....</b>	<b>85</b>
<b>Prof. Nelson Rodrigues dos Santos.....</b>	<b>86</b>
<b>Casos a serem analisados no futuro .....</b>	<b>89</b>
<b>Parte IV .....</b>	<b>91</b>
<b>SUGESTÕES DE REPARAÇÃO DA COMISSÃO DA VERDADE - UEL AO CONSELHO UNIVERSITÁRIO .....</b>	<b>91</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>93</b>
<b>Fontes documentais .....</b>	<b>94</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>96</b>
<b>Depoimentos.....</b>	<b>96</b>

## Parte I

# A Comissão da Verdade da Universidade Estadual de Londrina

## Histórico de criação e funcionamento da CV-UEL

As Comissões da Verdade fazem parte de um processo sociopolítico mais amplo conhecido como Justiça de Transição. Em geral, vemos esse tipo de iniciativa em países ou sociedades que passaram por experiências traumáticas como guerras civis, ocupações violentas ou governos autoritários, e que posteriormente se converteram em regimes formalmente democráticos. Segundo o Ministério Público Federal,

O objetivo central do processo de Justiça de Transição é o fortalecimento do Estado Democrático de Direito, com o desenvolvimento de garantias para que não se repitam violações em massa aos direitos humanos. Para alcançar esses objetivos, foram concebidas diversas estratégias judiciais e não judiciais. Em geral, essas medidas se desenvolvem nos campos da promoção da justiça, revelação da verdade, reparação das vítimas, preservação e divulgação da memória e implementação de reformas institucionais.<sup>1</sup>

Nessa perspectiva, com vistas a recompor o tecido social e consolidar a democracia, é preciso assegurar o acesso à justiça, à reparação, à memória e à verdade. No Brasil, como sabemos, a responsabilização dos violadores de Direitos Humanos a serviço da ditadura não pode ser alcançada devido à Lei de Anistia<sup>2</sup>, o que torna muito difícil esse tipo de reparação. Por outro lado, o direito à memória e à verdade pode ser garantido permitindo que a história seja contada a partir do testemunho das vítimas e seus familiares.

---

<sup>1</sup> O MPF e a Justiça de Transição no Brasil. Disponível em: <https://justicadetransicao.mpf.mp.br/entenda> Acesso em: 19 nov. 2024.

<sup>2</sup> Agência Senado. Lei da Anistia, 45 anos: debatedores cobram apuração de crimes da ditadura. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/08/27/lei-da-anistia-45-anos-debatedores-cobram-apuracao-de-crimes-na-ditadura> Acesso em: 18 nov. 2024.

Para nós, da Comissão da Verdade da Universidade Estadual de Londrina, desvelar o passado recente trazendo à luz as memórias dos estudantes, servidores e docentes que integravam a comunidade universitária naqueles anos foi o propósito central que motivou o surgimento do grupo de trabalho e o início das atividades de investigação. É objetivo da comissão propor reparações àqueles que, por conta de seu vínculo com a UEL, de alguma maneira foram atingidos pela repressão dos órgãos de segurança do Estado brasileiro, os quais contavam em alguns momentos com a convivência e mesmo com a participação de integrantes da própria universidade. Assim, entendemos que a verdade histórica das vítimas deve ser conhecida pela comunidade da UEL e a população de Londrina.

A instituição da CV-UEL é fruto de uma recomendação feita no âmbito das audiências públicas da Comissão Estadual da Verdade do Paraná, cujos trabalhos tiveram início no ano de 2012<sup>3</sup>. A equipe da Comissão Estadual colheu testemunhos em várias cidades paranaenses, realizando sua 7ª Audiência Pública nas dependências da Sala dos Conselhos da UEL, em agosto de 2014. Naquela ocasião, muitos depoentes citaram a universidade como um espaço de violação de direitos, o que chamou a atenção dos membros da Comissão Estadual. Por isso mesmo, foi solicitado à Universidade Estadual de Londrina que constituísse sua própria comissão, a qual deveria investigar e esclarecer possíveis violações cometidas em suas dependências ou contra membros de sua comunidade.

Cabe destacar que a Comissão Estadual da Verdade enviou dois ofícios à Reitoria da UEL requerendo informações e documentos de época para incorporar ao conjunto das investigações. O primeiro foi respondido apenas ao final da audiência pública de Londrina, em agosto de 2014, de modo que os dados fornecidos não puderam subsidiar

---

<sup>3</sup> “A Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná foi criada pela Lei 17362 - 27 de novembro de 2012, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, que prestará apoio administrativo às ações e atividades, que não terão caráter jurisdicional ou persecutório. A Comissão tem por finalidade examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticados no Estado do Paraná no período de 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988 além de contribuir com a Comissão Nacional da Verdade na consecução de seus objetivos previstos no artigo 3º da Lei Federal nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.” Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Comissao-Estadual-da-Verdade#:~:text=A%20Comiss%C3%A3o%20Estadual%20da%20Verdade,ter%C3%A3o%20car%C3%A1ter%20jurisdicional%20ou%20persecut%C3%B3rio>. Acesso em: 02 jun. 2023.



a tomada das oitavas; o segundo, por sua vez, não obteve resposta. O ofício não respondido, datado de 28 de julho de 2014, solicitava acesso à informação para investigar e esclarecer eventos, fatos, localizar vítimas e circunstâncias relativas às violações de Direitos Humanos ocorridas na UEL durante o regime militar. Dentre as informações, pedia-se a localização dos arquivos da ASI-FUEL (AESI), o esclarecimento de quando a assessoria foi criada e extinta, seus atos administrativos e vinculações, a cadeia de comando e os informantes desta agência. Além do processo do Prof. Tsutomu Higashi, requeria-se igualmente as pastas funcionais e processos de exoneração/punição dos cinco docentes demitidos no H.U. em 1979, demitidos e/ou impedidos de assumir seus cargos. Reclamava-se cópia e registro do monitoramento e edições do jornal *Poeira*. Por fim, solicitava-se também documentos constantes da ficha do DOPS do primeiro reitor da UEL, Ascêncio Garcia Lopes.

Para dar cumprimento ao Of. Nº 133/CEV de 22 de setembro de 2014, que solicitava a criação da Comissão da Verdade, a UEL instituiu, em reunião do Conselho Universitário realizada em 07 de novembro de 2014, a referida comissão; entretanto, ela ficou inativa. No ano seguinte, mais precisamente em 16 de novembro de 2015, foi assinada pela então Reitora, Prof. Dra. Berenice Quinzani Jordão, a Portaria nº 6244 reconstituindo a Comissão da Verdade/UEL<sup>4</sup>. A partir de sua oficialização, a Comissão teve diferentes formações, posto que alguns de seus participantes, por razões diversas, tiveram que deixar as atividades ao longo do tempo, sendo substituídos por outros componentes.

No histórico de funcionamento da CV-UEL é possível identificar várias etapas de trabalho. Num primeiro momento, foram realizadas pesquisas em arquivos públicos e coleções privadas para localizar documentos produzidos pelo aparato de informações da ditadura, além de outras fontes de época relevantes para os intuitos da comissão; a documentação recolhida integra hoje o Sistema de Arquivos UEL (SAUEL) e está sob a guarda do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica Enezila de Lima (NDPH - UEL).

---

<sup>4</sup> UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Gabinete da Reitoria. Portaria nº 6244, de 16 de novembro de 2015.

Para a realização de seu trabalho, a comissão solicitou apoio logístico e material da administração superior e do Conselho Universitário. Também decidiu estabelecer contato com integrantes das Comissões da Verdade Nacional e Estadual, recorrendo a seu acervo e publicações. Era importante resgatar o material referente à UEL presente nos arquivos dos organismos de controle, vigilância e repressão, como a ASI/AESI e o DOPS. Destaca-se, nesse sentido, o levantamento realizado no fundo DOPS - Delegacia de Ordem Política e Social do Arquivo Público do Paraná.

Em princípio, esperava-se conseguir naquele acervo os papéis da Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI-UEL), a qual funcionava no interior da universidade produzindo informações para os órgãos de segurança do regime militar. Contudo, percebeu-se rapidamente que o alcance da AESI ia além dos limites do campus, estendendo sua patrulha à movimentação política da cidade de Londrina e arredores. Assim, decidiu-se incluir na análise da Comissão da Verdade não apenas as pastas referentes à universidade e seus membros, mas também aquelas que mencionavam os opositores da ditadura na região, pois não era incomum que essas pessoas transitassem pela UEL.

Uma vez feita a catalogação preliminar, os microfilmes selecionados pela comissão foram comprados pela universidade e trazidos de Curitiba; em seguida, para facilitar seu manuseio e consulta, todas as microfichas foram convertidas em formato digital; vale dizer, o processo de digitalização foi custeado pelo Sindicato dos Professores de Londrina e Região / Associação dos Docentes da UEL, o SINDIPROL/ADUEL.

A leitura das microfichas revelou que durante as décadas de 1970 e 80 – até a redemocratização do país –, estudantes, servidores e professores da instituição eram observados de perto pela AESI. Os nomes sob a vigilância da assessoria acabavam constando de relatórios periodicamente enviados ao DOPS na capital do Estado. Justamente por conta dessas listas com “suspeitos de atividade subversiva”, a Comissão da Verdade/Uel pôde identificar violações de direitos e passou a convidar os nominados na documentação para que dessem seus testemunhos.

Ao mesmo tempo, examinou-se os arquivos do setor de Recursos Humanos da UEL a fim de identificar casos de docentes e técnicos demitidos à época por motivação

política. Essa pesquisa também resultou em convites para alguns depoimentos, os quais foram concedidos, até o início de 2020, sempre no espaço físico da universidade, salvo exceções. Com o início da pandemia de COVID-19, porém, esse trabalho foi interrompido, até que se decidiu por sua continuidade em formato remoto. Assim, mantendo a metodologia empregada nas entrevistas presenciais, mas por meio de ferramentas de comunicação à distância, a comissão pôde ouvir vários depoentes mesmo durante o período pandêmico.

Igualmente, como parte da investigação, conseguiu-se documentos na forma de empréstimos ou doações junto a entrevistados e pessoas que contribuíram com a comissão. Um exemplo é o arquivo pessoal doado pela professora Joana D'arc Bizzotto Lopes, docente do Departamento de Artes da UEL entre 1972 e 1975. Trata-se de um rico e variado acervo composto por jornais, revistas, fotografias e textos que contam a história da resistência ao regime militar na cidade de Londrina. Essa coleção foi recebida por integrantes da comissão e autoridades universitárias em uma cerimônia realizada em novembro de 2016, e está hoje organizada sob o título *Fundo Joana D'Arc Lopes* (JDL), podendo ser consultada no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica Enezila de Lima (NDPH-UEL)<sup>5</sup>.

Destaca-se ainda o esforço feito pela comissão para criar uma sistemática de trabalho na realização e processamento das entrevistas. Para tanto, contou-se com a ajuda de pessoas cuja experiência nesse tipo de processo pudesse contribuir com os objetivos estabelecidos. Assim, em 22 de janeiro de 2016, a convite da Comissão, esteve na universidade a pesquisadora Ariana Bazzano de Oliveira, integrante da Comissão Nacional da Verdade - CNV. Em sua fala, apresentou os marcos legais da justiça de transição, os objetivos das comissões da verdade, as metodologias empregadas além de dicas importantes para a condução da investigação, dos testemunhos e o resgate da memória e da verdade dos fatos ocorridos durante o regime militar.

Segundo Ariana:

---

<sup>5</sup> AGÊNCIA UEL. NDPH recebe acervo de professora perseguida na década de 70. 17 nov. 2016: Disponível em: [https://www.uel.br/com/agenciauelnoticias/index.php?arq=ARQ\\_not&FWS\\_Ano\\_Edicao=1&FWS\\_N\\_Edicao=1&FWS\\_Cod\\_Categoria=2&FWS\\_N\\_Texto=23914](https://www.uel.br/com/agenciauelnoticias/index.php?arq=ARQ_not&FWS_Ano_Edicao=1&FWS_N_Edicao=1&FWS_Cod_Categoria=2&FWS_N_Texto=23914) Acesso em: 28 out. 2024.

É muito importante se pensar que uma comissão da verdade vem para dar voz às vítimas e familiares. Para ter uma outra versão da história, que não seja aquela versão oficial. Então, um dos principais objetivos da comissão da verdade é dar voz às vítimas e reconstruir a estrutura de poder, o que significa identificar quem foram os responsáveis pelas violações. (Informação verbal)<sup>6</sup>

Nesse mesmo sentido, em julho de 2016, recebemos na UEL o Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, Olympio de Sá Souto Maior Neto, membro titular da Comissão Estadual da Verdade do Paraná - Teresa Urban, o qual nos falou das investigações em âmbito estadual<sup>7</sup>.

## A memória da ditadura na universidade antes da Comissão da Verdade/UEL

É notório que a Comissão da Verdade/UEL trouxe à luz um tema muito caro aos membros da comunidade universitária; todavia, por razões nem sempre claras e a despeito de sua relevância, a violação de direitos ainda não havia recebido o devido tratamento por parte da instituição.

A repressão a professores, servidores e estudantes no contexto da ditadura incorporou-se, sob a forma de memória individual, à trajetória de muitos dos que sofreram tais arbitrariedades; contudo, essa memória não sobreviveu apenas no plano individual, posto que foi partilhada por todo um grupo, e tampouco se restringe às pessoas que viveram aquele processo, sendo transmitida espontaneamente às gerações seguintes que passaram pelo campus. Em síntese, estamos lidando com um fenômeno coletivo.

Com o fim do regime militar e a paulatina normalização da vida na universidade, começou-se a desmontar a estrutura de segurança e informações que a ditadura, por intermédio da AESI, mantinha dentro da UEL. Mas o que foi feito com a documentação produzida ao longo de tantos anos de vigilância? O destino do material chamou a

---

<sup>6</sup> Palestra de Ariana Bazzano na Sala dos Conselhos da UEL (22/01/2016).

<sup>7</sup> AGÊNCIA UEL. UEL recebe integrante da Comissão Estadual da Verdade do Paraná. 07 jun.. 2016. Disponível em: [https://www.uel.br/com/agenciauelnoticias/index.php?arq=ARQ\\_not&FWS\\_Ano\\_Edicao=1&FWS\\_N\\_Edicao=1&FWS\\_N\\_Texto=22923&FWS\\_Cod\\_Categoria=2](https://www.uel.br/com/agenciauelnoticias/index.php?arq=ARQ_not&FWS_Ano_Edicao=1&FWS_N_Edicao=1&FWS_N_Texto=22923&FWS_Cod_Categoria=2) Acesso em: 28 out. 2016.

atenção de alguns docentes do então Departamento de História e Filosofia, os quais vinham trabalhando na comissão de reestruturação do Arquivo Histórico, órgão de apoio do Centro de Letras e Ciências Humanas. Em novembro de 1986, em ofício dirigido ao Reitor Jorge Bounassar Filho, essa comissão pediu “[...] a doação dos documentos reunidos pela ‘Assessoria Especial de Segurança e Informação’ - AESI - ao Arquivo Histórico deste departamento [...]”<sup>8</sup>.

Buscando atender ao pedido, a administração questionou o Prof. Luiz Emílio Ferreira Bueno – diretor da AESI quando de sua desativação – sobre o paradeiro dos arquivos, os quais não haviam sido integralmente localizados. Segundo um ofício do Gabinete do Reitor de 26 de fevereiro de 1987, o ex-assessor afirmou que “[...] parte dos documentos foi encaminhada aos respectivos órgãos de origem, não sendo de seu conhecimento o destino do restante da documentação.”<sup>9</sup> Esse ofício, na verdade, foi encaminhado ao Prof. Marco Antonio Fiori, Reitor da UEL entre 1982 e 1986, período em que se encerraram os trabalhos da assessoria, pedindo-lhe esclarecimentos “[...] especificamente no que diz respeito aos documentos cuja destinação se desconhece.”<sup>10</sup>

Ao que parece, não houve resposta imediata do ex-Reitor, uma vez que em 26 de março, exatamente um mês após ser indagado pela primeira vez, lhe seria encaminhado um novo ofício reiterando a solicitação<sup>11</sup>. Àquela altura, o sumiço dos papéis já era objeto de uma polêmica, pois o mesmo Fiori, no ano anterior, declarou em entrevista à *Folha de Londrina* que os documentos haviam sido queimados a seu pedido em 1982. Sobre o fim da AESI, comentou: “[...] O Brasil já vivia naquele momento uma nova direção política. Eu senti que não necessitava e nem desejava os serviços da assessoria, por isso a desativei. [...]”<sup>12</sup> Na sequência, explicando o desaparecimento dos fichários, disse: “[...] Eu não via a necessidade daqueles documentos e queria eliminá-los, porque não pretendia mexer com o que havia passado. Iniciávamos uma nova época, sem perseguições e sem revanchismos.”<sup>13</sup>

---

<sup>8</sup> OF. D. HIS-FIL 088/86.

<sup>9</sup> OF. R. 039/87.

<sup>10</sup> Id. Ibid.

<sup>11</sup> OF. GR. 032/87.

<sup>12</sup> COSTA, Osmani. O fim de uma vergonha. *Folha de Londrina*, Londrina, 24 ago. 1986, p.4.

<sup>13</sup> Id. Ibid.

Na mesma ocasião, outro entrevistado pelo jornal, o Prof. José Carlos Pinotti, Reitor que antecedeu Fiori no cargo, manifestou opinião completamente oposta. Para ele, “[...] Extinguir estes serviços ou deles abrir mão é sinal de burrice e incompetência. Aliás, eles sempre foram mal estruturados na UEL e deveriam, inclusive, ser aperfeiçoados [...]”<sup>14</sup> Pinotti, que alegava jamais ter utilizado a AESI para perseguição política e ideológica durante seu mandato, ainda era favorável à criação de “[...] um órgão novo e paralelo para cuidar da segurança e informações na universidade, ainda mais complexo e eficiente do que os existentes atualmente.”<sup>15</sup>

A virtual queima das fichas era vista por algumas pessoas como improvável, cogitando-se inclusive que elas teriam sido entregues à Polícia Federal. Assim pensava, por exemplo, o estudante Arnaldo Leonel Ramos Júnior, então presidente do DCE: “não acredito que o Fiori tenha feito isto; não acreditaria nem que visse as cinzas. Ninguém tem o direito de destruir parte tão importante da história da UEL; o material deve mesmo estar com a PF [...]”<sup>16</sup>. Ao ser consultado, o Reitor Jorge Bounassar Filho afirmou: “[...] Tentamos descobrir estes arquivos, mas não os encontramos. Essa situação é muito estranha. Eu jamais os utilizaria, mas acredito que de certa forma eles têm uma importância histórica e deveriam ser preservados [...]”<sup>17</sup>.

Mesmo ante a suposta destruição de parte dos documentos da AESI, a busca pelos registros desaparecidos não acabou. Posteriormente, como pôde ser apurado pela CV-UEL, foram feitas novas tentativas de localizá-los. Assim, no início dos anos 1990 a instituição voltou a procurar o ex-Diretor da assessoria, Luiz Emílio Ferreira Bueno, e lhe entregou um questionário acerca da questão<sup>18</sup>. Segundo Luiz Emilio, ele não cumpriu o pedido do Reitor Marco Antonio Fiori para queimar os papeis. Quando perguntado por que decidiu “empacotar e guardar os documentos”, respondeu: “Como eu podia dar fim a um documento que estava sob minha responsabilidade? A ASI estava desativada, mas

---

<sup>14</sup> Id. Ibid.

<sup>15</sup> Id. Ibid.

<sup>16</sup> Id. Ibid.

<sup>17</sup> Id. Ibid.

<sup>18</sup> Foram encontrados dois exemplares deste documento. Um deles, sem data, é datilografado e traz 16 questões ainda sem as respectivas respostas. Provavelmente se trata de uma minuta do questionário depois encaminhado ao Prof. Luiz Emílio Ferreira Bueno. O outro, datado de 19 de agosto de 1991, é totalmente manuscrito e conta com 19 perguntas, além das respostas do ex-Diretor da AESI.

não extinta. Minha intenção era só preservar e entregar nas mãos do Reitor. [...]”<sup>19</sup>  
Quanto à afirmação do próprio Fiori sobre a incineração do material, Luiz Emilio conclui da seguinte forma: “Ele só podia ter mandado queimar os documentos que eu havia deixado embalados. Mas segundo a imprensa, foram encontrados os documentos DCE/FUEL e os documentos administrativos; então deduzo que houve queima apenas parcial. O reitor deve ter mandado queimar apenas os ASI/Informação. [...]”<sup>20</sup>

Os documentos “ASI/Informação” são justamente aqueles que diziam respeito à vigilância dos membros da comunidade universitária; tratam-se, fundamentalmente, de fichas, nominais/individuais ou não, que registravam as atividades de estudantes, docentes e técnicos da UEL. Ao que tudo indica, podem de fato ter sido queimados à época, fato bastante revelador; contudo, o importante é que cópias remetidas ao DOPS/PR acabaram preservadas e oportunamente recuperadas pela CV-UEL, servindo aos propósitos do presente relatório.

## Homenagem à professora Joana D’Arc Bizzotto Lopes

Joana D’Arc Bizzotto Lopes foi uma mulher cuja vida e obra deixaram um legado indelével na educação, na arte, na luta feminista e na resistência contra a opressão. Nascida em Belo Horizonte em 1938, Joana trilhou um caminho marcado pela coragem, criatividade e por um profundo compromisso com a transformação social.

Desde jovem, enfrentou os desafios de uma sociedade patriarcal superando preconceitos e exercendo notável ativismo político. Sua atuação como alfabetizadora em Ubatuba, utilizando o método Paulo Freire, revelou seu compromisso com a educação libertadora, atividade realizada em plena ditadura. Em São Paulo, tornou-se uma referência como arte-educadora. Trabalhou em escolas renomadas e desenvolveu projetos teatrais com jovens operários do ABC paulista, unindo arte e conscientização política, não se deixando intimidar pelo contexto ditatorial.

---

<sup>19</sup> ENTREVISTA COM O PROF. LUIZ EMILIO F. BUENO. Anexo XIX. 19 ago. 1991.

<sup>20</sup> Id. p. 12.

Nos anos 1970, em Londrina, Joana expandiu seu trabalho cultural fundando o Grupum, levando o teatro popular a comunidades marginalizadas. De 1973 a 1978, atuou como editora da seção Arte e Comunicação e nos suplementos Folha Documento do jornal *Folha de Londrina*, no *Jornal Panorama* e em outras editorias. Como jornalista, usou a palavra como arma, fundando o jornal feminista *Brasil Mulher*, pioneiro, juntamente com outros periódicos alternativos, em temáticas como a violência contra a mulher, a exploração sexual, além de combater o regime autoritário. Por conta da linha editorial de *Brasil Mulher*, que questionava as estruturas patriarcais da sociedade e desafiava o governo, o jornal e seus integrantes sofreram com a vigilância da comunidade de informações, sendo fichados pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). Ademais, a atuação de Joana Lopes também foi alvo da Assessoria de Segurança e Informações (ASI) da universidade onde então lecionava, a Fundação Universidade Estadual de Londrina (FUEL), fato que acabou resultando em sua demissão. Sua trajetória foi marcada pela perseguição da ditadura militar, mas ela nunca recuou.

Joana D'Arc também brilhou nas artes cênicas, integrando o grupo LUME e lecionando na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e na Universidade de Bolonha, na Itália. Seu livro "Pega Teatro" é um testemunho de sua rica experiência teatral e de suas reflexões inovadoras.

Mulher plural – educadora, mãe, artista, jornalista e militante –, sua vida foi uma obra de resistência e esperança, inspirando gerações. Em 2023, partiu fisicamente, mas seu exemplo continua a iluminar todos que acreditam na arte como instrumento de mudança, e na educação como caminho para a liberdade. Testemunhando sua trajetória de vida, marcada por muita luta e conquistas, e reconhecendo que foi perseguida institucionalmente durante a ditadura, a Comissão da Verdade da Universidade Estadual de Londrina decidiu homenagear Joana D'Arc Bizzotto Lopes dando seu nome ao presente relatório. Seus ideais e seu legado seguem vivos.



## Parte II

### A Universidade Estadual de Londrina e a Ditadura Militar

#### Implementação da Assessoria de Segurança e Informações na FUEL

No final da gestão de Ascêncio Garcia Lopes, primeiro reitor da Fundação Universidade Estadual de Londrina (FUEL), o Ministério da Educação (MEC), então comandado por Ney Braga, encaminhou um ofício solicitando a criação de uma Assessoria de Segurança e Informações (ASI), que seria responsável pela vigilância da comunidade universitária e por assessorar o reitor em questões relativas à Segurança Nacional. Além disso, esta nova organização teria ligação direta com a Divisão de Segurança e Informações (DSI) do MEC e com a comunidade de informações de um modo geral. Tal determinação do ministro se inseria no contexto de expansão do Sistema Nacional de Informações (SISNI) no ensino superior, que já tinha criado ASIs em múltiplas universidades federais e estaduais. O então reitor se negou a cumprir a determinação do ofício e engavetou a ordem, deixando que seu sucessor decidisse como prosseguir (Comissão Estadual da Verdade - Teresa Urban, p. 190, 2014).

Seguindo as classificações elaboradas pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta na obra “As Universidades e o Regime Militar”<sup>21</sup> (2014), é possível classificar o mandato de Ascêncio Garcia como uma administração que tentou minimizar os impactos da repressão no meio acadêmico. Isto explica, em parte, a sua não inclinação em implementar o órgão de vigilância enquanto ocupou a reitoria. Sintomaticamente, este mesmo órgão acabaria vigiando as suas próprias ações ao se desligar da universidade. No entanto, é importante destacar que, em alguns pontos, Ascêncio seguia as diretrizes políticas do regime ditatorial. A FUEL já nasce sob o formato proposto pela Reforma Universitária (Lei Nº 5.540/68), tendo uma estrutura de fundação, departamental e

---

<sup>21</sup> Para Motta (2014), o posicionamento das reitorias durante a ditadura militar variou entre três possibilidades: colaboração irrestrita, colaboração com limites e tentativa de minimizar os efeitos da repressão. As administrações universitárias públicas tinham graves limitações para fazer frente ao governo militar, tendo em vista que qualquer posicionamento de oposição explícita poderia culminar na cassação das chapas dirigentes da comunidade acadêmica.

cobrando mensalidades dos estudantes. Este último ponto se tornou motivo de forte atrito entre os discentes e a administração universitária ao longo da ditadura.

O segundo reitor da FUEL, Oscar Alves, inicia a fase de colaboração irrestrita (Motta, 2014) com o governo ditatorial, postura que será mantida pelo seu sucessor, José Carlos Pinotti. Por suas ligações políticas e familiares<sup>22</sup>, Alves foi apontado como o candidato capaz de quebrar a hegemonia política que o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) mantinha na cidade de Londrina<sup>23</sup>. A transformação da instituição universitária em base política do partido ditatorial, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e do próprio Ney Braga, foi percebida e denunciada pelos estudantes no jornal estudantil “Poeira”. Na edição de número 22 do referido jornal, lançado em novembro de 1977, é destacado que Londrina atuava como um reduto opositor do braguismo, além de ser a maior cidade do sul do país com eleições diretas no período<sup>24</sup>. Devido à forte inserção opositora no âmbito político londrinense, a universidade, com sua infraestrutura, recursos e pessoal, acabou sendo utilizada para projetar o partido da ditadura, além de produzir possíveis lideranças regionais.

Segundo José Luis da Silveira Baldy, em seu depoimento dado à CEV/PR (p. 229, 2014), a segunda gestão universitária caracterizou-se pelos arranjos burocráticos-institucionais que visavam facilitar a implantação de medidas discricionárias na universidade, condizentes com o período ditatorial. Este dado se confirma com a constatação que uma das primeiras medidas do novo reitor foi a implementação da Assessoria de Segurança e Informações da FUEL, sendo esse o órgão representante da comunidade de informações que atuava no campus, além do estabelecimento de uma guarda patrimonial com treinamento antidistúrbios, sendo esta última apelidada pelos

---

<sup>22</sup> Oscar Alves era genro do então Ministro da Educação e ex-governador do Paraná, Ney Braga.

<sup>23</sup> Os prefeitos de Londrina e seus respectivos mandatos: Dalton Fonseca Paranaguá - MDB (1969-1973); José Richa - MDB (1973-1977); Antônio Belinati - MDB (1977-1982); José Antônio Del Ciel - PMDB (1982-1983); Wilson Rodrigues Moreira - PMDB (1983-1988). A hegemonia do PMDB cai com o novo mandato de Antônio Belinati (1989-1992), tendo o candidato mudado de sigla ao ser eleito pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT).

<sup>24</sup> Com os Atos Institucionais nº 2 e nº 3, as capitais teriam seu prefeito nomeado pelo governador, mediante aprovação da Assembleia Legislativa. Enquanto isso, municípios considerados áreas de segurança nacional teriam o seu chefe do executivo apontado pelo presidente-ditador. Essa legislação eleitoral tirou o direito de voto dos cidadãos de cidades paranaenses importantes, como Foz do Iguaçu e Curitiba.

estudantes como SWAT (ou, de maneira jocosa, Suat) e vista como a força policial da reitoria.



FIGURA 1



FIGURA 2



FIGURA 3

FIGURAS 1, 2 E 3. O REITOR OSCAR ALVES RECEBE MILITARES NO CLCH DA UEL [DÉCADA DE 1970]. ACERVO SAUEL.

Em entrevista concedida a Silva (1996), Oscar Alves justificou a instalação desses órgãos de segurança e informação afirmando que, na época, o Campus era muito deserto e sem iluminação. Por conta disso, havia a ocorrência frequente de crimes graves na Universidade, o que motivou a implementação, sob a orientação da polícia militar paranaense, da guarda patrimonial, visando incrementar a proteção e segurança na comunidade. No caso da criação da ASI, a própria DSI-MEC encaminhou um documento à reitoria congratulando-a pela decisão de implementar a assessoria por iniciativa própria, afirmando que a entidade teria por finalidade o assessoramento de todos os assuntos pertinentes à Segurança Nacional e às Informações, além de ser integrada na rede Setorial de Informações do MEC. A ASI começou suas operações a partir de março de 1975, seguindo a resolução do Conselho Administrativo da Universidade<sup>25</sup>.

## A comunidade de informações, atuação da ASI e seu impacto sobre a comunidade universitária

Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), o advento da Guerra Fria e a decorrente polarização política fez surgir a necessidade de profissionalizar os serviços de informação. Os militares, antes do golpe de 1964, desconfiavam da eficácia do Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), afirmando que o mesmo falhava por não ter contato direto com a Presidência da República e por não contar com os recursos necessários para vigiar todo país, além de não ter autonomia para atuar na margem da lei. Era a secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional que recebia os informes do SFICI e selecionava quais seriam encaminhados ao presidente, filtragem essa que muitas vezes era ineficiente, sendo que informações cruciais muitas vezes não chegavam ao chefe do Executivo (FIGUEIREDO, 2005). A ineficácia do antigo Serviço fica constatada com o próprio sucesso das conspirações e movimentações golpistas na derrubada do governo de João Goulart (1961-1964).

---

<sup>25</sup> Documento nº 1664 da DSI-MEC, datado de 16 de abril de 1974 (apud SILVA, 1996, p. 218).

No início da ditadura, durante o governo Castelo Branco (1964-1967), criou-se um órgão especializado em reunir informações sobre indivíduos e grupos que fossem uma ameaça em potencial. Esta organização, denominada de Serviço Nacional de Informações (SNI), em um período curto se ramificou, abrindo agências regionais em diversos pontos do país. O SNI, idealizado por Golbery do Couto e Silva, foi criado seguindo as ideias anticomunistas, propagadas pelo governo estadunidense, e sob forte influência das teorias francesas sobre Guerra Revolucionária, que pregavam a necessidade de combater um inimigo interno. O discurso anticomunista difuso criou certa paranoia dentro da comunidade de informações, o medo e o ódio aos comunistas fez com que praticamente toda a sociedade se tornasse suspeita, justificando a intensa vigilância e repressão em nome da segurança nacional (SAMWAYS, 2013).

A linha ideológica seguida pelos agentes da comunidade de segurança e informações foi a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) formulada na Escola Superior de Guerra - ESG. Este modo de pensar, fortemente anticomunista, determinou a atuação dos órgãos repressivos, além do próprio governo ditatorial. A gênese da Doutrina de Segurança Nacional e seu paulatino desenvolvimento não se deu da noite para o dia, foi um processo que teve múltiplos agentes para sua consecução e se apoiou em diversas influências, tanto internas quanto externas. O contexto da Guerra Fria e seu pensamento maniqueísta também contribuíram sobremaneira à evolução da DSN, por colocar o Brasil como estando dentro do suposto choque civilizacional entre o Ocidente cristão-democrático e o Oriente comunista-ateu. Nesta lógica, o país precisaria entender o seu papel enquanto membro da sociedade ocidental e fazer frente aos elementos “subversivos”. O general Golbery do Couto e Silva foi o principal ideólogo da ESG e contribuiu fortemente na edificação da DSN (NEVES, 2019).

Na sua tarefa de edificar a comunidade de segurança e informações, os militares contavam com instituições repressivas que já atuavam no período pré-golpe. Desde os anos 1950, a polícia civil fornecia os componentes dos esquadrões da morte, grupos paramilitares que executavam criminosos comuns. O governo ditatorial também se apoiou nos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), órgãos criados nos anos 1920 e 1930, que tinham como missão a manutenção da “ordem social” em um contexto de greves e de organização da esquerda política. Durante o Estado Novo e, posteriormente, na Guerra Fria, os DOPS tiveram seus efetivos aumentados, tornando-

se atores importantes no combate às dissensões políticas, aos movimentos dos trabalhadores e aos comunistas (JOFFILY, 2014). Essa estrutura de polícia política serviu de base auxiliar para o Sistema Nacional de Informações (SISNI), que possuía capilaridade nacional, não se contendo em jurisdições estaduais.

Segundo Carlos Fico (2003), a chamada “linha dura” exigia meios e modos para efetuar a perseguição política no início da ditadura. Obtidos estes meios, em decorrência dos Atos Institucionais (AI)<sup>26</sup> números 2 e 5, os representantes desta corrente passaram a constituir a “comunidade” ou “sistema” de informação. O recrudescimento da política repressiva, com a imposição do AI-5, levou à criação de uma vasta rede de vigilância. Foi elaborado o Sistema Nacional de Informações (SISNI), que englobava todos os órgãos de segurança e informação existentes (como o CENIMAR, CISA, CIE, DOI-CODI, DOPS<sup>27</sup>, além das seções de informações das polícias estaduais e federal). Para Fico, “A ‘comunidade’ amparava-se naquilo que podemos chamar de ‘pilares básicos’ de qualquer ditadura: a espionagem, a polícia política e a censura.” (FICO, 2001, p. 175). O SNI era o principal órgão deste sistema, mas é importante destacar que não subordinou as outras instituições repressivas (BRASIL, 2014).

Para Napolitano (2014), a vigilância fazia parte da estratégia da ditadura. De acordo com o autor:

A preocupação do sistema de informação era vigiar funcionários públicos civis, movimentações das lideranças políticas, atividades legais ou clandestinas dos movimentos sociais, trajetórias intelectuais e artísticas. O SNI dava aval para nomeação nos altos escalões do governo, acompanhando casos de corrupção envolvendo civis. Na lógica do regime militar, o governo precisava saber desses casos antes da imprensa, até para melhor abafá-los, se fosse o caso (NAPOLITANO, 2014, p.120)

---

<sup>26</sup> O AI-2 acabou com os partidos políticos que atuavam no Brasil entre 1945 e 1964. Enquanto o AI-5 dava poderes quase ilimitados para a presidência da República, como a capacidade de legislar por decreto, suspender direitos políticos dos cidadãos, cassar mandatos eletivos, suspender o habeas corpus, julgar crimes políticos em tribunais militares, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos (RIDENTI, 2014).

<sup>27</sup> CENIMAR: Centro de Informações da Marinha; CISA: Centro de Informações da Aeronáutica; CIE: Centro de Informações do Exército; DOI-CODI: Departamento de Operações de Informação-Centro de Operações de Defesa Interna; DOPS: Departamento de Ordem Política e Social.

Com o recrudescimento autoritário nos governos Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974), o SNI ampliou sua rede na escalada do Estado de vigilância e repressão. Uma grande expansão ocorreu em 1967, com a transformação das Secções de Segurança Nacional dos ministérios governamentais, criados em 1946 pelo Decreto-Lei nº 9.775, em Divisões de Segurança e Informações (DSI) que respondiam diretamente ao Serviço. Dentre as maiores DSI, encontramos a do Ministério da Educação e Cultura (MEC), que ganhou grandes dimensões devido ao temor das “atividades subversivas” desenvolvidas no meio acadêmico (MOTTA, 2014). Além das DSI, foram criadas as Assessorias de Segurança e Informações (ASI), que atuavam dentro das universidades e empresas estatais (JOFFILY, 2014).

Como braços da DSI/MEC, foram criadas, a partir de janeiro de 1971, as Assessorias de Segurança e Informações (ASI) universitárias<sup>28</sup>, que estariam, oficialmente, subordinadas aos reitores e teriam como função o aconselhamento em assuntos pertinentes à segurança nacional e provendo informações. No entanto, tais entidades compunham a comunidade de informações e eram supervisionadas, indiretamente, pelo SNI (MOTTA, 2014). Havia uma estreita colaboração entre as ASI que atuavam dentro das universidades e os demais membros do aparato de segurança, como as polícias estaduais, DOI-CODI, SNI etc. Essa espionagem em cima dos estudantes visava arrefecer seu ímpeto opositor, tendo em vista que esse segmento também sofria com as ameaças de legislações repressivas, como o Decreto nº 477/69, e com relatos de torturas sofridas por colegas.

De acordo com um relatório do SNI (AC/ACE – 8751/80, 1978), que trata sobre o sistema de segurança e informação no Paraná, a agência de Curitiba do Serviço mantinha contatos com as ASI de todas as principais universidades públicas do estado, como a Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Fundação Universidade Estadual de Londrina (FUEL), e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). No caso da ASI/FUEL, ASI/UEPG e ASI/UEM, as respectivas instituições universitárias não eram obrigadas a implementar os órgãos de informação,

---

<sup>28</sup> Segundo Motta, o papel da ASI seria: “a) produzir informações necessárias às decisões dos reitores; b) produzir informações para atender às determinações do Plano Setorial de Informações; c) encaminhar à DSI informações por ela requisitadas (MOTTA, p. 198, 2014).” Essas entidades tinham como prioridade o fornecimento de informações para o sistema de segurança e repressão, tomando o assessoramento das reitorias como atividade secundária.

tendo em vista que os decretos reguladores das Comunidades Setoriais de Informações dos ministérios só previam agências nos órgãos federais (MOTTA, 2014, p. 196). No caso da FUEL, o reitor que implementou a ASI na universidade, Oscar Alves, justificou o ato afirmando que a Assessoria seria essencial para melhorar a segurança do campus (SILVA, 1996, p. 332).

O documento que determinou as diretrizes do SISNI foi o Plano Nacional de Informações (PNI), sendo que ele estava sujeito a uma renovação quadrienal, visando manter os objetivos da comunidade de informações sempre atualizados. De acordo com o PNI, presente em relatório do SNI (AC/ACE – 43246/71, 1971), havia certa influência comunista no agravamento de disputas existentes no campo da educação universitária. Os antagonismos presentes no setor educacional seriam resultantes tanto de antigas distorções não corrigidas como de falhas provocadas pela excepcional expansão das matrículas nas faculdades, e eram agravados por “pressões comunistas” que tensionavam explorar as deficiências existentes para incompatibilizar o corpo discente com as autoridades de ensino. Esse documento é interessante por demonstrar um lado da percepção dos agentes de inteligência em relação ao ME, afirmando que o Movimento estaria corrompido pelo “comunismo” e/ou “ideias subversivas”.

Para a inteligência ditatorial, o meio universitário apresentava uma infiltração comunista que, embora minoritária em termos globais, era majoritária dentro da parcela politizada dos estudantes. Esse dado demonstra que os próprios agentes constatam que não são todos os estudantes que se envolvem no ME e se engajam politicamente, porém, aqueles que se engajaram acabavam preocupando a comunidade de informações por serem “subversivos”. O SNI também tinha plena ciência que o Movimento dos Estudantes não era monolítico, isto é, composto somente por uma orientação política e um grupo. Identificavam que os esforços dos militantes “esquerdistas”, que tinham como objetivo a subversão da ordem nas escolas superiores, esbarravam no divisionismo entre as diversas correntes estudantis, além da recordação sobre episódios repressivos marcantes do período (AI-5, repressão policial, Decreto-Lei nº 477/69, etc.), o fracasso da agitação nas ruas e a falta de lideranças. Ademais, os agentes destacavam as potencialidades das iniciativas governamentais (Projeto Rondon, Operação Mauá etc.) e a propaganda nacionalista para aproximar o governo aos estudantes, chegando a afirmar que o meio universitário, no curto prazo, não sofreria



perturbações de maior profundidade<sup>29</sup>. O PNI, ilustrando a visão da comunidade de informações em relação aos estudantes engajados politicamente, afirma que há duas correntes que marcam o ME, sendo essas a corrente revolucionária e a corrente reformista.

A inteligência ditatorial afirma que a corrente revolucionária busca reorganizar o ME por meio de infiltrações nos Diretórios Acadêmicos (DA) e Centros Acadêmicos (CA). Além disso, estudantes dessa corrente buscavam combater a política “pequeno burguesa”, afirmando que os discentes, salvo raras exceções, oscilavam entre combater a sociedade burguesa ou nela ascender. Essa contradição daria origem ao dito “reformismo”. Segundo o documento, os revolucionários combatem os “reformistas” como se fossem seus piores inimigos. Essa corrente de extrema-esquerda advoga pela união entre o ME e o Movimento Operário-Camponês, afirmando que essa aliança seria fundamental para o desmantelamento do Estado burguês. A vanguarda desse movimento caberia ao proletariado, que seria responsável pela tomada do poder e edificação do Estado socialista. Por fim, a linha de ação dessa corrente seria a contestação aberta, rejeitando as atividades clandestinas. Os estudantes que seguem essa linha estariam envolvidos em movimentos de indisciplina. Dessa forma, forçariam reações violentas das autoridades constituídas, esperando assim instigar uma reação em cadeia de protestos (SNI, AC/ACE - 43246/71, lauda 4, 1971).

A corrente reformista, ainda seguindo a análise do Serviço, também se proclamava revolucionária e defendia, a longo prazo, a destruição do regime capitalista e a instalação do socialismo no país. No entanto, os reformistas consideram necessário agir com prudência, tendo em vista as debilidades do ME. Essa corrente visava manter um clima de inconformismo e agitação nas faculdades, usando reivindicações aparentemente justas. Em lugar de pregar abertamente a conquista do poder, a luta é direcionada por objetivos delimitados e imediatistas, como o ensino gratuito, bolsas de estudos, restaurantes universitários, melhores condições de ensino, combate ao Decreto-Lei nº 477/69, etc. Além disso, pregam por uma Universidade Crítica. Essa

---

<sup>29</sup> Este Plano Nacional de Informações foi produzido em 1971, ainda no auge da repressão política, momento em que o Movimento Estudantil se encontrava desmobilizado devido à intensa repressão. Essa avaliação final da inteligência transpassa um setor otimismo dentro da comunidade de informações, não prevendo o ressurgimento do ME na cena pública ainda na metade da década de 1970.

perspectiva está centrada no conceito de uma instituição capaz de vincular o desenvolvimento científico com as necessidades do desenvolvimento social, além de dotar o universitário de uma visão global da sociedade em que se encontra inserido e das implicações sociais do seu trabalho. Esse projeto estaria em oposição à Universidade-Empresa, que teria por objetivo fornecer técnicos especializados para atender às necessidades dos grupos econômicos que dominam o país. A linha de ação adotada pelos reformistas seria motivar o meio universitário estudantil por meio de reivindicações aparentemente válidas, como debilidades educacionais, institucionais e burocráticas. Na percepção dos agentes, essas demandas tensionavam manobrar as massas estudantis, fazendo que os militantes ganhem a confiança do meio estudantil para assim impor sua ascendência e liderança (SNI, AC/ACE – 43246/71, laudas 4-5, 1971).

A percepção da inteligência militar em relação ao ME, evidente no Plano Nacional de Informações produzido em 1971, mostra que o SNI tinha ciência da complexidade da atuação política estudantil, criando essa divisão de correntes, entre revolucionários e reformistas, para melhorar a compreensão em relação a estas disputas. É possível perceber que os militares desconfiaram de ambas as correntes, não considerando legítimas as propostas levantadas pelos reformistas, afirmando que elas seriam apenas uma estratégia para a conquista do apoio estudantil, além de afirmarem que o fim dos reformistas e revolucionários seria o mesmo: a edificação de um Estado socialista. Em relação aos revolucionários, o receio seria justificável pela repulsa que essa corrente sentia para com as instituições e as autoridades, visando apenas derrubá-las. Utilizando os conceitos do Serviço, é possível afirmar que o grupo estudantil “Poeira”, muito influente no ME do Norte Paranaense, se enquadra na corrente reformista, por se apoiar nas reivindicações estudantis e lutar, por meio do seu jornal estudantil e demais mobilizações, por uma Universidade Crítica.

Os sistemas repressivos e de vigilância edificados durante o período ditatorial também construíram representações em que denunciavam a suposta subversão moral e sexual da juventude como estratégia do movimento comunista internacional. Nesta cosmovisão, os comunistas estariam debilitando os pilares da sociedade ocidental, visando destruir a família tradicional e corromper os costumes, fazendo uso de erotismo, pornografia, promiscuidade sexual e homossexualidade para atingir seus

objetivos. Além disso, é importante destacar que essas representações anticomunistas esboçaram a repulsa que os setores repressivos sentiam em relação às mudanças comportamentais da juventude, muito presentes nos finais dos anos 1960 e início de 1970 (BRITO, 2019).

Esse olhar sobre a juventude, que questionava a própria legitimidade do intenso processo de mudança comportamental pelo qual passava, demonstra que certos segmentos repressivos tinham receio dos setores juvenis, por considerá-los imaturos e sendo, por isso, utilizados como “massa de manobra” da subversão. O governo ditatorial chegava a afirmar que havia uma ausência de orientação moral e cívica nos jovens, o que explica, em parte, o motivo da implementação de disciplinas como “Educação Moral e Cívica” nas escolas e “Estudos de Problemas Brasileiros” nas universidades. Ademais, a posição política das novas gerações, muitos ligados à oposição da ditadura, foi um fator que potencializou o medo e a perseguição a este setor.

Em relação ao ME em específico, o SNI preparou um relatório com o assunto: “Movimento Estudantil, retrospecto de 1978 e perspectivas para 1979” (AC/ACE – 980/79, 1978). Neste documento, a inteligência efetua um apanhado histórico do ressurgimento do Movimento Estudantil na década de 1970. Em sua análise, a rearticulação estudantil ocorreu em 1973, mantendo características político-ideológicas próprias. As atividades efetuadas pelos estudantes seriam panfletagens; greves (de cunho político ou acadêmico); implementação de representações estudantis ilegais; realização de Encontros Nacionais de Estudantes; articulação de palestras, conferências e ciclos de debates; campanhas objetivando angariar a simpatia da opinião pública, mais especificamente do operariado; e ampliação da “doutrinação” no setor secundarista.

Os agentes identificaram o retorno do estudantado à cena pública, que se intensificou após a vitória eleitoral da oposição oficial (MDB) em 1974 e com o início do processo de distensão política, impulsionado pelo governo de Ernesto Geisel (1974-1979). Nessa nova fase, o ME passa a levantar como pautas principais a luta pelas liberdades democráticas e pela anistia. Como forma de mobilização e organização, o ME desenvolve muitas atividades culturais “alternativas” na forma de grupos de teatro, grupos literários, experiências jornalísticas etc. (PELLICIOTTA, 1997). Um exemplo deste tipo de engajamento estudantil ocorreu em Londrina, com a criação do Jornal “Poeira”

do DCE-FUEL, que abordou problemas estudantis e questões políticas nacionais (FELISMINO, 2016).

A lógica da suspeição e vigilância também se aplicava ao conteúdo das aulas, sendo que a bibliografia e demais materiais didáticos passavam pelo crivo dos agentes. Ademais, todos os indivíduos considerados para nomeação e posse em cargos nas universidades públicas precisavam apresentar um “atestado ideológico”, o qual era emitido pelo DOPS com base em informações coletadas pela comunidade de informações. Também era comum que a própria universidade solicitasse essa investigação aos serviços de informação, como exemplificado no documento a seguir:

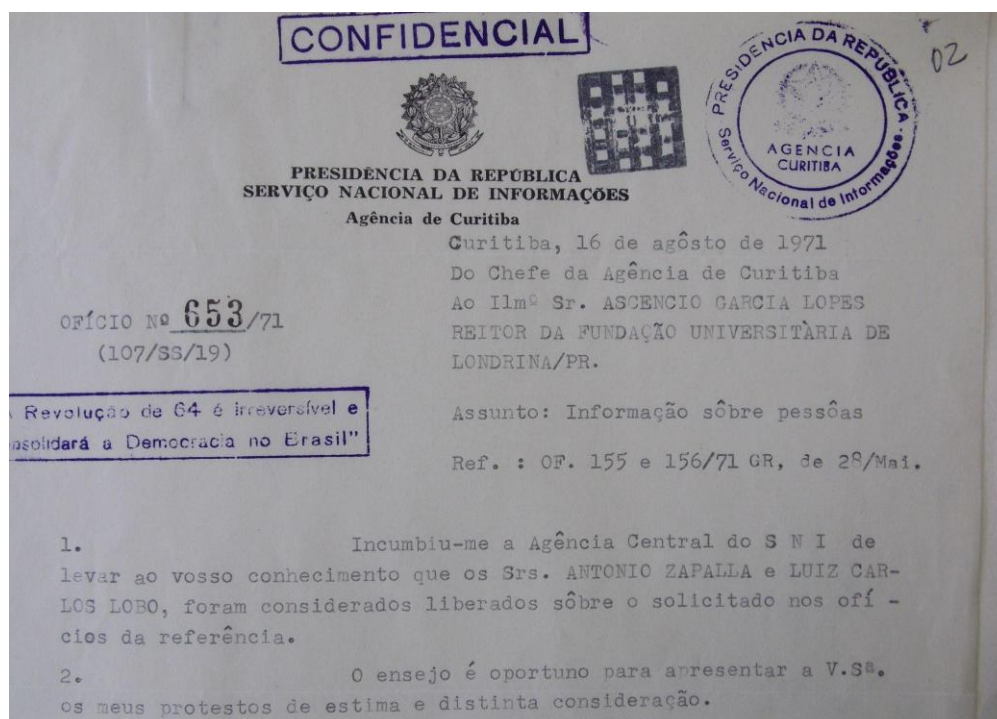


FIGURA 4. DOCUMENTO DO SNI “AUTORIZANDO” A CONTRATAÇÃO DE DOCENTES APÓS VERIFICAÇÃO DE ANTECEDENTES E DADOS PESSOAIS.

Obras de autores de referência da esquerda política eram proibidos de circular, sob determinação da DSI/MEC e fiscalização das ASI. Este último fato ocorria devido à preocupação dos agentes com o “saneamento moral” dos jovens, que seriam supostamente mais vulneráveis aos discursos subversivos. Essa extrema vigilância não foi aceita passivamente, sendo que houve intenso processo de resistência dos docentes e discentes.

No caso dos estudantes, utilizavam o humor, ironia e denúncias constantes sobre os atos da reitoria por meio do jornal estudantil “Poeira”, coordenado pelo grupo homônimo. Todos os seus atos, sejam a impressão de novas edições do jornal, a organização e/ou participação em eventos, a troca de correspondências com outras entidades políticas e estudantis, eram examinados pelos agentes da ASI/FUEL (PIOVANI, 2024). A assessoria contava, inclusive, com informantes recrutados entre os próprios estudantes (Informe Nº 129/77). Isto mostra que a lógica da suspeição pairava dentro do campus universitário durante os anos da ditadura, tendo em vista que muitos membros da comunidade universitária poderiam ser informantes efetivos ou potenciais para os órgãos de informação.

Nas fichas examinadas, elaboradas pela ASI/FUEL, foi constatado que as posições ideológicas tomadas pelo indivíduo e sua atitude em relação ao regime ditatorial eram catalogadas. Estes elementos eram divulgados para as partes integrantes da comunidade de informações e eram levados em consideração na contratação e demissão de servidores universitários. O caso de Edilson Leal de Oliveira é bem emblemático, pois, de acordo com a documentação (SNI/PR, ACT/ACE – 1717/81, 1978), sua contratação foi vetada pela reitoria devido ao nominado possuir “tendência esquerdista”, ou seja, um veto motivado por orientação política. Essas perseguições geraram atritos com o corpo docente, havendo protestos e resistências que também eram analisados pela vigilância. No informe que relata a reunião departamental onde foi comunicado a não contratação de Edilson Leal por motivos políticos, a professora Maria Lúcia Victor Barbosa declarou aos colegas favoráveis a tal medida: “Vocês fazem isso porque possuem armas e soldados atrás de vocês, porém vocês vão ver, isto um dia vai acabar, pois não há mal que sempre dure” (SNI/PR, ACT/ACE – 1717/81, laudas 2-3, 1978).

Este relato é uma pequena evidência dos processos de luta e resistência contra a ditadura que uniu parte do corpo docente com o discente. No mesmo documento em que é relatado o protesto de Maria Lúcia, foi anexada sua ficha de registro elaborada pela comunidade de informações, em que constam os seguintes dados:

- Posição ideológica: Esquerdista
- Atitude com Relação à Rev 31 Mar 64: Contrária
- Atividades Subversivas: Simpatizante

- Probidade Administrativa: Não há registros
- Eficiência Funcional ou Profissional: Não há registros
- Conduta Civil: Não há registros (SNI/PR, ACT/ACE – 1717/81, laudas 4, 1978).

Essa simples catalogação ajuda a compreender os parâmetros analíticos segundo os quais os agentes buscavam enquadrar os indivíduos, e que, na ordem das categorias, situava a posição ideológica e sua atitude em relação à “revolução de 1964” antes do que a probidade administrativa, demonstrando que o extenso aparato de vigilância não visava a luta contra a corrupção, como verbalizavam seus defensores, mas sim, a perseguição ideológica e política. Esse parecer não se pautava na conduta profissional do investigado, mas centrava-se em sua atitude em relação ao regime e na suposta simpatia com atividades subversivas.

A ASI também acompanhava as críticas feitas por docentes contra a administração universitária, fato que, muitas vezes, culminava na demissão dos elementos críticos. A perseguição sofrida pelo professor Oswaldo Coimbra<sup>30</sup> é um caso exemplar. Este docente acusou publicamente o reitor Oscar Alves de cometer arbitrariedades durante a sua gestão, protestos que contavam com as simpatias do estudantado e de certos segmentos da sociedade civil londrinense, mas que foram repudiados pela reitoria e pelos chefes dos departamentos do Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA). Poucos dias após denunciar os atos repressivos que marcavam a administração universitária de então, Oswaldo Coimbra foi demitido da FUEL, fato este que gerou protestos que foram divulgados pela imprensa. Os estudantes do curso de Comunicação Social decidem em assembleia, como forma de manifestar seu repúdio pela demissão do professor deste curso, não comparecer às aulas por três dias. A ASI/FUEL (Informação Nº 054/78) elaborou um histórico completo das atividades do docente perseguido, além de constar o motivo de sua demissão que, na visão institucional de então, seria consequência das acusações infundadas feitas contra a universidade e seus dirigentes.

O esquema de vigilância elaborado e coordenado pela ASI/FUEL não ficou restrito ao espaço físico da universidade, realizando atividades de informação dentro de

---

<sup>30</sup> O NDPH conta com um fundo documental, cedido pelo nominado, que detalha este caso de perseguição. O catálogo da Coleção Oswaldo Coimbra encontra-se disponível no link: <<https://sites.uel.br/ndph/wp-content/uploads/2022/08/OC.DOSSIE-RPU.pdf>>.

Londrina e em outros municípios da região do norte paranaense. Atividades de sindicatos, partidos políticos, movimentos reivindicatórios e demais indivíduos, que não possuem qualquer vínculo com a FUEL, eram vigiados pela assessoria universitária. Além disso, as movimentações políticas que ocorriam em outros municípios do norte do Paraná também eram examinadas. A ASI trocava dados e levantava informações para os demais órgãos que compunham a comunidade de informações, como a Polícia Federal, Polícia Militar, DOPS e o próprio SNI. Em relação às forças policiais, a assessoria chegou a realizar operações em conjunto com a 2ª Seção da PMPR para investigar as articulações do ME (ASI/FUEL - 085/77, 1977).

Este dado diferencia a atuação dessa entidade dos seus congêneres, tendo em vista que muitas ASI/AESI instaladas em outras instituições de ensino superior mantinham sua atuação restrita à comunidade acadêmica, espionando e delatando alunos, professores e demais servidores. Além disso, a ASI-FUEL cumpria seu papel por subsidiar informes aos demais componentes do sistema de informações, sendo, portanto, um pilar importante para o sistema repressivo por organizar informes, produzir relatórios analíticos/circunstanciais e outras ações de maior envergadura (Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade-Teresa Urban, p. 215-216, 2014). Esse amplo papel dado ao órgão de inteligência pode ser explicado pelas articulações político-partidárias feitas por Oscar Alves e José Carlos Pinotti, seu sucessor, os quais visavam favorecer a ARENA e diminuir a influência opositora na região.

Em 1983, com o fim do mandato de Pinotti, e em decorrência do lento processo político de transição, os agentes passaram a pontuar certas debilidades presentes no sistema de informações do sul do Brasil. Um ponto de incômodo constatado pelos agentes foi o encerramento das atividades da ASI/FUEL, pontuando que

A situação é ainda mais difícil face à liberação aprovada durante o I FÓRUM DE DEBATES DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, realizado no período de 19 a 23 de ABR 83, propondo a extinção da ASI/FUEL.

Como se sabe, esta Agência sempre contou com a valiosa colaboração da ASI/FUEL, para a execução de suas atividades no que se refere aos acontecimentos ocorridos naquela região do Norte do Estado.

A ASI/FUEL ainda não foi extinta, mas está praticamente inativa desde aquela deliberação, sendo que seu arquivo foi recolhido ao DPF/PR (ACT/ACE – 4036/83, laudas 2-3, 1983).

Esse trecho traz duas informações essenciais, a primeira é a constatação que a ASI da universidade londrinense encerrou suas atividades em 1983, após deliberação interna. A segunda é a confirmação que as atividades de vigilância dessa entidade não se restringiram para as atividades da comunidade acadêmica, abrangendo suas funções para toda a região norte do estado e tendo mérito reconhecido pela sua agência coordenadora, a Agência de Curitiba do SNI. Muitos relatórios e informes preparados pela ASI, posteriormente encaminhados ao SNI, recebiam conceito A de avaliação, ou seja, eram tidos como avaliações fidedignas, o que mostra a relativa confiança de que gozava essa Assessoria universitária dentro da comunidade de informações. Para contornar essa situação, os agentes do SNI propuseram a abertura de um escritório regional em Londrina, sendo responsável por preencher o vácuo aberto pelo encerramento da ASI/FUEL e para suprir a demanda de vigilância sobre esta região norte do Paraná.

O papel da ASI/FUEL na vigilância sobre assuntos de relevância que ocorriam na região norte do estado também foi exaltado pelo Departamento da Polícia Federal (DPF), mostrando que a assessoria universitária mantinha bons contatos de troca de informações com os elementos que compunham a comunidade de informações. Em documento preparado pela DPF, fica destacado que

No tocante ao relacionamento com órgãos de informação da região [de Londrina], esta DPF troca dados e informações especialmente com a POLÍCIA MILITAR e a ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES – (ASI) da Fundação Universidade Estadual de Londrina (FUEL). Esta, aliás, contribuiu muito com o bom desempenho e desenvolvimento de nossos serviços (SNI-PR, ACT/ACE – 2599/82, lauda 4, 1982).

Este relatório demonstra que, mesmo em seus momentos finais, a ASI/FUEL foi considerada um pilar importante na produção de informações na região de Londrina. Sua vigilância ia além da comunidade universitária, sendo que sindicatos, partidos, políticos, manifestações e greves, de qualquer tipo, eram matéria de relatórios, e não apenas as atuações de discentes e docentes universitários. Inclusive, as atividades do movimento estudantil secundarista, que mantinha contatos estreitos com seus correlatos do ensino superior, e as atividades reivindicativas dos professores do estado do Paraná também passavam pelo escrutínio da ASI. Algo que demonstra uma falha



institucional que a universidade cometeu durante o período ditatorial, atuando como representante regional do sistema de informações e contribuindo com a repressão.

## Parte III

### Violações de direitos na Universidade Estadual de Londrina

#### Depoimentos à Comissão da Verdade da UEL

Durante seu período de atuação, a Comissão da Verdade da Universidade Estadual de Londrina - CV/UEL recolheu quinze depoimentos de vítimas do sistema de segurança e informação instalado na UEL pela Ditadura Militar. À época dos fatos narrados, os depoentes eram estudantes, docentes ou servidores da Universidade. No trabalho de transcrição das entrevistas, procuramos manter o tom coloquial presente nas falas originais, isto é, não houve adaptação ou correção do que foi dito a não ser em casos específicos, como, por exemplo, ante a repetição de termos ou interjeições. Nas seções a seguir, apresentamos trechos das entrevistas que elucidam temas importantes, porém, a íntegra das transcrições pode ser encontrada nos anexos ao final deste relatório.

#### Depoimentos colhidos

<b>Depoente</b>	<b>Ocupação à época</b>	<b>Data</b>
ARNO ANDRÉ GIESEN	Estudante	05/11/2019
FRANCISCO CARLOS NAVARRO	Servidor/Estudante	28/03/2018
ALCIDES VITOR DE CARVALHO	Estudante	25/04/2021
CÉLIA REGINA DE SOUZA	Estudante	16/07/2020
GILBERTO BERGUIO MARTIN	Estudante	20/10/2016
LUCIO TEDESCO MARCHESE	Docente	21/09/2020

MARÍLIA FURTADO DE ANDRADE	Estudante	31/08/2020
HELOISA HELENA NUNES SANT'ANNA e MIRIAN MAGER	Docentes	18/03/2021
MARCELO OIKAWA	Estudante	19/08/2020
MIRYAM MAGER	Docente	24/02/2022
NELSON YASUO FUJITA	Estudante	09/10/2017
NELSON RODRIGUES DOS SANTOS	Docente	28/10/2020
NELSON DACIO TOMAZI	Servidor	12/04/2017
NILSON MONTEIRO	Estudante	18/11/2020
REGINALDO MELHADO	Estudante	16/12/2020
JOSÉ ANTONIO TADEU FELISMINO	Estudante	30/06/2020

### O debate que não aconteceu

A opressão exercida por um regime ditatorial pode se traduzir de muitas formas, que vão da violência física pura e simples, passando por perseguição política no meio de trabalho ou estudo, até o cerceamento à liberdade de expressão e pensamento. Sobre este último tipo de violação de direitos, isto é, a proibição do livre pensar e dizer, Londrina foi palco de um episódio emblemático. Em 1977, o Diretório Central dos Estudantes planejou a realização de um debate sobre a Constituinte, tema de maior importância tendo em vista o momento político vivido pelo país. É preciso lembrar que o general-presidente da vez, Ernesto Geisel, havia assumido o poder em 1974 insinuando a intenção de promover uma “abertura lenta, gradual e segura”, sendo natural imaginar que, cedo ou tarde, o Brasil precisaria de uma nova Constituição. O propósito de abertura, contudo, não impediu que o governo utilizasse o AI-5 para fechar o Congresso Nacional no mesmo ano de 1977, no que ficou conhecido como Pacote de Abril, na verdade, uma manobra com vistas a enfraquecer o MDB nas eleições vindouras.

Na UEL, os integrantes do DCE convidaram para vir à cidade os juristas Dalmo Dallari e Aliomar Baleeiro, o qual havia presidido o Supremo Tribunal Federal entre 1971 e 1973. Também foi convidado o jornalista Sérgio Buarque de Gusmão, do jornal *Movimento*. Segundo José Antonio Tadeu Felismino, à época líder estudantil,

Os convites ao Dalmo e ao Sérgio foram tranquilos. O problema era convencer o Aliomar, udenista e conservador de alto quilate, que tinha se aposentado no STF e vinha se manifestando aqui e ali em favor da democracia. Ele já estava velho e com problemas de saúde e foi só após longas conversas telefônicas com dona Darli, a sacudida esposa de Aliomar, que foi possível esse feito notável, trazer a Londrina o ilustre casal, que vivia no Rio.<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> Estadão: Em Londrina, ditadura militar mobilizou tropa para silenciar ex-presidente do STF. Disponível em: <https://amagis.com.br/posts/estadao-em-londrina-ditadura-militar-mobilizou-tropa-para-silenciar-ex-presidente-do-stf> Acesso em: jun. 05 jun. 2025.

O debate estava marcado para o dia 2 de junho de 1977 no Teatro Universitário. Como sabemos, esse evento jamais aconteceu, visto que a ditadura acionou um grande aparato policial para impedi-lo. Nos depoimentos e recortes de jornal da época a seguir, podemos ver os testemunhos de várias pessoas que presenciaram aquele fato.

Folha de Londrina. 04 jun. 1977.

**FRANCISCO CARLOS NAVARRO:** “Nessa época aqui, que tem na foto aqui dessa reportagem da Folha de Londrina, foi em 1977. Foi quando vinham alguns palestrantes lá de São Paulo, juristas que eram contra a ditadura militar, eles vinham pregar, dar palestra, eram dois. Eu não me lembro o nome deles agora. [...] é o Aliomar Baleeiro e o [...]. Eu sei que eram dois. Daí naquela época, o Teatro Universitário da Universidade é onde é o Londrinense hoje, aquilo ali é... O CESA, esse Centro aqui era um Teatro Universitário, usavam o teatro para fins culturais e do lado tinha as salas de aula, que era o CESA naquela época. Então ia ter essa palestra, e o que que o regime militar achou por bem? “Não vamos deixar acontecer”; e é como que não vai acontecer? “Vamos trancar rua”; trancaram a rua! Pegaram ali na JK, onde está o *Picwish* hoje, dali até para lá na rua diante do Instituto Filadélfia, lá na UNIFIL, fecharam a rua com barricada. Fecharam. [...] É, eles fecharam assim à tardinha. Daí começou a escurecer e o pessoal vinha ali é uma avenida, é uma curva. E aconteceu que veio uma caminhonete correndo e bateu nos tambores lá, e os caras meteram tiro em cima. Eles abriram fogo contra o cara. Quer dizer, o cara na cabeça dele, ele vai achar que uma avenida está interrompida por um motivo desses. (...) Tudo para eles era um atentado, né? E eu lembro. Isso daí a gente presenciou, a gente estava aqui na rua, estava. Nós estávamos presos aqui, nessa hora. (...) Não podia sair. Entrar você podia entrar na Casa do Estudante, entrar no RU, que era tudo no mesmo espaço, você podia. Sair que não podia.”



FIGURA 5



**Figura 6**



**Figura 7**

**FIGURA 6 E 7. EXÉRCITO E POLÍCIA IMPEDEM A REALIZAÇÃO DO DEBATE SOBRE A CONSTITUINTE EM LONDRINA. FOLHA DE LONDRINA. 04 JUN. 1977.**

**CÉLIA REGINA DE SOUZA:** “Ah, antes disso teve, coincidentemente a gente ia fazer em Londrina um debate sobre a Constituinte. No mesmo período, ia fazer em Minas Gerais a Comissão organizadora do novo congresso da UNE, pró-UNE. E até hoje eu não entendo muito bem essa história, isto até tenho que olhar mais na documentação. Mas não foi nada de propósito. Nós tínhamos um ato aqui em Londrina que ia ser um debate sobre a Constituinte. Estava conseguindo colocar um tema nacional como este. Com o Dalmo Dallari, que era da Comissão Justiça e Paz, com o Sérgio Buarque de Gusmão que era um jornalista do jornal *Movimento*, Aliomar Baleeiro que era um senhorzinho jurista. Tinha sido, desde 1946, que nunca tinha sido um cara de esquerda. Era um cara em que a Constituição era a arma dele. Mas era um debate amplo, que seria no Colossinho, que era o ginásio, atrás, hoje é aqu.ela Faculdade, UNIFIL, era o CESULON, que era o antigo Teatro Universitário. Era um ginásio de esportes. E de repente fecharam tudo. A gente recebeu os palestrantes. De repente cercaram tudo, ficou um grupinho de estudantes do DCE, gente que chega para jantar no Restaurante Universitário, aí ficou ali dentro preso. A área toda, aquela pracinha na rua JK com a Paranaguá até depois do Teatro Universitário, tudo fechado, aqueles caminhões lado a lado, gente armada, um aparato até para baixo do Colégio Universitário, tudo fechado. A gente sem entender, por conta de uma palestra. Eu não sei o que eles acharam, que grande articulação que eles imaginaram. Porque na mesma noite foi preso o pessoal que estava indo para Belo Horizonte fazer o encontro da preparação da UNE. E estavam três representantes nossos que eram o Marco Fabiani, o Marcelo Oikawa e a Márcia Fujisawa. Era um da Comunicação, um da Saúde e da Biblioteconomia. A gente só mandou três porque a gente sabia, já tinha ido lá, eu e o Ruba, lá em Belo Horizonte e vimos que tinha chance de ter repressão. Que se tivesse repressão iam prender. Então nós pensamos “vamos mandar gente, que se for preso, o curso para em solidariedade”. Então foi a Márcia, da

Biblioteconomia, que era presidente do diretório, o Marcelo, da Comunicação e o Marcão da Saúde. Que eram pessoas que teriam um respaldo “Olha foram lá, representando a gente e foram presos, colegas nossos”. Eu sei que teve todo esse aparato, este cerco. Os palestrantes não fizeram a palestra. Eles foram lá, o Aliomar Baleeiro fez questão de chegar e ser proibido, ele abanando a constituição e essa era a arma que ele tinha. Ele e a esposa dele. Isto a Maria Alice pode contar porque ela foi levar eles. A Ingrid Risi foi outra motorista. E cada um estava com um motorista do DCE. Alguém que tinha carro tinha levado. Aí nisso eu lembro que eu e o Roldão fomos na casa do prefeito: “O Sr. tem que se posicionar”. E o prefeito estava lá no Casarão participando de um evento, uma reunião lá. A gente chegou e falou “que o DCE está cercado.”. Vira um que era mais a direita “Ué, mas o que é que vocês estão fazendo soltos aqui fora?” [risos] não prenderam direito. Aí fomos pedir ao prefeito que fosse para lá. Usamos o telefone da casa do prefeito para ligar para órgãos de imprensa, porque o telefone do DCE não fazia ligações para fora, e aí o Bispo foi lá. Para colocar panos quentes lá. O arcebispo Dom Geraldo Fernandes. Eu sei que mobilizou a cidade inteira. Então o debate virou capa da Folha de Londrina, uma matéria, a cobertura foi bem grande.”

**GILBERTO BERGUIO MARTIN:** “Porque a história então era assim, antes do debate da Constituinte, nós marcamos em 1977, o debate da Constituinte. Aí nós trouxemos o Aliomar Baleeiro que era da banda jovem da UDN, nos tempos de que era conservador. Ele era o ministro do Supremo, aposentado, quando ele veio velhinho. O Aliomar Baleeiro, certo? Que a gente queria fazer as coisas de forma ampla e para a gente não ter que ... aí veio [sic] Cristóvão Buarque Gusmão, não, né? [sic] Cristóvão Buarque, não sei o quê, era um jornalista do jornal *Movimento* e vem o terceiro que eu não me recordo mais quem. Eu estou e aí só me recordo do Aliomar Baleeiro. Aí o que aconteceu? A burrice das burrices de parte da repressão. A nossa reunião, certo? Se juntasse uns cem estudantes, ia ser muito, porque discutir Constituinte à noite. Certo? Lá no Teatro Universitário Filadélfia a gente já está olhando e vai ser tal, mas a gente falou “vamos lá”, a gente iria botar os cento e cinquenta estudantes lá, nós íamos conseguir colocar. O que que os caras fizeram, meu? Seis horas da tarde, o debate era oito horas da noite, seis horas da tarde desce a Polícia Militar do Paraná inteira e cerca, eles cercaram para lá do atual Filadélfia hoje, que era uma parte da Universidade que era o CESA, mas o CESA funcionou lá uma época, né? Então eles fecharam lá, que era o que do Teatro Universitário, uma quadra para lá, uma quadra para cima, fechou o Colégio Canadá, né? Fechou o Colégio Canadá, fechou uma quadra por trás do DCE e fechou toda a avenida em frente ao DCE. Bom, nós estávamos num grupo lá, acabamos de fazer os últimos preparativos, nós estávamos acho que uns cinco ou seis dentro do DCE. Eu estava lá, de repente, pum, chega a polícia, “teje preso”, certo? Nós ficamos presos dentro do DCE, certo? Aí acho que mais, nós estávamos em uns dez, mais ou menos, né? Não vou lembrar quem estava, mas eu lembro, eu lembro que estava o Claudinho, eu lembro que estava a Maria Alice, eu lembro que estava o Cuba, é acho que o Binho, tal, enfim, ficamos presos lá dentro do DCE. Nós estávamos fazendo cartaz para colar na frente, tal, fazendo os preparativos para o debate. Rapaz, e aí chega o Tadeu Felismino, certo? “Não, o senhor não pode entrar”, polícia lá na frente. Entendeu? “Como? Eu sou presidente dessa bosta. Como não posso entrar nessa merda,



eu sou presidente dessa bosta.” “Porque você não vai entrar aqui não, meu”. Aí chega o Nilo Dequech, certo? Tá? Que era da Arena Jovem. Tinha sido da Arena Jovem, tinha disputado a eleição. “Mas eu sou um ex-presidente, como vocês não deixam? O senhor não pode?” Quer saber de uma coisa, pegou a carteirinha de filiado da Arena? Olha. “Estou rasgando essa carteira, estou saindo da Arena”, rasgou a carteira da Arena, certo? Aí chamamos o Bispo, né, Dom Geraldo Fernandes, conservador. Opa. Extremamente conservador “É meninos, tudo bem? Não, isso realmente é muito e tal, mas, vocês têm que tomar cuidado com o perigo vermelho e tal, né? Mas os policiais não podem fazer isso que eles tão fazendo, isso aí está errado, certo? Não pode ter violência e tal, mas vocês também têm que tomar cuidado”. Mas veio, veio lá. Aí nós começamos a ligar, aí eu quis fazer, ligar para os políticos do PMDB, né? aí veio o Macedo, veio não é mais, quer dizer. Aí apareceu o pessoal lá e tal e nós ficamos presos. Certo? “Mas não pode, não vai sair, não vai entrar, não pode sair, não pode entrar, não sei o que”, pá, ficamos presos lá dentro do DCE. Mas aí o Tadeu saiu e a turma foi lá no hotel onde estavam os palestrantes. O Aliomar Baleiro falou “O quê? Polícia não me deixando fazer, mas nem” ..., aí a imprensa em cima, “... Mas nem na ditadura do Vargas que eu combati eu fui proibido de falar, como? Olha aqui a arma comunista que eu trago” e erguia a Constituição da ditadura. “É aqui. Essa eu estou eu vim aqui falar da Constituição que você não, como que eles não vão deixar? Eu vou lá. Mas aí veio e a polícia não deixou ele chegar. Mas ele falou “Eu vou no teatro, eles não vão me deixar entrar, mas eu vou, eu vim aqui para dar palestra pra vocês, eu vou lá.” Né? E chegou e a imprensa, puta repercussão nacional, *Estadão*, *Folha de São Paulo*, jornais lá do Nordeste, jornal do Paraná, Paraná inteiro, não sei o quê, “Pô, somos notícia nacional” certo? Entrevista com o Tadeu, fotografia, fotografia da polícia em frente do DCE, fotografia da frente do DCE. Porra, fomos notícia nacional, certo? Aí fala, nossa, os caras são burros demais, mas eu vou fazer um troço pequenininho. Quietinho, pequenininho. O outro que é tal e os caras conseguiram dar o nome então.”



**FIGURA 8. EXÉRCITO E POLÍCIA IMPEDEM A REALIZAÇÃO DO DEBATE SOBRE A CONSTITUINTE EM LONDRINA. FOLHA DE LONDRINA. 04 JUN. 1977.**



**NILSON MONTEIRO:** “[...] vinha palestrar no DCE a convite do diretório Central dos Estudantes o Aliomar Baleeiro que era um cara de direita, para vocês verem como é que a gente vivia. Aliomar Baleeiro veio a convite do DCE fazer uma palestra aqui em Londrina. E a Polícia Militar cercou o DCE armada até os dentes e impediu. E impediu que o Aliomar falasse. Ele se sentiu envergonhado para o país inteiro, ele falou isso que “Estava envergonhado” né? Ele deu uma entrevista para nós que éramos da Folha de Londrina dizendo que estava envergonhado com aquilo que estava acontecendo. [...] eles (policiais) fecharam de onde é hoje a UNIFIL até onde era o Restaurante Universitário, que foi derrubado aquele prédio. Nossa saudosa memória lá. Eles fecharam até lá, um aparato policial para derrubar presidente da República, e era para impedir, e não houve, impediram, a palestra do Aliomar, então isso sim. Eu só fiz isso para comparar com aquilo que me foi perguntado pelo André da questão de você impedir pela força física, né? E impedir pela força do boato, né? São coisas diferentes né? Eu não prefiro nenhuma das duas.”

**JOSÉ ANTONIO TADEU FELISMINO:** “A polícia cercou tudo, o Exército, não sabemos o que é que é, o pessoal tá preso dentro do DCE, não pode entrar, não pode sair, e tá tudo cercado, tudo cercado”. Falei bom, não sei o que fazer. Aí fui falar com o Dalmo “Olha, cercaram lá o DCE”, o Dalmo, na maior tranquilidade “Não, tranquilo, vai lá ver o que tem que fazer, eu daqui vou pro hotel e a gente resolve o que é que vai fazer e tal” Tranquilíssimo! Aí eu fiquei que nem barata tonta, não sabia direito pra onde ir, eu sei que eu fui daqui, fui dali, e a cidade virou uma comoção né, um fato desse, e era o presidente do Supremo Tribunal Federal né, o cara tinha se aposentado há 6 meses, olha a inteligência do pessoal. Eu sei que no fim eu saí e fui lá pro hotel, cheguei, subi, cheguei no quarto lá do Aliomar, alguém falou “Olha, aguarda que tem uma pessoa enviada pelo ministro Ney Braga aqui para falar com ele”, aí eu fiquei esperando do lado de fora. Aí de repente já estava na hora do debate, saiu o Aliomar, Dona Darlizinha e o Dalmo, o Sérgio Buarque, estavam os quatro no quarto com um cara que era o chefe de gabinete do Ney que era aqui de Ibiporã, Justino Alves Pereira, sendo que o filho do Justino tinha participado do Poeira, (risos), você entende? E aí eu estava ali, entraram cinco no elevador, eu entrei junto assim (sinal de apertado com as mãos) que era um elevador pequeno, e nós estamos descendo ali aquele clima pesado, o cara do Ney Braga ali, eu só ouvi a Dona Darlizinha, foi a única voz, falou “Dr. Justino, nós não viemos do Rio de Janeiro aqui para ficar num quarto de hotel, nós viemos pra um debate e nós vamos no debate”. Fala se não é genial!? Uma cena de filme, né? (risos) Falei, “puta, fantástico!” Aí chegamos lá embaixo, bom, Dona Darlizinha dando ordem para todo mundo “Então vamos pro debate”. Aí nós, o nosso transporte o que é que era, um fusquinha, um fusquinha de uma colega do Serviço Social que era Maria Alice Pavão, o fusquinha dela. Entrou o Aliomar, tal, tal, os quatro convidados, e foram com um camburão de polícia atrás, e tal. E dali eu saí, tinha um advogado assim progressista, que era o Odair Cirine, falou “Não, vamos ver se a gente acha o juiz pra dar (...) uma liminar, habeas corpus, um negócio assim, não era um habeas corpus né, uma liminar, e fomo atrás, nisso nós passamos ali pelo Shangri-lá, pelo mercado, que era o batalhão da polícia, estava tudo fechado aí falamos “É, os caras tão lá” aí depois voltamos, tentamos entrar no DCE tinha outro cara, era um triozinho aqui na época, que era o Raul Silva, o Capitão Aparecido e

esse terceiro que era o Jairo, Capitão Jairo Gomes, Jairo não sei das quantas, que era tipo um cara da P2, que era a área de inteligência, entre aspas, da Polícia Militar. Ai esse cara “Não, não vai entrar” e o pessoal estava retido ali, se bem que tinha gente já conseguindo sair pelos fundos e não sei o que, o objetivo deles não era... era impedir aquele debate. Eu calculo que eles achavam que tinha alguma relação com o episódio de Belo Horizonte, sendo que em Belo Horizonte o pessoal que estava chegando no mesmo dia, estava sendo todo preso e recolhido na entrada da cidade, então nosso pessoal foi parado na entrada da cidade e dali já recolheram e levaram lá pro, pra delegacia, passaram a noite, foram fichados e depois voltaram, eu acho que eles achavam que tinha uma coisa com outra, mas o fato é que aquilo gerou uma repercussão espetacular. (...) não teve o debate, causou uma comoção por que a cidade inteira (...) Nossa, a cidade inteira foi, “Que que tá acontecendo aqui?” E era um cerco assim (faz sinal com as mãos as muito s indicando um cerco amplo), ali pegava, o DCE ficava naquela pracinha em frente ao Clube Canadá, na curva da JK, então eles cercaram ali a Paranaguá, né, a Canudos ali por baixo, cercaram a Goiás, cercaram (...) Para ninguém chegar ali, cercaram lá por baixo, ninguém chegava, então a cidade inteira foi ver isso, o que tinha de gente se escondendo assim, foi dia da gente ligar e não achar senador, não achar prefeito. Então teve aqueles caras que foram lá dar a cara né, tinha um deputado federal que depois nós apoiamos para prefeito que era o Osvaldo Macedo, mas Leite Chaves que era senador, sumiu, deputado federal sumiu, o prefeito que era o Belinati sumiu.”

### Vigilância e monitoramento da comunidade universitária

Durante o período ditatorial, a comunidade universitária foi diuturnamente monitorada pelos órgãos de inteligência do regime militar, principalmente pela Assessoria Especial de Segurança e Informações - AESI, cujo escritório funcionava junto à reitoria da UEL. Fosse por informantes que se misturavam às turmas para assistir aula, ou pelos próprios funcionários da assessoria, a vigilância era exercida de forma constante e, às vezes, ostensiva. Assim, o cotidiano de estudantes, docentes e técnicos se tornou objeto de relatórios que, produzidos localmente, eram remetidos às instâncias superiores do Serviço Nacional de Informações - SNI.

Ao ser perguntado se presenciou ou sofreu algum tipo de repressão quando era estudante da UEL, Alcides Vitor de Carvalho responde o seguinte:

**ALCIDES VITOR DE CARVALHO:** “Cara, houve sim, primeiro que a gente era seguido o tempo inteiro, fotografado; depois eu peguei os meus registros lá do DEOPS, quando Requião abriu aquela vez. Era um catatau imenso de fotos dizendo que dia tal eu tive

uma reunião com tantas pessoas que duraram tanto tempo. E na própria UEL, tinha um sujeito chamado Capitão Aparecido que fotografava tudo e mandava pro DEOPS direto, mas descaradamente, todo mundo sabia disso e as aulas também estavam repletas de espias. A gente sabia porque você estava dando ordem e de repente apareceu um estudante que nem tinha feito vestibular, porque eles não precisavam fazer vestibular e ficavam ali e você tinha que tomar cuidado e isso acontecia também fora da UEL. Por exemplo, no Ensino Médio. Isso foi em 1969, eu já lecionava na UEL, em 1970. Aliás, foi em 1970. Me proibiram de dar aulas, porque eu tinha que ir a cada três meses a Curitiba e lá havia uma banca e eles questionavam tudo que a gente estava ensinando, como é que estava ensinando e o que que tinha que ensinar; você não pode falar isso, você não pode falar aquilo. “Lembra que você, se você recair, você vai ser preso definitivo, você tem antecedentes criminais”. E aí a gente voltava e procurava manter um pouquinho aquela obediência, mas eu não aguentei e falei: “Quer saber de uma coisa, vai tomar banho. Eu vou ensinar do jeito que eu acho que tem que ser”. Aí veio um telegrama me proibindo de dar aula no Colégio de Aplicação, que nessas alturas eu já tinha concursado no Ensino Médio, e era professor de Ensino Médio também. E aí me tiraram a possibilidade de lecionar. Eu senti que a barra estava pesando muito esse negócio de vigia, ter que ir a Curitiba responder não sei o quê. Tinha uns velhos lá que você percebia que eram militares reservados, da reserva, te questionando, aí eu consegui uma bolsa do governo francês e fui para França fazer o mestrado.”

Segundo alguns depoimentos colhidos pela CV-UEL, estudantes e servidores chegavam a ser constrangidos a dar informações de colegas para as autoridades. É o caso de Francisco Carlos Navarro, à época funcionário da universidade, mas também estudante.

**FRANCISCO CARLOS NAVARRO:** “... Aí, em 1975, eu entrei na Universidade como funcionário e concomitantemente eu fiz parte da primeira turma que entrou na Casa do Estudante. Então, a Casa do Estudante era na Rua Canudos, ali com a JK, que era esse prédio aqui [aponta para um documento que está na mesa]. Então, no prédio, que era da Universidade, estava sediada a Casa do Estudante e na parte inferior era o Diretório Central dos Estudantes. Por isso que a gente tinha muito até... Isso facilitava o envolvimento com o movimento estudantil, e você acompanhava tudo o que acontecia porque você estava ali, fazia parte... Nessa época a gente começou a se envolver bastante, ver e participar do movimento estudantil... Essa época era reitor o Oscar Alves... em 1975, era o Oscar Alves. Era uma época de muita repressão. Estava no auge da repressão mesmo. Tanto é que a gente, como funcionário e como servidor da Universidade, às vezes era até um pouco constrangido, sabe? Tipo assim, existia na Reitoria uma, eu não me lembro, não recordo o nome, mas falar sobre alguém: “Você conhece essa pessoa?” E mostrava um monte de fotos que acompanhava o aluno. Teve caso de morador da Casa do Estudante, que era de fora, e participava do Diretório Central de Estudantes, que eles chegaram a falar “Você conhece essa pessoa?”; e mostrava aquele monte de fotos. “Eu conheço, é morador da Casa do Estudante com a

gente, participa aqui do Diretório Central dos Estudantes”; daí eles mostravam foto da pessoa acompanhando a pessoa. A pessoa ia lá para São Paulo, não sei o quê, e eles iam junto! Eu não sei como! Era uma coisa muito, era terrível. E a gente como funcionário, não só eu, mas como outras pessoas que moravam na Casa do Estudante. Na época, nós éramos em três que moravam na Casa do Estudante e éramos funcionários da UEL. Então era eu, tinha um professor que hoje é do Direito Público e tem um terceiro morador que hoje não mora mais em Londrina, mas nós três éramos chamados... Várias vezes nós fomos chamados lá... É, eles me viam como servidor, mas eu era servidor e estudante, e eles não perguntavam de servidor. Eles estavam perguntando de estudante... Porque essas pessoas que eles perguntavam eram alunos que participavam do Diretório Central dos Estudantes. [...] Eu trabalhava na CEC [Coordenadoria de Extensão à Comunidade], que seria hoje a PROEX [Pró-reitoria de Extensão], o professor aqui do Direito Público que trabalhava na PRORH [Pró-reitoria de Recursos Humanos]. E esse outro funcionário que não está mais aqui em Londrina, trabalhava no NPD [Núcleo de Processamento de Dados], que é a ATI [Assessoria de Tecnologia e Informação] hoje. Então volta e meia a gente era chamado lá e era muito constrangimento.”

[CVUEL: Quem é que fazia essas perguntas?] **FRANCISCO CARLOS NAVARRO:** “Na época era, se eu não me engano, o nome dele era Luís Emílio e ele era um militarzão. Não sei se vocês têm alguma coisa registrada dele. Ele era o assessor. Era uma assessoria que tinha no gabinete do reitor.”

[CVUEL: Se chamava AESI?] **FRANCISCO CARLOS NAVARRO:** “Isso! Exatamente, é isso mesmo. E era comandado por esse Luís Emílio.

[CVUEL: Isso durou quanto tempo, Francisco?] **FRANCISCO CARLOS NAVARRO:** “Durou uns dois a três anos, mais ou menos.”

[CVUEL: 1975, 1976 e 1977?] **FRANCISCO CARLOS NAVARRO:** “É. Uns três anos mais ou menos durou isso daí. 1977 foi o pior ano.

Sobre a vigilância no campus, sobretudo as fotografias que eram tiradas dos estudantes e alimentavam os relatórios da AESI, José Antonio Tadeu Felismino e Célia Regina de Souza afirmaram:

**JOSÉ ANTONIO TADEU FELISMINO:** “[...] o Martinon em algum momento chegou para colegas nossos para dizer, “Olha, se cuida por que eu tive que passar umas fotos de vocês pra não sei quem lá” não, “Por que alguém lá pediu umas fotos de vocês”. “[...] Alguém falou isso”, “Olha vocês se cuidam”, que era um colega da Folha, “Olha vocês se cuidam lá que me pediram foto de vocês”.”

**CÉLIA REGINA DE SOUZA:** “É o Martinon, ele foi meu colega de Folha de Londrina. Era um fotógrafo. Era espanhol, um senhor... Quando a gente estava na ULES e estava

querendo montar... Ele ficou me dando aula de.... Depois ele arrumou um emprego na Universidade como fotógrafo. Eu acho que “Ah! o Martinon era um dedo duro”. Acho que não; deram para ele algumas tarefas. Eu sei que tinham fotos belíssimas nossas, lá bem grandes, no Arquivo da UEL, distribuído para o DEOPS, para todo mundo, principalmente por conta desse terceiro encontro de estudantes em Belo Horizonte, os possíveis que iriam né. Então a UEL tinha fotos lindas minhas, do Roldão. Tinha fotos nossas lá. Mas eram fotos que tinham ido de documentos nossos. De evento, essas coisas, não chegava para nós.”

Ainda em seu depoimento, Célia Regina de Souza comentou a presença de membros do sistema de vigilância que se infiltravam no Movimento Estudantil.

**CÉLIA REGINA DE SOUZA:** “No comecinho eu lembro que foram uns caras no grupo de estudos estudantis, umas figuras nada a ver ali na reunião. As reuniões eram abertas. A gente conhecia todo mundo. Londrina era um ovo. E aqueles caras ali, nada a ver. Não se interessava em fazer matéria. Eles vinham em uma reunião e não voltavam mais. Viam que não ia render e eles iam entrar bem. Uns professores mais de direita também. [...] O que estou dizendo. Eles tinham um papel institucional. Ele era oficialmente da AESI como o tenente Raul era, como o capitão Aparecido. Eles eram a repressão institucionalizada para nós. Então o Luís Emílio Ferreira Bueno era meu professor. Eu cuidava de ser, até as bobagens que ele falava eu repetia na prova porque “Vou tirar nota boa com ele”. Teve um dia que ele falou uma bobagem. Não lembro se era “Lenin matou Trotsky”. Tinha acabado de passar o filme, uma versão aqui no Vila Rica. “Quem, professor, que matou Lenin? “Lenin foi lá...”. Ele queria falar que Stalin mandou matar. Foi um ato falho dele. “Não, porque eu vi lá no filme parece que foi um tal de Ramon que foi com a picareta”. “Mas é que o Sr. está falando”. No fim a gente tirava um sarrinho. Às vezes ele falava “Porque os boias-frias...” Eu tinha feito uma matéria sobre os boias-frias que ficou famosa como jornalista. “Porque os jornalistas...”, ele fazia uma provocação, eu fazia aquela cara de paisagem. Então eles sabiam quem nós éramos e nós quem eles eram. Não tinha, e quem eles contratavam para fazer algum serviço, era o que eu falei, era gente de quinta, porque os relatórios são péssimos ou então era gente muito legal, porque não tinha informação que preste. Não tem. Vocês morrem de rir. Agora essa é a parte cômica que você morre de rir.”

Neste mesmo sentido, Reginaldo Melhado, à época estudante de Direito, falou sobre informantes que vigiavam o que era dito e ensinado nas salas de aula da universidade. Em sua opinião, a violação mais corriqueira era contra a liberdade de expressão.

**REGINALDO MELHADO:** “Então a gente tinha uma violência, digamos, simbólica, né? De uma estrutura repressiva, né? E é o medo permanente, porque a gente sabia por exemplo que dentro do curso sempre tinha os caras da Polícia Federal vinculados à repressão, né? Seja por simpatia, seja porque a gente desconfiava que algumas pessoas eram colocadas ali, até por fraude, no vestibular, a gente imaginava isso, né? Que havia pessoas ligadas ao regime a gente sabia; dessas pessoas ou de outros casos a gente desconfiava, né? Que eram as pessoas que davam as informações, a verdade é que eles tinham toda a nossa ficha, né? Todo mundo sabia tudo que você fazia, de onde você era, qual era seu histórico de vida e tudo mais, né? E no meu caso específico, ainda tinha o precedente ruim de ter sido, de ser filho, de uma pessoa que havia sido presa no regime militar um pouco antes, e acabei ficando com aquele estigma que, na cabeça desses milicos, devia ser alguma coisa assim, esse cara é perigoso, né? O pai já tem ligação com a esquerda, e ele também deve ter e tal, a gente sentia esse tipo de violência, né? Mas não era uma violência, era uma violência por não poder falar, uma violência por não ser tratado igualmente, era uma violência por enfrentar uma estrutura jurídico-política e militar ainda colocada dentro da instituição, né? Mas nunca violência física, nunca violência a ponto, por exemplo, de ser arbitrariamente excluído da Universidade, ou do curso, da sala de aula, e o que a gente não tinha espaço, era para debater, discutir, mesmo em sala de aula com muitos professores, você começava a falar de política, falar de questões, porque o Direito, necessariamente, atrai questões ligadas à democracia, a estrutura de Estado e tal, seria conversar sobre isso, e não podia, né? E o professor, eu já, a aula não era um diálogo, a aula era um discurso, não tinha espaço para, se a gente começava a falar, ele já falava “Aqui não é lugar para você fazer propaganda política”, qualquer coisa assim, era esse tipo de violência, a gente ainda, a gente ainda vivia, né?”

O sistema de vigilância e monitoramento também era alimentado por denúncias anônimas, as quais nem sempre tinham fundamento. Na verdade, a presença constante da AESI em todos os espaços da universidade criava um ambiente pesado e constantemente tenso, como relata Heloisa Helena Nunes Sant’Anna, docente da UEL no anos 1970: “Depois, quando chegamos de volta da USP, Rodolfo e eu, o ambiente era o pior possível, assim todo mundo pisando em ovos, todo mundo com medo de todo mundo, era horrível. Até a chefia do departamento era muito ligada à reitoria.” Lucio Tedesco Marchese, professor do curso de Medicina, relatou como denúncias feitas por telefone e, portanto, sem apresentação de prova ou indício, prejudicaram sua carreira acadêmica.

**LUCIO TEDESCO MARCHESE:** “Não. Isso vinha da Reitoria. De pessoas ligadas à Reitoria, do próprio Reitor. Pessoas ligadas à cúpula administrativa da Universidade. E isso foi criando um clima de temor interno. Muito desagradável. Momento difícil, muito difícil. Então, fora da Universidade, eu intensifiquei minha atividade profissional, societária. Fui

presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Pediátrica. Fui presidente da ANCIP, Associação Latino-Americana de Cirurgia Pediátrica. Fui do Conselho Consultivo da World Federation, Federação Mundial de Cirurgia Pediátrica. Fui ocupar meu espaço e minha vocação administrativa que tinha sido bloqueada. E de prejuízos pessoais, não pude progredir na carreira, não pude fazer o concurso para Titular, depois foi bloqueado. Quando eu voltei não teve mais. Perdi a oportunidade de participar de dezenas de bancas de doutorado e de concursos para professores titulares no Brasil, em diversas Universidades, porque não tinha o título de titular. Tive prejuízos financeiros e tive um prejuízo moral de ter um bloqueio, um interstício muito grande na minha carreira, que era a razão da minha vinda para cá.”

Lucio Tedesco Marchese também falou à CV-UEL sobre a presença da AESI no Hospital Universitário.

**LUCIO TEDESCO MARCHESE:** “A AESI era assim uma instituição, infiltrada em todos os locais, de um modo capilar. Entrava em tudo. Eles pegavam informações de todos os órgãos, inclusive do Hospital Universitário; semanalmente, às vezes, mensalmente, saía um funcionário, aqui de Londrina, que ia levar essas informações em uma pasta. Pegava o avião e ia levar para Curitiba. Nós levantamos várias informações quando o DEOPS abriu suas portas para consulta. Vários documentos, infelizmente, foram perdidos nessa época, mas existe muita coisa lá ainda que pode ser consultada desse período. Então as AESIs foram montadas em todas as universidades públicas. Eram ligadas diretamente ao SNI e prestavam informações que depois eram coletadas e faziam o municiamento dos órgãos de segurança do Estado, ligados ao Comando do Exército.”

Nelson Tomazi, que trabalhou na implantação de vários cursos de graduação durante a administração do Reitor Oscar Alves, comentou em sua entrevista como o constrangimento era constante, fosse dentro ou fora do campus.

**NELSON DACIO TOMAZI:** Vigilância de sala de aula e intimação para comparecer à Polícia Federal. Então você pode imaginar, ia crescendo isso e toda a dinâmica dessa coisa, você vai ter conflito de todo tipo e os conflitos políticos é óbvio que vai ter, porque volta e meia “Ah, um professor falou isso e chamava e levava pra Polícia Federal”. Um aluno, o Marcelo Ridenti, por exemplo, né? Um dia está lá na aula, fala não sei o quê, no outro dia aparece uma coisa pra ele aparecer lá e explicar porque que ele falou isso, ou aquilo. Ele começou a ser professor aqui, na UEL. Havia isso. Sempre uma coisa. Não era acintoso, compreende? Sabia um dia depois. Mas tinha que tomar um certo cuidado, eu mesmo fui.

Segundo Tomazi, ele chegou a ser monitorado inclusive quando estava em São Paulo fazendo sua pós-graduação, isto é, os tentáculos da AESI não se restringiam ao campus universitário, e nem mesmo a Londrina.

**NELSON DACIO TOMAZI:** “Aí eu fui pra USP, né? Fui fazer a pós-graduação na USP. E o meu orientador lá era o Azis Simão. Um professor ceguinho, uma cabeça. Um dia eu estou lá na USP e “Vem cá, Nelson”, me chamando de Nelson, né? “Nelson, me diga uma coisa, o que que tá acontecendo na tua universidade?” “Não sei, estou aqui fora. Não estou sabendo de lá”. “Porque apareceu um camarada aqui perguntando de você, o que você estava fazendo, pá pá pá pá pá.” E veio conversar comigo, porque ele era inclusive, na época, o Azis, o chefe do departamento. Antenado nessas coisas, né? Uma prática política muito grande. Ele disse: “Como é que é esse camarada, né? Descreva para mim”. Ele disse, pô, porque ele era cego, mas ele perguntava para a secretária. Ele diz: “Olha, ele era assim, ele era baixinho, meio gordinho, que não sei o que”. “Então, eu já sei quem é”. “Você trate aí em São Paulo” saber o que você estava fazendo lá. Como era o Pinotti, que eu tinha que vir pra cá volta e meia, quando eu soube disso eu vim pra cá e telefonei, na época era caro, “Pinotti, o que que é isso? Tá desconfiando de mim?” “Não, nada”. “O que que aconteceu?” Eu contei para ele. Ele disse, “Ah, deixa comigo que eu vou pegar o moço. (...) Era o Luis Emílio. Porque ele tinha essa autonomia, né? Aí ele não respondia ao Reitor. Então muita coisa se fazia independente das coisas, sabe? Então, algumas coisas não interessavam...”

As violações à liberdade de expressão e intimidações podiam acontecer em ambientes propriamente acadêmicos, como salas de aula e laboratórios, ou mesmo em outras circunstâncias que envolviam a comunidade universitária. Neste sentido, o jornal *Poeira* foi um alvo preferencial do regime por intermédio da AESI, como declarou José Antonio Tadeu Felismino.

**JOSÉ ANTONIO TADEU FELISMINO:** “Você tinha perguntado sobre a AESI. Foi principalmente a partir do segundo semestre de 76 que a coisa começou, então você vai encontrar alguns *Poeiras* do segundo semestre já fim de 76 falando da AESI. E o pessoal fazia umas coisas muito sem noção, eles pegavam a guarda, guardinha patrimonial, e começaram a querer transformar isso em uma força militar, então o Capitão Aparecido, aí começa a aparecer muito o Capitão Aparecido, que eles começam a levar os guardinhas e fazer em horário de aula, de intervalo, no pátio do CCH, a fazer treinamento de controle de distúrbios civis, golpe de karatê. Onde que uma guarda de patrimônio vai fazer isso? Aí começa essa situação, logo depois disso começam umas depredações no campus, então eles tinham que cuidar do campus, e toda noite alguma sede de diretório era invadida, porta quebrada, coisa depredada, caixa de sugestão; *Poeira* vivia muito de caixa de sugestão, pessoal mandava coisa e tal, pessoal



depredando, arrancando cartazes, coisas desse tipo né. Aí o *Poeira* sempre jogou muito com humor né, não sei em que momento, mas numa das edições tinha o seriado de TV, na época, que era o SWAT, Polícia Americana, então quando começa esse tipo de coisa, não sei o que, não sei o que, o *Poeira* lança uma nota “Quando não sei quem precisa de ajuda, chama a ‘suat’ (com u)” (risos), isso virou. Viralizou, para usar o termo, viralizou, virou uma gozação no campus, virou uma gozação e o clima foi esquentando. Quando chegou janeiro de 77, o que que acontece, a gente sempre na matrícula dos calouros a gente fazia uma edição de boas-vindas falando da UEL, não sei o que e coisa e tal, e nós vamos distribuir a matrícula, acho que era na educação, nós fomos distribuir o jornalzinho, e o Capitão Aparecido falou “Não, não vai distribuir, não sei o que, se quiserem, distribuam lá no diretório”, um bate e boca e não sei o que, recolheram a edição. Então 77 já começou fervendo, tinha esse clima de reorganização dos encontros nacionais de estudantes e não sei o que, aí o *Poeira* seguinte sai denunciando a apreensão do jornal e tal.”

O aparato de vigilância, montado pela AESI dentro da UEL, objetivava não apenas a monitorar os membros da comunidade universitária, mas toda a cidade de Londrina, como relatou Marcelo Oikawa:

MARCELO OIKAWA: “... a AESI, ela não se dedicava exclusivamente a espionar os estudantes. Ela fazia uma espionagem na cidade toda. Espionava políticos, sindicatos e fornecia as informações para o SNI. Por que eu sei disso? Em 1991, quando o governo do Estado encaminhou os arquivos do DOPS para o Arquivo do Paraná, o Sindicato dos Jornalistas me indicou como pesquisador. Fiquei um ano lá dentro, mexendo na papelada. E descobri, na verdade estava pesquisando sobre a guerrilha de Porecatu, que depois eu escrevi. Sabe quando você mira em uma coisa e acerta em outra? Eu descobri que o volume de informações encaminhadas pela AESI para o DOPS e para o SNI era maior que toda a história do movimento dos portuários de Paranaguá e dos ferroviários de Curitiba, que tradicionalmente eram as duas áreas que havia muita militância política, desde sempre. Então o volume era maior que o da guerrilha de Porecatu. Era uma coisa impressionante. E nesse volume, naquela época a gente podia entrar e copiar tudo o que quisesse. E eu copiei muita coisa. E entre as coisas que eu copiei da AESI tem informes dela encaminhando denúncia, informação, alguma coisa para os órgãos de segurança. Então ela agia na cidade como uma extensão dos órgãos de segurança do país, como o DOPS, o SNI.”

### Violência física e/ou psicológica

A maioria dos casos relatados à Comissão da Verdade da Universidade Estadual de Londrina se relacionam ao cerceamento da liberdade de expressão; contudo, em algumas oportunidades, os depoentes revelaram episódios de prisões arbitrárias,

ameaças e violência física e/ou psicológica realizadas pelo aparato de segurança do regime, como contou Arno André Giesen em sua entrevista.

**ARNO ANDRÉ GIESEN:** “Fui preso pelos milicos de Apucarana, pelo Exército. Na época era o Tenente Lisboa... Depois de solto teria sido morto... Um agente do DEOPS que estava a serviço do Exército em Curitiba, Balbinot, que se aposentou. Fiquei sabendo que ele estava em Santa Catarina, e mais uns dois sargentos. Na época eu trabalhava como estagiário com o Dr. Oscar, que morreu há pouco tempo, e fiquei ligado a ele pelo Manuel Jacinto, em função da política mesmo. Eu era simpatizante e o Jacinto fazia parte da direção do movimento [PCBR]... O local que fui preso foi no escritório do Oscar. Me cercaram lá dentro e me levaram num camburão, não lembro como. Foi daí que fui para Apucarana “passar umas férias” [...] Inicialmente, eu fiquei um mês mais ou menos, fui o último a prestar depoimento e o último a ser solto. Fui solto para fazer as provas finais da Faculdade de Direito; fui levado de novo para prestar outros esclarecimentos. Nesse um mês tentaram tirar depoimentos e tal, de mim e de outro. Houve tortura no quartel de Apucarana. A tortura acontecia dentro da sala do Comando, do Comandante do batalhão, o Capitão Zuiderzee Nascimento Lins. O pau-de-arara foi montado dentro do QG do exército em Apucarana na sala do capitão. Participaram além do capitão, esse cara do DOPS [Balbinot] e o Tenente Lisboa... E era o que havia de pior [esse Tnte. Lisboa] mau caráter mesmo... perseguidor de quem quer que fosse, que não concordasse com as ideias dele, mas passou também foi só um dia. Não me abalou muito não, porque não foi aquelas torturas que depois aconteceram em SP, em outros lugares, RJ, aquilo passou do ... foi pau de arara, espancamento e choque elétrico. (...) Tentativa de choque elétrico, não chegou a se concretizar porque o batalhão era um prédio de madeira ... na hora a eletricidade falhou ... aconteceu isso... foi um dia de tortura e um monte de interrogatório e ameaças (...) Ameaça de ficar preso muitos anos ... de darem sumiço na gente ... como os militares viram que esse movimento nosso não era lá ameaçador ao exército brasileiro, não passou de 30 a 40 pessoas aqui na região tentando fazer o mínimo contra a ditadura, mas sem realmente constituir [...] 19:08] ... acabaram soltando... alguns foram chamados de volta depois como o meu caso... fui solto, fui tentar fazer a Faculdade de Direito.”

Em 1968, de forma clandestina, a União Nacional dos Estudantes - UNE realizou seu 30º Congresso. O encontro aconteceu em Ibiúna, pequena cidade do interior de São Paulo, onde mais de mil estudantes se reuniram em um sítio para deliberar os rumos do movimento em pleno regime militar. O grande número de pessoas circulando no município, algo atípico naquela região, chamou a atenção dos moradores, os quais denunciaram a movimentação às autoridades. Rapidamente a polícia chegou ao local colocando fim ao evento e prendendo centenas de pessoas. Vários estudantes da UEL viajaram para Ibiúna e foram detidos, como relata Alcides Vitor de Carvalho:

**ALCIDES VITOR DE CARVALHO:** “Fizemos uma greve de fome de 48 horas para exigir advogado etc. e tal. E quando foi um belo dia, porque chamavam a gente, ficava umas quatro horas com uma pessoa, aí a pessoa voltava e relatava tudo que tinha respondido para a gente ter as mesmas respostas. Quando chegou no final, nos últimos que foram chamados, eu fui um dos últimos para depor, uma pressão psicológica muito grande. Eu sentei ele falou “Você fez isso, fez aquilo, fez aquilo”. Ele já foi escrevendo, porque ele já sabia tudo que nós íamos responder, porque todos que apareciam, eles já tinham decorado as respostas.”

O medo da prisão era grande, e o receio de ser detido pela repressão sem que ninguém o soubesse, ainda maior. Isso fez com que os estudantes da UEL criassem estratégias de proteção que eram compartilhadas pelas pessoas envolvidas com o Movimento Estudantil. Segundo Célia Regina de Souza, esses procedimentos foram adotados

**CÉLIA REGINA DE SOUZA:** “... desde o período que a gente andava com dupla de segurança. Chamava dupla de segurança. Um cuidava do outro. Então a Maria Alice cuidava de mim, eu cuidava dela. Se sumisse, era para alguém dar um alerta. A gente tinha essa preocupação. Terminava a reunião, a gente ia na Kombi do DCE levar as pessoas em casa para não deixar solto na madrugada. A gente olhava para os dois lados, muito, para atravessar aquela JK, para ir para o DCE, porque sabíamos que poderia vir um “opalão”. A gente sabia, mas nunca aconteceu com a gente.”

Em depoimento semelhante, Nilson Monteiro relatou o seguinte:

**NILSON MONTEIRO:** “[...] quando eu entrei na Universidade, como aluno, em 78, o que ocorria no movimento estudantil entre os alunos é que a UEL era uma Universidade muito policiada, ela era muito vigiada, e tinha estudante que estava ali como dedo duro. [...] É evidente, nós tínhamos problemas sérios assim do ponto de vista de medo mesmo, de uma mordaca, de etc., etc., etc., etc. Me perguntaram uma certa vez se eu fui preso, torturado, durante a ditadura. Falei “Não, nunca e não precisava. Ou precisava?” Quando você tem uma situação que você tem medo de atravessar a rua porque tem medo de ser atropelado, você precisa ser torturado? Quando você tem uma situação em que você tem medo de andar na rua, à noite, e sair de trás da árvore um brutamontes qualquer, você precisa ser torturado? você não precisa ser torturado.”

A percepção de que havia um clima de ameaça é corroborada pelo depoimento de José Antonio Tadeu Felismino. Neste caso, se destaca a atuação do militar Raul Silva, que atuava como docente da UEL durante a ditadura.

**JOSÉ ANTONIO TADEU FELISMINO:** “[...]. em 74, às vezes, quando eu comecei a participar mais do movimento estudantil, vira e mexe eu encontrava na reitoria, em alguma reunião, o Raul Silva, Raul. Raul Silva era o chefe do Tiro de Guerra, era o meu chefe, e o Raul Silva era professor aqui, e desde então a gente já estava ouvindo falar em AESI... E então eu encontrava o Raul Silva aqui pela reitoria, e a brincadeira dele era: “Escuta você, o que você tá fazendo que não foi preso ainda?” Vamos dizer que não era uma brincadeira muito inocente né, “O subtenente, tal, que não sei o quê” [eu] dava uma desconversada. Mas assim, até em termos assim de constrangimento, eu lembro que eu fazia o tiro de guerra, era jornalista na *Folha* [de Londrina], já estava participando, e aí eu sei que teve um festival do teatro e na época teve uma reunião de organização do festival de teatro, isso foi em 74, deve ter sido em maio, junho, por aí, e a reunião era lá no Júlio Fuganti e o pessoal me convidou para ir lá para ajudar na comissão de divulgação etc. Lá fui eu, e na época eu fui participar da reunião, e alguém de televisão foi e filmou, a reunião, aí no dia seguinte, hora que termina a instrução lá no tiro de guerra, terminou a instrução, o Raul Silva me gritou, 102, que era eu né, (risos), aí me chamou lá no escritório dele: – “Escuta, você está participando aí de festival de teatro?” – “Pois é, trabalho na *Folha*, pessoal convidou” – “Você tem que tomar cuidado com esse pessoal, esse pessoal é tudo comunista” – “Mas, subtenente, eu convivo com o pessoal e nunca vi nada de estranho, olha, são colegas” – “É, esse Domingos Pellegrini e esse Nilson Monteiro, isso é tudo comunista” – “Mas não é possível, por que eu convivo com eles” – “Não, é tudo esquerda festiva” (risos) “Pessoal que fala contra o sistema, mas na hora do vamos ver eles querem o bem bom” – “Não, tudo bem...” Aí eu dei uma desmarcada, mas o fato é que, depois disso, um colega do Tiro começou a me abordar, tipo assim, “Soube que você participa lá na UEL do movimento, tenho interesse” eu fiquei meio assim, mas falei, “É, eu participo, se você quiser não tem nada de mais”, e levei esse cara, convidei, para uma reunião do DCE, só que depois esse cara, sabe quando some, eu fiquei entendendo que o cara tinha...”

A pressão sobre os servidores, técnicos e docentes da universidade era constante, e as ameaças de demissão se transformaram num instrumento para sujeitar os que não estavam conformes ou tinham posturas críticas ao regime e à administração institucional da UEL. Em certas ocasiões, como no famoso episódio das demissões no Hospital Universitário, docentes perderam seus empregos de forma sumária.

**LUCIO TEDESCO MARCHESE:** “[...] foi o professor Oscar Alves que começou a propiciar alguns eventos que criaram tensão no Hospital e que depois se acentuaram no terceiro reitor, o Pinotti. Nessa época é que começaram a ocorrer fatos que geraram a pior crise no Hospital Universitário. Essa crise foi criada com finalidade política. [...] Pinotti reitor e estava havendo já as demandas para a abertura política do governo militar. Estava uma situação complicada, vivendo a crise econômica que vivia e já um esboço, uma contestação, mais efetiva através de partidarismo. Na época falava que era um governo presidencialista, um governo republicano presidencialista sob regime militar, bipartidário. Era o MDB, de oposição, e a ARENA, de situação. E havia ali um motivo inicial da crise era tomar posse, vamos dizer política, do Hospital Universitário, além de outras instituições que já ocorriam, já tinham a posse política em Londrina. O Hospital Universitário era tido como um... E a própria Universidade, eram tidos como um núcleo de contestação do regime. Tinha um espírito crítico, evidentemente que tinha um pessoal que aprovava o governo e existia uma crise causada pela contestação política do regime. Então começou a ocorrer, nesta época, na Universidade, mais exatamente no início de março de 1979, cartas apócrifas que diziam que existia um sistema de contestadores no Hospital e que, exatamente, cinco docentes desse Hospital eram os líderes dessa contestação e que seriam demitidos. Essa carta gerou uma reação muito grande dentro do Hospital. Os docentes se reuniram, levaram ao reitor a sua indignação e o reitor avisou que não existia nenhuma ameaça e nenhuma possibilidade de demissões e nenhum movimento nesse sentido. Quatro dias depois é nomeado um interventor no Hospital Universitário, Cel. Luis Marcelino de Moura que, com seu jeito autoritário, prepotente, acentuou a crise. Começaram a acontecer atritos, agressões de docentes, inclusive agressões físicas e os docentes médicos se reuniram e levaram ao reitor uma solicitação de que excluísse o Cel. Marcelino, interventor, colocado como superintendente no Hospital, na instituição, uma situação que estava acentuando a intranquilidade e a dificuldade de quem trabalha no Hospital. A resposta do reitor foi que não havia nenhuma possibilidade de exclusão do coronel e para surpresa dos docentes, cinco docentes foram sumariamente demitidos, por justa causa, sem obedecer ao ritual do Estatuto na época. Foram demitidos: João Amorin Filho, José Carlos Pareja, José Mário S. Marcondes dos Reis, Axel Welner Wulsmeyer, e este que vos fala, Lucio Tedesco Marchese. Isso causou uma revolta enorme no Hospital. O pessoal entrou em greve. Estou simplificando a coisa porque a história é muito longa. Os docentes entraram em greve, posteriormente os alunos entraram em greve.”

De acordo com Marchese, outros servidores do Hospital Universitário teriam sido coagidos a depor contra os médicos demissionários, tendo acontecido o mesmo com técnicos e estudantes, cujas falas foram utilizadas para justificar as demissões.

**LÚCIO TEDESCO MARCHESE:** “É uma série de acusações. Primeiro, que os docentes demitidos não compareciam aos plantões. Nenhum dos docentes era plantonista. Isso foi tudo contestado depois na Assembleia Legislativa, em uma reunião em que vários docentes participaram e que foram desmontados um a um os argumentos que foram usados. Que os docentes trabalhavam fora. Ninguém era tempo integral e dedicação

exclusiva, então tinha direito de trabalhar fora. Que desviavam pacientes para outros hospitais. Era uma praxe transferir doentes. Na época, quando saí da Universidade, fiquei em tempo integral no Hospital Infantil onde exerci minha atividade médica e era muito comum transferir doentes do Hospital Infantil para o Hospital Universitário porque tinha maior disponibilidade e quando o Hospital Universitário não tinha vaga mandava para outra instituição ou mandar fazer alguns exames específicos, que não tinha no Hospital Universitário fazer em outra instituição. Então foram aleivosias, foram mentiras que foram contestadas uma a uma, mas o que é mais triste? No depoimento de vários colegas, médicos do próprio Hospital Universitário, inclusive alguns que se colocavam como amigos pessoais dos demitidos, esses depoimentos foram sigilosos, posteriormente foram divulgados, foram assim, lamentáveis, mas vamos dizer, era explicável. Sofreram pressões enormes naquela época. Sofreram pressões para que eles depusessem contra a gente e com depoimentos desfavoráveis e eles instruíram o processo na comissão relatora, todos os depoimentos que não foram favoráveis, principalmente de funcionários, de docentes e de alunos.”

Como espaço importante para a UEL e a cidade de Londrina de forma geral, o Hospital Universitário era objeto de disputas políticas. Desse modo, segundo Marchese, as demissões eram motivadas por questões que transcendiam os temas acadêmicos.

**LÚCIO TEDESCO MARCHESE:** “Por que que eles queriam fazer isso? A justificativa, ah, havia um sistema, uma contestação no hospital. O Hospital funcionava muito bem, os números indicavam isso. O Hospital estava crescendo em projeção nacional. O que aconteceu era o seguinte, em suma, em suma, havia uma abertura política, uma vontade de poder em Londrina. Londrina tinha sido sempre uma cidade oposicionista por tradição. Então havia a necessidade e a intenção de conquistar a prefeitura de Londrina e era tido como único perigo para um eventual candidato que muito provavelmente o Oscar Alves, na época ex-reitor e na época secretário da Saúde, único candidato que poderia vencer seria o dr. Dalton Paranaguá que já tinha sido prefeito. E esses médicos que foram demitidos eram sócios do Dr. Dalton Paranaguá na sua atividade profissional fora, na Policlínica. Então, vamos excluir esse pessoal que é muito mais contestador do regime lá dentro, mais contestadores da política da reitoria na época, não só esses cinco mas estes representavam o perigo eleitoral em uma futura possível eleição para prefeito. Você vê que se imbricavam fatores políticos locais com fatores institucionais. O interventor do Hospital, Cel. Marcelino, uma figura patética, e me convocou para uma reunião pessoal, a sós, com ele, no gabinete dele, e que ele se colocou “Ele veio ali, para este Hospital indicado pelo SNI, pelo comando do III Exército, pela Polícia Militar, pelo DEOPS, pelo governador do Estado, pelo secretário da Saúde. Vim para pôr ordem na casa. Isso aqui é um ninho de comunistas. Eles sempre diziam que se achava comunista debaixo de cada colchão. Que era um ninho de comunistas, de contestadores, que estão atrapalhando o andamento do Hospital!”. “E nós tivemos a informação de que o senhor é o cabeça desse grupo de professores, e falo que você tome cuidado que nós podemos lhe demitir a qualquer hora”. Assim “Coronel, não vou discutir com o senhor coisa desse

nível. Isso daí é balela, é montagem para que se faça um limpa, aqui no Hospital, o senhor sabe muito bem disso, então me recuso a falar disso.” “Então vou te pedir um favor, queria que você me ajudasse a falar que tudo isso não existe, é tudo mentira, me ajudasse a serenar os ânimos aqui dentro”. “O senhor acha que sou criança? Me dispensa, por favor, que eu tenho mais o que fazer aqui no Hospital”. Era esse o clima. Era esse o meio que nós vivíamos naquele tempo. E aí começou um clima de intimidação por telefonemas diretos aos docentes e aos alunos. Eles eram intimidados a se unir ao grupo e fazia o expurgo no Hospital.”

As demissões, contudo, não foram a única forma de constrangimento e violação de direitos no Hospital Universitário naquele período. Agressões verbais, e inclusive físicas, também aconteciam.

**LUCIO TEDESCO MARCHESI:** “Teve, teve. Agressões verbais. Teve um diretor do Pronto Socorro, na época, que era colega meu, e dava disciplina, foi perguntar sobre algumas medidas que ele tinha tomado, como por exemplo, o doente que chega no Pronto Socorro, tem que ficar pelo menos 24 horas, porque nós não podemos cobrar do SUS e o Hospital fica prejudicado. Absurdo. E ele foi lá para contestar. Não é possível uma coisa dessas que limita a vaga de outros pacientes e expõe o paciente do Hospital a risco de infecção. E ele [o interventor] expulsou da sala agredindo e o demitiu sumariamente do cargo de diretor do Pronto Socorro. O outro diretor do Departamento, chefe do Departamento de Pediatria, na época, foi conversar com ele, com o diretor clínico, Viana Jr., que era cirurgião vascular, estava como diretor clínico, e pediu que fizesse acusações daquela época, do que estava acontecendo por escrito. Levou uma bofetada no rosto e foi expulso da sala. Agressões físicas em um Hospital Universitário.”

Enquanto os docentes eram ameaçados de demissão, sendo alguns deles realmente demitidos, os estudantes sofriam pressões de outra natureza, por exemplo, inquéritos policiais devido sua atividade no Movimento Estudantil ou por conta de qualquer coisa que fosse entendida como inadequada por parte da administração. Marília Furtado de Andrade era militante do PCdoB quando veio para Londrina estudar Pedagogia na UEL.

**MARÍLIA FURTADO DE ANDRADE:** “Em 1973, que eu sofri um IPM [Inquérito Policial Militar] que não era contra mim especificamente. Uma coisa assim tão boba, tão banal. Vocês querem que eu continue contando ou já vão fazer perguntas? É que eu estou resumindo assim o que foi mais marcante. [...] Em resumo, o que a ditadura me afetou mais de perto foi essa ameaça com o IPM instaurado no curso de Pedagogia, mais ou

menos em outubro/novembro de 1973. Nossa turma era de umas 40 mulheres, ficou mais insatisfeita do que o normal com uma professora nova, e acho que a própria coordenadora, acho que era de filosofia da educação, a coordenadora dessa área, uma japonesa de uns 50 anos, nos aconselhou, ela não usou a palavra abaixo-assinado, mas “Façam uma cartinha para o Departamento reclamando e assinem”, e isso foi dito, então os boatos circulavam que nós tínhamos feito um abaixo assinado para tirar a professora. E então, o Tenente Raul, não sei se já era tenente ou ainda era sargento, não era professor, ele instaurou um IPM lá no Hugo Simas, nós estudávamos lá, e toda tarde uma aluna ia depor, no andar de cima, numa sala e elas diziam que eles queriam me incriminar como líder do abaixo-assinado, mas como era um movimento de todas, ninguém me incriminou e quando estava para encerrar os interrogatórios, a irmã do Roldão Arruda, a Rosi, que era jornalista no *Novo Jornal*, ela soube do caso e resolveu fazer uma reportagem sobre isso, e saiu, não sei se uma ou duas páginas no jornal semanal que não falava meu nome, falava que era um IPM e que podia enquadrar alunas na 477, que era ficar cinco anos sem poder estudar. Mas a gente ficou quieta. Ninguém ficou fazendo alarde, só essa matéria que saiu no jornal, e no dia seguinte a professora já sumiu e ninguém falou mais nesse IPM.”

Ainda em sua entrevista, ela afirma que chegou a prestar depoimento a respeito do abaixo-assinado:

**MARÍLIA FURTADO DE ANDRADE:** “Foi muito resumido, muito burocrático, só pedia para explicar por que foi feito o abaixo assinado, quem tomou iniciativa, qual era o objetivo, se tinha alguém por trás, muito formal, em nenhum momento ele [Raul Silva] transpareceu nenhuma emoção, que eu me lembre, nem positiva nem negativa [...] Quando eu fui presa no congresso da UNE me interrogaram assim também. São perguntas formais.”

Ameaçada, a então estudante Marília resolveu deixar a cidade com a família:

**MARÍLIA FURTADO DE ANDRADE:** “No ano seguinte, que saiu o *Poeira*, foi em 1974, aí meu curso foi antecipado, terminou com 3 anos e meio. Então, a partir de junho, eu já não era estudante, e as eleições para o DCE eram em setembro e eu estava na coordenação dos bastidores da campanha. Um dia eu fui lá no CESA, ali onde era o teatro universitário, era o CESA, o Centro de Economia e Direito. Fui com um amigo lá do DCE que era no Hugo Simas, no carrinho dele para ver como andava a campanha no CESA que era nosso ponto fraco. Nilo Dequech era o presidente do DCE, estava indicando um sucessor, também de lá. E nós achamos um candidato para o DCE que era de lá também, que nos deu a vitória, amigo do Marcelo. Aí quando entrei no gramado assim, na hora do intervalo, Nilo Dequech veio com o dedo em riste apontando para mim falando “Sua subversiva, nós vamos mandar te prender”. Na hora eu virei as costas e sai correndo assim de volta para o carro, chamei meu amigo e eu não aguentava,



chorando, perdi o controle, mas não deixei o Nilo ver que eu chorava. Eu fiquei pensando: “Ah, se forem me prender pode estragar toda a campanha porque eu não sou mais estudante e não devia estar aqui”. Mas não aconteceu nada, só depois da eleição, mais ou menos um mês depois ou quinze dias, que uma colega que fazia História à noite chega em casa, já bem de noitão e fala que durante a aula de EPB que o tenente Raul falou que naquela semana iriam prender a pessoa responsável pelo movimento e era uma pessoa de Minas Gerais. Então a Vera Lúcia, que eu esqueci o sobrenome, que o pessoal da Pedagogia me jogou no mesmo ano, ela veio e me falou isso que ela não era militante mas, era uma pessoa progressista e imaginei que ela fosse inventar. Fiquei até agradecendo o tenente Raul de dar esse aviso, e logo fomos embora, viemos para São Paulo.”

No caso dos docentes, a demissão era apenas o começo de uma vida de incertezas e instabilidade. Mesmo atuando em outras universidades, o clima de perseguição continuava, e não havia garantia ou estabilidade no emprego. O sistema de vigilância e repressão da ditadura não era, obviamente, uma exclusividade da UEL, estando presente na maioria das instituições públicas de Ensino Superior. Heloisa Helena Nunes Sant’Anna, docente do curso de Psicologia, contou sobre o período após sua passagem por Londrina.

**HELOISA HELENA NUNES SANT’ANNA:** “A época que retornamos de São Paulo foi muito difícil, era praticamente insustentável permanecer no departamento. Era uma coisa horrível, eu me sentia muito mal. Alguns professores que se demitiram da UEL foram para a UFU - Federal de Uberlândia, e eu fiz o concurso lá e o Rodolpho também. A área em que o Rodolpho iria trabalhar entraria no curso mais adiante, mas eu fui contratada para atuar imediatamente; assim, me demiti da UEL. Infelizmente, a ditadura chegou lá logo no ano seguinte [1981]. Em janeiro, foram afastados oito professores do nosso departamento. O processo que fizeram lá foi o mais doloroso que já passei, pois o próprio departamento foi responsável pelos afastamentos. Em Brasília, nos anos 70, ações como essas eram esperadas, aqui em Londrina conseguimos lutar contra a administração central, mas lá em Uberlândia foram os próprios colegas que afastaram seus colegas. Como eu não fui afastada, tinha só seis meses de casa e tinha passado em primeiro lugar, no primeiro concurso público do departamento, ficou difícil me acusarem de alguma coisa, permaneci por mais três anos na instituição. Quando a situação melhorou por aqui, fiz um novo concurso e voltei para a UEL em 1985.”

O Prof. Nelson Rodrigues, mais conhecido como Nelsão, era docente do curso de Medicina e ligado ao Partido Comunista Brasileiro - PCB. Chegou a ser preso e levado para Curitiba como relatou à comissão.

**NELSON RODRIGUES DOS SANTOS:** “Houve ameaças. Faz parte da violência, ameaça da violência física, ameaça psicológica. Mas vi, fizeram acareação comigo, por exemplo, e as pessoas que trouxeram para fazer acareação vieram se arrastando, sofriam tortura física, conversei com acareados que sofreram tortura física deles, não minha.”

### Cerceamento à liberdade de expressão/organização

Ainda que a Universidade permitisse e tolerasse a existência do movimento estudantil, em vários momentos tentou controlá-lo para evitar uma oposição às suas políticas de controle e vigilância da comunidade acadêmica. Como o grupo, intitulado *Poeira*, de oposição à reitoria sempre vencia as eleições para o DCE e Diretórios Acadêmicos, a Universidade começou a impor restrições às candidaturas, como nos conta a depoente Célia Regina de Souza:

**CÉLIA REGINA DE SOUZA:** “Chegou um ano, não sei se é perto de 1978, acho que já era o Pinotti, aí todos os nossos, que para concorrer para o DCE, era chamado o DCE atrelado, que eles eram vinculados à Universidade. A gente chegou a entrar nesse jogo, porque eu brinco que era o limão que fez a limonada. Que era atrelado, mas ele exigia da gente, que é um grupinho isolado, iluminado que está dentro de uma entidade falando com todo mundo. Não, porque na hora que você chegava em sala de aula, pedir voto para o cara, dizer o que você está fazendo, quem eram as entidades. Então fez a gente ser mais amplo. Essa limitação nos ajudou a crescer. Ser atrelado. Mas todos os nomes tinham que ser aprovados pela Universidade. E aí era assim uma rasura, não podia reprovar em uma matéria, semestre anterior da eleição. Você não podia ter um débito com a Universidade, tinha uma série de coisas de que não poderia ter. Então tinha que ser sempre os que estavam mais certinhos para concorrer. Tudo, a gente tinha que andar em uma linha danada e aí o que aconteceu? Foi que a reitoria começou a vetar nomes e vetando. E, também, não explicava muito por que, bem em cima da hora. Então na eleição que o Dias ganhou como presidente, acho que a gente teve uns três candidatos presidente do DCE. A gente teve. Todos os diretórios a gente ia substituindo. Ah era fulano, “não pode”, mas nem vacilava, vai Beltrano. E o pessoal ia ao DCE oferecer o nome “Olha se precisar meu nome está aqui”. Então já não importava mais quem é que ia ser o presidente, de que centro iria ser. Se ele era conhecido. Porque no começo a gente se preocupava muito com isso. Se era gente conhecida, tinha que ser do CESA porque lá ..., e aí era assim “vamos para as cabeças”. Foi uma coisa direta, direta, direta, sobre as entidades, sobre os estudantes, todo mundo pedindo lista. Imagina você formar não sei quantas chapas, dez chapas, nove, todas elas criadas pela

Universidade, todas elas cortadas, colegiado, departamento, tudo. Todos os candidatos que a gente punha procuravam pelo em ovo. Teve uma hora que desisti de discutir, a gente só foi colocando os nossos novos nomes. Devo dizer que a gente chegou nessa situação porque a cada ano a gente tinha uma vitória.”

Outra forma de desestabilizar a organização do movimento estudantil foi o confisco de uma taxa, cobrada de todos os alunos, que auxiliava a manutenção do DCE e Diretórios. Esta foi uma forma de tentar asfixiar o movimento dos estudantes na UEL:

**JOSÉ ANTONIO TADEU FELISMINO:** “eles cobravam uma taxa do estudante na matrícula para o DCE, para os diretórios, então eles já deixaram de repassar, começaram a pressionar para criar dificuldades, entende?”

**GILBERTO BERGUIO MARTIN:** “... no DCE, Diretórios oficiais, a gente recebia recursos da Universidade para fazer a manutenção e tal, certo? basicamente era esse dinheiro que dava para pagar a água, luz, telefone, não sei o quê, as despesas. Eles começaram a restringir esse tipo de coisa, certo? Começaram a restringir no primeiro momento.”

Na geografia do campus o CESA – Centro de Estudos Sociais Aplicados, era considerado um reduto da direita. Centro que comportava o maior número de alunos da Universidade. O movimento estudantil enfrentava ali forte resistência. Grupos conservadores, com o apoio da reitoria, destruía materiais de campanha do grupo Poeira:

**CÉLIA REGINA DE SOUZA:** “Porque para nós os adversários do CESA, a gente brincava que o mais bonzinho ali iria para o juizado de menores, um era Polícia Federal, outro não sei o quê. Era alguns empresários, mas juntava esse componente da direita mesmo. E a gente ali enfrentando. Vinham para cima, mas assim ameaça boba. A gente peitava. Começou a ter um favorecimento a eles, óbvio. Então eu lembro que teve uma noite, véspera de eleição que ficou gente nossa espalhada pelo campus, pelo CESA, e uma turma do DCE só fazendo bandeirinha, bandeirinha e bobinas de jornal a gente ia colando cartaz, colando cartaz, porque a gente já sabia que estavam arrancando tudo nosso de noite. A hora que eles foram embora a gente abria a bobina. A hora que eles chegavam de manhã, tudo tomado, tem foto inclusive. Tudo tomado com cartaz nosso, bandeirinha da Mafalda, fazia como bandeirinha junina. Aquelas tiras onde você ficava tinha. Como o pessoal do CESA era mais agressivo, eu lembro que vinha os meninos da Veterinária, grandões, tipo fazendeiros, fortões, sarados, que vinha ali para dar

cobertura. Quando os caras chegavam para dar de dedo, eles chegavam junto. Eu que era uma menina né. Teve outros, ninguém era muito grandão no DCE. Então sempre tinha uma turma que se sentia orgulhoso porque tem guarda-costas neste momento sabe. Então esse tipo de repressão começou a chegar.”

Outro método de pressão contra o movimento estudantil era o de minar a capacidade de produção e distribuição do jornal Poeira, órgão oficial do DCE. A Folha de Londrina, principal jornal da cidade, sofria com a censura. Um censor dizia o que podia ou não ser publicado pelo jornal. Já o Poeira era livre, ainda que os editores tomassem certo cuidado para continuar existindo. Um episódio, relatado pelo ex-estudante Nilson Monteiro, exemplifica o tipo de pressão que sofriam no período:

**NILSON MONTEIRO:** “Uma vez o Poeira, que era o nosso jornal, o Dudu colocou uma charge na contracapa do Poeira, era uma imagem, como é que fala aquilo, mas era uma imagem do ditador da Espanha, Franco, se assemelhava ou não com o Geisel ou não, o problema não é meu. Foi feito pelo Jaime Leão que era um artista gráfico de São Paulo, amigo nosso que morreu, infelizmente. E aí a Polícia Federal me chamou, depois que saiu o jornal. E eu fui para lá, e fui lá e morava pertinho, aliás morava bem pertinho foi fácil ir a pé. Era na Maranhão, acho que a polícia federal. Bom, um delegado era um negro, um senhor negro. Botou o revólver em cima da mesa, mas nem mexeu naquela merda lá. E me perguntou “pô, mas como é que vocês estão desmoralizando o presidente Geisel”, eu falei “mas onde o senhor viu o presidente Geisel?” Ô, João, onde você nessa merda desse jornal que vocês fazem”. “Não é o presidente Geisel, isso aqui é o Franco. O senhor conhece o ditador Franco da Espanha?” “Conheço não, mas esse aí é o Geisel pô”. “Eu tô falando para o senhor que é o Franco” e tinha ido mais dois amigos meus que infelizmente não lembro o nome, também de diretórios estudantis setoriais junto comigo, e ele falava “Não o senhor está errado”. “Não perguntei para vocês, estou perguntando para ele”. “tá bom, então. Pergunta para ele”. Perguntou para mim de novo.” Por que que vocês fizeram isso com o presidente?”. “O senhor sabe, eu não tenho nenhuma paixão pelo Presidente Geisel, mas não é o presidente Geisel e aqui não há demérito para o presidente Geisel. Aqui é um ditador da Espanha, que é um sanguinário, um filho da puta, que meu avô precisou fugir da Espanha por causa dele.”. “Ah é. O teu avô?”. “Sim, meu avô sim que era antifranquista e eu digo para o senhor, eu também sou antifranquista. E sou contra ditador, qualquer ditador eu sou contra.” Bom, ficou ali aquele papo, não vi nada de nada de mais pesado digamos, né? Além da conversa ali. É óbvio que eles ficaram ali parados em pé parecendo...mas não fizeram nada, não puseram a mão nem nada, depois de algum tempo, “É então o senhor vai para casa, mas só faça o favor de não fazer mais isso lá nesse troço de vocês, se não nós vamos meter o cacete em todo mundo”, então falei “Então o senhor vai ter que bater em seis mil estudantes. Porque eu só sou presidente, por um acaso, lá ninguém é presidente, ou manda, ou é presidente do Brasil, a secretária do Brasil ou ministro, lá todo mundo é igual. Lá não tem cadeira grande para presidente, lá a cadeira tudo igual.”

Na impossibilidade de controlar e calar o jornal Poeira, iniciou-se um processo de pressão aos anunciantes do jornal. Ameaças anônimas veladas fizeram que o jornal Poeira perdesse vários de seus anunciantes. As gráficas também passaram a ser pressionadas para que não imprimissem mais o Poeira:

**JOSÉ ANTONIO TADEU FELISMINO:** “... começamos a receber uma ou outra cartinha de velhos anunciantes retirando, “queremos deixar claro que somos a favor do regime que governa o país, etc.” e o legal é que a gente pegava todas as cartas e publicava (risos) e publicava a resposta cheia de medidas, de gentileza, e defendendo, foi um movimento fantástico! E aí começaram as pressões, a Folha: “olha não vai dar pra imprimir” o Milanez, “não vai dar, não é nada, não vai dar, é que estamos com um problema técnico, e não sei o quê, mas podem fazer em Maringá e não sei o quê” começou isso, começou a ficar difícil imprimir o jornal, fomos perdendo alguns anunciantes, e foi aí que, isso foi em 76, tomamos uma decisão arrojada e histórica que seria comprar uma máquina impressora para fazer o jornal, para ter independência. Daí começamos a ir atrás fazer promoção, fazer evento ...”

MARCELO OIKAWA: “E a Folha de Londrina sempre foi muito solidária com os estudantes. E eles foram sofrendo pressões, sofrendo pressões, até que um dia eles foram terminantemente proibidos de imprimir nosso jornal. Aí o que é que a gente fez? A gente foi imprimir nosso jornal em Maringá. A mesma coisa aconteceu com o jornal em Maringá. Fomos imprimir o jornal em Bauru. Mesma coisa em Bauru. Perseguição sistemática. A única solução que a gente encontrou foi comprar uma máquina impressora multilít que não é uma rotativa mas era uma máquina que aguentava o tranco. E quem vendeu essa máquina para nós foi o gerente comercial da Folha de Londrina que também era uma pessoa que simpatizava com a gente. Então a perseguição aos jornais que imprimiam o jornal para a gente, eles foram perseguidos, foram ameaçados e depois proibidos de imprimirem. A mesma coisa aconteceu com os anunciantes. É uma coisa incrível, mas o Poeira tinha muito anúncio. Porque tinha muita gente que simpatizava com o Poeira. Pais de estudantes que tinham empresa. Não sei se vcs se lembram da Livraria Arles, do Seu Zezinho. Seu Zezinho da Arles foi uma pessoa que apoiou a gente desde o começo até o fim. Ele recebia telefonemas da Polícia Federal dizendo que ele iria pagar caro se continuasse apoiando os estudantes. Ele não se abalava. Toda edição, podem pesquisar lá, toda edição tinha a propaganda da Livraria Arles. Tem o Edson Gradia, que era dentista, não lembro. Formado em Odontologia em Londrina. Foi do movimento estudantil, anterior ao nosso, ele a vida toda anunciou no Poeira. Então tem várias pessoas assim que sofreram pressões para não anunciar e continuaram anunciando. Então teve esses casos de perseguição a anunciantes, de quem imprimia o jornal.”

A censura atingia também o Hospital Universitário. Os militares proibiram em todo o país a divulgação da epidemia de meningite:

**LÚCIO TEDESCO MARCHESI:** “... quando eu fui o segundo diretor do Hospital Universitário. Nessa época nós tivemos a primeira crise no Hospital Universitário. Foi a época da epidemia de meningite. Tão trágica como esta que vivemos agora [COVID 19]. Mas com um complicador. Era proibido falar em epidemia de meningite no Brasil por imposição dos militares. Eles não queriam que a situação que ocorria no Brasil ficasse malvista no exterior. Então não se podia falar que existia meningite. E o Hospital recebia um fluxo enorme de pacientes vindo da periferia de Londrina, dos municípios periféricos, dos distritos, e abarrotado, cheio de pacientes. Nós tivemos que improvisar e fazer uma ampliação rápida do setor. (...) Era proibido falar. A imprensa não aceitava, tinha censura na imprensa. Muita censura. E não era possível fazer nenhuma divulgação. O que seria muito saudável porque com a divulgação, que está ocorrendo agora, com o corona vírus, as pessoas se protegem. Evita-se posturas antiéticas, evita-se tratamento inúteis, prejudiciais à saúde. E naquele tempo era proibido qualquer alusão à meningite, não existia. Depois quando o negócio começou ... primeiro pegaram o pessoal de menor nível de renda, quando começou a atingir populações de maior nível econômico, aí sim começou a aparecer no noticiário. Teve em São Paulo e depois no resto do país.

#### Abertura política e manutenção da estrutura repressiva na UEL

No início da década de 1980, período de abertura política lenta e gradual da ditadura militar, as universidades, de uma forma geral, mantiveram em suas respectivas estruturas todo o aparato de vigilância e de repressão. O ex-presidente do DCE, no período, Reginaldo Melhado, comenta sobre esse período:

**REGINALDO MELHADO:** “A ditadura já vinha bastante desgastada, a gente teve a Lei da Anistia em 79, muito, muitas lideranças de esquerda voltando ao país, o movimento estudantil vinha em um crescendo, a UNE fora reconstruída, foi na mesma época, né? Nesse ano foi, se não me engano, o começo de 80 final de 79, foi feito o Congresso de renascimento, de refundação, da reconstrução da UNE, foi eleito presidente, se não me falha a memória, Aldo Rebelo, né? Que era ligado ao PCdoB na época, depois deu no que deu, aí. E a gente vinha então numa fase de abertura que o regime propunha como uma abertura lenta, gradual e restrita na teoria do Golbery do Couto e Silva, mas que na verdade era uma conquista do movimento que vinha da pressão da base, né, o movimento operário voltando a se reorganizar, crescendo, realizando greves históricas no ABC, que culminariam depois com a prisão de dirigentes sindicais, inclusive do ex-presidente Lula, e na sequência a fundação do Partido dos Trabalhadores. Então aqui na

Universidade a gente vivia esse misto de fase de abertura, de conquista de liberdade, mas ao mesmo tempo com todo o aparato repressivo do Estado, funcionando regularmente, e a UEL, em particular, sendo um braço do regime.”

Reginaldo Melhado também fez uma interessante análise sobre como o regime militar, diferente de outras experiências similares na América Latina, revestia suas práticas de autoritarismo, violência e repressão a partir de uma aparente legalidade institucional. O medo passou a ser institucionalizado na Universidade por conta da vigilância e conseqüente demissões. A escolha dos reitores, pelo governador do Estado, o qual estava ligado ao regime autoritário, determinava o controle de toda a estrutura administrativa e acadêmica da Universidade. Na UEL, com exceção do primeiro reitor Ascêncio Garcia Lopes, os seguintes “filtravam” a contratação de docentes pelo perfil ideológico:

**REGINALDO MELHADO:** “[...] o regime militar no Brasil, ele tem uma, uma característica que eu acho que nós, que somos do Direito, ficamos devendo ainda uma reflexão mais aprofundada sobre esses seus métodos. É uma característica de revestir o autoritarismo e a violência de uma aparente legalidade. Isso marca todo o período da ditadura militar, então a ditadura militar nesse aspecto no Brasil era diferente de outras experiências na América Latina ou do que você tem em países europeus, como Portugal e Espanha. Aqui, por exemplo, em lugar de fechar o Congresso ou mandar prender um parlamentar ou intervir diretamente, a ditadura fazia o quê? Baixava um Ato Institucional, né? E com base nesse Ato Institucional agia realizando a violência, então tudo tinha aparência de legalidade, né? A censura. A censura não era feita “discricionariamente”, entre aspas, ela é feita com base numa lei que previa que haveria a censura, havia um setor, uma burocracia criada, um órgão previsto na lei, alguém investido da autoridade estatal de atuar enquanto censor. Então, aí vem a sua pergunta: havia violação de direitos? Claro, mas não do direito posto, porque a legalidade previa aquela violência mesmo, né? Mas se você pensar no direito não enquanto uma estrutura de normas positivas impostas pela ditadura, mas por algo que são direitos fundamentais, que independem disso aí, é uma discussão um pouco meio xarope dos filósofos do Direito, mas vai naquela linha de você pensar que os direitos humanos, os direitos fundamentais, eles devem ser reconhecidos no sistema jurídico Internacional e também internamente nas ordens constitucionais, mas mesmo que as ordens constitucionais não os reconheçam, eles se colocam, e ainda que as ordens constitucionais digam que eles são vedados, eles devem ser reconhecidos. Então se você pensar os direitos de liberdade, o direito de manifestação do pensamento, direito de organização partidária, o direito dos trabalhadores se organizarem no sindicato como direitos fundamentais, então você tinha essa violação de direitos evidentemente, né? Inclusive na Universidade porque você não tinha liberdade de cátedra, você tinha um

medo institucionalizado, você tinha as tentativas, inúmeras, de controle da estrutura burocrática da Universidade, do movimento estudantil. Você tinha uma estrutura burocrática controlada diretamente pela ditadura escolhendo quem ocuparia o cargo de reitor, quem ocuparia as Pró-Reitorias, que na época se denominavam Coordenadorias, né? Então toda essa estrutura, da ditadura, estava montada aqui dentro como uma forma de fazer com que ela funcionasse aqui também. Era uma polia de transmissão do regime aqui, de controle da sociedade, portanto, e o controle vital porque a Universidade é o espaço de crítica por natureza, é o espaço em que você pode ter a articulação de ideias, que venham a se confrontar com o regime, e aí era preciso sufocar isso não é? e o regime não foi para cima das Universidades ingenuamente, ou por sei lá, alguma ação voluntariosa, não, foi uma coisa pensada, estava dentro da estratégia militar sufocar as Universidades. Então é por conta disso até que, quando nasce o campus, e ele é jogado lá no Perobal, longe do centro da cidade. A Universidade não ocupa as estruturas que ela tinha dentro do complexo urbano, ela é jogada para fora da cidade e ela é consentida pelo regime a partir de uma estrutura de controle, quem é contratado como professor? Quem o reitor escolhe, sem concurso no primeiro momento, né? Com muita influência, quer dizer, foi o processo dinâmico, eu sei não é exatamente assim porque, claro, você teve diferenças entre a primeira fase da Universidade, com o primeiro reitor e a sequência e tudo mais, mas a verdade é que a Universidade era um grande espaço de controle do regime aqui na nossa região, mas até do que se tinha às vezes na Prefeitura, na estrutura, do município e na Câmara, você tinha uma força um pouco maior da oposição. A oposição ao regime em Londrina era mais forte do que em outras regiões do Estado, inclusive na capital. Tanto que o primeiro Governador eleito pelo voto direto em 82, é José Richa daqui de Londrina, Álvaro Dias senador daqui da região, daqui de Londrina também, assim por diante, e grandes lideranças da oposição dentro do MDB, na época, eram da região. E o apoio mais forte do regime sempre em Curitiba em outras.”

De fato, durante sua gestão à frente da reitoria, Ascêncio Garcia Lopes trouxe para Londrina muitos docentes que, segundo os critérios da ditadura, não poderiam lecionar na universidade por conta de sua atuação ou posicionamento político. Por outro lado, era parte do processo de contratação uma investigação prévia feita pelos órgãos de inteligência do regime militar, como comprovam documentos consultados pela CV-UEL.

Um exemplo do controle ideológico na contratação de professores está registrado no depoimento de Nelson Tomazi. Inicialmente, ele fez parte da equipe da Coordenadoria de Planejamento da UEL. Quando resolveu ser professor, seguiu o processo a que todos os professores eram obrigados a cumprir, apresentar um atestado do DEOPS de Curitiba. Lembrando que o DEOPS tinha fichas com informações individuais de milhares de pessoas sobre suas atuações políticas.



**NELSON TOMAZI:** “(...) Ah porque, por exemplo, um ano e pouco depois eu queria ser professor, né? Então para eu ser professor eu tive que ir ao DEOPS em Curitiba pedir uma cartinha e depois eu vim aqui apresentar.”

### Confisco de patrimônio do Movimento Estudantil

O DCE, mesmo sofrendo pressões para deixar de produzir o jornal *Poeira* – como a perda de anunciantes e restrições de gráficas locais –, optou por realizar campanhas para arrecadar fundos visando a compra de uma impressora *offset*. Com a nova impressora, os estudantes continuaram publicando o jornal. A reitoria, inconformada com a resistência estudantil, resolveu invadir a sede do DCE e confiscar de forma arbitrária a impressora, como comprovam os relatos de diversos depoentes a seguir:



**FIGURA 9. SEQUESTRO DA IMPRESSORA DO DCE PELA UEL: FONTE: FELISMINO, TADEU. O TEMPO DO POEIRA: HISTÓRIA E MEMÓRIAS DO JORNAL E DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UEL NOS ANOS 1970. LONDRINA: EDUEL, 2018.**

**FRANCISCO CARLOS NAVARRO:** “Eu acho que foi em 1977, se não me engano, e a gente presenciou também. A reitoria na época mandou uma retroescavadeira e chegou lá, como estava no térreo, eles chegaram e quebraram a parede, e tiraram a máquina. A

Máquina era enorme, era a metade dessa mesa, era uma *offset*. Naquela época era daquelas máquinas enormes, pesadas. Pegaram com aquele trator, levaram embora. E para quê? Para não rodar o Poeira. O jeito que eles acharam...”

**CÉLIA REGINA DE SOUZA:** “Devagarinho daí a coisa foi crescendo, mas aí a hora que eles viram que erraram com o dinheiro, não conseguiram, ameaçaram, que sempre teve alguém com repressão, que se identificava e tal, mas a gente já estava como carta marcada, e a gente era vigiado. Então a gente tinha claro que nas nossas casas não podia ter livro que falasse que era meio comunista. A gente cuidava muito para que o DCE não tivesse nada, assim bobamente. Mas não teve jeito e uma noite eles fizeram o que acharam que tinham que fazer que foi arrancar a máquina de lá. Quebraram a parede, e tiraram a máquina. foi simbólico isso.”

**MARCELO OIKAWA:** “Eles acusaram a gente de fraude. Sempre arruma alguma coisa nessa área, alguém roubou alguma coisa, alguém desviou alguma coisa. Para justificar a nossa cassação eles diziam que nós pagávamos todo ano, na matrícula, uma taxazinha que era encaminhada para os diretórios. Chegou uma hora que eles não repassavam mais. Na hora de invadir, quebrar a parede do DCE, retirar a máquina impressora, eles utilizaram esse expediente para dizer malversadas as verbas porque a gente tinha comprado a máquina. A máquina a gente comprou trazendo show, Chico Buarque, Caetano Veloso, aquela turma toda. A gente arrecadou dinheiro com esses shows em Londrina. Havia o famoso circuito universitário. Toda aquela turma lá a gente levou, Gal Costa, Gonzaguinha, João Bosco, uma turma enorme. Eram compositores da Música Popular Brasileira, comprometidos com a luta pela democracia e que participavam do circuito universitário. Então a gente pagou essa máquina. Grande parte dela com o dinheiro que a gente ganhou com esses shows. Além do que a gente teve alguns simpatizantes que ajudavam a gente com dinheiro mesmo.”

**REGINALDO MELHADO:** “... derrubaram uma parede para retirar de dentro uma impressora que era uma ferramenta importante de comunicação política do DCE, que era uma impressora muito boa, comprada, tinha um pessoal da área que fazia o jornal Poeira e outras publicações ali, o pessoal que era ligado a imprensa, né? Então elas sacavam um pouco da parte física do negócio também, foi feito uma campanha, compraram uma puta de uma impressora e tal, então a Universidade fechou tudo.”

A invasão da sede do DCE e o confisco da máquina impressora foi a primeira medida mais drástica tomada pela reitoria para silenciar o movimento estudantil. O segundo passo foi o fechamento do DCE e de todos os Diretórios Setoriais da Universidade; um duro golpe em todo o movimento estudantil da UEL. Sem muita demora, como forma de garantir seu espaço de expressão, os estudantes criaram o DCE Livre e os Diretórios Acadêmicos Livres.



FIGURA 10. ESTUDANTES EM FRENTE AO DCE LIVRE DA FUEL

**GILBERTO BERGUIO MARTIN:** “Então veja só e onde que terminou esse processo de, digamos, de repressão. Certo? Terminou com eles invadindo a sede do DCE. E fechando os Diretórios Acadêmicos, que nós tínhamos alguns Diretórios que eram aqui no campus, o Diretório da Comunicação, o Diretório do CCH, ou seja, o Diretório da Biologia do CCB. Acho que o ano da invasão foi 1978. Então assim, aí foram lá para a sede, na Rua Hugo Cabral, foram tomar a sede do CCS, lá na Rua Cabral. Quando eles começaram, eu lembro que a gente estava tendo aula lá no HU, certo? Quando eles começaram a invadir o DCE rapidamente, apesar de não ter celular, não ter WhatsApp e não ter nada por telefone ou sei lá, rapidamente a notícia circulou. O que nós começamos fazer? Começamos a juntar os estudantes e falar bom, o DCE já cercaram, já tomaram, já tiraram móveis e tal, eles estão lá no CCS, vão para o CCS, aí nós fomos todos para o CCS, começou a juntar estudantes. Aí eles já estavam lá, estava o capitão Aparecido com a SWAT, então eu tenho uma foto inclusive desse dia, o capitão Aparecido, com a SWAT, tirando o mobiliário. Então a gente começou a chegar. Então aí teve um primeiro momento que foi engraçado. Colocava o mobiliário no caminhão, a gente ia no caminhão e mais rapidamente nós descarregávamos o caminhão. Estávamos em número maior, certo? E aí o capitão Aparecido, ele começou a bater boca e começamos juntar gente, juntar gente e cercar o DCE, juntar gente e daqui um pouco eles foram embora. Aí nós fizemos uma assembleia. Nós naquele momento, final de tarde, acho que éramos uns oitocentos estudantes mais ou menos. (...) [Sobre o capitão Aparecido da AESI]. Eu acho que ele era capitão da Polícia. Eu acho que era da Polícia Militar. Aí juntamos, tinha acabado de acontecer as eleições de deputado e senador. O Richa tinha

acabado de se eleger senador, certo? Aí o primeiro nome que lembramos foi o do Richa. Aí o Richa veio, foi assim, o primeiro discurso do Richa como senador eleito foi lá na nossa frente. Olha isso foi um discurso de apoio a gente, naquela época o MDB ainda era do combate à ditadura e tal. Então veio ele, também o Hélio Duque, veio todo esse pessoal, o Macedo também. Todos dar apoio para a gente, certo? aí nós ficamos, resolvemos fazer uma vigília. Nós ficamos, eu acho que deu dois anos. Nós ficamos, foi de 1978 até 1981. Nessa luta, fazendo vigília. (...) E aí então esse foi assim o clímax da repressão. Eles fecharam o DCE. (...) Foi o período em que a gente fez uma resistência muito grande e era assim, era vigília, no começo havia dezenas de pessoas dormindo. Aí quando eles fecharam tinha duas meninas do Serviço Social dormindo, estava a Marlene e estava a Pita. A Pita era uma menina, uma angolana desse tamaninho assim. Que era do Serviço Social e estavam as duas, na hora que a polícia chegou. Poeira já não estava circulando mais e tal.”



FIGURA 11. ESTUDANTES PROTESTANDO CONTRA O FECHAMENTO DO DCE

**REGINALDO MELHADO:** “E eu estava falando da violência que era feita dentro da legalidade, uma delas foi essa, a Universidade, a gente ocupou, quando a Universidade fechou o DCE lá na Avenida JK, o movimento estudantil ocupou aquela casa ali na Hugo Cabral esquina com a Piauí. Hugo Cabral, 727, se não me falha a memória e aquilo ficou sendo o espaço do movimento e depois a sede do DCE livre, né? Ali inicialmente era alguma coisa do CCS, que se não me engano, era do Diretório Setorial do CCS, que havia ainda na estrutura oficial, havia os centros acadêmicos e os diretórios setoriais, então a gente ocupou ali e a Universidade entrou com ação de reintegração de posse, e vivia permanentemente, e tinha uma liminar da Justiça portanto dentro da suposta legalidade, né? A gente estava tentando se defender no processo, o advogado do

movimento estudantil, que fazia a defesa dessa possessória, era o Jorge Hamilton Aidar, aquele advogado militante até hoje aqui em Londrina, né? O Jorge que fazia nossa defesa, e a gente e o Jorge falava “não tem o que fazer mais, o cara deu a liminar, já recorri, já fiz o que podia, os caras a qualquer hora vão cumprir a liminar” então a gente fazia o que? A gente fazia vigília 24 horas dentro da sede para evitar que a polícia viesse retomar. A Universidade, por meio da polícia com oficial de justiça, viesse retomar a sede da Universidade, isso se deu efetivamente numa madrugada, numa madrugada lá por junho, julho, daquele ano de 1983. Eu tô falando de cabeça, a gente teria que retomar os documentos, os jornais do movimento estudantil, boletins, para a gente ver né? Mas é, numa madrugada a polícia foi lá executar a ordem de reintegração de posse, a ordem de despejo. Estava lá na sede, a gente ficava sempre dois, três dormindo lá, né? Às vezes mais, tentava ter, sempre ter alguém né? Aí um ficava ali, o outro corria para um orelhão para telefonar, chamar imprensa, chama mais gente e tal, não tinha celular, né? Você tinha que se articular com pombo correio para se defender e naquele, naquela noite, não era, acho que duas ou três pessoas, uma era a Pita que era uma, uma imigrante angolana, que estudava Serviço Social e estava sob o risco de ser legalmente também deportada, porque estava envolvida em movimento estudantil e havia a lei do estrangeiro que proibia a atuação do estrangeiro em atividade política e tal, então podia ser deportada a qualquer momento. Então estava a Pita, estava eu acho que a Bel do Serviço Social, que era uma outra estudante de Serviço Social também, mais alguém, e a Pita se enrolou numa bandeira do Brasil que tinha ali e ficou ali e falou “a polícia vai ter que me levar daqui desse jeito”, e a polícia pegou a Pita e tirou no braço, levantou e arrancou de lá, então eles retomaram a sede naquele momento, né? E uma das nossas exigências era essa de voltar, da sede ser devolvida para o DCE, né? A gente queria uma sede no campus e queria a sede da Rua Hugo Cabral, né? E a gente retomou isso mesmo com o reitor, a reitoria acabou cedendo, o Marco Antônio veio com esse discurso de que agora é democracia aqui distensão, não sei o quê, acabou concordando devolver, fez um termo de a gente, fez um acordo no processo, então a petição de acordo no processo de reintegração de posse estabelecia lá certas condições, mas a gente retomava a posse do, da entidade, e a impressora e a Kombi que era a mesma, Kombi que pertenceu ao DCE, mas que estava, tinha sido, usada por alguém, não sei qual foi lá que fim que deram, sei que ela estava bem baleada, era uma Kombi que já tinha alguns anos aquela Kombi, tipo corujinha, né? Mas que a gente começou a usar bastante, ajudou bastante na campanha das diretas ...”

## Demissões

Nos trabalhos de investigação desta Comissão, identificamos vários casos de demissões de docentes. Os casos destacados abaixo denotam que foram demissões políticas, ocorridas durante a vigência da ditadura militar. Os servidores da UEL, tanto os docentes quanto os técnicos administrativos, não contavam com associações e/ou sindicatos para denunciar abusos e proteger-lhes de perseguições e violências, tanto

físicas quanto de ordem psicológica. O fato de serem contratados pelo regime trabalhista da CLT, os deixava vulneráveis a demissões sumárias a partir da avaliação unilateral do reitor em exercício. No relato de vários depoentes, o registro dessas demissões impactou não apenas a vida pessoal desses docentes, bem como gerou perdas de importantes pesquisadores para a UEL.

Segundo o relatório da Comissão Estadual da Verdade, as demissões realizadas na UEL durante o período eram um padrão de atuação dos órgãos de segurança na tentativa de coibir e punir os opositores do regime militar.

Os relatos coletados pela CEV-PR e a documentação localizada dão conta de substantivo número de demissões resultantes de perseguições de natureza política e repressiva. Os testemunhos coletados referem que em 1974 foram exonerados entre 8 e 10 professores, e em 1979, outros 4.

Além desses, aponta-se que entre 18 e 20 docentes teriam pedido demissão logo após 1974 por não suportarem e/ou não aceitarem se submeter ao ambiente de repressão que se instalou na universidade a partir daquele período. Os que permaneceram, muitos por absoluta impossibilidade de fazer escolha diferente, foram submetidos à imposição do silêncio, da falta de autonomia e do medo [...] <sup>32</sup>

### Demissão do prof. Vanoly Acosta Fernandes

A demissão do Prof. Vanoly ficou bastante conhecida à época, sendo inclusive repercutida pelo jornal *Panorama*, o qual circulou entre 1975 e 76 na cidade de Londrina. Em 2 de novembro de 1975, trazendo a matéria de capa intitulada “Reitor extingue o Centro de Comunicações”, o periódico informava:

O professor Vanoly Acosta Fernandes, diretor do Centro de Comunicações e Artes da Universidade Estadual de Londrina, foi suspenso pelo reitor Oscar Alves, por 20 dias, no último dia 31, véspera da reunião do Conselho Universitário, que aprovou entre outras coisas, a extinção do Centro de Comunicações e Artes, transformando-o em simples Departamento.

[...] O clima de tensão e medo é, segundo professores e alunos, uma constante em quase todos os centros da Universidade de Londrina,

---

<sup>32</sup> Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná / Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban – São Paulo: TikiBooks, 2017. Vol. 2; p. 182-183.



onde seus funcionários não podem emitir qualquer declaração, sem antes passar pelo crivo de Oscar Alves.<sup>33</sup>

**ALCIDES VITOR CARVALHO:** “O Vanoly era muito corajoso e era um filósofo. Ele tinha seus princípios e tal. E ele passou a defender muito os professores que foram demitidos no HU. E simplesmente o Oscar Alves o demitiu, “Tá demitido e pronto, não tem choro”, e aí nós fizemos um movimento contrário e conseguimos fazê-lo ser readmitido. Ele foi readmitido e continuou na UEL muito tempo, trabalhando até falecer.”

**JOSÉ ANTONIO TADEU FELISMINO:** “[...] porque o Oscar no período dele, ele foi interferindo em algumas áreas onde talvez ele visse mais oposição, mais dificuldade, então houve demissões. Eu lembro que o meu diretor, que era o Vanoly Acosta Fernandes, foi demitido assim sem justa causa, um cara que tinha sido nomeado pelo Ascêncio e que foi demitido nessa condição, depois isso virou um processo, e teve várias demissões na UEL [...]”

Demissão dos médicos do HU: João Amorin Filho, José Carlos Pareja, José Mário Marcondes dos Reis, Axel Werner Wulsmeyer e Lúcio Tedesco Marchese.

Um episódio de grande repercussão na UEL foi a demissão de cinco médicos-docentes do Hospital Universitário.

**LÚCIO TEDESCO MARCHESE:** “Foi o professor Oscar Alves que começou a propiciar alguns eventos que criaram tensão no Hospital e que depois se acentuaram no terceiro reitor, o Pinotti. Nessa época é que começaram a ocorrer fatos que geraram a pior crise no Hospital Universitário. Essa crise foi criada com finalidade política. (...) Pinotti reitor e estava havendo já as demandas para a abertura política do governo militar. Estava uma situação complicada, vivendo a crise econômica que vivia e já um esboço, uma contestação, mais efetiva através de partidarismo. Na época falava que era um governo presidencialista, um governo republicano presidencialista sob regime militar, bipartidário. Era o MDB, de oposição, e a ARENA, de situação. E havia ali um motivo inicial da crise era tomar posse, vamos dizer política, do Hospital Universitário, além de outras instituições que já ocorriam, já tinham a posse política em Londrina. O Hospital Universitário e a própria Universidade eram tidos como um núcleo de contestação do regime. Tinha um espírito crítico, evidentemente que tinha um pessoal que aprovava o governo e existia uma crise causada pela contestação política do regime. Então começou a ocorrer, nesta época, na Universidade, mais exatamente no início de março de 1979, cartas apócrifas que diziam que existia um sistema de contestadores no Hospital e que, exatamente, cinco docentes desse Hospital eram os líderes dessa contestação e que seriam demitidos. Essa carta gerou uma reação muito grande dentro do Hospital. Os docentes se reuniram, levaram ao reitor a sua indignação e o reitor avisou que não

---

<sup>33</sup> Anexo 95, p. 12-13 do Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná / Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban – São Paulo: TikiBooks, 2017. Vol. 2; 432 p.

existia nenhuma ameaça e nenhuma possibilidade de demissões e nenhum movimento nesse sentido. Quatro dias depois é nomeado um interventor no Hospital Universitário, Cel. Rubens Passerino Moura que, com seu jeito autoritário, prepotente, acentuou a crise. Começaram a acontecer atritos, agressões de docentes, inclusive agressões físicas e os docentes médicos se reuniram e levaram ao reitor uma solicitação de que excluísse o Cel. Marcelino, interventor, colocado como superintendente no Hospital, na instituição, uma situação que estava acentuando a intranquilidade e a dificuldade de quem trabalha no Hospital. A resposta do reitor foi que não havia nenhuma possibilidade de exclusão do coronel e para surpresa dos docentes, cinco docentes foram sumariamente demitidos, por justa causa, sem obedecer ao ritual do Estatuto na época: João Amorin Filho, José Carlos Pareja, José Mário Marcondes, Axel Mayer e este que vos fala, Lúcio Marchese. Isso causou uma revolta enorme no Hospital. O pessoal entrou em greve. Estou simplificando a coisa porque a história é muito longa. Os docentes entraram em greve, posteriormente os alunos também entraram em greve.”

**(LUCIO TEDESCO MARCHESE:** “Os colegas, outros, ficaram totalmente desacorçados com a Universidade. O Amorin foi embora para São Paulo, trabalhar na USP, o Pareja foi para a UNICAMP, o Zé Mário foi para São Paulo trabalhar em Universidade particular e o Axel e eu ficamos em Londrina. Em 1985, já quando a abertura política praticamente concluída, a Universidade abriu um concurso. Prestei o concurso e vi a possibilidade e retomei minha carreira docente, ficando com um interstício na minha carreira acadêmica de seis anos que me causaram sérios prejuízos na carreira universitária, a qual eu tinha dedicado minha vida, que foi a razão da minha vinda para Londrina. (...) Um prejuízo enorme, não só dos quatro, mas também do Higashi, do Flair, que foram embora, do Nelson Rodrigues, que vocês irão entrevistar, da Elsa, esposa do Nelson, que foi embora também. Então foi um êxodo de pessoas qualificadas, que estão prestando serviços, muitas já aposentadas, em outras instituições e com projeção nacional. Que poderia ser projeção de Londrina. Então o prejuízo foi muito grande.”

As acusações, que sem fundamento legal buscaram justificar as demissões, foram, segundo o depoente, fruto de pressões sofridas por outros docentes e alunos:

**LUCIO TEDESCO MARCHESE:** “É uma série de acusações. Primeiro, que os docentes demitidos não compareciam aos plantões. Nenhum dos docentes era plantonista. Isso foi tudo contestado depois na Assembleia Legislativa, em uma reunião em que vários docentes participaram e que foram desmontados um a um os argumentos que foram usados. Que os docentes trabalhavam fora. Ninguém tinha tempo integral e dedicação exclusiva, então tinha direito de trabalhar fora. Que desviavam pacientes para outros hospitais. Era uma praxe transferir doentes. Na época, quando saí da Universidade, fiquei em tempo integral no Hospital Infantil onde exerci minha atividade médica e era muito comum transferir doentes do Hospital Infantil para o Hospital Universitário porque tinha maior disponibilidade e quando o Hospital Universitário não tinha vaga mandava para outra instituição ou mandar fazer alguns exames específicos, que não tinha no Hospital Universitário fazer em outra instituição. Então foram aleivosias, foram



mentiras que foram contestadas uma a uma, mas o que é mais triste? No depoimento de vários colegas, médicos do próprio Hospital Universitário, inclusive alguns que se colocavam como amigos pessoais dos demitidos, esses depoimentos foram sigilosos, posteriormente foram divulgados, foram assim lamentáveis, mas vamos dizer, era explicável. Sofreram pressões enormes naquela época. Sofreram pressões para que eles depusessem contra a gente e com depoimentos desfavoráveis e eles instruíram o processo na comissão relatora, todos os depoimentos que não foram favoráveis, principalmente de funcionários, de docentes e de alunos.”

Antes de ocorrerem as demissões, a reitoria colocou um militar como interventor no Hospital. Descrito como personagem autoritário, o Cel. Marcelino impôs um clima de terror no Hospital Universitário, como relatado pelo depoente Lucio Marchese:

**LÚCIO TEDESCO MARCHESE:** “Por que eles queriam fazer isso? A justificativa, ah... havia um sistema, uma contestação no hospital. O Hospital funcionava muito bem, os números indicavam isso. O Hospital estava crescendo em projeção nacional. O que aconteceu era o seguinte, em suma, em suma, havia uma abertura política, uma vontade de poder em Londrina. Londrina tinha sido sempre uma cidade oposicionista por tradição. Então havia a necessidade e a intenção de conquistar a prefeitura de Londrina e era tido como único perigo para um eventual candidato que muito provavelmente o Oscar Alves, na época ex-reitor e na época secretário da Saúde, único candidato que poderia vencer seria o Dr. Dalton Paranaguá que já tinha sido prefeito. E esses médicos que foram demitidos eram sócios do Dr. Dalton Paranaguá na sua atividade profissional fora, na Policlínica. Então, vamos excluir esse pessoal que é muito mais contestador do regime lá dentro, mais contestadores da política da reitoria na época, não só esses cinco, mas estes representavam o perigo eleitoral em uma futura possível eleição para prefeito. Você vê que se imbricavam fatores políticos locais com fatores institucionais. O interventor do Hospital, Cel. Marcelino, uma figura patética, e me convocou para uma reunião pessoal, a sós com ele, no gabinete dele, e que ele se colocou “Eu vim aqui, para este Hospital indicado pelo SNI, pelo comando do Terceiro Exército, pela Polícia Militar, pelo DEOPS, pelo governador do Estado, pelo secretário da Saúde. Vim para pôr ordem na casa. Isso aqui é um ninho de comunistas”. Eles sempre diziam que “se achava comunista debaixo de cada colchão”. Que “era um ninho de comunistas, de contestadores, que estão atrapalhando o andamento do Hospital!”. “E nós tivemos a informação de que o senhor é o cabeça desse grupo de professores, e falo que você tome cuidado que nós podemos lhe demitir a qualquer hora”. Assim “Coronel, não vou discutir com o senhor coisa desse nível. Isso daí é balela, é montagem para que se faça um limpa, aqui no Hospital, o senhor sabe muito bem disso, então me recuso a falar disso.” “Então vou te pedir um favor, queria que você me ajudasse a falar que tudo isso não existe, é tudo mentira, me ajudasse a serenar os ânimos aqui dentro”. “O senhor acha que sou criança? Me dispensa, por favor, que eu tenho mais o que fazer aqui no Hospital”. Era esse o clima. Era esse o meio que nós vivíamos naquele tempo. E aí

começou um clima de intimidação por telefonemas diretos aos docentes e aos alunos. Eles eram intimidados a se unir ao grupo e fazia o expurgo no Hospital.”

A demissão dos médicos-docentes do HU e seus desdobramentos, como as greves de docentes e de alunos visando a readmissão, proporcionou a necessidade da criação de uma entidade para proteger os docentes das arbitrariedades da reitoria, conforme foi relatado pelo Prof. Alcides:

**ALCIDES VITOR CARVALHO:** “Eu ainda não estava no Sindicato. Nós estávamos atuando já um pouco, mas não muito, sem organização, quando houve essa demissão. Aí eu soube que vários problemas, várias coisas, mas física eu não soube não. Violências morais, assédio moral, essas coisas, isso estava cheio. E os professores então foram readmitidos depois de uma greve longa. Em que aí nós participamos bastante dessa greve. Fizemos inclusive cantorias, poemas, em favor dos professores e cordel, enfim. Aí é que surgiu a ideia e a necessidade de fundar a ADHUEL - Associação Docentes. [Associação dos Docentes do Hospital Universitário da UEL]. No início era dos docentes do HU. Aí, em seguida, passou a ser docentes da UEL, todos. E aí formou-se essa ADUEL, justamente em função da repressão, né? Para a gente se organizar e chamamos inclusive o Cartaxo que era um advogado, sindicalista do Rio de Janeiro e ele veio e falou “gente tem que continuar a associação, ela faz um trabalho excelente dentro da instituição, mas vocês precisam fundar mesmo é um Sindicato”. Foi aí que nós começamos a pensar no Sindicato. E ele nos mandou então o estatuto sindical do qual a gente adaptou bastante coisas para o nosso. Esse sindicalista, o Cartaxo, é que deu a ideia de fundar o Sindicato dos Professores e todo mundo com medo de assumir a presidência porque assumir a presidência podia significar demissão da UEL. Mas havia um professor que dava aulas na UEL, mas que tinha uma ligação funcional com o IAPAR que era o professor Lemos. E aí o professor Lemos falou “não, eu assumo, eu assumo”. Eu lembro. Isso foi de uma coragem. [emocionado] até me emociona porque, esse cara é que começou o Sindicato e logo em seguida ele foi eleito e assumiu o lugar dele, mas ele sempre estava por ali.”

Demissões que geraram a perda de importantes pesquisadores para a UEL:

**NELSON RODRIGUES DOS SANTOS:** “Eram docentes que conferiam ao Departamento de Cirurgia do CCS um brilhantismo nacional. Eram “top” de pesquisa cirúrgica, clínico-cirúrgica, nas suas várias áreas de cirurgia torácica e abdominal. O Lúcio era de cirurgia infantil, era de primeiro time nacional em pesquisa e resultados práticos do nosso Hospital Universitário. Então o Lúcio foi demitido, o Amorim, era da cirurgia geral, o Pareja era da cirurgia geral e José Mário da cirurgia vascular. Tem um ortopedista, Axel, parece o nome dele e o Flair que era gastro-clínico, que era clínico do aparelho digestivo

que fez uma carreira muito grande, foi para a Espanha, voltou ao Brasil, foi para a USP, então era um time de primeira que foi demitido.”

### Demissão do Prof. Tsutomu Higashi

Falecido em 2020, o Prof. Tsutomu Higashi foi vítima de um dos casos mais documentados de violação de direitos na Universidade Estadual de Londrina. Admitido por concurso público para a disciplina de Patologia Aplicada em 1972, Tsutomu recebeu vários prêmios liderando pesquisas médicas naquele período. Ademais, ao que tudo indica, não possuía militância política conhecida.

Mário Seki e Júlio Higashi, à época alunos de medicina, ouvidos pela CEV-PR na audiência pública realizada em Londrina, no dia 6 de agosto de 2014, ao se referirem ao então professor Tsutomu Higashi, são tácitos em afirmar que o docente não tinha nenhuma atividade político-partidária, tampouco se envolvia com temas de natureza ideológica, nem em favor do regime militar e nem contra, visto que se dedicava integral e intensamente a suas atividades como professor e pesquisador.<sup>34</sup>

Sua demissão arbitrária foi relatada em vários depoimentos tomados pela Comissão Estadual da Verdade, bem como por testemunhos colhidos também por esta comissão, como o de Lucio Tedesco Marchese

**LUCIO TEDESCO MARCHESE:** “Fez parte de experimentações anteriores. Foram fazendo pequenas crises. Foram fazendo pequenos movimentos anteriores para causar a grande crise. E ele [Tsutomu] entrou numa dessas junto com outros. Foi denúncia de professores do próprio Departamento. O Higashi era muito dedicado à Universidade.”

Não há, na pasta funcional de Tsutomu Higashi, registro de falhas de conduta profissional que justificassem sua demissão. Na verdade, segundo o relatório da Comissão Estadual, estranha-se o fato de que a rescisão de contrato tenha ocorrido por decisão da reitoria da universidade, não partindo de uma demanda dos imediatos superiores do docente em seu Departamento ou Centro de Estudos.

---

<sup>34</sup> Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná / Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban – São Paulo: TikiBooks, 2017. Vol. 2; p. 182.

O que foi encontrado pela Comissão Estadual, e que consta de seus anexos<sup>35</sup>, é uma queixa de outro docente contra Tsutomu Higashi. De acordo com o documento, o Prof. Higashi teria se queixado publicamente da “necessidade de um melhoramento científico do Departamento” que oferecia o curso de Farmácia e Bioquímica. Encaminhada à assessoria jurídica da universidade, a reclamação gerou um parecer no qual se afirmava:

Os fatos relatados podem constituir matéria de repressão disciplinar ou rescisão contratual por justa causa, se devidamente apurados e esclarecidos, em investigação sumária. Isto não foi feito. Pode ser feito, se nesse sentido houver determinação da autoridade competente.<sup>36</sup>

Não fica exatamente claro se os acontecimentos foram “devidamente apurados e esclarecidos”. No entanto, o que parece não deixar dúvidas, é que o acusado não pôde se defender. Um despacho do Gabinete da Reitoria datado de 23 de junho de 1975 ordena que a Divisão de Pessoal efetue os cálculos rescisórios do docente, o que foi cumprido no mesmo dia. Pouco depois, em 18 de agosto de 1975, publicou-se a Portaria nº 4.241/1975, na qual o Reitor rescinde, sem justa causa, o contrato de trabalho de Tsutomu Higashi com a FUEL.

Em reação, os colegas médicos manifestaram seu apoio ao docente demitido, como informa matéria da *Folha de Londrina* de 21 de agosto de 1975.

Surpreendeu os docentes da Universidade, principalmente os do Centro de Ciências da Saúde, a demissão do professor Tsutomu Higashi [...] por ordem do reitor Oscar Alves, no dia 18 deste mês. [...] Segundo os docentes “ao que consta, **o professor Higashi não infringiu normas disciplinares e nem foi instaurado contra ele inquérito disciplinar para averiguação de qualquer responsabilidade, o que seria competência do Conselho de Administração.** Além disso, relatam que o docente dispensado tem participação destacada nas atividades científicas, técnicas e didáticas da Universidade.<sup>37</sup> (Grifo nosso)

Houve ainda a manifestação da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica, que segundo reportagem de *Panorama*, poderia excluir de sua quadros os “[...] patologistas

---

<sup>35</sup> Ibidem, p. 185. O referido anexo pode ser visto em: <<http://bit.ly/2hGB42F>>. Acesso em: 18 nov. 2024.

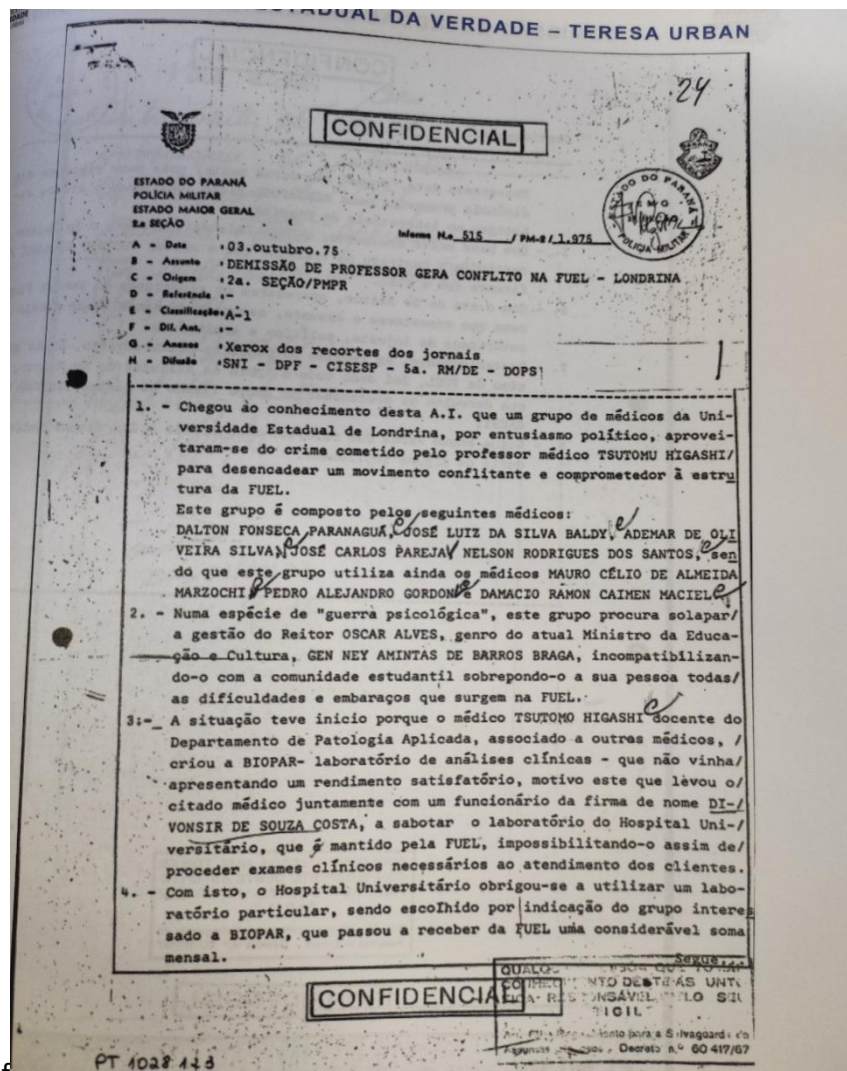
<sup>36</sup> Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná / Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban – São Paulo: TikiBooks, 2017. Vol. 2; p. 186.

<sup>37</sup> Professores apoiam colega demitido pela Universidade. *Folha de Londrina*, 21 ago. 1975, p. 3.

da Universidade de Londrina que se comportaram de maneira ‘conivente’ no recente episódio que determinou o afastamento do docente Tsutomu Higashi da UEL.”<sup>38</sup> Além disso, a entidade dirigia-se a seu associado, o Prof. Higashi, declarando: “[...] vossa senhoria encontra apoio no Código de Ética, pois neste não há dispensa de médico sem justa causa.”<sup>39</sup> O mesmo jornal ainda informava que

Por outro lado a SBPC decidiu, em função da medida tomada pelo reitor Oscar Alves contra Tsutomu Higashi, não realizar em Londrina, no próximo ano, conforme estava programado o congresso anual de patologia clínica, “a menos que o quadro esboçado em sua cidade (Londrina) apresente total mudança até 16 de novembro de 1975.”<sup>40</sup>

Figura 12

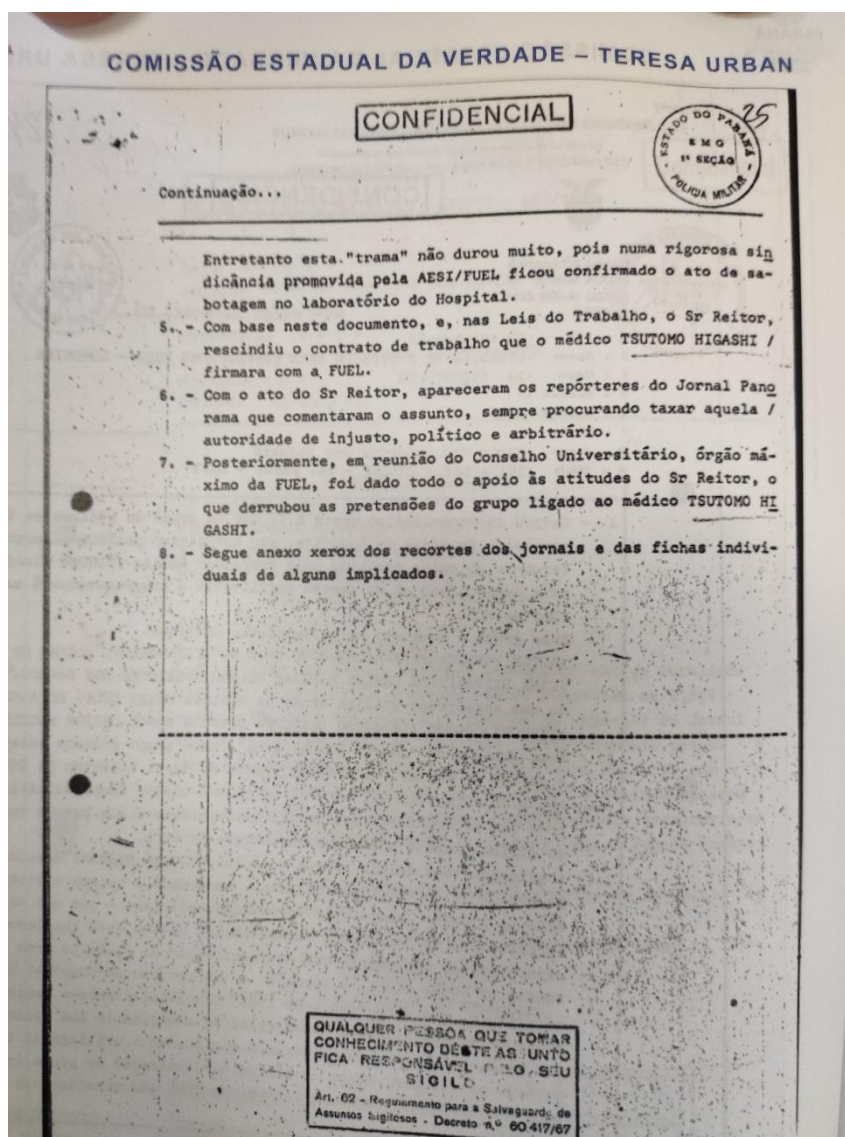


<sup>38</sup> Ainda a demissão de Higashi. SBPC ameaça excluir patologistas coniventes e suspender congresso. *Panorama*, 2 out. 1975, "n.p".

<sup>39</sup> *Ibidem*.

<sup>40</sup> *Ibidem*.

Figura 13



FIGURAS 12 E 13. DOCUMENTO DO DOPS SOBRE A DEMISSÃO DO PROF. TSUTOMU HIGASHI.

### Demissão do prof. Oswaldo Coimbra

**JOSÉ ANTONIO TADEU FELISMINO:** "Depois teve a demissão do Coimbra que teve uma mobilização de estudantes da Comunicação. Nós organizamos um encontro de jornalismo e no encontro ele saiu do palco para denunciar o Oscar Alves e para o contexto da época isso era quase um suicídio, você entende? Os professores em geral na época era um negócio meio de se proteger ..."



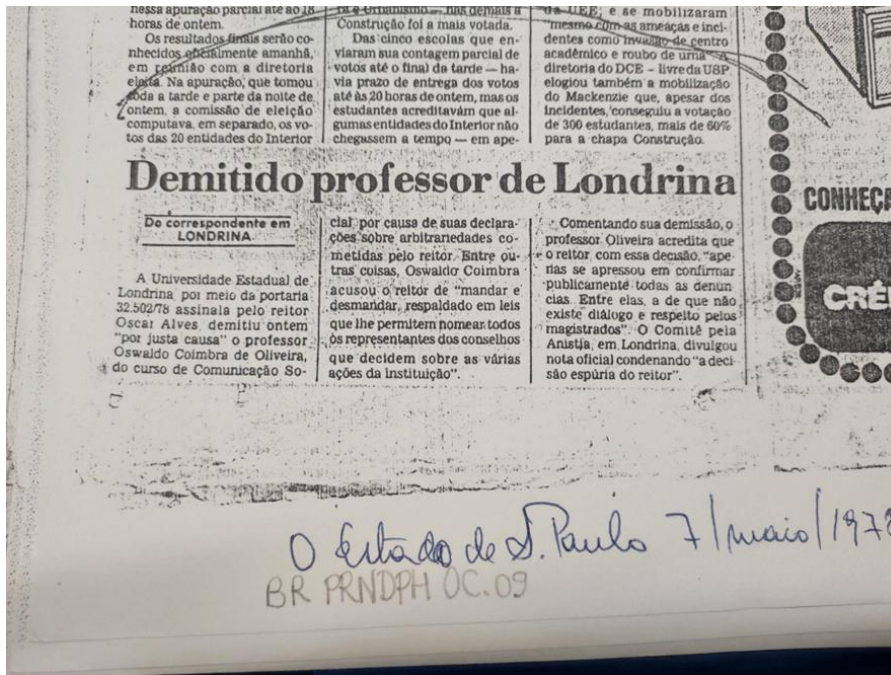


FIGURA 14. DEMISSÃO DO PROF. OSWALDO COIMBRA. O ESTADO DE S. PAULO. 07 MAI. 1978.

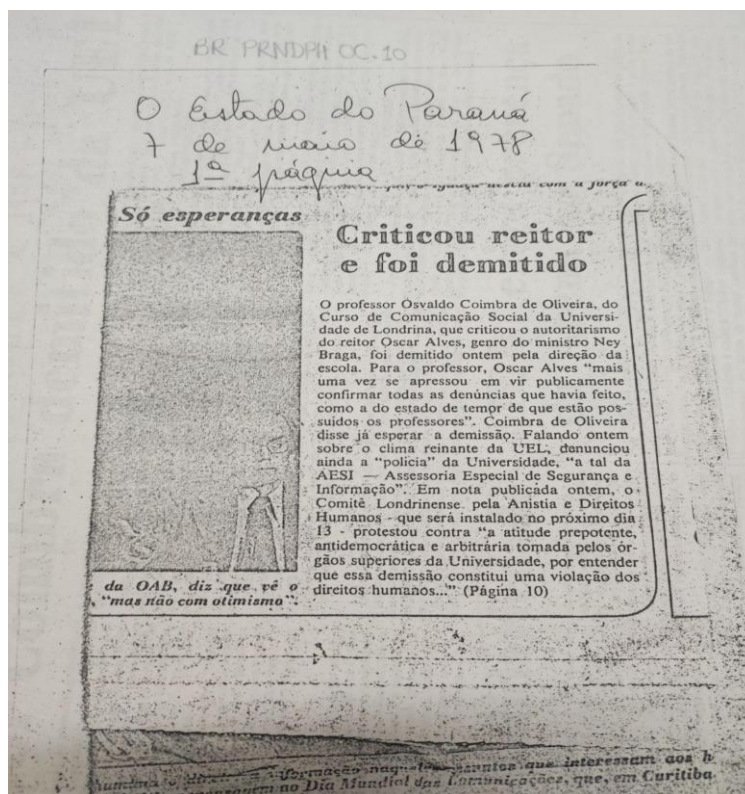


FIGURA 15. DEMISSÃO DO PROF. OSWALDO COIMBRA. O ESTADO DO PARANÁ. 07 MAI. 1978.

Confidencial

PRONTUÁRIO N.º 258/77

NOME OSWALDO COIMBRA DE OLIVEIRA

ENDEREÇO Rua Duque de Caxias, 75 - Centro - Londrina - Pr.

PROFISSÃO Professor ESTADO CIVIL Solteiro

FILIAÇÃO Felto Oswaldo Benvidio de Oliveira - Mãe: Azevedo G. de Oliveira

NASCIMENTO 06.01.48 Cidade Belém País Brasil

C. I. nº 3974961 - SP

DATA	FONTE	HISTÓRICO
27.11.77	ASI/PUEL	O prontuário é Docente na FUEL, desde 13.09.77, na Categoria de Professor Especialista, nível salarial B-02, em regime de trabalho de 40 (quarenta e quatro) horas semanais, com lotação nos Departamentos Agregados de Comunicação e Artes do Centro de Comunicação e Artes.
27.11.77	ASI/PUEL	<b>FORMAÇÃO ESCOLAR:</b> Curso a Faculdade Filosofia, Ciências Humanas, da USP: Departamento de Português e Língua Orientais. Licenciou-se pela Faculdade de Ciências e Letras Tereza Martin - SP - em Português. Curso na FFLCH, da USP até o 3º ano de Ciências. Cursando na Faculdade "Casper Líbero", Pós-Graduação em Jornalismo.
27.11.77	ASI/PUEL	<b>VIDA PROFISSIONAL:</b> - Possui certificado e registro de Professor L n.º 131.955 -DR-5, expedido pelo Ministério de Educação e Cultura. - Foi Professor do Instituto Piratininga de Ensino Superior no período de 10.05.76 a 11.02.77. - Possui registro de Repórter no Ministério do Trabalho e Previdência Social sob n.º 8885, processo DRT sob n.º 152.104/70 em 06.07.70. - É sócio do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo e da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, matrícula sindical n.º 5535. - Foi revisor do Jornal Folha de São Paulo, Folha da Tarde, Última Hora e Notícias Populares, no período de 16.03.72 a 06.08.75. - Revisor do Jornal Estado de São Paulo e Jornal da Tarde no período de 28.08.74 a 15.08.75.

UUEL-213

FIGURA 16. FICHA DO PROF. OSWALDO COIMBRA NO DOPS.

#### Demissão do prof. José Antonio Damasio Abib

**MIRYAM MAGER:** “Eu posso começar relatando, como exemplo, que o meu marido foi demitido na época da SBPC [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência], o que foi mais ou menos no meio do ano, em 1978. Isto depois, ele não estava na UEL, quando foi demitido, ele estava em São Paulo, justamente na SBPC. E ele foi demitido porque ele integrava a Comissão do CCB, CCB é o Centro de Ciências Biológicas, que estava nesta tentativa de reformular o currículo e integração das áreas.” “eu tenho uma ata que diz que a 19 de julho de 1978, é uma reunião, eu tenho aqui com as assinaturas. Depois eu passo esse material para vocês. E aí em meados desse ano de 77 o Abib, ele foi também demitido e houve uma manifestação, um abaixo-assinado muito grande na SBPC, que ocorreu em São Paulo, naquela época!”

#### Demissão da profa. Miriam Mager

**MIRYAM MAGER:** “(...) Mandaram chamar o Baus que era o chefe do nosso departamento e me chamaram para a Reitoria. Na Reitoria tinha um homem que eu não sei como é que ele se chamava, mas era um cupincha do Pinotti, um homem que se sentou em uma mesinha. Era um cubículo onde nós estávamos. Ele simplesmente disse



que eu estava despedida. Eu tinha acabado de voltar da (...) E aí se referiu ao Abib, fez uma porção de insultos e o Baus começou a ficar muito emocionado. Coitado, ele chorou, eu falei “Baus, não chore que esse pessoal não vale a sua tristeza, o Pinotti é um covarde, ele tem que mandar aqui um testa de ferro para fazer o serviço que ele devia fazer na cara da gente. Mas o Baus não aguentava. Ele era muito sensível. É uma pessoa maravilhosa. Ele chorou lá na frente do homem. E eu fui demitida assim por um manda ordens do Pinotti. (...) E a partir desse momento, dessa demissão, o próprio departamento entrou em crise, e eu já tinha sido contratada. Eu fui demitida no começo do ano, depois das férias de final de ano. No dia em que eu voltei para o serviço. Que acabaram as férias, eu entrei na Universidade, me foi impedido de eu entrar na minha sala. Eu fui logo chamada pelo Barros, que era o diretor de centro. Reitoria onde eu recebi a demissão. Quer dizer eu fui com o chefe do Departamento, porque aí eu chamei o chefe do departamento, que era o professor Balls, aí fui para a reitoria receber a demissão de um cara que eu não me lembro o nome, mas era um “cupincha” do Pinotti. Aí eu falei tudo o que eu queria falar, xinguei o homem, do Pinotti, mas eu já estava demitida. Então eu não fui demitida porque eu xinguei. Foi o contrário, eu xinguei depois que fui demitida. E aí eu fui impedida de voltar ao departamento. Eu tinha na minha sala grande parte da minha biblioteca. Porque eu trabalhava com os alunos. Na época não era fácil comprar livros. Então a minha biblioteca estava ali à disposição dos alunos e isso foi muito difícil, porque eram caixas e caixas que eu tinha na época, acho que eu já tinha belina, não sei. As coisas não cabiam no meu carro. E aí essas caixas foram colocadas na porta do CCB, tipo assim, daqui para frente você se vire. E eu não podia entrar no prédio.”

Além de ser demitida e impedida de entrar em sua sala para recolher seus pertences, que foram colocados na entrada do Centro, a profa. Mirian nunca conseguiu ter acesso ao processo que “justificava” sua demissão:

**MIRYAM MAGER:** “esse inquérito eu nunca consegui ter acesso. Fiz solicitação várias vezes. Esse inquérito foi tocado pelo diretor do Centro que era o Barros, na época, mas eu nunca tive acesso a esse inquérito. O fato ocorreu e eu sei que sempre me ameaçaram com esse inquérito e eu pedi que tivesse vistas ao processo e nunca consegui.”

### Perseguição a professores demitidos ao buscar trabalho em outras universidades

Em alguns depoimentos, notamos que professores demitidos pela UEL enfrentavam resistência para serem contratados em outras instituições, mesmo passando por concursos. A ditadura militar mantinha uma rede de informações nas

Universidades Públicas. Um docente que fosse demitido, por questões políticas, encontrava dificuldades em conseguir uma vaga em outra instituição de ensino.

**MIRYAM MAGER:** “Na época eu fiz um concurso em Assis. Passei. Aí eu tenho, depois que eu fui aceita e tudo, depois me veio em agosto de 78 me veio uma carta da UNESP justificando porque eu não podia ser contratada porque corria contra mim, eu tinha problemas aqui na Universidade de Londrina para resolver, uma comissão de inquérito. E aí eu não fui contratada.”

**HELOÍSA HELENA NUNES SANT’ANNA:** “Quando fui demitida da UNB, tentei conseguir trabalho na cidade, pois eu tinha minha família e minha casa lá. O que acontecia então era o seguinte, no momento em que eu me apresentava para algum trabalho, a carta de denúncia da UNB já tinha chegado lá, assim eu não conseguia emprego nem em escolas particulares. Fomos demitidos três do meu departamento ao mesmo tempo, e em seguida convidados para trabalhar em uma universidade particular, pois já tínhamos mestrado. Levamos nossos currículos que foram aprovados, e estávamos aceitos, mas, de repente veio uma contrarresposta, sob o argumento de que não haveria contratações para o curso de Psicologia naquele momento. Para a UEL também mandaram essas cartas, mas o reitor, Ascêncio Garcia Lopes não dava bola para isso, contratava e pronto. Ele chegou a dizer isso ao meu marido Rodolpho.” (...) A época que retornamos de São Paulo foi muito difícil, era praticamente insustentável permanecer no departamento. Era uma coisa horrível, eu me sentia muito mal. Alguns professores que se demitiram da UEL foram para a UFU (Universidade Federal de Uberlândia) e eu fiz o concurso lá e o Rodolpho também. A área em que o Rodolpho iria trabalhar entraria no curso mais adiante, mas eu fui contratada para atuar imediatamente, assim me demiti da UEL. Infelizmente, a ditadura chegou lá logo no ano seguinte (1981). Em janeiro foram afastados oito professores do nosso departamento. O processo que fizeram lá foi o mais doloroso que já passei, pois o próprio departamento foi responsável pelos afastamentos. Em Brasília, nos anos 70, ações como essas eram esperadas, aqui em Londrina conseguimos lutar contra a administração central, mas lá em Uberlândia foram os próprios colegas, que afastaram seus colegas. Como eu não fui afastada (tinha só seis meses de casa e tinha passado em primeiro lugar, no primeiro concurso público do departamento, ficou difícil me acusarem de alguma coisa) permaneci por mais três anos na instituição. Quando a situação melhorou por aqui, fiz um novo concurso e voltei para a UEL em 1985.”

**Docentes demitidos por se oporem ao reitor Oscar Alves:**

**HELOÍSA HELENA NUNES SANT’ANNA:** “Na época do Oscar Alves eu pertencia ao Conselho Universitário, como coordenadora do Colegiado do curso de Psicologia, e havia uma atitude ditatorial por parte da reitoria em relação aos conselhos. Cito um fato

que demonstrava isso. O Oscar Alves foi à Brasília e voltou com uma proposta ao Conselho Universitário de uma total mudança do Estatuto e do Regimento da Universidade, à qual deveríamos aprovar sem qualquer discussão. Nós, representantes do CCB, éramos contra, pois a proposta acabava totalmente com a autonomia da Universidade, assim nos recusamos a aprová-la. Nós éramos contra o autoritarismo interferindo no funcionamento da Universidade. O CCB quase em peso era contra isso, e assim era malvisto. Nós representantes, dessa forma, dissemos não. Nessa decisão fomos acompanhados pelos professores representantes da medicina e alguns outros, mas a proposta passou. Assim ficamos todos na corda bamba, não sabíamos até que dia trabalharíamos na UEL. Foi nessa época de ter nomes citados que surgiu para mim e para o Rodolpho a oportunidade de bolsas de doutorado pelo PICD. Então, nos candidatamos na USP e uma vez aceitos para lá fomos. Caímos fora, antes que nos expulsassem. Vários professores que pertenciam ao conselho e disseram não à proposta, foram demitidos logo em seguida. Eram três da medicina, um da matemática e o outro eu não me lembro de que centro.”

## Prisões

Durante o período da ditadura militar, prisões aconteceram em várias cidades do país. Londrina não foi exceção. Apresentamos, a seguir, trechos de depoimentos que relatam prisões de alunos e um professor do curso de Medicina.

### Aluno: Arno André Giesen

**ARNO ANDRÉ GIESEN:** “Já no final, no último ano, no 5o. ano da Faculdade eu fui preso pelo Exército. Foram presas aqui em Londrina umas 20 pessoas. Na região toda umas 40 pessoas. Ficamos todos no quartel do Exército em Apucarana. Tanto que sobre isso eu já prestei depoimento numa Comissão da Verdade Estadual e muitos outros presos da época também prestaram. E em função dessa prisão puseram uma comissão política militar de inquérito. Respondi processo e um tempo depois fui absolvido. Na verdade, não foi provado que se tenha cometido alguma infração, mesmo à Lei de Segurança Nacional que na época reprimia todos aqueles que fossem contra o Regime. (...) Fui preso pelos milicos de Apucarana, pelo Exército, na época era o Tenente Lisboa ... depois de solto teria sido morto..., um agente do DEOPS que estava a serviço do Exército em Curitiba, Balbinot, que se aposentou. Fiquei sabendo que ele estava em Santa Catarina, e mais uns dois sargentos. Na época eu trabalhava como estagiário com o Dr. Oscar que morreu há pouco tempo, e fiquei ligado a ele pelo Manuel Jacinto, em função da política mesmo, eu era simpatizante e o Jacinto fazia parte da direção do movimento [PCBR] ... o local em que fui preso, foi no escritório do Oscar. Me cercaram lá dentro e me levaram em um camburão, não lembro como. Foi daí que fui levado para Apucarana “passar umas férias” (...) Inicialmente eu fiquei um mês mais ou menos, fui o último a prestar depoimento e o último a ser solto. Fui solto para fazer as provas finais da Faculdade de

Direito, fui levado de novo para prestar outros esclarecimentos. Nesse um mês tentaram tirar depoimentos e tal, de mim e de outro.”

Aluno: Alcides Vitor Carvalho

**ALCIDES VITOR CARVALHO:** “Olha, isso foi em 1968, em outubro. Houve uma eleição para ver quem que iria representar os estudantes de Londrina nesse trigésimo Congresso da União Nacional dos Estudantes. E aí eu estava praticamente terminando o curso. (...) E lá em São Paulo nos pegaram e de fusca, em oito, coubemos em oito no fusca, eu nem lembro como, claro que alguns nos colos dos outros e fomos para o mato lá perto de São Roque, que era Ibiúna. Nos puseram no mato lá e ali começou a chegar gente do Brasil inteiro, só representantes dos estudantes e das Universidades do Amazonas, Pará, Rio Grande do Sul e tal e chovia e nós ficamos naquele mato uma noite. E de manhã recebemos ordem para dividir em grupos de 10 e sumir no mato, nas moitas, porque iam passar a gente pelos caminhos. Ficamos ali um dia. Dali fomos levados para uma fazenda antiga, grande. Também passamos ali uma noite. Nós éramos em cerca de 800. Umas 250 mulheres e meninas e o restante homens. Aí, lá pelo dia seguinte, lá pelas 9 horas, a gente tinha que pegar um caminhão. Ser coberto com banana para disfarçar, por cima das bananas uma lona. E aí nos levaram para uma chácara em Ibiúna. Depois fiquei sabendo que era chácara de um senador da República. E ali ficamos uma semana de reunião. (...) Quando foi no sábado, eram quatro morros, que desciam para esse local, os morros começaram a pintar de gente descendo, descendo, descendo, tudo militar armado. Eu acho que dirigidos pelo Figueiredo na época. Estava comandando aquilo, todos armados e dando tiro e depois nós soubemos que era um tiro de festim, só as metralhadoras que estavam com bala de verdade. E se alguém tentasse fugir eles atiravam com metralhadora no chão e espirrava barro na cara, enfim todo mundo deitado no chão com a cara no barro, e foi uma epopeia. E aí a gente tinha “malemão” cobertor e uma bolsa com a roupa de troca, enfim, e fomos sendo levados para a cidade de Ibiúna, quase que arrastados, acompanhados por duas fileiras de soldados que caminhavam no barranco e nós no meio do barro caminhando. (...) ...e daí fomos levados para o Tiradentes que era uma espécie de Carandiru na época, e lá ficamos vários dias acho que 15 ou 20 dias, incomunicáveis. E, também, ali surgiram fatos interessantes. A nossa cela era a única que ficava de frente para a rua. E na frente justamente havia uma escola. E nós fazíamos muito barulho lá por volta das 6 horas justamente para chamar atenção do pessoal que passava voltando do serviço ou indo para algum lugar ali no Tiradentes, que tinha uma rua muito movimentada. E essas crianças começaram a paralisar as aulas e ir para o pátio para dar apoio para nós. Porque ficaram sabendo o que era que estava acontecendo lá e com isso o pessoal começou a descobrir que nós estávamos presos lá e aí começaram a aparecer advogados, juízes, para ver as condições de estadia lá naquele lugar. Fizemos uma greve de fome de 48 horas para exigir advogado etc. e tal. E quando foi um belo dia, porque chamavam a gente, ficava umas quatro horas com uma pessoa aí a pessoa voltava e relatava tudo que tinha respondido para a gente ter as mesmas respostas. Quando chegou no fina, nos últimos que foram chamados, eu fui um dos últimos para depor, uma pressão psicológica muito grande. Eu sentei ele falou “você fez isso, fez aquilo, fez aquilo”. Ele já foi escrevendo, porque ele já sabia tudo que nós íamos responder, porque todos que

apareciam, eles já tinham decorado as respostas. Mas lá dentro mesmo, nós continuamos o Congresso porque não tínhamos escolhido o presidente ainda para o Congresso dos próximos dois anos e o jeito era nos comunicarmos com os sapatos. Amarrávamos os cadarços nos sapatos, colocávamos as proposições dentro do sapato, as decisões de cada cela, balançávamos o sapato do lado de fora da janela até a outra janela pegar, aí pegava ali, discutia, passava de volta. Quer dizer, a comunicação continuou. O Congresso continuou lá dentro da prisão do mesmo jeito. E aí quando saímos, nos levaram, nos trouxeram para o Paraná. Colocaram-nos nos ônibus da Penha, e todo mundo falando “bom, vamos lá para o Ahú, vão nos levar para o Ahú. Lá é muito pior do que aqui. Pe pe pa pa pa” alguns queriam descer correndo do ônibus. Quando estivemos em Registro, descemos para tomar um café, todos sempre rodeados de metralhadora, aí não tinha jeito de fugir e aí entramos de novo nos ônibus. Chegou em Curitiba, abriram as portas dos ônibus. “Ó estão livres, podem ir embora!”. (...) o Congresso continuou aqui em Londrina. Aqui em Londrina foi terminado o Congresso da UNE, do trigésimo Congresso da UNE. (...) Depois de Londrina, essa reunião foi para Curitiba para digamos, fechar, fazer o fechamento com as lideranças todas do Sul. Na chácara do Alemão e ali foram todos presos e alguns ficaram 15 anos presos. Os outros foram trocados por aqueles do sequestro do suíço lá e os outros ficaram presos 15 anos. Foram presos na Chácara do Alemão. Aqui na Diana não houve esse problema, lá eles fizeram a reunião perto de um frigorífico, na Chácara do Alemão, ao lado de frigorífico. E entrava caminhão e saía caminhão com boi, com carne. Enfim, aqueles caminhões baú de mudança, né? Cheio de...de repente uns três caminhões desses param em frente à Chácara, abre o a porta e desce centenas e centenas de policiais, tudo armado, militar, prenderam todo mundo ali no churrasco. E aí, assim, eles foram presos todos.”

Alunos presos no Encontro Nacional de Estudantes em Belo Horizonte (Marco Fabiani, Márcia Fujisawa e Marcelo Oikawa)

**GILBERTO BERGUIO MARTIN:** “Aí Marcão, Márcia, Marcelo Oikawa e acho que foram os delegados nossos que foram pra Belo Horizonte. Chegaram no meio desse encontro e a ditadura proibiu chegar. No meio do caminho eles foram presos. Prendeu todo mundo em Belo Horizonte. Eles confrontaram com a polícia e não sei o quê. E eles ficaram presos dois ou três dias, aí nós fizemos um ato público aqui no CCH, fizemos um culto ecumênico. O culto ecumênico para denunciar a prisão e tal, não sei o que, aqui no CCH. Eles foram soltos e tal.”

**MARCELO OIKAWA:** “E outra coisa que me lembro da AESI que acho que tem tudo a ver com isso, como os estudantes de Londrina preferiram ocupar espaços institucionais do que ir para a guerrilha urbana, o movimento estudantil de Londrina se organizou muito antes do que todos dos outros estados do Brasil. Então aconteceu uma coisa muito inusitada, Londrina coordenava, liderava o esforço de reconstrução da UNE, porque estava mais organizada que São Paulo, Rio, Minas e Bahia. Então era um movimento estudantil muito forte. Em um dos encontros nacionais que iriam ser feitos em Minas

Gerais, Belo Horizonte, três estudantes de Londrina foram indicados para representar os estudantes nesse encontro e eles iriam inclusive coordenar a reunião do encontro. Foi eu, o Marco Antonio Fabiani, que é um cardiologista em Londrina hoje, Márcia Fujisawa, que era economista da Embrapa. Se não se aposentou está em Campo Grande ou Dourados. Esses três estudantes foram indicados para ir a este encontro e a gente foi preso na entrada de Belo Horizonte. Naquele dia todos os estudantes, centenas, que tinham se deslocado de vários locais do país para esse encontro foram presos. O exército fez um cerco em Betim e foi parando os ônibus de estudantes. Fizeram todos descerem e entrar no camburão e levados para a cadeia. Aconteceu um fato muito inusitado neste episódio. No nosso ônibus entra um soldado com um fuzil na mão, entra um segundo com uma prancheta na mão e começa a fazer a chamada. Eles tinham o nome de todo mundo, menos o meu. Sabe por quê? Eu era muito visado naquela época. A polícia federal passava na frente de casa, de dia e de noite, devagarinho com aquela veraneio, para amedrontar. Telefonava para a ... da Universidade dizendo que eu havia sido preso. Saíam atrás de mim eu estava em casa. Telefonavam para a Folha de Londrina dizendo que eu havia sido preso. Faziam um terrorismo o tempo todo. E quando aconteceu isso no ônibus lá em Belo Horizonte, sabe o que eu pensei na hora? Eu fiz o improvável. Isso ninguém faz. Eu pensei: "Se eu ficar quieto aqui, que seria a tendência das pessoas e seguisse, iria desaparecer. Eu estava muito visado. O que eu fiz? "Eu estou com esses dois colegas de Londrina". E fui preso junto com eles. Eu me denunciei, vamos dizer assim. Porque na hora eu pensei isso. Então essas informações na prancheta, quem forneceu, seguramente foi a AESI. A gente ficou preso lá uma semana. Muita ameaça. O pessoal acordava a gente de madrugada com revólver na mão passando pela grade da cela. Um horror. Os homens foram enviados para um canto e as mulheres para outro. Então, a Márcia, muito inteligentemente se ofereceu como voluntária para levar comida de cela em cela. Aí ela descobriu onde a gente estava. Aí ela soube que a gente estava bem e nós soubemos dela também. Os três foram indiciados na Lei de Segurança Nacional. A gente teve que se apresentar na Polícia Federal de Londrina e fizeram aquela clássica que é tocar piano, tirar fotografia de frente, de lado, aquelas coisas e esse indiciamento não foi para a frente porque logo em seguida veio a Lei de Anistia, então ficou por isso mesmo, mas a minha ficha e a de todo mundo está anotada no DOPS, nos documentos do DOPS."

### Prof. Nelson Rodrigues dos Santos

O professor Nelson Rodrigues dos Santos, da Medicina, era o diretor do Centro de Ciências da Saúde. Foi sequestrado de madrugada por agentes ligados à repressão do regime militar. Levado preso à Apucarana e depois a Curitiba. Só não foi torturado porque os alunos do DCE da UEL denunciaram na posse da nova diretoria da entidade, sua prisão.

**FRANCISCO CARLOS NAVARRO:** “Agora na época também o que a gente ouviu falar, tinha um médico que era lá do CCS [Centro de Ciências da Saúde], era o Nelson Rodrigues, esse senhor, ele sumiu, ele sumiu! E isso corria! A Universidade inteira sabia disso! E a gente estranhava que a reitoria não se pronunciava. Na época, era o José Carlos Pinotti, que era o reitor, não saía uma nota, um nada da boca dele, nem da Universidade. E o professor era um docente da Universidade. Como que ele some 40, 50 e 60 dias e a Universidade não fala nada? Ele sumiu! Ele sumiu uns 40 dias mais ou menos, esse médico. Por quê? Porque eles achavam que ele era comunista. (...) Depois, muito depois, eu vi um dia uma reportagem, acho que na Folha de São Paulo, ele foi secretário de Saúde do Estado de São Paulo. Esse professor era muito bom. Esse sistema que você vê aí hoje de saúde, em Londrina, municipal, foi ele quem criou. Sim. Então era um cara na época muito importante e talvez por fazer isso, na cabeça dos caras “ele é comunista”; entendeu? E se falava essa palavra, é comunismo, vish Maria!”

**CÉLIA REGINA DE SOUZA:** “A gente viveu passo a passo cada situação dessas. Era um mundinho feliz até com todas as dificuldades até que a gente ganhou a eleição junto com o Tadeu. Um ano e pouco depois, no momento em que estava preso, o professor Nelsão, da Medicina. Professor Nelson dos Santos. Tinha havido uma grande queda aqui em Londrina de pessoas mais ligadas ao Partido Comunista Brasileiro, o PCB, umas pessoas de esquerda e de outros grupos, que não era novidade. Já havia acontecido isso nos anos 1970, a gente já sabia disso, o grupo mais antigo do DCE, eu sabia disso. A moçada no geral tinha muito contato, mas quando foi preso o Nelsão foi um momento de muita tensão e era nossa posse. E a nossa posse iria ser no Teatro Universitário. Daí, de repente, chegaram na última hora, que o DCE fosse na reitoria, que não iria poder ser no teatro Universitário que tinha um problema, tinha denúncia de bomba. Então foi transferido para o Canadá Country Clube. Tipo assim, uma desmobilização. A gente de uma agilidade muito grande, a nossa rede era muito rápida, nós lotamos o Canadá e nós já tínhamos o discurso preparado. Que é um discurso que o Nilson leu, que a gente tinha escrito, que começa falando “a gente deveria estar falando do nível de ensino da Universidade Estadual de Londrina, a gente queria falar da luta do ensino pago, não sei se vocês conhecem este texto, mas ele é bem legal, como documento. “A gente queria estar falando disso, disso, mas não podemos falar nada disso. Neste momento nós temos que comunicar” aí como é que iriam fazer calar a boca “o professor Nelson, do Departamento de Ciências da Saúde está preso e não sei o quê. A gente reivindica que neste momento o reitor esteja ao lado dele” o reitor lá na frente “que a imprensa, que todo mundo, que todos os alunos, professores, que defendam a integridade do professor” (...) Era o Oscar Alves nessa época. Posso confirmar depois, mas acho que era o Oscar Alves sim. Era o Oscar. E a gente fez a denúncia comprometendo todo mundo. Ninguém poderia se fazer de besta. “Que ele foi levado na calada da noite, que era um membro da nossa comunidade .” . “Com ele tinham outras pessoas lá”. E aí foi um momento de muita tensão. E a gente ficou muito feliz de ter podido contribuir com força naquela ocasião. Saiu na Folha de Londrina. Aí saiu em tudo. Então foi esse episódio.”

**NILSON MONTEIRO:** “O nosso discurso original era um discurso de reivindicação universitária. Era um discurso acadêmico, queria, claro, atingir os propósitos da Reitoria

porque falavam contra o 169, contra a polícia dentro da Universidade. Defendia passe universitário, defendia melhores aulas, melhores condições, melhores professores, enfim defendia um ambiente universitário, era muito mais ambiente universitário, extrapolando aos poucos, é óbvio, fagulhas na política nacional e estadual e local, né? Contudo no dia anterior à posse, assim, e dentro da Universidade muita gente, óbvio que contrário ao Poeira, opositor ao Poeira, distribuía boatos, os *fake news* da época, né? Dizendo que ia ter bomba lá dentro, que a polícia ia prender todo mundo, que quem fosse para a posse seria preso, que a Reitoria estava com medo de fazer posse com esses subversivos tomando posse, e coisas do gênero”. Bom, então a posse nessa pandemia de boato de não vai ter, vai ter, não vai ter, não vai ter, a posse ficou marcada e a gente ficou sabendo, um dia anterior que um professor da Universidade, Nelson Ferreira dos Santos, que era muito querido de grande parte nossa, que era amigo pessoal de muita gente nossa e que era amigo pessoal de muita gente em Londrina, inclusive dos jornalistas e dos outros médicos, e que frequentavam o restaurante Churrascaria Campo Grande e bebiam em parceria no Campo Grande todos juntos, o Nelsão, como nós o chamávamos, era um cientista muito importante que havia sido preso. E não só o Nelsão, quer dizer, nem a surpresa, a família não sabia onde ele estava, tinha sumido, né? Era a operação Marumbi e aconteceu em 75, e no Paraná, mas não só o Nelsão, mas também foi preso em Geneci Guimarães, também foi preso João Eineck, foram presos outros de Londrina e muitos sofreram na prisão... o Laércio Souto Maior que é jornalista. Só que nos dizia a respeito da prisão do Nelsão, para qual a Reitoria não tinha mexido, aliás, esperar que houvesse para cima, né? Se a reitoria mexesse alguma coisa contra a prisão do Nelson, mas a gente como ficou sabendo, houve uma reunião do conselho deliberativo do DCE e todos do Conselho Deliberativo “como é que a gente vai fazer esse discurso? ‘Nós vamos continuar falando da questão Universitária ou nós vamos dar o tom político dessa coisa?’ Ah foi unânime. Nós vamos falar da prisão do Nelsão. E eu...[Risos] eu vou falar... mas eu estava com tanta raiva. Com tanta raiva dessa prisão que eu me faltava ar, não só dessa prisão, mas das prisões que aconteciam de madrugada e ninguém sabia se os caras voltavam morto ou vivo. Então foi assim e aí foi feito esse discurso, eu não sei a quantas mãos né? Porque no Conselho Deliberativo todo mundo podia palpitar, em opinar, decidir e falaram “você vai fazer esse discurso”, falei “então é comigo mesmo, vamos para o pau. Não tem importância não, vamos lá!” Porque era muita ameaça de golpe, era muita. Aí o Oscar Alves nos ligou, ligou acho que para o Paulo Silva, para dizer que tinha um problema de encanamento. A gente falou “foda-se o encanamento do Teatro Universitário” onde seria a posse. Porra, problema de encanamento? Aí depois um dos membros da Reitoria que não foi o reitor, é bom que se diga para ser justo, disse “que não, que tinha bomba!” que “tinha muita bomba no Teatro Universitário, não ia dar para fazer, e não ia ter posse porque não vai ter posse.” Era óbvio que o objetivo era não ter a posse claro, né? “Não vai dar, não vai dar, não vai dar”. Bom se não vai dar no Teatro Universitário, tudo bem a gente faz em outro canto e aí um de nós, inclusive e o Oscar ajudou, viu também tudo é bom ser justo, né? Ele deu uma ligadinha lá na época para um diretor do Canadá, Um de nós, conhecia muito o gerente do Canadá Country Club que é ao lado ali, era pelo menos, ao lado do Teatro Universitário, mas eles não imaginavam que não ia ninguém no Canadá, porque a posse, espalhou tanto boato que ia ter bomba e que ia ter porrada e que ia ser preso que não sei o quê, que não ia ninguém. Né, só que nós ficamos plantados em frente o Teatro Universitário, e cada um que chegava nós



encaminhávamos para o Canadá, “a posse vai ser lá, vai ser assim, vai ser assado”, todos nós ficamos ali. Como nós éramos bastante porque éramos eleitos não só no DCE, mas os diretórios estudantis também nos setoriais, né? A gente juntou todo mundo para lá, foi todo mundo para lá. E aí como você perguntou de autoridade tinha autoridade. Tinha mãe de estudante, primo de estudante, tio de estudante, tinha muita gente que não era só estudante. E eram centenas de pessoas no Canadá, para surpresa das autoridades da Universidade. Muita surpresa. E aí a gente foi para lá e fez um discurso, discurso já estava pronto não foi de improviso então, e fiz um discurso com a grande maioria que estava ali estava na frente assim porque, nós ficamos na frente. O pessoal ficou na frente porque se houvesse qualquer problema de ameaça de bomba, lesão, ataque pessoal, tudo. Se ia dar alguma coisa.” Então nós fomos para lá e fizemos lá, eu fiz lá o discurso da posse e muitos imaginam que foi um ato de coragem e que...muita gente ficou marcado com aquele discurso, né? O problema é que um ato de coragem movido não foi por uma pessoa, né? Foi por dezenas e dezenas de pessoas que também davam um respaldo para aquilo lá, pode ter sido sim um ato de coragem que a gente vivia em plena ditadura 1975, duas ou três semanas, depois os caras mataram o Herzog lá em São Paulo na cadeia, né? Então pode ter sido sim, mas eu não, não imputo a isso a importância daquele ato, a importância foi fazer a posse, encarar tudo aquilo que houve para fazer a posse, e no meio daquele pessoal todo que estava ali centenas de pessoas estavam na posse eu via muito dedo duro muito estudante que era dedo duro, muita gente que era autoridade federal lá no meio, e fim, não teve problema nenhum. Eu fiquei muito emocionado para variar com o discurso, mas eu li! Foi a primeira vez na minha vida que eu consegui fazer um discurso sem chorar, aliás, acho que foi a única. “E o Nelsão teria dito para o Giba, aliás que o Laércio Souto Maior que lá em Ribeirão, onde ele estava preso, os caras tinham dito “Oh não põe a mão nesse cara, pelo amor de Deus que os estudantes vão pôr fogo no mundo. Não ponham a mão. Nesse aí não”, segundo eles. O Nelsão falou isso, que não foi torturado, e ele foi solto dias depois e agradeceu a gente sim! por não ter sofrido nada, nada, nada na prisão”

#### Casos a serem analisados no futuro

Os casos de demissões acima citados surgiram durante as investigações da Comissão da Verdade da UEL. Como já relatado, o fato do regime de trabalho dos servidores da Universidade naquele período da ditadura ser o de celetista, permitiu aos reitores de plantão o poder de contratar e demitir sem que as pessoas atingidas tivessem o direito a um processo justo. Provavelmente, outros casos de demissões com caráter político ocorreram. Uma investigação mais profunda, analisando todas as demissões demandaria muito mais tempo e esforços. Este relatório, assim entende a Comissão, é o primeiro passo para se restaurar o direito à memória de todos(as) aqueles(as) que foram perseguidos durante o regime militar na Universidade Estadual

de Londrina. Com a divulgação deste relatório, esperamos que outras vítimas, ou seus familiares, que por medo ou outro motivo não recorreram de suas demissões naquele período, venham no futuro expor seus casos.

**NELSON YASUO FUJITA:** “E as próprias pessoas que foram perseguidas e demitidas, muitas ficavam quietas e não buscavam os seus direitos, o professor Vanoli buscou os direitos dele e acabou sendo reconsiderado e muitas destas pessoas ficaram, assumiram e não quiseram mas eu acredito acho que a Universidade deve pelo menos um mínimo pedido de desculpas a essas pessoas que eram capazes, eram competentes, eram reconhecidas como bons professores pelos seus alunos, tinham produção científica como o caso da professora Terezinha Torneiro, tinha renome nacional e internacional e acho que é o mínimo que a Universidade deveria fazer penso eu que essa comissão deveria propor.”

## Parte IV

# SUGESTÕES DE REPARAÇÃO DA COMISSÃO DA VERDADE - UEL AO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Com base nas entrevistas realizadas e documentação consultada pelo grupo de trabalho da Comissão da Verdade - UEL, corroborou-se as conclusões do relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná. A propósito, uma das considerações da CV-PR era a “[..] recomendação de que aquela instância universitária [UEL] constitua uma comissão da verdade, com autonomia plena e orçamento independente e suficiente para o aprofundamento das investigações que a CEV-PR iniciou e aqui foram relatados [...]”<sup>41</sup>.

Assim, o exame de testemunhos e documentos nos levaram a concluir que a implantação e manutenção da ASI - Assessoria de Segurança e Informações na universidade, foi menos uma imposição do regime militar que um desejo de sucessivas reitorias – a começar pela administração de Oscar Alves –, as quais quiseram submeter a comunidade universitária a uma estrita vigilância político-ideológica. Neste sentido, é fato que

A própria Reitoria, em vários momentos relatados e documentados, seja antes da criação da ASI ou mesmo ao longo de sua existência, serviu como órgão direto de informação à DOPS-PR, ao SNI, ao comando da 5ª RM etc., mas o que é mais lamentável é que atuou como centro de inteligência do sistema repressivo contra sua própria comunidade interna e contra a sociedade na qual estava inserida.<sup>42</sup>

Exatamente porque a estrutura da universidade, bem como seus agentes, concorreram para a perseguição, cerceamento e punição de membros da comunidade, as eventuais medidas de reparação devem partir da instituição.

---

<sup>41</sup> Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban. Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná / Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban – São Paulo: TikiBooks, 2017. Vol. 2; p. 201.

<sup>42</sup> Ibidem, p. 200.

## RECOMENDAÇÕES DA CV-UDEL AO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

- Designar o Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica Eneliza de Lima da UEL, o NDPH, como órgão responsável pela guarda, organização, preservação e disponibilização para pesquisa, do acervo documental levantado e produzido pela CV-UDEL. Observação: O original do Relatório da CV-UDEL deverá ser arquivado no SAUEL. Uma cópia do Relatório fará parte do acervo da Coleção CV-UDEL no NDPH;
- Que a UEL elabore um projeto para a criação de um marco simbólico, isto é, um lugar de memória (monumento ou memorial), a ser instalado no campus universitário para homenagear todos(as) aqueles(as) que resistiram e lutaram pela democratização da UEL e do país durante a ditadura militar;
- A constituição de um Grupo de Trabalho que dê continuidade ao levantamento de informações em arquivos, análise de dados e coleta de novos depoimentos.
- Outorgar o título de Doutor Honoris Causa, *in memoriam*, ao ex-professor Tsutomu Higashi, demitido injustamente da UEL;
- Que a UEL realize um Ato público de Reparação a todos(as) da comunidade acadêmica que sofreram violações de qualquer natureza, e que foram perseguidos e/ou demitidos durante a ditadura militar;
- Que a UEL realize um Ato público perante toda comunidade de Londrina e região, por ter se transformado, durante a ditadura militar, em um tentáculo do SNI e do DOPS por meio da ASI, vigiando e denunciando pessoas e movimentos sociais;
- Criação de um Núcleo ou Observatório Permanente em Defesa dos Direitos Humanos, composto pluralmente por docentes, técnicos administrativos e discentes, para apurar denúncias, denunciar e intervir nos casos de violação aos direitos de estudantes, professores e funcionários no âmbito da UEL;
- Revitalização da sede do DCE na região central da cidade não apenas como lugar de memória, como também espaço legítimo de atuação do Movimento Estudantil da UEL.
- Que o campus universitário seja renomeado, em momento oportuno, com o nome do primeiro Reitor da UEL, Ascêncio Garcia Lopes, em reconhecimento a

sua dedicação e defesa da instituição em face do regime autoritário durante a ditadura militar.

### Referências Bibliográficas

BRITO, Antonio. *“Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida”*: anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. Revista Anos 90, v.26. Porto Alegre, 2019.

FELISMINO, José. *Jornal Poeira, história e memórias*. Dissertação de Mestrado- Universidade Estadual de Londrina, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2016.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

FICO, Carlos. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda*: os pilares básicos da repressão. In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org.). O Brasil republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, p. 167-205.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio*: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula 1927 – 2005. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

JOFFILY, Mariana. *O aparato repressivo*: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 30 – 48.

MOTTA, Rodrigo. *Os olhos do regime militar brasileiro nos campi*: As assessorias de segurança e informações das universidades. Revista Topoi, v. 9, n. 16, p. 30-67. Rio de Janeiro, 2008.

MOTTA, Rodrigo. *As universidades e o regime militar*: cultura política brasileira e modernização autoritária. Editora Zahar, 1 ed. Rio de Janeiro, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. *1964*: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NEVES, José. *Segurança Nacional e anticomunismo no Brasil pré-64: A ideologia de Golbery do Couto e Silva*. Revista Em Tese, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 46 – 66, 2019.

PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. *Uma aventura política: as movimentações estudantis da década de 70*. Dissertação de mestrado - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP. Campinas-SP, 1997.

PIOVANI, Luan. *O Movimento Estudantil paranaense sob a ótica dos agentes do sistema nacional de informações no período ditatorial: o caso da Fundação Universidade Estadual de Londrina (1974-1982)*. 2024. 129 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2024.

RIDENTI, Marcelo. *As oposições à ditadura: resistência e integração*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. P. 15-22.

SAMWAYS, Daniel. *Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970 – 1973)*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

\_\_\_\_\_. *Conhecer o Inimigo é preciso: o Serviço Nacional de Informações e a comunidade de informações na ditadura civil-militar brasileira*. In: Revista *Angelus Novus*, nº 5, 2013.

SILVA, Joaquim Carvalho. *Peroba Rosa: UEL 25 anos*. Londrina: Ed. da UEL, 1996.

SOUZA, Thiago Henrique de Souza. *Vigilância e repressão: a atuação da Assessoria Especial de Segurança e Informações na Universidade Estadual de Londrina (1975-1982)*. 2014. 71 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

#### Fontes documentais

ASI/FUEL. *Documentação da ASI-FUEL para a Secretaria de Estado de Segurança Pública - Divisão de Segurança e Informações (1979)*. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/1884/66526>>. Data de acesso: 06/07/2024 às 16:12.

ASI/FUEL. *Documentação da ASI-FUEL para a Secretaria de Estado de Segurança Pública - Divisão de Segurança e Informações (1981-1982)*. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/1884/66372>>. Data de acesso: 06/07/2024 às 17:34.

ASI/FUEL. *Documentação da ASI/FUEL para a DOPS (1975-1977)*. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/1884/66531>>. Data de acesso: 06/07/2024 às 18:54.

ASI/FUEL. *Documentação da ASI-FUEL para a DOPS (1977)*. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/1884/66532>>. Data de acesso: 06/07/2024 às 20:12.

ASI/FUEL. *FUEL - Fundação Universidade Estadual de Londrina – 1978*. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/1884/67058>>. Data de acesso: 06/07/2024 às 21:06.

BRASIL. *Relatório final da Comissão Nacional da Verdade*; v.1. 2014. Disponível em:

<[http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com\\_simplefilemanager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume\\_1\\_digital.pdf](http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume_1_digital.pdf)>.

Acesso: 22/03/2024 às 12:02.

SNI. *Plano Nacional de Informações*. AC/ACE – 43246/71. 24 laudas. 1971.

SNI. *Movimento Estudantil, retrospecto de 1978 e perspectivas para 1979*. AC/ACE – 980/79. 66 laudas. 1978.

SNI. *Sistemas de Segurança e Informações nos estados*. AC/ACE – 8751/80. 19 laudas. 1978.

SNI. *Maria Lucia Victor Barbosa – Dossiê*. ACT/ACE – 1717/81. 17 laudas. 1978.

SNI. *Funcionamento do sistema nacional de informações*. ACT/ACE – 4036/83. 4 laudas. 1983.

# ANEXOS

## Depoimentos

### COMISSÃO DA VERDADE DA UEL

#### DEPOIMENTO DO EX-PROFESSOR ALCIDES VITOR DE CARVALHO (A)

**ENTREVISTADORES:** Cesar Bessa (C), Arnaldo Melo (AM), Edson Holtz (E), André Lopes (AL), Nilson Magagnin Filho (N), Izângela (I)

**Duração:** 01:17:03

**DATA:** 25/04/2021

**LOCAL:** Entrevista realizada de forma *on line*, durante a pandemia. Entrevista e entrevistadores estavam em suas respectivas casas.

**TRANSCRIÇÃO REALIZADA POR:** Wictoria Amanda da Silva Jardins

**CONFERÊNCIA REALIZADA POR:** Edson Holtz

**C:** Bom dia a todos, membros da comissão da Verdade da Universidade Estadual de Londrina! Com muita satisfação que nós estamos aqui presentes junto com o professor aposentado da Universidade Estadual de Londrina, professor do curso de Letras, professor Alcides Victor de Carvalho. O objetivo dessa entrevista decorre do levantamento de fatos que pretendemos e estamos tentando realizar? No sentido de resgatar algum tipo de fato, prejuízo, lesões morais, patrimoniais, pessoais, de qualquer natureza praticado contra qualquer pessoa, praticado contra própria instituição Universidade Estadual de Londrina. E é o que a gente pretende também nesta entrevista, levantar se existem fatos dessa natureza, que tem ocorrido durante o período da ditadura militar. Então eu vou pedir aqui, né que o professor Alcides Carvalho nos passe então um relato da sua relação com a Universidade Estadual de Londrina, da sua trajetória, né seus vínculos que ficaram consagrados aí com a UEL e no desenrolar disso, nós vamos fazendo perguntas. E vamos tentando lembrar em conjunto aí fatos que ocorreram no passado e se de fato existem resgates aí que estão relacionados com os nossos objetivos da Comissão da Verdade. A palavra é sua professor Alcides, bom dia para o senhor.

**A:**Bom dia. Bom dia a todos que estão aí, deixa eu ver Elisângela, você, o Edson, o Nilson, mais alguém?



**C:** Arnaldo Melo, André Lopes Ferreira

**A:** Não estão aparecendo aqui, mas tudo bem. Um abraço a todos vocês e eu quero o primeiro saber se esse aplicativo não transmite o vírus, se não vou ter que por máscara [risos] [entrevista realizada durante a pandemia da COVID 19]

**N:** Queremos que não, se não já estamos contaminados faz tempo [risos]

**A:** Depois disso você fica mais tranquilo, posso falar tranquilo, rapaz, é o seguinte a minha relação com a UEL é isso que é o assunto começou lá em 1969, quando ainda era Faculdade de Filosofia. Eu terminei o curso em 1968, de Letras Anglo, Anglo-portuguesas que chamava naquela época e em 1969, já comecei a lecionar, na cadeira de Teoria Literária, porque o titular da cadeira foi fazer doutorado que era ... é muito participante do ponto de vista de trabalho com a comunidade. Enfim, aí ela me passou a cadeira. E eu fui até 1969/70, como professor da faculdade. Quando passou para Universidade, aí eu fiz concurso e entrei como assistente já do Departamento de Letras. Aí em seguida, já fui eleito chefe do Departamento de Letras. Fui o primeiro chefe do Departamento de Letras e aí tive o trabalho, com outros colegas, que já estavam lá a tempo, de organizar o curso, as disciplinas e enfim, e aí, a partir de 1971, eu fiquei na UEL trabalhando, mas, me ausentei em 1973, por alguns motivos políticos e de formação. E tive que ir para o exterior. Mas isso depois a gente pode conversar sobre isso. Rapaz, está me indicando que tem pouca energia, daqui a pouco vou ter que ligar na tomada. E aí fiquei lá até 1992, quando saí porque era obrigado. O prefeito Cheida me convidou para ser Secretário da Cultura e exigiu que os professores da UEL, que assumissem secretaria, e foram alguns, teriam que deixar o cargo para assumir integralmente o trabalho na secretaria. Que realmente o trabalho tem que ser integral nas secretarias do município. Aí eu tinha tempo de aposentadoria. Pedi aposentadoria e fui para a Secretaria de Cultura. Depois de quatro anos na Secretaria do Município da Cultura, a convite do reitor Jackson, voltei para a UEL como CLT, não mais como funcionário, para assumir a diretoria da Casa de Cultura. A Casa de Cultura, como todos sabem, toma conta do Ouro Verde, do Festival de Teatro, Festival de Música, é mais um aspecto de formação mesmo da cultura, da Orquestra e ali fiquei também quatro anos. Quando saí e pensei, “agora eu vou descansar mesmo”, aí comecei tá, dali 6 meses eu falei “putz, acho que voltar eu não quero não”, sabe, dava aquela depressão pegar sala de aula de novo, enfrentar os alunos. Aí fui fazer uma viagenzinha aí. Quando voltei, eu acho que eu descobri a vagabundagem, rapaz. Porque me falaram assim “você não quer lecionar de novo?”. Rapaz, eu pensava em trabalhar, me dava uma depressão, falei “acho que esse negócio não é bom” [risos], mas a Pitágoras me convidou. Estava precisando muito de professor. Na época era a Metropolitana. Funcionava aqui no Canadá. E aí fui trabalhar na Metropolitana e fiquei lá mais 15 anos, quando então me aposentei definitivamente. É mais ou menos essa relação, mas sempre estive lá dando palestra e procurando ajudar em algum aspecto mesmo no movimento social da UEL. Acho que é isso, resumindo, beleza? ou mais alguma coisa?

**C:** Tem professor Alcides, eu tenho uma ...

**E:** Só um instante, acho que é importante Alcides, como está com bateria fraca, se você pudesse ligar o cabo, senão vai interromper no meio da entrevista...

**A:** É mesmo. Deixa-me ir lá

**E:** Vale a pena dar uma paradinha para fazer isso ...

**A:** Perfeito. Acho que é rapidinho aqui, já ligo.

### **Interrupção**

**C:** Professor Alcides eu vou ter que recordar aqui. Teve uma situação que o senhor não era docente da Universidade Estadual de Londrina, mas era estudante. Quando teve um encontro estudantil em Ibiúna. Correto?

**A:** Sim!

**C:** O senhor estava naquela situação e foi detido. Pelas forças de repressão. O senhor poderia relatar esse fato?

**A:** Olha, isso foi em 1968, em outubro. Houve uma eleição para ver quem que iria representar os estudantes de Londrina nesse trigésimo Congresso da União Nacional dos Estudantes. E aí eu estava praticamente terminando o curso. Isso foi outubro, começo de outubro. E aí me definiram lá que eu tinha que ir, eu era solteiro nessa época, eu estava na Congregação dos irmãos lassalistas. Eu era irmão lassalista, então, não tinha muito compromisso com família, mas trabalho e a ordem religiosa. E naquela época as ordens religiosas sobretudo beneditinos estavam participando muito do movimento contra a revolução. E aí eu fui. Era um esquema violento de viagem secreta, com senhas que você ia falando e descobrindo onde é o que você tinha que ir, você só conhecia a próxima parada que podia ser uma casa de estudante, um boteco, o *hall* de um hotel e assim cheguei em São Paulo, dando voltas pelo Estado de São Paulo, para disfarçar, porque não podia ir pelo caminho normal de ônibus .E lá em São Paulo nos pegaram e de fusca, em oito, coubemos em oito no fusca, eu nem lembro como, claro que alguns nos colos dos outros e fomos para o mato lá perto de São Roque, que era Ibiúna. Nos puseram no mato lá e ali começou a chegar gente do Brasil inteiro, só representantes dos estudantes e das Universidades do Amazonas, Pará, Rio Grande do Sul e tal e chovia e nós ficamos naquele mato uma noite. E de manhã recebemos ordem para dividir em grupos de 10 e sumir no mato, nas moitas, porque iam passar a gente pelos caminhos. Ficamos ali um dia. Dali fomos levados para uma fazenda antiga, grande. Também passamos ali uma noite. Nós éramos em cerca de 800. Umas 250 mulheres e meninas e o restante homens. Aí, lá pelo dia seguinte, lá pelas 9 horas, a

gente tinha que pegar um caminhão. Ser coberto com banana para disfarçar, por cima das bananas uma lona. E aí nos levaram para uma chácara em Ibiúna. Depois fiquei sabendo que era chácara de um senador da República. E ali ficamos uma semana de reunião. Tendo um esquema de segurança violento, o pessoal armado com metralhadora, com granada. E a gente debaixo de uma lona, 850 caras debaixo de uma lona. Rapaz, era um barro violento, mas eles conseguiram fazer uma espécie de anfiteatro no morro, coberto com lona e colocar um plástico no chão, por cima do plástico, jornal. E aí nós dormimos também. O Bessa, eu estou sendo muito longo? Quer que resuma né? Que aí é rapidinho. Aí fizemos reuniões, discutimos e eu acho que era um dos mais ignorantes, porque eu não estava entendendo nada. Era tese do Ho Chi Minh, era tese do Mao Tsé Tung, era tese do caralho que o parta, do Marx e eu ficava ouvindo aquilo, falei “gente como esse pessoal discute meu Deus do céu”, sobretudo o pessoal do Nordeste cara, mas eles falam, falam, falam e falam muito bem com conhecimento de causa, eu já tinha passado três dias ouvindo discussão política, discussão política, como é que nós vamos fazer para salvar o Brasil, se através da força armada ou se era através da cultura e tal. Enfim, geralmente não participei nada mesmo. Por ignorância mesmo. E aí quando foi no último dia reunidos lá, ali estavam Travassos o Vladimir Palmeira, o Zé Dirceu e todas as lideranças que vocês depois viram que tiveram que sair do país ou ficaram presos. E aí quando foi no sábado, chovendo sempre, aí tem coisas incríveis que aconteceram, fatos interessantes alguns engraçados, mas não é o momento de relatar agora. Quando foi no sábado, eram quatro morros, que desciam para esse local, os morros começaram a pintar de gente descendo, descendo, descendo, tudo militar armado. Eu acho que dirigidos pelo Figueiredo na época. Estava comandando aquilo, todos armados e dando tiro e depois nós soubemos que era um tiro de festim, só as metralhadoras que estavam com bala de verdade. E se alguém tentasse fugir eles atiravam com metralhadora no chão e espirrava barro na cara, enfim todo mundo deitado no chão com a cara no barro, e foi uma epopeia. E aí a gente tinha “malemão” cobertor e uma bolsa com a roupa de troca, enfim, e fomos sendo levados para a cidade de Ibiúna, quase que arrastados, acompanhados por duas fileiras de soldados que caminhavam no barranco e nós no meio do barro caminhando. Acho que até por castigo vários kms e nessa caminhada aconteceram coisas interessantes. E eu estou pensando até uma hora relatar isso por escrito porque se você não escreve some com você, enfim, e ninguém lembra mais de nada, ao passo que se você transforma em palavra ou filme ou foto, aquilo fica, é o jeito de você resistir, para mim é o único jeito de você continuar existindo, não existe outro. Pois é, e aí alguns fatos, inclusive com o cara que era um suíço que rasgou o passaporte. Nós emprestamos para ele um documento aqui do Paraná, porque ele era uma liderança, o John Look, e daí fomos levados para o Tiradentes que era uma espécie de Carandiru na época, e lá ficamos vários dias acho que 15 ou 20 dias, incomunicáveis. E, também, ali surgiram fatos interessantes. A nossa cela era a única que ficava de frente para a rua. E na frente justamente havia uma escola. E nós fazíamos muito barulho lá por volta das 6 horas justamente para chamar atenção do pessoal que passava voltando do serviço ou indo para algum lugar ali no Tiradentes, que tinha uma rua muito movimentada. E essas crianças começaram a paralisar as aulas e ir para o pátio para dar apoio para nós. Porque

ficaram sabendo o que era que estava acontecendo lá e com isso o pessoal começou a descobrir que nós estávamos presos lá e aí começaram a aparecer advogados, juízes, para ver as condições de estadia lá naquele lugar. Fizemos uma greve de fome de 48 horas para exigir advogado, etc. e tal. E quando foi um belo dia, porque chamavam a gente, ficava umas quatro horas com uma pessoa aí a pessoa voltava e relatava tudo que tinha respondido para a gente ter as mesmas respostas. Quando chegou no final, nos últimos que foram chamados, eu fui um dos últimos para depor, uma pressão psicológica muito grande. Eu senti ele falou “você fez isso, fez aquilo, fez aquilo”. Ele já foi escrevendo, porque ele já sabia tudo que nós íamos responder, porque todos que apareciam, eles já tinham decorado as respostas. Mas lá dentro mesmo, nós continuamos o Congresso porque não tínhamos escolhido o presidente ainda para o Congresso dos próximos dois anos e o jeito era nos comunicarmos com os sapatos. Amarrávamos os cadarços nos sapatos, colocávamos as proposições dentro do sapato, as decisões de cada cela, balançávamos o sapato do lado de fora da janela até a outra janela pegar, aí pegava ali, discutia, passava de volta. Quer dizer a comunicação continuou. O Congresso continuou lá dentro da prisão do mesmo jeito. E aí quando saímos, nos levaram, nos trouxeram para o Paraná. Colocaram-nos nos ônibus da Penha, e todo mundo falando “bom, vamos lá para o AHU, vão nos levar para o AHU. Lá é muito pior do que aqui. Pe pe pa pa pa” alguns queriam descer correndo do ônibus. Quando estivemos em Registro, descemos para tomar um café, todos sempre rodeados de metralhadora, aí não tinha jeito de fugir e aí entramos de novo nos ônibus. Chegou em Curitiba, abriram as portas dos ônibus. “Ó estão livres, podem ir embora!”. “Ué, mas que negócio é esse, pô?” Aí alguém já subiu no murinho que tinha lá, na hora, e já fez um discurso imenso contra o Pimentel. Que o Pimentel fez aquilo porque os professores estavam fazendo a primeira greve de professores, acho que a primeira do Paraná e ele queria mostrar que ele estava com os professores, que ele protegia as faculdades e mandou buscar os alunos lá do Paraná, lá no Tiradentes. Acabou o discurso, cada um foi para sua casa e o que que resultou disso? resultaram dois grupos, porque uma hora a gente pode contar isso melhor, o Congresso continuou aqui em Londrina. Aqui em Londrina foi terminado o Congresso da UNE, do trigésimo Congresso da UNE. O pessoal veio para cá, isso porque quem foi eleito presidente foi o João Lucas, aquele que rasgou o passaporte, o suíço lá na estrada. E ele já estava aqui em Maringá. Ele veio para Maringá, porque alguém de Maringá emprestou a o RG para ele e ele foi fichado como de Maringá. Ele veio para cá e aí a reunião foi aqui em Londrina na Diana nova. Os mais velhos, é esse que, alguém está rindo aí ó. Quem está rindo é porque conhece a Diana velha. Tinha a Diana velha e a Diana nova que era muito bonita, tinha piscina, tinha uns salões imensos lá para reunião, eu não sei por que que tinha salão de reunião na zona. Mas enfim. Nós aproveitamos bem e as meninas emprestaram para nós, durante a semana, porque no final de semana elas usavam mais e nós fizemos a reunião na Diana Nova. Era no meio de um cafezal. Eu lembro que o Domingos Pelegrini foi encarregado de ficar lá em cima na caixa d'água com umas pedrinhas no bolso e bolinha de gude para que se acontecesse alguma coisa, viesse alguém diferente, ele ia jogar pedrinhas em cima do telhado. E foi o que aconteceu, parece que apareceu um jipe pintado de verde que vinha vindo pelo carreador e ele debulhou as pedrinhas em cima do telhado. Foi

aquela correria. Teve gente que estava na piscina, sem roupa, saiu correndo sem roupa, só enrolado numa toalha que foi o caso do Mancho. O Mancho é aquele que jogou o paralelepípedo na cara do reitor da Universidade Federal do Paraná e foi preso, depois judiaram muito dele. Pois é, o Mancho saiu correndo e na hora da volta era para dar um assobio. O Dinho mesmo dava um assobio e voltávamos. E ele assobiou, assobiou e todo mundo voltou, mas faltava o Mancho. Aí fomos procurar o Mancho, porque não podia perder ninguém, porque é um perigo muito grande. Encontramos o Mancho pelado, em cima de uma jaqueira, num sítio e a cachorrada embaixo latindo, acho que os cachorros olhavam para cima, viam aquilo e latiam [risadas] tivemos que espantar os cachorros e descer o Mancho que voltou para reunião, e a reunião continuou. Depois de Londrina, essa reunião foi para Curitiba para digamos, fechar, fazer o fechamento com as lideranças todas do Sul. Na chácara do Alemão e ali foram todos presos e alguns ficaram 15 anos presos. Os outros foram trocados por aqueles do sequestro do síçco lá e os outros ficaram presos 15 anos. Foram presos na Chácara do Alemão. Aqui na Diana não houve esse problema, lá eles fizeram a reunião perto de um frigorífico, na Chácara do Alemão, ao lado de frigorífico. E entrava caminhão e saía caminhão com boi, com carne. Enfim, aqueles caminhões baú de mudança, né? Cheio de...de repente uns três caminhões desses param em frente à Chácara, abre o a porta e desce centenas e centenas de policiais, tudo armado, militar, prenderam todo mundo ali no churrasco. E aí, assim, eles foram presos todos. Resumindo mais ou menos é isso aí, viu?

**C:** Na época em que você teve essa passagem, aí você era estudante aqui da UEL...

**A:** Estava terminando o curso de Letras aí era 1969, eu já me formei em 68 no final dezembro.

**C:** Tá

**E:** Alcides, complementando a pergunta do Bessa, antes na UEL e você ter sido preso em São Paulo, houve alguma repressão contra você por conta da UEL? De você ter participado do Congresso?

**A:** Cara houve sim, primeiro que a gente era seguido o tempo inteiro, fotografado, depois eu peguei os meus registros lá do DEOPS, quando Requião abriu aquela vez. Era um catatau imenso de fotos dizendo que dia tal que eu tive uma reunião com tantas pessoas que duraram tanto tempo. E na própria UEL, tinha um sujeito chamado Capitão Aparecido que fotografava tudo e mandava pro DEOPS direto, mas descaradamente, todo mundo sabia disso e as aulas também estavam repletas de espias. A gente sabia porque você estava dando ordem e de repente apareceu um estudante que nem tinha feito vestibular, porque eles não precisavam fazer vestibular e ficavam ali e você tinha que tomar cuidado e isso acontecia também fora da UEL. Por exemplo no ensino médio. Isso foi em 1969, eu já lecionava na UEL, em 1970. Aliás, foi em 1970. Me proibiram de dar aulas, porque eu tinha que ir a cada três meses a Curitiba e lá havia uma banca e eles questionavam tudo que a gente estava ensinando, como é que estava ensinando e o que que tinha que ensinar, você não pode falar isso, você não pode falar aquilo.

“Lembra que você, se você recair você vai ser preso definitivo, você tem antecedentes criminais”. E aí a gente voltava e procurava manter um pouquinho aquela obediência, mas eu não aguentei e falei: “Quer saber de uma coisa, vai tomar banho. Eu vou ensinar do jeito que eu acho que tem que ser”. Aí veio um telegrama proibindo de dar aula no Colégio de Aplicação, que nessas alturas eu já tinha concursado no ensino médio, e era professor de Ensino Médio também. E aí me tiraram a possibilidade de lecionar. Eu senti que a barra estava pesando muito esse negócio de vigia, tem que ir a Curitiba responder não sei o quê. Tinha uns velhos lá que você percebia que eram militares reservados, da reserva, te questionando, aí eu consegui uma bolsa do governo francês e fui para França fazer o mestrado. Por incrível que pareça em Literatura popular brasileira, em literatura de cordel, na área que me dediquei depois percorrendo o Brasil e recolhendo esse material e trabalhando e preparando o doutorado. E lá eu fiquei três anos, mantido pelo governo francês, fugindo sempre de me reunir muito com brasileiros, primeiro que para você aprender bem a língua estrangeira melhor ficar um pouco retirado e segundo, porque lá na casa, na cidade universitária, onde eu fui morar, estava cheio de milicos, de vigias. A Casa do Brasil era um centro militar, praticamente, na época. Então graças a isso, até eu conseguir aprender francês rapidamente, fazer a tese na língua de lá mesmo e pronto eu voltei. Reassumi, porque eu pedi licença na UEL. Me concederam a licença contanto que eu voltasse para a UEL com o mestrado que fui fazer lá e para mim foi fácil, peguei, voltei e continuei na UEL até me aposentar.

**N:** Posso fazer uma pergunta?

**A:** Claro!

**N:** O Alcides, nessa época de estudante nos entornos do Congresso da UNE, do trigésimo, você participava de alguma organização estudantil ou Centro Acadêmico? algum movimento? ou você era digamos, era livre? não tinha vinculação com nenhuma organização mesmo algum partido político que era clandestino naquela época? Como que foi?

**A:** Cara, você sabe que não participava de nada. Não só não participava, mas eu era meio que de direita mesmo. Primeiro que eu era religioso, né? Tinha uma vida religiosa até 69. Eu pertencia a essa ordem a qual agradeço muito porque a minha formação toda foi lá extremamente humanista, filosófica e teológica, enfim, mas sempre tive em contato com eles e estou até hoje em contato com os irmãos lassalistas, é como se fosse marista mais ou menos. E eu acho que eu era bem de direita mesmo, tanto que eu procurei, mas eu procurava grupos de participação porque eu vi que precisava participar de algum jeito e eu cheguei inclusive a participar de algumas reuniões do Águia Branca. O Águia Branca era um grupo ligado ao CCC. O CCC, não sei se você se lembra, era o comando de caça ao comunista. É terrível, os caras chegaram a incendiar bancas de revista para acusar à esquerda e fazer barbaridades, eram o que hoje são os milicianos dessa ala estranha que tá dominando o Brasil hoje aí, e eles me convidaram. Eu fui para ver o que que estava acontecendo e tal pa pa pa e cara, meu pensamento era isso, era religião, era família, propriedade e tradição. Enfim, né, aí nessa ida para Ibiúna, por isso

que me considerava ignorante para discutir as teses de esquerda. Aí eu saí de lá rapaz, acho que mudado, mas não assim totalmente mudado eu estava com a semente ali, né? Eu comecei a ler, ler muito, ler Marx e todos aqueles caras que eles citavam. Eu comecei a ler, tinha bastante tempo para isso, e fui aperfeiçoando, lendo e etc. E aí a minha caminhada para esquerda, aconteceu através da arte. Eu comecei a participar de um grupo, lá em Arapongas, chamado Gruta, que foi fundado pela Nitis. Era Grupo Universitário ou Grupo Universitário de Teatro de Arapongas. E aí cara me chamaram porque estavam montando uma peça chamada “Guerra e Opressão”. E essa peça era composta pelo pessoal mesmo, ali, ensaiada e apresentada depois pelo Brasil. Aí fomos apresentar pelo Brasil e eu ainda como irmão, fui chamado para ajudar na correção do texto que a minha área era português e tal e eu fui lá, comecei a ouvir aquilo e era uma peça que defendia as prostitutas, os negros, o pessoal de esquerda e tive que ler muito e acho que ali que foi a minha mudança mais assim acentuada. E aí a partir daí comecei a participar do teatro, também. Fiquei no teatro até ..., isso foi em 1967. Fiquei no teatro até 1973 quando saí do país. Então eu acho que foi uma caminhada até que rápida. Foi de 1969 até 1971, eu já era praticamente da esquerda mesmo, porque ao sair de Ibiúna houve duas teses que se digladiavam lá dentro, uma tese que era “partir para a ação armada” e era a tese ligada mais ao Travassos e havia outra tese que era a de “combater a revolução e salvar o Brasil”, né? Aquela ideologia de salvar o Brasil, através da cultura, através das Universidades, da formação e eu fui mais para essa ala que era uma ala que juntava mais o pessoal do Paraná. E quando saí de lá, já saí com a cabeça meio dirigida para essa área, aí tanto que um grupo dos 850 que estava lá, um grupo grande, foi realmente para a luta armada. Foi para assalto a banco, para adquirir dinheiro para comprar armas e muitos foram para o Araguaia, para o Caparaó, tocar a guerrilha e nós ficamos lidando mais dentro das Universidades. Daí que começou minha participação também na área sindical, na área social, justamente porque achava que era por ali que tinha que salvar o Brasil através da educação, da formação, da cultura, da arte, e trazendo o povo para o conhecimento melhor da realidade nacional, beleza?

**C:** André?

**AL:** Professor Alcides; bom o sr. é aluno da Universidade e começa a trabalhar antes dela na verdade ser Universidade, ainda na Faculdade de Filosofia, não?

**A:** Isso!

**AL:** Então você tem essa saída, vai para a Europa estudar e volta. Você sai de uma situação de uma Universidade e volta para uma outra que já após AI-5, ela já está constituída como Universidade Estadual de Londrina. De qualquer forma, você sai como professor e retorna como professor, mas digamos que para outra instituição, é isso que eu quero saber, é possível apontar alguma diferença nessa Faculdade de Filosofia e depois na UEL do ponto de vista da vigilância, da repressão, do trato com os estudantes ou não? Era a mesma coisa? O que você pode falar sobre isso?

**A:** Rapaz, não era, mudou muito, foi mudando devagar, mas mudou radicalmente. Na Faculdade de Filosofia, que eu me lembro, as discussões sociais, políticas eram completamente abertas, você tinha ali, onde hoje é Hugo Simas, funcionava a faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, né? E o Direito também, só que o pátio era comum na hora do intervalo. Juntava tudo, História, Geografia, Letras e Direito. Tudo e todas as humanas estavam no pátio naquela hora e o pessoal de Direito na época, tinha um viés bastante de esquerda. Havia alguns dirigentes comunistas lá dentro inclusive, fortes como o Magno por exemplo, depois teve que fugir para Bahia, foi preso. Havia outros que estavam acompanhando. Então tinha um Edilson Leal, tinha o preto Lídio, quem mais? Um que foi deputado depois aí várias vezes. Enfim, a gente começou a se reunir com esse pessoal. Isso já em 1968, no comecinho, mas eu ficava completamente apagado. Estava procurando uma saída ou uma entrada, sei lá. Eu sei que se discutia muito, de repente alguém subia num tambor lá e começava a falar e pregar e pá, pá, pá e pe, pe, pe e vamos para a rua e não sei o quê, pé, pé e saiu uma passeata. Fizemos várias passeatas aqui na cidade a partir do Hugo Simas ali. Saímos todo mundo, e dali mesmo já formava, aí eu me lembro que o Dinho mesmo puxou uma passeata dessa contra alguma coisa. Enfim, ela não era qualquer muita coisa não, já saía porque essa grande vantagem da Faculdade que depois virou Universidade ali mesmo, só depois que ela foi lá para o campus, lá em 1973, eu acho, que ela começou a ir para o campus, mas ela funcionou ali. Então a Faculdade ou Universidade dentro da cidade é um perigo do ponto de vista de gerar revolta e porque é só sair na rua. Inclusive essa ideia de jogar a Universidade para o campus, sempre fora da cidade, já era um plano do governo porque você sabe que houve essa união, essa adoção do Brasil do ensino americano nessa época. Aliás foi uma obrigação que o Brasil teve que assumir para poder receber a ajuda do MEC-USAID, porque houve aquela união do MEC com a *United States Aid*, que nada mais era do que o domínio através das Universidades, bolado pelo Kennedy e que começou pela, como é que eles chamavam? aliança para o progresso, que depois virou uma parte para o MEC-USAID. Quer dizer, dinheiro para o MEC, muito dinheiro vindo do exterior, contanto que se adotasse primeiro, esse regime de que os campis fossem fora das cidades, que era um perigo. O estudante é livre demais para ficar dentro de uma cidade pregando. E você quer saber, além da Universidade de Brasília, da UnB, fundado pelo Darcy [Darcy Ribeiro] que também já tinha um campus um pouco retirado, Londrina foi a primeira Universidade que na sua formação já teve que fugir para o campus. Então esse negócio de campus, de ir para fora era um já, um caminho para evitar a participação da população. Por quê vai para o campus. Lá no campus você tem aula no máximo, está marcado de 11 horas, mas 10:30 os alunos já começavam a sair para os ônibus porque tinham que ir embora. Aí saem os alunos, aquilo virava um deserto, cara. Não ficava ninguém. Ao passo que a Faculdade ou Universidade no centro, terminavam as aulas nós ficávamos lá preparando coral, jograis, poesias, e enfim escrevendo, fazendo reunião naquela época subversiva, né? E ficávamos ali. Terminava, ia para casa, era pertinho, pegava o ônibus. Agora lá no campus não, você tinha que correr embora, esvaziava. Feriado nós íamos para a Faculdade, lá no centro, enquanto éramos estudantes e ficávamos ali nas férias trabalhando, montando peças fazendo o teatro. Alguém vai para o campus nas férias? não, aquilo fica entregue para os pássaros, para



os gambás. Some o pessoal, o campus vira um deserto, cara. Está que nem agora, cara. Eu vou andar lá agora, até para matar a saudade, que tristeza. Aquele mato crescendo, não tem ninguém, tudo abandonado [o professor se refere ao período desse depoimento. O campus ficou sem aulas presenciais por causa da pandemia da COVID-19]. Os formigueiros se desenvolvendo. Os cupins, os macaquinhos tomando conta rapaz, que tristeza eu tenho impressão de que aquilo não volta mais cara e o que acontecia nas férias está acontecendo agora o ano inteiro, então foi um plano, inclusive e lá dentro do campus a vigilância era perfeita, né? Inventaram uma tal de OSPB [EPB] que era uma disciplina para poder admitir nela como professores os militares. E eles vinham mesmo sem concurso, já entravam e muitos deles, depois passavam para as Ciências Sociais, para a Geografia, para a História, se tornavam professor da UEL mesmo, naquela época. E na UEL havia mesmo uma Assessoria política era uma Assessoria militar, que os caras realmente seguiam os princípios básicos do militarismo. Um desses caras aconselharam, na época, o Oscar Alves a uma estratégia de construir um túnel que sairia da Reitoria e iria sair lá na estrada, lá embaixo na BR, né? Para poder fugir em caso de estudante tomar a Reitoria e realmente é tudo assim estratégico. Estratégia militar. Os caras tem uma mania de estratégia militar, depois falha, não consegue tocar nenhum Ministério da Saúde, enfim e são da área de logística, né? [aqui o depoente fez uma analogia com o ministro da saúde do governo Bolsonaro que era militar, especialista em logística] pois é, a questão era muito perigosa. Você não podia se reunir. Por isso que o Restaurante Universitário, que estava prometido, nunca foi instalado para evitar agrupamentos. Você não podia se agrupar depois da aula e outra, instituíram o sistema de crédito porque isso evita formar turmas, porque você durante o período seriado, você forma a turma quatro anos com seus colegas, você cria laços incríveis. Geralmente depois que você sai são esses colegas que te ajudam. “Ah tem uma boquinha aqui vem para cá e tal” o outro vai trabalhar com você no escritório. Enfim, forma-se ali uma família que é a família universitária e eles quebraram isso, o sistema de crédito, você não tinha mais turma. Você tinha matéria e essa matéria você podia estar frequentando. Você está no primeiro ano e está frequentando lá no terceiro. E seis meses só, depois em seis meses, você mudava de novo para não formar turma. Foi tudo articulado isso pelo MEC-USAID, né? E nós de bobeira fomos adotando, foi assumindo, né? E aí você pergunta “como é que nós chegamos aonde que nós estamos hoje?” sem lideranças políticas de peso que possam tocar esse país. É isso. A formação lá atrás, os militares escangalharam com o sistema universitário. Assim sutilmente, às vezes nem tão sutilmente, isso foi dilapidando, dilapidando, o resultado está aí. Você talvez os últimos que foram formados naquele ambiente anterior hoje, já estão saindo da política, já estão velhinhos, já estão indo embora, já estão com seus 70 e lá vai pedrada. Então você não encontra mais tipos assim corajosos, você vai encontrar hoje um Brizola? você vai encontrar um Simon? você vai encontrar um Ulisses Guimarães? Acabou, acabou a safra, mas a safra acabou lá na semente, lá no plantio que acabou a safra. Então é uma pena porque eu sei que para isso recomeçar leva no mínimo 20 anos. Se acabar agora, vão acabar agora essa merda, vamos reconstituir a nossa educação, investir 50% do PIB da educação, como fez o Japão no final do século XIX, cara, foi lá que começou o progresso japonês, com o imperador *Nikkey* que decretou 50% do PIB para educação, né? Se

acontecer isso hoje, vai levar pelo menos 20 anos para então nós termos algum resultado no governo do país. Obrigado pela pergunta.

**C:** Alcides, alguém tá perguntando se o político que você falou não é o Alencar Furtado?

**A:** Não, não é. É um cara mais novo, é um baianinho, todo mundo o conhece, meu Deus do céu...

**N:** Eu vi aqui a biografia do Alencar Furtado. Ele estudou na Universidade Federal do Ceará. Ele não estudou em Londrina não.

**A:** É com certeza, com certeza ...

**E:** Ele era eleito pela região, pensei que fosse...

**N:** Isso, talvez o Osvaldo Macedo?

**A:** Não, era o..., era o... lembrei agora, esqueci de novo,

**N:** Normal

**Todos:** vai voltar, vai voltar...

**N:** Toma um gole de vinho que você lembra [risos]

**A:** Não é hora ainda, mas, a gente já pode fazer não tem problema...

**C:** Outra coisa...

**A:** vocês estão tomando vinho? Porque o vinho é um remédio é um santo remédio contra covid. Viu?

**N:** Toda noite

**A:** Então está bom. [risos]

**C:** Outra coisa durante o período que você foi docente aqui na Universidade Estadual de Londrina, saindo mais daquele período da tua fase de estudante, militante estudantil, você presenciou viu, ouviu, algum tipo de violência praticada ou constatou algum tipo de prejuízo tanto em ordem pessoal ou não, né? Às vezes até de ordem moral, praticado contra alguém dentro da instituição ou contra a própria instituição? Por conta desse regime militar que estava inserido, né na estrutura aqui da Universidade?

**A:** Olha assim abertamente, descaradamente não, a coisa era muito sutil, mesmo porque os militares nesse período estavam muitos seguros de si e abrandaram um pouco a coisa, apenas eles encaminhavam para que tudo ocorresse de acordo com seus planos, né? Depois começou esses planos, começaram a falhar redondamente também. Agora, internamente, pequenas questões. É, digamos assim no concurso. Fulano não

passa, o outro passa e isso ocorria. Ocorria abertamente, assim, você sabia né? “Porque que o fulano não foi aprovado?”. E aí você ia fazer o quê? Não tinha ainda uma organização. Quando começou a ter as organizações, no caso de associações e sindicatos, aí a coisa começou a pegar no pé. O próprio Sindicato nosso lá, lembra? Lutou contra várias injustiças inclusive demissões que ocorreram por questões políticas. Nós, você ajudando, a gente conseguiu voltar para trás, foi o caso, por exemplo do professor Vanoly, um filósofo, coitado, perseguido, sempre perseguido pelo Oscar Alves. Aqueles professores do HU que foram demitidos e tiveram que ser readmitidos em função do movimento. Mas aí a coisa começou a se organizar e eu sempre digo que nós não éramos nada, nada, melhores do que vocês hoje, os alunos daquela época, melhor do que os alunos de hoje. A questão é que nós tínhamos o fogo no rabo. Quer dizer o fogo chegando na bunda, você não pula porque você quer, como diz o Guimarães Rosa, você pula por precisão mesmo. Quer dizer a hora que a água chega ali, você salta. E a pressão era grande, né a pressão governamental, pressão, então você pegava e agia. Quantas vezes eu tive que pegar os documentos todos do Sindicato, eu e o Fujita, e levar uma parte para casa dele uma parte para nós aqui, nos porões aqui, que eu tenho aqui, para evitar, porque ia ser invadido, vai ser invadido, vai ser invadido e tal. Hoje vai ser invadido. Estou sabendo e tal. Isso aí é correndo. Então foi isso que aconteceu, né? E outra, as perseguições políticas para os mais importantes continuou, eu tive que acoitar muita gente em casa durante três, quatro dias, escondido para depois fugir por Uruguai e Chile aqui em Londrina mesmo ali na praça La Salle ali no lado do Sindicato. Tinha um apartamento ali alugado, dos irmãos, justamente nessa lista no Colégio Canadá e ali escondi várias pessoas. Inclusive nós chegamos a salvar o Vandré. O Vandré passou por aqui fugido, que depois do “caminhando e cantando”, ele foi preso. E no domingo, o Brasil jogava e os amigos dele entraram lá, o pessoal estava assistindo o jogo e tiraram ele da prisão, puseram num carro, com mais um amigo, para fugir para o Uruguai por aqui e o coitado se acidentou em Rolândia e fraturou uma perna e quem encontrou ele ali foi foram os parentes da Nitis que tinham um hospital lá em Rolândia. Acho que tem até hoje, os Moreira, Araújo Moreira. E aí que o que que aconteceu? levaram ele para o hospital, esconderam no Hospital, o Vandré. E ele ficou naquele hospital, eles eram meio do Partido Comunista e ficou ali até que ele ficou bom. Foi para uma fazenda de um amigo, aí pegou um aviãozinho e foi para o Uruguai. Aí começou a saga de fuga do Vandré, quer dizer, esses caras continuaram sendo perseguidos, Gil, Caetano, tinha alguma influência você se encerrava. A sua pergunta talvez, não sei se queria orientar para uma resposta mais pessoal, mas se for eu tenho uma resposta mais pessoal com relação a isso...

**C:** Exato

**A:** Então, conosco, mais diretamente, aconteceu que nós fomos eleitos mais uma vez chefe do Departamento. Eu e minha mulher. Ela docente de Sociais e eu de Letras. Só que era a lista tríplice e nós éramos a cabeça da lista com uma quantidade enorme de votos na frente, ela e eu pela participação etc., etc. Bom, aí simplesmente o segundo mais votado, era pouquíssimo, era um mínimo de votos que ele tinha recebido e o

terceiro então, nem era traço. Não nos escolheram e escolheram o terceiro da lista ou o segundo, tanto para Ciências Sociais quanto para Letras e todo mundo estava certo de que eu ia assumir porque já tinha sido chefe do Departamento, organizado e tal. “Ah tudo bem fazer o quê? Vamos continuar trabalhando assim mesmo e vamos embora”. Muito tempo depois, não muito tempo depois, isso foi na época do Pinotti. O Pinotti ainda estava na reitoria, então não foram mais do que quatro anos depois não. Nós fizemos uma reunião na casa de um amigo aqui na Raja Gabaglia, um amigo nosso que era também da UEL, e ali estava nadando na piscina e apareceu o Pinotti. O Pinotti gostava de uma pinguinha, de uma branquinha, de um amarelinho enfim. E começamos beber e ele contou para nós, falou “olha eu só não escolhi vocês, você e a Marcolina, porque dois professores do CCH me procuraram, um de Ciências Sociais e um de Letras. Não vou falar para vocês o nome deles ..” ele falando, “eles vieram me falar que não era para escolher vocês de jeito nenhum, porque vocês eram comunistas roxos e vocês queriam tomar o CCH. E aí eu não escolhi”. Aí eu falei: “Você errou porque nós não íamos fazer nada disso, nem tínhamos condição de fazer e nunca fomos comunistas, também do partido, nada, né e ficou por isso mesmo. Então foi uma única vez em que eu senti o peso um pouco maior da mão aí da repressãozinha, né?”

**C:** Você falou e mencionou que o professor Vanoly foi perseguido. O que que você tem conhecimento a respeito disso?

**A:** O Vanoly era muito corajoso e era um filósofo. Ele tinha seus princípios e tal. E ele passou a defender muito os professores que foram demitidos no HU. E simplesmente o Oscar Alves o demitiu, “tá demitido e pronto, não tem choro” e aí nós fizemos um movimento contrário e conseguimos fazê-lo ser readmitido. Ele foi readmitido e continuou na UEL muito tempo, trabalhando até falecer, né? Foi, resumindo, essa a história do professor Vanoly.

**C:** Alcides os professores da Medicina foram fortemente perseguidos, especialmente dentro do Hospital Universitário. Inclusive com gabinete militar dentro do próprio HU.

**A:** Foi

**C:** Você teve conhecimento, nessa... talvez você estivesse no Sindicato. Não sei se chegou ao conhecimento de vocês, mas vocês ficaram sabendo de algum tipo de violência praticada contra os professores da Medicina, violência inclusive física?

**A:** Não eu ainda não estava no Sindicato. Nós estávamos atuando já um pouco, mas não muito, sem organização, quando houve essa demissão. Aí eu soube que vários problemas, várias coisas, mas física eu não soube não. Violências morais, assédio moral, essas coisas, isso estava cheio. E os professores então foram readmitidos depois de uma greve longa. Em que aí nós participamos bastante dessa greve. Fizemos inclusive cantorias, poemas, em favor dos professores e cordel enfim. Aí é que surgiu a ideia e a necessidade de fundar a ADHUEL - Associação Docentes. [Associação dos Docentes do Hospital Universitário da UEL] no início era dos docentes do HU. Aí, em seguida, passou

a ser docentes da UEL, todos. E aí formou-se essa ADUEL, justamente em função da repressão, né? Para a gente se organizar e chamamos inclusive o Cartaxo que era um advogado, sindicalista do Rio de Janeiro e ele veio e falou “gente tem que continuar a associação, ela faz um trabalho excelente dentro da instituição, mas vocês precisam fundar mesmo é um Sindicato”. Foi aí que nós começamos a pensar no Sindicato. E ele nos mandou então o estatuto sindical do qual a gente adaptou bastante coisas para o nosso. Esse sindicalista, o Cartaxo, é que deu a ideia de fundar o Sindicato dos Professores e todo mundo com medo de assumir a presidência porque assumir a presidência podia significar demissão da UEL. Mas havia um professor que dava aula na UEL, mas que tinha uma ligação funcional com o IAPAR que era o professor Lemos. E aí o professor Lemos falou “não, eu assumo, eu assumo”. Eu lembro foi isso de uma coragem. [emocionado] até me emociona porque, esse cara é que começou o Sindicato e logo em seguida ele foi eleito e assumiu o lugar dele, mas ele sempre estava por ali. Lemos era muito articulador, depois ele mudou-se para Brasília e você ia no Congresso, estava lá o Lemos. O Lemos estava andando, né? E foi isso que aconteceu praticamente nessa organização, digamos assim, das sociedades organizadas da UEL. Aí depois virou, apareceu a ASSUEL, eu acho que você trabalhou um pouco para ASSUEL também, não lembro a do Gilberto

**C:** Não só com a SINDIPROL

**A:** e depois juntou-se agora recentemente, né a ADUEL com o Sindicato que eu achei ótimo, juntam-se as forças etc. e etc. Os objetivos passaram a ser os mesmos, né? Porque o Sindicato virou Sindicato da UEL. Mas então ficou um negócio mais forte. Eu achei né? E uma hora a gente pode falar da história desse Sindicato também que é muito bonita, fantástica, batalhadora. Sindicato com os professores aí de Londrina conseguiu fundar sindicatos em todo o Norte do Paraná, teve uma época que nós tínhamos praticamente 100 a 150 escolas no Norte do Paraná filiadas ao sindicato

**C:** Alcides eu tenho uma recordação pessoal que claro, várias, né? do período que eu era funcionário lá do sindicato, né? E vocês, a cada dia, para os diretores, entravam às vezes emocionados, com alguma coisa forte que estava acontecendo na Universidade, não é? Envolvendo situações de conflito que o Sindicato tem que mediar mesmo. Então a gente, eu pude presenciar várias situações e discussões, como funcionário você acabava ouvindo. Eu me recordo, eu já perguntei para você, você disse que não se recordava, mas eu vou perguntar novamente, o que pode ter passado um tempo aí da última vez que a gente conversou né? Eu me lembro de uma vez vocês falarem da folha de pagamento. Que o Sindicato estava tendo contato com a folha de pagamento, eu não sei se era transparente esse contato, mas poderia ser, até por vias transversais, por intermédio de funcionários, né? Porque tinha uns descontos, que eram efetuados a favor do Sindicato na folha de pagamento, né? E vocês chegaram naquele período, você se recorda, de terem constatado, verificado que havia pessoas que estavam inseridas na folha de pagamento, que não eram servidores, não eram professores, não eram servidores de carreira da UEL, mas que estavam ali estranhamente na folha de pagamento.

**A:** Rapaz, mesmo depois que você me perguntou eu passei a refletir mais sobre isso, tentar puxar os cordões da memória, mas eu realmente eu lembro vagamente que houve esse negócio de a gente é, procurar saber da folha, mas não lembro se alguém foi localizado pessoalmente, se havia alguém realmente nessa folha de pagamento. Agora, se você quiser saber minha opinião sem, digamos assim, comprovação histórica nenhuma, é sempre houve, né? A UEL durante muito tempo, não sei recentemente, mas ela cuidava um pouco dessa questão da comunicação no sentido de até arrumar um jeito de financiar mesmo. É um jeito que você tinha como as prefeituras fazem isso. Mas que eu tenha sabido diretamente de alguém ligado, não eu não lembro. Sinceramente não lembro...

**C:** Tinham professores, vários professores fizeram concursos. Você fez concurso para a Universidade, mas naquele período tiveram pessoas que foram, que entraram para dar aula na Universidade. Por exemplo sem que fosse por intermédio de concurso público, por convite do reitor?

**A:** Sim, sim, houve bastante. Houve alguns que foram convidados como funcionários e depois arrumaram um jeito de fazer concurso, porque ser professor era mais seguro, tinha um salário melhor. Aconteceram com vários. Eu não vou citar nome de ninguém, mas isso ocorreu. E ocorria muito na área de OSPB. O militar, o reserva, o ativo, vinha para cá entrava convidado para dar aula de OSPB, em seguida, misteriosamente, ele já estava no corpo docente

**C:** Era disciplina de EPB [Estudos de Problemas Brasileiros], né? OSPB era no ensino fundamental.

**A:** Isso, EPB. Acho que até você chegou a fazer isso, você já chegou a fazer isso?

**C:** Eu já dei aula de EPB. Eu peguei os estertores da vida da disciplina. [risos]

**A:** Estão pensando que o Bessa é grande coisa, o Bessa foi isso aí, olha aí. [risos]

**C:** Era advogado, né? Claro, eu queria entrar na Universidade. Fui lá prestar um teste seletivo convidado pela professora Maria Regina pelo...

**A:** Mas nessa sua época, essa disciplina já estava santificada, já tinha perdido os fedores.

**C:** Já. É, eu tive inclusive um professor que faleceu agora recentemente, que era, como é que era? ele e a esposa que eram professores de EPB e eu sempre lembro dele... porque eu tenho um livro que ele, até hoje que eu utilizo aqui de teoria política que foi sugestão dele maravilhoso...

**A:** Tomazi?

**C:** Não, não. É o Cernev. Que era um professor conservador, né? Mas assim uma pessoa generosa, um educador, pesquisador e ele me deu ... tem textos que ele me sugeriu que eu usei depois na minha tese doutoramento porque eu me recordei né? Cernev falou isso, né?

**A:** Cernev tem uma origem muito simples, ele batalhou, ele era relojoeiro, consertava relógios. De origem russa, né? Mas não tem nada a ver com o partido e ele foi batalhando, se preparou, fez Pedagogia, se tornou um grande professor, depois ficou até inclusive o diretor do CCH um tempo e ...

**C:** e ele fez, muita amizade. Foi uma pessoa que gerou muitos afetos. Quando ele faleceu, acompanhei na rede social, muita gente, né? da direita a esquerda. Ele era um... ele estava no teste seletivo que eu fiz para a docência.

**A:** Ele inclusive participava de nossas greves. Contra a greve havia professores da UEL que eram renitentes, né? Havia uns ... do Direito mesmo tinha um, o Nely que dava aula mesmo, brigava com os alunos, ele não queria saber e a gente entrava na aula dele e catequizava lá os alunos

**C:** Eu era chamado só para o piquete. [risos] Era funcionário do Sindiprol e estava no piquete.

**A:** O pessoal do Direito ia lá entrar nas aulas dele e ele era bravo. Mas assim, era um gente fina. A gente se dava muito bem com o Nely. A mulher dele foi minha aluna na pós-graduação e encontrava sempre com ele, dava risada. Você conversava com ele, falava meio enrolado.

**C:** Ele não era muito afeito ao diálogo. Era durão, muito durão, muito disciplinador, né? Mas era uma pessoa extremamente sistemática, né?

**A:** Houve pessoas muito fantásticas na UEL. Muitos estão vivos. Ainda seria interessante se pudesse reunir esse pessoal um dia e conversar e lembrar das coisas.

**C:** Tem mais uma coisa que eu queria perguntar e que eu acho que tem uma importância que não pode ser esquecida, nós tínhamos naquele período e talvez você possa também confirmar ou não, né? É que além dessa questão da ditadura militar, esta influência de perseguir pessoas, demitir pessoas, excluir ou não nomear quando o sujeito era eleito para alguma função. Como foi o caso de você e da professora Marcolina, né? Havia algum ... nós temos relatos de professores que disseram que também havia uma outra questão paralela que particularmente que havia um conflito político local. E que é um conflito político decorrente da divergência que havia do governador Ney Braga e dos aliados ao Governador Ney Braga, né com o Dalton Paranguá. E que isso aqui de certa forma acabou funcionando, né de alguma forma para se ajustar ou favorecer o seu grupo político local aqui, você tem recordação disso?

**A:** Rapaz, eu não tenho muita não, mas como a gente tinha contato com alguma dessas pessoas, Paranaguá, por exemplo eu era muito amigo do irmão dele e a gente se encontrava muito. Ele ia contando as coisas e tal e realmente a pressão era muito grande por quê? Londrina era um reduto da esquerda cara. Londrina era terrível. Aqui que se criou o grande MDB do Paraná, e aqui o pessoal era batalhador, qualquer coisa, novidade, era Londrina, né? Eu não sei como é que chegamos hoje que Londrina 80%, está do outro lado hoje, né? [referência sutil à votação de Jair Bolsonaro, de extrema-direita, na cidade]. Mas naquela época Londrina era de uma certa forma perseguida como uma cidade de esquerda e tudo que saía daqui era olhado com os olhares meio tortos, né? E o Ney Braga, como militar, tinha essa visão também. Mas por outro lado também daqui saíram pessoas fantásticas que foram dirigir o Estado. Pessoas com qualidades excepcionais, eu cito até o Hosken de Novaes. O cara é um batalhador, é um homem sério, um homem de princípios fantásticos, né? O Richa mesmo, o pai né? O Richa foi um grande Governador. Inclusive na nossa grande greve a primeira grande greve da UEL que durou 45 dias ele e o Scalco foram os que deram uma saída para nós e conseguimos um aumento de 150% de reajuste para os mais fracos que tinha um salário menor. E para os professores chegou a 60% de reajuste. A luta sindical que durou 45 dias, inclusive nos cortaram o salário, nós tivemos que manter o Sindicato, teve que manter, os professores não tanto, professor sempre tinha uma reserva, mas os funcionários foram mantidos pelo Sindicato. Sindicato fazia coleta nas igrejas de arroz, feijão, gordura tudo, tudo, tudo. Alguns tinham chácara, eu mesmo tinha uma chácara com mandioca. Acabamos com mandioca, vendia. Formou-se uma feira ali no Centro de Biologia, todo mundo pegava as coisas gratuitamente. Tudo desde manga até comida mesmo já preparada como fubá, farinha de trigo. Sindicato arrecadava e conseguiu manter a greve durante 45 dias, sem salário depois o salário veio. Então é o tipo da coisa que eles faziam contra Londrina, porque sabiam que as lideranças aqui eram muito fortes.

**C:** Nilson, quer falar Nilson?

**N:** Sim, é só para registrar digamos assim enfatizar., pelo que eu entendi, o professor Alcides, na verdade, ele sofreu durante um tempo uma ingerência e um entendimento do exercício da sua liberdade de cátedra. Ele relatou que era convocado ou tinha que comparecer a Curitiba. Se não me engano para um acompanhamento a cada três meses, se eu não me engano, que ele falou e digamos que prestar contas ou sofrer ou receber orientação sobre o que ele podia e o que ele não podia ensinar. Então houve uma ingerência brutal e clara na possibilidade dele exercer sua liberdade de cátedra. Pelo que eu entendi e eu queria saber dele o seguinte. Porque ele relatou o processo de fundação do Sindiprol e a dificuldade que foi de se encontrar uma pessoa que assumisse a presidência nesse processo de fundação na primeira Chapa, digamos, a primeira diretoria e quem aceitou esse cargo foi o Lemos, né? A própria Comissão da Verdade [Estadual] se eu não me engano já entrevistou o Lemos, lá na sua primeira fase. Já que eu me lembro de que participei de uma entrevista com ele que nós fizemos lá no Hotel Bourbon, se eu não me engano, agora eu queria saber do professor Alcides o seguinte,



se durante esse tempo em que ele esteve no Sindicato, participou, chegou a ser presidente do Sindicato, eu não sei se foi um mandato só ou mais de um, se houve alguma pressão, alguma percepção, algum impedimento de exercício da sua atividade, seja qual for? Pelo fato de estar no Sindicato e pelo fato de ser presidente do Sindicato durante esse período?

**A:** Rapaz, não houve assim algo muito impressionante que evitasse a gente de trabalhar. Mesmo porque o Sindicato estava muito forte, ele era... se estendeu para grande parte aqui do Norte do Paraná e tinha advogados muito bons que nos defendiam de qualquer coisa né, mas você sentia pressão meio sutil, né? O medo você tinha que correr, esconder as coisas, não dizer tudo que você gostaria de dizer, né? Então essa pressão velada foi por exemplo, você estava lá na direção trabalhando e de repente aparecia o prefeito no Sindicato querendo falar com o presidente. Eu sou o Moreira [ex-prefeito de Londrina, Wilson Moreira] foi lá pressionar. “Olha vocês têm que, tal, isso não tá certo. Pode ocorrer perseguição política, vocês podem até ser presos”, disse o Moreira. Foi lá no sindicato o reitor, o Fiori veio aqui em casa algumas vezes, pedir arrego “Alcides, para com isso. O que que você acha que eu tenho que fazer para parar o movimento sindical para vocês pararem a greve? Está não sei o quê, me ajuda.” Então tinha uma certa força o Sindicato, né? Como hoje também tem, mas eu acho que naquela época eram poucos sindicatos. Então ele surgiu assim, meio de repente, tanto que em qualquer greve, aqui em Londrina, de qualquer tipo de Sindicato, os ensacadores, enfim, nós estávamos com eles, nós íamos para a frente com eles. O pessoal do transporte lá do Lopes, da Garcia. Enfim havia um movimento o nosso Sindicato dos Professores estava lá. Estava lá discursando, incentivando e emprestando coisas e aparelhos e enfim tinha uma ação bastante distendida, né? Agora do ponto de vista de perseguição pessoal não. Houve só essa aí que eu citei, né? E o medo que girava em torno da gente para todo lado, né? Fui chamado algumas vezes no DEOPS aqui, mas por outros motivos, né motivos até muito engraçados, mas não por causa do Sindicato. Talvez até levassem em conta isso, mas não foi assim por ação Sindical. Então é isso que eu me lembro. Obrigado

**C:** Aos colegas aqui, eu pergunto se alguém tem mais alguma indagação? Uma questão a ser levantada. Professor Alcides, eu gostaria de deixar aqui ... quer falar alguma coisa Edson?

**A:** Fala Edson!

**A:** Edson tá bonito, hein? Olha que cara bonito isso dito por um homem tem certas conotações, mas não leva em conta não...[risos]

**E:** Obrigado Alcides. Só vou te cobrar, que você escreva um livro dessas memórias. De Ibiúna que você colocou né? Registra. Não deixa para amanhã não. Como historiadores a gente vai cobrar isso.

**A:** Você falou um negócio aí que eu estou começando a comichar na cabeça, eu escrevi, eu estou escrevendo uns causos, aqueles causos mineiros que vocês ... até já são de domínio público sobre a cidade onde eu nasci, que se chama Carvalhópolis. Todo mundo pergunta se existe, onde é que fica, mas existe. Está lá no mapa. E eu comecei a escrever rapaz, sabe? Começou a sair, sair, sair. Já estou no centésimo já e vou parar. Quem quiser me mandar o e-mail eu mando para vocês e lendo e dando suas opiniões falar “ó melhor isso aqui, isso aqui não tá bom? Então, eu tô mandando para os amigos para receber um retorno deles e muitos já me ajudaram a melhorar algumas coisas. Então se alguém de vocês me mandar o e-mail, eu agradeço e mando para vocês e vocês olham aí, eu acho que vocês vão dar boas risadas durante essa pandemia, né? Mas aproveitando já que você deu uma palavra acho que é para concluir, né, mas não quer dizer que tá concluído também, não precisa ser último a falar não. Eu quero agradecer muito Bessa. Eu no começo, nem estava querendo dar essa entrevista para ele. Eu estava tentando escapar e tal, mas ele cerca daqui, cerca dali. O filha da mãe e me tirou a reação contrária porque eu já estou meio quieto, meio parando, meio com vontade de como diz o Guimarães Rosa, estou barranqueiro. O cara barranqueiro é o cara que vai para o barranco do Rio e fica lá pescando, curtindo, mas agradeço vocês, rever os amigos aí que faz tempo que eu não tinha visto. Dar um grande abraço a vocês e já marcar quando passar essa merda, vamos tomar um vinho junto aqui em casa, combinado? Vocês podem me cobrar que vinho tem e estou fazendo, tá bom? Um abraço para todos aí

**N:** Combinadíssimo

**C:** Um abraço Alcides. Foi uma satisfação ouvi-lo.

## **COMISSÃO DA VERDADE DA UEL**

### **DEPOIMENTO DE ARNO ANDRÉ GIESEN (A)**

**ENTREVISTADOR: BESSA (B), EVARISTO (E), EDSON HOLTZ (EH),  
ARNALDO MELO (AM)**

**DURAÇÃO:**

**DATA: 05/11/2019**

**LOCAL: Sala de aula 417 do CESA (Centro de Estudos Sociais e Aplicados)**

**TRANSCRIÇÃO REALIZADA POR: MANOEL**

**CONFERÊNCIA REALIZADA POR: EDSON HOLTZ**

B: Hoje é 5 de novembro de 201, dez da manhã, no prédio do CESA-UEL, sala 417. Nós, membros da Comissão da Verdade da UEL vamos entrevistar o advogado Arno André Ghisi. Bom dia, Arno.

A: Bom dia Bessa e a todos vocês.

B: Queria que você, mediante um resumo, fizesse algumas considerações da sua vinculação, naquele período da ditadura militar, e a sua aproximação, na época, ao fato de você ser estudante do curso de Direito da UEL. Vamos tentar abstrair sua história e registrar algum tipo de constrangimento, de opressão que por ventura você tenha conhecimento ou tenha sofrido.

A: Na verdade eu nunca fiz parte da UEL, nunca tive vinculação com a UEL. Eu fui da antiga Faculdade Estadual de Direito de Londrina, precursora da UEL. Fui de uma das primeiras turmas da Faculdade de Direito, me formei em 1970. A UEL, acho que surgiu um pouco depois disso. Foi em plena Ditadura Militar e a repressão foi muito grande. Aqui em Londrina em termos de movimento estudantil teve muito pouco, mas alguma coisa realmente aconteceu. Preciso dizer [...] que eu me lembre estou à disposição na verdade são mais de 50 anos que se passaram ... muita coisa eu esqueci... foi esquecida... estou para responder o que for preciso.

B: [...] você lembrou de um evento que foi o de Ibiúna... poderia colocar alguns dados para a gente?

A: No meu tempo de estudante aconteceu o AI-5, tão debatido nesses últimos dias, pela bobagem que o filho número 2 do Bolsonaro falou. AI-5 aconteceu em 1968. Depois do surgimento dele houve um total esvaziamento do movimento estudantil. Em 1968, aconteceu o Congresso da UNE que foi muito importante. Ela havia sido colocada na clandestinidade e o local escolhido foi Ibiúna (SP), uma cidade perto de São Paulo (capital), o que eu lembro é que houve uma grande Assembleia aqui na Faculdade de Direito, de Filosofia e de Odontologia. Se faziam assembleias conjuntas e nessa Assembleia uma das discussões era mandar um representante de Londrina ao Congresso de Ibiúna. Foi-me proposto participar, mas eu tinha um serviço, um emprego, não poderia ir, então foi indicada outra pessoa. E depois como todos os presentes ao Congresso da UNE foram presos e que uma semana ou menos depois, foram soltos por intervenção do Governador Paulo Pimentel, que era um “fazedor de média”, não era um tipo assim muito autoritário não e ele libertou os que haviam sido presos, inclusive o nosso representante aqui de Londrina. Então esse foi o fator mais importante com relação ao Congresso. 1968, foi o ano que aconteceram várias manifestações estudantis. Quase em todas as cidades importantes do Brasil havia acontecido manifestações, na França que quase conseguiram derrubar o governo da época, [Charles] de Gaulle. Acabou que o governo ganhou até a eleição em cima disso [...] governo democrático-burguês ... o Brasil entrou na esteira dessas manifestações estudantis ... e aqui por outros motivos ...

estávamos numa ditadura militar e até o momento ela ainda maneirava. Prendia, mas com o A-15 é que se intensificou, então no Brasil tivemos a manifestação dos 100 mil no Rio de Janeiro, aconteceu a morte do estudante Edson Luís ... com a participação não só de estudantes, mas de toda a esquerda da época, da intelectualidade, pessoas de todos os componentes sociais e foi um fato grandioso que marcou a época... o AI-5 foi uma legalização do que se fazia na época, já se prendia, já se torturava. O AI-5 intensificou muito... especificamente a Londrina, a Faculdade de Direito e as outras duas, Filosofia e Odontologia, foi organizada também uma grande manifestação ali na Av. Paraná ... foi pra Londrina na época uma manifestação muito grande, eu calculo que havia mais de 10 mil pessoas e participaram também não só a esquerda, mas pessoas que eram democratas, que eram contra qualquer tipo de ditadura, ainda mais o regime militar da época [...] depois disso o AI-5 ... a esquerda já era clandestina... então aí teve que tomar mais cuidado ... eu principalmente a época fazia parte de um movimento clandestino e a gente entrou num [...] total , não houve mais movimento estudantil aberto, pelo menos aqui em Londrina. Em outras cidades não acredito que tenha havido, quem participou acabou sendo preso...

B: Você falou que para ir para o Congresso de Ibiúna participou de uma reunião (Assembleia), onde foi essa assembleia?

A: Foi no local que funcionava as 3 Faculdades da época, o Colégio Hugo Simas. Na época e que hoje continua sendo ali no centro ... um espaço vazio entre as Faculdades...

B: Quantas pessoas aproximadamente?

A: Eu acredito que havia entre 300 e 500 pessoas, estudantes

B: Você falou que foi sugerido seu nome e você não foi. Foi sugerido outro nome? Você lembra?

A: A pessoa, que eu me lembre, era o rapaz que fazia parte da Folha de Londrina, da seção de Cultura, posso estar muito enganado, mas o nome dele era Lourenço Jorge. Caberia perguntar a ele se participou. Sei que participou um de Londrina e acabou sendo preso como todos os demais que foram à Ibiúna.

B: Você sofreu pessoalmente nesse período que você era estudante na Universidade algum tipo de constrangimento, perseguição, pressão?

A: Já no final, no último ano, no 5o. ano da Faculdade eu fui preso pelo Exército. Foram presas aqui em Londrina umas 20 pessoas. Na região toda umas 40 pessoas. Ficamos todos no quartel do Exército em Apucarana. Na verdade, não tinha nada a ver com o movimento estudantil em si. Era a formação de uma organização clandestina de resistência à ditadura militar, especificamente era o PCBR, uma dissidência do PCB. Não concordou com a linha que estava sendo levada pelo PCB, e o PCBR defendia a luta armada e formou. Mas a gente

participou de algumas reuniões, nunca passou disso. Tanto que sobre isso eu já prestei depoimento numa Comissão da Verdade Estadual e muitos outros presos da época também prestaram. E em função dessa prisão puseram uma comissão política militar de inquérito. Respondi processo e um tempo depois fui absolvido. Na verdade, não foi provado que se tenha cometido alguma infração, mesmo à Lei de Segurança Nacional que na época reprimia todos aqueles que fossem contra o Regime.

B: Você foi preso por quem?

A: Fui preso pelos milicos de Apucarana, pelo Exército, na época era o Tenente Lisboa. Depois de solto teria sido morto [...] um agente do DEOPS que estava a serviço do Exército em Curitiba, Balbinot, que se aposentou. Fiquei sabendo que ele estava em Santa Catarina, e mais uns dois sargentos. Na época eu trabalhava como estagiário no Edifício Brasil com o Dr. Oscar que morreu há pouco tempo, e fiquei ligado a ele pelo Manuel Jacinto, em função da política mesmo. Eu era simpatizante e o Jacinto fazia parte da direção do movimento [PCBR] ... o local que fui preso foi no escritório do Oscar. Me cercaram lá dentro e me levaram num camburão, não lembro como. Foi daí que fui para Apucarana “passar umas férias”

B: Lá você ficou quanto tempo?

A: Inicialmente eu fiquei um mês mais ou menos, fui o último a prestar depoimento e o último a ser solto. Fui solto para fazer as provas finais da Faculdade de Direito, fui levado de novo para prestar outros esclarecimentos. Nesse um mês tentaram tirar depoimentos e tal, de mim e de outro. Houve tortura no quartel de Apucarana. A tortura acontecia dentro da sala do Comando, do Comandante do batalhão, o capitão Zuedezer Nascimento Lins. O pau-de-arara foi montado dentro do QG do exército em Apucarana na sala do capitão. Participaram além do capitão, esse cara do DOPS Balbinot] e o tenente. Lisboa... E era o que havia de pior, esse tenente Lisboa, mau caráter mesmo... perseguidor de quem quer que fosse, que não concordasse com as ideias dele, mas passou também foi só um dia. Não me abalou muito não, porque não foi aquelas torturas que depois aconteceram em SP, em outros lugares, RJ, aquilo passou do ... foi pau de arara, espancamento e choque elétrico.

B: Você sofreu tortura por pau de arara, afogamento, choque elétrico...

A: Tentativa de choque elétrico, não chegou a se concretizar porque o batalhão era um prédio de madeira ... na hora a eletricidade falhou ... aconteceu isso... foi um dia de tortura e um monte de interrogatório e ameaças

B: Você se recorda do tipo de ameaça que aconteceu?

A: Ameaça de ficar preso muitos anos ... de darem sumiço na gente ... como os militares viram que esse movimento nosso não era lá ameaçador ao exército brasileiro, não passou de 30 a 40 pessoas aqui na região tentando fazer o

mínimo contra a ditadura, mas sem realmente constituir [...] acabaram soltando... alguns foram chamados de volta depois como o meu caso... fui solto, fui tentar fazer a Faculdade de Direito.

B: você falou que foram de 30 a 40 pessoas detidas?

A: Do PCBR aqui da região.

B: você lembra de alguns nomes das pessoas detidas?

A: Lembro do [Manuel] Jacinto Correia [pai de Elza Correia] membro do comitê Central do PCBR, teve os que eram daqui mas foram para o exterior, tem estudantes que eram do Rio mas a família de Londrina que foram presos aqui mas conseguiram fugir, um deles foi Bertoni, Arnaldo Bertoni que morreu há pouco tempo; Mauricio Saraiva que morreu; foram presos aqui em Londrina, Filho do Manuel Jacinto, o Edmilson; foi um grupo de Rolândia; funcionários do Banco do Brasil; dois funcionários da Prefeitura; de Maringá foi preso Ari Juvêncio líder do movimento camponês de Pato Branco, do oeste do PR, e vários outros ...

E: Depois dessa prisão o senhor continuou militando?

A: Continuei militando, saí da prisão, contatei de novo com as pessoas, tive conhecimento de um pessoal de São Paulo que era outro grupo dissidente do PCB, que era a ALN do Marighela, não passou dessa fase de contatos...

E: Aí já era década de 1970? A UEL se cria em 1971.

A: Eu saí em 1970, da Faculdade, nunca tive nada a ver com a UEL.

E: Estou perguntando pelo seguinte, nas documentações que nós encontramos, aqui nos arquivos da Universidade, há registro da "Assessoria Especial de Segurança Interna – AESI" que relatam a presença de agentes da repressão acompanhando reuniões acontecidas em torno de Londrina até Maringá. O senhor chegou a saber de alguma coisa sobre a AESI?

A: Eu soube, a gente conversava com todo mundo que era da esquerda e isso aí era falado ... de concreto, de nomes, não consigo lembrar. Eu lembro de um nome que era da repressão que era Valter Knoll, mas acho que era antes da UEL, não tenho bem certeza

E: Soube de alguém que tenha sido preso ou reprimido por conta da AESI?

A: Não consigo lembrar não. A militância que eu tive foi totalmente clandestina, não teve nenhum contato com o movimento estudantil. Soube de movimentos posteriores aqui de Londrina, mas creio que vocês já têm os nomes, já falaram com eles, do Poeira e de outras coisas mais. Eu sei o que era comentado na época.

EH: o senhor soube de algum professor da Universidade que tenha sido perseguido?

A: Da Faculdade de Direito não lembro de professor algum, lembro de vários estudantes. De professor o detalhe que eu lembro é que quando fui solto do quartel de Apucarana e vim fazer a prova, eu vim psicologicamente meio abalado e fui fazer a prova de Direito Administrativo, não sabia nada, nada. O professor era Milton Menezes, ex-prefeito de Londrina[1], ele viu que eu não sabia nada na prova oral e me passou de ano. Não era militante, mas apoiava o Movimento do PCB da época, não havia as outras organizações. Então sou muito grato a ele por me formar em Direito. Professor que foi perseguido não lembro não. Aqui em Londrina não tinha muita coisa, do meu conhecimento.

E: O senhor chegou a ter notícias do reitor da UEL o Oscar Alves?

A: Sim, o genro do Nei Braga, era tido como perseguidor na época. Depois ouvi comentários sobre ele, mas não sei direito.

B: Você depois que foi preso teve algum outro tipo de incidente com a repressão?

A: Fui preso em 1973, em São Paulo, no DOPS, foi uma fase meio terrível, quando eu fui ??? sequestrado ??? da minha família ... eu estava aqui em Londrina... o grupo do Esquadrão da Morte do Fleury, um tal de Amador que era desse grupo ... levaram eu e o Manuel Jacinto para São Paulo. Para a família descobrir a gente em SP levou meses ... foi simplesmente, eles estavam fazendo uma identificação aqui, na região, sobre um ex-sargento do Exército que tinha desertado e que teria sido morto em SP, mas ele convivia conosco aqui. De formas que queriam saber .... Ele se exilou no Uruguai, nada

B: Ficou só detido? quanto tempo?

A: Uns dois a 3 meses. A família localizou, mexeram os pauzinhos... como a gente não tinha nada mesmo... em função da ligação com o Manuel Jacinto.

B: Ficou detido onde?

A: Fui detido aqui em Londrina no escritório do Dr. Oscar.

B: Você estava no escritório de advocacia?

A: Estava no escritório que nessa época já era lá no Ed. Júlio Fuganti. E depois disso...

B: Alguém viu você sendo detido?

A: Não

B: Não?

A: Não. Os caras encostavam em você e diziam “vai bem quietinho senão morre aqui mesmo”, a gente meio apavorado, não é para menos, não é? Essa foi a 2a. vez que fui preso e a 3a. vez que fiquei preso foi na Operação Marumbi em 1975. Aí, já por ser do Partidão [PCB], na época eram só os contatos que a gente tinha. Além disso eu fui chamado mais umas 2 ou 3 vezes, a perseguição era muito grande, não dava..., não podia fazer..., eu queria fazer concurso para Juiz do Trabalho nunca consegui, nunca pude fazer. Eu fui anistiado em 1978 ou 1979[2]. Em 1979, mesmo ainda sobre o processo do Supremo Tribunal Militar.

B: Você sofreu algum tipo de tortura nessas outras 2 vezes que foi detido?

A: Não. Somente nessa do quartel de Apucarana. Nessa que eles investigavam a morte do sargento eles logo viram que não tinha nada a ver, que era só conhecimento pessoal com isso e abandonaram a gente num fundão do DOPS de São Paulo

B: Ficou 3 meses...!

A: ...3 meses...! Aí a família localizou...

E: No Calabouço?

A: Isso, foi lá mesmo, onde hoje é o Museu da Liberdade[3] ... e ali ... foi terrível... a gente via muita coisa ali... e de lá pessoas saíram vivas e nunca mais foram vistas... e assim... que a gente fica com medo fica, não é? Mas passamos.

E: Arno, esta Comissão da Verdade da UEL ela tem como finalidade apurar o envolvimento da Universidade na repressão, no controle, nas ações da ditadura de 1964, contra o movimento de resistência e estudantes. O senhor tem algum conhecimento do envolvimento da UEL aquela época?

A: Conforme eu já falei no começo ... eu não convivi na UEL, sou anterior, mas é claro que nesses anos todos a gente vê... acompanhei o crescimento da UEL, o que eu vi ... a minha militância foi longe da UEL, do movimento estudantil, eu era mais [...] em organização clandestina. Então o que sei é de comentários de concreto da UEL eu nunca participei de nada e não sei de nada.

AM: ...sou lá da região de Cruzeiro do Oeste ...esse mesmo pessoal que atuava aqui até Maringá... porque em Cruzeiro do Oeste tem uma base militar[4], havia essa atuação lá também?

A: Em Cruzeiro a gente tinha uma base lá e o secretario político dessa base foi o ex-presidente dos trabalhadores rurais da região de Tuneiras do Oeste. Em 1964, ele foi afastado do Sindicato por intervenção e ele foi morar em Cruzeiro e formou essa base em Cruzeiro. Se chamava Romão Poiazzi e teve ligação com a ALN. E Cianorte era uma base importante que a gente tinha, que é ali perto. Em Cianorte foram presas várias pessoas, o ex-presidente do Sindicato



Rural foi preso em 1964, botaram fogo no Sindicato ...Manoel ou Leo Pina ...houve Jacinto... houve Gerônimo ... era tudo ligado com a gente

AM: Eu soube de uma operação um pouco mais [...] o meu pai [...]

A: Seu pai? Lá em Cruzeiro? Como era o nome?

AM: Andrade

A: Andrade, não lembro não.

AM: Ele foi preso

A: O Romão é que era de Tuneiras. Ele foi para Cruzeiro. De 1965, em diante e ficou lá o resto da vida

A: Em Cruzeiro se fala muito é muito comentado era a vivência clandestina do Zé Dirceu[5] [...] na época era da ALN

E: Não era AP?

A: Era da ALN e tinha uma dissidência chamada [...] não tinha nada a ver com a AP. AP na região era o Edésio [Passos][6] que era de Maringá e que depois foi para Curitiba. O Requião me falou que foi da AP, pode ser... um cara que foi solidário com a gente ... sim em 1964, ele subiu no palanque do Jango, está lá gravado o discurso dele ... tudo isso é história ... Eu gostaria de poder dar mais informação da UEL mas especificamente o que eu sei é isso. Eu dei o nome da Elza [Correia] ela pode saber de ...

B: Falou do Vander também

A: O Vander e o Osvaldo Lima foram da UEL na época ... é possível que eles tenham... o Vander está bem de idade hoje ele foi da UEL e ele era de Araçongas na época

B: Alguém quer fazer mais alguma pergunta? Eu então agradeço sua presença Advogado Arno André Ghisi

---

[1] Milton Ribeiro de Menezes, 12/12/1951 a 12/12/1955 e 12/12/1959 a 12/12/1963, União Democrática Nacional-UDN, Prefeito eleito em sufrágio universal nos dois mandatos.

[2] A Lei da Anistia, no Brasil, é a denominação popular dada à lei nº 6.683/79 sancionada pelo ditador militar João Batista Figueiredo em 28 de agosto de 1979, após uma ampla mobilização popular e de movimentos sociais organizados.

[3] Memorial da Resistência de São Paulo, museu que preserva as memórias da resistência e da repressão políticas do estado de São Paulo. Foi inaugurado em 24 de janeiro de 2009.

[4] No site do Exército e no mapa (Google) de Cruzeiro do Oeste não foi localizada unidade alguma do Exército

[5] José Dirceu de Oliveira e Silva, líder estudantil entre 1965 e 1968 preso no Congresso de Ibiúna e Ministro-chefe da Casa Civil entre jan/2003 e jun/2005

[6] Edésio Passos (Tomazina, abril de 1939 – Florianópolis, 9 de agosto de 2016) foi um advogado, jornalista, sindicalista e político brasileiro. Foi um dos fundadores do PT no Paraná e diretor administrativo da Itaipu Binacional.

## **COMISSÃO DA VERDADE DA UEL**

### **DEPOIMENTO DA EX-ALUNA CÉLIA REGINA DE SOUZA (C)**

**ENTREVISTADORES: Edson Holtz (E), Evaristo Colman (EV) , André Lopes (A), Izângela Tonelo (I)**

**Duração; 1 h e 36 minutos.**

**DATA: 16/07/2020**

**LOCAL: Entrevista realizada de forma *on line*, durante a pandemia.**

**TRANSCRIÇÃO REALIZADA POR: EDSON HOLTZ**

**CONFERÊNCIA REALIZADA POR: EDSON HOLTZ**

Conversa informal no início da gravação:

E: Celinha só uma questão. Nada a ver com a Comissão da Verdade, mas estava até comentando com o Evaristo. Você passou pelo Movimento em São Paulo. Você sabe se o Jornal Movimento todo já está digitalizado? Disponível na internet?

C: Tenho a impressão que sim

EV: Eu lia toda semana o Jornal Movimento. Cheguei ao Brasil em 1979. Eu lembro, morava em São Paulo. Aí quando eu entrei na PUC, meu curso foi na PUC, em São Paulo. Começou em 1981, e o Centro Acadêmico de Economia, era o Leão XIII que chamava, Economia, Administração e Direito, se não me engano, era dirigido pela direita. E tinha lá um militante raivoso deles, aquele

sujeito que virou corredor de fórmula ... esses que correm por aí, chama Ingo Hofmann. Ele era um desses que colocava bombas nas bancas que vendiam jornais alternativos. Inclusive colocaram uma perto da PUC em São Paulo. Me lembro disso. E entre 1981 e 1985, que eu fiquei lá, nós tivemos vários arranca-rabos com o pessoal do Leão XIII, alunos da Economia e Administração, lá da PUC de São Paulo, que era o antro da direita. Onde a direita era forte. E todos os centros acadêmicos que estavam em volta, eram de diversas correntes e volta e meia tinha quebra pau ali. Quebra pau físico. E o Movimento era muito visado pela direita na época, isso em 1981.

C: É, fui para lá quando eles precisavam loucamente de uma pessoa para assumir o departamento de vendas e assinaturas do jornal. Tinha tido um racha dentro do jornal, tinha saído umas pessoas que cuidavam, e eu fui para o Movimento para chefiar o departamento lá, de assinaturas. Que vendiam para o país. E eu peguei os incêndios das bancas e a gente saía loucamente vendendo assinatura, vendendo assinatura. As metas antes eram assinatura semestral, passava para anual, e saía vendendo em eventos, coisas de sindicato. Tudo com jornal na rua para enfrentar aquele período que foi bravo. Fui para o Movimento em 1979, o Roldão foi em 1977 ou 1978. E eu fui para lá, fiquei até o fim do jornal.

EV: O Raimundo Pereira ficou até o fim.

C: Sim, até hoje da imprensa, firme e forte lá. Teve uma perda pessoal grande, agora, recentemente, a esposa dele, Mitsui, que era também supermilitante, criou o jornal Assunto que era uma versão mais para a periferia, faleceu recentemente.

E: Evaristo, dado o horário, acho que poderíamos começar a entrevista. Só lembrando, como você é o coordenador da reunião, se entrar algum membro depois clica no microfone para fechar o microfone e não dar microfonia enquanto a Celinha fala.

EV: Vc quer iniciar aí o roteiro?

E: Sim, já está gravando.

E: Boa tarde Celinha, a gente vai começar a entrevista com vc. Está um pouco informal te chamando de Celinha. Depois você se apresenta, seu nome. É um depoimento para a Comissão da Verdade da Universidade e tem como objetivo levantar dados sobre a repressão na Universidade Estadual de Londrina, ao movimento estudantil, enfim a sua trajetória dentro do movimento estudantil da Universidade, mesmo depois que tenha saído, relate as informações para a gente. A gente queria aqui agradecer a sua disponibilidade de conceder essa entrevista. Vão participar alguns membros da Comissão da Verdade. Aqui presentes o professor Evaristo Colman, o André Lopes, a profa. Izângela, que é diretora do Sistema de Arquivos da Universidade, e o Edson Holtz. Fique a vontade para se apresentar e a gente começar a entrevista.

C: Meu nome é Célia Regina de Souza. Sou londrinense, nasci em dois de junho de 1954. Hoje eu sou uma senhora de 66 anos [risos]. Quando eu tinha, estava para fazer 19, eu fiz vestibular na UEL para Economia, mas eu já tinha uma ligação com o pessoal, amigos que já estavam na Universidade, que a gente vinha de um grupo de secundaristas, que chegou a fazer movimento cultural na ULES, União Londrinense de Estudantes Secundários. Cheguei a ser da diretoria da ULES também. E a gente era uma turma que fazia colegial. Terminando, eu era um pouquinho mais nova que alguns. Então os que terminaram primeiro já foram entrando na Universidade. Muito mais ali na área da Faculdade de Humanas, Letras, História que ficava aqui no centro da cidade ainda, no Hugo Simas, que era a área mais procurada pelo pessoal. Mais essa vertente cultural, então teve gente que foi para Pedagogia, para línguas, para História, e eu cheguei, queria fazer História, eu sempre gostei muito de História e achava que o meu sonho era fazer História, ser professora de História. Sempre gostei muito. Só que o pessoal que tinha entrado, montou o DCE, a primeira gestão do DCE. Criou o jornal Terra Roxa, participaram da primeira diretoria, do Márcio Almeida. Só que daí perderam a eleição para a chapa do Nilo Dequech que era considerada de direita. Perdeu para eles, que era aquela prática mais tradicional de como via o movimento estudantil, as entidades. E como locais que faziam o baile de calouros, coisas sociais, essa era a visão do pessoal que ganhou a segunda gestão do DCE. O pessoal da primeira gestão, que eu não estava, tinha uma visão desde fazer concurso literário, de poesia, de fazer um jornal bacana, de pesquisa, palestras, era outra concepção. Perdeu, mas ganhou, aquele grupo perdeu, mas ganhou alguns diretórios setoriais, o DARP [Diretório Acadêmico Rocha Pombo] que era da Filosofia, Ciências e Letras, que eu não sei se era o nome. O da Biologia, CCB, que tinha um pessoal de Psicologia, o Chaves, a Edina, magrela, algumas pessoas bem bacanas que já participavam do DCE. Eu lembro que foi o CCB, foi ali o DARP, a Marília estava na Pedagogia. Então tinha o Diretório da área da Educação, acho que já congregava a Educação Física e Pedagogia na época. Então, esses três diretórios, as pessoas que eram da antiga gestão da Todo Mundo, do Terra Roxa, no DCE, juntaram esses três setoriais com a ideia de se reorganizar para retomar o DCE e principalmente com a perspectiva de criar um movimento, criar um jornal. Então em 1974, quando este grupo estava fora do DCE e eu cheguei para entrar, a gente já formou de cara um grupo base de literatura. Eu via várias pessoas. Eu lembro da Dulcinéia Novaes, repórter, participava. Lembro do Antenor Bertoni, tinham várias pessoas que participavam grupo mais de literatura. Outros ou os mesmos, se quisessem, participavam do grupo de estudos de imprensa estudantil, GEIE. Então todo sábado a gente tinha aulinhas práticas, discussão de matérias, pautas, já ia para fora fazer matérias. Eu lembro que participava neste grupo, bastante no começo, o Robervalzinho Belinati que é irmão do Antonio Belinati, a Sirlene Belinati também. Vinha muita gente das Letras, da área de saúde. Pessoal que queria esta atividade artística-cultural, de uma maneira política. Mas era um grupo de estudo do Grêmio Estudantil, grupo base de literatura. Não sei se eu esqueci de outro grupo que a gente criou, mas eu lembro que estes eram os mais fortes. Aí a primeira atividade que a gente fez foi preparar uma edição do jornal Poeira para o início das aulas. Ah sim, tinha o

DATA [Diretrório Acadêmico Treze de Agosto] que era do CESULON. Porque o Carlos Verçosa, que é jornalista, está na Bahia, um cara muito bacana, também já diagramava. Ele tinha esse conhecimento e muito talento, então ele ajudava a gente e o DATA participava também. Então o jornal era feito lá no CESULON.

E: Celinha, desculpa te interromper, mas você comentou que queria fazer História, acabou não fazendo, mas você entrou em Economia?

C: Ah é fui para Economia. Por que que eu fui para Economia? como eu estava dizendo, aqui também a Economia era o centro da direita e o centro que era oposição a este pessoal que era do DCE, nosso. Era Direito, Administração, Economia e Ciências Contábeis. Ali você tinha metade dos alunos da UEL. Ganhar o DCE, mas você perder o CESA, você tinha uma cunha, você tinha metade da Universidade te botando no cantão. “Vocês ganharam, mas aqui nós mandamos”. Era uma relação razoavelmente civilizada e eu entrei na Economia porque o pessoal falava “Precisa de gente na Economia, precisa de gente no CESA”. Bom, Contábeis não era a minha, Direito também não tinha passado pela minha cabeça. Estava na época dos economistas, da Economia, da Unicamp, já tinha visto algumas coisas deles. Vou para Economia, vou estudar História Econômica do Brasil, vou estudar economia brasileira, economia rural. Esqueci que tinha muita matemática e muita contabilidade. Então foi uma saga, minha passagem pelo curso de Economia por conta da visão que era o curso aqui de Londrina também. Tudo monetarista, tudo ... embora tivesse alguns professores bacanas, mas o curso mesmo não era nem um pouco arejado. E eu fui para o CESA, “sozinhona” lá. Que também era um antro masculino. Bastante machista e eu não era o protótipo da moça fina e recatada. Era uma menininha mais atirada, do movimento estudantil que usava coturno, usava tênis. Eles achavam o fim da picada mas .. [rápida interrupção para pegar o fone de ouvido que caiu no chão]. Então eu fui lá para o CESA. No primeiro dia de aula já teve isso. Entrei na sala lendo jornal. Ou seja, eu era uma caloura completamente diferenciada. O pessoal já sabia que eu era do DCE, mas tive bons colegas e professores, mas sobrevivi. Não terminei o curso. Fui até o quinto semestre. Então foi lá no CESA porque a gente tinha que começar a fazer um trabalho lá. A minha salvação foi que, pouco tempo depois, surgiu o curso de Serviço Social, dentro do CESA, que foi o que nos ajudou, nos fortaleceu, trouxe gente militante, e aos poucos começaram a vir gente da Economia, da Administração. Então no primeiro ano a gente não tinha o CESA, estava fazendo jornal, aí ia ter o baile dos calouros e a gente foi lá e ofereceu um anúncio para o Jackson Proença Testa que foi reitor e era presidente da DASCESA se ele queria fazer anúncio do baile no nosso jornal. E ele fez. “Já que você fez o anúncio a gente vai distribuir o jornal aí”, “Claro”. Aí nunca mais saímos do CESA. Então o CESA não pagava o jornal e a gente começou a distribuir o jornal lá. A gente, acho que em abril, não sei quando foi o baile de calouros, mas logo a gente conseguiu entrar no CESA,

EV: Deu um nó no Jackson [risos]

C: Ele deve lembrar disso [risos]. Mas ele gostou de ter feito isso. A gente começou a distribuir lá, tudo muito educadamente, nada mais justo, fazendo anúncio nós vamos distribuir o jornal. O jornal era todo sustentado por anúncios. Era um tabloide de 24 páginas e muito bem-feito, impresso em offset na Folha de Londrina. A Folha fazia um preço camarada até para nós, mas cobrava. A gente tinha que pagar a edição. E a gente soltava praticamente uma edição por mês. Então março saía uma, abril, maio, junho, às vezes depois alguma coisa de calouros, depois agosto a gente voltava. Era umas sete ou oito edições, ou menos, por aí, por ano. Era mensal que respeitava as férias. Então esse foi o começo da nossa trajetória, ali no Poeira e começou a trazer gente. Tinha cartunista da cidade, gostava, tinha o Marcos Vila que era do CESULON, depois foi trabalhar na Folha. O cara era ótimo de criação, diagramação, ele via, fazia tudo, ele fazia ilustração, ajudava diagramar. Então a gente começou dessa forma e fomos tocando até que em setembro teria eleição e teve eleição. O jornal já estava muito benquisto. E ao lado do jornal, palestras, uma escritora que veio falar da situação do negro, da escravidão e a gente ao mesmo tempo a gente montava um teatro, com música junto para dar mais dinâmica para as coisas. Então a gente já chegou, quando chegou o momento da eleição o jornal Poeira já era conhecido, já circulava em todos os centros da Universidade, porque depois mais diretórios entraram, da Engenharia, da Matemática, da Exatas, entrou também. Então afinal acho que eram uns cinco grandes diretórios, o CESA que a gente já distribuía lá. O jornal circulava na Universidade toda. A tiragem era correspondente ao número de alunos da Universidade. Não sobrava um jornal. Nosso critério de aceitação era, se a gente visse alguém se sentando no jornal, botando o jornal para sentar era a morte. Tipo assim “Tá tudo errado vamos ter que repensar”. Fazia aquela revolução cultural, né, porque se alguma coisa errada, “são as lideranças, são as massas”, “se eles não estão entendendo é porque a gente não está sabendo falar”. Então o cuidado nosso era isso. Ficar muito junto dos estudantes. Então por exemplo, o jornal, nas primeiras edições, ele pegou toda a transição da cidade para o campus. Não foi da cidade para o campo, foi da cidade para o campus. Então assim, problema de ônibus, de transporte, de onde comer, de mato. Lembro que eu tinha uma lanterninha. Para ir do CCB para o CCH de noite pela trilha. Porque não tinha rua de pedestre, nada disso. Era uma precariedade. Então a gente fazia “vovó viu a uva e não viu o ovo”. “Caxotinho” assim, voltamos à estaca zero. Como é que está a Universidade? Então o começo foi assim, muito identificado com as dificuldades dos estudantes, aí o transporte se tornou uma coisa muito gritante e já para concorrer na primeira eleição do DCE a gente fez uma das coisas que foi muito importante que foi a pesquisa com todos os estudantes. Quais eram os problemas que eles apontavam. Então a pesquisa foi amplamente distribuída, foi seriamente analisada e as nossas bandeiras começaram a surgir dali. A Universidade ajudava porque neste período ela criou o exame obrigatório, coisa que não era. Mas as primeiras lutas foram: derrubar o exame obrigatório. Ninguém queria o exame obrigatório. Então todo mundo a favor dessa luta. Então a gente acoplava isso à questão da qualidade do ensino. Porque a gente não pegava uma bandeira ampla e ficava nela, tipo Ensino Público e Gratuito. A gente pegava a dificuldade de estudar, o preço da anuidade, do transporte, para

defender a questão do passe, para defender, chegar à clareza do porquê que o ensino tem que ser público, gratuito e tudo mais. Vale a pena lembrar que a Universidade de Londrina ela foi um modelo para a ditadura militar brasileira principalmente no período do Ney Braga, governador. Porque já era um período Geisel, a distensão, vinha um pouco aquela coisa “nós não somos tão pesados”, mas era um modelo. Era uma Fundação. eu não sei quantas existiram ou foram criadas no mesmo molde, mas eu imagino que foi uma das poucas universidades brasileiras criadas como uma Fundação Universidade Estadual de Londrina – FUEL. O que que significava isto? Ensino pago. Daí as mensalidades não eram baratas. Claro uma FGV é mais cara, mas ela não tinha nenhum diálogo da gratuidade. Ela era paga, bem paga, cursos de Medicina, de Odonto eram bem caros. E a gente tinha clareza que este modelo tinha que ser afastado. Era uma coisa que a gente sabia. E quando o Ney Braga entrou que coincidiu praticamente com o nosso mandato, ele ainda colocou de reitor o seu genro, Oscar Alves. Que chegou logo de cara com um discurso democrata cristão, “eu também fui da UPE, fui da UNE, vamos todos dialogar aqui”. Só que ele representava esse modelo. E a gente queria destruir este modelo. A gente não queria ajudar nem um pouquinho. Ele dizia que a gente “ao invés de atirar pedra deveria catar cada pedrinha dessa e fazer uma construção”. Era o tipo de construção que a gente não queria colocar nenhuma pedrinha. Queria desmorronar mesmo. Então a nossa principal coisa que a gente chegava era a questão da qualidade de ensino, que a gente questionava por estes aspectos, a precariedade, o sistema de créditos, aquela mudança que era ainda muito nova. Ensino, pesquisa e extensão. A gente mesmo promovia grupos de tudo, grupos de pesquisa, a gente levava muito a sério. A questão do ensino público e gratuito. E eles nos deram na sequência, de brinde, a discussão da liberdade, da democracia na Universidade, porque a gente descobriu lá dentro, germinando ali nos gabinetes da reitoria, acho até que era antes do Oscar Alves, um decreto novo, que se chamava 169, que era a estratégia de você criar decretos específicos dentro da Universidade e aí você acaba com o 477. Grande “decretão” de repressão no país. Isso veio a nós e ele tinha coisas das mais graves às ridículas. Eu sei que a gente pegou algumas coisas deles, sabe coisas de costumes e roupas. Aí a gente fez uma campanha de desmoralização tão grande desse 169 e ele nos deu a chance de falar do 477. “Olha, nas Universidades isto é uma repressão, e agora eles querem fazer isso aqui”. Não bastasse isso eles também inventaram de criar uma guarda patrimonial que tinha um “baita” de um cassetete. “mas porque esse cassetete tão grande?” [risos]. Na verdade, ela estava ali pronta para qualquer coisa. E era a época daquele episódio Swat na televisão né, que quando vc. chama a Swat, a Swat vem né.

[breve interrupção porque caiu, novamente, o fone de ouvido]

C: “É só chamar a *swat* que a *swat* vem” e a gente começou a mostrar situações para os estudantes e que a gente podia ser reprimido pelo guarda, quase que era o guarda da esquina, o guarda interno. Não precisava nem chamar a polícia de fora para vir para a Universidade. Isto também ampliou o nível de debate nosso. Então a partir dessas coisas concretas, muito da realidade dos

estudantes em geral, a gente foi falando das questões mais gerais que foi aproximando a nossa luta de bandeiras mais nacionais também. Então foi um processo, o tempo todo, a gente teve como critério, eu brinco que, não é que a gente era bacaninha, bonzinho, “como eles eram bons politicamente”, “que a gente queria fazer tudo junto com os estudantes, de verdade, um trabalho de massa”. Não é, a gente era legal mesmo, também, tinha essa visão de política mais ampla, mais cultural, de acolher, de usar gente, de trabalhar com alegria, usar música, cultura. Não tinha aquela coisa rançosa, mas a gente sabia que nós tínhamos que ganhar as eleições, de todos os diretórios, de todos os cargos e além de ganhar em todos os diretórios a gente tinha que ganhar em tudo, como é que chama? Do Conselho Universitário, CEPE [Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão], no CA [Conselho de Administração], nos colegiados, nos departamentos, em tudo. Porque também não adiantava ter uma representação aqui que era dos bons alunos e aqui no DCE são os alunos que só queriam fazer política. Não, a gente tinha que estar em tudo. Então a gente tinha que ter muita gente querendo participar. E foi o que a gente conseguiu. A gente ganhava eleição em todos os departamentos, colegiados, de todos os cursos praticamente e nos diretórios. Nos diretórios vc. tinha lá a atlética. Então na nossa pesquisa a gente também perguntava para o estudante se ele queria participar, do quê? Se um falava liga atlética, outro não sei o quê, a gente ia lá, batia na porta e chamava ele, “vai lá na reunião”, e as pessoas vinham e gostavam, se sentiam bem acolhidas. A gente tinha aquelas coisas assim, bacana, parece ingênuo, mas o DCE tinha que estar brilhando. A gente tinha comissões de limpeza, tinha duplas de limpeza, cada semana tinha, era uma dupla de estudantes que tinha que manter aquilo encerado, limpo, sabem tudo brilhando. Porque se o estudante chegasse lá ele iria falar “nossa que sujeira”. Chegasse um pai, um professor, todo mundo iria falar “nossa que pessoal organizado” [risos] parece bobo, mas era uma coisa assim de vital importância. A gente tinha outras coisas assim que era muito rigoroso. Era de horário. As reuniões começavam rigorosamente no horário. Quem não chegava no horário tinha que vender camiseta, tinha multa por minutos, segundos, tinha que vender as camisetas de multa. A gente tinha um telefone no DCE. Aquele telefone, ninguém, ele era bloqueado para ligações interurbanas. Ninguém usava para uso pessoal. Porque estava começando a ser mais popular. Mas que ninguém usasse para benefício próprio porque aquilo era um bem comum. A mesma coisa quando a gente comprou a Kombi também. Qualquer estudante podia dirigir, mas cuidado, tinha que ter carteira, tudo bonitinho, para uma causa correta. Então a gente tinha vários princípios acho que caíam muito bem. Eram muito simpáticos para as pessoas que iam lá. Então isso daí foi fazendo que o DCE virasse um local muito agradável de conviver. Aquela pracinha na frente. Tinha gente que ficava lá, fora do horário de aula, quase o tempo todo. E eu lembro até hoje que o Rubinho era alto, era começo de férias, eu botei a mão no ombro dele, no lugar mais alto, “Binho o ano terminando e nós aqui. Que bom que vc. esteve com a gente este ano. Que legal ano que vem a gente tem que estar junto”. Ele falou que saiu dali, “que responsabilidade, me enxergaram aqui dentro” sabe essas coisas assim de afetividade, eu acho que isso era muito bacana que a gente tinha. Profundo rigor político, profundo rigor ético e muita



afetividade e principalmente muito bom humor, apesar da tensão que não era pouca, mas a gente procurava trabalhar distendendo um pouco esse nervosismo. Eu fui falando, não sei para que lado vocês querem me direcionar.

E: Celinha você colocou essa trajetória e queria saber se nesse período, se houveram perseguições, represálias ou atos de violência ou de censura sofridos por membros da comunidade? Vocês do movimento estudantil, você falou da swat, a polícia política dentro da Universidade, que informações vocês tinham sobre o SNI e o DEOPS, ligados a reitoria? Essa formação da AESI, várias instituições federais, estaduais. O que que você se lembra de perseguições que possam ter ocorrido ou se conheceu alguém que sofreu essas perseguições lá.

C: A gente viveu passo a passo cada situação dessas. Era um mundinho feliz até com todas as dificuldades até que a gente ganhou a eleição junto com o Tadeu. Um ano e pouco depois, no momento em que estava preso o professor Nelsão, da Medicina. Professor Nelson dos Santos. Tinha havido uma grande queda aqui em Londrina de pessoas mais ligadas ao Partido Comunista Brasileiro, o PCB, umas pessoas de esquerda e de outros grupos, que não era novidade. Já havia acontecido isso nos anos 1970, a gente já sabia disso, o grupo mais antigo do DCE, eu sabia disso. A moçada no geral tinha muito contato, mas quando foi preso o Nelsão foi um momento de muita tensão e era nossa posse. E a nossa posse iria ser no Teatro Universitário. Daí, de repente, chegaram na última hora, que o DCE fosse na reitoria, que não iria poder ser no teatro Universitário que tinha um problema, tinha denúncia de bomba. Então foi transferido para o Canadá Country Clube. Tipo assim, uma desmobilização. A gente de uma agilidade muito grande, a nossa rede era muito rápida, nós lotamos o Canadá e nós já tínhamos o discurso preparado. Que é um discurso que o Nilson leu, que a gente tinha escrito, que começa falando “a gente deveria estar falando do nível de ensino da Universidade Estadual de Londrina, a gente queria falar da luta do ensino pago, não sei se vocês conhecem este texto, mas ele é bem legal, como documento. “A gente queria estar falando disso, disso, mas não podemos falar nada disso. Neste momento nós temos que comunicar” aí como é que iriam fazer calar a boca “o professor Nelson, do Departamento de Ciências da Saúde está preso e não sei o quê. A gente reivindica que neste momento o reitor esteja ao lado dele” o reitor lá na frente “que a imprensa, que todo mundo, que todos os alunos, professores, que defendam a integridade do professor”

EV: Celinha? O reitor já era o Oscar Alves?

C: Era o Oscar Alves nessa época. Posso confirmar depois, mas acho que era o Oscar Alves sim. Era o Oscar. E a gente fez a denúncia comprometendo todo mundo. Ninguém poderia se fazer de besta. “Que ele foi levado na calada da noite, que era um membro da nossa comunidade ..” . “Com ele tinham outras pessoas lá”. E aí foi um momento de muita tensão. E a gente ficou muito feliz de ter podido contribuir com força naquela ocasião. Saiu na Folha de Londrina. Aí saiu em tudo. Então foi esse episódio. Outros momentos. A gente a partir desse

momento que a coisa começou a ficar mais pesada, porque a gente ganhou a primeira eleição, na segunda a gente ganhou o CESA também. E aí começamos a sentir o peso. Porque para nós os adversários do CESA, a gente brincava que o mais bonzinho ali iria para o juizado de menores, um era Polícia Federal, outro não sei o quê. Era alguns empresários, mas juntava esse componente da direita mesmo. E a gente ali enfrentando. Vinham para cima, mas assim ameaça boba. A gente peitava. Começou a ter um favorecimento a eles, óbvio. Então eu lembro que teve uma noite, véspera de eleição que ficou gente nossa espalhada pelo campus, pelo CESA, e uma turma do DCE só fazendo bandeirinha, bandeirinha e bobinas de jornal a gente ia colando cartaz, colando cartaz, porque a gente já sabia que estavam arrancando tudo nosso de noite. A hora que eles foram embora a gente abria a bobina. A hora que eles chegavam de manhã, tudo tomado, tem foto inclusive. Tudo tomado com cartaz nosso, bandeirinha da Mafalda, fazia como bandeirinha junina. Aquelas tiras onde você ficava tinha. Como o pessoal do CESA era mais agressivo, eu lembro que vinha os meninos da Veterinária, grandões, tipo fazendeiros, fortões, sarados, que vinha ali para dar cobertura. Quando os caras chegavam para dar de dedo, eles chegavam junto. Eu que era uma menina né. Teve outros, ninguém era muito grandão no DCE. Então sempre tinha uma turma que se sentia orgulhoso porque tem guarda-costas neste momento sabe. Então esse tipo de repressão começou a chegar. Aí a repressão foi mudando de figura. Eles viram que nós ganhávamos tudo. Que nós ganhamos tudo de novo. Faziam tudo de novo. Aí começou a ter perseguição dizendo que era, acho que já era na gestão do Tadeu, falando de má aplicação de recursos. Eu não lembro que coisa que eles inventaram. Eles não repassaram o dinheiro dos estudantes. O estudante pagava uma taxa que ia para o DCE. Aí a reitoria parou de pagar. E a gente continuou fazendo tudo o que tinha que fazer. Aí eles inventavam que o Tribunal de Contas, que não exista, sabe aquelas coisas? Ficaram segurando o nosso dinheiro e a gente continuava brigando para liberar os recursos, mas continuava trabalhando. Compramos máquina. Ah porque daí teve, mais ou menos nessa conjunção desse período. Os anunciantes da Folha de Londrina começaram a ser pressionados para não anunciar mais no Poeira, mas a gente conseguia vender anúncio. Aí a Folha de Londrina começou a ficar assim, nos indicou que imprimíssemos o jornal lá em Maringá. A gente foi, depois, foi imprimir em Ourinhos, ou seja, perdemos a Folha de Londrina. A pressão ali foi grande e os anunciantes também sendo pressionados. Uns desistiram outros saltaram fora. Porque o anúncio do Poeira, valia a pena, porque um veículo gratuito, chegava nas mãos de seis, oito mil estudantes já na época. Então muita gente. Não era nem pelos ideais do jornal. Porque achavam bacana estar anunciando para universitários. A gente foi perdendo. Aí ficamos “como é que a gente iria fazer?” Foi quando a gente resolveu comprar uma máquina impressora, a pequena, porque a gente fazia semana de atualidades, que era nossa recepção aos calouros. Tinha sempre uma semana de debates do ano, feita no segundo semestre e a gente trouxe o João Bosco para tocar. E o João Bosco quando ele desceu, falou “Mas para quem que é a verba que vocês estão arrecadando?” “Ah é que a gente quer comprar uma impressora”, “Que base está, não sei quanto”, trinta por cento é de vocês. Não sei quanto que ele .. Ele deu uma verba

dele para nós. Lotou o show dele. Ele nem era conhecido, mas lotou. Daí no outro ano ele voltou de novo, “O que que vocês vão fazer?”, “Agora a gente vai comprar uma máquina maior”, “Ah que fantástico, é para vocês”. Aí já estava nessa do galo de briga com o CESA, “bombamos”. Então a gente fazia, cobrava uma tachinha de inscrição, para ter certificado, o teatro, porque o DCE não tinha dinheiro, fazia camiseta, e a gente sobrevivia desses expedientes, já que a gente não recebia um tostão do dinheiro dos estudantes. Passamos uns bons anos sem receber nada. A gente tinha herdado a Casa do Estudante, o Restaurante Universitário, uma grande doação. Foi uma das primeiras coisas que a gente fez quando assumiu o DCE foi dizer, “Isso não é função do DCE, isso é função assistencial do estudante, é importante, mas não é o movimento estudantil que tem que sustentar”. Aí criamos uma diretoria lá, para tocar o Restaurante Universitário e a Casa do Estudante com verba do governo federal e buscar verba com a Universidade, tipo com autonomia. Se não a gente iria ter que ficar cuidando de Restaurante Universitário e Casa de Estudante sem ter perna para nada. Então essa parte a gente tinha passado adiante. Bom eu acho que a gente continuou nesse período cada vez mais com uma linguagem, procurando estar perto dos estudantes, mas você começa a viver num mundinho meio a parte. Começa a ter uma oposição, tem um período que a gente sentiu que estava meio distante da realidade, a gente do grupo do movimento estudantil tinha um editor que era mais experiente [faz sinal com as mãos colocando aspas na palavra experiente] e sempre tinha outro aprendiz. Cada comissão fazia diagramação, sempre tinha alguém com mais prática no jornal e outros que estavam aprendendo e geralmente as matérias eram feitas por duplas. E a gente devolvia matérias, devolvia uma, duas, três vezes, se vinha com aquela linguagem viciada, sabe? que parece que está falando para os entendidos. A gente devolvia, “tem que reescrever, tem que não sei o quê”. E era muito legal porque tinha aquela roda, todo mundo falando das matérias, dando palpites, opinando. Porque o DCE atuou muito assim, tipo um colegiado e os cargos tinha muito mais uma relação oficial vez ou outra do que para o cotidiano. O cotidiano era uma democracia, uma experiência democrática bacana. Todo mundo opinava, todo mundo discutia e votava, e decidia como as coisas, independente de quem era o presidente do DCE, de que diretório você era, todo mundo participava. Era uma democracia participativa. Então isso eu acho que era legal. Aí a gente continuou ganhando as eleições. Chegou um ano, não sei se é perto de 1978, acho que já era o Pinotti, aí todos os nossos, que para concorrer para o DCE, era chamado o DCE atrelado, que eles eram vinculados à Universidade. A gente chegou a entrar nesse jogo, porque eu brinco que era o limão que fez a limonada. Que era atrelado, mas ele exigia da gente, que é um grupinho isolado, iluminado que está dentro de uma entidade falando com todo mundo. Não, porque na hora que você chegava em sala de aula, pedir voto para o cara, dizer o que você está fazendo, quem eram as entidades. Então fez a gente ser mais amplo. Essa limitação nos ajudou a crescer. Limão que a gente fez a limonada. Ser atrelado. Mas todos os nomes tinham que ser aprovados pela Universidade. E aí era assim uma rasura, não podia reprovar em uma matéria, semestre anterior da eleição. Você não podia ter um débito com a Universidade, tinha uma série de coisas de que não poderia ter. Então tinha que ser sempre os que estavam mais

certinhos para concorrer. Tudo, a gente tinha que andar em uma linha danada e aí o que aconteceu? Foi que a reitoria começou a vetar nomes e vetando. E, também, não explicava muito por que, bem em cima da hora. Então na eleição que o Dias ganhou como presidente, acho que a gente teve uns três candidatos presidente do DCE. A gente teve. Todos os diretórios a gente ia substituindo. Ah era fulano, “não pode”, mas nem vacilava, vai Beltrano. E o pessoal ia ao DCE oferecer o nome “Olha se precisar meu nome está aqui”. Então já não importava mais quem é que ia ser o presidente, de que centro iria ser. Se ele era conhecido. Porque no começo a gente se preocupava muito com isso. Se era gente conhecida, se tinha que ser do CESA porque lá ..., e aí era assim “vamos para as cabeças”. Foi uma coisa direta, direta, direta, sobre as entidades, sobre os estudantes, todo mundo pedindo lista. Imagina você formar não sei quantas chapas, dez chapas, nove, todas elas crivadas pela Universidade, todas elas cortadas, colegiado, departamento, tudo. Todos os candidatos que a gente punha procuravam pelo em ovo. Teve uma hora que desistiu de discutir, a gente só foi colocando os nossos novos nomes. Devo dizer que a gente chegou nessa situação porque a cada ano a gente tinha uma vitória. A gente tinha como meta “qual é a desse ano”. Então primeiro foi destruir o exame obrigatório, depois acabar com o 169, também com o decreto, que eles engavetaram. Depois foi o passe universitário que a gente conseguiu, eu lembro que o prefeito era o Richa, reitor era o Oscar e que na hora de entregar, a gente foi, a briga foi tanta, tanta, que o prefeito chegou “tá bom eu vou entregar o passe”. Na hora de entregar o passe, quem que a reitoria começou a convidar para ir lá na reunião? Alguns estudantes que eram de departamento, de colegiado, ninguém do diretório. Só que o pessoal falou “Tá estranho, estão chamando, parece que o negócio é com o prefeito”. A gente ligou na prefeitura, pediu para falar com o prefeito. Aí falamos “Nós sabemos que o sr. vai entregar o passe” tinha um repórter na época que era estudante também, que ligou para ver se era isso mesmo, se iria entregar o passe mesmo. Ele morreu antes de terminar o curso de Jornalismo. “Ele vai entregar e é por isso que ele vai lá”. Daí ligamos, falamos com o prefeito e a gente queria saber se ele tinha uma reunião com o reitor e que a gente queria ir “mas é o reitor que está chamando” “nós vamos dizer que o sr. convidou a gente. “Mas eu não posso”, “Nós vamos lá e vamos dizer que o sr. convidou a gente. Porque nós sabemos que o sr. vai entregar o passe, o senhor vai entregar o passe para nós”. Aí ele falou “Pelo amor de Deus, tudo bem, vamos lá, mas nunca mais quero essa conta de vocês.” E a gente foi. Chegando lá e o reitor “O que é que vocês estão fazendo aqui?” aquelas carinhas todas carimbadas do DCE, do Poeira. “Não, é que a gente foi convidada também não é prefeito?” [risos] O reitor começou fazendo discurso, o Oscar Alves, “não, não, tudo bem, tudo bem, mas vamos ao que interessa, e o passe hein prefeito? [risos]”. Está bom, aí falou do passe, a Prefeitura concordava. Foi uma “baita” de uma vitória. Em Londrina, estudante universitário não tinha passe. Então isso. Para criar um movimento disso a gente criou um movimento de carona, ponto de carona, a gente criava muito e foi por aí. Depois teve episódio de junção dos centros que eles fizeram meio aleatório e aí a gente também, os estudantes mais ligados a área se mobilizaram. A gente chegou a acuar todo o Conselho Universitário no CCB, lá no Pinicão. A gente tomou a frente, ninguém conseguia sair de lá. E a

gente cantando lá fora. Foi muito legal. Devagarinho daí a coisa foi crescendo, mas aí a hora que eles viram que erraram com o dinheiro, não conseguiram, ameaçaram, que sempre teve alguém com repressão, que se identificava e tal, mas a gente já estava como carta marcada, e a gente era vigiado. Então a gente tinha claro que nas nossas casas não podia ter livro que falasse que era meio comunista. A gente cuidava muito para que o DCE não tivesse nada, assim bobamente. Mas não teve jeito e uma noite eles fizeram o que acharam que tinham que fazer que foi arrancar a máquina de lá. Quebraram a parede, e tiraram a máquina. foi simbólico isso. Ah, antes disso teve, coincidentemente a gente ia fazer em Londrina um debate sobre a constituinte. No mesmo período ia fazer em Minas Gerais a Comissão organizadora do novo congresso da UNE, pró-UNE. E até hoje eu não entendo muito bem essa história, isto até tenho que olhar mais na documentação. Mas não foi nada de propósito. Nós tínhamos um ato aqui em Londrina que ia ser um debate sobre a constituinte. Estava conseguindo colocar um tema nacional como este. Com o Dalmo Dallari, que era da Comissão Justiça e Paz, com o Sérgio Buarque de Gusmão que era um jornalista do jornal Movimento, Eliomar Baleeiro que era um senhorzinho jurista. Tinha sido, desde 1946, que nunca tinha sido um cara de esquerda. Era um cara em que a Constituição era a arma dele. Mas era um debate amplo, que seria no Colossinho, que era o ginásio, atrás, hoje é aquela Faculdade, UNIFIL, era o CESULON, que era o antigo teatro Universitário. Era um ginásio de esportes. E de repente fecharam tudo. A gente recebeu os palestrantes. De repente cercaram tudo, ficou um grupinho de estudantes do DCE, gente que chega para jantar no Restaurante Universitário, aí ficou ali dentro preso. A área toda, aquela pracinha na rua JK com a Paranaguá até depois do Teatro Universitário, tudo fechado, aqueles caminhões lado a lado, gente armada, um aparato até para baixo do Colégio Universitário, tudo fechado. A gente sem entender, por conta de uma palestra. Eu não sei o que eles acharam, que grande articulação que eles imaginaram. Porque na mesma noite foi preso o pessoal que estava indo para Belo Horizonte fazer o encontro da preparação da UNE. E estavam três representantes nossos que era o Marco Fabiani, o Marcelo Oikawa e a Márcia Fujisawa. Era um da Comunicação, um da Saúde, e da Biblioteconomia. A gente só mandou três porque a gente sabia, já tinha ido lá, eu e o Ruba, lá em Belo Horizonte e vimos que tinha chance de ter repressão. Que se tivesse repressão iam prender. Então nós pensamos “vamos mandar gente, que se for preso, o curso para em solidariedade”. Então foi a Márcia, da Biblioteconomia, que era presidente do diretório, o Marcelo, da Comunicação e o Marcão da Saúde. Que eram pessoas que teriam um respaldo “Olha foram lá, representando a gente e foram presos, colegas nossos”. Eu sei que teve todo esse aparato, este cerco. Os palestrantes não fizeram a palestra. Eles foram lá, o Eliomar Baleeiro fez questão de chegar e ser proibido, ele abanando a constituição e essa era a arma que ele tinha. Ele e a esposa dele. Isto a Maria Alice pode contar porque ela foi levar eles. A Ingrid Risi foi outra motorista. E cada um estava com um motorista do DCE. Alguém que tinha carro tinha levado. Aí nisso eu lembro que eu e o Roldão fomos na casa do prefeito “O sr. tem que se posicionar”. E o prefeito estava lá no Casarão participando de um evento, uma reunião lá. A gente chegou e falou “que o DCE está cercado.”. Vira um que era mais à direita “Ué

mas o que é que vocês estão fazendo soltos aqui fora?” [risos] não prenderam direito. Aí fomos pedir ao prefeito que fosse para lá. Usamos o telefone da casa do prefeito para ligar para órgãos de imprensa, porque o telefone do DCE não fazia ligações para fora e aí o bispo foi lá. Para colocar panos quentes lá. O arcebispo Dom Gerado Fernandes. Eu sei que mobilizou a cidade inteira. Então o debate virou capa da Folha de Londrina, uma matéria, a cobertura foi bem grande.

A: O Célia, eu gostaria de perguntar para você o seguinte. Nas nossas entrevistas nós soubemos de algumas prisões, a prisão do Nelson, houve também depoentes que acabaram dizendo que foram detidos, mas já não eram mais estudantes ou não eram estudantes ainda por envolvimento em grupos da luta armada, mas a gente sempre pergunta se vocês tiveram conhecimento de algum estudante detido que participasse do movimento estudantil ou que não participasse e foi detido para fazer depoimento. Algum caso chegou ao conhecimento de vocês?

C: Não, não chegou. O que aconteceu foi o Nilson que era presidente do DCE ter que ir a Polícia Federal prestar depoimento sobre a edição de jornal, sobre a charge, uma vez a gente usou sobre o Franco, fazendo o Geisel, cheio de cadáveres, do general, com estudantes, não era isso, mas nem reparou. Coisas assim. Não lembro de nenhum de nós, desde o período que a gente andava com dupla de segurança. Chamava dupla de segurança. Um cuidava do outro. Então a Maria Alice cuidava de mim, eu cuidava dela. Se sumisse era para alguém dar um alerta. A gente tinha essa preocupação. Terminava a reunião, a gente ia na Kombi do DCE levar as pessoas em casa para não deixar solto na madrugada. A gente olhava para os dois lados, muito, para atravessar aquela JK, para ir para o DCE, porque sabíamos que poderia vir um “opalão”. A gente sabia, mas nunca aconteceu com a gente e foi muito engraçado porque depois do fim do DCE, inclusive aquele arquivo do Arquivo do Paraná, Arquivo Público, as informações eram muito malucas. Os informantes, os arapongas, eram muito ruins de serviço. Porque olha, a criação da AESI a gente acompanhou, detonou ela desde o começo. Eu fui aluna do Luís Emílio Ferreira Bueno, tanto no Clássico, no Vicente Rijo quanto na Universidade. E ele às vezes dava uma provocadinha, falava umas coisas nada a ver. Fui aluna do tenente Raul, que chamava ele de sargento. Eu o conheci quando era sargento do Tiro de Guerra. E o meu tio tinha sido sargento também. Então “Oi sargentão” [risos] “oi tenente Raul”. Ele já era tenente “oi sargentão”. Então assim a gente sabia que eles faziam acompanhamento. Para ter uma ideia, logo depois da morte, depois desse evento da constituinte o Aliomar Baleeiro morreu e a gente fez uma missa de sétimo dia em homenagem a ele. O pessoal do DCE fez uma missa, mandou rezar uma missa. No meu relatório da Polícia Federal fala “a suspeita, a personagem esteve na missa, ajudou a organizar e esteve na missa, que porém foi um fracasso, não houve distribuição de material clandestino, nada” era uma missa gente [risos]. Tem alusão de que eu fui para o movimento estudantil de Minas Gerais. Porque o jornal Movimento nem era escondido, era público. Então as informações, ah fala assim “a fichada foi vista no diretório do DCE, Diretório

Central dos Estudantes”, “Ela é vista regularmente em companhia de Antonio Tadeu Felismino” Mas claro, ele era presidente do DCE e eu era vice. Fichada foi vista no DCE. Conta lá na ficha “Que era amasiada, amante do Tadeu”. Pô eu tinha 20 anos, o Tadeu 20 anos. Ninguém era casado, namorado, mas era amante. Sabe aquelas coisas nada a ver? Nem noivos, nem namorados, “ah estava escondendo o jogo”. Mas assim as informações muito loucas. As informações não levavam a lugar nenhum. Pelo contrário, na época eu era militante clandestina. E do grupo era a única que tinha ficado em Londrina. A Marília tinha vindo e eu tinha ficado como militante do Pcdob, absolutamente clandestina. Por quê? Porque teve a queda da Lapa em 1976, que morreu a pessoa com quem a gente tinha contato que era o Pedro Pomar. Ele era o contato nosso. Então nós ficamos literalmente sem pai, sem mãe. A gente ficou atuando aqui sem ter contato partidário com ninguém, por conta disso. Então eu particularmente tinha essa preocupação. Ele esteve aqui em Londrina. Passou, passou na minha casa, no meio de novembro. Foi morto no dia 16 de dezembro, Dia de Finados. Não sei, ele passou lá na minha casa. Fechar um ponto que havia tido um desencontro. Eu falava “Eu posso estar sendo vigiada”. Eu fiz assim, qualquer evento, qualquer atividade eu estava. Se eu sumir alguém vai perceber. Eu também falei o máximo que poderiam saber de mim, e uma coisa boa do machismo é isso. O machismo nunca acha que a mulher pode ser que seja ela a pessoa [risos] tem que ter algum homem [risos]. Não ia adiantar. “logo ela, talvez seja o namorado dela o contato”. Então acho que isso me beneficiou de uma certa maneira porque passava despercebido qualquer ligação, mesmo porque depois a gente não teve mesmo contato, mas a gente agindo por nossa conta. Seguindo um pouco as ideias, documentos que a gente lia, mas até, por um bom tempo, até a democratização, porque aí começaram a aparecer os vários partidos, a gente ficou nessa ... não sei se estou sendo um pouco prolixa demais ..

E: Celinha, só complementando a sua última fala. Você se lembra de nomes ligados a essa espionagem na UEL? Já falaram do fotógrafo Martinon fazendo fotografias de algumas pessoas. O capitão Aparecido, o Ricardo Tufik, ou outro?

C: De nome assim não. Então a gente conhecia os que tinham papel institucional. E o Martinon, ele foi meu colega de Folha de Londrina. Era um fotógrafo. Era espanhol, um senhor. Ele arrumou um emprego na Universidade como fotógrafo. Eu acho que “ah o Martinon era um dedo duro”. Acho que não, deram para ele algumas tarefas. Eu sei que tinham fotos belíssimas nossas, lá bem grandes, no Arquivo da UEL, distribuído para o DEOPS, para todo mundo, principalmente por conta desse terceiro encontro de estudantes em Belo Horizonte, os possíveis que iriam né. Então a UEL tinha fotos lindas minhas, do Roldão. Tinham fotos nossas lá. Mas eram fotos que tinham ido de documentos nossos. De evento, essas coisas, não chegava para nós. Esses nomes, tinha gente que eram mais identificadas com a direita. Mas não posso dizer que a gente conheceu. Esse capitão Aparecido. Tinha pessoa que a gente achava estranho, que as vezes tinha comportamento meio estranho. Algumas pessoas que poderiam ficar meio refém por algum motivo e tal. Mas também eu não sei

dizer sinceramente, ninguém pode dizer “Olha fulano denunciou Beltrão”. Nunca, nunca. Nenhum estudante. Quem era direita a gente sabia, eram nossos adversários. Era o Roberto Coutinho, era o Nilo Dequech, era o Milton não sei das quantas, era a direita. No comecinho eu lembro que foram uns caras no grupo de estudos estudantis, umas figuras nada a ver ali na reunião. As reuniões eram abertas. A gente conhecia todo mundo. Londrina era um ovo. E aqueles caras ali, nada a ver. Não se interessava em fazer matéria. Eles vinham em uma reunião e não voltava mais. Viam que não ia render e eles iam entrar bem. Uns professores mais de direita também.

EV: Celinha. Queria lhe perguntar do prof. Emílio. Você sabia que o professor Emílio era da AESI? O que se sabia do Emílio?

C: O que estou dizendo. Eles tinham um papel institucional. Ele era oficialmente da AESI como o tenente Raul era, como o capitão Aparecido. Eles eram a repressão institucionalizada para nós. Então o Luís Emílio Ferreira Bueno era meu professor. Eu cuidava de ser, até as bobagens que ele falava eu repetia na prova porque “vou tirar nota boa com ele”. Teve um dia que ele falou uma bobagem. Não lembro se era Lenin matou Trotsky. Tinha acabado de passar o filme, uma versão aqui no Vila Rica. “Quem professor que matou Lenin?”, “Lenin foi lá ..”. Ele queria falar que Stalin mandou matar. Foi um ato falho dele. “Não, porque eu vi lá no filme parece que foi um tal de Ramon que foi com a picareta”. “Mas é que o sr. está falando”. No fim a gente tirava um sarrinho. As vezes ele falava “Porque os bóias-frias ..” Eu tinha feito uma matéria sobre os bóias-frias que ficou famosa como jornalista. “Porque os jornalistas ..”, Ele fazia uma provocação, eu fazia aquela cara de paisagem. Então eles sabiam quem nós éramos e nós quem eles eram. Não tinha, e quem eles contratavam para fazer algum serviço, era o que eu falei, era gente de quinta, porque os relatórios são péssimos ou então era gente muito legal, porque não tinha informação que preste. Não tem. Vocês morrem de rir. Agora essa é a parte cômica que você morre de rir. A parte séria que eu tive intenção de falar no evento que o Tadeu promoveu e sempre que eu posso falo, é que a Universidade Estadual de Londrina ela deve um pedido de desculpas para a sociedade brasileira pelo papel que ela desempenhou como agente de repressão. A Universidade foi o principal agente de repressão nesse período. Com competência ou não, vai no Arquivo Público de Curitiba. Eu fui lá pesquisar. A AESI é que fornecia as informações para a Polícia Federal, para o DEOPS. Quer dizer era mais realista que o rei. E tem mais, não cobria apenas as questões dos estudantes. Foi fazer coisa de professor, da Associação Odontológica do Paraná, foi cobrir, eu chamo de cobertura, foi cobrir a área do sudoeste. Faz esta pesquisa, pega por este viés que eu acho que é a grande denúncia. Como que uma Universidade pode se prestar a este serviço. Porque conosco, tudo bem, foram cruéis, usaram todos os métodos. Destruíram o movimento estudantil. Mas nós demos muito trabalho para eles. Mas ali era um jogo que a gente sabia quem é que estava jogando com quem, quem é que estava espionando quem. A gente quando podia também, para ter as informações, a gente usava, seja pela imprensa, seja por algum funcionário, um 69. Uma pessoa lá de dentro que avisava que tinha um



documento esquisito. “Mostra para nós”. Então isso era da AESI, do jogo anti-democrático e uma Universidade anti-democrática. Tudo nós sabíamos. Agora ela além disso se prestar a fazer isso, sabe, na cidade toda e pelo Estado? Qual é o papel de uma Universidade? Então eu acho que esse é o grande crime da UEL. Eu acho que com a gente foi jogo jogado. Eu acho que eles tinham um projeto de Universidade. Porque a gente detonou. Que a gente atirou assim, pá, e destruímos o projeto que eles tinham. Eu falo que nós estávamos no momento certo, com as pessoas certas, com as ideias certas e conseguimos. Acho que foi uma batalha bem-sucedida. Mesmo eles tendo apreendido a máquina. Foi um período histórico que foi para outro patamar. Depois DCE livre, depois é uma outra história. Mas naquele período eu acho que o movimento estudantil fez o enfrentamento que deveria fazer. Foi correto e destruiu o projeto da Universidade. Ridicularizou a AESI, ridicularizou o código disciplinar, mostrou como era a perseguição, fez tudo certinho. Depois a gente ficou sabendo que eles, não satisfeitos de fazerem isso, com a gente, eles foram fazer com a [...] não tinha nada a ver com eles. Então eu acho que esse papel da Universidade é gravíssimo. Porque uma instituição não pode, ela era a principal servidora do DEOPS, da Polícia Federal. Vigia os jovens e repassava para a Polícia Federal. A UEL supria tudo. Não só para aqui dentro, mas de outras áreas, movimento dos professores, movimento sabe? Eu fiquei assim abismada quando eu fui agora em dois mil e pouco lá no Arquivo, eu comecei a olhar e “Mas que canalhas, o que é isso?” a gente sabia quem eram eles, a gente sabia quem era o Raul. A gente tirava sarro. Nas matérias do Poeria mostrava que eram fracos, criticava, eles ficavam furiosos. Então era bem as claras, eu acho, pelo menos eu sinto assim. Não sei se alguém teve uma perseguição mais específica, mas no geral a gente tinha uma aceitação, uma cobertura boa dos professores, dos funcionários. Era uma relação muito bacana. E eles não podiam fazer nada contra a gente, mais do que já faziam. Faziam. E fizeram tudo o que fizeram. Nada foi pouco. Foi um trabalho de desconstrução, mas eu acho que eles não nos venceram. E cada vez que eu vejo, por isso que eu falei que acho legal de vocês escutarem o pessoal quando levaram a máquina para o Hugo Simas, aquele pessoalzinho que ficou ali, sozinho, resistindo. Foram participar da construção da UNE, eles foram seguindo os caminhos que até hoje a gente tem uma relação fraterna com muitos deles. A gente teve uma relação de trabalho, de militância, de convívio, de amizade, com vários, em várias ocasiões. Vc encontra gente que foi do Poeria fazendo coisa bacana nos mais diversos lugares, sendo expoente na área de combate a AIDS, na área da Ciência Social, na área da Saúde. Então eu acho assim que foi uma coisa super positiva e vitoriosa, mas que a UEL ficou devendo essa para a comunidade londrinense. Para a sociedade brasileira. Que é “Para que te prestas UEL?” [risos]

E: Celinha só mais uma coisa. Depois do Poeria, você não termina o curso e vai para São Paulo, vai para o jornal Movimento.

EV: Só uma coisa antes. Nessa linha do que acabou de falar de que a Universidade deve pedir desculpas, isto já tínhamos visto pelos relatórios da AESI, que estavam na própria UEL ainda e depois o Edson foi lá no Arquivo

Público de Curitiba. O que eu queria perguntar é se havia um conhecimento, se havia uma denúncia da participação dos reitores, na época, na repressão. Qual era a postura dos reitores? Oscar Alves, principalmente.

C: Olha o Oscar Alves era isso, ele fazia aquele ar democrático. Ar de democrata-cristão, mas ele estava aqui em nome de um projeto que veio para tentar criar o código disciplinar interno para tentar acabar com a 77, fazer bem o modelo de Fundação. Ele gostaria de poder fazer tudo isso com paz e não conseguiu. Pela primeira vez acho que teve um movimento de oposição na Universidade de Londrina. Acho que ninguém esperava essa coincidência. Então daí os reitores passaram a ser os chefes desse serviço sujo. Eles eram chefes né? O Pinotti era o chefe, tinha o serviço na época dele. Assim como o Theobaldo Navolar no período em que saiu, o Ascêncio que foi o cara que ajudou a criar as entidades, atreladas e tal, mas uma visão de apoiar, “somos todos colegas, queremos que tudo funcione bem, nesse nosso mundo”, bacana, a coisa foi, conforme foi arrojando os reitores foram ficando mais virados. Mas mesmo com o Oscar Alves com toda essa coisa tinha uma relação super civilizada. Eu era do Conselho Universitário, do CEPE e do C.U.. A gente fazia protesto, fazia não sei o que, mas era uma relação civilizada. Não tinha uma coisa de “você não entra”. Não, pelo contrário. A gente brincava, tirava sarro. Cantando parabéns para você na formatura, com aquele bolo [faz gestos de se colocar o bolo na cabeça]. E a gente aprontava. Cantava parabéns a você, “vocês hein?” E na hora que ele vai fazer o discurso, na hora que vai falar para os estudantes. Naquele ginásio do Moringão, todo, aí levanta o pessoal como uma faixa “DCE de Londrina saúda os formandos e pede o apoio da comunidade na luta”, abre aquela faixa, todo mundo começa a aplaudir. Todos os formandos viram de costas para a mesa aplaudindo a faixa do DCE, do Poeira. Porque o Poeira foi homenageado por vários formandos. Homenagem especial Poeira, tinha a Mafaldinha. Jornal Poeira. Foi da Psicologia, foi do Serviço Social, então, tinha, principalmente dos primeiros anos, então quando abriu a faixa eu estava sentada ao lado do reitor. Ele queria morrer. Porque todo mundo virou de costas para a mesa. Quando apareceu o burburinho, o burburinho, quando abriu aquela baita faixa, todo mundo aplaudindo. Você acredita que quando o Londrina virou tubarão, Era tuba, tuba, tubarão, em 1976, o Londrina Esporte Clube, o meu clube e de vocês, acho que era o canhoto, era aluno de Comunicação, era jogador, ele entrou no Estádio do Café, acho que já era Estádio do Café, ele entrou em campo com uma camiseta da Mafalda, do Poeira. Um locutor que hoje, está cheio de denúncia que é meio de direita, o Fiori Luis, ele fazia o jornal esportivo antes do chamado Jornal Nacional, teve um dia que ele começou assim “apareceu o Poeira. Estou aqui e acabei de receber o jornal Poeira dos estudantes de Londrina, excelente jornal”. Então uma relação civilizada. Conforme a coisa foi ficando mais séria os ânimos ficaram mais acirrados, os sorrisos foram diminuindo. Mas não posso dizer, eu não conheço nenhuma situação de prisão, de violência física de nenhum de nós. Daquele grupo. Teve gente de outras áreas, eu lembro em 1970, o Genecy junto do professor Nelson. Teve o Heineck que ficou surdo, outro, em setenta também já havia tido a Elza Correia presa, o irmão dela, o Manoel Jacinto pai dela, o (...) que era meu

amigo, do meu grupo de teatro. Então a gente já era escaldado. Sabia que morria gente, que eram presas. Já vinha, porque aquele grupinho do início do Poeira tinha vivido um pouco, 1968, 1970. Já era contra a ditadura. Já sabia o que eles pensavam. Só não achava que todo estudante tinha que estar no mesmo patamar que a gente. Tinha o movimento estudantil, vamos lá. Mas a gente fazia também o movimento estudantil com a perspectiva de mudar a sociedade. E todo muito ali, como estudante, já pensava quando sair da Universidade do que ia fazer, ser uma pessoa mais útil. Então muitos participavam das discussões de saúde coletiva. Pessoal da Assistência Social. Que a concepção inicial do curso, e o que virou depois, porque as cabecinhas foram buscando autores, buscando sabe, conheceram Paulo Freire, saindo do quadrado. Então isso que eu digo que a gente foi um processo bastante vitorioso e feito com alegria, com criatividade, com muita música, muito humor. A gente tinha a máxima que o tirano pode evitar uma fotografia, mas não pode evitar uma caricatura. A mordação aumenta a mordacidade. Era o slogan que era do Millor, baseado no Millor Fernandes. Então por isso que a gente usava bastante coisa do humor, tipo a Mafalda. Eram esses elementos eu acho que foram o segredo de uma atividade bem sucedida e a gente sabia a linha correta, a razão histórica. A história estava a nosso favor. A verdade estava com a gente. Eles é que estavam usurpando o espaço, sabe, do conhecimento, da cultura, do lazer, mas lembrando que Londrina continuava tendo Festivais, a Casa de Cultura. A UEL também tinha o seu pé nessas coisas. E aí a gente dialogava. Sempre usamos o Teatro Universitário. Depois começaram as exceções, mas no começo, era muito difícil falar não. Teria que ter um argumento muito cruel para ... e eles não queriam se queimar. Mas é isso, tanto os reitores, eu sei que eles foram ficando mais irascíveis, mas não dá para dizer, isso foi com o tempo, mas todo mundo sabia quem era quem. Eu acho que talvez eles não soubessem tanto quem nós éramos, mas nós sabíamos quem eles eram. A gente sabia, cada um. Qual era a história de cada professor da Universidade, do CESA, quem era mais direita, quem que era direita convicta perigosa, quem que era mais esquerda, sabe, quem que era, a gente tinha muito essa noção. Eles não conseguiram acompanhar a gente não. Até porque foi muita gente. Eles perderam o pé.

E: E Celinha eu estava querendo perguntar. Vc, depois que deixou aqui Londrina, foi para o jornal Movimento de São Paulo, vc manteve contato com a nova geração que assumiu o DCE daqui? E teve mais alguma informação se a repressão continuou ou não, se começou um período de abrandamento com o movimento estudantil?

C: Não, eu fui para lá porque a gente também tinha dentro dos nossos princípios de que ninguém iria ser estudante profissional. Ficar lá 40 anos e ainda não terminou o curso. Não, prossegue seu período normal e vai tocar a sua vida. Tem mais coisa para fazer no mundo também. Ninguém queria ficar na postura de estudante profissional e também, ficar achando que tínhamos que ficar tutelando o pessoal. Talvez a intenção tenha se precipitado porque, no momento em que saiu, foi o momento que bateu uma baita repressão que acabou com as entidades e o pessoal teve que resistir ali em cima. A gente continuou tendo

contato. Tinha gente do Poeira, mais antigo, que continuava acompanhando a moçada bem de perto. De não perder nada disso. Até a própria venda do jornal Movimento, o pessoal do DCE vendia, de palestra, de organizar, esse vínculo se manteve por um bom tempo. Até também que esse pessoal foi se formando. A lembrança que eu tenho, muito bonitinha, foi que em oitenta e pouco, quando eu estava aqui em Londrina, que eu já tinha voltado num período e aí existia um Comitê chamado Juvêncio Mazarolo, que era o último preso político que estava em Foz do Iguaçu. E o comitê foi uma reuniãozinha na sede do DCE livre. Já tinham retomado o DCE. Tinha ganhado a chapa chamada “Outras Palavras” e daí era o Reginaldo Melhado. Eu estava lá e de repente eu escutei um barulho e fiquei assim. Aí alguém começou a rir “É o que vc. está pensando”, “O quê?”. Era a máquina rodando. Eles tinham recuperado a máquina. A reitoria tinha devolvido a máquina para eles. Fico até arrepiada até hoje. Falei “Que lindo, que legal”. Aí até fizeram na eleição uma homenagem ao Poeira, ao DCE. Porque aí já era outro jornal, não era o Poeira. Mas era a máquina. Poxa, o pessoal está continuando. E aí havia um pessoal legal, conheci pessoas que foram também uma grande contribuição e daí, é aquilo, a História é um carro alegre cheia de um povo contente mas a gente tem que ir em frente.

E: Pessoal, alguém com mais alguma pergunta? Izângela, Evaristo, André?

A: Não, nada mais.

EV: Acho que está bom

E: Ficou legal. Celinha você comentou sobre o Juvêncio Mazarolo. Eu era estudante do quarto período, segundo ano de História na UEL e havia o nosso C.A., Centro Acadêmico. Acabaram com os diretórios e algumas pessoas do C.A. não queriam participar desse comitê e como o C.A. não encampou eu representava o quarto período do curso de História no Comitê. Era o PMDB, o MDB né, vários partidos e o quarto período de História no Comitê. Havia a preocupação de que o pessoal do C.A. vigiava a gente. Isso nos anos 1980, ainda havia o clima de vigilância. A gente já estava naquela fase, vinda das Diretas Já, estava pegando fogo. E a prisão do Juvêncio Mazarolo pela LSN (Lei de Segurança Nacional). Acho que foi o último preso pela LSN.

EV: Só uma coisa Celinha. Que ano você concluiu a sua participação na UEL?

C: Na UEL? 1979 porque aí eu já fui, 1978 eu já fui desativando e em 1979 mudei para São Paulo. Daí eu já comecei a trabalhar, trabalhava o dia inteiro. Eu continuava participando, dos acompanhamentos, mas eu já estava em outra sintonia, mas continuava ligada ao que estava acontecendo, e daí eu fui para São Paulo e lá também eu continuava acompanhando. Porque manteve esse vínculo com aqui. Depois ainda teve um período em que eu participei do jornal Fala Paraná que era com o pessoal, alguns que tinham sido do Poeira e por aí foi. E a gente fazia parte de uma ampla Frente Democrática, é importante lembrar que não era só nós. Naquele período era o período que tinha os parlamentares autênticos, os do MDB. Era ditadura, mas você tinha os

autênticos. Tinha um MDB bem melhor [risos]. Desde o Alencar Furtado, tinha outros aqui na região. Eles apostavam muito na gente. Porque a votação do Poeira era um parâmetro para eles decidirem o que eles iriam fazer na eleição de novembro. E a nossa era em setembro. E a gente ganhava com 80 por cento, 90 por cento na Universidade. Então eles estimavam que poderiam chegar nos 70 por cento aqui na região. Porque era um caldo de cultura. Então o movimento existia. Chegamos a participar de algumas coisas ligadas ao movimento de mulheres. A gente também não foi ficando só no movimento estudantil. Também foi se alinhando a outros. De lá foram para a APP, movimento dos professores do Paraná, primeira greve que teve naquele período foi comandada por gente com pessoas que se juntaram ali. Então a gente foi seguindo. Porque no fim de tudo estava aquela luta democrática. Que a gente queria ver o fim da ditadura. Queria ter eleições diretas. Queria muito mais, mas no mínimo isso, uma sociedade mais justa. Continuamos querendo tá gente [risos]

E: Apesar dos pesares atuais né? [risos]

C: Apesar dos pesares atuais, continuamos querendo.

E: Bom, gente, acho que podemos encerrar então. Gostaria de agradecer em nome da Comissão o seu depoimento, fantástico, para a gente e assim, acho que vale o registro para a Comissão da Verdade, dizer que é a primeira gravação *on line*, durante a pandemia. Esta entrevista foi realizada hoje, no dia 16 de julho de 2020, iniciou as 16 hs e está se encerrando agora às 17h35. A gente agradece mais uma vez a Celinha e como eu comentei com você, no início da nossa reunião, os documentos formais do seu depoimento, depois a gente encaminha, levo para sua casa para você assinar. Anotamos os contatos e esperamos que você depois, nos repasse os contatos da geração mais nova do DCE. Que é interessante por conta daquele abaixo-assinado, com uma pequena repressão. A gente agradece Celinha.

C: Não era leve não gente. A gente procurava tornar mais leve. Mas era tenso. Foi muito tenso. A gente caminhava em um fio assim, era um passo em falso, sumia com um. A gente tem noção disso. Não era uma coisa ingênua não. Mas acho que o caminho que a gente escolheu, a forma como a gente se organizou nos protegeu, mais do que em outros lugares, então confundir o adversário. A gente tinha aquela máxima, daquele samba “o adversário é bom jogar com muita calma, poder ganhar mais que legal” era bem isso. Na malandragem, na esperteza, na criatividade. Acho que isso era fundamental. Juntou um bando de gente ali que tinha essa sacada. E quando você está em um ambiente que propicia parece que tudo acontece, desenvolve mais este lado. Então acho que isso é que ajudou muito. Por isso que com tudo, a maior parte das pessoas tem uma lembrança boa desse período, até porque, acho, que nós fomos vitoriosos nessa empreitada, pelo menos neste primeiro momento, a gente conseguiu acabar com aquele projeto de Universidade antidemocrática, paga, Fundação, sistema super Norte Americano, e botar um pouco de realidade brasileira nessa nossa Universidade do Norte do Paraná de muito pé vermelho lá dentro. Certo?

Beijos para vocês. Qualquer coisa que precisarem a gente está aí. Depois eu passo o nome das outras pessoas.

1:35:14

**COMISSÃO DA VERDADE DA UEL**

**DEPOIMENTO DO FUNCIONÁRIO FRANCISCO NAVARRO (F)**

**ENTREVISTADORES: Evaristo Colman (E), André Lopes (A)**

**DURAÇÃO: 00:30:21**

**DATA: 28/03/2018**

**LOCAL: Sala das Comissões da Reitoria**

**TRANSCRIÇÃO REALIZADA POR: GUSTAVO**

**CONFERÊNCIA REALIZADA POR: EDSON HOLTZ**

**E:** Acho que é bom começar. Bom, como dizia, Francisco, o professor André e eu [Prof. Evaristo Colman] somos membros da Comissão da Verdade da Universidade, instituída por portaria da reitora no Conselho Universitário. E estamos relatando as situações de violação, com relação aos direitos humanos, que aconteceram naquela época. E tomando o depoimento das pessoas que têm alguma coisa a falar, aí você viu que tem dois documentos um que dá o direito e dever do depoente e o outro autorizando o uso do mesmo. E então a gente gostaria de saber de você o seu envolvimento na época. Você estava aqui primeiro como estudante e depois como técnico? não sei se concomitante.

**F:** Era concomitante, era no começo.

**E:** Enfim, o que você se lembra daquela época? Da situação que a Universidade sofria e que te pareça relevante relatar? Nós já conversávamos em algumas ocasiões.

**F:** Sim.

**E:** Você relatou algumas coisas para mim, mas seria importante registrar isso, para enriquecer os dados que a Comissão está levantando.

**F:** Certo. Então, eu entrei na Universidade como aluno em 1973. Eu era aluno de Letras.

**E:** Bem no começo.

**F:** É, bem no começo. Naquela época, o CCH nem era aqui. No primeiro ano de curso o CCE era lá onde tem o Diretório Central dos estudantes, lá no centro, onde é o Colégio de Aplicação atualmente. Ali tinha umas salas pré-moldadas, que usavam como sala de aula. Depois, no segundo ano ficou pronto aqui, e então nós viemos para o campus. Aí, em 1975, eu entrei na Universidade como funcionário e concomitantemente eu fiz parte da primeira turma que entrou na Casa do Estudante. Então, a Casa do Estudante era na Rua Canudos, ali com a JK, que era esse prédio aqui [aponta para um documento que está na mesa]. Então, no prédio, que era da Universidade, estava sediada a Casa do Estudante e na parte inferior era o Diretório Central dos Estudantes. Por isso que a gente tinha muito até... Isso facilitava o envolvimento com o movimento estudantil, e você acompanhava tudo o que acontecia porque você estava ali, fazia parte.

Naquela época, a Casa do Estudante tinha o Restaurante Universitário, que a gente que administrava e mantinha. Eu, na época, era o provedor da Casa do Estudante. Então, se tinha que prover tanto a Casa quanto o Restaurante Universitário. Então o pessoal saía daqui na hora do almoço ou na hora da janta para ir lá na cidade para poder tomar uma refeição. E quem servia eram os moradores da Casa do Estudante. Então eram 14 moradores, os primeiros que entraram.

**E:** Aquela casa que estava perto da Paranaguá?

**F:** É, que fica ali entre a Paranaguá, a Canudos e a Paranaguá. Isso hoje foi demolido, dizem que vão construir lá a Casa de Cultura, alguma coisa assim, mas está lá o terreno desocupado. Então, nessa época a gente começou a se envolver bastante, ver e participar do movimento estudantil.

**E:** 1973, 1975. 1975, essa época era reitor o Oscar Alves, em 1975?

**F:** 1975, era o Oscar Alves.

**E:** Até 1974, foi o Ascêncio. Isso a partir...

**F:** Em 1975, era o Oscar Alves. Era uma época de muita repressão. Estava no auge de repressão mesmo. Tanto é que a gente, como funcionário e como servidor da Universidade, às vezes era até um pouco constrangido, sabe? Tipo assim, existia na reitoria uma, eu não me lembro, não recordo o nome, mas era tipo assim a inteligência da Universidade. Então às vezes a gente era chamado para falar sobre alguém: "você conhece essa pessoa?" E mostrava um monte



de fotos que acompanhava o aluno. Teve caso de morador da Casa do Estudante, que era de fora, e participava do Diretório Central de Estudantes, que eles chegaram a falar "você conhece essa pessoa?", e mostrava aquele monte de fotos. "Eu conheço, é morador, da Casa do Estudante. Com a gente, participa aqui do Diretório Central dos Estudantes", daí eles mostravam foto da pessoa acompanhando a pessoa. A pessoa ia lá para São Paulo, não sei o quê, e eles iam junto! Eu não sei como! Era uma coisa muito, era terrível. E a gente como funcionário, não só eu, mas como outras pessoas que moravam na Casa do Estudante. Na época, nós éramos em três que moravam na Casa do Estudante e éramos funcionários da UEL. Então era eu, tinha um professor que hoje é do Direito Público e tem um terceiro morador que hoje não mora mais em Londrina, mas nós três éramos chamados.

**E:** Regularmente para ser...

**F:** É, várias vezes nós fomos chamados lá.

**A:** Francisco, nessas idas à reitoria para prestar esclarecimentos, digamos assim, era perguntado para vocês apenas sobre outros servidores ou também sobre estudantes da Instituição?

**F:** Era estudante! Não era servidor que eles estavam perguntando. Estavam perguntando de estudante.

**A:** Embora você fosse servidor, e estudante?

**F:** É, eles me viam como servidor, mas eu era servidor e estudante, e eles não perguntavam de servidor. Eles estavam perguntando de estudante.

**A:** Perfeito.

**F:** Não era de servidor não, porque essas pessoas que eles perguntavam eram alunos que participavam do Diretório Central dos Estudantes.

**E:** Você trabalhava em que setor?

**F:** Eu trabalhava na CEC [Coordenadoria de Extensão a Comunidade], que seria hoje a PROEX [Pró-reitoria de Extensão], o professor aqui do Direito Público que trabalhava na PRORH [Pró-reitoria de Recursos Humanos]. E esse outro funcionário que não está mais aqui em Londrina, trabalhava no NPD [Núcleo de Processamento de Dados], que é a ATI [Assessoria de Tecnologia e Informação] hoje. Então volta e meia a gente era chamado lá e era muito constrangimento.

**E:** Quem é que fazia essas perguntas?

**F:** Na época era, se eu não me engano, o nome dele era Luís Emílio e ele era um militarzão. Não sei se vocês têm alguma coisa registrada dele. Ele era o assessor. Era uma assessoria que tinha no gabinete do reitor.

**A:** Se chamava AESI.

**F:** Isso! Exatamente, é isso mesmo. E era comandado por esse Luís Emílio aí.

**A:** Em geral, era ele que conduzia essas conversas.

**F:** Sim era ele mesmo. Porque eram. Era uma assessoria bem pequena e fechada.

**E:** Mas tinha mais alguém com ele?

**F:** Tinha, tinha sim, secretária alguma coisa assim. Mas era só ele [...]. Agora a gente estranhava como que acompanhavam as pessoas desse jeito. Devia ter um suporte atrás. Porque a gente não sabe como é que era, né? Mas a gente, nós três aí, a gente se sentia muito constrangido nessa época por isso daí.

**E:** E de professores, não perguntava.

**F:** Não, professor não. Só de alunos perguntavam para a gente. Porque a gente morava na Casa do Estudante, estávamos em cima do Diretório Central, mexíamos com os alunos diariamente, porque nós que tocávamos o RU.

**E:** Isso durou quanto tempo Francisco?

**F:** Durou uns dois a três anos, mais ou menos.

**E:** 1975, 1976 e 1977.

**F:** É. Uns três anos mais ou menos durou isso daí. 1977, foi o pior ano.

**E:** Qual foi o ano que tiraram a impressora do DCE?

**F:** Eu acho que foi em 1977, se não me engano, e a gente presenciou também. A reitoria na época mandou uma retroescavadeira e chegou lá, como estava no térreo, eles chegaram e quebraram a parede, e tiraram a máquina. A Máquina era enorme, era a metade dessa mesa, era uma offset. Naquela época era daquelas máquinas enormes, pesadas. Pegaram com aquele trator, levaram embora. E para quê? Para não rodar o Poeira. O jeito que eles acharam...

**E:** Você estavam lá também?

**F:** A gente conhecia toda...

**E:** E tiraram de dia ou de noite?

**F:** De dia.

**E:** Em plena luz do dia?

**F:** Em Plena luz do dia!

**E:** Era funcionário da UEL?

**F:** Funcionário da UEL! Com um trator [...] quebraram. Chegaram, quebraram, foi o maior auê né? Imagina, na luz do dia você chegar e invadir, quebrando, quebrando uma parede e arrancando uma máquina.

**E:** E você soube que fim levou essa impressora.

**F:** Não. Não sei, não tenho a menor ideia. Mas na época a gente via muita coisa. Nessa época aqui, que tem na foto aqui dessa reportagem da Folha de Londrina, foi em 1977. Foi quando vinham alguns palestrantes lá de São Paulo, juristas que eram contra a ditadura militar, eles vinham pregar, dar palestra, eram dois. Eu não me lembro o nome deles agora.

**E:** Mas eram críticos a ditadura?

**F:** Se eu não me engano, era o Reale e o Bicudo.

**A:** Acho que era o Aliomar Baleeiro.

**F:** É o Aliomar Baleeiro. e o [...].

**A:** Eu acho que o Reale.

**F:** Eu sei que eram dois. Daí naquela época, o Teatro Universitário da Universidade é onde é o Londrinense hoje, aquilo ali é... O CESA, esse Centro aqui era um Teatro Universitário, usavam o teatro para fins culturais e do lado tinha as salas de aula, que era o CESA naquela época. Então ia ter essa palestra, e o que que o regime militar achou por bem? "Não vamos deixar acontecer" e é como que não vai acontecer? "Vamos trancar rua" trancaram a rua! Pegaram ali na JK, onde está o Pic Wish hoje, dali até para lá na rua diante do Instituto Filadélfia, lá na UNIFIL, fecharam a rua com barricada. Fecharam.

**F:** Para não deixar ninguém chegar.

**F:** É, eles fecharam assim à tardinha. Daí começou a escurecer e o pessoal vinha ali é uma avenida, é uma curva. E aconteceu que veio uma caminhonete correndo e bateu nos tambores lá, e os caras meteram tiro em cima. Eles abriram fogo contra o cara. Quer dizer, o cara na cabeça dele, ele vai achar que uma avenida está interrompida por um motivo desses.

**A:** Imaginaram alguma coisa, um atentado, alguma coisa e dispararam?

**F:** Tudo para eles era um atentado né? E eu lembro. Isso daí a gente presenciou, a gente estava aqui na rua, estava. Nós estávamos presos aqui, nessa hora.

**E:** Vocês ficaram presos como? Não podiam sair?

**F:** Não podia sair. Entrar você podia entrar na Casa do Estudante, entrar no RU, que era tudo no mesmo espaço, você podia. Sair que não podia.

**E:** Esse a foto é daquela noite do evento? [apontando para a matéria da Folha de Londrina]

**F:** Daquela noite, da palestra.

**E:** Que não aconteceu?

**F:** Que não aconteceu porque, não tinha como chegar. Como que o Aliomar ia chegar no teatro? Se estava fechado. E as pessoas, como que elas iam lá? Se não tinham acesso. Não aconteceu por isso. Não aconteceu. Eu lembro, nessa época foi envolvido o arcebispo de Londrina e bem na esquina aqui onde fez a barricada, tinha o presidente da Associação Comercial daquela época, que era o Nilo Dequech. Ele morava ali. Então vieram ali na casa dele aquelas entidades representativas da cidade para conversar com os militares, para tentar liberar, mas não conseguiram. Eles ficaram lá até dar um tempo que não tinha mais condições, tipo assim, dez horas da noite. Daí eles abriram e foram embora. Mas não aconteceu o evento.

**E:** Preciso perguntar uma coisa Francisco, quantas vezes você se recorda que foi chamado para dar depoimento.

**F:** Umas quatro vezes.

**E:** Depois isso foi passando, foi acabando?

**F:** Foi.

**E:** Mas a assessoria continuava.

**F:** Sim.

**A:** O trabalho do AESI

**F:** Ela continuou, mas a gente não era mais chamado. Talvez porque a gente não dava retorno nenhum. Talvez o retorno que eles esperassem a gente não dava, porque a gente ia combinado, fulano "não vamos falar nada para ninguém", "isso daí está errado. Então nós três nos conversávamos antes de vir.

**E:** E na época de estudante, na sala de aula e tudo, vocês presenciaram situações de gente estranha assistindo as aulas? As coisas? O que se sabia disso?

**F:** Olha. A gente sentia que tinha, porque não era da turma. Mas como naquela época o sistema educacional facilitava. Não era o sistema de crédito?

**E:** Crédito, claro.



**F:** Então era assim dentro de uma sala de aula, tinha aluno de tudo quanto é curso. Era uma salada mista. Então a gente via muita gente estranha. Tinha, sim, tinha!

**E:** Mas não tinha chamada?

**F:** Tinha, mas tinha professor que faz, tem professor que não faz. E a pessoa não respondia. Era esses anfiteatros aqui, era cheio de alunos, cheinho, não tinha como controlar, sabe? Mas tinha gente estranha sim, a gente notava isso.

**A:** E o que você pode falar para gente sobre a chamada SWAT? Era uma espécie de polícia, do que se chamava na época pelo jornal Poeira, tem muitas referências da polícia do reitor, ou a polícia, da reitoria. Quer dizer, havia policiais, gente que não era do corpo de funcionários da UEL?

**F:** Olha, eu lembro que o Poeira falava muito disso aí, e até tinha as piadinhas no jornalzinho e tal sobre a SWAT, mas eu particularmente não sabia como que ela funcionava. Não sei, não sei responder [...] agora na época também o que a gente ouviu falar, tinha um médico que era lá do CCS [Centro de Ciências da Saúde], é Nelson Rodrigues, esse senhor, ele sumiu, ele sumiu! E isso corria! A Universidade inteira sabia disso! E a gente estranhava que a reitoria não se pronunciava. Na época, era o Zé Carlos Pinotti, que era o reitor, não saía uma nota, um nada da boca dele, nem, nem da Universidade. E o cara era um funcionário da Universidade. Ele era um docente. Como que o cara some 40, 50 e 60 dias e a Universidade não fala nada? Ele sumiu! Ele sumiu uns 40 dias mais ou menos, esse médico aí. Esse médico aí. Por quê? Porque eles achavam que ele era comunista.

**E:** Aí ele voltou a aparecer

**F:** Voltou. Só que ele voltou, e a gente que conhecia ele, eu conhecia porque eu trabalhava com ele na CEC, lá na época a gente trabalhava, em um campo de extensão lá em Paiquerê, e ele ia junto com a gente. Eu conheci a Vera, a Verinha lá, a Verinha era aluna estagiária, a Vera Suguhiro. Então mas daí esse professor, ele voltou, mas nunca mais foi o mesmo. Dizem que ele foi muito torturado, de toda forma, fisicamente, psicologicamente. E o incrível é que a Universidade não falava nada. Como pode uma pessoa, funcionário da Universidade sumir e não se pronunciar? A gente achava um absurdo na época.

**E:** As pessoas comentavam isso?

**F:** Comentavam e você não via nada na imprensa. Nem uma resposta da UEL. Onde foi parar esse professor? Depois de muito tempo ...

**E:** Isso no final da década de 1970, né?

**F:** É. Depois, muito depois, eu vi um dia uma reportagem, acho que na Folha de São Paulo, ele foi secretário de Saúde do Estado de São Paulo. Esse professor, o cara era muito bom. Esse sistema que você vê aí hoje de saúde, em Londrina, municipal, foi ele quem criou. Sim. Então era um cara na época muito importante e talvez por fazer isso, na cabeça dos caras "ele é comunista", entendeu? E se falava essa palavra, é comunismo, vish Maria.

**E:** Francisco, você se recorda de algum envolvimento de funcionários técnico-administrativos se envolveram na repressão, que foram alvo da repressão?

**F:** Eu me lembro disso não.

**E:** Porque na documentação que a gente teve acesso. Nós não encontramos isso. A situação de estudantes e professores, mas de técnicos não encontramos,

**F:** Não, eu não me lembro. Assim na cabeça da gente, a gente lembra desse Luis Emílio aí. Esse daí era terrível. Era o cabeça, né? Mas o resto, como diz, era uma polícia secreta.

**E:** Mas ele se limitava a essa atuação lá perto da reitoria?

**F:** Na reitoria, no gabinete da reitoria. Na época eles queriam murar a Universidade.

**E:** Aí já queriam murar a Universidade.

**F:** Não queriam o restaurante universitário aqui, não queriam a Casa do Estudante aqui, por isso que era na cidade.

**E:** Esse tipo de coisa já se debatia?

**F:** Já. Tipo assim, "quanto menos estudante aqui dentro, melhor!" Essa era a ideia. E o sistema de crédito também ajudava a dispersar, porque não queria aquela coisa de turma, né?

**E:** Esse sistema foi implantado com o acordo MEC-USAID, com a reforma universitária.

**F:** Então, a ideia, sabia por que trabalhava na Reitoria, então a gente sabia, subliminarmente a gente sabia, e corria à boca pequena, tipo assim, a Universidade queria murar, se isolar mesmo.

**E:** O senhor viu alguma vez um projeto do Oscar Alves de cercar com arame farpado?

**F:** Então, esse aí também eu ouvi.

**E:** isso se falava em que meio? No Conselho Universitário?

**F:** Eu era funcionário da Reitoria na época e a Universidade inteira falava, então deve ter sido no Conselho, né? Que ele deve ter colocado isso. E é essa reivindicação estudantil de ter restaurante aqui, jamais. Na cabeça da reitoria não passava isso. Pelo contrário, eles queriam que ficasse lá, bem longe daqui. E a Casa do Estudante também só veio para cá quando? Na época da Lygia. [Ex-reitora Lygia Pupatto] quanto tempo demorou, né? Por quê? Porque não queria um aluno aqui dentro.

**E:** Nem o Jackson fez. O Jackson fez o RU.

**F:** Pois é

**A:** Francisco, bom, a proximidade de você com o DCE, e com a Casa do Estudante, depois do confisco da impressora, acho que o DCE vai ser proibido, se criou o DCE livre, como acontece isso? O movimento estudantil se reorganiza de uma outra forma? Sem a máquina.

**F:** Fazia. Rodava em outro lugar. Na época eu me lembro assim que o DCE tinha muito trânsito na Folha de Londrina, na Folha de São Paulo. Na Folha de São Paulo tinha um japonês lá, que era correspondente da Folha de São Paulo e ele era muito atuante mesmo no DCE, só que não oficialmente. Então eles rodavam na Folha de Londrina o Poeira, depois disso aí.

**A:** Daí usava as oficinas da Folha de Londrina. Para fazer.

**F:** E na época o Poeira cansou de ganhar muitos prêmios, como melhor...

**E:** Essa foto aqui e depois posso tirar uma cópia? Porque eu acho que se a gente pudesse na Folha conseguir, o jornal desse dia.

**F:** Exatamente.

**E:** Talvez a Folha teria a foto no arquivo; Sábado, 4 de junho de 1977. Esse aqui é você?

**F:** Esse aqui.

**F:** E esse daqui é o outro, é o que trabalhava na ATI hoje, que não está mais em Londrina.

**E:** É o Marquinho, não?

**F:** Esse aí se chamava Antônio Carlos Benini da Cunha.

**E:** Tem mais alguma coisa que você se lembra que é relevante colocar?

**F:** Eu acho que o que é mais impactante, que eu senti, foram essas coisas que eu coloquei. E isso daqui foi muito impactante, a questão de levar offset do DCE da maneira que fizeram, nossa, terrível. Foi terrível isso aí. Pensa, a gente olhando, imaginando uma situação dessa ocorrendo hoje, você fala “não é possível que isso aconteceu”, mas aconteceu. Quer dizer, "vamos calar a boca" dessa forma, né?

**A:** Tirando o meio que eles usam.

**F:** E tirando dessa forma.

**A:** Discricionária.

**E:** É o que que é importante, é que foi a própria Universidade que fez isso.

**F:** Exatamente. Foi assim e tudo com a conivência da Universidade. Isso que eu falei desse professor aí, quer pior que isso? E a comunidade universitária cobrava do reitor uma posição, e ele se silenciava, simplesmente não falava nada. [...] E na época também se falava muito que ele tinha medo. No gabinete do reitor tinha parede falsa. O reitor entrava e saía, você não via.

**E:** Até isso.

**F:** Tinha a parede falsa.

**E:** E o interessante é que isso se comentava lá no meio da Reitoria, né? Considerando que você trabalhava na CEC.

**F:** Exatamente.

**E:** A Aninha já trabalhava na CEC? A Aninha que depois se casou com o Bruschi.

**F:** Não. Acho que ainda não, foi depois. [...] Falava-se também na época do Projeto Rondon, que também era um meio também de tirar o aluno. O Projeto

Rondon, a Universidade de Londrina, todo mês mandava uma equipe de alunos e professores lá para o Ceará, para Juazeiro do Norte, onde tinha lá o campus avançado. Lá era outra forma.

**E:** Mas as pessoas têm que ser voluntárias? Não era voluntário?

**F:** Era voluntário, mas era uma forma de você desmobilizar também. Tirava a pessoa daqui, tirava ela, tirava de circulação. Um mês, chegava uma turma, levava outra.

**E:** Você conhecia gente que foi desmobilizada assim?

**F:** Na época sim, mas hoje eu não tenho mais contato.

**E:** Sim, mas era a gente que militava no movimento estudantil?

**F:** Agora, sabe, uma pessoa que trabalhou com isso muito tempo, aquele que foi vereador Célio Guergoleto. Ele levava as equipes, ele trazia, ele que levava e trazia no Projeto Rondon.

**E:** Ele era funcionário, ou era professor?

**F:** Ele era funcionário na época, não era professor não. Professor na época era quem coordenava. Dos que eu me lembro ser tinha o Boanerges de Oliveira, que



era da Economia, mas ele já faleceu. Ele foi diretor lá do Câmpus um bom tempo. Ele era de lá, nordestino. Mas pensa, não era só a Universidade que fazia isso era no Brasil inteiro.

**E:** Sim, sim, sim.

**F:** Aí está multiplicando né?

**A:** E talvez os rondonistas, fossem exatamente aqueles mais voluntariosos, mais engajados, que aí era uma forma, talvez de esvaziar.

**E:** O tipo de vocação mais de serviços.

**A:** Exatamente. Prestar apoio aos que mais precisam. Era uma maneira de tirá-los de onde eles podiam causar problemas. Ou algo desse gênero. Faz sentido.

**E:** Mas essa percepção você tinha desde aquela época? Essa percepção de que o Projeto Rondon era uma forma de desmobilizar, você tinha, naquela época, essa percepção?

**F:** Eu percebia também que o sistema de crédito, com o sistema de crédito, eu, como estudante, eu já percebia na época que era uma forma de não formar turma, de não formar panela. De alienar o aluno.

**E:** E por isso foi que o Brusque, quando foi pró-reitor, não era PROGRAD ainda, era a CAE, ele já implantou o sistema seriado. Uma reação a essa época.

**F:** Exatamente.

**E:** Eu não entendia muito bem, estava chegando na Universidade quando isso aconteceu e eu ficava meio perdido, porque que seriado ou crédito, né? E eu não entendia direito, mas agora com essa localização acho que é mais compreensível.

**F:** É lógico que talvez na época, Evaristo, a gente não tivesse assim tão 100% dessa noção ainda. Mas aos poucos você vai percebendo, né? Ah.

**A:** E você conclui sua graduação em Letras.

**F:** Concluí a graduação depois em 1978.

**A:** 1978, e seguiu como servidor.

**F:** Segui como servidor até hoje, já são 43 anos.

**E:** Então acho que é isso. Se você não tiver mais alguma outra coisa que queira falar.

**F:** Não, acho que seria isso.

**E:** Agradeço a tua disposição, Francisco. Se eu te pedir, se você puder assinar isso sim.

**A:** Isso é muito importante.

**E:** A outra folha é sua, acho que direitos e deveres ficam contigo mesmo.

**F:** Eu acabei assinalando aqui errado. Você tem outro papel dele?

**E:** Eu tenho em casa.

**F:** Depois você traz para mim? Aí assino outro. Aqui eu coloquei assim para manter em sigilo.

**E:** Então eu trago aí.

**F:** Pode divulgar, pode fazer o que tiver que fazer.

**A:** Então que a gente substitui depois a declaração.

**F:** Depois o Evaristo trás para eu assinar.

**A:** Tá certo.

**E:** Obrigado, Francisco.

**F:** E daí? Vocês vão pegando um pouquinho, um pouquinho ali e depois vai montando um mapa.

**E:** E depois fazer um relatório.

**A:** A ideia Francisco, como você bem sabe, no Brasil existe uma lei, a lei da Anistia de 1979, que ela impede de penalizar tudo o que foi feito antes de 1979, então é impossível penalizar autores. Então, essas Comissões da Verdade, elas estão dentro de uma ideia que se chama justiça transicional, que se você não pode penalizar, quando tem violações, pelo menos aí há o direito à verdade, à memória, convocar as pessoas para contar o que aconteceu.

**F:** Até para não acontecer de novo.

**A:** A ideia é essa. É criar uma massa crítica a respeito do período, para que não se banalize essa história. Como em geral a gente está vendo um pouco hoje a banalização do que foi a ditadura

**F:** É a gente vê aí até uns idiotas aí dizendo “trazer a ditadura de volta”. Não tem nem ideia do que é isso.

**A:** Sim, a ideia é ter a iniciativa de fazer frente a uma possível visão positiva de nenhuma ditadura. Então as Comissões da Verdade têm essa função.

**COMISSÃO DA VERDADE DA UEL**

**DEPOIMENTO DO EX-ALUNO GILBERTO BERGUIO MARTIN (G)**

**ENTREVISTADORES: LEILA JEOLÁS (L), EVARISTO CÓLMAN (E)**

**DATA: 20/10/2016**

**LOCAL: Sala de permanência de docente do CLCH**

**Duração: Primeiro vídeo 1:04:59, segundo vídeo 39:51, total: 1:44:10**

**TRANSCRIÇÃO REALIZADA POR: MANOEL / TALES**

**CONFERÊNCIA REALIZADA POR: EDSON HOLTZ**

Inicialmente ocorre uma conversa informal com a profa. Leila explicando ao depoente sobre o processo da entrevista.

**L:** Certo. Isso aqui são os deveres, né? E direitos básicos e uma das questões é justamente essa, se você concorda com a gravação oral e de imagem.

**G:** Sim

**L:** É o último documento, Gilberto. É para o final, que é uma declaração de que você concorda que a gravação possa servir para a Comissão, para os fins, como o Evaristo falou, inclusive pra possíveis solicitações de reparação quando...

**G:** Certo.

**L:** For o caso.

**G:** Certo. Tranquilo

**L:** É isso, né? Evaristo.

**G:** É um procedimento bem parecido. Da Estadual. [Referindo-se aos protocolos da Comissão Estadual da Verdade do Paraná]

**L:** É. Nós pedimos um prazo estendido, para a Comissão né? Para a Comissão porque ela deveria funcionar só até esse ano. Mas a gente com carga horária aqui docente e, e esse material todo para analisar. Somente agora que a gente conseguiu iniciar a coleta de depoimentos. Então nós vamos ter ainda um prazo para poder finalizar.

**G:** Certo

**L:** Esse material, essa formalidade, acho que está ok. É, basicamente é isso. Porque aí você fica à vontade também, né? E obviamente o que você quiser omitir Gilberto, você se ponha totalmente à vontade. Nomes, datas e memórias que obviamente você não queira expor.

**G:** Tranquilo. Está bom então.

**L:** A gente agradece muito a tua ajuda.

[Início do depoimento]

**E:** A nossa intenção é pedir que o senhor então se pudesse a nos falar sobre a sua atuação principalmente no movimento estudantil da época. Porque a documentação que aqui nós tivemos acesso faz, em alguns momentos, alusão a essa sua intervenção aqui na Universidade. E essa Comissão tem, como um de seus objetivos, de apurar até que ponto a instituição esteve comprometida na violação de direitos humanos, repressão e tudo mais. Então a primeira colocação, se pudesse falar sobre aquele período, qual era a sua atuação, seu papel, enfim.

**G:** Certo. Talvez eu faça assim uma contextualização mais ou menos no seguinte sentido. Eu quando entrei na Universidade, já entrei com a vontade, o desejo de participar do movimento estudantil. Porque assim, um pouco antes quando eu estava terminando o segundo colegial, eu sempre conto essa história porque faz parte do processo, e eu gostava muito de ler, gostava de escrever essas coisas, né? Era uma época difícil, a gente tinha acesso, mas era censura, enfim, mas gostava muito de cinema, gostava de ler, gostava de escrever. Em função disso, veja como é engraçado, né, o Colégio Universitário na época ele oferecia, em paralelo ao terceiro colegial, eu fiz, quem ia fazer vestibular para os cursos mais difíceis, ou fazia o primeiro e segundo colegial no Champagnant, colégio público, né? E era mais ou menos de praxe, colegial em colégio particular, mas naquela época o acesso era mais difícil ou a gente fazia pelo menos o terceiro colegial, então quando terminou o segundo colegial e eu tinha que decidir para qual Colégio iria. Os dois grandes colégios da cidade eram o Universitário ou o Canadá. E o Universitário oferecia, fez uma propaganda um dia lá no colégio, oferecendo, em paralelo ao terceiro, um curso de jornalismo estudantil. Que era o Carlos Verçosa, que hoje é um jornalista. Hoje está na Bahia. O Verçosa é um publicitário bastante conceituado lá na Bahia e tal, é um cara muito, foi um dos caras que ajudou a fazer a minha cabeça, vamos dizer assim, do ponto de vista de formação política. Aí eu falei “porra, vou fazer o universitário porque eu quero jornal, quero participar, escrever no jornal e tal”. E acabei indo fazer o colegial lá e fiz esse curso de jornalismo. E a gente se reunia todo sábado à tarde e aí ele dava, ao mesmo tempo, orientações, como que se escreve o jornal, como que escreve uma matéria, etc. A gente ia fazendo o jornal que era o jornal Ensaio, certo? E aí aquele ano eu participei do jornal Ensaio. Inclusive teve um, eu sempre gosto de contar a matéria minha né? Eu e o menino que agora é advogado aqui em Londrina, nós fizemos uma matéria sobre o

vestibular. Contando a história de como era a nossa vida de vestibulando e aí eu entrevistei o pessoal. Só sei que a matéria ficou tão interessante que ela acabou, a gente acabou ganhando o prêmio nacional Parker Pen. Essa matéria nossa foi segundo lugar no Prêmio Nacional Parker Pen. Bom, nesse processo de fazer o Ensaio. Aí foi a época que eu tive acesso ao jornal Extra, Jornal Opinião, Jornal Movimento, Pasquim, não sei o quê, e o Poeira, que era o jornal do DCE. Aí o Poeira tinha um prestígio nacional tão interessante que eu lembro de sair no Pasquim, falando do Poeira, foto de capa do jornal Poeira, aos estudantes da Universidade em Londrina que é uma turma de estudantes, faz jornal estudantil, não sei o que, os jornais estudantis que tinham destaque nacional na época era o Poeira, aqui de Londrina, e outro na UFMG. Aí eu conheci o Poeira, certo? Ah o Poeira e nós viemos um dia fazer, com o grupo de estudantes, entrevistar o Tadeu Felismino que era o presidente do DCE.

**E-E** que ano era isso?

**G-** Foi em 1975. No terceiro colegial. E aí, porra, eu conheci o DCE, aí eu conheci o Poeira melhor. “Nossa, esse troço é muito legal” certo? E já fui me empolgando com o negócio e tal. E era assim, então o vestibular, que eu preciso, quero passar no vestibular, quero passar em Medicina e tal, mas querendo o DCE, para participar do Poeira e passei no vestibular em 1976, janeiro de 1976, eu passei no vestibular e eu era calouro ainda, eu estava careca ainda, porque naquela época raspava a cabeça do calouro e tal e um, acho que do primeiro ao segundo mês lá para março mais ou menos, assim de 1976, é o primeiro sábado que eu me animei, peguei fui lá onde era na Casa do Estudante lá na praça né? Na praça era a Casa do Estudante e embaixo estava o DCE. Então tinha toda a estrutura do DCE e tal, tinha estrutura que depois a gente colocou a máquina impressora e tal. E aí eu fui para participar do DCE, né?

**E-1976?**

**G-** 1976. Aí eu fui. O que eu lembro, assim dessas coisas, ficam na memória fotográfica, né? Ah vamos, aí fui e comecei a participar, cheguei em uma reunião e como o Poeira funcionava? o Poeira era todo sábado à tarde. Eles faziam a reunião, que eles chamavam a reunião do conselho editorial do Poeira, certo? e que reunia todo o pessoal que militava no movimento e não tinha essa de presidente, disso, daquilo, quer dizer, era o grupo, certo? A gente juntava, formava era o conselho editorial de Poeira e aí as reuniões do conselho editorial do Poeira eram as reuniões que produzia o jornal, era o processo, eu aprendi um monte. Esse é um processo muito interessante porque então aí já ao mesmo



tempo que eu estou falando da minha entrada no movimento estudantil que foi desse jeito, né? Mais ou menos contando também alguma coisa e como é que as coisas funcionavam. E todo sábado, aí é assim, vamos supor, saiu o Jornal Poeira essa semana, então vamos começar o próximo. Aí a primeira reunião é, bom, qual vai ser a pauta do jornal? Ah, tal assunto, tal assunto, tal assunto, todo mundo dava opinião, discutia, discutia os assuntos, anotava os assuntos que iriam caber no jornal, votava que era mais importante para definir a pauta. Aí distribuía a pauta, certo? Quem vai fazer o quê da matéria? Aí pegava cada matéria e todo mundo discutia qual que ia ser digamos a linha editorial da matéria, quais informações tem que colocar, o que é que nós vamos escrever. Aí o responsável pela matéria ou os responsáveis, e eu anotando e tal pra escrever a matéria. Aí você ia até o outro sábado, fazia o processo de coleta das informações, escrevia e vinha para a reunião seguinte apresentar o texto, lia, todo mundo analisava, discutia, opinava, pá, pá, pá, pá. Então, esse era o processo. Aí eu cheguei num sábado desse certo? Uma reunião do Poeira e que estava discutindo e pô até já me empolguei, né? Porque eu peguei o jornal pelo meio, o pessoal discutindo, pá, falei, nossa, esse troço. E é engraçado porque era assim, ao mesmo tempo que ali eu tinha toda essa compensação, e o curso, principalmente o período básico, ele foi um pouquinho frustrante, porque o primeiro período era um terceirão, o que tinha de gostoso no primeiro período, era uma sala de anatomia, certo? Aulas de fisiologia ainda, tinha o quê? Citologia, alguma coisa que você começava a ir para aula, mas aí você tinha muita coisa que era biologia, não sei o quê, que era o que eram matérias, que na verdade eram uma espécie de reforço, uma introdução, claro, daquilo que a gente já tinha visto, né. Então eu não sei se eu tinha uma expectativa muito grande da Universidade, mas para mim foi um pouquinho frustrante o primeiro período. E a compensação começou a ser maior esse negócio do DCE é pá e aí fui né. Então foi assim que eu comecei a participar do movimento estudantil e já comecei por conta do Poeira. De participar do Poeira que também tinha essa característica, né? É sem dúvida nenhuma o Poeira era o grande instrumento político do movimento estudantil naquele momento, né? Porque ele servia tanto para gente debater, era um espaço de debate pra gente levar esse debate pra fora, porque distribuía o jornal na Universidade inteira e era uma delícia ver o pessoal folheando, lendo o jornal, era um instrumento também de divulgação de ideias, de debate e tal, né e era um fator de aglutinação porque era uma coisa que se eu tinha de concreto, de ação concreta para você fazer com a turma e era onde a gente se aglutinava. Então, eu comecei desse jeito. Comecei participar lá e aí quem eram assim as pessoas, né? Quem eram esses caras? são os caras, né? Então era o Tadeu, o Marcelo Oikawa, o Roldão Oliveira Arruda, o Rubens, o Ruba, que era um veterinário, a Celinha, a Célia de Souza, a Tiemi Ikawa, a Lia Ikawa, a Rizzi, a Ingrid Rizzi, e nossa, a Fátima do Serviço Social, era um ... tinha um pessoal aí, tinha o que era mais recente que esse era o pessoal mais antigo, aí tinha uma turma intermediária, acima de mim que estava chegando, os calouros, que estavam chegando, que era uma turma muito forte da saúde, o Marco Fabiani, Marcão, o Menoli, Rubinho da Farmácia, nossa, o Dias, quem mais, o Cartaca que já faleceu, né?

**L:** O Fábio também?

**G-** O Fabinho vem, o Fabinho vem depois, muito embora o Fabinho ele é meu veterano. Mas ele veio um pouquinho depois. O Fabinho, o Cheida veio mais depois. É. Mas o pessoal dessa fase inicial era esse o Claudinho, o Cláudio, não lembro o seu nome, mais dele, mas o Claudinho que era da Farmácia, né? Então essa era a turma que que tinha no DCE nesse período que eu cheguei e aí a gente, e eu comecei a participar. Eu estou contando meio da minha... assim meio vou lembrando não sei a lógica aí mas assim, é aí por exemplo, né? Que começamos participar do DCE, aí a turma que era a turma do Diretório, naquela época você não tinha centro, não tinha centros acadêmicos. Então você tinha os Diretórios Acadêmicos Setoriais. Então nós tínhamos Diretório Acadêmico Setorial de seis centros da saúde. Que eram os do CCS, né? E assim, detalhe, cada Diretório Acadêmico começou a ter o seu jornal, certo? Então nós tínhamos lá no CCS, da DASCCS, nós tínhamos o Ferro, certo? Que o nome do ferro era “quem com fome fere com ferro será ferido”. Certo. O nome do Poeira era “levanta, sacode a poeira, e dá volta pra cima”, no CCB, o diretório do CCB, tinha o Aroeira, que era “a volta do Cipó de Aroeira no lombo de quem mandou dar”. Então, todos tinham aqui o CCH tinha o Liberdade, Liberdade, o Liberdade, que era “liberdade, liberdade abre as asas sobre nós” e assim, cada um tinha um nome poético.

**E:** E nesse período aí inicial seu e sobre o Poeira, sobre essa atividade política ou jornalística. Havia algum tipo de censura da Universidade, algum tipo de controle?

**G:** Então, assim, a Universidade foi assim. É nessa fase inicial uma fase que é anterior a mim, uma fase que depois que eu vi, mas o que eu me recordo, né, das discussões era assim, nasceu numa fase inicial bastante, digamos, liberal, que foi quando o Ascêncio era o reitor. E era uma figura, né, assim,

**E:** Ele foi reitor até que ano?

**G:** Ele foi, se eu não me engano, até 1974. Se eu não me engano, 1973, 1974, que o Oscar veio em seguida. Então o Acêncio...

**E:** Então você entrou na fase do Oscar?

**G:** Eu peguei o Oscar. Peguei o Oscar já. Então tem algumas histórias sobre isso. Então assim, a primeira fase foi a fase do assédio. Nessa fase do assédio não existia o Poeira, não existia nada, mas o DCE foi um DCE digamos, primeiro DCE, primeira diretoria do DCE que eu não me recordo de quem que foi o presidente, não sei se foi o Márcio Almeida, eu não sei quem foi, mas foi um DCE digamos de esquerda. Está certo? Mas era uma esquerda mais assim, mais contida e tal. Então foi o primeiro período. Aí na sequência dessa chapa de, digamos, de esquerda, disputou a eleição com o Nilo Dequech, certo? Que era uma chapa, digamos, mais da Reitoria. Aí já estava o Oscar. E essa chapa, a chapa de esquerda, o candidato foi o Tercílio Turin que era o candidato por exemplo presidente, né? E a chapa da direita, foi o Nilo Dequech, foi o candidato e a direita ganhou a eleição. Certo. Aí foi fora do DCE que o Poeira nasceu aí o pessoal, aí sim, aí na primeira diretoria do DCE existia a revista Terra Roxa. É o jornal Terra Roxa, né? A revista era o jornal, o jornal DCE era o Jornal Terra Roxa e se chamava Jornal do DCE certo?

**E:** Virou revista depois.

**G:** Aí, quando a direita ganhou, parou de publicar o Terra Roxa e aí foi quando o pessoal resolveu se aglutinar e criar o Poeira, tanto que o Poeira não era o jornal do DCE, o Poeira era um jornal no DCE.

**G:** No DCE, pode ver que quando você pega o Poeira lá você vai ver na logomarca ali embaixo, um jornal no DCE. O pessoal criou o Poeira já nessa lógica de aglutinar o pessoal e tal. Então por isso que o Poeira é um grande instrumento político de organização e de articulação. Então e aí na eleição seguinte já concorreu contra o candidato do Nilo. Já concorreu com a chapa Poeira, certo? Então aí tem uma história, esse foi 1975, isso não estava na Universidade, mas aí concorreu com a chapa Poeira, cujo presidente da chapa era o Paulo Silva. Paulo Silva, ele é advogado, mas como é que chama? Aquela é uma empresa, uma empreiteira, putz oh meu Deus do céu. Já lembro o nome, mas ele é uma figura cara, gente boa, tá por aí, tá na cidade e tal. Aí o Paulo foi o primeiro presidente do Poeira em 1974, isso, não 1975. 1975, já foi o Nilson, então assim, aí o Paulo, o Poeira montou a chapa, lançou o Paulo Silva, que era estudante de Direito na época, candidato a presidente, ganhou a eleição. Aí o Poeira voltou para o DCE. E aí virou então o jornal no DCE. Aí a eleição seguinte que já tem uma história que já vai chegar nisso que você tá perguntando. A eleição é a seguinte, saiu candidato pelo Poeira o Nilson Monteiro. Aí o Nilson

Monteiro, isso foi em 1975. O Nilson Monteiro foi o candidato a presidente. Aí a posse do Nilson Monteiro, na semana da posse do Nilson Monteiro, foi quando prenderam o Nelsão. O Nelson Rodrigues. 1975.

**E:** 1975, na operação...

**G:** Operação Barriga Verde. Que eles pegaram, começaram a pegar o pessoal do partidão, o PCB, certo?

**L:** Foi o marido da Darci.

**G:** É, caiu a casa. Nessa época caiu o Nelsão, caiu o João Eineck, Luiz Gonzaga, o marido da Nitis, o Arnaldo. O Arnaldo Bertoni. Bertoni fugiu para o Chile. Foi o que foi antes que ele, foi para o Chile um pouco antes disso. Então caiu, foi quando pegou o pessoal do partidão, pegou o Nelsão. E o Nelsão era diretor do Centro da Saúde quando foi pra ele ...

**L:** Esse é um dado muito importante

**G:** Há um dado interessante nesta história.

**L:** Está escrito que ele pediu demissão.

**G:** Mentira. Bom, eu não sei qual, pode ter sido pressionado porque o Nelsão saiu e foi embora pra Campinas. Foi para Campinas.

**E:** E foi preso antes. 1975.

**G:** O Nelsão era professor de Saúde Coletiva. Nelsão, Darli, eram o os criadores da Saúde Coletiva. A saúde, aí assim eu sou muito mais uma coisa quando você pega a Saúde Coletiva, a Saúde Coletiva de Londrina, do Nelsão, Darli nessa época, certo? É uma das responsáveis pela criação das Unidades Básicas de Saúde. Os primeiros quatro pontos do Paraná sem exagero, do Paraná, foram implantados por eles Vila Fraternidade, Jardim do Sol, Irerê e Paiquerê.

**E:** Era sanitarista. Fortíssimo

**G:** Discussão dessa, da atenção primária à saúde, era um conceito, naquela época, moderníssimo, porque não tinha isso, assim, era uma discussão da Organização Mundial de Saúde, Conferência Mundial, quer dizer, o negócio era a discussão lá. Bom, e aí o Nelsão e o Nelsão eu, olha é como seu pai [o depoente faz uma referência ao pai da profa. Leila, o dr. Jeolás], assim era uma figura queridíssima até hoje. Ela nasceu, gosto demais do Nelsão. Ele é um uma figura especial né. Aí o Nelsão era, até por essa capacidade de articulação, ele era o diretor de Centro e os caras a noite, passam lá e levam ele embora, desse jeito, entrou, o cara estava de pijama, levou embora, deixou a família, os filhos e tal, aquela maluquice. Então o Nelsão foi preso naquela época, no período lá da posse. Então tem duas histórias interessantes que eu vou contar pra vocês. Uma até hoje me arrepio. O Nelson foi preso. Aí na sequência teve a posse do Nilson. Mais ou menos acho não sei se foi na mesma semana, esse o Nilson, o pessoal, pode contar melhor e essa época não estava na Universidade, só estou registrando o fato. Aí os caras passaram os dois dias até o dia da posse discutindo o que se deveria falar no discurso. De posse, certo? Então até aí a Universidade identificava o Poeira como os vermelhinhos, mas vamos dizer assim, não tinha ainda uma, né? “Ó esses caras são perigosos”, né. Bom, aí a posse do Nilson. Nelson preso. Debateram, debateram, debateram, escreveram coletivamente certo? E o discurso era mais ou menos assim, “olha, eu hoje aqui, assim”, a posse sempre foi a posse, a posse lá no Clube Canadá, no Canadá Clube, Canadá, ali perto do DCE. Eu não estava também, essa época eu estava no terceiro colegial, né? Mas o pessoal relatando, diz que tinha mais polícia federal e dedo duro do que gente na posse. Tinha bastante gente, mas tinha muito, aí o Nilson faz o discurso mais ou menos a seguinte linha, “olha eu poderia falar da falta de giz, do problema de falta de professor no departamento X, do problema da falta de microscópio no laboratório Y” e fez um rosário de alguns problemas na universidade, né? “Mas nada disso, certo? Tem valor é quando o” Eu estou emocionado porque tem uma história depois que me contaram que eu que vou contar para vocês. “Que o nada disso tem valor quando nós temos um professor como o Nelson Rodrigues” conta a história que foi que desapareceu. Entraram na casa porque ninguém falava que era preso. Não assumia que era prisão

E: Sumia né?

G: “E que nós não sabemos se está vivo, se está morto, onde tá, pá, pá, pá, pá, pá,” Nilson fala, né? Fala, “eu terminei o discurso e falei, os caras, agora eu vou preso, agora eu vou preso, agora os caras me pegam” e fez esse discurso. Certo? Aí eu vou abrir um parêntese só para fazer remeter para o fato futuro que foi uma coisa que assim, eu digo que o Carlos contou, alguns anos depois, na década de oitenta, quando extinguiu o bipartidarismo que se criou os partidos, né? E aí nós saímos, acabou o MDB, fomos para o PMDB. Nós tentamos criar dentro do PMDB o que nós chamamos de tendência popular do PMDB. E o senhor já estava no interno, é quase esse eu já estava na UNE já aí não tinha saído da ULES, já tinha terminado. Aí nós estávamos fazendo uma reunião da tendência popular do PMDB em Maringá e tinha gente assim no movimento de esquerda, do Paraná inteiro e tinha nessa reunião dois estivadores de Paranaguá, dois senhores negros, né daquelas histórias maravilhosas que era o membro do partidão, militantes antigos do partidão, né? E que foram presos juntos, nessa operação de carga lá na prisão do AHU. E aí os caras contaram assim falou, “menino”, meninos porque boa parte da gente era um pessoal mais novo, tá? Olha, ah não, porque eu falei que era de Londrina. “Ô rapaz”, aí me contou assim, falou, “olha, nós apanhamos. Bom, João Eineck você sabe que, né aconteceu com ele, nós apanhamos, apanhamos, falou, só teve uma pessoa que eles não tiveram coragem de bater. É um professor da Medicina, certo? Um camarada, né? Cara. Que era professor da Medicina, que reunia a gente dava aula pra falar como que deveria, como que o socialismo ia funcionar o sistema de saúde e tal. Eles não tiveram coragem de bater porque eles falavam “esse filho da puta nós não vamos poder, não podemos encostar a mão nele, que se acontecer alguma coisa, teve um bando de estudante comunista que denunciou que ele tá preso, não sei o que, o que nós não podemos encostar a mão nele porque senão vai acontecer alguma coisa, já foi denunciado”. Teve só isso aí. Só isso aí eu falo, é uma pena que não deu para falar dos outros, né, mas você fica pensando, certo? Uai, então essa é uma, essa é uma coisa que tem a ver com isso. O que começou a acontecer a partir daí? A partir daí a Universidade, a Reitoria começou a apertar o cerco, certo? Começou a apertar o cerco, assim, mas eles também não tinham como apertar muito explicitamente.

E: Já era o Oscar Alves.

G: Oscar Alves. Eu vou então assim, eu vou eu vou pegar essa linha e contar como que eu entendo que foi o processo de aperto, que foi acontecendo. Então, é o DCE e os Diretórios Acadêmicos, a gente é, no DCE, Diretórios oficiais, a gente recebia recursos da Universidade para fazer a manutenção e tal, certo? basicamente era esse dinheiro que dava pra pagar até água, luz, telefone, não

sei o quê, as despesas, né? Eles começaram a restringir esse tipo de coisa, certo? Começaram a restringir no primeiro momento, certo? Aí eles começaram nas campanhas, eles começaram lançar a chapa, aí sim, explicitamente chapa da Reitoria, chapa da direita, com investimento alto, com dinheiro para caramba, certo? O esquema e tal e a gente ganhava todas as eleições assim como setenta, setenta e dois por cento do voto, não dava nem, dava nem para o cheiro, certo? E aí e até que eles foram, até aqui em 1977, eu acho, 1977, que que eles fizeram então assim, a gente era, por exemplo, é primeira eleição acadêmica do CCS quando eu já ainda era calouro, mas no segundo semestre é que o Marcão foi o presidente do Diretório Acadêmico, Marco Fabiani. Eu fui diretor de patrimônio e não sei, alguma coisa assim, eu fui da diretoria, né? E aí, o que que eles fizeram? Então, o Marcão era diretor, um monte de gente nossa que tinha liderança, aquelas principais tinha sido presidentes de Diretório Acadêmico, era da diretoria do DCE e tal. Que que eles fizeram? Eles pegaram as contas que a gente encaminhava, aí eles criaram uma regulamentação, um decreto, certo? em que nesse decreto eles estabeleciam que são regras para ser elegível ou pra ser inelegível no processo eleitoral. E aí uma um dos tópicos que eles tentavam pegar era que ele dizia o seguinte, quem é não pode ser candidato, quem fizer parte de diretoria cujas contas não estiverem aprovadas, certo? E não pode ser candidato, quem reprovou, quem tivesse reprovação e tal. Sobre a reprovação, eles não nos pegavam porque elas tinham como uma das regras da participação que a gente era muito disciplinado, uma das regras da participação do movimento que bem ou mal se arrebatando ou não nasceu aqui e bem. Tinha que passar de ano, certo? Tinha que estudar e passar de ano. Havia vários discursos internos, né? Entre nós, mas um deles era, “pô, a gente não pode ser visto pelos colegas como relapsos, como não sei o que, porque senão a gente não vai ser não vai conseguir liderá-las certo? Então como é que nós vamos querer trazer os caras e tal se a gente dentro da turma” então isso era uma regra, né? A gente tinha uma relação, todos nós éramos assim muito bem articulados com a turma e muito bem-quisto pela turma e tal, né e passava raspando, mas passava certo? Mas ia. Então isso não nos pegava. Nós não tínhamos, acho que da turma nossa, assim eram raras situações em que um ou outro tinha alguma dificuldade, mas nem dava um jeito e todo mundo estudava e não sei o que. Bom, aí que que eles fizeram? Eles pegaram as nossas contas e ao invés de julgar eles engavetaram as contas, certo? Porque ele sabia que se fosse julgado, estava tudo certo. A gente era muito organizado, tinha contador, tinha tudo e tal. Então eles engavetaram, eles não julgaram as contas. Aí resultou, na eleição, deixa eu ver aqui a eleição que deve ter sido essa, a de 1977. Na eleição de 1977, um monte de gente nossa ficou inelegível. O Marcão ia ser o nosso candidato a presidente do DCE. Ficou inelegível. Eu ia ser candidato a presidente da DACCS. Fiquei inelegível, certo? Aí vários de nós ficaram inelegíveis. Aí então o Marcão não podia ser e o Claudinho da Farmácia, do CCS, que começou a ser o principal, vamos dizer assim, o principal ponto de fortaleza nossa, de articulação. Aí o Claudinho também ficou inelegível porque também era diretoria e aí nessa eleição foi quando a gente pegou assim, nós tínhamos o Dias, o Carlos Augusto Dias, que era um participante ativo do DCE. Mas o Dias ele era o melhor, um dos melhores alunos da turma dele, Dias era

um cara cdf, a gente brincava, né? E era estudioso, não sei o que. E para ir fazer o movimento, movimento estudantil. Então, mas não era um cara dos que tinha mais militância, mas não tinha muita evidência e tal vamos lançar o Dias candidato a Presidente. Lançamos e o Dias virou presidente do DCE. Certo, enfim foi um dos bons e grandes presidentes que nós tivemos. Então essa foi uma das primeiras ações bem explícitas da Universidade e tentar nos cortar, certo? então aí eles não obtiveram êxito. Aí o que que veio, não sei se na sequência, mas foi imediatamente na sequência. Aí, teve dois fatos que evidenciam a ação. Qual foi o outro fato que eles fizeram? Bom, “enquanto esses caras continuarem com esse jornal, na mão, inundando a Universidade de jornal, certo? Nós estamos fritos.” Então começou vir de Curitiba, certo? Então é a pressão. E nós imprimimos o jornal na Folha de Londrina e a Folha começou a colocar dificuldade, não sei o quê e tal, fui imprimir o jornal em Maringá. Aí Maringá começou pôr dificuldade, aí saiu o Jornal Panorama, chegou na época do Paulo Pimentel, então quando o Paulo Pimentel está lá e nós começamos a fazer um Jornal Panorama. Aí chegou uma hora que está mesmo o Panorama não conseguiu se manter. Aí eles pegavam e nós tínhamos anunciantes. Nós tínhamos empresa, porque o jornal pô, era um, você imagina, nós, eu não lembro mais acho que a gente fazia dez mil jornais sei lá fazia um monte de jornal, distribuir, depois eu vou falar do processo de produção do jornal que é uma coisa fantástica, distribuir jornal nessa Universidade inteira, no mundo, pô, universitário, em qualquer época sempre vai ser um público com um potencial de consumo bom, então nós tínhamos bons anunciantes no jornal. A gente bancava o jornal inteirinho com o anúncio, né? E ainda sobrava ainda que o Paulo Urquiza, era o nosso vendedor de anúncio. Então, como ele não, então, é assim, é de fora, ele era um cara de poucos recursos como quase todos nós. Então, para o Paulo Urquiza é um percentual da venda, ficava, ele ficava com o percentual da venda, era comissão de venda, como qualquer outra atividade. Então, ele fazia como atividade profissional dele e isso mantinha o jornal, a gente pagava todas as despesas do jornal e ainda sobrava para pagar despesa do DCE e tal. Então o jornal era, aí os caras começaram a ir nos anunciantes, pá, pá, assim, alguns, só isso mesmo, dá, não sei o que, mas alguns se mantinham, por exemplo, a livraria Arles, né? Eu não lembro mais o nome do seu ... a filha dele, as duas filhas deles participaram do movimento estudantil, do DCE e tal. Ele era o nosso, o nosso, como é que fala? Anunciante fiel. Ele falou, olha, vou continuar anunciando, mas só vou avisar vocês, viu? Eles tão pressionando. Certo. Tão pressionando. Certo. Receita, não sei o quê, vinha jogo pesado, certo? Porque éramos os comunistas de Londrina certo? então é aí essa foi uma pressão explícita. Aí o que que nós fizemos? A gente tinha uma coluna, uma coluna do Poeira que chamava “quando o muro separa, uma ponte une” e que era a música, né? “Você me prende vivo, eu escapo morto”, né? Ah, tá bom, então, tá bom. Que que nós vamos fazer? Nós vamos comprar uma impressora. Então, nós vamos, começamos a fazer campanhas para comprar a impressora, certo? O que nós fizemos nas campanhas? Fizemos eventos, promoções, fizemos shows. Então, nós fizemos show e nós trouxemos pela primeira vez o *Tarancón* aqui em Londrina. Nós trouxemos pela primeira vez o João Bosco, quando o João Bosco ainda era um ilustre desconhecido, trouxemos João Bosco



aqui em Londrina pra dar show, parênteses que eu gosto de contar uma história, né? Parênteses, a vinda do João Bosco em Londrina, certo? O João Bosco, era um sábado à tarde, estávamos em reunião do Poeira, o João parou um táxi na frente do DCE, desceu um cara com um troço pendurado nas costas, um cara barbudo porque a gente sabia, mas não conhecia direito, conversou por telefone, esse é um cara barbudo e começou a vir em direção ao DCE. Porra quem é esse cara? A gente não sabe exatamente quem é, reconhece, quem sabe quem que é aí o cara chega e encosta na janela, todo mundo olha e escuta “É aqui que é o DCE? “é, por quê?” O Tadeu Felismino que é o presidente “é, por quê? Por que você quer falar com Tadeu?” “Eu, sou o João Bosco” [abre os braços para o alto como saudação ao cantor, risos], é daí isso não foi isso que eu agora vou falar não foi da época da máquina, mas o Poeira trouxe o Chico Buarque certo? E trouxe anterior a mim ali a Elis Regina, mas o show do Chico Buarque quando o Chico Buarque voltou pro Brasil no, como é que se chamava o ginásio de esportes do, onde é o Filadélfia lá?

**E:** Era lá no Teatro.

**G:** Não é, mas era Teatro Universitário, mas foi feito o show no ginásio, ela tinha uma quadra na parte de baixo lá e tal e o João Bosco, era no Teatro Filadélfia que era o Teatro Universitário na época, certo? Então assim, Gonzaguinha, a gente inclusive fazia o movimento cultural da cidade, ajudava a fazer o movimento cultural da cidade. A gente fez uma série de eventos, correu o livro ouro, tinha um tal do doutor Jeolás que assinava todo o livro que nós levávamos pra ele.

**E:** E falava assim, eu adoro esses comunistas. Preciso ir trabalhar no domingo e domingo não é dia de trabalho. Eu pensei só se for lá no tio Mário pra comer esse espetinho

**G:** Ele era, mas aí foi assim que a gente fez. A gente saiu, foi pedindo, fazendo livro ouro, fazendo e a gente juntou dinheiro e compramos uma multi elite 850, alguma coisa assim, que era uma impressora meio top de linha, certo? Aí a gente ganhou a nossa independência, porque aí nós passamos a imprimir o jornal. Compramos multi elite. Compramos, tinha que imprimir a chapa, né? Não sei como é que chama aquilo, mas comprou a impressora de chapa, certo? Compramos, tal, compramos uma grande tecnologia, uma máquina elétrica que tinha aquelas bolotinhas do tipo, então o tipo que tinha as esferas, hoje aí, aquilo que você entra no computador, você abaixa lá e muda e tal. Você tinha que trocar as bolotas, certo? E tal, aí eu já estou comentando, depois eu entro melhor na

história, né? Como é que nós fazemos o jornal? Aí, a gente com isso, ganhou independência, certo? Nós começamos, aí pegamos o Ruba, pegamos a Maria Alice e acho que a Tieme. Já pegou quatro pessoas que foram para a gráfica de alguns amigos, alguns, provavelmente, comunistas, amigos, certo, foram lá e aprenderam. Fizeram um curso deles certo. E aí eles que eram os gráficos. Então, depois eu conto melhor essa história, mas é aí com isso então a gente passou a imprimir o Poeira dentro da nossa própria estrutura. Até o que é o desfecho, mas isso depois é o desfecho, até quando eles resolveram invadir o DCE certo? Quebraram, eles invadiram o DCE, foram direto na impressora, quebraram a parede, foi um troço violento, a UEL fez isso. A UEL. Que aqui assim, paralelo a isso, existia o famoso capitão Aparecido, certo? E o capitão Aparecido era o chefe da Segurança da UEL. O que que eles fizeram? É, ao longo eles tentaram, ele tinha o 477 e tinha o 269, 477 era o decreto federal, certo? Que proibia reunião, que proibia isso, eles tentaram, eles acharam que o 477 era pouco, tentaram criar o 269. Pode ver que o Poeira sempre fala do 477, 269. 269 era um decreto daqui da Universidade, né? Em que proibia, você não podia ter mais de quatro, cinco pessoas reunidas, você não podia fazer isso, não podia fazer crédito, mas esse eles não chegaram a aprovar. Nós não deixamos aprovar. Denunciamos, denunciemos, foi feito uma série de movimentos, eles não chegaram a aprovar o 269, mas eles criaram uma polícia interna. Isso em 1977, por aí, eles criaram uma polícia interna era da época daquele seriado SWAT, né? Começava na TV a SWAT. O que que nós fizemos? Eles ainda andavam com as roupinhas marrom, então aqui nós apelidamos eles de SWAT, certo? Então aí tinha o soldadinho da SWAT, que andava pelo campus. A moçada se sentava, eles sentavam, iam. Sim, era intimidatório mesmo, certo? Era para intimidar. Então, tinha a SWAT que era para intimidar, comandada pelo capitão Aparecido. A invasão do DCE etc. Depois eu conto melhor isso. Mas a invasão DCE foi comandada pelo capitão Aparecido né? Que mais? Que teve assim, aí você tinha o Conselho Universitário ...

**E:** A gráfica, a tomada da impressora. Foi quando você estava ainda na Universidade?

**G:** Sim. Estava na Universidade.

**E:** Porque em oitenta tem o despejo do DCE.

**G:** Mas foi depois

**E:** Está antes, vamos continuar

**G:** Sim, eu estava contando um período um pouquinho anterior a minha entrada o período que eu entrei né certo? E aí eu acho que basicamente era isso aí né? Sério eu comecei a participar em 1976, janeiro de 1976, e março, abril de 1976, eu comecei participar, certo? Aí já no segundo semestre eu já fui pra diretoria do DACCS e 1977, foi quando eles cortaram as nossas alianças, né? E aí a gente, foi quando a gente lançou o Dias presidente. Aí esse período, 1976, 1977, teve um, a gente fazia várias lutas aqui dentro da Universidade. Então assim, antes um parêntese. Para dizer assim, e como é que nós trabalhávamos, né? Qual que era a lógica por trás disso? A gente discutia muito política, discutia conjuntura, discutia a situação, a ditadura, a gente lia jornais e cada um pegava um assunto e a gente sentava e fazia discussão de conjuntura, havia uma discussão política intensa, mas como é que nós tocávamos a luta estudantil? A gente se pautava nas demandas locais como ponto de partida, certo? Então eram as necessidades do estudante, que a gente fazia toda eleição? Era, o digo assim, por isso que a gente conseguia falar muito a linguagem do estudante, além de ter sempre um contato muito grande e a distribuição do Poeira, dava para ter esse contato. Toda eleição a gente passava uma pesquisa. Nós imprimíamos um questionário que nós não chamamos de pesquisa e sim de questionário, nem lembro como é que nós chamávamos, acho que pesquisa do Poeira, acho que era pesquisa né? Pesquisa do Poeira a gente imprimia, sei lá, cinco mil, não sei quantos mil questionários, distribuía em todas as salas, certo? E punha pontos para os estudantes depositar de volta. E aí, a gente, ali, a gente perguntava quais eram os problemas que ele achava, o que que ele achava que o DCE devia lutar, que ele achava que o Poeira devia falar, quais assuntos, não sei o que, não sei o que. E a gente tinha uma excelente devolução, certo? Sei lá, vinte por cento do que a gente entregava voltava, que é um percentual bom se tratando de coisa assim, ó. E aí a gente juntava esse troço, fazia lá o nosso Poeira, fazia uma computação disso e a gente, com isso, definia sempre nossa plataforma de trabalho. E era o que a gente, na campanha Poeira, era o que a gente defendia e era o que norteava as nossas ações. Então a gente tinha algumas bandeiras que nós tínhamos. As bandeiras específicas de cada Centro, nós tínhamos e tinha umas bandeiras gerais. Por exemplo, a grande bandeira geral nossa era contra o ensino pago, mas a gente não falava, não pedimos Universidade gratuita porque era uma bandeira muito distante da possibilidade de a gente conseguir. Então a gente lutava contra o aumento da anuidade, porque naquela época nós pagávamos, a Universidade era a Fundação Universidade Estadual de Londrina e era Fundação para poder cobrar a mensalidade. Nós pagávamos a mensalidade. Certo? Então a nossa luta era contra o aumento das anuidades, né? As grandes bandeiras nossas, né? Era pelo RU no campus, porque não tinha R. Era a grande bandeira do RU no campus e aí teve uma luta que nós tivemos um desdobramento e que nós tivemos uma vitória, que era a luta pelo passe universitário. Não existia o passe universitário. Aí então, abre um parêntese para contar um pouquinho a luta do passe universitário. Então a luta

do passe universitário ela apareceu nessas pesquisas como bandeira, como necessidade dos estudantes, todo mundo falava, “porra, essa é a bandeira”. E aí a gente conversou como? A gente começou fazendo reunião, discutindo, fazendo reunião de sábado à tarde, lá no RU, lá embaixo, lotava de estudantes e aí a gente teve como instrumento de luta, instrumento de divulgação o Poeira, como um instrumento de luta, um abaixo assinado, que naquela, hoje, abaixo-assinado é, mas naquela época era assim, né? Aí fizemos um abaixo-assinado, coletamos não sei quantas mil assinaturas aqui no campus, né, juntamos tudo isso, certo? E o José Richa era o prefeito, certo? E fomos, aquela tropa de molecada, entregar para o Richa, “queremos o passe”. Não, veja bem o passe universitário, certo? E começamos a pressionar, fazer movimento social, não sei o quê, pressionar, pá, pá, e, assim, entregamos o abaixo assinado e começamos fazer o movimento. Aí ele acabou topando, mandou um projeto de lei para câmara e nós fomos pra Câmara de Vereadores, aí lotamos a Câmara de Vereadores para discutir, para pressionar os vereadores, para votar, não sei o quê e conseguimos aprovar. Então, o passe universitário que as Universidades, de Londrina tem até hoje, a origem desse, passe universitário, foi lá atrás dessa luta nossa.

**L:** 1977?

**G:** Acho que esse passe saiu em 1977, 1978 que saiu. Então essa foi uma luta que era uma bandeira geral na Universidade e que nós tivemos vitória, né? E a gente cravou as duas bandeiras lá, a do ensino público e a do RU no campus, que foram conquistas que vieram bem depois, né? O ensino público, o ensino gratuito na UEL veio, né? Com Álvaro Dias, governador, bem, então eram bandeiras que a gente tinha, né? E a gente junto com essas bandeiras nós colocamos sempre pelas liberdades democráticas, nossa bandeira mais política, né?

**L:** Gilberto, dava pra detectar obviamente no caso lá do SWAT que é evidente, ficava muito claro, né? Mas dava para identificar em sala de aula, um clima persecutório, porque tem alguns dados nos documentos de que tinha gente dentro de sala de aula. Tal professor falou tal coisa, tal aluno num debate na Assembleia, levantou a mão e falou também.

**G:** Então, assim você tinha assim, oh, as nossas reuniões, a gente sempre que possível a gente identificava, eu lembro, eu lembro. Porque nós, é que eu começo a misturar um pouco. Mas assim, mas a gente identificava pessoas que a gente chamava de dedo duro, certo? Fulano é dedo duro. É ciclano, ele é dedo

duro. Então a gente tinha isso. Sabia dentro da Universidade. A gente tinha disciplinas como por exemplo é claro, EPB, certo? que era evidentemente disciplina doutrinária né? E que era uma dificuldade. A gente tinha na área do Direito, era onde você tinha o pessoal um pouquinho mais, vamos usar a palavra que nós usamos, mais reacionário, certo? Que era o pessoal mais à direita mesmo. E que era o pessoal que não deixava a gente entrar em sala de aula, certo? Na maioria da Universidade nós entrávamos, porque nós tínhamos o tal do passar em sala, certo? A gente vivia na sala de aula. É uma característica do nosso movimento, a gente era um movimento muito ligado ao que nós chamamos de a massa, né? Eles eram um movimento muito ligado na massa, a gente estava meses estudando e a gente estava sempre dentro de sala de aula. A gente estava com essa história de distribuir o Poeira, a gente estava sempre distribuindo jornal, a gente estava sempre em contato com o estudante e tal. E a gente era assim, as nossas ações políticas. Então teve que fazer o jornal, distribuir o jornal, colar, cartaz, né? Pegava aquelas bobinas, resto de bobina da folha, né? E a gente levava para o DCE e comprava aquela tinta xadrez e aqueles pincéis e fazia os cartazes. Então a gente para qualquer coisa fazia mobilização. A gente sentava lá e fazia os cartazes e metia cartaz na cidade, né? Lá na cidade, na Universidade. Então, essa era outra ação que a gente tinha. E a gente tinha a ação de passar em sala de aula, como forma de fazer comunicação direta com os estudantes. Aí fora as reuniões, fora as outras coisas que faziam. Bom, e então a gente teve esse movimento do passe, né? Aí nós tivemos aí o outro momento de repressão assim, explícita na Universidade, mas aí já foi quando o Oscar saiu e entrou o Pinotti. Foi isso que já era também o quê? Acho que 1978 né? 1977 aí.

L: 1981, já é o Pinotti.

G: É, 1981, mas aí 1981 já foi, olha deixa só contar essa sequência assim, quando entra o Pinotti, certo? O Pinotti ele entra e demite, ele começa demitindo dois professores lá da Medicina. Que seriam o Lúcio Marchese e demite o Carrilho. Certo?

L: São cinco que a gente tem aqui, o Lúcio Marchese, o José Mário Siqueira Marcondes dos Reis, o Zé Mário, o Pareja, é isso mesmo. Amorim Filho e o Axell Werner Hulsmeyer.

G: É o Pinotti. É o Pinotti, ele demite. Então é isso.

L: É uma greve dos docentes do HU contra a demissão. Essa demissão desses cinco era chamada lista azul.

G: É. Dois eu estou tentando lembrar, mas nós tivemos antes isso, é que eu estou confundindo.

L: Tiveram um movimento na Enfermagem ..

G: Antes disso nós tivemos a tentativa de aprovar o decreto que fazia essas restrições na Universidade. Aí nós fizemos uma mobilização que tem foto da passeata, da gente indo lá para a frente da Reitoria onde esse projeto...

E: Você lembra? Esse decreto que você falou, né?

**G:** Essa tentativa já foi uma mudança do 269, mas já era um decreto que eles estabeleciam restrições para disciplina, eles juntavam Centros de, por exemplo, pegavam, botavam veterinário junto com Engenharia, eles faziam uma mistura. Eu agora estou confundindo um pouco os tempos, mas assim, anterior ainda, um pouquinho antes da greve dos professores e acho que ainda na época do Oscar, foi quando teve a junção dos Centros, que teve a grande revolta aí do que foi. Mobilizou assim os imobilizáveis, que era a Engenharia e Veterinária. Se mobilizaram, fizeram uma mobilização muito grande. E eles, nesse mesmo processo, tentaram aprovar um decreto em que fazia e que eles traziam o 269 com alguns do 477, com modificações que também criavam restrições e aí a gente conseguiu nessa época desencadear o movimento que estava muito afinado aí com os estudantes. Aí, a gente conseguiu o movimento que foi além até do que a gente esperava. Agora eu estou tentando lembrar, meu, qual é, porque são dois momentos, teve um momento que foi é, mas é esse momento que eu estou falando, que teve o problema do regimento, de mudança do Centro e que foi no começo, foi assim no final do Oscar, porque aí nós viemos para ... nós viemos pra Universidade e chamamos uma assembleia certo? E que a ideia nossa era fazer uma assembleia para tirar um manifesto, um protesto para os estudantes e tal e tal e a moçada veio pra assembleia e aprovou greve na assembleia. Nós fizemos uma paralisação, quando nós fizemos o famoso ato do primeiro, dos famosos atos públicos, nós viemos fazer uma reunião, nós viemos fazer uma reunião aqui pra discutir um protesto, a nossa ideia era fazer uma concentração em frente ao DCE, na pracinha do DCE, veio o pessoal e falou “venham, vamos paralisar” e a gente fala “pô a massa está mais avançada do que nós, vamos paralisar e tal”, “e qual vai ser o protesto? nós vamos fazer uma

manifestação na Concha Acústica” certo? Um ato público, né? Ato público, né? Um ato público na Concha Acústica, fazer o ato público e tal. Certo? Esse é o ato público que foi ainda anterior a demissão dos docentes.

L: Ainda anterior, então 1979, que é o fim do Oscar.

G: Aí nós fizemos esse ato público. Aí esse ato público, eu estou pulando um pouco os fatos, né? Mas, deixa eu falar sobre esse ato que a gente fez na Concha, certo? E desceu a Polícia. Certo? Não chegou, não chegou a intimidar, tentaram só intimidar. E a gente tinha coisas assim, por exemplo, nós tínhamos que montar o nosso esquema de segurança. Eu lembro porque eu era o coordenador da segurança. Eu não participei do ato em si. Eu ficava, o Tadeu acho que o Tadeu tinha casado e eles moravam no Centro Comercial, lá em cima. De lá nós ficávamos vendo e tal e aí tinha um pessoal embaixo que se chegar a polícia, uma turma sai por aqui, vai lá para o Centro Comercial embaixo, outra turma sai para cá, outra turma sai para lá, não sei o que e sabe? Assim a gente fazendo sem celular, sem nada, certo corre avisa e tal. Mas assim, aí teve esse ato público. Agora é anterior ao ato público teve um outro fato também marcante do ponto de vista do enfrentamento da repressão.

L: Na tua vida, aqui dos documentos, em 1979, teve uma assembleia geral do DCE, importantíssima, que vocês estão lançando a chapa e você é indicado para ocupar a Secretaria de Saúde da UNE, chapa chamada Mutirão. Chapa Mutirão. Essa assembleia, 1979. Esta assembleia foi scaneada. Todos os nomes, tudo que vocês falavam. É. 1978, tem o IV Encontro Nacional de Estudantes, o ENE pra tirar essa chapa. É. Em 1979, tem essa indicação e 1980, o Alencar Furtado veio aqui. Vocês fizeram de novo uma reunião já para com a campanha da anistia.

G: Veja, assim, primeiro, ainda, teve um fato, qual foi o fato? Nós marcamos um debate sobre a constituinte. Isso foi em 1977. Debate sobre a constituinte, certo? Veja só, 1977, a gente falou em constituinte, né? Era uma discussão, então era tudo na linha de que a gente era na linha das bandeiras, da bandeira da luta pelas liberdades democráticas, mas não éramos da turma do contra a ditadura, a gente é porque é ... qual era a ligação político-partidária ou de partido clandestino? Qual era a ligação que nós tínhamos? O nosso clube tinha ligação com, não partidos, o partido oficial era o PMDB, mas o partido clandestino havia uma ligação com um segmento, um uma tendência dentro do PCdoB, certo? Então a gente vem aqui em Londrina, o PCdoB relativamente organizado a partir do movimento estudantil e o partidão, o PCB organizado dentro assim, havia

dentro do DCE, segmento do pessoal mais antigo, né? Que era o que era mais ligado ao pessoal do partidão. mas era uma ligação, por exemplo, eu fui descobrir que a gente tinha ligação, a coisa era muito, muito clandestina. Muito clandestina. Eu fui descobrir que a gente tinha ligação com o PCdoB quando eu estava saindo da UNE. Eu fui diretor na UNE, a UNE a vida inteira, né? Até hoje ela, não sei hoje, mas ela vinha inteira dirigida pelo Pcdob. Mas não é a forma como o pessoal ... a postura nossa era completamente diferente, né?

**E:** Você esteve no congresso da Bahia?

**G:** Sim. Porque a história então era assim, antes do debate da constituinte, nós marcamos em 1977, o debate da constituinte. Aí nós trouxemos o Aliomar Baleiro que era da banda jovem da UDN, nos tempos de que era conservador. Ele era o ministro do supremo, aposentado, quando ele veio velhinho. O Aliomar Baleiro, certo? Que a gente queria fazer as coisas de forma ampla e para a gente não ter que ... aí veio Cristóvão Buarque Gusmão, não, né? Cristóvão Buarque, não sei o quê, era um jornalista do Jornal Movimento e vem o terceiro que eu não me recordo mais quem. Eu estou e aí só me recordo do Aliomar Baleiro. Aí o que aconteceu? A burrice das burrices de parte da repressão. A nossa reunião, certo? Se juntasse uns cem estudantes, ia ser muito, porque discutir constituinte à noite. Certo? Lá no Teatro Universitário Filadélfia a gente já está olhando é vai ser tal, mas a gente falou “vamos lá”, a gente ia botar os cento e cinquenta estudantes lá, nós íamos conseguir colocar. O que que os caras fizeram, meu? Seis horas da tarde, o debate era oito horas da noite, seis horas da tarde desce a Polícia Militar do Paraná inteira e cerca, eles cercaram para lá do atual Filadélfia hoje, que era uma parte da Universidade que o CESA, mas o CESA funcionou lá uma época, né? Então eles fecharam lá, que era o que do Teatro Universitário, uma quadra pra lá, uma quadra pra cima, fechou o Colégio Canadá, né? Fechou o Colégio Canadá, fechou uma quadra por trás do DCE e fechou toda a avenida em frente ao DCE. Bom, nós estávamos num grupo lá, acabamos de fazer os últimos preparativos, nós estávamos acho que uns cinco ou seis dentro do DCE. Eu estava lá, de repente, pum, chega a polícia, “teje preso”, certo? Nós ficamos presos dentro do DCE, certo? aí acho que mais, nós estávamos em uns dez, mais ou menos, né? Não vou lembrar quem estava, mas eu lembro, eu lembro que estava o Claudinho, eu lembro que estava a Maria Alice, eu lembro que estava o Cuba, é acho que o Binho, tal, enfim, ficamos presos lá dentro do DCE. Nós estávamos fazendo cartaz pra colar na frente, tal, fazendo os preparativos para o debate. Rapaz, e aí chega o Tadeu Felismino, certo? “Não, o senhor não pode entrar”, polícia lá na frente. Entendeu? “Como? eu sou presidente dessa bosta. Como não posso entrar nessa merda, eu sou presidente dessa bosta.” “Porque você não vai entrar aqui não, meu”. Aí chega o Nilo Dequech, certo? Tá? Que era da Arena Jovem. Tinha sido da Arena Jovem, tinha disputado a eleição. “Mas eu sou um ex-presidente como vocês não deixam? O senhor não pode?” Quer saber de uma coisa pegou a carteirinha de filiado da Arena? Olha. “Estou rasgando essa carteira, estou saindo da



Arena”, rasgou a carteira da Arena, certo? Aí chamamos o bispo, né, Dom Geraldo Fernandes, conservador. Opa. Extremamente conservador “é meninos, tudo bem? Não, isso realmente é muito e tal, mas vocês têm que tomar cuidado com o perigo vermelho e tal, né? Mas os policiais não podem fazer isso que eles tão fazendo, isso aí está errado, certo? Não pode ter violência e tal, mas vocês também têm que tomar cuidado”. Mas veio, veio lá. Aí nós começamos a ligar, aí eu quis fazer, ligar para os políticos do PMDB, né? aí veio o Macedo, veio não é mais, quer dizer. Aí apareceu o pessoal lá e tal e nós ficamos presos. Certo? “Mas não pode, não vai sair, não vai entrar, não pode sair, não pode entrar, não sei o que”, pá, ficamos presos lá dentro do DCE. Mas aí o Tadeu saiu e a turma foi lá no hotel onde estavam os palestrantes. O Aliomar Baleiro falou “O quê? Polícia não me deixando fazer, mas nem” ..., aí a imprensa em cima, “... mas nem na ditadura do Vargas que eu combati eu fui proibido de falar, como? Olha aqui a arma comunista que eu trago” e erguia a constituição da Constituição da ditadura. “É aqui. Essa eu estou eu vim aqui falar da Constituição que você não, como que eles não vão deixar? Eu vou lá. Mas aí veio e a polícia não o deixou chegar. Mas ele falou “eu vou no teatro, eles não vão me deixar entrar, mas eu vou, eu vim aqui para dar palestra pra vocês, eu vou lá.” né? E chegou e a imprensa, puta repercussão nacional, Estadão, Folha de São Paulo, jornais lá do Nordeste, jornal do Paraná, Paraná inteiro, não sei o quê, “puta somos notícia nacional” certo? Entrevista com o Tadeu, fotografia, fotografia da polícia em frente do DCE, fotografia da frente do DCE. Porra, fomos notícia nacional, certo? Aí fala, nossa, os caras são burros demais, mas eu vou fazer um troço pequenininho. Quietinho, pequenininho. O outro que é tal e os caras conseguiram dar o nome então.

E: Era o Pinotti, reitor ou o Oscar?

**G:** Era o Oscar.

E: Era uma ação da ditadura diretamente no movimento?

G: Só da Secretaria de Segurança do Estado, com informações da AESI imagina, os caras, né? Então, vai ter um grande ato comunista lá, certo vamos lá, vamos pegar os comunistas, certo? Tem comunista, coitado de nós, certo? A gente era, a gente tinha posições definidas, posições ideológicas e tal, mas isso que eu falei para você que se havia vinculação e tal foi uma coisa, foi pelo menos fui descobrir lá na frente quando ela já estava quase saindo lá na frente, certo? Então é na verdade a gente fazia um movimento político, certo, é de defender a liberdade democrática, a constituinte, fazia parte das bandeiras da liberdade

democrática. Eram uma estratégia, a gente entendia como uma estratégia de luta, né? Imagina se conseguisse abrir a discussão de rever a Constituição Federal, óbvio, você rever a Constituição, que era a Constituição da ditadura. E isso era época do Geisel, o presidente da República, Ney Braga, governador, certo? E aí é formação da Secretaria de Segurança do Paraná, certo? Os caras desceram com a polícia inteira. Então esse foi um momento de enfrentamento da repressão, momento forte. Outro momento que foi quando aconteceu o quarto ENE em São Paulo que foi posterior a esse da constituinte. Então teve o IV ENE porque aí assim, abre um parêntese, pra dizer o seguinte, havia um movimento de reconstrução da UNE. A UNE tinha a comissão nacional da UNE, que saiu do IV ENE, havia um movimento que a gente fazia reuniões assim, então tinha o DCE de Londrina, o pessoal de Curitiba era mais organizado porque a repressão foi muito forte em Curitiba, né? Em 1968, 1969. Então, ainda eles estavam no processo de organização um pouco mais atrasado do que o nosso, mas então no Paraná, o DCE de Londrina, aí você tinha, claro, São Paulo, a USP, Unicamp, né? A PUC. São Paulo. Aí você tinha, o DCE da UFMG, aí descendo você tinha? PUC do Rio, UFRJ, tal. E tinha o DCE da federal da Bahia, da Federal de Alagoas, então eu tinha, eram assim as entidades que tinham uma articulação maior e esse pessoal começou a se reunir, foi se reunindo e tal e aí tentou fazer, primeiro tentou fazer em Belo Horizonte o IV ENE, IV Encontro Nacional de Estudantes. 1978. Aí foram para o IV ENE, saíram delegados aqui de Londrina, o Marcão, a Márcia.

L: Cheida, Maria Alice, não?

G: Não, esse foi depois. Já chego lá. O primeiro foi, não o III ENE. Que foi em Belo Horizonte que era para ser em Belo Horizonte. Certo.

E: O III ENE?

G: Isto o geral. Todos os estudantes. Aí Marcão, Márcia, Marcelo Oikawa e acho que foram os delegados nossos que foram pra Belo Horizonte. Chegaram no meio desse encontro a ditadura proibiu chegar. No meio do caminho eles foram presos. Prendeu todo mundo em Belo Horizonte. Eles confrontaram com a polícia e não sei o quê. E eles ficaram presos dois ou três dias, aí nós fizemos um ato público aqui no CCH, fizemos um culto ecumênico, né? O culto ecumênico para denunciar a prisão e tal, não sei o que, aqui no CCH, fizemos o culto ecumênico. Aí eles foram soltos e tal. Aí é no desdobramento desse terceiro ENE, o pessoal mais radical do movimento estudantil foi puxado pela, puxou pra São Paulo o ENE. “Não vai sair em Belo Horizonte então nós vamos fazer o III

ENE em São Paulo na PUC”, que foi aquele episódio da PUC que o que o Erasmo que prendeu um monte de gente. Mas eles fizeram meio clandestino, meio na marra, mas fizeram o III ENE e no III ENE eles deliberaram pela criação da Comissão Nacional pró UNE, certo? Tá. E aí me convocaram o IV ENE que foi em São Paulo depois, é nesse IV ENE eu fui. Estava eu, estava o Cheida e estava a Maria Alice. E tinha uma menina, não sei se da Bioquímica ou Serviço Social daqui que foi delegado. Esse nós fomos, certo? IV ENE. 1978. Que foi esse na USP, em São Paulo. Mas foi na Faculdade de Comunicação lá esse encontro

L: Na ECA

G: Esse encontro foi na ECA, no campus da USP em São Paulo certo? Então aí foi esse o IV ENE. Aí a gente já começou uma articulação nacional e criamos a comissão, aí consolidamos, aí organizamos a comissão nacional pró UNE, certo? Que é a área composta pelos DCEs do Brasil e o DCE de Londrina. Aí a gente começou a fazer o movimento pela reconstrução da UNE, da Comissão Nacional pró UNE. Aí, depois da semana de São Paulo, nós tivemos um grande encontro da Comissão Nacional pró UNE em Salvador, certo? Que nesse encontro eu fui, fomos eu e o Fabinho nesse encontro. Salvador, e que era assim, né? A gente discutia as teses, a gente decorava as teses, aí a gente catava dinheiro entre nós pra comprar as passagens e tal e decoravam alguns telefones, certo? Então, eu saía daqui, entrava no ônibus aqui, descia em São Paulo, ligava num telefone, um código qualquer lá, ah, eu, “olha, o nosso amigo viajou, sei lá”, né, qualquer besteira, não pode. A pessoa vê, opa, chegou em São Paulo. Aí sabia que em São Paulo ia pegar o ônibus da São Geraldo pra ir a Salvador, ia parar em Juiz de Fora, não sei onde, né? quando parava ligava para outro telefone, liga para o telefone público e ligava o telefone, que era para você saber que você estava indo, certo? E aí quando chegava lá, aí era assim, né? E quando chegava em Salvador, era assim, então olha vai estar um colega nosso, não sei se é alguém que conhecia ou não, mas vai estar alguém do DCE, vai estar com uma camisa assim se ele tiver com uma revista Manchete aberta, você volta pro guichê, compra a passagem e vai embora porque a reunião caiu. Se ele tiver com o jornal Opinião aberto, você pode ir para o ponto de encontro porque a reunião está mantida, certo? Mas eram reuniões, não eram reuniões clandestinas, só DCEs, porque só que a gente sabia que havia repressão estava forte. Aí esse Encontro de Salvador, né? A gente definiu a realização do Congresso da UNE, que ia ser em Salvador, né?

E: Federal da Bahia?

G: Federal da Bahia. E aí é assim né o grande líder naquele até aquele momento era o Valdério, que era o presidente do DCE da UFBA, né? Não, ele era o presidente que estava terminando o mandato, do DCE da UFBA e aí marcamos o Congresso, certo? E aí fizemos, olha aí a gente fez reunião aí tocou para Londrina, nós fizemos reunião em Bandeirantes, descobrimos que tinha um pessoal lá da Agronomia, fomos a Maringá, tá? E o único ônibus do Paraná que foi para o Congresso, o ônibus saiu de Londrina, inclusive o pessoal de Curitiba veio com a gente, certo? Os delegados de Curitiba vieram com a gente nesse ônibus e nós fomos e aí assim, foi a viagem assim, a gente andava um trecho, tinha a barreira da Polícia Federal, andava outro trecho e esse cara entrava e revistava tudo e a gente chega na hora que ele saía, aí nós revistávamos tudo, que esses caras colocavam droga, plantavam alguma coisa para a gente ser pego, “vamos revistar tudo, vamos revistar tudo pra ver se não ficou nada, não sei o que”. Então, foi assim, né? Chegamos em Salvador, certo? E aí o Congresso tinha mais de dez mil estudantes, né? Aí sim uma semana antes do Congresso a Veja solta uma matéria falando que o Valdério era comunista e daquelas coisas da Veja, né? Queimou o Valdério, certo? Aí a análise, bom no que o Valdério era o nosso candidato a presidente da UNE. Né? Então não dá, aí o Rui César, certo? Que tinha acabado de assumir o DCE. Isso. O Rui César como presidente da Federal da Bahia presidiu o Congresso. E o Rui era de uma habilidade. Olha, você imagina se fosse uma assembleia, deu uns dez mil estudantes uma assembleia com dez mil estudantes com o pessoal do DEE que era o Diretório Estadual de Estudantes do Rio Grande do Sul, que era da direita e vindo com o ônibus tentando jogar o ônibus no meio da Assembleia, pressionando mais, que caiu a luz, maior balbúrdia, uma loucura, né? Agora, veja como é que é engraçado, por que que nós fizemos na Bahia? Certo? Porque o ACM [Antonio Carlos Magalhães] liberou uma parte do Centro de Convenções, que eles estavam construindo, liberou para que os estudantes fizessem a reunião lá. Esses caras são muito espertos. Porque ele era campeão em fazer média, né? E aí ele fazia uma média também com a esquerda, né, certo? Então fez o congresso lá e assim então dividíamos para discutir os temas. Dois mil estudantes em cada tema. Mas aí saíam os relatórios que iam e vinham para plenário. Aí o relatório tinha assim, porque precisa colocar um para-raios na Universidade Rural do Pernambuco, lá não sei de onde e tal região, porque não tem para-raios na Universidade e precisa comprar um ônibus para não sei onde, aí aquela pilha de coisa né? Eu lembro que aí que o Rui César se consolidou como liderança fazendo a reunião no fundo para ver, ele falou, dá aqui isso aqui, põe tudo aqui. Vamos lá, as principais bandeiras que foram discutidas, vamos aprovar isso, isso não tinha outro jeito, e mais importante, nós temos que aprovar, decidir certo, que foi a grande polêmica do Congresso, se a eleição da UNE ia ser eleição direta ou eleição no Congresso, porque até então se elegia no Congresso e a gente, por exemplo, defendia que ia ter eleição direta como forma de você consolidar, era processo de reconstrução da UNE, fomos de consolidar onde era o grande debate, né? O pessoal mais moderado queria a eleição no Congresso e nós e aí nessa, até os mais radicais vieram, com a proposta fazer eleição direta dos estudantes, certo? E foi o maior pau, né? Tá,

aprovou eleição direta aí teve então, aí teve acho que no dia três de outubro, três e quatro de outubro de 1978, acho que é isso, né? 1978.

**E:** Congresso de onde?

**G:** 1970. O Brasil da constituição foi 1979. Desculpa, eu já não consigo mais.

**E:** Eu tinha um livrinho de fotos desse congresso que alguém me jogou. Refazenda, do grupo Refazenda.

**G:** Era da filha do ... daquele deputado que eles mataram. Como é que se chama lá, ô meu Deus, do rapaz que é escritor de livro aí.

**L:** Rubens Paiva.

**G:** Filha do Rubens Paiva que era chefe da Refazenda e foi a Refazenda que fez esse ... Então, eu tinha esse material e eu, aí assim, então fizemos e decidi que ia se fazer então para eleição da UNE e aí acabou esse Congresso, olha, o Zé Serra estava voltando da como é que fala?

**E:** Do exílio.

**G:** Do exílio. O Genuíno, o Brizola. Tudo quanto era, esses caras, é o rapaz da tanga ...

**L:** Gabeira

**G:** O Gabeira e estava o Ulisses Guimarães, estava todo mundo lá no Congresso, foi um Congresso e o Serra era o último presidente vivo da então UNE, o Serra que fez a abertura do Congresso. Certo? Então, é aí que se

decidiu. E aí então nós fomos nos sentar para discutir, certo? Então nós éramos de uma tendência do movimento estudantil que era a tendência que se chamava de Caminhando, o pessoal da Caminhando, por causa do movimento da Caminhando da USP, certo?

E: Que tinha lá PUC também.

G: Tinha na PUC também.

E: Eu fiz PUC de 1981 a 1985, e um período desse o Aldo foi presidente do DCE da PUC São Paulo.

G: É, verdade, pessoa. O Aldo é assim, como é que o Aldo era presidente do DCE da UFAL. Ele fazia jornalismo na Federal. Não, ele fazia Direito, aliás Jornalismo já, não sei, acho que vai ser Jornalismo na PUC ou fez Direito. Acho que no Jornalismo.

E: Jornalismo.

G: Ele fazia, ele era então, ele fazia Direito na PUC, ele era, então o Aldo Rabelo, era o presidente, da Federal, UFAL, de Alagoas e o Renan Calheiros era o vice-presidente. O Renan é um cara baixinho, magrinho e cabelo, cabelo comprido, barbudinho e tal e virou isso, mas e aí assim então nós éramos da tendência da Caminhando. Bom, o DCE de Londrina ia participar dessa chapa da UNE e porque nós éramos “Caminhando”, aí fizemos a discussão do DCE de Londrina.

E: A chapa era Mutirão?

G: Mutirão, aí é quem eram os nomes para compor assim, Marcão está indo para o internato e tal, não dá. Maria Alice, estava terminando o curso e tal e tal aí qual que era o cdf do Poeira, um dos militantes, carregador de piano, não sei o quê, o Giba, não, não, aí eu acabei virando o nome do Poeira para estar na chapa, certo? Aí fomos, fizemos intermináveis reuniões de composição da chapa lá na

PUC do Rio de Janeiro. Então eu lembro assim né? A reunião que finalizou, nós começamos a reunião acho que nove hora da manhã certo? Varamos a noite discutindo, só no outro dia sete, oito horas da manhã, que nós conseguimos finalmente finalizar. Que essa é aquelas discussões assim, não, porque, porra, a nossa força é tanta, na pá, nós temos que ter tantos cargos na chapa. É o processo, né? Era o processo, eu chamo uma hora que eu não aguentei, eu dormi, porque eu não aguentava e aí assim amanheceu, né? Hora que tinha terminado umas seis horas da manhã. Então, amanheceu assim, a PUC do Rio, não sei se vocês têm aquelas colunas, né? Tem o pátio, tem as colunas e tem os bancos assim, né? Então amanheceu assim estava Aldo Ribeiro desmaiado num banco e Marcelo Barbieri, o outro, eu caído no outro o outro no outro os estudantes que chegaram né? Os estudantes da PUC certo? Eu sempre estudante é claro era aquele bando de molambento porra nenhuma de chinelão, calça rasgada, camiseta, certo? Barba por fazer, banho por tomar, certo? Vai chegando, olhando, né? “Quem são esses caras esquisitos aqui” aí nós fechamos a chapa Mutirão, certo? Que era uma chapa que tinha o apoio do PCdoB, do movimento revolucionário, não sei das quantas, não, é o oito, oito leva na chapa a unidade, a unidade era o partidão e o oito, certo? Que era, vamos dizer assim, os principais padrinhos.

E: Eu cheguei ao Brasil em setenta e nove.

G: Mas por que que agora a chapa Mutirão, que que aconteceu com a chapa Mutirão e Mutirão era o PCdoB, a Refazenda que era um desdobramento da AP né? Da Ação Popular e que eles, se eles eram não me lembro qual era o partido deles lá que era mais em São Paulo, que era a Vera, filha do Rubens Paiva falando que era o chefe que era o ex-ministro da educação aí o do PT, o Mercadante esse pessoal certo, era a Refazenda. E aí e veio o pessoal que era um pessoal que tinha uma proximidade, mas que era um pessoal um pouquinho mais à esquerda que era forte no Nordeste, em Pernambuco, Rio Grande do Norte e tal, né? Que era o Lula e mais dois meninos que eu não lembro mais o nome, que é o tal de Lula e mais dois meninos que não é mais o nome. Então a gente era majoritário, o pessoal que estava na Refazenda era o Marcelo Barbieri, certo? Que era o Marcelo Barbieri, que era da... Marcelo acho que era da UNICAMP. O Marcelo Barbieri que hoje é prefeito de Araraquara, foi deputado federal, foi relator da comissão de orçamento no Congresso Nacional e hoje é prefeito de Araraquara. Era o Marcelo, a Kika que era da PUC do Rio de Janeiro, ela, da Refazenda, aí o Cândido Vaccarezza, o famoso Cândido Vaccarezza né? Certo? Que era da Refazenda da Bahia, da Católica da Bahia, certo? É aí nós éramos, era eu, Valdo Ribeiro, era o Rui César, Aldo Rebelo, eu, Serginho do Pará, Alonso da, USP, da Medicina da USP. Nós éramos em sete, eu acho, e Alfredo Ebley do Rio Grande do Sul, e o de Brasília, né? Qual é o nome dele? hoje ultimamente ele estava num movimento do pessoal que mora em casas

populares e tal, esse cara participou do movimento pô, ah, não lembro o nome dele. Bom, aí fomos disputar a eleição, eram cinco chapas, era Mutirão, Unidade certo? Aí era a Libelu, certo? A Libelu e como que era a chapa dos socialistas lá? não lembro o nome mais da chapa e tinha a chapa da direita que era a maioria certo? Que era a chapa da direita, se a barra direita lançou uma chapa, cinco chapas, certo? Aqui no Paraná a disputa é claro, era no Brasil inteiro, a disputa era Mutirão e Unidade certo? Aqui no Paraná, nós fizemos, eu era o candidato aí eu fiz campanha no Paraná inteiro, faculdades, uma delícia, certo? Andei pelo Estado todo aí fazendo nós fizemos vinte e cinco mil votos para chapa mutirão. Daí o pessoal falava, era voto, na época era voto para eleger Deputado Federal. É vinte e cinco mil votos eu achava bom, Nós fizemos no Brasil inteiro, nós conseguimos no Brasil ou no Paraná. Não. É o Paraná acho que foi que nós conseguimos acho que somando tudo, acho que nós tivemos uns setenta e poucos mil votos chamando para o Brasil inteiro participou mais de um milhão de estudantes da eleição do diretório. O voto direto, não obrigatório, reprimido, certo? Então, certo? E a moçada foi, compareceu. 1979, né? 1979.

E: Depois do Congresso?

G: Depois do Congresso. Foram três e quatro de outubro. Até a foto da chapa Mutirão, ah eu vou mostrar uma coisa pra você, mas aí já é outro momento, 1979, nós fizemos a eleição elegeu a chapa da UNE e é isso que fazia, fomos começando a fazer o movimento da UNE, o movimento que a gente fazia foi o movimento de organizar os encontros por área, por curso, para mobilizar o pessoal. Saiu daí os encontros e aí nós, quando nós desencadeamos o movimento contra o aumento das anuidades e foi aprovado num dos encontros lá da ... dos encontros do acho que do CONEB que era o Conselho Nacional de Entidades de Base, que era a instância maior, antes do Congresso, foi aprovada a proposta de se fazer três dias de greve de protesto e a gente, porra, três dias de greve e tal, esse negócio, ah isso acho que já foi 198. Já foi 1980. Aí eu começo realmente a me confundir um pouco nas datas. Mas foi em seguida ou foi ainda em 1979? Não, foi no começo do ano seguinte. Aí três dias de greve, certo aí eu vim para cá. Cada um foi para o seu estado, para sua região, para organizar. Aí eu vim para o Paraná. Putz. Assim, nego ligava, “ó, aqui é da Faculdade de Mandaguari, nós fizemos uma assembleia, resolvemos fazer, entrar, aderir à greve da UNE e agora, o que que nós fazemos?”, “Não, perai, que eu tô indo aí”. Eu chegava lá, “aqui é de Palmas, nós fizemos a também decidimos entrar na greve, que que nós fazemos?” Olha, foi uma loucura, certo? Porque acho que o pessoal estava assim, sabe? Tanta vontade de participar e tal, porra, o negócio da UNE, não sei o que, pá. Estava começando a abertura, né? É, estava começando a abertura, certo? E a UNE, certo? Assim, foi a primeira entidade civil de caráter nacional a se organizar, certo? Então eu lembro assim que teve um momento que as duas grandes estrelas do movimento



popular no Brasil eram o Ruy César e o Lula, certo? Eu lembro do Jornal da República que chegou a circular em São Paulo, o jornal. Acho que ele ia de carta alguma, logo depois da eleição da UNE ele fez uma matéria com os dois.

**E:** Eu me lembro dessa matéria.

**G:** Certo, então assim, aí o Lula foi preso, certo? Aí nós tínhamos uma reunião no Rio de Janeiro, uma reunião da UNE, no Rio de Janeiro, né? E aí acabou a diretoria, é o único que aí tinha um ato público lá na Candelária em defesa do Lula, contra a prisão do Lula, certo? Aí o único diretor que podia ficar fui eu, certo? Aí não, então você vai lá representar a UNE. Aí fui, eu era, eu sempre fui de muito de fazer, de trabalhar e tal, mas não era muito de discurso e tal, né aí vou eu lá para ... chego lá no Rio de Janeiro, lá na Candelária, que multidão de gente e agora vai falar o representante da UNE.

**E:** Eu tenho uma coisa para se perguntar aí nesse período eu não sei se esse período mesmo teve um na documentação nós vimos um processo que no período do Oscar Alves o Conselho de Administração abriu contra o Tadeu, não sei se você lembra desse processo? Contra o Tadeu.

**G:** Contra o Tadeu, eu não lembro rapaz. É, mas apesar que assim, eu peguei metade do mandato do Tadeu, né? Pode ser que tenha sido com o Oscar na Reitoria. É com o Oscar não, no período do Tadeu não foi o período do Oscar. O Oscar foi reitor quando o Nilson Monteiro foi presidente, quando o Tadeu foi presidente e pegou um pedaço, metade do mandato do Dias como presidente.

**E:** E a relação de vocês com a AESI. Sabiam que tinha a AESI?

**G:** A AESI, todo mundo sabia que tinha a AESI. A gente escrevia no Poeira, a gente denunciava isso. Certo? Todo mundo sabia. Nós sabíamos quem eram as pessoas, sabíamos quem era o fotógrafo, os fotógrafos.

**E:** Quem era?

L: Você fala o que você quiser.

**G:** É. Eu acho que ele está por achar que ele está meio ... se eu não me engano era o Martinon. Então assim as nossas informações. É um fotógrafo bastante conhecido e tal. Nós sempre éramos todos devidamente fotografados e identificados. Certo? as reuniões, as nossas atividades e tal, certo?

L: Porque essa documentação é interessante, Gilberto, que a gente não consegue um único nome, né? As assinaturas são, todas são vistos ...

G: Eu posso dizer quem era o chefe da AESI, o capitão Aparecido. Tem mais um nome, certo? Eu não me lembro mais outros nomes assim sabe?

L: Ricardo Tufik? Então isso aparece ele aparece como o dedo duro em alguns momentos né?

**G:** É. Não. Ricardo Tufik esse nome não me é estranho, mas eu não lembro assim. Da AESI tem o capitão Aparecido. Tinha umas figuras, algumas a gente suspeitava, alguns agentes e outros nós tivemos numa dessa assembleia nossa, dessas que nós fizemos para discutir, acho que foi naquela do regimento, certo? Contra o regimento interno, é que aí chegou o cara lá, né a hora que chegou, todo mundo viu que, e várias pessoas, cara, e catamos o cara, trouxemos para dentro do DCE e falamos “tá bom bicho, é o seguinte, você vê, nós sabemos o que você veio fazer aqui. Então, você está desconvidado a ficar aqui, você sabe nós vamos denunciar para o pessoal lá na frente que era uma reunião grande, né? Nós vamos denunciar que você está aqui, que você é dedo duro, cai fora, certo?” O cara arrancou fora, certo? Mas e a gente fazia as nossas reuniões do DCE, ali no conselho deliberativo do DCE ou a reunião do conselho de uma série editorial de Poeira, ficava na esquina do DCE, lembra? Sabe lá. Então na esquina de cima toda reunião nossa invariavelmente ficava uma Opala azul, ou Opala preto, ou um veraneio, da Polícia Federal. Eles ficaram monitorando o pessoal da AESI provavelmente né? Que trabalharam, eles ficavam monitorando e assim, eles não entendiam muito bem as nossas lógicas, então você pega os relatórios dele tem cada confusão de informação e aí os caras eles tinham que produzir informação, porque então eles ganhavam por informação, olhavam o relógio, sete horas eu tenho que descrever algo. Agora a noite reunião de combate a AESI.

**L:** O Gilberto então você lembra de uma sindicância, oitenta, que foi sofrida pelo Flair, José Carrilho Flair?

**G:** Lembro, o Flair, ele, eu não me recordo exatamente da sindicância, porque eu estava acho que eu estava no básico ainda. Eu estava no clima, mas não tinha contato, mas ele foi demitido.

**L:** Depois daquela lista ...

**G:** Foi demitido depois daquela lista dos cinco da Unicamp, a Unicamp o pegou. Hoje o cara é uma das autoridades internacionais em Fígado. Sim umas pesquisas, o cara é referência mundial. Foi e é uma das referências na área dele fora do Brasil, certo?

**E:** Ele é uma das demissões para a Unicamp, né? E da demissão dos cinco?

eram cinco que depois virou uma lista dos oito que é o Axel, João Amorim Filho. Amorim também foi pra Unicamp, não foi? O Pareja foi para a UNICAMP, Zé Mário foi para São Paulo. O Lúcio Marchese, você precisa ver as fichas assim, cada um deles tem, um roubou um laboratório. É. Entendeu? Vamos mexer no laboratório. O Higashi disse que ele sabotou o laboratório do HU. Escrito no processo dele. O processo aí também foi acusado de ter sabotado o laboratório

**G:** Quem?

**L:** O Bertoni, o Arnaldo Bertoni e aí demitiram e no total eram oito.

**G:** A história que a lista começava nos professores ia chegar nos alunos.

**E:** Isso que a gente queria saber. Você conheceu?

**G:** Não. Os alunos não chegaram. Não gente. Por conta de expulsar da Universidade, não? Certo. Porque assim, a lista, segundo o que a gente falava na época, a gente sabia, né? Então, se comentava na época, ela começava em professores, ia chegar em alunos e funcionários. O que que aconteceu? Com a demissão nós fizemos uma mobilização. Exato. Aí começou com os professores a demissão. Certo? Thompson, seu pai, pessoal progressista lá da Saúde Coletiva que era principalmente a ...

L: Joselina Passos

G: A Joselina Passos que está na Bahia. É, esse pessoal aqui era a turma pessoal.

**E:** O movimento foi forte e meteu a boca na imprensa contra as demissões dizendo claramente que era perseguição política, o método era esse criar factoides. Assuntos administrativos. Na do Nelsão as fichas dele, tem que ele faltava, que ele era representante não sei onde, então o que havia era sempre administrativo. A Joana Darc que eu ia trazer [a CVUEL, por meio da Leila, iria trazê-la a Londrina para dar um depoimento a Comissão da Verdade. Não pôde vir por questões de saúde] também foi demitida, segundo ela, por uma falha administrativa. Porque, no entanto, ela estava fazendo teatro lá no Pindorama. Teatro escola, está fazendo atividade. Fazendo atividade acadêmica subversiva. Então os motivos eram administrativos sim.

**G:** Não, jamais eles iam admitir que a questão era política.

**E:** Que outro fato você poderia apontar que teve naquele período da sua passagem como estudante, que mereça um registro ou uma investigação. Além daquilo que tem a ver com a sua trajetória.

**G:** Então veja só e onde que terminou esse processo de, digamos, de repressão. Certo? Terminou com eles invadindo a sede do DCE, certo? E fechando os Diretórios Acadêmicos, que nós tínhamos alguns Diretórios que eram aqui no campus, o Diretório da Comunicação, o Diretório do CCH, ou seja, o Diretório da Biologia do CCB, 1978, não foi, acho que o ano da invasão foi 1978. 1978. É. Então assim, aí foram lá pra sede, na Rua Hugo Cabral, foram fechados, tomar a sede do CCS, lá na Rua Cabral. É. Quando eles começaram, eu lembro que a

gente estava tendo aula lá no HU, certo? Quando eles começaram a invadir lá o DCE rapidamente, apesar de não ter celular, não ter WhatsApp e não ter nada por telefone ou sei lá, rapidamente a notícia circulou. O que nós começamos fazer? Começamos a juntar os estudantes e falar bom, o DCE já cercaram, já tomaram, já tiraram e tal, eles estão lá no CCS, vão para o CCS, aí nós fomos todos para o CCS, começou a juntar estudantes. Aí eles já estavam lá, estava o capitão Aparecido com a SWAT, então eu tenho uma foto inclusive desse dia, o capitão Aparecido, com a SWAT, tirando o mobiliário. Então a gente começou a chegar, né? Então aí teve um primeiro momento que foi um sarro, né? Foi engraçado colocava o mobiliário no caminhão, a gente ia no caminhão e mais rapidamente nós descarregávamos o caminhão. Estávamos em número maior, certo? E aí o capitão Aparecido, ele começou a bater boca, com ele, e começamos juntar gente, juntar gente e cercar o DCE, juntar gente e daqui um pouco eles raparam embora. Aí a gente já fizemos uma assembleia. Nós viemos naquele momento, final de tarde assim, acho que éramos uns oitocentos estudantes mais ou menos.

**E:** E ele era capitão mesmo, ou não?.

**G:** Eu acho que ele era capitão da Polícia. Eu acho que é da Polícia Militar. Ele era da Polícia Militar. Aí juntamos. Aí certo? e tinha acabado de acontecer as eleições de deputado e senador. O Richa tinha acabado de se eleger senador, certo? Aí eu pô, nosso primeiro nome foi para o Richa. Aí o Richa veio, foi assim, o primeiro discurso do Richa como senador eleito foi lá na nossa frente. Olha, não, pô, isso foi um discurso de apoio a gente, naquela época o MDB ainda era do combate a ditadura e tal, certo? Então veio ele, veio acho que o Hélio, veio todo esse pessoal veio, o Macedo, os caras, vieram tudo lá, certo? Dar apoio para a gente, certo? aí nós ficamos, resolvemos fazer uma vigília. Nós ficamos, eu acho que deu dois anos, que a hora que tem o fechamento mesmo acho que é em 1980.

**E:** Fechamento mesmo 1981.

**G:** Oitenta e um. Aí já estava no internato. Então assim, nós ficamos desde acho que foi de 1978 até 1981. Nessa luta, fazendo vigília. O Cheida veio para o movimento assim. O Cheida era um cara que fazia teatro, jogava vôlei, certo? Assim, era muito ligado a área de cultura e esporte quando nós fizemos aquela chapa que eu ia ser candidato a presidente, que a chapa foi vetada, então eu tinha convidado o Cheida para ser presidente da Liga Atlética. Então cheguei aqui para organizar a Liga Atlética. E aí o Cheida veio empolgado. Puta, foi um

dos caras que mais trabalhou, né? Para organizar as coisas e tal, causou aquela impressão muito positiva, né? E as meninas, claro, chega com toda cara bonita, eu era magro, barbudo, feio pra caramba, certo? Mas tudo bem, certo? Aí o Cheida chega pá, pá, pá. Ele ajudava, organizava, prestativo, trabalhador, não sei o que, pá, enxergando, poxa que cara legal, mas que quadro bom, cara. Aí veio, vieram os vetos, né? Então, eu era para ser candidato a presidente e fui vetado. As nossas contas não estavam aprovadas. Outro vetado, o outro vetado, outro vetado. Aí você falou, “porra, cê quer saber de uma coisa? Vamos é vamos formar uma chapa, nós vamos ter que formar uma chapa com gente nova, certo? Porque os velhos nós estamos todos comprometidos e não vamos conseguir. Encontramos um cara legal, um cara bom é o Cheida, né?” Por o Cheida de Presidente, aí o Cheida foi presidente da DACCS. Certo? Foi quando teve essa eleição e ele falava, e ele Cheida tinha um fusquinha creme e uma motoca vermelha. Certo. E aí juntava os dois, certo? Ele falava, “não, jiboia é assim, ó. Eu sou candidato, mas você vai subir aqui. Tudo bem?” Aí vamos lá. Então, “vamos pregar cartaz”, vamos aí juntar uma motoquinha, pegar na orelha da moto e vamos colar um cartaz, vamos fazer campanha e tal. Aí foi assim que nós elegemos o Dias, elegemos o Cheida, certo? Aí eu acho que Vicente Vigiani, o Vicente acho que foi o Vicente de Arantes. Vicente foi presidente do CCB.

**E:** Celular Solutions?

**G:** É, da Celular Solutions. Era atuante, entendeu? Cento e quarenta e pouco. Foi professor aqui na área. Era atuante e tal. E aí então esse foi assim o clímax da repressão. Foi, aí eles fecharam o DCE. Bom, aí nós mantivemos o movimento do Poeira, do DCE lá na sede na Hugo Cabral. Foi o período, em que a gente foi o período da UNE. Foi o período em que a gente fez uma resistência muito grande e era assim, era vigília, no começo tinha centenas de pessoas dormindo, depois para dezenas, certo? Mas a gente sempre tinha e aí quando eles fecharam tinha duas meninas do Serviço Social dormindo, estava a Marlene e estava a Pita. A Pita era uma menina, uma angolana desse tamaninho assim, certo? Que era do Serviço Social e estavam as duas, na hora que a polícia, e aí ia assim nós já tínhamos, vamos dizer assim, quase que já o movimento estava, ah, a sede estava consolidada. Então, eles chegaram um dia de madrugada, certo? Para a polícia, as meninas dormindo, cataram as meninas e a Pita se enrolava numa bandeira do Brasil, né? Saiu enroladinha numa bandeira do Brasil com medo de apanhar, então a Pita que veio de Angola onde a família fugiu da Revolução de Angola, né? E aí ela veio, veio para cá e começou a participar do movimento e tal. Mas aí já foi uma fase que movimenta, já estava começando a ação, perdeu a força. Resultado bem enfraquecido. O Poeira já não estava circulando mais e tal. Já foi uma outra fase.

**E:** Tem um documento que não tem data, nós encontramos do que sobrou aqui na Universidade, da AESI, que é e tem uma série de artigos sobre regime disciplinar. Se a gente te mostrar posteriormente você dá uma olhada, vê se identifica?

**G:** Provavelmente, isso pode ser, provavelmente, o 269 ou o Regimento aprovado. Que nós tivemos a greve do Regimento, que foi o primeiro movimento de greve, nós tivemos o movimento anterior. Onde que pode me encontrar? Meu celular lá na secretaria.

**L:** Talvez também a gente pudesse então fazer para não atrasar o Gilberto porque tem agora uma ficha Gilberto eu tive o prazer de estudar a sua biografia, eu vinha te acompanhando de dois mil e treze que você foi deputado com a briga contra a privatização da saúde no Paraná, os discursos bem bacanas seus e tem uma ficha aqui, que é meio chata, alguns dados teus eu achei. Mas tem outros, nomes de filho, nome de filha, só que a gente manda por e-mail para não atrasar. E a gente tem isso por e-mail a gente te manda o documento que ele dá. Ah o que você precisa assinar é esse que está aí ou você e a gente quer te agradecer muito Gilberto isso aqui.

**G:** Imagina, tudo, porque nós é que temos que agradecer vocês pela...

**L:** Foi precioso e a gente espera com isso ir cobrindo as lacunas.

**G:** A gente tem que contar essa história porque a gente pensa que isso está resolvido, aí a gente vê o que aconteceu, neguinho abrindo cartaz “Volta Militar”, fazendo homenagem ao...

**L:** E a ideia é que a gente possa produzir um material imenso.

**G:** Então gente, que hoje houve uma endireitada, me perdoe, na minha opinião, foi incosequência da nossa chamada esquerda. Esquerda não, porque eu sou do tempo, não sei se procede ou não, quem era corrupto, era a direita. Nosso pessoal da esquerda apanhava, comunista, não entregava ninguém. Não colocava a mão em nada, tinha uma disciplina. Até para ir nos botecos, tomar

cerveja, tínhamos cuidado, para não parecer, coisas assim, certo? A gente era “caretão” sim. Não podemos dar motivos, porque os caras estão atrás da gente.

E: Então é isso. Que bom. E nós te agradecemos muito. MUITÍSSIMO. Pela disponibilidade.

G: Então é isso? Obrigado

## **COMISSÃO DA VERDADE DA UEL**

### **DEPOIMENTO DO EX-PROFESSOR LÚCIO TEDESCO MARCHESE (L)**

**ENTREVISTADORES: Cesar Bessa (B), Eliel Machado (E), André Lopes Ferreira (A), Arnaldo de Melo (AM), Nilson Magagnin Filho (N), Izângela Tonelo (I)**

**Duração: 01:04:15**

**DATA: 21/09/2020**

**LOCAL: Entrevista realizada de forma *on line*, durante a pandemia. Depoente e membros da Comissão da Verdade estavam em suas respectivas casas.**

**TRANSCRIÇÃO REALIZADA POR: Edson Holtz**

**CONFERÊNCIA REALIZADA POR: Edson Holtz**

B: Hoje é 21 de setembro de 2020, 17h30 minutos. Nós estamos aqui reunidos no formato virtual. Eu vou nominar aqui as pessoas que estão presentes: eu prof. Cesar Bessa, Izângela Maria Sanzoni Tonelo de Oliveira, Arnaldo de Melo, André Lopes Ferreira, Nilson Magagnin Filho e Eliel Machado. Para entrevistar, nós somos a Comissão da Verdade da Universidade Estadual de Londrina, para entrevistar o professor Lúcio Marchese. Como de praxe professor, quando a gente vai entrevistar alguém, a gente pede para que o depoente, o entrevistado discorra sobre sua trajetória na Universidade. Acrescento que o objetivo nosso



é tentar relacionar fatos que ocorreram na sua trajetória que, porventura, possam certificar de forma factual danos que foram praticados no campo material, moral, psicológico, de alguma forma praticados durante aquele período da ditadura militar pela instituição, por intermédio da instituição Universidade Estadual de Londrina, contra sua pessoa ou contra alguém que o senhor tenha conhecimento e possa relatar para a gente neste sentido. Então eu pediria que o senhor começasse discorrendo sobre a sua trajetória na Universidade para que a gente pudesse compreender o período que o senhor lá esteve e coincidiu com esse período obscuro. Passo-lhe a palavra professor Lúcio.

L: Obrigado e boa tarde a todos. É um prazer também estar aqui com vocês da Comissão da Verdade e rememorando alguns fatos do passado. Meu nome é Lúcio Tedesco Marchese. Sou formado pela Faculdade de Medicina da USP em 1965. Cursei residência e especialização em cirurgia geral e pediátrica. Vim para Londrina em 1970, fevereiro de 1970, fazer concurso na Faculdade de Medicina que, na época, era no CESULON [Centro de Estudos Superiores de Londrina], estava instituindo seu ciclo clínico. Então um grupo de médicos de São Paulo, viemos para Londrina, para organizar o ciclo clínico do departamento de Cirurgia. Fazer a programação do ensino de cirurgia para os alunos do terceiro ano de Medicina. Logo no início tivemos a oportunidade de exercer atividades na Santa Casa de Londrina, que cedeu o andar inferior do prédio novo para nossas atividades didáticas. Posteriormente o Hospital Evangélico de Londrina que ocupou suas novas instalações na avenida Bandeirantes e deixou a antiga sede, prédio pequeno, da rua Pernambuco, onde hoje é a COHAB [Companhia Municipal de Habitação de Londrina] e ali nós constituímos um Hospital Universitário. Nessa época eu fui designado como diretor do Pronto Socorro e Dr. Humberto de Moraes Novaes que era chefe do Departamento de Cirurgia, ficou como o primeiro diretor do Hospital Universitário de Londrina. Nessa época o Hospital tinha, única e exclusivamente, leitos de pronto socorro. Eram 29 leitos. Que sofreu um processo de rápida ampliação para 150 leitos, na transição de 1971 para 1972, quando eu fui o segundo diretor do Hospital Universitário. Nessa época nós tivemos a primeira crise no Hospital Universitário. Foi a época da epidemia de meningite. Tão trágica como esta que vivemos agora [COVID 19]. Mas com um complicador. Era proibido falar em epidemia de meningite no Brasil por imposição dos militares. Eles não queriam que a situação que ocorria no Brasil ficasse mal vista no exterior. Então não se podia falar que existia meningite. E o Hospital recebia um fluxo enorme de pacientes vindo da periferia de Londrina, dos municípios periféricos, dos distritos, e abarrotado, cheio de pacientes. Nós tivemos que improvisar e fazer uma ampliação rápida do setor. A década de 1970, foi uma década de crises e ao mesmo tempo de grandes procedimentos, de grande crescimento do Hospital, da Universidade e projeção da Universidade e do Hospital Universitário para todo o Brasil e exterior. Exemplos? O primeiro transplante de rim do Paraná e região Sul do Brasil foi feito naquele Hospital pequeno, Hospital Universitário, que tinha poucas instalações, construído sua UTI em pouco tempo, adquirimos material

especializado para transplante, em uma disputa entre o Hospital Universitário e o Hospital Evangélico e conseguimos fazer o primeiro transplante com a equipe de cirurgia, na época, capitaneada pelo Dr. Mauro Brandila. Uma grande projeção. E o Hospital Universitário também teve uma grande projeção no campo da nutrição parenteral. Foi o primeiro Hospital a fazer rotineiramente nutrição parenteral em crianças. Tivemos também uma grande projeção do Hospital Universitário no setor de laparoscopia. Laparoscopia pediátrica que ninguém fazia no Brasil e na América Latina. Então era um Hospital que exercia suas funções adequadamente. Com a saída do primeiro reitor, Ascêncio Garcia Lopes, que criou a Universidade, criou a instituição universitária em moldes modernos, entrou a segunda reitoria, escolhida pelo governador Ney Braga, a partir de uma lista tríplice, do Conselho Universitário, do qual eu fazia parte. Indicado foi o professor Oscar Alves que começou a propiciar alguns eventos que criaram tensão no Hospital e que depois se acentuaram no terceiro reitor, o Pinotti. Nessa época é que começaram a ocorrer fatos que geraram a pior crise no Hospital Universitário. Essa crise foi criada com finalidade política. Está indo bem assim, vocês querem fazer alguma pergunta? Um intervalo? Está muito monótona a apresentação?

B: O senhor lembra o ano do Oscar Alves? Do Pinotti, aproximadamente?

L: Sim. O dr. Ascêncio ficou até 1974, o Oscar Alves ficou mais quatro anos e o Pinotti em 1977, para 1978. Estão me ouvindo bem?

N: Está ficando interessante porque está chegando a época em que eu entrei na Universidade como aluno que foi 1978. [risos]

L: Uma grande crise foi 1979.

N: Exatamente, aquela greve.

B: Que é o período Pinotti

L: Pinotti reitor e estava havendo já as demandas para a abertura política do governo militar. Estava uma situação complicada, vivendo a crise econômica que

vivia e já um esboço, uma contestação mais efetiva através de partidatismo. Na época falava que era um governo presidencialista, um governo republicano presidencialista sob regime militar, bi-partidário. Era o MDB, de oposição e a ARENA, de situação. E havia ali um motivo inicial da crise era tomar posse, vamos dizer política, do Hospital Universitário, além de outras instituições que já ocorriam, já tinham a posse política em Londrina. O Hospital Universitário era tido como um [...] e a própria Universidade, eram tidos como um núcleo de contestação do regime. Tinha um espírito crítico, evidentemente que tinha um pessoal que aprovava o governo e existia uma crise causada pela contestação política do regime. Então começou a ocorrer, nesta época, na Universidade, mais exatamente no início de março de 1979, cartas apócrifas que diziam que existia um sistema de contestadores no Hospital e que, exatamente, cinco docentes desse Hospital eram os líderes dessa contestação e que seriam demitidos. Essa carta gerou uma reação muito grande dentro do Hospital. Os docentes se reuniram, levaram ao reitor a sua indignação e o reitor avisou que não existia nenhuma ameaça e nenhuma possibilidade de demissões e nenhum movimento nesse sentido. Quatro dias depois é nomeado um interventor no Hospital Universitário, Cel. Rubens Passerino de Moura que, com seu jeito autoritário, prepotente, acentuou a crise. Começou a haver atritos, começaram agressões de docentes, inclusive agressões físicas e os docentes médicos se reuniram e levaram ao reitor uma solicitação de que excluísse o Cel. Rubens, interventor, colocado como superintendente no Hospital, na instituição, uma situação que estava acentuando a intranquilidade e a dificuldade de quem trabalha no Hospital. A resposta do reitor foi que não havia nenhuma possibilidade de exclusão do coronel e para surpresa dos docentes, cinco docentes foram sumariamente demitidos, por justa causa, sem obedecer ao ritual do Estatuto na época. Dr. João Amorin Filho, José Carlos Pareja, José Mário Marcondes, Axel Hulsmeyer e este que vos fala, Lúcio Marchese. Isso causou uma revolta enorme no Hospital. O pessoal entrou em greve. Estou simplificando a coisa porque a história é muito longa. Os docentes entraram em greve, posteriormente os alunos entraram em greve. Foi levada a questão para a Assembleia Legislativa do Paraná, os órgãos de imprensa, várias autoridades locais, estaduais e federais, inclusive o ministro da Educação, o Portela. E virou um clima de indignação, que levou a reitoria a retroceder, suspender a demissão, por justa causa. Criaram uma comissão relatora, pelo Conselho Universitário, por nomeação do reitor, que começou a ouvir depoimentos de docentes, escolhidos a dedo. Essa comissão relatora ao fim de vinte dias, manteve as demissões, agora transformadas em demissão sem justa causa. Na época éramos celetistas e a coisa foi encerrada em nível de diálogo com a reitoria. A greve permaneceu durante um certo tempo, mas com a nomeação da comissão que iria investigar e a suspensão das demissões, o movimento perdeu força e acabou a greve. Foi suspensa e com a renovação das demissões, agora sem justa causa, não havia clima, nem outra possibilidade de movimento a não ser fora, via judicial. Entramos com um processo trabalhista, na época, o professor Bessa que é do Direito do Trabalho, correto? Era uma Junta de Conciliação e Julgamento. Para os outros que não são do ramo, eram três juízes, um juiz togado e dois juízes classistas, os vogais. Normalmente o julgamento dessas causas trabalhistas

eram, o juiz togado a direita dava o seu parecer, juridicamente definido e os juízes classistas votavam sistematicamente. O vogal dos empregados, a favor dos empregados e o vogal dos empregadores a favor dos patrões, dos empregadores. E aí aconteceu uma exceção, a primeira exceção que nunca havia acontecido no Direito do Trabalho, da época. O juiz togado, Fernando ... na época, deve estar aposentado hoje, votou, deu um parecer muito bonito falando que os docentes tinham nove anos de trabalho na Universidade, progressão na carreira, já deviam ter estabilidade e não poderiam ser demitidos sem justa causa dentro de um ritual estatutário da Universidade, que previa advertência, suspensão e demissão. O juiz togado votou a nosso favor, o juiz dos empregadores votou a favor da Universidade e o vogal dos empregados, Augusto Borges, que era presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio de Londrina, na época, votou a favor dos empregadores, contra o voto do juiz. Pela primeira vez na História foi dois votos a um contra o juiz togado. Então esse processo foi para Curitiba. Havia uma corte de cinco juízes. Esses juízes foram pressionados pelo governador na época, Ney Braga. Perdemos por cinco a zero. Tivemos informações, de dentro de quais foram as benesses que ganharam os juízes e as pressões que sofreram. Foi para Brasília e lá e a comissão federal manteve a demissão. Isso nos causou um problema muito sério. Os colegas, outros, ficaram totalmente desacorçoados com a Universidade. O Morin foi embora para São Paulo, trabalhar na USP, o Pareja foi para a UNICAMP, trabalhar na UNICAMP, o Zé Mário foi para São Paulo trabalhar em Universidade particular e o Axel e eu ficamos em Londrina. Em 1985, já quando a abertura política praticamente concluída, a Universidade abriu um concurso. Prestei o concurso e vi a possibilidade e retomei minha carreira docente, ficando com um interstício na minha carreira acadêmica de seis anos que me causaram sérios prejuízos na carreira universitária, a qual eu tinha dedicado minha vida, que foi a razão da minha vinda para Londrina. Espero não ter sido muito prolixo. Fico a disposição para perguntas.

A: Professor, sobre sua vinda, especificamente, você disse que veio em 1970, em fevereiro de 70 para prestar um concurso. Você veio espontaneamente ou houve um convite do reitor ou de alguém para que você viesse se submeter a esse concurso?

L: Quem foi convidado, inicialmente, foi o professor Humberto de Moraes Novaes, que era docente da USP. Era diretor do Hospital das Clínicas de São Paulo. Era professor da Fundação Getúlio Vargas no curso de Administração Hospitalar e era professor de cirurgia. Ele que foi convidado para vir a Londrina e precisava montar uma equipe. Então ele estendeu o convite para os outros e viemos, um grupo de médicos cirurgiões de Londrina e o Axel já era daqui de Londrina. Além do Axel já estava na cirurgia, o Axel Hulsmeier, o dr. Jeolás, que era cirurgião torácico. Então era uma equipe montada com membros locais e o pessoal que

veio de São Paulo. Isto gerou, de certo modo, uma crise. Por isso foi interessante a sua pergunta André, pelo seguinte, no fim da década de 60, começo de 70, houve uma expansão muito grande de escolas médicas no interior do Brasil. As primeiras que se formaram foram em Ribeirão Preto e Sorocaba em São Paulo e depois várias outras e Londrina, graças ao reitor Ascêncio Garcia Lopes, com o apoio da Associação Médica de Londrina, em uma feliz conjuntura com o Dalton Paranaguá, como prefeito, o .. como era o nome, perdão. Vários elementos de Londrina, junto do governo do Estado conseguiram fazer a Universidade e no curso médico, era praxe das escolas do interior, que houvesse uma composição entre amigos com o pessoal do corpo clínico local. E essa composição, em Londrina, foi rompida e isso gerou uma crise que durante muito tempo, os médicos da cidade, cirurgiões da cidade, depois chegaram os cirurgiões que chegaram para trabalhar na cidade e muitos deles foram depoentes, contra a gente, no processo crítico das demissões.

N: Bessa, você vai conduzir como? Vai abrir a palavra e a gente se inscreve?

B: Pode perguntar Nilson. Vou deixar o chat aqui, aberto, em todo caso, quem quiser falar, pode se inscrever. Mas não está havendo nenhum conflito de perguntas, então pode perguntar Nilson

N: Eu queria saber do professor Lúcio o seguinte, no início do relato dele, ele deu conta de que havia uma espécie de uma cisão dentro do curso de Medicina entre alguns docentes que se posicionavam, naquele momento, a favor da ditadura militar e outros que se posicionavam contra, imagino por democratização e contra a repressão, coisas desse tipo né? Eu queria saber o seguinte: como foi esse processo de justificativa, por parte da Universidade, como que ela justificou a abertura desses processos contra esses cinco professores e qual é o conteúdo dessas justificativas, ou seja ela não poderia simplesmente argumentar, simplesmente, uma divergência política que isso não daria justificativa para a abertura de um processo e muito menos depois para o Conselho Universitário, é ... uma comissão do Conselho Universitário se posicionar por uma demissão sem justa causa. Então qual foi a justificativa que a Universidade teve que construir para levar vocês a demissão?

L: É uma série de acusações. Primeiro, que os docentes demitidos não compareciam aos plantões. Nenhum dos docentes era plantonista. Isso foi tudo contestado depois na Assembleia Legislativa, em uma reunião em que vários docentes participaram e que foram desmontados um a um os argumentos que foram usados. Que os docentes trabalhavam fora. Ninguém era tempo integral e

de dedicação exclusiva, então tinha direito de trabalhar fora. Que desviavam pacientes para outros hospitais. Era uma praxe transferir doentes. Na época, quando saí da Universidade, fiquei em tempo integral no Hospital Infantil onde exerci minha atividade médica e era muito comum transferir doentes do Hospital Infantil para o Hospital Universitário porque tinha maior disponibilidade e quando o Hospital Universitário não tinha vaga mandava para outra instituição ou mandar fazer alguns exames específicos, que não tinha no Hospital Universitário fazer em outra instituição. Então foram aleivosias, foram mentiras que foram contestadas uma a uma, mas o que é mais triste? No depoimento de vários colegas, médicos do próprio Hospital Universitário, inclusive alguns que se colocavam como amigos, pessoais, dos demitidos, esses depoimentos foram sigilosos, posteriormente foram divulgados, foram assim lamentáveis, mas vamos dizer, era explicável. Sofreram pressões enormes naquela época. Sofreram pressões para que eles depusessem contra a gente e com depoimentos desfavoráveis e eles instruíram o processo na comissão relatora, todos os depoimentos que não foram favoráveis, principalmente de funcionários, de docentes e de alunos. Agora você pode perguntar também, e eu me faço uma pergunta, em nome de vocês, se vocês me permitirem. Permitem? Porque eles queriam fazer isso? A justificativa, ah havia um sistema, uma contestação no hospital. O Hospital funcionava muito bem, os números indicavam isso. O Hospital estava crescendo em projeção nacional. O que aconteceu era o seguinte, em suma, em suma, havia uma abertura política, uma vontade de poder em Londrina. Londrina tinha sido sempre uma cidade oposicionista por tradição. Então havia a necessidade e a intenção de conquistar a prefeitura de Londrina e era tido como único perigo para um eventual candidato que muito provavelmente o Oscar Alves, na época ex-reitor e na época secretário da Saúde, único candidato que poderia vencer seria o dr. Dalton Paranaguá que já tinha sido prefeito. E esses médicos que foram demitidos eram sócios do dr. Dalton Paranaguá na sua atividade profissional fora, na Policlínica. Então vamos excluir esse pessoal que é muito mais contestador do regime lá dentro, mais contestadores da política da reitoria na época, não só esses cinco mas estes representavam o perigo eleitoral em uma futura possível eleição para prefeito. Você vê que se imbricavam fatores políticos locais com fatores institucionais. O interventor do Hospital, Cel. Ruben, uma figura patética, e me convocou para uma reunião pessoal, a sós com ele, no gabinete dele, e que ele se colocou “ele veio ali, para este Hospital indicado pelo SNI, pelo comando do 3 Exército, pela Polícia Militar, pelo Deops, pelo governador do Estado, pelo secretário da Saúde. Vim para pôr ordem na casa. Isso aqui é um ninho de comunistas. Eles sempre diziam que se achava comunista debaixo de cada colchão. Que era um ninho de comunistas, de contestadores, que estão atrapalhando o andamento do Hospital!”. “E nós tivemos a informação de que o senhor é o cabeça desse grupo de professores, e falo que você tome cuidado que nós podemos lhe demitir a qualquer hora”. Assim “Coronel, não vou discutir com o senhor coisa desse nível. Isto daí é balela, é montagem para que se faça uma limpa, aqui no Hospital, o senhor sabe muito bem disso, então me recuso a falar disso.” “Então vou te pedir um favor, queria que você me ajudasse a falar que tudo isso não existe, é tudo mentira, me ajudasse a serenar os ânimos aqui dentro”. “O senhor acha que sou

criança? Me dispensa, por favor que eu tenho mais o que fazer aqui no Hospital". Era esse o clima. Era esse o meio que nós vivíamos naquele tempo. E aí começou um clima de intimidação por telefonemas diretos aos docentes e aos alunos. Eles eram intimidados a se unir ao grupo e fazia o expurgo no Hospital.

N: Esses telefonemas vinham de dentro do Hospital mesmo?

L: Não. Isso vinha da Reitoria. De pessoas ligadas a Reitoria, do próprio reitor. Pessoas ligadas à cúpula administrativa da Universidade. E isso foi criando um clima de temor interno. Muito desagradável. Momento difícil, muito difícil. Então, fora da Universidade, eu intensifiquei minha atividade profissional, societária. Fui presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Pediátrica. Fui presidente da ANCIPE, Academia Nacional de Cirurgia Pediátrica. Fui do Conselho Consultivo da World Federation, Federação Mundial de Cirurgia Pediátrica e da CIPESUR – Associação Latino-Americana de Cirurgia Pediátrica. Fui do Conselho Consultivo da *The World Federation of Associations of Pediatric Surgeons* – Federação Mundial de Cirurgia Pediátrica. Fui ocupar meu espaço e minha vocação administrativa que tinha sido bloqueada. E de prejuízos pessoais, não pude progredir na carreira, não pude fazer o concurso para titular, depois foi bloqueado. Quando eu voltei não teve mais. Perdi a oportunidade de participar de dezenas de bancas de doutorado e de concursos para professores titulares no Brasil, em diversas Universidades, porque não tinha o título de titular. Tive prejuízos financeiros e tive um prejuízo moral de ter um bloqueio, um interstício muito grande na minha carreira, que era a razão da minha vinda para cá.

B: Professor Lúcio, o senhor relatou aqui que o Coronel Rubens Passerin de Moura, é Rubens de Moura né?

L: Rubens Passerino de Moura

B: Paserino de Moura. O senhor teve quantas conversas com ele? No gabinete dele?

L: Felizmente, uma só. Não tinha estômago para mais.

B: O senhor falou aqui, no começo do seu relato, que, inclusive, teve situações de agressões físicas.

L: Teve, teve. Agressões verbais. Teve um diretor do Pronto Socorro, na época, que era colega meu, e dava disciplina, foi perguntar sobre algumas medidas que ele tinha tomado, como por exemplo, o doente que chega no Pronto Socorro, tem que ficar pelo menos 24 hs, porque nós não podemos cobrar do SUS e o Hospital fica prejudicado. Absurdo. E ele foi lá para contestar. Não é possível uma coisa dessas que limita a vaga de outros pacientes e expõe o paciente do Hospital a risco de infecção. E ele expulsou da sala agredindo e o demitiu sumariamente do cargo de diretor do Pronto Socorro. O outro diretor do Departamento, chefe do Departamento de Pediatria, na época, foi conversar com ele, com o diretor clínico, Viana Junior, que era cirurgião vascular, estava como diretor clínico, e pediu que fizesse acusações daquela época, do que estava acontecendo por escrito. Levou uma bofetada no rosto e expulso da sala. Agressões físicas em um Hospital Universitário.

B: O nome do primeiro que foi ofendido, o senhor lembra o nome?

L: Eu prefiro deixar os ofendidos, sem nomeação. Os ofensores ..., os ofendidos não. Se eles quiserem, talvez não se sintam bem. Eu não os consultei antes. Poderia tê-los consultados.

B: Certo. O senhor na época, os médicos aqui, a gente até conhece a história de alguns, que tiveram inclusive militância política, que eram pessoas, pelo menos os cinco nomes que o senhor mencionou, de pessoas que foram perseguidas, eu não tenho conhecimento. Conheço um pouco a história do Jeolás, que sofreu muita perseguição política e que tinha uma certa militância política também, resistência, inclusive partidária. Pelo menos o que consta no livro que conta a história dele, que eu li. Tinha alguma razão entre as pessoas que foram demitidas que, além da questão do envolvimento, político também, municipal, havia também dentre esses cinco, pessoas que militaram em partidos que eram tidos como clandestinos? E por conta disso havia perseguição etc.?

L: Não. Nenhum deles participava de nenhuma atividade política, fora a política universitária. Não participavam de partidos políticos, nem tinha filiação, nem antecedentes de partidos de esquerda que estavam na ilegalidade. O único que teve uma participação política, partidária, fui eu que fui filiado ao MDB, da época. O MDB que era o partido que possibilitava a atuação política de oposição no



momento. Mas eram pessoas, inclusive, apartidárias politicamente. Isso que foi triste. E muito bons, por exemplo. O professor Pareja é, até hoje, professor da UNICAMP. O professor José Mário Marcondes dos Reis que faleceu, mas foi professor da USP, então teve uma migração de cérebros de Londrina para São Paulo e inclusive, outros demitidos, em outros eventos, em outras crises da Universidade, que tem posição de destaque. O professor Nelson, já foi entrevistado o Nelson?

B: Vai ser. Foi adiada a entrevista dele. Ele pediu um adiamento da entrevista dele.

L: Ele é professor da UNICAMP, projeção nacional, assessor de vários governadores de São Paulo. O professor Flair, professor titular da USP. Então foi um êxodo de cérebros de Londrina, que perderam.

B: O senhor lembra do caso, do médico. Eu não sei falar exatamente o nome dele. Doutor Tsutomu Higashi?

L: Tsutomu Higashi. Lembro sim.

B: Ele estava nesse grupo dos cinco professores ou foi em outro período?

L: Não, não. Foi antes.

B: Foi antes.

L: Fez parte de experimentações anteriores. Foram fazendo pequenas crises. Foram fazendo pequenos movimentos anteriores para causar a grande crise. E ele entrou numa dessas junto com outros. Foi denúncia de professores do próprio Departamento. O Higashi era muito dedicado a Universidade. Depois montou uma Clínica, hoje famosa com os filhos, de repercussão nacional.

B: Ele também foi caso de perseguição política?

L: O dele eu não sei se foi perseguição política ou se foi, vamos dizer, política institucional, departamental. Não posso dizer.

B: Não pode dizer. O senhor falou que quando o senhor estava na Universidade, o reitor era o Oscar Alves, depois foi o Pinotti

L: Isso

B: O senhor tem conhecimento de parentesco entre eles?

L: Não, não. Fidelidade canina do Pinotti para o Oscar. Foi colocado exatamente para fazer essa função. O Pinotti não tinha competência. Falecido já. Não se pode falar mal, já falecidos, mas em prol da verdade, o Pinotti era absolutamente incompetente. Nós, inclusive, tínhamos conseguido para o Pinotti, quando ele chegou em Londrina, alguns empregos para ele. Ele foi demitido desses empregos que nós arrumamos para ele. E ele retribuiu depois “adequadamente”. Inclusive trabalhou, depois, com o Ascêncio, no planejamento do campus, mas não perdurou no cargo.

B: Os colegas querem fazer alguma pergunta?

A: Estou inscrito Bessa.

B: Pergunte.

A: Professor Lúcio, temos perguntado a todas as pessoas que têm dado testemunho para a Comissão, a respeito da AESI. A gente sabe que no campus havia uma presença muito forte desse braço do SNI, inclusive com uma guarda própria, pessoas que faziam esse trabalho de vigilância. A AESI chegava no Hospital? Percebiam a presença dela lá?

L: A AESI era assim uma instituição, infiltrada em todos os locais, de um modo capilar. Entrava em tudo. Eles pegavam informações de todos os órgãos, inclusive do Hospital Universitário, semanalmente, às vezes, mensalmente, saía um funcionário, aqui de Londrina, que ia levar essas informações, em uma pasta. Pegava o avião e ia levar para Curitiba. Nós levantamos várias informações quando o DEOPS abriu suas portas para consulta. Vários documentos, infelizmente, foram perdidos nessa época, mas existe muita coisa lá, ainda, que pode ser consultada, desse período. Então as AESIs foram montadas em todas as Universidades públicas. Eram ligadas diretamente ao SNI e prestavam informações que depois eram coletadas e faziam o municiamento dos órgãos de segurança do Estado, ligados ao Comando do Exército. Estou às ordens pessoal.

B: A sua esposa era professora da Universidade?

L: Sim.

B: Ela sofreu ... como era o nome dela?

L: Eleonora Marchesi

B: Ela sofreu, também, algum tipo de perseguição?

L: Não, não diretamente.

B: Mas sofreu indiretamente?

L: Indiretamente sempre sofria através da família, não é?

B: Ela era professora de qual curso?

L: Professora de Genética do curso de Biologia.

A: Professor Lúcio, e com relação, o que nós poderíamos chamar de liberdade de cátedra, durante seu período, como professor, sob a égide da ditadura, em algum momento você se sentiu invadido nesse âmbito, especificamente, por conta da ditadura?

L: Não, não. Porque a minha matéria era estritamente médica, especializada, e não tinha nenhuma, vamos dizer assim, conotação política, que pudesse gerar contestação ou qualquer tipo de repressão. Não. Só fiquei limitado, enquanto diretor do Hospital Universitário. Fui, algumas vezes, chamado pelos agentes do DEOPS, para prestar esclarecimentos de fatos que tivessem ocorrido no Hospital no ponto, vamos dizer, de atendimento de pacientes, críticas que ocorreram internamente. Antes dessa crise quando fui diretor do Hospital Universitário, no início da década de 1970. Eu fui diretor de 1971 a 1974.

N: Professor Lúcio, se eu bem entendi, dos cinco demitidos, só o senhor retornou a instituição através de um concurso público, seis anos depois. Os outros quatro não?

L: Não. Três foram embora para São Paulo. O Axel Hulsmeyer, ortopedista, Hospital Ortopédico, ficou na cidade mas, desencantado com a Universidade, nem quis nem pensar em voltar.

N: O senhor vê, por essa atitude, desses outros quatro, baseado obviamente em um processo de perseguição política, um prejuízo à instituição Universidade Estadual de Londrina e ao Hospital Universitário, por conta da qualidade técnica desse conjunto de professores?

L: Um prejuízo enorme, não só dos quatro, mas também do Higashi, do Flair, que foram embora, do Nelson Rodrigues, que vocês irão entrevistar, da Elsa, esposa do Nelson, que foi embora também. Então foi um êxodo de pessoas qualificadas, que estão prestando serviços, muitas já aposentadas, em outras instituições e com projeção nacional. Que poderia ser projeção de Londrina. Então o prejuízo foi muito grande. Muito grande. Bem lembrado isso Nilson.

N: E o senhor vê, depois que o senhor voltou, concursado e adentrou novamente na Universidade, o senhor identificou alguma situação ou mesmo em algumas situações, um resquício desse processo de perseguição sofrido antes, que possa ter, também, de alguma forma, prejudicado a sua carreira, a sua condição de relacionamento no Departamento, com seus colegas dentro do H.U. ou isso ficou enterrado?

L: Não. Isso se encerrou, porque já na abertura política os delatores, os detratores já estavam retraídos e já não se manifestaram mais. Alguns temiam que houvesse retaliação de nossa parte quando assumimos a Secretaria da Saúde aqui de Londrina, na Prefeitura do Wilson Moreira. Alguns ficaram intimidados, achando que poderia haver algum tipo de, vamos dizer, perseguição, mas isso não houve. Não teve nenhum tipo de relacionamento estressante.

N: No seu retorno, concursado, eles continuavam todos lá no Departamento?

L: Continuavam, alguns com o rabo entre as pernas, alguns envergonhados pela posição pusilânime que tinham assumido. Alguns eu tinha tratado de filhos, pessoalmente. Mentiram que tinham sido chamados, que foram obrigados a depor. Foram, mas que não tinham deposto, não tinham feito depoimento, ou que falaram favoravelmente, mas depois descobrimos que isso não era verdade, que eles tinham feito depoimento, pressionados, mas tinham feito desfavoráveis, mas isto era comum nos sistemas ditatoriais de qualquer tipo, de direita e de esquerda, a perseguição política, a intimidação, que as pessoas sejam pusilânimes. O Brecht mostrou muito bem isso daí.

B: Tem duas questões que o senhor mencionou, quando o senhor estava relatando aqui o seu histórico durante esse primeiro período, que o senhor esteve dentro da Universidade que, uma delas, é que havia cartas que eram escritas sem os respectivos autores. Essas cartas apareceram onde? Como é que eram a história dessas cartas? O senhor consegue se lembrar?

L: Apareciam em murais, fazendo acusações àqueles que seriam demitidos posteriormente. Então eles estavam preparando o terreno, gerando tumulto para justificar, depois, as demissões. Mas acusava, que fulano fazia balburdia no Hospital, contestação, e que os docentes tais e tais seriam demitidos.

B: Ficavam expostos em mural?

L: É. Distribuíam para o pessoal e expostos em mural.

B: Pesado hein. Uma outra coisa que o senhor falou que me chamou muito a atenção, a gente já tinha conhecimento disso por documentários. A questão da epidemia da meningite. O senhor falou que havia um clima de retenção de informações a respeito da epidemia da meningite. Havia alguma ordem indireta por parte da direção da instituição? Como é que era isso que se dava?

L: Não. Era proibido falar. A imprensa não aceitava, tinha censura na imprensa. Muita censura. E não era possível fazer nenhuma divulgação. O que seria muito saudável porque com a divulgação, que está ocorrendo agora com o corona vírus, as pessoas se protegem. Evita-se posturas antiéticas, evita-se tratamento inúteis, prejudiciais à saúde. E naquele tempo era proibido qualquer alusão à meningite, não existia. Depois quando o negócio começou ... primeiro pegaram o pessoal de menor nível de renda, quando começou a atingir populações de maior nível econômico, aí sim começou a aparecer no noticiário. Teve em São Paulo e depois no resto do país.

B: Perfeito. Alguém deseja fazer alguma indagação?

A: Da minha parte não.

B: Estão satisfeitos?

L: Você falou comigo Bessa?

B: Não. O senhor falou que tinha uns documentos, nós estamos quase encerrando, é que eu me lembro que em uma das poucas conversas que a gente teve, o senhor falou que tinha até documentos ... Tem algum documento que o senhor tem guardado que poderia fornecer, se esse documento atestar violação

de direito material, moral, praticado de forma institucional pela Universidade Estadual de Londrina, contra docentes? Contra funcionários? Por conta da ditadura militar?

L: Não. Eu tenho documentos relativos a relatos da época. Eram documentos que indicassem a ação? Não. A não ser a demissão, por justa causa, sem justa causa. Tem o Estatuto da Universidade, na época, que falava da Universidade, que apesar de CLT, falava que tem um ritual de demissão.

B: Processo administrativo

L: Uma forma de demitir da Universidade de forma mais fácil. Eu tenho aqui muito relato. Eu tenho, por exemplo, o histórico da crise da Universidade. Por exemplo, feito pela Associação dos Docentes. Se vocês quiserem essas coisas eu posso mandar cópias.

B: Ok. Perfeito.

N: Bessa, me ocorreu agora fazer uma pergunta para o professor Lúcio, ainda mais, por curiosidade política, se ele, porque nós sabemos que foi nessa época que surgiu a ADHUEL, lá no HU. Eu me lembro muito bem porque eu era, obviamente que eu não tinha a noção exata do que se passava, mas quando eu entrei na Universidade, como aluno, do curso de Engenharia Civil, em 1978, em agosto de 1978. Então a data da crise desse processo de 1978, segundo seu relato, foi no primeiro semestre de 1979.

L: Março de 1979.

N: Março de 1979, exatamente. Ou seja, estava começando o segundo semestre do meu curso. E eu sei que durante essa época foi formada a ADHUEL. O senhor participou desse processo ou não?

L: Foi depois da crise.

N: Foi depois da crise.

L: Depois das demissões é que criaram. Foi na assembleia de docentes. Foi criada a ADHUEL que foi, provavelmente, no segundo semestre.

N: Segundo semestre de 1979.

B: Com o Thompson né?

N: Foi o professor Thompson que esteve a frente. Se eu não me engano. Isso mesmo.

L: Eu não tenho essa informação agora.

N: Esse processo então bem depois das demissões. Pós crise.

L: Depois. Foi decorrente dessa crise.

N: Em decorrência da crise, os professores sentiram que precisavam de uma representação.

L: Algo que lhes dessem um esboço de proteção

N: Exatamente

L: A Universidade, na época, era totalmente isenta de qualquer proteção institucional. Então não tinha nenhum instrumento de proteção institucional. Da



estrutura da Universidade e dos integrantes da comunidade universitária. Então estávamos nas mãos das AESIs da vida.

B: Só um esclarecimento aqui, até para ... quando o senhor relatou aqui a situação da demissão do Tsutomo Higashi, o senhor lembra quantas pessoas foram demitidas naquele momento? O senhor se recorda disso? Porque no período em que o senhor foi demitido, foram cinco docentes ao todo. Houve um lapso de tempo de quanto entre essas duas demissões? O senhor se lembra? Com o Tsutomo Higashi foram demitidos vários professores também. Dois também.

L: Não, os deles eram fatos isolados, mas dentro de um contexto. Então não era um grupo, como foi aqui. O Higashi foi demitido, o Flair foi demitido, então outros foram pressionados a sair. Então demissão em grupo foi só essa nossa.

B: Nesta vez. Certo. E que gerou a criação da ADHUEL, ali na frente.

L: A ADHUEL sim.

B: Só para concluir ...

L: Vários dirigentes sindicais fizeram visitas ao reitor para dar apoio às posições da reitoria e apoiando a demissão do pessoal. Eles iam a imprensa, a Folha de Londrina, declarações do Borges e de outros dirigentes sindicais. Eram os chamados pelegos e a ditadura tinha colocado os sindicatos para desacreditar. O grande incentivador de todo esse processo foi a cultura do trabalhismo. Só queriam acabar com o trabalhismo do Getúlio. Com seus defeitos, com suas posições, com seus equívocos, mas que representou um avanço, com distorções, mas o objetivo final era esse.

B: Alguém gostaria de fazer mais alguma pergunta? Professor Lúcio, o senhor gostaria de deixar uma última mensagem para esta Comissão?

L: Sim, claro. As Comissões da Verdade, a Nacional, a Estadual e agora, as locais, tem um papel muito importante. Reconstituir a verdade dos fatos e imuniza, de certo modo, possíveis recorrências no futuro. Vocês, tem um papel muito importante a cumprir. Então, do ponto de vista histórico, do ponto de vista institucional, do resgate da memória, especialmente nessas situações é importante. Porque geralmente as ditaduras eles rasgam a memória. A memória faz mal para eles. Então tanto as de esquerda quanto as de direita. Felizmente, as de direita são mais efêmeras, as de esquerda são mais perenes. Mas ambas são deletérias e a única arma que nós temos é a verdade. Para que não se repitam os erros, que não se repitam os equívocos passados. Muito obrigado pela oportunidade. Agradeço muito. Foi muito agradável conversar com vocês.

B: Nós é que agradecemos professor Lúcio.

A: Muito obrigado, professor Lúcio pelo seu testemunho. Foi muito importante para nossa Comissão.

I: Obrigada professor.

N: Muitíssimo obrigado, grande abraço. Foi um prazer ouvi-lo.

B: Eu vou encerrar a gravação aqui.

COMISSÃO DA VERDADE DA UEL

DEPOIMENTO DA EX-ALUNO MARCELO EIJI OIKAWA (M)

ENTREVISTADORES: Cesar Bessa (B), Edson Holtz (E), Evaristo Colman (EV), André Lopes (A), Izângela Tonelo (I)

Duração: 1 h e 8 minutos.

DATA: 19/08/2020

LOCAL: Entrevista realizada de forma on line, durante a pandemia.

TRANSCRIÇÃO REALIZADA POR: EDSON HOLTZ

CONFERÊNCIA REALIZADA POR: EDSON HOLTZ

Conversa informal no início da gravação:

B: Eu gostaria de registrar aqui, hoje é 19 de agosto, dezenove horas. Nós estamos em sistema virtual fazendo entrevista com os membros da Comissão da Verdade da Universidade Estadual de Londrina e eu Cesar Bessa, professor André Lopes Ferreira, Edson Holtz, Evaristo Colman Duarte, Izangela Maria Tonelo, Marcelo Eiji Oikawa, que é o nosso entrevistado, que se dispôs a participar aqui, dar o seu testemunho para nós e vou iniciar aqui. Acredito que já foram entregues os documentos.

EV: Só uma correção, hoje é dia 19.

B: Obrigado, 19 de agosto. Foram entregues alguns documentos ao Marcelo no sentido de que a burocracia, que a extração dos trabalhos que vão ser desenvolvidos agora. Então eu gostaria de fazer a seguinte consideração sr. Marcelo

M: Pois não

B: O senhor pertenceu ao movimento estudantil da Universidade Estadual de Londrina. Este período, ao qual temos conhecimento de outras testemunhas, o senhor participava do movimento estudantil de forma bastante intensa. E o objetivo da Comissão da Verdade é averiguar se durante aquele período, ou seja, o período da ditadura militar, ocorreu ou ocorreram fatos que possam ter sido testemunhados por pessoas que estiveram presentes, viram, ouviram, tomaram conhecimento de atos opressivos, de atos que vieram a causar algum tipo de violência moral, espiritual, patrimonial, contra qualquer pessoa e que estivesse patrocinado esse ato, essa violência, pela via institucional, ou seja com vínculo com a Universidade Estadual de Londrina. Então, inicio aqui perguntando ao senhor se tem conhecimentos de fatos dessa natureza que possam esclarecer esta Comissão? Eu passo a palavra ao senhor.

M: Algumas coisas sim.

E: Só fazer um adendo na sua pergunta ao Marcelo. Se você pudesse historiar sua chegada a UEL. A sua trajetória dentro da UEL, Marcelo.

M: Na verdade minha militância é anterior a UEL. Eu fui muito ativo no movimento secundarista em Londrina. Não sei se existe a sede da ULES até hoje, na avenida Duque de Caxias.

B: Existe

M: A gente fazia teatro lá, fazia palestras, enfim, é uma longa história. Quando eu entrei na Universidade, o movimento estudantil estava em um refluxo muito grande no Brasil porque o Ministério da Educação tinha extinguido os Centros Acadêmicos, os Diretórios Livres e tinha implantado a representação estudantil atrelada à Universidade. A maioria dos estudantes no Brasil se recusaram a participar dessas novas entidades né. Muita gente optou pelo foquismo e foi para a guerrilha urbana. Em Londrina a gente achou que deveria ocupar o espaço possível e a gente foi participar então desse novo sistema de representação estudantil. E fiz parte do primeiro Diretório Acadêmico da área de Saúde da Universidade, porque entrei primeiro em Psicologia. O Presidente foi o Márcio Almeida que deve estar em Londrina, não sei se aposentou. Médico, não é? Eu fiz parte da gestão dele. Isso foi em 1971? Nossa, foi quando abriram o campus da Universidade que pegou desde o começo aquilo ali. Então a minha militância começou na Universidade com a fundação do primeiro Diretório Acadêmico Setorial e eu fui militando até o fim, até a intervenção e a cassação dos mandatos dos estudantes, o confisco da máquina de imprimir. Foi de 1971 a 78? Faz muito tempo que eu não me lembro. Enfim eu participei de tudo aquilo ali. Eu fui o famoso estudante profissional sabe? Depois eu deixei porque eu queria fazer jornalismo e a Universidade não tinha. Quando a UEL implantou o curso de Jornalismo em 1974, eu saí da área de Saúde e fui para o Jornalismo. Me formei em 1981. Fiquei praticamente 10 anos na Universidade. Eu já era um decano na turma. O pessoal me via na escola e já brincava comigo de que eu tinha virado patrimônio do curso. Mas então, eu acompanhei o processo desde o começo até o fim.

A: Marcelo eu posso perguntar?

M: Pode.

A: Dentro dessa lógica que o Bessa e o Edson falaram, digamos que a Universidade institucionalmente envolvida em violações de direitos, há uma página com relação a isso que é a implantação da AESI na UEL. Processo que a gente conhece relativamente bem. E eu gostaria que vc., se pudesse, nos contasse um pouco sobre a atuação dessa espécie desse braço da ditadura militar dentro da Universidade e como isso impactava no cotidiano dos estudantes. Como vcs sentiam, então, a presença da repressão por meio desse braço do SNI dentro da UEL?

M: Primeiro, a AESI, ela não se dedicava exclusivamente a espionar os estudantes. Ela fazia uma espionagem na cidade toda. Espionava políticos,

sindicatos e fornecia as informações para o SNI. Por que eu sei disso? Em 1991, quando o governo do Estado encaminhou os arquivos do DOPS para o Arquivo do Paraná, o Sindicato dos Jornalistas me indicou como pesquisador. Fiquei um ano lá dentro, mexendo na papelada. E descobri, na verdade estava pesquisando sobre a guerrilha de Porecatu, que depois eu escrevi. Sabe quando você mira em uma coisa e acerta em outra? Eu descobri que o volume de informações encaminhadas pela AESI para o DOPS e para o SNI era maior que toda a história do movimento dos portuários de Paranaguá e dos ferroviários de Curitiba, que tradicionalmente eram as duas áreas que havia muita militância política, desde sempre. Então o volume era maior que o da guerrilha de Porecatu. Era uma coisa impressionante. E nesse volume, naquela época a gente podia entrar e copiar tudo o que quisesse. E eu copiei muita coisa. E entre as coisas que eu copiei da AESI tem informes dela encaminhando denúncia, informação, alguma coisa para os órgãos de segurança. Então ela agia na cidade como uma extensão dos órgãos de segurança do país, como o DOPS, o SNI. E outra coisa que me lembro da AESI que acho que tem tudo a ver com isso, como os estudantes de Londrina preferiram ocupar espaços institucionais do que ir para a guerrilha urbana, o movimento estudantil de Londrina se organizou muito antes do que todos dos outros estados do Brasil. Então aconteceu uma coisa muito inusitada, Londrina coordenava, liderava o esforço de reconstrução da UNE, porque estava mais organizada que São Paulo, Rio, Minas e Bahia. Então era um movimento estudantil muito forte. Em um dos encontros nacionais que iriam ser feitos em Minas Gerais, Belo Horizonte, três estudantes de Londrina foram indicados para representar os estudantes nesse encontro e eles iriam inclusive coordenar a reunião do encontro. Foi eu, o Marco Antonio Fabiani, que é um cardiologista em Londrina hoje, Márcia Fujisawa, que era economista da Embrapa. Se não se aposentou está em Campo Grande ou Dourados. Esses três estudantes foram indicados para ir a este encontro e a gente foi preso na entrada de Belo Horizonte. Naquele dia todos os estudantes, centenas, que tinham se deslocado de vários locais do país para esse encontro foram presos. O exército fez um cerco em Betim e foi parando os ônibus de estudantes. Fizeram todos descerem e entrar no camburão e levados para a cadeia. Aconteceu um fato muito inusitado neste episódio. No nosso ônibus entra um soldado com um fuzil na mão, entra um segundo com uma prancheta na mão e começa a fazer a chamada. Eles tinham o nome de todo mundo, menos o meu. Sabe por quê? Eu era muito visado naquela época. A polícia federal passava na frente de casa, de dia e de noite, devagarinho com aquela veraneio, para amedrontar. Telefonava para a ... da Universidade dizendo que eu havia sido preso. Saíam atrás de mim eu estava em casa. Telefonavam para a Folha de Londrina dizendo que eu havia sido preso. Faziam um terrorismo o tempo todo. E quando aconteceu isso no ônibus lá em Belo Horizonte, sabe o que eu pensei na hora? Eu fiz o improvável. Isso ninguém faz. Eu pensei: "Se eu ficar quieto aqui, que seria a tendência das pessoas e seguisse, iria desaparecer. Eu estava muito visado. O que eu fiz? "Eu estou com esses dois colegas de Londrina". E fui preso junto com eles. Eu me denunciei, vamos dizer assim. Porque na hora eu pensei isso. Então essas informações na prancheta, quem forneceu, seguramente foi a AESI. A gente ficou preso lá uma semana. Muita ameaça. O

pessoal acordava a gente de madrugada com revólver na mão passando pela grade da cela. Um horror. Os homens foram enviados para um canto e as mulheres para outro. Então, a Márcia, muito inteligentemente se ofereceu como voluntária para levar comida de cela em cela. Aí ela descobriu onde a gente estava. Aí ela soube que a gente estava bem e nós soubemos dela também. Os três foram indiciados na Lei de Segurança Nacional. A gente teve que se apresentar na Polícia Federal de Londrina e fizeram aquela clássica que é tocar piano, tirar fotografia de frente, de lado, aquelas coisas e esse indiciamento não foi para a frente porque logo em seguida veio a Lei de Anistia, então ficou por isso mesmo, mas a minha ficha e a de todo mundo está anotada no DOPS, nos documentos do DOPS. Então esse foi um episódio marcante porque na mesma semana que a gente viajou para Belo Horizonte, no Encontro Nacional, os estudantes estavam realizando, em Londrina, um debate sobre a Constituinte que foi proibido também, foi cercado pela polícia. E a gente tinha até um juiz muito ilustre. O ex-juiz do Supremo que era o [Aliomar Baleeiro] .. esqueci o nome do velho. Mas enfim, foi uma semana ..

A: Foi o Aliomar Baleeiro.

M: Aliomar Baleeiro. Isso mesmo. Naquela semana aconteceu a proibição em Londrina e a gente foi preso em Minas. Esse foi um episódio em que a repressão mostrou as suas garras. Houve o episódio da prisão do professor Nelson Rodrigues que é um cientista da área da saúde pública. É uma pessoa muito importante hoje em dia. Ele é considerado o pai do SUS. O SUS nasceu em Londrina, ninguém sabe. O Nelsão foi preso junto com um monte de pessoas aqui no Norte do Paraná, em uma operação deflagrada pelo Exército para tentar pegar gente do PCB. Nessa prisão do Nelson foi denunciada em uma noite em que o Nilson Monteiro estava tomando posse como presidente do DCE. O Nilson foi da nossa turma também. E ele modificou o discurso dele de posse e fez um discurso reivindicando a soltura do Nelsão. A gente se mobilizou na Universidade, fez abaixo-assinado, fez um barulho danado. O Nelsão foi o único preso que não foi torturado e foi solto, foi o primeiro a ser solto. Porque a mobilização tinha sido muito grande dos estudantes em Londrina. Olha eu não sei se seria possível, mas eu indico que vcs ouçam o Nilson. O Nilson foi presidente do DCE, foi uma pessoa importante no processo todo. A última diretoria do DCE foi do Tadeu. Ele presidente e eu era tesoureiro. O Cesar, que é médico em Londrina era o secretário. Essa gestão foi cassada. Eles acusaram a gente de fraude. Sempre arruma alguma coisa nessa área, alguém roubou alguma coisa, alguém desviou alguma coisa. Para justificar a nossa cassação eles diziam que nós pagávamos todo ano, na matrícula, uma taxazinha que era encaminhada para os diretórios. Chegou uma hora que eles não repassavam mais. Na hora de invadir, quebrar a parede do DCE, retirar a máquina impressora, eles utilizaram esse expediente para dizer malversadas as verbas porque a gente tinha comprado a máquina. A máquina a gente comprou trazendo show, Chico Buarque, Caetano Veloso, aquela turma toda. A gente arrecadou dinheiro com esses shows em Londrina. Havia o famoso circuito universitário. Toda aquela turma lá a gente levou, Gal Costa, Gonzaguinha, João Bosco, uma

turma enorme. Eram compositores da Música Popular Brasileira, comprometidos com a luta pela democracia e que participavam do circuito universitário. Então a gente pagou essa máquina. Grande parte dela com o dinheiro que a gente ganhou com esses shows. Além do que a gente teve alguns simpatizantes que ajudavam a gente com dinheiro mesmo. O primeiro DCE da nossa turma, o Paulo Silva, tinha se tornado já um empresário bem-sucedido aqui em Londrina. Ele costumava complementar nossa dívida, pagando o que faltava. O cunhado da Nitis Jacon, que era engenheiro, tinha uma empresa em Londrina, esqueci o nome dele, também era uma figura que apoiava muito a oposição democrática. Era muito ligado ao Alencar Furtado, aquela turma toda lá. Então foi uma época assim de muita intensidade. Houve a prisão do Nelson. O pessoal ficava ameaçando todo mundo. Marumbi. Ah, a demissão de professores. A Universidade demitiu vários professores. Era uma coisa assim inacreditável. A impressão era de que essa demissão era executada por solicitação dos órgãos de segurança mesmo.

EV: Lembra o nome de alguns Marcelo?

M: Um deles foi o Oswaldo Coimbra. Jornalista, era professor da Comunicação Social. O outro era o Tsutomo Higashi, professor da Faculdade de Medicina. Ele tinha um Laboratório de Análises Clínicas em Londrina. Ele deve estar aposentado, faz tempo. Eu me lembro também do Vanoly Acosta Fernandes, professor de Filosofia. Não sei se ele chegou a ser demitido também. Mas ele foi muito perseguido na Universidade. Porque ele era um dos poucos, nas reuniões do Conselho Universitário, a dar apoio aos estudantes. Então era aquela história, quando todo mundo sentava ele se levantava com a gente, quando todo mundo se levantava ele ficava sentado junto da gente. Era uma covardia. A gente brincava com essas coisas, fazer o quê. A gente não conseguia passar nada, nada. E o Vanoly foi uma pessoa fantástica, puxa vida. Tenho saudades dele. E ele era uma pessoa da nossa área também. Ele dava aulas de Filosofia para a Comunicação. Tem um episódio do cerco militar, que eu já falei. Aprenderam a máquina e tal. Ah sim, o Poeira fazia muito sucesso. O Poeira extravasava os limites da Universidade. E como a gente se acostumava a fazer aqueles shows todos, peças de teatro, dos grandes atores, a região toda de Londrina acabou sofrendo influência daquele movimento cultural, então ... o que é que eu estava falando? Minha cabeça anda muito fraca, risos

E: A importância do Poeira Marcelo.

M: Ah sim, a perseguição dos órgãos de segurança. Primeiro a AESI, depois perderam a paciência, cortaram direto do quartel de Apucarana. Quem imprimia o nosso jornal sempre com muita boa vontade era a Folha de Londrina, porque a gente também era jornalista, a gente era repórter da Folha de Londrina. A gente trabalhava no jornal e estudava jornalismo. A gente só foi estudar Jornalismo porque houve a exigência do diploma, não se exigia diploma antes. A gente já estava na redação há quatro, cinco anos, quando a gente foi fazer Faculdade. E a Folha de Londrina sempre foi muito solidária com os estudantes. E eles foram sofrendo pressões, sofrendo pressões, até que um dia eles foram terminantemente proibidos de imprimir nosso jornal. Aí o que é que a gente fez? A gente foi imprimir nosso jornal em Maringá. A mesma coisa aconteceu com o jornal em Maringá. Fomos imprimir o jornal em Bauru. Mesma coisa em Bauru. Perseguição sistemática. A única solução que a gente encontrou foi comprar uma máquina impressora multilit que não é uma rotativa, mas era uma máquina que aguentava o tranco. E quem vendeu essa máquina para nós foi o gerente comercial da Folha de Londrina que também era uma pessoa que simpatizava com a gente. Então a perseguição aos jornais que imprimiam o jornal para a gente, eles foram perseguidos, foram ameaçados e depois proibidos de imprimirem. A mesma coisa aconteceu com os anunciantes. É uma coisa incrível, mas o Poeira tinha muito anúncio. Porque tinha muita gente que simpatizava com o Poeira. Pais de estudantes que tinham empresa. Não sei se vcs se lembram da Livraria Arles, do Seu Zezinho. Seu Zezinho da Arles foi uma pessoa que apoiou a gente desde o começo até o fim. Ele recebia telefonemas da Polícia Federal dizendo que ele iria pagar caro se continuasse apoiando os estudantes. Ele não se abalava. Toda edição, podem pesquisar lá, toda edição tinha a propaganda da Livraria Arles. Tem o Edson Gradia, que era dentista, não lembro. Formado em Odontologia em Londrina. Foi do movimento estudantil, anterior ao nosso, ele a vida toda anunciou no Poeira. Então tem várias pessoas assim que sofreram pressões para não anunciar e continuaram anunciando. Então teve esses casos de perseguição a anunciantes, de quem imprimia o jornal.

EV: Marcelo, vc lembra de algum episódio de intervenção no cotidiano, na vida dos estudantes? Seja em sala de aulas, nas moradias? Havia algum tipo de perseguição, de controle?

M: Olha, que eu me lembre assim, a gente sentia a sombra da AESI em cima da gente. A gente saía para distribuir jornal, por exemplo, teve uma edição, que eu não me lembro, qual foi que eles apreenderam tudo. Puxa eu não me lembro agora. Houve uma apreensão do nosso jornal feita pela AESI. A gente tirava sarro. A gente fez um movimento estudantil com muita leveza, com muita sátira. A gente usava muito o Barão de Itararé que dizia que a mordança aumentava a ... Lembrava também de uma frase do Graciliano Ramos que dizia assim:



“Escrever no Brasil é muito difícil, começa na sintaxe e termina no DOPS”. Então a gente brincava com essas coisas. A gente dava o recado e ao invés de ser aquela militância raivosa, sobe em caixote e fica discursando, a gente fez uma opção pelo humor, pela sátira. Então a gente perdeu a primeira eleição para uma pessoa que era ligada a ARENA. E essa pessoa pomposamente lançou um jornal e no editorial dele colocou a “Fala do presidente”. E a gente não teve dúvida. Na edição seguinte a gente colocou a “Fala do Estudante”. Então brincava muito. A coisa funcionou por isso. Então a gente tinha muito apoio na sala de aula. Os professores, a maioria deles nos apoiava. A gente queria entrar na sala de aula para dar um recado, para fazer uma propaganda de eleição, eles não tinham dúvidas. Mandavam entrar, fechava a porta: “Manda o recado aí”. Mas muita gente era assim mesmo. Todas as áreas. A gente falava que a área do Direito só tinha delegado, mas lá também tinha muita gente boa, que apoiava, que ajudava mesmo. A turma da Engenharia, como pessoas muito sóbrias demais, que eram reacionárias, mas tinha muita gente lá que simpatizava, que participava, ajudava. A gente começou a ter uma rede de informações na Universidade muito eficiente. Eles descobriam coisas e mandavam para a gente. Eles descobriam coisas, por exemplo, teve um professor da Educação Física da Universidade que dava aulas de natação e não sabia nadar. Um estudante de Educação Física que não sabia nadar. Então a gente descia o cacete nessas coisas, fazendo gozação. Então com o tempo a gente começou a ter uma rede de informações que vinham para a gente espontaneamente. Foi uma coisa muito interessante. Bom, operação Marumbi eu falei, perseguição, invasão ao DCE ...

E: Sobre o DCE, vc saiu em 1981, nós temos uma lacuna sobre o DCE após invasão, se ficou todo desestruturado? Como é que ficou nesse período pós invasão?

M: Não, olhe só. A gente imediatamente organizou o DCE livre e os Diretórios Acadêmicos livres. Naquela época a ditadura estava praticamente entregando o boné. Então como eles fecharam as entidades, atreladas que a gente chamava, e deixaram o espaço aberto, na hora nós organizamos uma nova estrutura de representação estudantil livre, como era antes. O primeiro presidente desse DCE livre foi o Alberto de Paula Machado, advogado em Londrina, e foi presidente da OAB do Paraná. Uma figura também fantástica. Quando invadiram o DCE os estudantes ficaram um ano dentro da sede acadêmica na rua Hugo Simas, morando ali dentro para que não invadissem. Porque como tinham invadido todo o resto, a única coisa que a gente salvou foi a sede da Hugo Simas, onde funcionava o Diretório da área de Saúde, da Biologia. Os estudantes ficaram um ano ali fazendo plantão. E tem uma coisa muito interessante que se vocês forem ver, que vale a pena também, que o pai do Alberto, uma pessoa assim, eu não o conhecia direito, mas o pai dele parecia ser uma pessoa assim muito revoltada com a ditadura. Tanto é que quando invadiram o DCE ele quis dar uma arma

para o filho dele. Ele teve que segurar o velho: “Não, nada de arma” (risos). Vale a pena, tem várias pessoas que tem histórias muito legais para contar.

B: Esse pessoal que dormia dentro do DCE é na gestão do Alberto de Paula Machado?

M: Nós tivemos vários. Tivemos o Alberto. Nós tivemos um outro que é juiz de Direito

B: Reginaldo Melhado que é depois do Alberto de Paula Machado.

M: Isso. Foi o Alberto, foi o Reginaldo.

B: Depois foi o Arnaldo, do Direito. Eu fiz parte dessa diretoria.

M: Sim. Então, o movimento estudantil era tão forte, tão enraizado, mesmo depois que a gente se formou e saiu da Universidade, o movimento continuou pelo menos uns três, quatro anos ali. Foi um período muito difícil ali, para se manter, para sustentar aquela estrutura sem nenhum tipo de ajuda de verba de estudante, nada.

B: Eu vou precisar. Então aquele pessoal, a gestão do Alberto Paula Machado, os estudantes dormiam dentro do DCE, vc se recorda disso?

M: Sim.

B: Com medo de tomarem o DCE.

M: Sim. Vigília lá dentro. Não foi só na gestão dele não.

B: Que mais?

M: Foi na gestão dele, do Melhado. Alcançou até a gestão do ..

B: Do Reginaldo?

M: Sim. Não me lembro exatamente. Mas eles ficaram muito tempo ali. Muito tempo. E eram estudantes de todas as áreas. Todas as áreas da Universidade. Eles faziam rodízio. Faziam aquelas turmas enormes, calendário, era uma coisa assim muito interessante. Tinha a ver com o Poeira. Como a repressão tinha confiscado a nossa máquina, o Poeira não deixou de sair. O pessoal nos Diretórios, fazendo a vigília, continuou imprimindo o Poeira no mimeógrafo. Se vcs procurarem, eu doe para a Universidade, anos atrás, na gestão da Luzia, que era uma professora legal também, toda a minha coleção do Poeira. Está lá na Universidade. Se vocês procurarem irão ver que no final tem muito jornalzinho impresso em impressorinha de mesa. Tem um episódio também muito legal. Um dos últimos presidentes do DCE, tem um médico em São Paulo, que se tornou um cardiologista importante, chamado Carlos Dias, ele era presidente da Saúde se não me engano. Ele foi um dos cassados pela reitoria naquela época. O reitor era o Pinotti. Vocês chegaram a conhecer talvez. Sabe o que acontece? O Pinotti cassou o mandato do Dias. Ficou perseguindo-o. Teve dificuldade para se formar. Mas ele se formou, foi para São Paulo e se tornou um cardiologista do INCOR. Ele estava dando um plantão lá, uma noite, quem é que entra infartado? O Pinotti. Uma coisa assim. Um dia ele contou para a gente: “Se tinha uma pessoa que não podia morrer na minha mão era ele”. Porque o Pinotti me viu, se espantou e chegou a falar assim qualquer coisa assim: “Meu reino por um cavalo” qualquer coisa assim (risos). Mas o Dias morria de rir porque o algoz dele, teve que salvar em uma noite em São Paulo. Foi uma história muito interessante.

B: Eu estou inscrito aqui. Tem umas questões que você mencionou, que você poderia precisar um pouquinho para a gente. Uma delas é que quando você foi preso naquele evento, você falou que ficou uma semana preso. Chegou a ter interrogatório? Você prestou interrogatório? Ou foi só prisão?

M: Não. O negócio foi tão amador, porque eles fizeram arrastão lá na cidade, prenderam todo mundo. Então na nossa ala ali onde ficaram os estudantes homens. Tinha um sujeito que iria se casar e foi preso na rua. Ele chorava desesperado. Prenderam um time de futebol da Petrobrás, um time inteiro lá

dentro. Então eles fizeram um arrastão. Eles nem sabiam direito quem era o quê. Eles só sabiam os que estavam na prancheta, o resto eles não sabiam de nada. De madrugada a gente acordava com o barulho da arma passando pelas grades e a gente escutava o pessoal chorando, gente querendo ir embora, que ia se casar, que a mulher não sabe onde eu estou, com quem. A gente enfrentou aquilo com muito bom humor que era maneira que a gente tinha de se defender inclusive. A gente tem uma seção no Poeira, se procurar está lá, uma seção chamada “Monstruário”, que a gente colocava ali só as barbaridades que a Universidade cometia. Tipo assim, professor de Educação Física que dava aula de natação e não sabia nadar. Ou então o professor de Cálculo que dava um exercício completamente errado, o pessoal fotografa e posta. Então o que foi mais marcante para mim foi isto, aqueles jovens todos terem enfrentado aquele período difícil com muito bom humor.

B: Vc falou da máquina tipográfica do DCE. Essa máquina a gente tem conhecimento de outras pessoas, contando, testemunhando o fato, de que essa máquina foi tirada do DCE.

M: Foi, arrombaram a parede do DCE.

B: Vc presenciou o fato, viu?

M: Tirei foto disso. Dos caras arrombando a parede e tirando a máquina. A única forma que eles tinham de tirar essa máquina era arrombar a parede. Porque a gente levou a máquina desmontada e montou lá dentro. Exatamente pensando que se um dia eles quisessem pegar ... a máquina era grande. Não era rotativa, mas era grande. Era uma multilit grandona, deveria ter o quê? Uns três metros de comprimento. A gente imprimia para caramba.

EV: Era off set já?

M: Era off set. Quem montou o laboratório ... alguns estudantes foram aprender a revelar as chapas na Folha de Londrina. Era uma coisa assim, nossa. Muita gente que passou pelo Poeira ali, que não eram jornalistas, mas eram de outras áreas, falam até hoje “aprendi escrever lá”. Porque a gente tinha aula de jornalismo lá. Os estudantes escreviam, os jornalistas corrigiam, discutiam a matéria. Muita gente reconhece até hoje que começou a escrever ali

E: Marcelo, a gente não tem nenhum dado, nenhum depoimento de como foi o processo para a quebra da parede. Havia policiais? Pessoal da Universidade? Quem comandou, em nome da Universidade, a retirada da impressora?

M: Olha, a parede foi quebrada por um funcionário a Universidade. Ela foi retirada por funcionários da Universidade. Só se tivesse gente à paisana ali. Não vi policial nenhum. Era o pessoal da AESI mesmo. Funcionários da Universidade a serviço da AESI. Eles quebraram a parede inteira. Não havia como retirar aquela máquina dali. Era muito grande.

B: Deixa-me perguntar aqui. Edson, você sabe se tem foto disso nos nossos arquivos?

E: Tem. Na Folha eu acho que saiu não é Marcelo?

M: Deve ter saído na Folha de Londrina

E: Nós não temos cópia aqui, mas acho que saiu no Poeira também. Lá no NDPH deve ter.

B: Marcelo, além da máquina, o DCE, que eu tenho conhecimento, tinha uma kombi também.

M: A Kombi era do Restaurante Universitário e da Casa do Estudante também.

B: E vc sabe se aconteceu alguma coisa? Se essa Kombi foi tomada? Tem alguma informação desse fato?

M: Logo depois, não me lembro ao certo, mas logo depois a reitoria fechou o restaurante com a desculpa de abrir no campus. Não sei se abriu lá no campus.

E a Casa do Estudante que funcionava ali, eles desativaram e colocaram em outro lugar. Você sabe por que a gente fez a sede do DCE com a Casa do Estudante em cima daquele prédio e ao lado do Restaurante Universitário? Porque foi a forma que a gente teve de ter bastante estudante perto da gente. Era uma proteção para a gente. Porque a polícia ficava passando ali na frente. Então todo dia, na hora do almoço, naquele gramado em frente, ficava cheio de estudante. Eles chegavam cedo, ficavam o dia, ali na frente, e aquela massa de estudante era uma proteção para as lideranças que estavam dentro do DCE. Acho que a reitoria confiscou tudo. Ah, também, sempre tinha uma oposição querendo derrubar a gente. Houve eleições que a diferença foi muito pequena, principalmente no começo. A gente tinha estudantes que tinham participado do Proteu. Então sabe o que a gente fazia? Punha os estudantes que iriam entrar em sala de aula em todos os centros de conhecimento, os estudantes que iriam entrar em sala de aula para fazer propaganda do Poeira, propaganda do jornal, eram colocados na frente e eram ensaiados. Porque a gente dizia assim, que toda sala de aula tinha polícia, tinha soldado que ficavam provocando a gente. Então a gente fazia uma lista de que tipo de perguntas que eles poderiam fazer. E a gente bolava as respostas e colocava os estudantes na nossa frente para ensaiar. Então as discussões em sala de aula eram um banho em cima dos caras. Não conseguiam levar uma. Tudo na base da gozação.

EV: Marcelo, queria te perguntar sobre os reitores que vocês conviveram. As posturas dos reitores elas eram, assim como, nos Conselhos e tudo mais, eles se colocavam como uma postura de repressão, com o movimento? Eles atuavam assim abertamente a favor da ditadura?

N: Olha, nós tivemos nesse período três reitores. O primeiro que era o Ascêncio Garcia Lopes, médico também. Era uma pessoa que não se envolvia muito, porque estava muito no começo. O movimento estudantil não tinha a projeção que acabou tendo depois. O segundo, foi o genro do Ney Braga ...

EV: Oscar Alves

M: Oscar Alves. Esse era mais inteligente. Uma pessoa .. um tipo de pessoa que planeja uma ação, mas não aparece. Então ele estava construindo a imagem de um reitor tolerante e tal, mas a gente sabia que mexia as coisas por trás. Agora, o terceiro, o Pinotti, esse foi um brutamontes mesmo. Ele que criou o código disciplinar, 169, que foi, a esperteza dele foi isso, a gente tinha o código 447, que atingia os estudantes do Brasil inteiro. Para evitar, trazer para a Universidade de Londrina uma imagem péssima daquele código, ele criou outro,

baseado naquele dali com o nome de código disciplinar 169. Isso foi na gestão do Pinotti. Foi na gestão do Pinotti também, acho interessante vocês analisarem, foi um período em que a AESI mais produziu documentos. Foi na época do Pinotti. O Pinotti era um truculento. Não queria saber. Cassou nosso mandato, mandou invadir o DCE, mandou prender máquina, mandou levar. Esse foi o típico repressor. Foram três reitores no nosso período. Depois ...

EV: Quem abriu processo contra o Tadeu Felismino? Não foi o Oscar Alves?

M: Foi, foi na gestão do Oscar Alves, mas ele nunca aparecia. Ele punha um entreposto no lugar dele. Tinha um professor lá, de História.

EV: Luís Emílio

M: Exatamente. Ele era do SNI.

EV: Qual era a atuação dele lá?

M: Todo mundo sabia que ele era do SNI. Era uma espécie de eminência parda do Oscar Alves. Ficava por trás. Analisando as coisas para ele e tal. É uma pessoa perigosa. Acho que ele foi a pessoa responsável, por exemplo, por armar contra a Marília, uma ameaça de prisão. Estava com ela algum militar que era do Tiro de Guerra que vivia provocando-a. Tinha suspeitas de que ela fosse perigosa. O negócio foi tão feio que ela acabou saindo. Foi embora, mudou de Londrina. O nome dela é Marília Andrade. Era uma estudante de Pedagogia

E: Nós iremos entrevistar ela, Marcelo, na segunda-feira que vem. Seria nesta segunda, mas ela não tinha tempo e ficou para a segunda da semana que vem. Ela está morando em São Paulo agora

M: Vocês tem mais alguém na agenda de entrevista?

B: Não temos marcações, mas temos cogitações. Algumas pessoal. Uma delas eu gostaria de saber se você conhece. O Lúcio Marchese

M: Sim.

B: Parece que houve um incidente com relação a ele, a esposa dele. Você se recorda disso?

M: Ele é um pediatra muito eficiente, muito famoso. Achei que ele estivesse falecido já. Ele está em Londrina atuando ainda?

B: Ele está atuando. A esposa dele é falecida. Parece que a esposa dele foi militante.

M: Ele fez parte daquela turma da saúde que era muito ligada ao PCB.

B: Ele foi mandando embora.

M: Foi, também foi.

B: Sabe disso?

M: Eu acho que teve mais gente que foi mandada embora ali. O Lúcio Marchese ele era um cirurgião pediatra e tinha um Hospital Infantil em Londrina. Não sei se existe. Mas era um hospital de referência nessa área. Mas enfim vocês irão ouvir o Lúcio?

B: Tem a possibilidade de ouvir o Nelsão também. Que já foi mencionado também em três ou duas entrevistas. E nós ainda não chegamos a conversar, mas há a possibilidade de conversar com o Nilson Monteiro, próximo aqui.. Você



falou também, de um acadêmico na época, acho que era acadêmico, Tsutomo Higashi

M: Tsutomo Higashi era professor

B: Era professor da Medicina?

M: Era. Ele foi demitido pelo Oscar Alves.

EV: E tem notícias, você se lembra de algum estudante que tenha sido preso ou perseguido, naquele período?

M: Na Universidade de Londrina?

EV: Na Universidade de Londrina.

M: Foram só nós três, eu o Marcão e a Márcia. E o docente que foi preso foi o Nelsão. Em um período anterior, na Universidade, teve alguns jovens que foram para o Chile. Foram indiciados também, foram jogados a revelia, foram para o Chile. Alguns deles, quando Pinochet apareceu foram para a Alemanha, Moçambique, alguns deles voltaram para Londrina. Isso da Universidade. Mas não participaram, depois, ativamente.

B: Vou fazer uma pergunta para vc, talvez depois, vc. conheceu o Mauro Goulart? De Curitiba?

M: Não, pelo nome assim, não.

B: E o Vitório Sorotiuk?

M: Sorotiuk, sim

B: Advogado?

M: Sim

B: Ele é ex-estudante de Direito. Você falou do pessoal que foi para o Chile. Ele estava no Chile. A esposa dele é chilena.

M: Sim. Essa turma toda é de 68. Cláudio Ribeiro, advogado também. Ah, foi advogada também, deputado federal. Hoje minha cabeça está muito ruim. Eu me lembro dela, mas não lembro o nome. É, tem algumas pessoas aqui em Curitiba que tiveram uma militância bem consistente também. Sofreram.

B: O Marcelo, eu não sei se os colegas querem efetuar mais alguma pergunta em cima do que foi dado, em cima de alguma questão que foi lembrada, recordada e que pode contribuir agora no momento. Eu, por mim, me dou por satisfeito.

E: Só para finalizar, o Marcelo saiu em 81, ele pegou uma parte da gestão do Marco Antonio Fiori. Você falou dos outros reitores. Você pegou alguma coisa, um ato, do Marco Antonio Fiori com relação ao movimento estudantil ou não Marcelo?

M: Não. Naquela época, quando o Fiori entrou, já estava praticamente fora já. O Fiori foi em 81. A eleição, a nomeação de reitor era mais para o fim de ano. Ele estava entrando, eu estava saindo.

B: Foi o período do Arnaldo e do Reginaldo no DCE.

M: Do Alberto, é.

A: Eu tenho uma pergunta ainda Marcelo. Que é a respeito, vc e os outros depoentes insistem que o perfil do movimento estudantil da UEL era bastante este de ocupar espaços institucionais e fazer uma resistência democrática, digamos assim, não é? Então eu te pergunto, que a gente sabe que o movimento estudantil no Brasil foi uma grande fonte de recrutamento para os grupos armados pela esquerda. Muitas vezes ali uma dupla militância, até que eventualmente as pessoas decidiam que tinham que de fato ir para a clandestinidade e abandonavam sua vida civil, digamos assim, e iam para a guerrilha. Em Londrina há alguns desses casos de militância de gente que foi para a guerrilha? Vocês sabem disso ou não?

M: Olha, aí tem uma coisa bem interessante. O Manoel Jacinto era visceralmente contra a guerrilha urbana, o foco. Então você vê a história de Porecatu, porque Porecatu foi uma história de luta de posseiros muito ampla também, muito ampla. Então essa influência do Manoel Jacinto aqui, atingiu os estudantes do movimento estudantil da UEL, porque a gente em nenhum momento cogitou em entrar em qualquer organização de guerrilha urbana. A gente sempre pensou que o caminho era fazer um trabalho de massa. A gente falava. Era juntar gente. Então esse foi sempre o nosso foco, juntar gente. E a gente, eu achava que iria deixar de fazer para fazer isso. Só para vc ter uma ideia, teve uma visita do Geisel em Curitiba, com a maior cara de pau, pegamos o presidente do DCE que era o Paulo Dias e alguns presidentes de Diretórios Setoriais e fomos para Curitiba, entregar um documento para o homem, para reivindicar a federalização da Universidade de Londrina. Então a gente ia mesmo. Se não, não ganha nada. Isso foi tão importante que olha só. A gente tinha duas bandeiras específicas. Quando se vai travar uma luta pela democracia você tem que ter bandeiras políticas e bandeiras específicas. As bandeiras específicas que os estudantes mais queriam: passe universitário e ensino público gratuito. A gente, durante todo o período, lutou para essas duas coisas. O passe universitário a gente conseguiu ainda na gestão, quando o José Richa era o prefeito. A gente conseguiu, diz que ainda existe até hoje. E o ensino gratuito foi implantado pelo Alvaro Dias, quando ele foi governador. Acho que foi em 1982, por aí. Mas, com certeza ele fez isso porque ...

B: 1985

M: 85? Ele fez isso influenciado pelo passado dele, porque ele fez parte do movimento estudantil, anterior ao nosso. Não foi aquela coisa lá, mas foi a turma que construiu os diretórios acadêmicos no Hugo Simas. Então as duas principais bandeiras específicas que a gente levantou na época se realizaram.

EV: É, havia relatório da AESI, descrevendo as atividades do Alvaro Dias.

M: Vigiavam todo mundo. Eles enchiam a Universidade. Eles eram um braço do SNI mesmo. Esses documentos todos que eu encontrei no Arquivo Público demonstram assim, cabalmente, as ligações todas. O secretário de segurança pública mandando cópias dos documentos para o DOPS e o DOPS mandando cópias para o secretário. Vinham para cá. Relatórios enviados para a Polícia Federal, era uma coisa articulada. A AESI não era uma coisinha só para estudante e professor, era para todo mundo mesmo. Aliás a gente tirava sarro deles, a gente chamava a AESI de Swat. Naquela época estava na moda a Swat. Os patetas da Swat. Acho que no Poeira tinha um monte de gozação em cima deles.

EV: Nesse relatório da AESI, você se lembra de ter visto alguma assinatura da reitoria com o reitor?>

M: Não. Quem assinava sempre eram o prepostos. O cara da AESI era o sargento Raul, que era do Tiro de Guerra, tinha esse cara, o prof. ...

EV: Emílio

M: O Bessa citou o nome dele aí.

EV: Emílio

M: Emílio.

E: Luis Emílio

M: É Luis Emílio Boanerges?

EV: O Boanerges era também da repressão?

M: Não sei se era.

EV: Tem um Boanerges no CESA

M: Sabe que naquela época existia ...

EV: Bessa, conheceu o Boanerges?

B: Não me lembro dele não.

M: Ele era da História.

E: Luis Emílio Ferreira Bueno o nome completo.

M: Então não é Boanerges. Professor de História. Uma coisa que eu estou me lembrando também. Naquela época tinha alguma força a TFP. A gente tinha jovens da TFP estudando na Universidade que eram agentes da AESI. A gente teve um, inclusive no nosso curso. Ele sofreu horrores na nossa mão porque a gente isolava, ele de tudo. Ele foi um zumbi no curso.

B: Quais os cursos que você fez?

M: Ele tentava se aproximar da gente. E isso fez ele mudar, sabe por quê? Tempos depois, já quando jornalista formado, se arrependeu, escreveu um livro, revelando os métodos da TFP.

B: Você não lembra o nome dele? É José o nome dele?

M: Não sei.

B: Posso estar errado, mas seria o José Pedriali?

M: É o Pedriali.

EV: Ah, o Pedriali foi da TFP? [risos]

M: Todo amigo próximo com algum problema com adolescente, tem outro nome hoje em dia. Não é mais TFP, é Rosário não sei das quantas.

B: É? Não sabia.

M: Tem uma amiga minha, por exemplo, uma pessoa de esquerda de Maringá, o neto dela se meteu com esse negócio aí, foi uma coisa horrorosa. Esse bom serviço o Pedriali prestou porque eu recomendo esse livro para todo mundo. Leia esse livro que ele vai sair correndo do negócio.

B: Ele escreveu também um livro que conta história do Jeolás.

M: Ah ele escreveu do Jeolás?

B: É, uma biografia do Jeolás

M: Jeolás foi uma figura importante aí em Londrina. Ele defendeu todos os outros, porque ele era diretor do hospital de tuberculose. Funcionava onde depois foi montado o Hospital Universitário.

B: Exatamente.

M: Sabia que ele escondia perseguido político lá dentro?

B: Sabia, no livro está escrito isso. Ele escondia e as freiras que trabalhavam lá, ele dizia para elas não irem naquele prédio, porque aquele prédio era de doenças infecciosas e elas podiam ser contaminadas. Então as freiras não iam lá. [risos]. Você conheceu algum professor da TFP também? Além da Comunicação?

M: Caramba, tinha uma cara lá, mas não me lembro. Mas tinha sim. Tinha várias pessoas da TFP naquela época, principalmente homens. O jovem quando entra na adolescência fica muito vulnerável lá.

B: Exatamente.

M: É muito fácil. Mas o Pedriali foi interessante. Ele se penitenciou.

B: Tem um professor aqui que está participando, ele não perguntou, estou no chat aqui. “Qual livro?”. É o livro do Pedriali que vc está perguntando, não é Alcides?

M: Quem é o Alcides? É o Alcides Carvalho?

B: Não. É o Alcides Vergara, que é um professor aqui. O Alcides Carvalho é daquele período mais ou menos. Mais para o final.

M: O Alcides era um professor que apoiava a gente bastante

AV: Alcides Carvalho né?

M: Gente boa.

AV: Eu ia perguntar qual era o nome do livro?

B: Do livro do Pedriali? Sobre a TFP? Você se lembra Marcelo?

M: Pois é, é um nome inteligente até. Acho que se procurar no google, colocar o nome do Pedriali no Google vai aparecer

B: Os colegas aí, satisfeitos?

EV: Não é “Doa a quem doer” o livro?

M: Não, acho que não. Apareceu aí?

B: Esse livro já passou pela minha mão. Olha, Marcelo, vc gostaria de dizer mais alguma coisa para essa Comissão? Estou vendo os colegas aqui, eles, parece que estão satisfeitos com a entrevista.

M: Olha eu posso dizer que eu aprendi muito com essa experiência e sei que praticamente todos os colegas e amigos também aprenderam. E hoje em dia a minha preocupação principal é encontrar o jeito de resistir e combater essa situação que estamos vivendo hoje [gestão Bolsonaro]. A gente que passou pela ditadura, a gente sabe como é que a coisa rola e o risco que nós estamos correndo é muito grande. Mas devagarinho as coisas vão se articulando. Eu estou participando de um grupo que reúne professores de várias Universidades: USP, UNICAMP, UNIFESP, é mais o pessoal de São Paulo. Formaram um grupo bacana lá de troca de informações, de textos, de coisas assim. Aos poucos as coisas vão se aglutinando. Primeiro a gente vive um período de desestruturação,



depois tem que estruturar tudo de novo. É o pêndulo da História né? Os historiadores conhecem bem.

B: Bom, então eu faço dessas suas considerações Marcelo, eu gostaria de agradecer muitíssimo seu testemunho, a sua disponibilidade de nos ouvir, para que a gente possa aproveitar depois, transformar tudo isso em documento e interligar esses fatos que você levantou aqui com outros testemunhos, para que a gente possa contar isso como uma verdade. Isso foi colocado pelo senhor. Eu deixo aqui, gostaria novamente de agradecer essa sua participação, a presença de todos os membros da Comissão e eu dou por encerrado, se ninguém tiver nada a colocar, eu dou por encerrado esse trabalho. Tranquilo?

## **COMISSÃO DA VERDADE UEL**

**DEPOENTE: Marília Furtado de Andrade (LIAN) (L)**

**ENTREVISTADORES: André Lopes Ferreira (A), César Bessa (C), Edson Holtz (E), Izângela (I)**

**DATA: 31 de agosto de 2020**

**LOCAL: Gravação *on line* por conta das restrições da pandemia.**

**TEMPO DE ENTREVISTA: 00:36:38**

**TRANSCRIÇÃO REALIZADA POR: FERNANDO ULIAN LEME**

**CONFERÊNCIA REALIZADA POR: EDSON HOLTZ**

C: Boa tarde a todos. Hoje é dia trinta e um de agosto de 2020. Eu, Cesar Bessa, servidor da Universidade Estadual de Londrina, juntamente com os servidores

André Lopes Ferreira, Edson Holtz, estamos aqui para entrevistar a Lian que teve contato com o movimento estudantil. Foi estudante da UEL no período do regime militar. O objetivo dessa entrevista é a gente resgatar algum fato ou ato cometido que seja opressivo, que seja, que se manifeste de uma forma violenta naquele período, contra pessoas, em face da instituição, Universidade Estadual de Londrina. A gente costuma pedir às pessoas em relatarem aquele período. As pessoas que nós entrevistamos a gente pede que as pessoas relatem aquele período, como vivenciou aquele período aqui na Universidade, como é que foi sua relação com a Universidade. E a pergunta a gente começa elaborando para você Lian. Como é que foi que você vivenciou aquele período, porque algumas pessoas já passaram algumas informações, mas no decorrer a gente vai fazendo perguntas no sentido de que vá aflorando a memória daquele período, e vamos ver se a gente consegue resgatar algum fato importante que venha contribuir seja para um dano patrimonial, dano moral, espiritual que por conta daquele período tenebroso tenha ocorrido. Então eu começo com essa pergunta, das suas recordações, das suas relações com a Universidade Estadual de Londrina, Lian.

E: Bessa, só complementando sua pergunta para Lian, que você fale, rapidamente, da sua trajetória, o que te trouxe a Londrina. A Celinha comentou, mas queria ouvir de você como foi esse processo de vir para Londrina e o período que você ficou aqui, contar para a gente.

L: Eu já contei um pouco, no depoimento que a Silvia, lá de Curitiba, pôs no grupo da “verdade” lá. Está no YouTube. Tem eu, Celinha e muitos outros, tem mais de uma hora e, também no livro do Tadeu. E aqui então, vou contar de novo resumidamente, eu cheguei em Londrina em abril de 1970, como mandei o texto para vocês, eu fiquei até outubro de 1974, morando lá, eu, meu marido (Manuel Costa) e a minha filha (Elena Costa) saí de lá com 4 anos e pouco. Eu fiz a Faculdade de Pedagogia aí, porque eu fui incumbida pelo Pedro Pomar, que era nosso instrutor no partido, nós nem sabíamos o nome dele. Ficamos

sabendo seis anos depois. Mas ele nos visitava com frequência para nos dar orientação ou a gente encontrava com ele em São Paulo. Fomos mandados para Londrina, porque eu estava grávida da Elena e não poderia ir para o Araguaia, mas isso também fiquei sabendo quase 10 anos depois, porque na linha do partido, a gente achava que tinha gente como nós pelo Brasil a fora organizando os camponeses, operários e a população na linha chinesa. Então não sabíamos que todos estavam indo para o Araguaia que nós fomos recusados pela minha gravidez, o que então salvou nossa vida ir para Londrina. Quando a gente chegou de volta em São Paulo em outubro de 1974, fugindo de uma ameaça, que eu vou contar, do tenente Raul que eu seria presa logo depois da primeira eleição do Poeira. Fazendo um balanço da nossa estadia de quase 5 anos em Londrina com o Pedro Pomar, é uma cena inesquecível esse balanço dos 3 que eu posso contar no fim, mas era a resposta dele às nossas cobranças de ter ficado aí em um tipo de exílio interno, ele disse “vocês dêem graças a Deus que estão vivos”. Essa frase nunca sai da minha cabeça, e agora com 70 anos, sobrevivente. Londrina é um período que eu lembrei muito em 2014, quando o Tadeu fez o evento comemorando os 40 anos.

[houve uma pequena interrupção com a chegada da professora Izângela, também membro da Comissão da Verdade].

L: Então, a experiência de Londrina, vocês podem fazer perguntas, mas fui incumbida de organizar o movimento estudantil, o que pra mim foi um absurdo porque era como se eu tivesse sendo rebaixada porque eu queria ser uma operária camponesa. Tinha 19 anos né, tinha largado o terceiro colegial em Belo Horizonte, em outubro, tive que fazer madureza de novo. Tanto que no meu dossiê do DEOPS, em Curitiba, consta que meus documentos do curso de madureza não são sérios, ou são falsificados, ou algo assim, é uma história complexa que uma hora eu posso contar. Mas o pior que me aconteceu nesse período foi esse processo. Em 1973, que eu sofri um IPM [Inquérito Policial Militar] que não era contra mim especificamente. Uma coisa assim tão boba, tão

banal. Vocês querem que eu continue contando ou já vão fazer perguntas? É que eu estou resumindo assim o que foi mais marcante.

C: Não, não, pode prosseguir.

L: Em resumo, do que a ditadura me afetou mais de perto foi essa ameaça com o IPM instaurado no curso de Pedagogia, mais ou menos em outubro/novembro de 1973. Nossa turma era de umas 40 mulheres, ficou mais insatisfeita do que o normal com uma professora nova, e acho que a própria coordenadora, acho que era de filosofia da educação, a coordenadora dessa área, uma japonesa de uns 50 anos, nos aconselhou, ela não usou a palavra abaixo-assinado, mas “Façam uma cartinha para o Departamento reclamando e assinem”, e isso foi dito, então os boatos circulavam que nós tínhamos feito um abaixo assinado para tirar a professora. E então, o tenente Raul, não sei se já era tenente ou ainda era sargento, não era professor, ele instaurou um IPM lá no Hugo Simas, nós estudávamos lá, e toda tarde uma aluna ia depor, no andar de cima, numa sala e elas diziam que eles queriam me incriminar como líder do abaixo-assinado, mas como era um movimento de todas, ninguém me incriminou e quando estava para encerrar os interrogatórios, a irmã do Roldão Arruda, a Rosi, que era jornalista no Novo Jornal, ela soube do caso e resolveu fazer uma reportagem sobre isso, e saiu, não sei se uma ou duas páginas no jornal semanal que não falava meu nome, falava que era um IPM e que podia enquadrar alunas na 477, que era ficar cinco anos sem poder estudar. Mas a gente ficou quieta. Ninguém ficou fazendo alarde, só essa matéria que saiu no jornal, e no dia seguinte a professora já sumiu e ninguém falou mais nesse IPM. No ano seguinte, que saiu o Poeira, foi em 1974, aí meu curso foi antecipado, terminou com 3 anos e meio. Então a partir de junho, eu já não era estudante, e as eleições para o DCE eram em setembro e eu estava na coordenação dos bastidores da campanha. Um dia eu fui lá no CESA, ali onde era o teatro universitário, era o CESA, o Centro de Economia e Direito. Fui com um amigo lá do DCE que era no Hugo Simas, no carrinho dele para ver como andava a campanha no CESA que era nosso ponto

fraco. Nilo Dequech era o presidente do DCE, estava indicando um sucessor, também de lá. E nós achamos um candidato para o DCE que era de lá também, que nos deu a vitória, amigo do Marcelo. Ai quando entrei no gramado assim, na hora do intervalo, Nilo Dequech veio como dedo em riste apontando para mim falando “sua subversiva, nós vamos mandar te prender”. Na hora eu virei as costas e sai correndo assim de volta para o carro, chamei meu amigo e eu não aguentava, chorando, perdi o controle, mas não deixei o Nilo ver que eu chorava. Eu fiquei pensando: “Ah se forem me prender pode estragar toda a campanha porque eu não sou mais estudante e não devia estar aqui”. Mas não aconteceu nada, só depois da eleição, mais ou menos um mês depois ou quinze dias, que uma colega que fazia História a noite chega em casa, já bem de noitão e fala que durante a aula de EPB que o tenente Raul falou que naquela semana iriam prender a pessoa responsável pelo movimento e era uma pessoa de Minas Gerais. Então a Vera Lúcia, que eu esqueci o sobrenome, que o pessoal da Pedagogia me jogou no mesmo ano, ela veio e me falou isso que ela não era militante, mas era um pessoa progressista e imaginei que ela fosse inventar. Fiquei até agradecendo o tenente Raul de dar esse aviso, e logo fomos embora, viemos para São Paulo.

A: Lian, você disse que veio designada pelo partido para organizar o movimento estudantil nessa recém fundada Universidade que foi fundada em 1970, existindo outras faculdades anteriores que são postas sob a administração da Universidade. É mais ou menos uma constante aqui nas pessoas que nós entrevistamos que o movimento estudantil na UEL tinha um perfil digamos que bastante institucional no sentido de ocupar espaços institucionais, ocupar as representações nos órgãos superiores, em suma lutar por pautas muito próximas da realidade dos estudantes na questão da mensalidade, da passagem de ônibus e por aí vai. Eu te pergunto, como era para você que vinha de um partido, que você mesma diz é um partido maoista, que tinha uma outra perspectiva, claro uma questão das massas, tudo isso estava presente, mas se deparar com um movimento estudantil digamos que mais enquadrado dentro dessas práticas institucionais?

L: Quando eu entrei na Faculdade eu já tinha participado em 1967/68 do movimento estudantil em BH, assim intensamente, dia e noite. 1969, tinha participado do movimento operário, assim "reprimido", na cidade industrial, e meu irmão, um ano mais novo que eu, também virou militante em seguida e atuava no movimento estudantil em Belo Horizonte, passou um ano no Chile, então uma vez por ano eu ia para Belo Horizonte e ele me contava tudo que estava acontecendo, inclusive na esquerda, porque o Pomar só contava o mundinho ali. E não sabia orientar movimento estudantil então eu era como diz o DEOPS de Curitiba, um pombo-correio da UFMG. Lá eles faziam coisas muito mais radicais que a gente, mas eles eram cuidadosos. O principal segredo que eu aprendi com eles foi fazer pesquisa com os estudantes, pesquisa de opinião, fazer jornal, as duas coisas que eu mais aprendi com o relato do meu irmão. E o DCE já existia com o Márcio Almeida que era linha partidão só que era quase inoperante e tinha acabado de assumir. Eu bati na porta e falei "posso fazer um jornal" aí fui fazer o Terra Roxa junto com o Roldão, Marcelo e a Celinha tinha saído, Cleusa Verçosa que fazia a diagramação. Então começamos com o Terra Roxa, que já foi um uma coisa que movimentou ali a Universidade e o Pedro Pomar também aconselhava assim "conta o milagre mas não conta o santo". Então para alguém saber que a gente era do partido, e até hoje eles negam, a maioria deles, que é deles e eu acho ótimo porque fica o trabalho mais amplo. A gente nunca fez questão, depois que o Pedro Pomar foi morto, e eu também me considerei fora do partido em 1976, porque eu acho que o João Amazonas teve um papel muito negativo em toda história. Depois como meu irmão foi um dos fundadores do PT, eu fui atrás dele na linha petista.

E: Lian, com relação aos reitores a gente percebeu que havia, parece que antes do Pinotti talvez, uma certa tolerância com o movimento estudantil, mesmo com o Poeira sendo de esquerda eles não conseguiriam diretório. Como você sentiu essa relação com os reitores e o que mudou depois na gestão do Pinotti quando começou a ser uma coisa mais de perseguição, me parece de gente ouvindo em sala de aula. Como era esse clima?

L: Olha eu só peguei o Ascêncio Garcia Lopes que era um cara super razoável, nunca cheguei perto, a gente fazia brincadeiras do Terra Roxa com ele. Assim ele apontando para a estátua do Mercúrio no jardim e falando "aquele é o Deus do comércio, nosso protetor porque a Faculdade era um negócio" [risos]. Então tinha um clima bem aberto assim, o problema maior era o atraso das mentalidades que era muito provinciano, muito atrasado, anterior, mal começava a Faculdade. Então o curso de Pedagogia era assim terrível.

C: Lian, você comentou que naquele período que teve o incidente lá no curso de Pedagogia, o Tenente Raul, que ainda não era professor da Universidade, ele vai ser professor de Estudo dos Problemas Brasileiros depois. Eu fui aluno dele. E foi inevitável, porque você tinha que fazer a disciplina dele.

Lian: Eu não cheguei a pegar aula de EPB.

C: Não era agradável obviamente, muito menos o Tenente Raul era agradável. As aulas dele pelo menos não eram. Mas você falou que foi entrevistada por ele porque ele queria te enquadrar

Lian: Interrogada

C: Você poderia descrever como foi esse interrogatório e que tipo de pergunta ele fazia para você?

L: Foi muito resumido, muito burocrático só pedia para explicar por que foi feito o abaixo assinado, quem tomou iniciativa, qual era o objetivo, se tinha alguém por trás, muito formal, em nenhum momento ele transpareceu nenhuma emoção, que eu me lembre, nem positiva nem negativa

C: Te ameaçou em alguma coisa?

L: Não, nenhuma vez. Foi um interrogatório burocrático. Quando eu fui presa no congresso da UNE me interrogaram assim também. São perguntas formais.

C: Quando você foi presa no congresso da UNE você já tinha saído aqui do movimento estudantil ou ainda estava cursando Pedagogia?

L: Não, eu fui de penetra porque eu estava no terceiro colegial, mas como eu passei dois anos na rua com universitários em passeata, então eles me deixaram ir de convidada

A: Você foi presa em Ibiúna?

L: Ibiúna

A: Isso é antes da UEL né?

L: É, foi outubro de 1968.



C: Tem mais uma questão aqui. Quando você estava naquele período que você era estudante que tinha uma aproximação, uma integração com o pessoal do Poeira, você tem algum fato de violência praticada contra o movimento estudantil, que você presenciou ou que você viu ou ouviu?

L: Não consigo me lembrar. Não consigo. A gente entrava em sala de aula para distribuir o jornal e ninguém nunca nos impediu nunca, nunca, conversava em sala de aula. Logo que eu entrei na Faculdade, tinha uma professora de Geografia, Yoshia Nakagawara parece. Era o nome dela? que dava Geografia à noite e eu estudava Pedagogia à tarde. Aí, por conversas lá dentro, eu fiquei sabendo que ela estava dando aulas sobre a Ásia e China, aí eu fiquei amiga delas e em um instante eu estava dando palestras sobre China na aula da Yoshia, e eu recém entrada na Faculdade. Depois fizemos um evento comemorando 100 anos da morte de Castro Alves que o Dinho ajudou a fazer um jogral. Enchemos a Faculdade de cartazes com os textos mais subversivos do Castro Alves e nada. Então os shows e teatros eu nunca ouvi falar assim de censura.

C: O período que você esteve aqui ligada ao movimento estudantil, quem eram os reitores que você lembra?

L: Só do Ascêncio. Depois os meninos me falavam, quando eu ia para Londrina, que 1974 a 1976, eu ia de vez em quando aí, encontrar com eles, trocar ideias e aí eles falavam do Oscar Alves. Mas não acompanhei muito, porque depois perdi contato com eles e fui morar no Pará e só fui recuperar o contato em 1979.

E: Lian, só uma coisa. Você conseguiu terminar o curso de Pedagogia ou por causa daquele episódio você abandonou o curso?

L: Terminei e comecei 4 mestrados igual a Dilma e não terminei nenhum [risos]. Tentei no Pará e não fui aceita, comecei em Brasília Antropologia, depois na Unicamp, USP e em Paris, Paris VII. Todas, eu fazia os cursos mas não fazia a tese.

C: Você mencionou que você teve, no começo aí da sua fala, que teve uma conversa da qual participou o Pedro Pomar ...

L: Balanço de Londrina?

C: É, do balanço de Londrina, dá para fazer um retrospecto disso para gente?

L: Sim, não foi muito longa a conversa, mas eu falei que achava que tinha sido um tempo perdido que eu fiquei anos em *stand by* que eu esperava ao menos que eu pudesse morar em um bairro operário. E hoje eu rio de mim (risos). Fui dar aula para boias-frias. Dei aulas em vários bairros. Eu queria morar nos bairros, mas o Pedro Pomar dizia que não, que eu tinha que ser classe média. Classe média baixa. Não tinha televisão, não tinha geladeira, mas morava na rua Goiás, na rua Antônio Cândido, lá na vila Casoni, todas as casas tinham água e luz, mas eu queria ser mais pobre ainda. Eu achava que se eu estou aqui para ser testada, eu posso ser qualquer coisa. Para quê que eu tenho que ficar voltando atrás? e na minha infância e adolescência eu sonhava em sair de Minas Gerais, sair do interior e ir para São Paulo era ir para o exterior. Então me mandar para Londrina, era um retrocesso a tudo que eu tentei abandonar ao entrar na militância, que era de voar para longe e tinha que ficar fingindo de burra e era

um sofrimento, além do mais ainda queria separar do meu marido e tinha que ficar casada que era outro sofrimento. Então, essas lembranças aí não são das melhores. Então a minha avaliação para ele, eu fui mal aproveitada, nós fomos, ele mais ainda, meu marido, que quase não tinha tarefa. Ficava vendendo remédio, fazendo alguns contatos. Movimento estudantil ele nunca participou e ele começou a reclamar também que para ele foi muito ruim. Aí o Pedro Pomar começou a defender o movimento estudantil dizendo que havia sido um sucesso e que a gente tinha já um núcleo do Partido no Paraná, que a gente já estava desenvolvendo um trabalho no movimento estudantil e que estava indo super bem e que deveria continuar e que eu deveria ficar ligado ainda. Ele me deu como tarefa, o que eu chamo de meu TCC, que era fazer um estudo sobre a colonização do Norte do Paraná que está na revista Terra Roxa, depois a do DCE publicou. Então fiquei um ano e meio em São Paulo estudando a estrutura agrária do Paraná. Então na hora sim, eu não valorizei direito, como o orientador do meu trabalho, porque era feito em casa porque tudo muito difícil, solidão muito grande. E uma hora eu me lembro que o Mané ficou meio exaltado, reclamando e eu comecei a chorar. Porque eu fiquei sentindo mal de ver ele questionando o cara que eu considerava um pai, um mentor, um orientador que eu tinha todo respeito. E o Pedro Pomar falava "nós vivemos no fascismo e vocês deem graças a Deus de estarem vivos" e nisso encerrou a conversa. Parou aí. Isso foi em outubro de 1974, ele foi morto em dezembro de 1976. A gente estava em São Paulo com um processo para se mudar para o Pará, em Belém, e ele também. Só que no dia seguinte da morte dele a gente esperou para sair de carro com ele em Belo Horizonte e estava no jornal que ele foi fuzilado e é isso o balanço.

A: Lian, por gentileza, neste período você fica até 1974, é mais ou menos aí que vai ser instalada a AESI na UEL. O que nós podemos apurar até agora, é que no Estado do Paraná, houve poucas AESIs. Havia uma AESI nos Correios, na Itaipu, na Rede Ferroviária Federal e na UEL. E que isso mostrava que havia uma preocupação do SNI com Londrina. A gente pôde apurar que Londrina era importante politicamente para o regime por causa da presença do MDB na cidade. Então eu te pergunto se no período que você estava como estudante se

vocês ouviam falar da AESI, se isso já era uma coisa completamente aberta, e depois era público que existia essa Assessoria. Havia até uma polícia própria que era uma guarda patrimonial que os estudantes apelidaram de SWAT, mas acho que você pegou o começo disso, você recorda de alguma coisa sobre?

L: Não, não lembro. Eu lembro de ver alguma coisa no jornal, mas eu acho que já tinha ido embora e acho que foi depois da vitória do Poeira e eles começaram a concentrar a campanha contra a AESI.

E: Lian, acho que tem um detalhe que o Ascêncio, que quando veio a determinação para abrir a AESI, ele criou a AESI mas não institucionalizou. Ele só recebeu, teve o nome, mas não criou. Isso começa a partir do segundo que já é o Oscar Alves que realmente implementa ela, acho que você realmente não pegou essa fase. Porque o Ascêncio ele tentou não ter represália, mas ele não estruturou como órgão de vigilância na Universidade, até porque ele trazia muitas pessoas perseguidas para serem professores da UEL. Havia essa coisa do Ascêncio. Parece que houve um período da Medicina.

Lian: Claro, na Medicina. Eu só notei na Medicina mesmo, o professor Nelson e outros. Parece que o embrião do SUS foi aí.

C: Foi sim, é o que contam, o pessoal da Medicina.

L: Eu quase fiz vestibular para Medicina. Eu teria passado. Me arrependi, mas é que eu queria ser médica da guerrilha [risos]

C: Você conheceu o Jeolás aqui?

L: Quem?

C: Jeolás

L: De nome não sei

C: O Márcio Almeida você conheceu, até mencionou né?

L: O Márcio, o Tercílio

C: Tercílio Turini. O Paulo Gutierrez?

L: Não, Gutierrez não. Tinha um japonês grandão, Fábio, mas não lembro mais. Tinha alguns que entraram depois de mim que estava nessa reunião comemorando os 40 anos de Poeira, alguns da Medicina. Tinha o Davi S. Ono, que não consta aí porque ele não foi militante, mas era da Medicina e ficou um superamigo e parte da minha família, mas morreu já. Marcelo Oikawa que me apresentou que depois trabalhou conosco no Pará anos e anos, em projeto de colonização.

C: Da entrevista que você deu para a Comissão da Verdade, tem algum fato que foi relatado lá que você acha que poderia relatar aqui e que teria vínculo com a Universidade Estadual de Londrina?

L: Bom o fato ligado a repressão não me lembro porque foi um depoimento tão amplo de tanta coisa, uma hora e tanta, mas sobre repressão acho que não tinha nada não, se eu lembrar de alguma coisa eu escrevo para vocês. Se eu conseguir lembrar, assim. Mas os meninos Marcelo, Celinha, Bel, a Celinha deve ter o nome de todos pra passar pra vocês.

C: Colegas presentes aqui. Nós estamos aqui em cinco pessoas. André, Edson, Izângela ..

E: Eu acho que tranquilo Bessa, a não ser que a Lian tenha alguma coisa? Até porque Lian a gente já conversou com o Tadeu, o Gilberto, com vários. E o DCE está assim com todos os detalhes. A gente não tinha esse detalhe seu com relação a Pedagogia. E esse IPM contra você. Isso é importante para o depoimento.

L: O Tadeu não vai nunca confessar, mas na época o Tenente Raul, ainda sargento, convidou ele para ser espião do nosso movimento porque ele estava no Tiro de Guerra aí ele contou para nós que tinha sido convidado para ser espião e tinha recusado.

C: Se a gente for fazer uma nova entrevista com ele, a gente vai recordar esse fato.

E: Eu acho que ele contou Bessa, ele contou alguma coisa.

L: Tem no vídeo do depoimento dele da seção dos 40 anos. Na hora que eu falo isso na sala de aula.

C: Aliás é uma passagem brilhante que ele teve aqui pela nossa Universidade. Marcou a História. Eu me dou por satisfeito. Nosso propósito acho que foi alcançado. Alguns dos membros aqui gostariam de fazer alguma consideração?

E: Não. Satisfeito também e aproveito para agradecer a Lian pela disponibilidade dela também. Me desculpar pelos contratempos que tivemos não é Lian. Você está na Serra da Mantiqueira, estava difícil de acessar o celular. Mas foi bacana, te agradeço. E foi um prazer te conhecer.

I: Obrigada, foi um prazer.

C: Prazer, muito grande te conhecer.

A: Obrigado Lian, foi uma satisfação.

## **COMISSÃO DA VERDADE DA UEL**

### **DEPOIMENTO DE MIRIAN MAGER (M)**

**ENTREVISTADOR: CESAR BESSA (B), EDSON HOLTZ (E), ANDRÉ FERREIRA (A), NILSON MAGNANI (N), ALCIDES VERGARA (AV)**

**DURAÇÃO: 1:23:52**

**DATA: 24/02/2022**

**LOCAL: de forma on line via google-meet. A profa. estava em sua casa na cidade de Maringá-PR**

**TRANSCRIÇÃO REALIZADA POR: EDSON HOLTZ**

**CONFERÊNCIA REALIZADA POR: EDSON HOLTZ**

B: Bom dia a todos que estão presentes nesta sala virtual. Hoje é dia 24 de fevereiro de 2022. Presentes aqui membros da Comissão da Verdade da Universidade Estadual de Londrina, formada por mim, Cesar Bessa, Edson Holtz, André Ferreira, Nilson Magnani Filho, Alcides Vegara, na qual eu saúdo a todos. Estamos aqui hoje para entrevistar a professora da Universidade Estadual de Londrina, que foi não só professora da Universidade Estadual de Londrina, mas durante o período da ditadura militar. Vai passar seu relato para nós a professora Mirian Mager. Na época seu nome de registro era Mirian de Moraes, ela e o companheiro dela, professor Abib, tiveram situações constrangedoras e a gente espera que ela nos relate aqui nesta oportunidade. Peço aos colegas que quiserem cumprimentá-la, que estão aqui, ou fazer alguma consideração. Dito isso, professora Mírian, Bom dia.

M: Bom dia

B: A gente pede para a pessoa que a gente entrevista que faça o relato que achar necessário sobre o período que porventura sofreu algum tipo de constrangimento quando exerceu alguma atividade aqui, na docência, na atividade profissional, em face da ditadura militar, na Universidade Estadual de Londrina. Período, obviamente que a senhora teve contrato de trabalho aqui, com a Universidade Estadual de Londrina. Algum tipo de constrangimento que seja em razão do tipo do seu contrato, de interferência na sua vida particular, ou algum tipo de interferência subjetiva, moral, psicológica, física, a senhora pode relatar para nós.

M: Sim. Eu posso começar relatando, como exemplo, que o meu marido, que na época ainda não era meu marido, mas a gente já estava junto, ele foi demitido na época da SBPC [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência], o que foi mais ou menos no meio do ano, em 1978. Isto depois, ele não estava na UEL, quando foi demitido, ele estava em São Paulo, justamente na SBPC. E ele foi demitido porque ele integrava a Comissão do CCB, CCB é o Centro de Ciências Biológicas, que estava nesta tentativa de reformular o currículo e integração das áreas. Porque os cursos, eu por exemplo sou da Psicologia, sou formada por Londrina. Eu entrei em 1972, para o curso, porque ele foi criado, eu sou da



primeira turma. A gente tinha aula, por exemplo, de Anatomia, de Neurologia, com o pessoal da Medicina. A gente Genética com o departamento de Genética. Não era de Psicologia e vice-versa, a Psicologia também oferecia curso para outros departamentos, de tal maneira que a gente estava tentando organizar como é que a gente faria, como é que a gente poderia melhorar esta integração no CCB. Porque a Psicologia fazia parte do CCB, das ciências biológicas e não Humanas como é no geral. E a partir desse momento, dessa demissão, o próprio departamento entrou em crise, e eu já tinha sido contratada. Eu fui demitida no começo do ano, depois das férias de final de ano. No dia em que eu voltei para o serviço. Que acabaram as férias, eu entrei na Universidade, me foi impedido de eu entrar na minha sala. Eu fui logo chamada pelo Barros, que era o diretor de centro. Reitoria onde eu recebi a demissão. Quer dizer eu fui com o chefe do Departamento, porque aí eu chamei o chefe do departamento, que era o professor Balls, aí eu fui para a reitoria receber a demissão de um cara que eu não me lembro o nome mas era um “cupincha” do Pinotti. Aí eu falei lá o que eu queria falar, xinguei o homem, do Pinotti, mas eu já estava demitida. Então eu não fui demitida porque eu xinguei. Foi o contrário, eu xinguei depois que fui demitida. E aí eu fui impedida de voltar ao departamento. Eu tinha minha sala. A grande parte da minha biblioteca. Porque eu trabalhava com os alunos. Na época não era fácil comprar livros. Então a minha biblioteca estava ali a disposição dos alunos e isso foi muito difícil, porque eram caixas e caixas e eu tinha na época, acho que eu já tinha belina, não sei. As coisas não cabiam no meu carro. E aí essas caixas foram colocadas na porta do CCB, tipo assim, daqui para frente você se vire. E eu não podia entrar no prédio. Eu até depois voltei mas neste interim, entre a demissão do Abib e essa minha demissão houve um trabalho da reitoria. Que o Pinotti era originalmente do nosso departamento. E ele substituiu o Oscar Alves porque ele era testa de ferro do Oscar, o Ney Braga que continuava mandando, Então o Pinotti não tinha nenhuma capacidade para ser reitor. Ele cumpria ordens. E ele mobilizou os alunos, os alunos que dava supervisão, que eram alunos que estavam nas escolas e falou para os alunos que ele queria que os alunos escrevessem uma carta que, sei lá, me declarasse autoritária, me tentassem alguma coisa, e alguns alunos fizeram isso e fizeram isso de forma, que não foi o grupo todo, a turma toda, e isso deu problema. Chamei uma reunião de departamento, tem a ata, e. nesta ata a gente esclareceu esses problemas todos. Não sei se vou me lembrar de todos os detalhes. Mas esta cena dos alunos é que foi usado. Porque na minha carteira de trabalho não tem foi usada para minha demissão. Inclusive os alunos se revoltaram. Que tinham prometido que não iriam me demitir. Bem, essa foi a minha demissão. Só que eu estava sabendo que o Abib tinha sido demitido. Era de uma turma inteira que iria ser demitida, que o pessoal do departamento, algumas pessoas se demitiram em apoio à demissão do Zé e foram para Uberlândia trabalhar. Então tem um grupo de professores que foi embora para Uberlândia. O Ney Braga, eu não lembro se ele ainda era o Ministro da Educação ou se tinha alguém que fazia o que o Ney Braga queria. Esses professores também foram demitidos de Uberlândia. Hoje já foram todos anistiados e receberam indenizações. Não sei mas acho que não conseguiram trabalhar neste período. Mas acho que não tem mais universidades . Mas aí eu estava

procurando emprego para trabalhar. O que era mais perto era Assis que tinha Psicologia e aí eu fui admitida, passei pelo concurso. Só que no dia que eu fui lá para assumir teve uma carta do diretor, porque na UNESP não tem reitor em cada unidade, e as unidades tem diretor. O diretor mandou uma carta falando justamente de que eu não poderia ser admitida porque corria um inquérito contra a minha pessoa em Londrina e essa carta que eu consegui foi uma professora daquele departamento que conseguiu pegar a ata e levar no cartório e autenticar. Vocês tem a cópia aí, cópia não, vcs tem o documento autenticado, acho e eu nem sei se ela ainda está viva. Mas era uma professora do departamento de Psicologia da UNESP. E aí ficamos sem emprego, um tempo. O Abib conseguiu a Federal de São Carlos. Chamou ele para trabalhar. A Federal de São Carlos tinha essa política de contratar professores demitidos pela ditadura, só que eu era recém professora, tinha acabado de me formar. Não tinha pós-graduação, não estava em condições de . Nós nos mudamos para e aí eu consegui um trabalho em Mogi das Cruzes. Em uma Universidade. Como era o nome? Não me lembro, tenho que olhar. Mas era a Universidade de Mogi das Cruzes. Nas duas. Eu comecei na Brás Cubas e depois eu passei para a outra que era um pouco melhor. Trabalhava basicamente com professores que estavam fazendo doutorado na USP que era perto de São Paulo. Aí eu trabalhei anos em Mogi das Cruzes. Até que não dava mais para eu viajar tanto. Porque era muito puxado. Era sexta e sábado o dia inteiro, dormia lá. E acabou ficando muito pesado, eu tinha família, filhos para cuidar. Aí eu fiquei sem trabalho. Porque era uma condição difícil. O Zé tinha dois filhos e eu três então a gente que dar o que comer para eles né. Aí eu consegui na UNIMEP de Piracicaba também. Porque na época as Universidades Federais e Estaduais não estavam fazendo concurso. Então não tinha concurso para fazer. E quando abriu concurso, o primeiro que apareceu foi um em Rondonópolis. Aí eu falei para o Abib: “Estou indo para Rondonópolis”. Aí ele achou este de Maringá, aí vimos para Maringá. Fiz concurso, passei e me aposentei por aqui. Então voltei para o Paraná. E a gente não tinha nem ideia que isso pudesse acontecer. Então, grosseiramente, essa foi a minha trajetória. E na época ele conseguiu por Brasília, ele tinha amigos de lá, porque ele era formado por Brasília, que ficaram sabendo e até assinaram a documentação da demissão dele na SBPC e chamaram ele para dar aulas em São Carlos. Então ele se aposentou por São Carlos. E a gente ficou viajando esse tempo todo. Fim de semana ora ele vinha para cá, ou eu ia para lá.

A: Mirian, eu tenho uma carta do próprio departamento logo após as demissões, dá conta de que o próprio chefe do departamento, você disse que te acompanhou no episódio da demissão, José Bals. E na sequência ele teria pedido demissão do cargo também. Chefe de departamento da Universidade.

M: Sim. Ele pediu demissão da Universidade. Foi um grupo grande de pessoas. Ele também foi para a Federal de Uberlândia e lá ele foi demitido também. Erica que era a primeira esposa do Zé, em solidariedade saíram mais três ou quatro professores, todos foram para Uberlândia e todos foram demitidos. E todos foram, depois de um longo, longo, longo processo, acho que levou mais de 10 anos, eles foram indenizados pela mais ou menos como a Heloísa que em Brasília também foi indenizada. E o pessoal de Brasília que foi demitido acabou vindo para Londrina, porque o Ascêncio, ele não tinha esse problema

A: Entendi. Tem aqui também um abaixo-assinado com centenas de assinaturas do pessoal da SBPC em solidariedade e repúdio contra a demissão do professor Abib. E também encontrei cartas de várias do Brasil em solidariedade. Me chamou a atenção em sua fala, eu acho que vale a pena a gente aprofundar isso, essa carta da UNESP, porque raramente, isso se configura um caso de perseguição. “De que ela não é permitida de ingressar e ela tinha sofrido um inquérito.

M: esse inquérito eu nunca consegui ter acesso. Fiz solicitação várias vezes. Esse inquérito foi tocado pelo diretor do Centro que era o Barros, na época, mas eu nunca tive acesso a esse inquérito. O fato ocorreu e eu sei que sempre me ameaçaram com esse inquérito e eu pedi que tivesse vistas ao processo e nunca consegui. A única coisa que eu consegui e a única iniciativa foi da Universidade que foi na época que começou a vencer o meu pagamento. Porque eu estudei com bolsa, na época a Universidade era paga né? Então eu tinha uma bolsa e essa bolsa venceria logo depois de eu me formar e aí eu recebi uma cobrança. O meu fiador recebeu uma cobrança e entrou em contato comigo. Aí imediatamente eu entrei em contato com a Universidade dizendo que eu não poderia pagar aquele financiamento porque eles me impediram de trabalhar, justamente usando esse argumento de Assis. E aí isso aí simplesmente morreu. Não me responderam, não me cobraram nunca mais. Então eu não paguei esse financiamento. Não sei o que foi feito. Mas deve ter em algum lugar. Deve ter o meu financiamento. Então isso é um detalhe. A única coisa que foi feita diretamente a mim, inclusive porque eu pedi o acesso ao inquérito e eu não tinha como pagar e pronto. E ficou por isso porque eles nem me responderam, nem nada. Eles nunca mais entraram em contato comigo. Não sei onde está, esse eventual, essa dívida minha, não sei o que eles fizeram com ela, se encerraram, não sei como funcionou. Seria até interessante descobrir

E: Sobre a questão do André, que era lá da UNESP vou ler aqui “Não aceitou a decisão do professor por ter observado em seu currículo, formação básica Mirian de Moraes teve problemas de ordem administrativa junto a Universidade

Estadual de Londrina, onde trabalhava”. Essa a justificativa dele para não fazer a contratação da senhora.

M: Justamente. Esta é a ata que deve estar nos livros da UNESP. Essa ata foi retirada por uma professora que me passou essa ata. Ela nunca foi me entregue oficialmente

AV: Só um detalhe, a professora Heloisa foi nessa leva das demissões? E ela foi ...

M: Uberlândia

AV: Uberlândia, isso. E ela depois retornou a UEL e acabou ficando lá e em relação a isso ..

M: Sim, pode falar]

AV: Ela retornou para a UEL, um período depois desses episódios e aí esta questão da contratação. E você retornou a Maringá

M: É, eu fiz concurso em Maringá. Eu entrei em Maringá, por concurso, em 1986. Fui demitida em 1979. Quer dizer no comecinho do ano, janeiro, fevereiro, quando eu voltei das férias do ano e fui demitida no primeiro dia.

AV: Na gestão Pinotti

M: Sim, sim, foi o Pinotti que me demitiu.

B: Qual a data, você se lembra qual a data exata?

M: Não lembro, mas eu tenho que olhar na minha carteira de trabalho. Isso é fácil de levantar. Eu tiro um print e mando para voçeis.

B: Isso, tira um print e manda pelo Whats

AV: Mirian, só mais uma questão, em relação à UNESP, é campus de Assis?

M: Sim. Departamento de Psicologia. É o Vanderlei o chefe na época. Eu não o conheci na época. Sei que pelo documento constou nossos dois nomes, nem sei se o Vanderlei teve acesso a esse documento. Eu recebi esse documento porque os professores do departamento de Psicologia ficaram muito indignados e aí essa professora pegou escondido, levou para o cartório e me deu essa cópia autenticada, que deve estar lá no departamento.

AV: O Vanderlei sabe disso? Eu tenho contato com ele, vou falar com ele.

M: Eu nunca entrei em contato com ele. É uma coisa desonrosa. Eu tenho contato até hoje. Sei que ele existe por causa desse documento.

AV: Ele por uma questão do trabalho, eu sou também da Psicologia, nós montamos uma especialização na área e ele algumas vezes veio a Londrina. E eu construí uma relação com ele, próximo, trabalhei com ele em pesquisas. Talvez fosse interessante conversar só com ele

M: E também talvez ele possa dizer que esse documento foi tomado alguma providência. Não sei se ele existe em Assis.

AV: Ele acabou indo, depois, para Ribeirão, o Vanderlei, trabalhou lá alguns anos. Quando estava na UEL acabei indo a Ribeirão Preto. Na USP de Ribeirão. E depois foi para Brasília onde se aposentou

M: Melhorou de cidade. [risos] Mas talvez isso sirva para ele para alguma coisa. Com certeza não irei citar aqui o nome da professora que me passou o documento, nem sei se está viva, mas é um documento oficial que está lá. E pode liberar para ele. Não tem problema não.

B: Mirian, o nome completo do professor Abib? Só para constar

M: José Antonio Damásio Abib.

B: Foi demitido em 1978. Você se lembra mais ou menos a data, se era meio do ano?

M: Meio do ano, justamente voceis olhando os papéis dos abaixo-assinados, foi justamente, nem estava em Londrina, foi quando ele estava em São Paulo, então a data está nos documentos dos abaixo-assinados de São Paulo, na SBPC.

B: Ele estava lá em São Paulo. Demitiram ele aqui em Londrina, não tinha nem conhecimento. Quando ele voltou, ele retornou, relataram para vcs, foi explicado o motivo da demissão?

M: Não havia motivo nenhum. Ninguém explicou o motivo. Era decisão feita lá na reitoria. E tinha um cara, esse cara é o sujeito encarregado, porque o Pinotti não tinha cara, pelo menos para o pessoal da Psicologia, de encarar as pessoas. Porque ele tinha relação com toda essa gente. Ele era do departamento de Psicologia e depois ele terceirizou esse serviço da demissão. Chamava o, eu sei a cara do homem, mas não sei o nome. Que era da Administração.

B: Quando você foi demitida, foi demitida quantos meses depois da demissão do Abib?

M: No comecinho de 1979. Porque eu saí de férias de final de ano, que a Universidade entrou em recesso e o dia que eu voltei para dar aulas eu fui demitida. Porque não podiam me demitir nas férias. Então eu nem entrei no departamento. Não me deixaram entrar no departamento.

B: É muita violência. Quando você foi acompanhada para ser noticiada de que estava sendo demitida você foi acompanhada pelo Bals

M: José Bals

B: Foi comunicado o motivo?

M: Jamais. Ficamos os dois juntos. Bals é um sujeito muito sensível. Ele começou a chorar inclusive pela brutalidade. Eu falei para ele: “Não chora na frente desses homens, que esses homens não valem nada”. Mas ele é muito sensível. Eu acho que é por isso, porque ele passou duplamente pelo processo. De Londrina e depois por Uberlândia. Mas em Londrina ele não foi demitido. Ele se demitiu com o pessoal que se demitiu .

AV: A Heloísa comentou que parece que ele está em Santa Catarina e que não queria prestar depoimento.

M: Ele não quer dar mais depoimento. Ele está em Santa Catarina. Ele está bem. Está no departamento da Federal de Santa Catarina de Psicologia. Se aposentou por lá e ele teve a indenização. Provavelmente fez muito bem para ele. Porque na época a indenização deles foi boa. Receberam na época mais de 700 mil. Não sei se era reais, cruzeiros, [risos] Da época eu já não sei falar

AV: Essa verba indenizatória foi dentro desse processo ou da própria Universidade?

M: Não, foi um processo que a Universidade perdeu. Foi dentro de um processo muito longo, movido por uma equipe que já tinha trabalhado, se não me engano com o pessoal de Brasília, que também foi demitido. Então eu não sei, posso até tentar me informar com o Bals o que foi exatamente. Eles fizeram um processo

B: Professora Mirian, a senhora o Abib não pensaram, também não cogitaram essa possibilidade de processar a Universidade Estadual de Londrina?

M: Olha, é muito difícil para nós. A gente estava tentando sobreviver a essas situações nas distâncias do Brasil. Não dava para a gente correr atrás disso, porque era muito difícil achar alguém que se dispusesse a ir contra a ditadura. Não era um processo fácil. Uberlândia foi feito depois da ditadura. Não foi feito na época em que tudo aconteceu. Eles levaram anos, e anos e anos.

AV: Outra coisa, seriam boatos, essa coisa da demissão. Existiam lá, perduraram na Psicologia se tinham clareza do que havia ocorrido na época, mas com relação ao Abib parece que poderia haver com, se não me engano no ano de 1974, com as reformas curriculares, também houve uma possibilidade do curso ir para as Ciências Humanas. Não havia uma parte do professorado de Psicologia de que queria ficar no CCB e outros Psicólogos relacionados a área de Educação que queriam ir para o CCH. Inclusive alguns professores foram à época para o CCH, para o departamento de Educação. Que eram originalmente do curso de Psicologia.

M: Repete o nome do professor!

AV: O professor argentino Nestor Tezón, que era psicanalista foi para lá. A professora, não me lembro o nome dela agora, foram para a Educação. Era da Psicologia, professora bastante atuante assim, também saíram da Psicologia e foram para o Departamento de Educação. Na verdade, na verdade eles não eram da Psicologia. Eles já eram da Educação. Eles davam aulas na Psicologia. Eles já eram de lá. Davam aulas em algumas disciplinas. Mas eles nunca foram do departamento de Psicologia. Eu sou da Educação, a Heloisa era da área de Educação. Não é fato. Esses professores deram aulas porque não tinham professores suficientes. Então eram professores que davam aulas. Nós tínhamos didática. Acho que foi com a Elza, não lembro o nome agora.

AV: Mas você lembra de alguma coisa, dessa permanência da Psicologia no CCB? As razões ..

M: A Psicologia foi criada em 1972, e toda a turma que foi contratada. Foi uma turma grande de Campinas que inclui o Bhaus, o José Medeiros, inclui vários



professores, todos eles eram da área biológica. Porque a Psicologia comportamental é mais ligada a área biológica, e esses professores que não eram do departamento, eles preferiam que a Psicologia fosse para as Humanas. Mas era um número muito pequeno de professores. A maioria estava envolvida justamente com a manutenção. A gente tinha conseguido uma relação muito boa entre os vários departamentos do CCB e a orientação era muito mais biológica do que psicanalítica, por exemplo. Depois sim, que entraram alguns professores da Psicanálise. Isto foi depois de 1974.

AV: Ainda era o bacharelado?

M: É, para fazer o bacharelado.

AV: Depois começou a entrada do quinto ano.

M: É, o nosso curso começou em 1974, e depois já eram cinco anos. Então isso era no meio do caminho. Essa discussão ela começou muito tranquila porque eram poucos professores que vinham da Educação para poder dar alguns cursos de didática, aqueles cursos básicos das licenciaturas. Mas eles não eram do departamento de Psicologia. Se vocês olharem para quando eles entraram no departamento de Psicologia.

AV: Bom, de qualquer forma essa questão, digamos assim, mais interna do posicionamento da Psicologia não tem efeito nenhum, talvez, nessa, relacionado com ..

M: Na época em que essa discussão ficou mais proeminente, mais jogada para a frente, que todo o Centro estava unido, ele era o chefe de departamento, então ele que organizava com os outros. A Psicologia não tocou esse processo sozinha. Isso foi todos os departamentos do CCB. Tinha a Fisiologia, tinha a Genética, tinha vários departamentos. Aquela da Farmácia, como ela se chama também? Esse pessoal era todo do CCB. Esse pessoal estava todo unido. A gente se reunia com todos os professores do departamento. Tanto que a gente usava o Pinicão, para fazer reuniões. Depois foi proibido e a gente começou a usar o outro anfiteatro pequeno que a gente chamava de Piniquinho. Porque não havia ainda aquela ala da Psicologia, aquele corredor comprido. Depois emendaram lá

AV: Então o episódio da demissão é mais amplo? Envolve talvez essa dimensão

..

M: A discussão, na verdade, surgiu muito em prol do.., começou com a mudança, acho que foi feita pelo MEC, passou pelo seriado, depois sistema de créditos. A minha turma teve curso seriado. O período novo. A minha turma se formou no seriado. E essa discussão começou com as turmas de crédito. Porque aí os professores não ficavam dedicados somente aos alunos que estavam matriculados nos créditos. O aluno ia fazer um crédito lá outro crédito aqui e fazia os créditos oferecidos pelo departamento, então era uma disputa horária, de aula, que ia dar aqui, ia dar ali. É uma diferença do curso de crédito e do curso de seriado. Não sei se vocês passaram pelo seriado.

AV: Uma lógica mais individualista. O seriado voltou com a reforma, na época da Ligia, retornou o sistema seriado. Eles abriram a possibilidade de se discutir os currículos. E os cursos tiveram sua chance de discutir os cursos tiveram uma certa flexibilidade de discutir seus currículos. Mas a retomada desse sistema seriado foi uma discussão que ocorreu na Universidade, considerando que o sistema de créditos era muito criticado pela atomização do processo de ensino.

M: Exatamente

AV: Self servisse

M: Ali na verdade entrou a questão política mesmo. A questão política no sentido de como a gente se reunia, isso era política. E aí isso estava em alta porque o chefe, era a época do terror. Não podemos esquecer a data, 1972, 1973, 1974, tudo isso, nossos generais, do pior, estavam no poder. E nós tínhamos o Ney Braga muito perto, porque o Ney Braga era do Paraná. O Ney Braga vivia em Curitiba. Fez uma palhaçada imensa.

AV: E o Oscar e essa situação aqui, durante os trabalhos da Comissão, o filho dele me ligou de Nova Iorque e ameaçando o trabalho da Comissão.

M: Os milicos acham que podem com tudo. A gente não sabe até que ponto isso acaba sendo verdade.

B: Mirian, tem uma questão que eu perguntei, na demissão do Abib não foi dito nada a ele. Aí eu perguntei se havia sido dito algo no ato de sua demissão e aí você fez o relato que outro professor,

M: O José Baus, era chefe do departamento

B: que te acompanhou, inclusive se emocionou ali no ato de sua demissão, mas queria que vc recordasse para nós exatamente o que foi dito para você naquele momento? Se você se recorda.

M: Foi de uma maneira bastante crua, assim, “Você se tornou uma pessoa não grata para nós e você está demitida”. Foi assim, meio curto e grosso. Como alguns professores que já tinham ido embora em solidariedade a demissão do Zé, a minha demissão foi simplesmente assim uma coisa grosseira mesmo. Estou lhe chamando aqui porque você foi demitida, a partir de hoje, no primeiro dia em que eu estava voltando ao trabalho, eu estava de férias, porque eu era uma pessoa não grata. Depois não sei se um ano, fui a Universidade visitar uma amiga minha, a gente fazia projetos junto, ele me barrou na entrada do CCB. “Você não pode entrar aqui, você é uma pessoa não grata”. “Vai ser difícil você me barrar”.

B: Quem disse isso?

M: O Barros, era o chefe do Centro. Eu falei: “Você não vai poder me barrar, porque a Universidade é pública, então dá licença que eu estou passando.” Passei. E fui falar com minha amiga. Pessoa não grata venceu até esse ponto mas ...

B: Nome inteiro do Barros?

M: Não me recordo mas é fácil achar. Nessa época ele era o chefe do Centro.

B: Eu o conheci pessoalmente.

M: Eu sei que depois ele foi para aquela outra Universidade

B: PUC?

M: Não, a PUC não, ainda não existia.

B: Ele vai trabalhar na PUC também.

M: Não era nada importante, porque era um grupo. Eles cumpriam ordens. Não é gente honrada não.

AV: Eles eram indicados, colocados, não é?

M: É. Exato e aí cumpriam ordens, que nem hoje você olha para os políticos, ministros, estão todos cumprindo ordens. Nosso ministro a Saúde [gestão Bolsonaro] era o jeito dos ministros.

B: Ele já faleceu. Publicado aqui no jornal que ele faleceu.

A: Mirian, e colegas, estou vendo aqui que a argumentação da professora é uma demissão que acontece um semestre depois do professor Abib. A Mirian disse que, embora ainda não fosse casada, já tinha um relacionamento com o professor. O relacionamento era público?

M: Sim.

A: Os colegas do departamento sabiam que havia um relacionamento?

M: Sim.

A: Porque fica quase a impressão de que era um expurgo. Ele foi demitido, era como se “Precisamos demiti-la também”. Sem justificativa.

M: Na verdade a minha relação com o Pinotti era muito difícil [cai a ligação da professora Mirian, há uma pequena interrupção e os membros continuam conversando]

A: Acho que caiu.

B: Logo ela volta. Vamos aguardar

A: Vocês entenderam meu ponto?

B: Exato, acho que não era só isso não. Ela estava falando que tinha uma dificuldade com o Pinotti, que eles eram do mesmo departamento. Deviam se bater de frente. Pelo menos é um processo de estranhamento que ela queria discutir, queria participar, de que as pessoas participassem. Uma contradição de tudo isso. Aliás ele era uma espécie de, vou usar aqui um termo pejorativo, ele era uma pessoa encarregada pelo Oscar Alves, apadrinhado do Ney Braga, ou seja, pessoas de parentesco e de política que está alinhada com o processo da ditadura militar.

E: Bessa, você tem o contato dela no whatsapp? Manda um recado para ela entrar novamente na reunião.

B: Vou ver.

M: Eu não sei onde foi o problema. Aqui diz que eu estou conectada

B: Você estava esclarecendo que havia, não havia perseguição, de que havia conhecimento de vocês mas que havia uma situação que incomodava entre você e o professor Pinotti.

M: Sim. É muito mais no campo pessoal porque como ele dava aulas tudo picadinho ele achava que era originariamente do departamento de Administração. Então ele não queria dar aula de organização para Psicologia. E na época ele dava aulas em várias faculdades pequenas na região. E em algumas dessas ele me colocou como substituta. Para ele, sei lá o que ele fazia. Não perguntei. E aí quando eu consegui dar as aulas, os alunos só reclamavam dele. Aí eu falei para ele: “Você não deu o conteúdo que teria que dar, o pessoal está reclamando. Eu não sei o que fazer”. E eu como era substituta, eu não tinha assumido. Dava aulas no lugar dele, mas . Aí eu desisti, disse “Não quero mais isto. Só reclamação, você não faz o que tinha que fazer”. E a partir daí a gente começou a brigar. Não era uma briga política, nem nada. Não vou fazer uma coisa que não é legal fazer. Era um estranhamento formado no campo do trabalho. Nada com política. A gente tinha um professor, o Gasili, que era um pau mandado. Eu não sei o primeiro nome dele. Também já morreu.

B: O Alcides deve saber.

M: O professor Gasili. Não sei. Esse professor ele ficou muito amigo do Abib e do Baus. E eu participava desses encontros com eles, na época em que estava periclitante. Na época da demissão. E o Gasili ele vinha bastante com uma conversa, tipo eu sou comunista. Eu nunca entrei na dele. Eu falava para o Baus e para o Zé: “Eu não sei o que vocês ficam agitando. Ele fala coisas, ele está pescando, querendo ver o que vocês vão falar”. Mas os dois diziam: “Mas você é muito desconfiada”. “Eu não sou desconfiada. Esse cara, se você olhar nos olhos dele, ele não mantém o olhar. Ele não é um sujeito que está fazendo uma coisa honesta. Você não pode conversar que essa pessoa não pode te olhar”. Se você olhasse diretamente para ele, ele baixava os olhos. O cara não era legal. E esse cara inclusive, para você ver até onde ele chegou, de fato depois a gente descobriu, ele foi um dos coletores de assinaturas para ficar bem no mapa. Depois logo que saiu a demissão, logo ele ganhou uma bolsa para os Estados Unidos. No final também ganhou. No caso do Gazili eu não sei avaliar, no caso do Pinotti eu sei avaliar. Tudo zero. Não falava inglês.

B: Coleta de assinaturas. Você falou que o Gazili participou de coleta de assinaturas. Explica isso. Eu não consegui entender.

M: Lá na SBPC. Porque lá, vocês podem ver que em cada folha daquela havia um cabeçalho. Multiplicavam esses cabeçalhos e foram entregando para todo mundo. E entre eles o Gazili.

AV: Então eram protestando contra a demissão.

M: Exatamente. Mas só que imediatamente quando a demissão se deu, quando ele voltou para Londrina, aí acabou. Nunca mais ele foi para o departamento. O Baus continuava lá

B: Eu ainda fiquei assim, com relação. Então o que havia com relação ao Gasili era uma desconfiança. Não havia nada concreto.

M: Não. Era uma desconfiança minha. Tanto que depois, quando eu voltei a frequentar o campus de Londrina por causa dos amigos que eu deixei lá e pelos trabalhos conjuntos eu, em certo dia me encontrei com o Gasili. Estava junto do Abib e ele deu a mão para o Abib e o Abib deu a mão para ele. Foi me dar a mão, eu pus a mão para trás e ele abaixou a cabeça. Eu não dei a mão para ele. Mas ele com certeza era aliado do Pinotti. Não sei se do Pinotti ou do Oscar Alves. Ele não foi um dos culpados. Mas depois muitas pessoas me contaram os detalhes. Eu não saberia reproduzir, sem inventar alguma coisa.

B: Eu acho que sua colega, como é o nome dela? Ela falou alguma coisa.

M: Quem? Heloisa?

B: É. Na entrevista que fizemos com ela, ela mencionou uma certa desconfiança

M: Sim, sim. Foi assim muito engraçado porque o pessoal do departamento, como eu era “caruda”, voltava lá por conta das amizades que eu tinha e dos trabalhos que tínhamos. Tinha um pessoal que quando me viam eles fugiam, voltavam para dentro das salas. Sai de dentro do departamento. Você via que o departamento estava com conchavos, não era uma coisa só. Aí talvez esse pessoal que disse que era do departamento, na verdade era da Educação, talvez eles tivessem algo com isso. Depois quando nos pegaram, pessoal da Clínica e da Psicanálise, aí tinha briga de correntes teóricas, tanto que hoje o departamento de Psicologia tem hoje vários departamentos, não é um só.

AV: Mirian, eu cheguei em Londrina em 1988, fiz concurso. Em 1990, houve a separação dos departamentos. Nós estávamos com um grupo grande de professores. Uns 60 professores. Aí foi feita essa divisão, por áreas de conhecimento formada por grupos. Já é um outro momento, de retomada. É o espaço da redemocratização. Quanto ao Gazili, a gente esteve muito próximo dele. Participou bastante neste processo aqui, com o Sindicato. Ele era uma pessoa de personalidade muito difícil mesmo. Eu convivi muito próximo dele. Então nesta convivência ele revelou vários fatos de sua vida, pessoal e particular. Não é justificar a proximidade dele com o Pinotti, na época, eles se davam bem. Mas o Gazili era médico, convivia com profissionais liberais, tinha uma postura mais conservadora de um lado e de outro está relacionado a este período de perseguição, que ,segundo ele, veio para cá meio que fugindo também de um processo de perseguição política, segundo ele né. Então de convivência tinha uma certa astúcia e uma capacidade de lidar com a situação, mas isto não diminui esta questão da clandestinidade. Esta questão também não diminui o grau de persecutoriedade e paranoia que existia na época também. Eu quando vim para cá havia resquícios daqueles que colaboraram com a ditadura e eu sempre tive ...

M: A gente tinha alunos, dentro da sala de aula, que serviam o exército. Você conheceu a Magali?

AV: Sim, conheci, inclusive o Pinotti. Cheguei, ele era vivo e acabei ficando na sala dele por seis meses. Ele estava esperando o transplante que não ocorreu e ele acabou falecendo. Conheci também a esposa dele que veio buscar o material dele. Alguma parte desse acervo, do material dele, eu tive contato. Do período que ele estudou lá nos Estados Unidos, em Administração. Sou também da área da Psicologia do Trabalho, claro com outro viés, diferente desse viés empresarial, liberal, doutrinante.. Essa orientação que vem desde a época da ditadura, privatista. Público, então a tentativa de fazer esses caudilhos. Então não havia essa prática, o exercício da democracia na Universidade. Então esse aspecto eu acho importante. Peguei esse período. O Ascêncio foi uma



particularidade. Quase um acidente. Claro, pertencia ao grupo dos profissionais locais e na oposição aqui de Londrina. A Universidade é um atrativo também para Londrina e região. Acho que na época, fundaram a Universidade e havia essa discussão das elites locais com relação ao que fazer. E o Ascêncio foi um articulador importante neste processo com relação à Universidade e de acolhimento, como pude observar, de muita gente, de recrutar os primeiros professores, depois começou a chegar muita gente, treze professores aqui do curso de Psicologia, vieram da Unicamp, um pouco da UnB. Justamente dessa posição dele.

B: Professora Mirian a senhora relatou aqui para nós que, além do constrangimento, da violência de sua demissão, além da perseguição que perdurou durante sua tentativa de ser admitida na UNESP e em outros estabelecimentos que a senhora porventura tenha lecionado ou tentado lecionar, a senhora sofreu algum tipo de perseguição que a senhora lembra, constrangimento decorrente do período que a senhora relatou da UEL?

M: A UNESP também era pública. Aí comecei a trabalhar em Universidades particulares que não tinham esse problema. Demitiam e contratavam por hora/aula, por outros mecanismos que para eles tanto faziam. Eles precisavam de professores. É diferente das Universidades Públicas.

B: A senhora relatou também, gostaria que esclarecesse mais para nós. A senhora disse que passou a dar aulas em Maringá, depois, e que seu companheiro, professor Abib, dava aulas e outro lugar.

M: Sim. São Carlos, na Federal.

B: São quantos quilômetros aproximadamente?

M: 530 km

B: Ou seja, vocês só tinham possibilidade de se reencontrar nos finais de semana?

M: Sim

B: Durante quanto tempo?

M: Até que ele se aposentou em São Carlos. Não vou lembrar exatamente a data. Muitos anos. Eu fui fazer doutorado na Alemanha e ele fez pós-doutorado na Dinamarca. Há muitos anos. Eu não sei exatamente, mas muitos anos. Nós fomos para o exterior em 1989. Fui fazer meu doutorado. Havia feito mestrado na PUC em São Paulo e fui fazer o doutorado em Berlim.

B: A aposentadoria dele veio quanto tempo depois? A senhora se recorda?

M: Eu não sei que ano ele se aposentou. Posso perguntar para ele. [ela faz a pergunta ao marido mas ele não se lembra. E ela fica de enviar depois]

B: Então, só para esclarecer. Somente depois da aposentadoria que vocês passaram a ter um convívio rotineiro?

M: É, antes de 1986. A gente está junto oficialmente desde 1976. Que a gente mora junto. Eu vivi em São Carlos quando eu dava aulas em Mogi, vivia junto com ele. A gente tinha uma casa lá. Alugou um lugar para morar e depois construiu uma casa e eu vim embora só em 1986, para Maringá. Porque até então não tinha concurso público. A Universidade não tinha concurso. Então não tinha para onde ir. Tinha que ficar nas Universidades Particulares, então daí quando abria o concurso é que eu vim fazer o concurso. Porque lá na região não tinha concurso. Aliás a Federal de São Carlos era perseguida. Acho que é perseguida até hoje porque ela contratou gente como Bento Prado, toda essa gente que foi demitida na época da ditadura eles contrataram.

B: Se os colegas tem mais alguma questão que ache ser interessante ser esclarecida.

A: Nada mais

B: Professora Mirian a senhora gostaria de fazer alguma consideração final para ficar registrado aqui para a Comissão da Verdade?

M: É difícil, a não ser a minha alegria de finalmente esta questão passa por isso também. Assim como passou por outras Universidades e aqui no Paraná estava tudo morto até então. Na verdade, a gente tem mais um professor que foi demitido nesta mesma época. Acho que ele era originário de Ponta Grossa. Álvaro Junqueira. Esse eu não sei se vocês conseguiram contatar.

B: Eu gostaria que fosse até anotado pelo Edson, Álvaro Junqueira. Era professor de que área?

M: Ele era da Psicologia. Sim, ele foi demitido comigo, na mesma época.

B: Vamos tentar fazer o contato com ele.

M: Nós perdemos o contato com ele. Mas acho que devia. Ponta Grossa acho que foi.

B: A intenção final. Não sei se esta será a última. Se for estará entre as últimas que a Comissão da Verdade da UEL está realizando. E o objetivo final será o de fazer um relatório, onde a gente vai registrar a violência disso que aconteceu e um requerimento feito a própria instituição da Universidade Estadual de Londrina de que a instituição peça perdão para você e seu companheiro.

M: Eu e meu marido hoje somos casados. Casamo-nos em 1982. Já somos casados há muito tempo. É na verdade, acho que é um alento e espero que tenha algum efeito de que no futuro essas coisas não se repetem.

B: O objetivo é assegurar que esse registro histórico para que nossos alunos, nossas próximas gerações não venham a cometer esse tipo de abuso, de tirania

M: É, mesmo esse documento que está com vocês, da reunião dos alunos, que está assinado por eles, eu acho que é um exemplo de que não se deve usar alunos para criar fatos que não existem. Você acaba criando condições muito horrorosas para pessoas muito novas que não sabem muito bem de que lado o trem está andando.

B: É, referencial equivocado de valores.

AV: Uma palavra só, se me permitem. A respeito dessa questão da memória, que os trabalhos fundamentais da Comissão é o direito a Memória. Ser construído um memorial que possa ajudar a compreender o próprio curso da Psicologia. Nós temos uma disciplina História da Psicologia. Para que os alunos soubessem da História.

M: História do próprio curso.

AV: É, justamente. E que a Universidade faça o reconhecimento dessas feridas. Que precisam ser, de certa forma reconhecidas e que a Instituição possa ter uma outra atitude para com seus professores, estudantes e funcionários. O trabalho da Comissão, além do Relatório é manter viva essa memória. Sua história na Universidade, como fonte de pesquisa também. E que a Comissão possa organizar eventos para manter essa memória viva. O Brasil carece dessa experiência dialógica. O arbítrio é algo terrível. Estamos vivendo um momento delicado [gestão Bolsonaro]

M: Só que depende das pessoas. Não depende da instituição. A Universidade é administrada por pessoas, que hora estão de um lado, hora estão de outro. Mas é isto gente. Assim, como as outras Comissões da Verdade, o campo das verbas indenizatórias não está no campo?

AV: É uma pergunta Mirian?

M: É uma pergunta

B: A Comissão não consegue interferir nisso, a não ser que o registro, o convencimento dos membros desse registro, é claro que ao final o Relatório ele municia de que há algum processo judicial dessa natureza

M: Vai para os Direitos Humanos?

B: Sim. Eu, particularmente, não sou pesquisador da área. Teria que levar em consideração se houve ou não prescrição do período de indenização. Eu tenho dúvidas. Aí teria que estudar.

M: Se você for pegar as indenizações da Alemanha dos prejudicados pelo Nazismo, não tem prescrição. Mas não sei como é no caso de outras coisas.

B: É, veja só. É por isso que estou falando, é uma questão que envolve os Direitos Humanos e discussão de imprescritibilidade. Mas eu não sei até que ponto. Teria que pesquisar isso. Na jurisprudência brasileira como é que isto é visto. Nós temos um referencial. De um condenado por crime de tortura, o comandante Ulstra. Esse processo, salvo engano, foi declarado que era imprescritível. Então se, porventura, saiu o relatório da Comissão da Verdade e seguindo esta identidade dessa jurisprudência dessa decisão, que eu não me recordo, com base no relatório da Comissão, ela pode ser um alimento de prova importante. Para alguém que possa requerer.

M: Vocês têm condições de ver como foram feitos os processos de Uberlândia e de Brasília que hoje são públicos? A Heloísa deve ter porque passou pelo processo em Brasília. Não sei, porque de repente ali tem uma dica de como.

AV: Mirian, tem uma gestão que é assim, a anistia, além da anistia, os trâmites jurídicos das Comissões da Verdade. A própria Comissão Nacional da Verdade, durante todo seu período que levantou, conseguiu muito pouco avançar neste sentido, em vista do reconhecimento jurídico dessa batalha. Do ponto de vista político depende muito das direções das instituições e da decisão com base na investigação feita pelas suas comissões locais, enfim.

M: Então, mas a jurisprudência está na Comissão de Brasília e de Uberlândia. Não conheço outras mas penso que essas duas devem ter criado jurisprudência.

AV: É, aí é possível avançar, fazer pesquisa e ver o que é possível. E incluir no relatório.

B: Assim como, por exemplo, eu tenho que colocar isso para os demais membros aqui, a gente teria que ter acesso a um depoimento que está na Comissão da Verdade Nacional que é o da Joana que conversou com o Edson. Ela não tem mais condições de prestar depoimento. Ela está em convalescença. Ela não tem condições e inclusive a Leila relatou da impossibilidade de ela vir a Londrina há alguns anos, inclusive para prestar um depoimento para a Comissão da Verdade presencial. E isso causou nela uma ansiedade muito grande, depois disso as condições dela pioraram bastante. Hoje ela está internada, não tem condições. Mas há um depoimento da Joana no relatório da Comissão Nacional da Verdade. Eu acho que a gente tem que fazer este tipo de investigação e resgatar o depoimento dela que será importante.

M: Eu acho que não a conheço. Joana do quê?

B: Era ligada a Comunicação né?

A: Joana D'arc Lopes

M: Não, não. Não saberia falar. Acho que essas duas Comissões que tiveram sucesso. E não é nem a indenização pessoal. Acho que o Estado sente quando ele tem que reagir indenizando alguém pelo mal-feito dele mesmo. E essas duas Comissões tiveram, tanto de o de Brasília quanto o de Uberlândia foram indenizadas pelo mal que o Estado fez a elas.

B: Correto

M: Eu acho que é neste sentido

B: Mas veja só. Não tem a Comissão da Verdade a capacidade, competência de arbitrar isso

M: Não, mas existe o encaminhamento que foi feito. O processo que foi concluído e decidido que isso acontecesse. Isso pode dar a vocês uma dica de encaminhamento. Neste sentido para não se diferenciar das comissões que tiveram sucesso. Foram assim um tipo de jurisprudência. Um método em que essas coisas podem continuar. Que não morra aí. Não sei se eu me fiz clara. Não é nada pessoal e sim no sentido de ver como o Estado tem que reconhecer o seu erro. Porque assim isso inibe que os próximos possam cometer erros como esse. Porque eles serão alcançados em algum momento. E quanto mais demora mais as pessoas vão morrendo. É da natureza [risos]

B: Professora Mirian, se a senhora quiser falar mais alguma coisa...

M: Só acho que o Alcides estava conversando e eu passei por cima.

AV: Não, eu só tenho a agradecer. Foi muito importante o esclarecimento desses fatos, da Psicologia em particular e para a Universidade em geral. Eu tenho trabalhado na Comissão desde o início e lembrando aqui, o Bessa falou, nós tivemos, inicialmente, contato com um membro da Comissão da Verdade que trabalhou com a gente, que na época foi para Campinas. No seu doutorado trabalhou intensamente na Comissão Nacional da Verdade e ela trouxe para nós, no início, orientações importantes para o desenvolvimento do trabalho e esse balizamento foi importante assim como também foi da Estadual. Tivemos vários contatos em Curitiba. O fato é que aqui na UEL, como a gente restringiu nossa ação a UEL, especificamente, os eventos não são muitos, mas os que aconteceram foram bastante significativos e representativos do que foi aquele período, então a Comissão conseguiu levantar bastante material, documentação.

M: Mas isso é muito importante. Acho que a leitura das atas de quando eu entrei pela primeira vez elas dão informações de que época era mesmo. Tem aquela ata de reunião, tem papéis. E se vocês conseguirem achar o processo que dizem que foi aberto contra mim, quem sabe.

AV: Claro, vamos em frente, até concluir os trabalhos da melhor forma possível. Obrigado Mirian.

A: Obrigado professora Mirian

E: Obrigado

Obs.: Os documentos, que a professora Mirian se referia, durante seu depoimento, de que estavam aos cuidados da Comissão da Verdade, foram emprestados por ela a dois membros da Comissão da Verdade da UEL, professores César e André, que foram até Maringá buscar esses registros.

#### **COMISSÃO DA VERDADE DA UEL**

**DEPOIMENTO DAS PROFESSORES HELOISA HELENA NUNES SANT'ANNA (H) E MIRIAN MAGER (M)**

**ENTREVISTADORES: Bessa (B), Alcides Vergara (A) Edson Holtz (E), Nilson (N)**

**DATA: 18/03/2021**

**LOCAL: entrevista realizada no formato *on line* por conta das restrições da pandemia.**

**TEMPO DE ENTREVISTA:**

**TRANSCRIÇÃO REALIZADA POR: EDSON HOLTZ**

**CONFERÊNCIA: EDSON HOLTZ**

B: Boa tarde a todos. Hoje nós estamos aqui reunidos, quinta-feira, dia 18 de março de 2021, para entrevistarmos duas ex-professoras da Universidade Estadual de Londrina. Professoras que exerceram atividades no curso de



Psicologia. A professora Mirian Mager e a professora Heloisa Helena Nunes Sant'anna. O objetivo dessa entrevista é a gente recolher dados, fatos relevantes sobre possíveis abusos cometidos contra docentes, funcionários da Universidade Estadual de Londrina que, porventura, tenham sido observados por estas pessoas. E depois relatar isso em relatório final na conclusão dos trabalhos desta Comissão. Então preliminarmente eu vou pedir respectivamente às professoras que relatem a relação que tiveram com a Universidade Estadual de Londrina. Uma por vez. Alguém tem preferência de começar?

H: Eu cheguei em Londrina no ano de 1973, sendo contratada, imediatamente, pela UEL. No ano seguinte fiz o concurso público e me efetivei na instituição. Meu marido, Rodolpho Carbonari Sant'Anna, foi também contratado pela UEL na mesma época. Como já tínhamos título de Mestre, em 1977, quando se iniciou o programa PICD (Programa Institucional de Capacitação Docente), conseguimos bolsas para o Doutorado, e assim ingressamos na USP, e lá permanecemos até 1980. Pouco antes de regressarmos, o nosso Departamento, Psicologia, havia sofrido um injusto processo de perseguição, quando foram demitidos 3 professores: José Antônio Damásio Abib, Miriam Mager e Álvaro. Tais perseguições criaram um clima muito ruim no departamento, vários professores tinham se demitido em solidariedade e estavam trabalhando em outras universidades. No ano anterior eu havia feito um concurso público na Universidade Federal de Uberlândia - UFU, eu permaneci lá por mais 3 anos. Em 1984, fiz um novo concurso na UEL, e para cá voltei. Em 1996, me aposentei. Em meu trajeto na UEL trabalhei sempre no departamento de Psicologia, que de início era bem grande e depois foi subdividido em três departamentos, pois isso facilitava o nosso trabalho.

M: Eu fui aluna da Helô, como ela já mencionou, é verdade. E quando ela saiu eu assumi a cadeira dela. Eu entrei na Universidade aluna do quinto ano para substituir o professor Chico Garcia que foi embora para os Estados Unidos ... aí as aulas sobraram e o Departamento decidiu que eu poderia assumir as aulas e foi assim que eu comecei minha carreira de docente na UEL. Isso foi no ano de 1976, eu penso, porque eu me formei em 1976. Não tenho certeza se foi antes, mas em 1976. E o problema do Departamento aí eu dava a disciplina de Psicologia Escolar, depois eu fui supervisora de estágio escolar e aí em 1977, começou, eu não lembro bem quando o Oscar Alves e o Pinotti se alternaram na reitoria, mas aí foram esses dois momentos.

A: O Mirian, a gestão do Pinotti foi de 1974, aliás ..

H: Não, não.

A: 1978 a 1982

H: Isso. Quando eu saí para o Doutorado ele não estava.

A: Oscar de 1974 a 1978. E a do Pinotti

M: Exatamente. E depois entrou o Fiori. O Pinotti foi 77 né?

A: 78 a 82. Aqui a transição

M: E o Pinotti originariamente foi do nosso Departamento. Ele foi uma herança de não sei de que curso da Universidade. Ele não fez concurso no Departamento.

H: Curso de Administração. Ele fez o curso de Administração

M: Isso. E ele veio para a Psicologia. Essa é uma informação que eu não tenho. Mas de qualquer maneira ele ... o Oscar Alves começou uma perseguição. Porque a gente estava organizando no Centro de Biologia, de Ciências Biológicas para melhorar a integração, para discutir currículos. Era tudo coisa de interesse acadêmico. Mas aí foi visto como se fosse uma coisa política. E às vezes a gente se reunia mesmo, às vezes o Centro inteiro, às vezes só o Departamento. Era muito comum essas reuniões. Aí o Oscar Alves já começou a implicar com isso e como era de dentro do Departamento de Psicologia ele começou logo a pegar no pé da gente também. E foi em 1977, na época da SBPC [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência]. Acho que foi em meados do ano que o Zé foi demitido assim abruptamente. Ele foi para a SBPC e ..

B: Quem? Quem é o Zé?

M: Meu marido Abib.

H: José Antonio Abib

H: Eu estava fora quando isso aconteceu, mas antes já tínhamos problemas, porque o Centro de Ciências Biológicas se opunha muito aos desmandos do Oscar Alves, éramos um grupo bem contrário a uma série de coisas.

M: Exato

H: Quando nós saímos para o doutorado na USP, Rodolpho e eu, o Baus era o chefe do departamento, assim eu queria que ele desse seu depoimento, mas ele se recusou dizendo que até hoje é muito doloroso para ele. Eu entendo, porque um processo semelhante aconteceu comigo na UNB e eu vim para cá após uma demissão injusta. O Baus era o chefe do Departamento quando das demissões da Miriam, do Abib e do Alvaro, não é Miriam? Não me lembro do sobrenome do Alvaro.

M: Eu lembro. Junqueira. Alvaro Junqueira

H: Os argumentos era que eles faziam subversão, ou seja, eram acusações genéricas e então o Baus resolveu abrir uma comissão investigativa no

departamento, mas ele foi desautorizado. A administração central dizia que as denúncias de subversão tinham partido dos próprios alunos, não é isso Miriam?

M: Sim. Os alunos foram ...

H: O Baus, como chefe, decidiu investigar criando uma comissão do departamento, mas não lhe foi permitida tal providência. Assim, quando vieram as demissões, ele se demitiu do cargo e, logo depois, da universidade e, junto com ele saíram outros professores.

M: O Luis Leite

H: Luis Leite, quem mais?

M: Mais um professor

H: Erica

M: Eram mais dois

H: Eles se demitiram em solidariedade.

M: O ... também. O Baus pediu demissão. Os outros saíram em repúdio

H: Foi em repúdio.

B: Vocês conseguem nominar essas pessoas que se demitiram?

H: Olha, José Baus

B: José Baus

H: Luis Leite Monteiro de Oliveira, já falecido

B: Monteiro de Oliveira

H: Erica Wrobel

B: Alguém mais?

H: Foi mais alguém, Miriam? Como estávamos em São Paulo (Rodolpho e eu), a notícia que tivemos é que havia uma guerra entre o departamento e a reitoria e logo em seguida recebemos um abaixo assinado dos alunos, ao qual aderimos, em apoio aos professores demitidos. E o que mais Miriam? Ela sabe mais sobre esses acontecimentos.

M: Eu fiz uma série de coisas. Aqui por exemplo eu tenho uma ata que diz que a 19 de julho de 1978, é uma reunião, eu tenho aqui com as assinaturas. Depois eu passo esse material para vocês. E aí em meados desse ano de 77 o Abib, ele foi também demitido e houve uma manifestação, um abaixo-assinado muito grande na SBPC, que ocorreu em São Paulo, naquela época. E assim, hipocritamente quem promoveu o abaixo-assinado foi o Gaziri que era assim com os homens lá. [risos]

A: Ele mesmo.

M: Tramava

N: Nossa, informação importante

M: Mas é o Gaziri mesmo, jogava dos dois lados. Ele se fazia de bonzinho. Aqui tem uma do Estado de São Paulo, 18 de julho é que se faz referência ao abaixo-assinado do SBPC, depois eu passo para você também.

A: Mirian? 77 este documento ou 78?

M: 77 foi a demissão. Espera aí, deixa eu ver. Acabei de falar, 78. Demitido o Abib em meados de 78, isso mesmo. Pinotti pegou pesado com o departamento. Aí em tenho algumas coisas .. pode falar Helô.

H: Foi assim uma limpeza. Depois, quando viemos de volta da USP, Rodolpho e eu, o ambiente no departamento era o pior possível, todo mundo pisando em ovos, todo mundo com medo de todo mundo, era horrível. A chefe do departamento, profa. Esmeralda, era muito ligada à reitoria, assim, tudo que se falava, qualquer manifestação chegava lá. Então era muito complicado.

M: Digo por isso que o Barros que era o diretor do Centro de Biologia ele era bem, ele também perseguia a gente. Que é da mesma época que o Pinotti começou.

B: O Barros já faleceu?

M: Foi tarde que nem o Pinotti (risos). Eu tenho basicamente aqui um dossiê, que está grampeado, é grandão. Vocês irão ver depois. Vou só mostrar que tem um depoimento dos alunos da época, muitos eram meus alunos, justamente por isso eles foram chamados para falar contra a gente. Aí nós fizemos uma reunião com o professor Baus, junto fizemos abaixo-assinado. Porque na verdade eu tenho tentado fazer, consegui, o tipo de informação que corria contra mim. Porque eles diziam que tinham um inquérito contra mim e isso logo que eu fui demitida. Fui demitida assim, não teve justa causa, nada, mas fui demitida porque tinha um inquérito. Isso foi verbal. E, também, na época a Heloísa dava aula em Assis. Na época eu fiz um concurso em Assis. Passei. Aí eu tenho, depois que eu fui aceita e tudo, depois me veio em agosto de 78 me veio uma carta da UNESP justificando porque eu não podia ser contratada porque corria contra mim, eu tinha problemas aqui na Universidade de Londrina para resolver,

uma comissão de inquérito. E aí eu não fui contratada. E isso está aqui no dossiêzinho que eu fiz, também uma professora do departamento na época ela tirou uma cópia da ata, foi no cartório e autenticou. Então ela está autenticada. Eu guardo porque eu guardo tudo quanto é coisa né. Eu guardo para vocês. Vocês podem se divertir. Vendo hoje fica divertido (risos). Na época era muito sofrido. Era pago na época. Aí eu tinha um primo que era fiador. Chega uma cobrança para meu primo que era meu fiador para pagar meu curso que eu não tinha pago. Aí eu escrevi uma carta. Essa eu não tenho cópia obviamente porque eu mandei para a Universidade porque eu estava viva e que eles não me deixavam trabalhar, então eu não podia pagar. Que eles não ficassem aborrecendo fiador porque eu estou vivinha e quero ser responsável pelos meus atos e eles tem que largar do meu pé. Aí correu, nunca mais me cobraram. Não sei por onde anda isso também. (risos)

H: Miriam, essa questão da carta era praxe. Quando fui demitida da UNB, tentei conseguir trabalho na cidade, pois eu tinha minha família e minha casa lá. O que acontecia então era o seguinte, no momento em que eu me apresentava para algum trabalho, a carta de denúncia da UNB já tinha chegado lá, assim eu não conseguia emprego nem em escolas particulares. Fomos demitidos três do meu departamento ao mesmo tempo, e em seguida convidados pra trabalhar em uma universidade particular, pois já tínhamos mestrado. Levamos nossos currículos que foram aprovados, e estávamos aceitos, mas, de repente veio uma contrarresposta, sob o argumento de que não haveria contratações para o curso de Psicologia naquele momento. Para a UEL também mandaram essas cartas, mas o reitor, Ascêncio Garcia Lopes não dava bola para isso, contratava e pronto. Ele chegou a dizer isso ao meu marido Rodolpho.

M: Na época, a Universidade estava nascendo.

H: A época que retornamos de São Paulo foi muito difícil, era praticamente insustentável permanecer no departamento. Era uma coisa horrível, eu me sentia muito mal. Alguns professores que se demitiram da UEL foram para a UFO (Universidade Federal de Uberlândia) e eu fiz o concurso lá e o Rodolpho também. A área em que o Rodolpho iria trabalhar entraria no curso mais adiante, mas eu fui contratada para atuar imediatamente, assim me demiti da UEL. Infelizmente, a ditadura chegou lá logo no ano seguinte (1981). Em janeiro foram afastados oito professores do nosso departamento. O processo que fizeram lá foi o mais doloroso que já passei, pois o próprio departamento foi responsável pelos afastamentos. Em Brasília, nos anos 70, ações como essas eram esperadas, aqui em Londrina conseguimos lutar contra a administração central, mas lá em Uberlândia foram os próprios colegas, que afastaram seus colegas. Como eu não fui afastada (tinha só seis meses de casa e tinha passado em primeiro lugar, no primeiro concurso público do departamento, ficou difícil me acusarem de alguma coisa ) permaneci por mais três anos na instituição.

Quando a situação melhorou por aqui, fiz um novo concurso e voltei para a UEL em 1985.

M: Nessa época era o Ney Braga o ministro. Não sei se da Educação ou da Cultura. E o Ney Braga funcionou em Londrina porque ele era o sogro do Oscar Alves e ele correu atrás do pessoal lá de Uberlândia também. E o pessoal de Uberlândia, inclusive, fez um longo processo. Conseguiram indenização e tudo, mas sofrido, sofrido, sofrido.]

H: Muito sofrido, eu e um pequeno grupo lutamos com unhas e dentes por meio da Associação docente. O pessoal foi reintegrado, mas não voltou para lá. Essa história foi publicada por uma associação de Psicologia Social, como se chama Miriam?

M: ABRAPSO

H: Você me ajuda a lembrar.

M: Três vezes né Helô. O Zé quando foi demitido ele conseguiu emprego na Federal de São Carlos que na época também estava contratando todo mundo que a ditadura perseguia. Então ele conseguiu São Carlos. Aí eu fui trabalhar em Mogi das Cruzes em escola particular. Trabalhei muitos anos lá. Consegui me refazer. Em 86 quando eu vim para Maringá. Fiz concurso também. Aí dei aulas picadas. Em Piracicaba.

A: Aí ele foi para Maringá?

M: Meu marido?

A: Sim. Ou ficou em São Paulo

M: Ele se aposentou em São Carlos. A gente se via em final de semana

A: E você se aposentou na UEM?

M: Sim

A: E só uma pergunta sobre o episódio da demissão. A comissão de inquérito que você falou, ela foi instituída mesmo ou ela era só uma justificativa para que a demissão ocorresse de fato.

M: Eu acho que ela foi instituída. Porque o Barros vinha toda hora chamar a gente para fazer depoimento. Ele chamava alunos, chamava a gente para fazer depoimentos. Então eu acredito sim que ela foi, mas eu nunca consegui, até montei um dossiê pedindo mas nunca consegui saber o que constava contra mim, mas nunca consegui. E não tenho esse dossiê porque fizeram com ouvidos moucos e ficou por isso.

A: Para os registros aqui seria importante porque se houve alguma coisa não consta mais, o que aconteceu com este material.

M: Mas parece que andaram sumindo com cadernos inteiros de atas, porque essas coisas quando são comissões tem que ter ata mas parece que eles sumiram com os cadernos que é típico também. Na verdade, a Magali foi depois também. Ela chefiou depois o Centro de Biologia e ela até tentou procurar se tinha alguma coisa, nunca achou também. Então é mais difícil. Não sei se a Heloísa tem alguma coisa.

B: Quando vocês começaram a sofrer este tipo de perseguições, que é um constrangimento, vocês se recordam? Eram terceiros que chegavam e falavam alguma coisa com vocês? Alguém em nome do reitor ou o chefe do departamento ou próximo do reitor?

M: Não, quem conversava com a gente era o Gaziri. O Gaziri vinha e conversava muito com ... e eu cansava de falar para eles “Esse cara não presta, esse cara não tenha nada a ver com a gente, o que é que ele está fazendo aqui?” Se diz coisas do nosso plano curricular. Não tem nada a ver com isso. E toda vez que eu fazia uma pergunta para ele, ele virava a cara. “Esse cara não presta”. Ele não encarava né. Aí eles foram, tanto o Pinotti quanto o Gaziri ganharam bolsas para ir para os States. Voltaram achando que estavam com tudo né. Você ia para a Universidade e as pessoas chegavam para vc. e diziam: “Você não pode entrar aqui porque vc. é persona não grata”. Isso o Barros mesmo fez comigo. Mas quem é .. [houve uma falha no sinal de internet da Mirian. Ela foi alertada e retomou seu depoimento]

M: Você acaba sofrendo porque eu deixei amigos lá. Eu voltava lá, eu aí ao Departamento. Porque o problema não era de dentro do departamento, era a reitoria, o Pinotti, gente que tentava pegar nossos alunos para arrumar argumento contra a gente.

B: Certo, mas eu quero saber o seguinte. No contato, neste caso foi a instituição que perseguia vcs e no caso ..

M: Sim, era o Barros

B: Era por intermédio do Barros. Era por intermédio de outras pessoas, Gaziri, pessoas que se aproximavam também.

M: É o Gaziri era extraoficialmente também. O Barros não é o Pinotti não. O Pinotti vinha no departamento fazer o terror também

B: Sob o ponto de vista da linguagem verbal tinha tom de ameaça por parte dessas pessoas?

M: Tinha. “Vocês vão ver, vocês esperem”. Quando ele era candidato a reitor ele já começou com as ameaças.

B: O Pinotti?

M: Pinotti sim

A: Heloísa só uma questão que você. levantou, o Conselho Universitário, vc. comentou alguma coisa, na época, gostaria que você comentasse um pouquinho

H: Na época do Oscar Alves eu pertencia ao Conselho Universitário, como coordenadora do Colegiado do curso de Psicologia, e havia uma atitude ditatorial por parte da reitoria em relação aos conselhos. Cito um fato que demonstrava isso. O Oscar Alves foi à Brasília e voltou com uma proposta ao Conselho Universitário de uma total mudança do Estatuto e do Regimento da Universidade, à qual deveríamos aprovar sem qualquer discussão. Nós, representantes do CCB, éramos contra, pois a proposta acabava totalmente com a autonomia da Universidade, assim nos recusamos a aprová-la. Nós éramos contra o autoritarismo interferindo no funcionamento da Universidade. O CCB quase em peso era contra isso, e assim era mal-visto. Nós representantes, dessa forma, dissemos não. Nessa decisão fomos acompanhados pelos professores representantes da medicina e alguns outros, mas a proposta passou. Assim ficamos todos na corda bamba, não sabíamos até que dia trabalharíamos na UEL. Foi nessa época de ter nomes citados que surgiu para mim e para o Rodolpho a oportunidade de bolsas de doutorado pelo PICD. Então, nos candidatamos na USP e uma vez aceitos para lá fomos. Caímos fora, antes que nos expulsassem. Vários professores que pertenciam ao conselho e disseram não à proposta, foram demitidos logo em seguida. Eram três da medicina, um da matemática e o outro eu não me lembro de que centro.

M: A Eleonora foi demitida?

H: Não, foi o marido dela

M: O marido dela, isso mesmo

H: O marido dela que era médico

N: O Nelsão, nós já o entrevistamos

H: Ele e a mulher, Elza, foram demitidos nessa época. O marido da Eleonora, Lucio T. Marchese, cirurgião pediátrico era professor da UEL e foi também demitido nessa época. Ele continuou trabalhando em Londrina e os demais foram para outros lugares. Na gestão do Thonson, a UEL já democratizada, foi prestada uma homenagem aos professores aposentados, todos nós tivemos nossos nomes citados e recebemos um certificado, mas, embora o prof. Lucio estivesse presente ao evento, não foi homenageado. Por que lhe negaram a homenagem? Para mim isso foi um vexame. Eu trabalhei nessa gestão como Coordenadora da Extensão, mas acabei saindo antes do término do mandato porque não concordei com algumas posições do grupo.



N: Eu queria entrar nesta questão para entender como que foi o processo, com o relato das duas eu tenho a impressão que era um processo que corria a revelia do conhecimento dos professores, das professoras, ou seja, não havia uma comissão com processo formal que havia algum objeto de investigação que o professor ou professora podia ter um advogado para acompanhar o processo. Não existia isso. Era unilateral. Isto servia de instrumento de terror, digamos para ameaçar professores? Era um instrumento de ameaça

H: Sim

N: Não havia nenhuma possibilidade de defesa ..

M: Não, nada. Nunca teve. Não tinha essa chance não. Eu tentei entrar. Não foi possível

N: Outra curiosidade, quando vocês. Retornaram a UEL, em outro momento já, houve uma espécie de reparação, um pedido de desculpas oficial, um reconhecimento, alguma coisa assim, algo para reparar o processo que vocês sofreram?

H: A Mirian nem voltou para cá.

H: Não houve nada disso, eu voltei depois que saí de Uberlândia, porque fiz um novo concurso público. Embora soubessem que eu era uma provável candidata abriram um concurso para Auxiliar de ensino, e eu, que era doutora, e tinha sido assistente na UEL, me submeti assim mesmo. Era do meu conhecimento que, segundo o Estatuto, eu poderia solicitar imediatamente o reenquadramento no meu nível. Encaminhei um recurso administrativo fazendo essa solicitação, que me foi negado. Assim, fui contratada, no regime de 24 horas, como auxiliar de ensino. Eu não deixei barato, fui ao Coordenador de Recursos Humanos e disse: “Sei que eu tenho esse direito, então, se administrativamente não o reconhecem, vou para a justiça do trabalho.” Então voltaram atrás, argumentando que, quando me inscrevi, o meu Diploma de Doutor ainda não havia saído e assim, eu apresentaria na inscrição somente o certificado. Fui então enquadrada corretamente como Adjunto. Minha presença não era muito desejada por aqui. Nessa época o departamento tinha divergências quanto a aplicação da Psicologia. Havia um grupo, do qual eu fazia parte, que lutava pela pesquisa e aplicação da Psicologia de uma forma mais ampla, que não fosse só sob o modelo clínico da cura, modelo este que estava a serviço somente das populações de alta renda.

M: Uma Psicologia mais para o comunitário.

H: A gente batalhava pela aplicação da Psicologia junto às comunidades. Assim, o departamento acabava por ter problemas, em função das discordâncias.

M: Sim.

A: Algumas áreas são mais alinhadas com o status quo ..

H e M: Ainda é né

A: E acaba compondo aí com as forças da repressão. Inclusive é possível ver psicólogos que colaboraram com o regime. O Durval Barbosa que veio da Psicanálise, em São Paulo, uma pessoa assim. E aqui em Londrina neste período, na gestão do Oscar e depois no Pinotti é o período mais crítico mesmo, depois ... depois o Thompson e aí as coisas já começaram a entrar em um processo de abertura. Aí teve o Bounassar, as eleições, já nos anos 80. Mas esse período da fundação da Universidade que vai até o final da década de 70 é o período de maior repressão. A Universidade, nós tínhamos aqui a Agência de Informação, a AESI que existia nos órgãos públicos para fazer essa vigilância. Nós aqui da Comissão tivemos acesso aos arquivos do DEOPS, então uma quantidade enorme de material que era sobre a vigilância que ocorria na Universidade quando foi instituída, na gestão do Oscar. A esse órgão de vigilância.

M: ...

A: Havia ... a gente não conseguiu acessar diretamente essas fontes aí, algumas, mas evidentemente que essas pessoas não se dispõem a depor (risos) para esclarecer os fatos que estavam envolvidos. Mesmo sabendo das limitações que a Lei da Anistia impõe na reparação daqueles que foram perseguidos.

M: Queria fazer uma pergunta. A minha pergunta é como é que vcs estão conseguindo levar a Comissão da Verdade, agora sob Bolsonaro que está perseguindo as Universidades, o Ratinho [apelido do Governador do Paraná no período da entrevista]. Como é que é isso?

A: A Comissão daqui que foi uma demanda da Comissão Estadual da Verdade, então ela é quase que uma sequência das atividades que se iniciaram em 2014, quando se iniciou esse processo a nível nacional. E assim foi demandado à Universidade para continuar o processo de investigação pela Comissão da Verdade Estadual. Foi solicitado para aprofundar as investigações para que tivesse ... o que aconteceu na UEL e com esse objetivo, a reitoria, nos tempos, quando começou era, não lembro exatamente, era no período da Berenice [Berenice Jordão, então reitora da UEL] se não me engano Edson?

H: Acho que é a Berenice

A: Isso, e de lá para cá, trabalhando em várias frentes com informações da comissão e levantamentos com dados das pessoas que se dispõem a testemunhar para a comissão.

B: Para vocês verem né, aquela luta que foi feita lá atrás, pedindo autonomia para a Universidade, tem reflexos ainda hoje, porque a gente continua com essa

bandeira. Aqui por exemplo, essa comissão que está trabalhando, colhendo informações ainda, é exatamente a constituição de um destaque a essa autonomia que ainda resiste. É claro que no aspecto federal, fazendo eleições para reitor, nós estamos vendo desmandos enormes por aí. Mas aqui no Paraná não de forma tão declarada, tão explícita.

M: Foi curiosidade minha, obrigada

A: Uma questão, é uma parte política. Se fosse por uma questão meramente administrativa já tinha se encerrado. Os atores que estão trabalhando na comissão também têm esse compromisso, além de ser algo oficial.

M: A gente reconhece de saber que isso é realmente de verdade, vontade de fazer direito né?

B: Eu pergunto a Mirian, quando ela foi demitida, como é que foi esse ato demissionário? Se ela se recorda quem é que foi conversar com ela, se foi alguém dos Recursos Humanos, se teve alguma coisa.

M: Olha eu, ele foi muito grosseiro. Mandaram chamar o Baus que era o chefe do nosso departamento e me chamaram para a Reitoria. Na Reitoria tinha um homem que eu não sei como é que ele se chamava, mas era um cupincha do Pinotti, um homem gordo que se sentou em uma mesinha. Era um cubículo onde nós estávamos. Ele simplesmente disse que eu estava despedida. Eu tinha acabado de voltar da .. E aí se referiu ao Abib, fez uma porção de insultos e o Baus começou a ficar muito emocionado. Coitado, ele chorou, eu falei "Baus, não chore que esse pessoal não vale a sua tristeza, o Pinotti é um covarde, ele tem que mandar aqui um testa de ferro para fazer o serviço que ele devia fazer na cara da gente. Mas o Baus não aguentava. Ele era muito sensível. É uma pessoa maravilhosa. Ele chorou lá na frente do homem. E eu fui demitida assim por um manda ordens do Pinotti.

H: Era assim mesmo, ninguém dava satisfação.

M: Ele me demitiu de manhã e disse que até a tarde eu tinha que retirar minhas coisas. Quer dizer, eu tinha biblioteca na Universidade, eu tinha tudo lá. Eu não tinha carro, não tinha nenhum instrumento para levar meus livros embora, nem nada. Daí quando eu voltei para o Departamento , fala

A: O Abib foi demitido no mesmo ato, pelo mesmo motivo?

M: Não, ele foi demitido antes. Mas ele não estava presente. Quando ele estava na SBPC.

A: Ele estava lá e foi demitido?

B: Escreveram uma carta?

H: Não davam informação.

M: É, eu não tenho nenhum papel de demitido. Eu não tenho nem na minha carteira assinada por justa causa, nem nada. É assim só.

B: A Heloísa, o contrato que vc. teve, a primeira vez, vc rompeu o contrato.

H: Eu pedi demissão. Como eu tinha feito concurso em Uberlândia ou eu assumia lá ou eu perdia a vaga. E o ambiente estava muito difícil mesmo

B: Aí vc. assumiu lá.

H: Eu pedi demissão, pois havia feito concurso em Uberlândia e teria que assumir imediatamente a vaga lá. Quando fui demitida da UnB, não soube no mesmo dia, não houve aviso prévio. Assim, eu estava dando aula quando uma colega, Profa. Dione, demitida junto comigo, chegou na porta da sala de aula e me disse: “sai daí, sai daí”, pois fomos demitidas há 4 dias. Ela me mostrou um papelzinho, pequeno em que se dizia, “por questões administrativas, dispensamos os seus serviços a partir do dia X”, isso foi tudo. Nem a chefia do departamento nos comunicou nada. Isso ocorreu em 1972, naquela época era assim, e nem sequer havia possibilidade de recursos, pois os advogados não aceitavam as causas por serem totalmente inócuas. Ainda quase no final da ditadura, em 1981, o departamento de psicologia da UFO passou por um processo semelhante ao da UEL, no qual oito professores foram afastados (já me referi ao fato anteriormente). Lá foi ainda mais triste, pois quem decidiu pelo afastamento dos colegas foram os próprios colegas. Começaram por demitir o chefe do departamento, que era um ex-professor da UEL, Luiz Leite, nomearam o diretor do centro para assumir a chefia e numa reunião, no início de janeiro(férias), foi feita uma votação para o afastamento dos oito professores. A proposta partiu do diretor do Centro, argumentando que havia discórdias no departamento e que ele trazia a solução, o afastamento dos causadores das discórdias. Ele apresentou cédulas para votação onde constavam os nomes dos professores que deveriam ser afastados, nós deveríamos votar sim ou não. No canto da sala havia uma cabine indevassável, onde deveríamos colocar nossos votos. Dos professores que seriam afastados, apenas três estavam presentes, os demais estavam de férias e não foram convocados. Meu nome não constava da lista. Os alunos que tinham representação proporcional no departamento, e eram bem-organizados, embora não convocados, souberam da reunião e compareceram. Após a proposta do diretor, eu me levantei e disse: “Não reconheço esse processo, não votarei e quero declaração de voto que conste em ata”. Os três professores que constavam da lista e estavam presentes, votaram comigo e também os alunos. O restante do departamento, cerca de 40 professores, votou sim, com exceção de dois professores que nunca soubemos quem eram. Após a votação, o diretor declarou os professores oficialmente afastados, e disse que os mesmos estavam proibidos de frequentar o departamento, devendo retirar seus objetos em dia e hora marcada, acompanhados de um funcionário. Nós que não participamos da trama, nos reunimos logo em seguida para pensar no que fazer. Meu primeiro impulso foi por me demitir, mas, a pedido dos demais, não o fiz, pois alguém tinha que

organizar a luta que viria depois, e lutamos para valer. Como resultado eu fiquei isolada no departamento.

M: Na UEL foi um pouco assim também. Porque eu fui chamada lá, com o Baus, para ser demitida. Quando eu voltei para o Departamento não tinha ninguém no departamento. O Departamento estava funcionando normalmente, mas todo mundo se afastou. Eu fiquei na verdade, ficaram lá a Sonia Sella e ... que me receberam, mas todos ali já sabiam que eu iria ser demitida e no caso de Uberlândia, antes desses concursos, porque não tinha concursos na ditadura, os professores eram indicados pelos milicos. Então você tinha uma gama de professores que estavam lá para serem a favor da ditadura. Que não era o caso de Londrina, na época.

H: Londrina era diferente

A: Era a questão do Ascêncio que era MDB [Movimento Democrático Brasileiro], marcava uma oposição ao regime, depois com o Oscar ficou ...

M: Eles queriam uma Universidade nova, havia muito chão para as coisas acontecerem, mas acabou com ele.

H: O Ascêncio tinha visão de futuro, ele contratava, muitas vezes, professores já engajados na carreira, com mestrado ou doutorado e que tinham sido expulsos de outras universidades. Eu o admirava e tinha respeito por ele.

M: Ele como gestor da Universidade tinha respeito sim

B: Heloísa vc relatou uma situação que chamou um pouco a atenção aqui. Eu gostaria que você desse uma clareada sobre este fato. Diz respeito àquela situação do Conselho Universitário. Do Conselho Universitário faziam oposição ao Oscar Alves, era o Oscar, eu não sei se era o Pinotti já. As pessoas foram perseguidas e mandadas embora

H: Sim, sim.

B: Você estava no Conselho Universitário?

H: Eu estava, eu e o Rodolpho, meu marido. Eu era Coordenadora do Colegiado do curso de Psicologia e ele era representante dos Assistentes. No Conselho fazíamos parte de um grupo que não concordava com o autoritarismo vigente na universidade. As modificações no Estatuto e no Regimento que eram propostos pelo reitor (porta voz de uma ordem do MEC), eram totalmente autoritárias. Não teríamos mais nenhuma autonomia, então nos recusamos a referendar esse novo Estatuto e o novo Regimento. O prof. Abib (chefe do departamento na época) nos avisou que poderíamos ser demitidos em consequência dessa nossa atitude, e nos indicou a oportunidade de sairmos com bolsas pelo PICD, pois já tínhamos mestrado e as bolsas oferecidas ao departamento eram para o doutorado. Assim, propusemos nossa candidatura ao programa de pós-

graduação em Psicologia da USP, e aceitos, nos mudamos para São Paulo. As mudanças propostas foram aprovadas pelo CU.

B: E os professores, os outros professores que estavam no Conselho Universitário foram demitidos?

H: Todos não, só alguns que se manifestaram com veemência (três professores da medicina, um da matemática e mais um que não me lembro de que departamento). Muitos dos que aprovaram a proposta o fizeram por medo. Na época o CU era composto por coordenadores de Colegiados de Cursos, representantes de categorias docentes, coordenador de pesquisa e pós-graduação, coordenador de extensão, coordenador de Ensino de graduação, os Diretores de centros, e outros que não me lembro. O Diretor do CCB, do qual fazia parte a Psicologia, era o prof. Ivan. Você se lembr, Miriam?

M: É o Ivan Piza

H: Antes da reunião do C.U., o Ivan chamou o grupo de representantes do nosso centro e disse: “Eu estou numa situação difícil, acho que vocês deveriam referendar a proposta do reitor”. Nós éramos cinco representantes do CCB, o Abdo da fisiologia, o Ivan, Rodolpho, eu e mais uma pessoa, de que não me lembro. Segundo ele, se não referendássemos a proposta corríamos o risco de demissão, o que era verdade, pois não eram necessárias justificativas para demissões e a justiça do trabalho era bem fraca nesta época.

A: As demissões não tinham que ser homologadas?

H: Não

A: Era unilateral.

H: Essa situação só muda com o término da ditadura e a Constituição de 88. As pessoas tinham medo, era bastante difícil, pois a perda do emprego significava dificuldades para elas e suas famílias.

M: Esse cara tem que cair fora se não a gente vai ficar sem a nossa Constituição [referindo-se ao então presidente Jair Bolsonaro]

M: Gente, eu tenho essa papelada aqui. Como é que eu faço para isso chegar até vocês?

B: Exatamente disso que eu queria falar. Você tem como colocar em uma caixa. Pode ser em uma caixa, em um pacote, quantidade de documentos ...

M: Eu não achei tudo ainda. Isso aqui não é uma coisa muito volumosa, tem atas, tem várias coisas aqui. Mas eu tenho o abaixo assinado em algum lugar, meu marido tem. O problema é que ele está acamado, eu não consegui achar

este material. Estou atribulada com a saúde dele, então eu não tenho tempo. Tenho que entrar nos fundos dos baús, porque estas coisas fazem anos que a gente não mexe.

B: Vamos fazer o seguinte, eu me proponho a fazer contato com você, daqui trinta dias. Pode ser?

M: Beleza, pode.

B: E aí, se for o caso, eu me desloco até Maringá e pego esta documentação.

M: A beleza ou alguém aqui de Maringá que vai aí, eu posso entregar. Porque eu não estou saindo de casa. É difícil. Eu não sei se os Correios também não é o caso.

B: Para eu sair de casa, nesta altura do campeonato (risos)

M: Eu aceito

B: Daí eu pego a moto. Um passeio agradável. Uma hora de viagem.

M: É porque é difícil para a gente digitar, fica muito ruim, Tem coisa aqui que é batida a máquina. Então talvez vocês vão ter que transcrever, sei lá.

B: Isso a gente deixa por conta do nosso Edson e da nossa Izângela aqui. São os dois responsáveis por isto aqui.

H: Tem um aqui que é quase invisível. Quase não legível. É um papel assim olha, cor de rosa. Daqueles que antigamente a gente colocava com carbono. E ele está escrito a máquina. Dá para ler com uma luz especial, você consegue ler alguma coisa ainda. Eu tenho uma coisa aqui do Pinoti. Da demissão do Baus

H: Vocês estão trabalhando nesta comissão quanto tempo gente?

A: Desde 2014

H: eu não sabia

M: eu também não sabia

N: A comissão foi mudando, mutante. Mudança de seus membros. Quem estava presidindo no começo quando ela se instalou foi o vice-reitor, o Ludoviko. Lembra Edson?

A: A demanda foi daí.

E: Ele instalou a comissão, fez uma reunião, isso.

N: Depois ele teve problemas de doença, demorou para retomar os trabalhos. Eu mesmo estava na primeira portaria desta comissão. Então me licenciei por conta

do doutorado e voltei novamente, mais recentemente. Então houve um processo de mudanças de membros, mas houve uma continuidade dos trabalhos, mas houve uma constante dos trabalhos mais corriqueiros como reuniões e depoimentos.

A: Existia um processo oficial que foi aberto e é o mesmo processo. O pessoal foi alongando os prazos e incorporando novos elementos ao trabalho da comissão. Os estudantes também participaram, também ajudaram nesse trabalho de levantamento de material de registros que são muitos. Considerando a distância no tempo e também muitos documentos que foram perdidos e de difícil acesso. Foi preciso ir garimpando. Mas eu acho que o esforço da Comissão está em levantar o maior número de informação possível. E o objetivo da Comissão é o direito à Memória e a verdade e também o direito à reparação.

H: Tem esse objetivo também?

A: Desde que seja comprovado de fato o dano, é importante que a Universidade reconheça. O relatório vai ser muito importante neste sentido. Um relatório documentado, fundamentado e espera-se que seja aprovado pelo Conselho Universitário. Vai ser muito importante na tomada de decisão a respeito do que fazer em relação ao trabalho que foi realizado. A intenção é essa né.

B: A instituição dessa comissão é derivada de decisão do Conselho Universitário.

N: Essa comissão é uma comissão do Conselho Universitário. Ela é oficial da Instituição, da Universidade

H: Na UNB foi criada uma comissão como essa de vocês com o objetivo de conseguir a anistia de pessoas demitidas por questões políticas. Essa Comissão analisava cada caso e passava seu parecer para uma outra comissão do MEC. Caso os pareceres fossem favoráveis, os demitidos eram anistiados e reintegrados à Instituição. Eu me submeti a esse processo e fui anistiada e reintegrada à UNB. A profa. Dione, o prof. Vivaldo e eu, fomos os primeiros demitidos do nosso centro, Instituto de Biologia, depois vieram outras demissões.

B: Uma questão que eu acho que pode ser interessante. Vocês tiveram, na época que vocês estavam como professores, vocês tiveram contato com o Sindiprol, Sindicato dos professores, Associação dos docentes?

H: Olha, eu ajudei a fundar a Associação, mas nunca assumi um cargo. A Eleonora Marchese e um prof. da matemática, que foi demitido mais tarde, também ajudaram bastante. Creio que foi no ano seguinte que a Eleonora e eu participamos também na fundação do sindicato.

M: Os próprios estudantes

H: A Associação veio depois. Foi crescendo no começo e virou o Sindiprol.



M: Eu digo que a Associação também não conseguiu se manifestar fortemente na época em que começaram as demissões na UEL.

H: É verdade

M: E era papel dela assumir essa briga, né?

H: É verdade. Em Uberlândia nos valem da Associação de docentes para levar nossa luta pela reintegração dos 8 professores da Psicologia afastados, que relatei anteriormente. A nossa luta, de início, deu alguns frutos, pois, os professores em vez de demitidos tiveram licença de um ano e meio para cursar a pós-graduação, que, na verdade, já estavam cursando. Terminada a licença foram demitidos. Pela associação nada mais pudemos fazer, pois ela nos havia sido tomada, através de eleição. A direção passou a pertencer aos amiguinhos da Administração. A luta continuou a ser feita através da justiça e eles foram anistiados, uns dez anos depois, foram reintegrados e se aposentaram pela UFU

M: Como em Brasília né. Em Uberlândia foi como em Brasília.

H: Eu também, meu caso, eu saí de novo.

A: No caso da anistia impediu também que houvesse um alcance de punir também os responsáveis, opressores. Anistiou de um lado

H: A falha da nossa justiça é essa

A: E isso dificultou o trabalho da Comissão Nacional e a dificuldade de acessar os torturadores, no caso das mortes, os desaparecidos. A Comissão estadual analisou os casos do Paraná, tem alguns militantes que foram, em um episódio aqui em Foz do Iguaçu foram atraídos, emboscados e mortos. E desaparecidos ali. Até hoje os corpos não foram encontrados. Então há essa operação Condor que envolveu militares de todo o cone sul nesta tentativa de alcançar os militantes de esquerda, lideranças principalmente. Aqui na UEL não se conseguiu identificar esse elo de ligação entre a administração nos episódios aí de maior repressão e no sentido de tortura, houve prisões, do Nelsão. Foi levado a Curitiba, no Deops, mas assim não conseguimos alcançar os mandantes.

H: Na verdade houve um acordo, como acontece muito no Brasil.

M: E o Ney Braga era muito forte aqui no Paraná. Ele já começou botando fogo nas tribos aqui. Ele era louco de pedra (risos)

A: Na gestão do Pinotti era ... No caso da gráfica, sequestro da gráfica do DCE

M: Do Poeira né?

A: Os estudantes foram os que mais sofreram ..

H: Mas eles eram muito politizados na época do Poeira

M: É na época o Poeira eles eram mais organizados que os professores.

B: Uma das entrevistas que falta fazer é do Reginaldo, da máquina, do DCE, foi na gestão dele. Talvez seja a próxima entrevista que a gente faça. Olha eu, não sei se tem mais alguma coisa mais relevante para a gente tirar

M: Acho que grosseiramente a gente apanhou no geral assim (risos)

B: Não, eu acho muito relevante. Que íamos partir para o Relatório e aí resolvemos, alguém falou alguma coisa da Psicologia e a gente começou a conversar e vamos vasculhar que vai aparecer coisa e o depoimento de vocês duas é de extrema relevância. Aqui dentro e fora da instituição. Da instituição para instituição

M: Isso pela Instituição, exatamente

B: E isso é muito sério

M: Esse papel eu tenho

B: Eu acho que esses documentos que agora a Mirian dispõe aí para que a gente possa agora estudá-los, também pode dar uma contribuição valiosa. Eu vou entrar em contato com você Mirian, daqui trinta dias, aproximadamente, e daí a gente vê essa possibilidade. De repente a gente vê, se for o caso de entrevistar o seu companheiro.

M: Meu marido, talvez ele esteja melhor sim.

B: Alguém teria mais alguma coisa a ser dita, a ser perguntada?

E: Bessa, só perguntar para as professoras. Encaminhei ontem, por e-mail, três documentos da comissão. Na verdade, são direitos e deveres dos depoentes, convite para o testemunho e um que é importante para nós que é a autorização de declaração. Como a Heloísa está em Londrina eu posso imprimir e levar até sua casa para assinar, com todo o distanciamento [tempo da covid 19] e o Bessa quando for a Maringá leva para a Mirian assinar

H: Se puder vir, ótimo.

M: Certo

E: Depois eu pego aqui o endereço da Heloísa e o Bessa pega o da Mirian. Essa é a formalização para o Relatório

H: A gente tem que escrever as histórias, não é, pois os fatos se repetem. Eu nunca imaginei que iria ver o retrocesso que vejo agora. Refiro-me ao governo Bolsonaro.

M: É horrível

B: Mas uma coisa é certa, da relação da pandemia que acelerou essa técnica do vídeo entrevista. De lá para cá nós fizemos várias entrevistas. Porque a gente conseguiu fazer muitas entrevistas por conta da facilidade tecnológica. Facilitação né, pessoal lá em Maringá, a gente aqui, o pessoal não saí da sua residência. Mas a entrevista com o Nelsão, né, todas. O Nelsão estava em outra cidade também.

H: Onde mora o Nelsão hoje?

B: Ele está em Campinas.

H: E a Elza, queria falar com a Elza

B: A Elza Tomazi?

H: A mulher dele

B: Não, não falamos com a Elza não.

H: Eu nem sei se está viva

B: Está viva. Acho que ela reside lá na Estância Cabral. Pelo menos alguém me falou que ela estava residindo lá. Talvez seja um nome a ser cogitado. Você acha que ela tem coisas para serem ditas?

H: Sim, sim. Ela viveu essa época aqui.

B: Eu gostaria de entrevistá-la. Até porque a conheci quando fiz o movimento estudantil pelo DCE e ela era professora, eu lembro dela. Não era minha professora, mas participava das reuniões com os estudantes. O trabalho dos professores rendeu frutos. Vejo agora aqui na comissão, discutindo a história viva que ficou lá com o passado. Frutos do trabalho dos professores. Vocês gostariam de dizer mais alguma coisa, Mirian e Heloisa?

H: Não, não sei se foi útil. Na época das demissões na Psicologia eu estava fora, mas, na minha própria história isso foi uma constante. Eu sou parte da História da Psicologia, comecei lá atrás. Me formei em Pedagogia em 1964, quando entrei no mestrado de Psicologia na UnB, que terminei em 1967. A Psicologia como profissão era bastante nova e se inspirava no modelo médico, ou seja, o psicólogo deveria ser um clínico. Embora a profissão previsse uma formação em Psicologia Escolar e Industrial, ela entrava nesses contextos com o modelo médico, ou seja, de cura. O grupo que pensava diferente desse modelo, buscando pesquisar e produzir conhecimentos capazes de ajudar comunidades mais amplas, era mal visto. Só se concebia o psicólogo trabalhando em sua clínica, e, evidentemente, atendendo as elites. Tanto a USP como a PUC, lutaram por quebrar esse paradigma. Por exemplo, o principal problema das desavenças em Uberlândia foi a criação de um departamento de Psicologia Social e Comunitária. Essa luta pela mudança de paradigma foi também assumida pelos Conselhos Regionais e Associações de Psicologia, tanto que

hoje a psicologia se transformou. Não sei se vocês, Miriam e Alcides concordam comigo.

M: Até o vestibular não era concorrido

A: Uma característica dos últimos 20 anos foi o crescimento da pós-graduação no Brasil, isto também impulsionou bastante a Psicologia no campo acadêmico. Psicologia muito voltada para a aplicação, para as práticas, mais propriamente do que o desenvolvimento teórico e isso foi muito importante nos últimos anos, acho que em todas as áreas, isto a própria universidade reflete hoje em dia, a internacionalização dos temas, debates. Um aprofundamento do conhecimento em razão desse longo período democrático, pós ditadura. Estamos vivendo agora essa situação de desmonte, como tudo. Importante a gente ter a memória para recuperar os fatos tal qual eles de fato ocorreram. Isto é importante então como registro. E aí eu já gostaria imensamente de agradecer o depoimento e testemunho de vocês para a comissão, até porque a gente foi procurar nas fontes. O Edson, na época, estava na direção do SAUEL, agora é a Izângela. Não se vê os registros dessas demissões. Não se tem isso. Então é muito importante esse testemunho de vocês. E a gente não vê documentos que ajudem a esclarecer o que de fato ocorreu naquele período. Para que a gente possa ter respostas mais apropriadas para esse momento. Acho que o trabalho da comissão tem esse objetivo de além de memória e verdade também o direito à reparação histórica com relação a esses episódios aí ocorridos pela repressão.

M: Olha gente, foi muito bom, valeu. Foi surpresa

B: O agradecimento é nosso

H: Agradeço também a oportunidade. Falar de coisas que apesar dos meus oitenta considero importantes.

M: Não, e é interessante porque são coisas que eu já tinha colocado para trás. Não imaginei que isso ainda iria ocorrer, embora assim desejasse. Mas valeu muito gente. Bessa então eu te espero. Daqui trinta dias a gente se fala

B: Está bom. Eu dou aqui por encerrada a gravação, vou interromper a gravação. De antemão o agradecimento ao Alcides já que fez, por nós todos, o contato. Então reitero as palavras do Alcides. Muito obrigado a Heloisa, muito obrigado a Mirian. Acho que valeu muito.

**ENTREVISTADO: Nelson Fujita (N)**

**ENTREVISTADORES: Evaristo Colman (EV), Edson Holtz (E)**

**DATA: 09/10/2017**

**LOCAL: Sala das Comissões, Reitoria-UEL**

**DURAÇÃO: 01:01:28**

**TRANSCRIÇÃO REALIZADA POR: Wictória**

**CONFERÊNCIA REALIZADA POR: Edson Holtz**

**E:** Bom, estamos iniciando aqui a entrevista do depoimento ne? Com o professor Nelson Yasuo Fujita, da Comissão da Verdade da Universidade. Eu te agradeço, o comparecimento do Nelson aqui, é... eu queria que você se começasse...

**EV:** Essa Comissão da Verdade da Universidade tem uma vinculação, senão funcional administrativa ao menos, é... política digamos assim, com a Comissão Estadual da Verdade. Então a gente tem uma linha com a reitoria e com a Comissão Estadual também, que nos passa os materiais, e o presente coletado vai ser parte do acervo Estadual da Comissão da Verdade Estadual...

**N:** Perfeito!

**E:** Nelson eu queria começar assim, dando assim, um breve resumo é claro que a gente vai focar mais no período da AESI, toda repressão na Universidade, mas um resumo assim, como foi sua entrada na Universidade, como é que foi essa...

**N:** É... a Universidade de Londrina, ela foi instituída em outubro ne? Em 1971...

**E:** Isso...

**N:** Eu me formei em dezembro de 1971, era um engenheiro e um matemático recém-formado quando abriu o concurso aqui na Universidade, eu participei desse concurso público, e abriram vagas para professores da área de Matemática, Física e Desenho que iriam dar aula para o primeiro ano da primeira turma do curso de Engenharia Civil. Então meu primeiro concurso nesta Universidade foi feito... então, neste período eu fui contratado dia 21 de fevereiro de 1972 ne, lotado no departamento de Matemática. Naquela época vamos dizer assim, o departamento de Engenharia ainda não existia né?

**E:** Concentrava...

**N:** É a Universidade foi criada em outubro com o compromisso de no prazo de 2 anos, por aí implantar os demais cursos que a implantação previa ne, porque na época, a Universidade surgiu de Faculdade isoladas, de Filosofia, Ciências e Letras, Ciências Econômicas, Medicina

**E:** Ciências Econômicas

**N:** Isso, é Ciências Econômicas, Contabilidade, já existia né Direito e, mas não havia área tecnológica na área de engenharia. Então o compromisso da universidade ao ser criada, de encaminhar ao MEC seu plano de expansão pra se tornar universidade. Então ai outros cursos foram criados, com perspectiva de outros novos centros, centros de ciências rurais, centro de ciências tecnológicas, centro de ciências de artes, e os outros três centros que faltavam para consolidar esse processo. Eu entro em 1972 lotado no departamento de matemática, eu ministro as disciplinas pro curso de engenharia civil, né que estava sendo criado foi criado e obviamente como o meu regime era de 44 horas semanais, eu tive que, o próprio reitor na época conversava diretamente com os professores, o Dr. Ascêncio chegou para mim falou, “olha você tem que dar aulas para outros cursos, você não pode ficar com 44 horas”, foi contratado para dar aula no curso de licenciatura em ciências para o curso de licenciatura em matemática pro curso de licenciatura matemática, cheguei a dar aula pro curso de administração de empresas na matemática aplicada e economia. Eu acho que abordávamos sendo 44 que era 22 aulas, né porque não havia ainda o tripé

que chamamos de pesquisa e extensão né, então nós éramos realmente professores de quadro negro e giz mas eu falo isso com bastante orgulho por que nós tínhamos já alguma experiência didática, tinha dado aula em cursinho antes de sermos formados, já tínhamos um domínio da sala de aula, foi uma época muito interessante. Então a minha vida na universidade começa neste departamento e mais ou menos neste período e depois na transição da reitoria para o próximo reitor que é Oscar Alves que então a Assessoria de Informações da universidade AESÍ se não me falhe a memória tinha essa sigla assessoria de ...

**E:** ASÍ e depois AESI..

**N:** AESI é isso! O Professor Luiz Emílio da geociência da geografia que era o coordenador então a gente convivia muito perto porque o centro de ciências exatas era composto na época pelo departamento de matemática, física, química e Geografia e Geociências. A Geo era da área de exatas e é até hoje. Então algumas dessas coisas que ocorreram naquele período estava rodando vamos dizer assim próximo dali onde a gente atuava. Bom então este foi o contexto e posteriormente acredito que 2 anos depois, acredito que 2 anos depois um pouquinho antes da eleição de Ascencio... do Oscar foi implantado o centro de tecnologia e urbanismo, o centro de ciências rurais com este nome na época, o centro de artes que depois virou CECA que fundiu com a educação, era CCA Centro de Comunicação e Artes, jornalismo e artes, e então o Dr. Ascêncio, reitor, nomeou como ele era mão de vaca, vamos dizer assim, para não nomear e não ter que gastar, vamos dizer assim o pagamento de cargo comissionado né, função gratificada se chamava naquela época para esses cargos ele deixou para fazer a nomeação faltava vamos dizer assim, 1 ou 2 meses para terminar o mandato dele, faltava 2 meses para terminar o mandato dele e me nomeou e aliás eu fui nomeado sem ter sido consultado, sem quer avisado. Só me avisaram depois que eu era vice-diretor do centro, até porque não era uma função remunerada só era remunerado a função do diretor. Então na época ele nomeou professor Júlio Gracioto para o centro de ciências tecnológicas né...

**EV:** E o que fazia?

**N:** Engenheiro civil, formado no Mackenzie e pós graduado em Portugal, é o Julio Gracioto, o professor Muller para ciências rurais e o professor Vanoli para artes. Bom o que ocorre daí, ocorre que na minha avaliação, agora é uma

avaliação pessoal, é outras vezes eu não soube conduzir politicamente bem a sucessão dele, porque era uma eleição via lista sêxtupla, onde se votava em 6 nomes, mas essa lista sêxtupla era conversada antes era como uma espécie de eleição de fato onde havia uma listinha onde você tinha que votar. Então havia com combinado, no primeiro lugar fulano tal e tal. Muito bem, é entendo, acredito isso porque eu ouvi falar de outras pessoas que o professor Oscar Alves na época, recém, ingresso na universidade, vendeu o peixe dizendo que se eleito fosse ele transformaria a universidade Estadual em Federal, graças as relações de parentesco que ele tinha com o então ministro da educação é e isso para convencer alguns eleitores ligados ao Ascêncio, fazendo com o que então a listinha fosse perfeitamente feita exceto o cabeça da chapa, que era pra ser o do Oscar. Bom, o que se sucede após a entrada de Oscar é a gente percebe que as pessoas, digamos de uma certa forma ligadas ao Ascêncio, Dr. Ascêncio, se tornaram pessoas, personas não gratas, acredito que não sei se por uma disputa de mercado na área médica aqui em Londrina, porque o Ascêncio idealizou fazer aqui uma grande faculdade de medicina e trouxe cabeças de outras universidades USP Ribeirão, USP São Paulo e assim também foi feito quando implantou o curso de engenharia civil ne, vieram vários da Federal do Paraná, veio, tivemos professores vindos da Federal do Rio de Janeiro, professor vindo da que é o nome de turma do centro acadêmico, outro veio da Federal do Ceará e depois vieram do Rio Grande do Sul, enfim, a ideia sempre foi no início procurar buscar de outros locais de outros lugares outras cabeças, pensando pra que a universidade fosse... o curso de engenharia no nosso caso fosse o mais eclético possível, mais... trazendo um maior número ali de experiências de fora. Então foi nesse prisma que começou o curso e é importante salientar que o salário do professor inicial daquela época era muito bom, um dos melhores salários da minha turma de recém-formados na engenharia química foi um dos meus, teve um colega que foi para a IBM com um salário um pouco maior, outro, eu acho que eu fui o da minha turma depois que fizemos uma reunião de formados fui um dos melhores. Naquela época você entrava com salário inicial como professor auxiliar na universidade com 1.200 dólares e quando o dólar valia muito dinheiro né, não era o valor que seria hoje, então era um salário muito interessante.

**EVARISTO:** Isso durante o mandato do Ascêncio?

**N:** Do Ascêncio, é vamos dizer implementou dessa forma.

**E:** Um regime celetista?

**N:** É regime celetista. Vamos então recapitular, a universidade surgiu sob forma de fundação, fundação entre aspas de direito público ainda que pelo código civil todas as fundações tinha um caráter privado, né, agora você vai me perguntar, por que então o Estado optou naquela época, por criar uma fundação de direito privado? Na minha avaliação pela, vamos dizer assim, pela agilidade que as fundacionais tinham em relação a contratar e descontratar, em relação a comprar e descomprar ou seja, o processo licitatório não era necessariamente seguido



conforme previmos se a universidade fosse uma autarquia naquela época, os processos seriam diferentes, as contratações poderiam ser por funções, cargos temporários né, então por esse motivo que a universidade foi criada neste regime é fundacional. Portanto, nós estamos falando de um período em que não havia estabilidade no emprego, no período em que o chefe do departamento tinha poderes discricionários de demitir de quem ele entendesse que deveria ser demitido e é no momento então que a universidade estava vamos dizer no seu início. Bom, recapitulando este momento o que se percebeu e o que foi ventilado, e aí não existe nada documentado então eu não posso afirmar pra amanhã não ser processado, e o que se fala nos corredores é que houve uma estratégia dentro do novo governo que é formado pelo Oscar Alves e um grupo de pessoas que ele se relacionava em Curitiba, na Federal do Paraná ,o Pinotti acabou sendo reitor e coordenador dele de recursos humanos, o Nelson Tomazi veio para fazer função de assessor e planejamento é o outro que agora me falha a memória que ficou e trabalhou alguns anos na universidade e hoje e agora não está mais, enfim ele tinha um grupo que eu assessorava mais diretamente de umas 4 e 5 pessoas que ele trouxe de Curitiba que vieram com ele do momento da época em que ele fazia, era estudante fazia muito transplante lá. E muitos de nós pensávamos que haveria até uma oxigenação em relação a postura vamos dizer assim mais democrática dentro da universidade, mas, o que se sucedeu é o que ocorreu foi que houve um grande ... uma grande...

**E:** Caça às bruxas...

**N:** Houve uma grande... força no sentido de eliminar ou remover pessoas ligadas ao grupo do Dr. Ascêncio, nem sempre estes critérios, portanto acredito que foram políticos ideológicos desses critérios, foi até questão de barreira comercial, o cara especialista em cirurgia pediátrica esse cara não pode continuar aqui então né, havia esta reserva de mercado, eu acredito que muito disso se deva a isso, muito do que ocorreu na universidade extrapolou o meio acadêmico, era uma questão mais da área médica mas teve obviamente teve desdobramentos para dentro da universidade, para dentro vamos se chamar assim, dentro do campus porque o campus ainda não estava sendo implantado só havia cursos aqui no início biologia, eu mesmo quando fui contratado eu dava aula a onde é o IPOLON e a reitoria funcionava numa das salas contigua na frente do IPOLON, então toda a parte de ciências exatas era dada lá, assim como o CESA é onde era o CESULON. O CESA funcionava lá. A odonto ainda continua...

**EVARISTO:** Mas, não tinha o CCB?

**N:** É que não tinha o CCB começando aqui o CCB, exatamente, depois que fizeram os prédios aqui, dos blocos J e K aí o CCE veio para cá, então estrada de terra tem aquelas histórias famosas do Alberto Xavier Bispo, professor de Física, que vinha correndo aqui e tal, enfim, mas então o que é importante lembrar que aquela época a universidade girava em torno do curso de medicina, o curso de medicina era..

**E:** O que comandava ...

**N:** O que comandava! Era a área mais completa, eu lembro uma vez que numa discussão com, acho que era o prof. Elias Plácido Vieira César, então era coordenador de colegiado do curso de Engenharia Civil, daquela época. Então 2 anos depois eu fiz uma pós graduação na Universidade de São Carlos em Mecânica dos Fluídos e Hidráulica e fiz concurso público depois e fui o primeiro professor de Mecânica dos Fluídos e Hidráulica do departamento então já no centro de tecnologia, como minha carga horária no centro de tecnologia não seria totalmente absorvida, então eu continuei vamos dizer assim 24 metade da minha carga horária na tecnológica e metade na matemática ainda continuei ainda alguns anos dando aula mas uns 2 anos dando aula na matemática. Então, o que a gente pôde deslumbrar naquele período é que no centro de ciências exatas nós tínhamos um professor no nosso departamento antigo do departamento de matemática, nós tínhamos um professor muito atuante muito ativista que foi o professor que foi meu ex-professor do colégio Marista, professor Dino Zambenedeti, professor de matemática do colegial, e já o reencontrei aqui depois que eu fiz o concurso como professor também de matemática. E o professor Dino era uma pessoa bastante questionadora do regime militar, questionadora das atitudes do general Massa, enquanto o delegado regional do trabalho e então naquele determinado momento o professor Dino Zambenedeti se encontra comigo no estacionamento do CCE e me pergunta o seguinte “O professor Fujita”, ou Fujita no caso. “Você viu esse negócio deles dar um desconto aqui de um dia de trabalho...” Eu falei “não é tal do imposto sindical, pois é coisa chata” ELE: “você sabe o que esse dinheiro pode fazer aqui em Londrina?” Ai eu não entendi, aí eu disse “Como assim?” ELE: “Não, se nós fundarmos um sindicato esse dinheiro fica aqui”. O que eu achei muito bom. Então é eu acho que já no segundo ano da gestão do Oscar Alves foi criado então decorrentes destas demissões que ocorreram mais na área médica, surge então esse movimento, movimento de bastidores obviamente né, para se criar o primeiro sindicato de professores, então nós tínhamos que fundar uma associação que seria, foi a associação dos professores ...

**E:** Do ensino superior de Londrina; APESUL.

**N:** APESUL isso!

**EV:** Começou como APESUL?

**N:** APESUL, isso, lá na frente muda porque nós viemos a descobrir que não podíamos ser um sindicato exclusivo da nossa universidade, tinha que ser mais abrangente, mas enfim, mas chamava-se APESUL. E a eleição para a primeira chapa ocorre na associação médica e eu inclusive nem sabia que tinha sido colocado na chapa, eu falei “se quiserem me colocar, coloca” me colocou como tesoureiro da chapa, eu sei que minha mãe que era professora também aqui ficou arrepiada, me ligou “você ficou maluco? Você está na chapa do Dino e foi bater chapa com outro da chapa do reitor”. Então veja que interessante que o reitor foi lá e colocou uma outra chapa dele para concorrer com a nossa chapa.

Então são coisas que hoje a gente das risadas, não teria cabimento hoje o patrão chega lá e diz “Olha a minha chapa é essa aqui”.

**EVARISTO:** Quem era da chapa era a dele?

**N:** Por incrível que pareça a chapa dele era encabeçada pelo professor Irã Sanches, aquele que me derrotou na eleição indireta da (...)

**E:** Do conselho.

**N:** Do conselho, ele era candidato do Ascencio era vice e candidato do Ascencio para reitor e a gente acabou perdendo...

**E:** Ele acabou perdendo e criou uma chapa para o sindicato.

**N:** Podia ser, para ser do Sindicato, então Edson, era coisa da política muito interessante daquela época, então pra gente ver como era vamos dizer assim como era o conceito de sindicato era muito frágil ainda, o entendimento do que deveria ser uma entidade de defesa...

**EVARISTO:** O fundamental foi o imposto sindical ficar aqui, mas, no caso do reitor?

**N:** Não! eu acho que não, eu acho que foi uma forma de se perceber o seguinte, as pessoas que estavam mais visadas para serem demitidas por perseguição política entendi, que ali era um espaço de possível estabilidade, você poderia falar abertamente ne, sem medo de perder o emprego, acho que esse foi o espaço e tanto disso eu sei que eu tinha informações de dentro das (...) pessoas que trabalhavam dentro da acessória de planejamento que olhavam os cargos que seria demitidos, eu acredito que me consideram como um bom professor, talvez eu tenha sido nome de turma de várias daquelas turmas, talvez tivesse um pouco de receio mas o fato de você fazer parte da primeira chapa, ou você achava que o restante não sabia, nós não sabíamos na época.

**EV:** Neste período o Tomazi já era recursos humanos?

**N:** Era assessor de planejamento, APC, planejamento... Bom então eu não quero entrar na discussão política de que sucede, mas acredito que, vamos dizer assim... o período mais... o período de maior, vamos dizer assim... execução dessas perseguições eu acho que ocorre na gestão do professor Pinotti. Oscar acho que inicia, prepara, mas ocorre na gestão do Pinotti.

**EVARISTO:** A AESI se cria na época do Oscar?

**N:** Eu não sei nem se tinha sido criado antes até da época do Ascencio, não sei, isso era coisa do regime militar, regime militar determinava se tivesse isso, assim como determinou que houvesse a EPB (Estudo Problemas Brasileiros) quem dava aula era, não era concurso público era indicação então nós tínhamos várias pessoas. Então EPB era uma disciplina para, vamos dizer assim, fazer a cabeça

das pessoas no sentido que estava sendo colocado no país era muito bom, era o regime militar. Bom, é o que eu posso falar que eu presenciei neste período foi no departamento de matemática, é que o primeiro a ser perseguido foi o próprio Dino Zambenedeti, tanto que no segundo momento como o Dino, nós não conseguimos aprovar o sindicato na gestão do Dino, entrou o primeiro presidente foi o primeiro tesoureiro desta associação mas ela não se transformou em sindicato porque houve pressão lá de Curitiba de que não saísse, não fosse aprovada, existe a outra história mas não vou entrar na própria história do sindicato, mas não sabíamos que sairia com o Dino, então houve a necessidade de mudanças de diretorias e a primeira diretoria eleita para o sindicato foi a do professor Marcio Zaqui, era professor aqui da biologia já falecido, o professor Zé Marcio Zaqui...

**EV:** Aí era o sindicato?

**N:** Aí foi a forma de Sindicato! Ai o Marcio Zaqui teve que fazer a primeira eleição e aí, obviamente, nesta primeira eleição esse mesmo grupo que idealizou, se reorganizou e acabamos ganhando a primeira diretoria com o professor Lemos como o primeiro presidente deste grupo mais aberto ai.

**E:** Só uma coisa...

**EV:** Teve disputa?

**N:** Teve disputa.

**E:** Deixa só completar a questão do Dino, que tem na ficha dele na PRORH que ele foi professor do Colégio Vicente Rijo, presidente da APESUL, em 77 ele foi reincidido o contrato de trabalho dele ai ele pede pra reitoria, tendo vários docentes sem aulas, vários são demitidos Dinos alega perseguição política na época.

**N:** Veja que ano foi?

**E:** 77.

**N:** É seria que ele ficasse para ter certeza do que estou falando, em 77 o chefe do departamento de matemática era o professor Casemiro

**E:** Casemiro.

**N:** É porque o professor Casemiro...

**EV:** Ele está até hoje?

**N:** Eu não sei! O professor Casemiro ele veio de uma cidade não sei se é Penedo agora eu posso estar enganado, era uma cidade que começava com P eu não sei se era Penedo no Rio de Janeiro ou São Paulo ou era uma região ...

**E:** Lagos?

**N:** Não, não. Era uma região que era Piquete, acho que Piquete.

**E:** Piquete.

**N:** Piquete, não Penedo, Piquete. Piquete era um local onde o exército tinha o centro de produção de materiais bélicos, bombas etc. então ele era militar um sargento ele pelo menos nos dizia desta forma, e ele caiu aqui de paraquedas no nosso departamento de matemática talvez 1 ano antes, e fazia uma limpa na matemática destas pessoas não muito bem vistas e dentre elas o Dino, o Dino foi o primeiro, e a segunda foi a professora Terezinha Torneiro que era professora de Bioestatística uma professora muito competente por sinal, se não me falha a memória já era mestre ou já tinha quase o doutorado, tanto que a Terezinha ao sair daqui foi arrumar um emprego no Iapar.

**E:** Ela foi para o Iapar?

**N:** ela foi pro Iapar, pelo currículo que ela tinha, a pessoa que fez medicina nesta época que conhece e pode até falar bem porque ela era professora de bioestatística pros alunos que tinha medicina Terezinha Torneiro.

**E:** E a AESI então?

**N:** Bom!

**E:** O que você lembra da AESI?

**N:** Olha eu até... quando houve a... Na época do Requião, quando abriram lá os documentos acerca das denúncias eu fiquei até curioso do que eu era taxado, então as informações que tinham era que eu era um professor relapso e que eu andava com estas más companhias ai de esquerda então o que eu imagino era o seguinte eu acredito que o trabalho do pessoal da AESI aqui tinha mais, o principal objetivo de municiar o reitor que era o contratante deles na época para, vamos dizer assim, para formar dossiês e remover quem eles não gostassem. É então eu fico até pensando hoje, vieram as notícias que estão modificando de novo essas questões de estabilidades no emprego do serviço público, dizendo que o setor público para ser demitido mediante uma avaliação de desempenho que demonstra que não está sendo compatível e tal e que fico eu pensando que isso possa ser algo subjetivo já que é uma avaliação, não nos coloca quais seriam esses critérios, isso possa ser o mote para que, vamos dizer assim, para que se instaure numa instituição pública, uma universidade, um setor semelhante, aquele que havia para colher estas informações do servidor e depois utilizar estas informações para demitir o servidor. É muito perigoso isso e seria um retorno a uma época muito dolorosa que nós todos vivenciamos aqui, porque é muito difícil você trabalhar, tendo família, trabalho e trabalhar num setor que não é, você não acha emprego em qualquer universidade a qualquer momento, diferença é você trabalhar em uma padaria ou num super mercado

então eu vejo com bastante cautela aí e acredito na minha avaliação que o trabalho do professor Emilio e outros fizeram tinha mais esta finalidade até porque vamos dizer assim, eu não sei nem o que foi feito da AESI lá não houve tanta vamos dizer assim, perseguição como ocorreu em outras universidades como a federal do Paraná e outras neste período.

**EV:** Mas se falava na universidade da sua existência?

**N:** Sim! Existiu, e existe documentos de que a AESI encaminhava pra lá relatando o que você fazia aqui na universidade.

**EV:** Temos documentos.

**N:** Agora, como eu disse são fatos que ocorreram mais de 40 anos atrás eu ainda tenho memória, agora o que eu posso falar mais é era o que eu vivia no dia-dia no que ocorreu na nossa... e que se falava olha era mandado embora por isso e aquilo. E as próprias pessoas que foram perseguidas e demitidas muitas ficavam quietas e não buscavam os seus direitos, o professor Vanoli buscou os direitos dele e acabou sendo reconsiderado ne e muito destas pessoas ficaram, assumiram e não quiseram mas eu acredito acho que a universidade deve pelo menos um mínimo pedido de desculpas a essas pessoas que eram capazes, eram competentes, eram reconhecidas como bons professores pelos seus alunos, tinham produção científica como o caso da professora Terezinha Torneiro, tinha renome nacional e internacional e acho que é o mínimo que a universidade deveria fazer penso eu que essa comissão deveria propor para estas pessoas e acredito que vocês deveriam buscar também depoimento do próprio Dino, da Terezinha se ela for viva ainda e ela talvez tenha mais informações.

**EV:** O Dino é de Curitiba?

**N:** É de Curitiba, fez depois advocacia e advogava em Curitiba.

**EV:** A Terezinha...

**N:** Terezinha eu não soube mais, teria que perguntar no lapar ne.

**E:** Terezinha Torneiro?

**N:** Tornero

**E:** E Casemiro você falou professor Casemiro... Você sabe o sobrenome dele?

**N:** Não sei, não lembro mais...

**EV:** Casemiro é do outro lado?

**N:** É, mas é só procurar

**E:** para saber o outro lado da história

**N:** Pode convidar.

**E:** Mais alguém que você lembra Fujita? que era ligado aos movimentos sindicais da APESUL?

**N:** Olha quem fazia parte da APESUL naquela época, quem na época articulou e infelizmente já faleceu a professora Eleonora Marquezi. A professora Eleonora tinha uma grande capacidade de articulação de vários centros da universidade.

**EV:** A esposa do falecido Lucio?

**N:** Do Lucio, a falecida Eleonora. Do Centro de Ciências Biológicas. Então, de certa forma, ela conseguia aglutinar pessoas de diferentes centros, então as chapas de uma certa forma saíam desta articulação. Então uma pessoa que poderia falar bastante já faleceu. Talvez o professor Alcides Carvalho tenha uma visão do CCH né que possa falar outra coisa.

**EV:** Agora se falava que a AESI também tinha sua mira também o sindicato?

**N:** A mira ao sindicato, olha, se nós fizermos uma retrospectiva, de datas, o sindicato começa a atuar mais fortemente na gestão do Pinotti.

**EV:** Mas já como SINDIPROL mesmo?

**N:** Já como SINDIPROL exatamente, inclusive a base do SINDIPROL era muito maior que a UEL pegava todas as outras universidades privadas, e todas as escolas particulares daqui e depois a base foi se estendendo para Apucarana e pra cá. Então eu acredito que neste período acho que a AESI quase se neutraliza, porque a primeira e grande conquista, acho que isso é importante colocar aqui, foi exatamente uma das primeiras greves que fizemos na época o reitor era o Marco Antônio Fiori e conquistamos isso num dissídio coletivo a estabilidade no emprego pra todo mundo.

**EV:** Num dissídio?

**N:** No dissídio! E como nós já tínhamos uma série de outras conquistas ocorre então que no governo do Requião, Requião olhou pra quilo e disse “cadê? que negócio esse aqui, vocês são estatutários, mas vocês têm todos os direitos de um servidor público”. Ai, transformou a UEL em autarquia, graças a estas conquistas que nós fomos tendo.

**EV:** Vocês também tinham a troca com o governo, o fundo de garantia?

**N:** Sim, a troca e o fundo de garantia, mas de uma certa forma isso tudo foi conquistado em círculo coletivo de trabalho O SINDIPROL foi muito competente, tinha uma assessoria jurídica muito competente que conseguiu muito destas coisas na, até porque veja bem, a universidade ainda que fosse de direito privado ou fosse fundacional, portanto característico do direito privado, mas todo o procedimento dela é público era edital público, concurso público, então o que

acontece qualquer juiz olha “ Esse cara se seguir todo esse tramite aqui ele tem que ter estabilidade como qualquer servidor público.”

**EV:** Então o fundamento estava lá?

**N:** O fundamento estava lá, por isso até que não tem como tirar a autonomia da universidade, porque lá na lei de criação dela, consta que ela tem autonomia didática, administrativa e financeira, antes mesmo da constituição de 88. Bom um outro fato que ocorre naquela época tinha muito a ver também o movimento estudantil do Poeira ele ocorre na gestão do Oscar Alves.

**EV:** Pela documentação da AESI o movimento estudantil se choca com o Oscar.

**N:** Eu acho que ali a atuação da AESI acaba sendo mais forte do que outros movimentos, mais com o estudantil mesmo.

**EV:** Pela documentação é isso que aparece, intrigas entre si, tinha alguma coisa com o sindicato, porque havia tanta perseguição contra o movimento estudantil, tinha muita documentação.

**N:** Então a história do sindicato é a seguinte é, a informação que nós temos disso infelizmente um colega nosso já falecido, mas eu ouvi da boca dele que o sindicato não sairia enquanto o Oscar fosse reitor, ele falou para nós claramente "Não vai sair sindicato aqui!" Ou seja, porque obviamente nós viemos em oposição a chapa que o reitor encaminhou para ser para atingir o sindicato, então essa pessoa não conseguiu. A única forma que nós entendemos era permitir que alguém, vamos dizer assim palatável para o Ministério do Trabalho fosse o presidente que deu certo a estratégia porque acabou sendo Marcio Zaqui o primeiro presidente, só que ele teve que fazer eleição seis meses depois, então aí nós reaglutinamos pra ganhar a eleição se não, não teria saído o sindicato.

**E:** Quando o Alcides entrou?

**N:** O Alcides foi o primeiro membro e depois quando ocorre a ida do... a saída do Lemos também para o lapar se não me falha a memória está aí uma data.... E o Paulinho que seria o secretário do Gutierrez seria o presidente o Paulinho



também declina disso acaba sobrando para o Alcides e eu, para mim que fiquei com tesoureiro, os dois tocando aquela época, mas foi uma época muito proveitosa em termos de vamos dizer assim, de buscar nossos diretos era uma época que a inflamação era muito alta os preços dos salários era muito grande, uma mobilização.

**EV:** Já na década de 80 isso?

**N:** Não, foi na década de 70 final de 70.

**EV:** A eleição direta foi criada mesmo?

**N:** Então a eleição do Jorge Bounassar corre em 1982, né? Foi, coincide com a do José Richa, governador. Acho que Zé Richa, acho que foi 1982 ou 1986, eu acho que então o Jorge foi em 1982 ou 1986.

**E:** Fujita sobre os dados você foi chefe de departamento que era o antigo CCE (Centro de Ciências Rurais e tecnologia)

**N:** É então era assim, foi criado o Centro de Tecnologia. O Centro de Tecnologia englobava, isso ato do Ascencio quando criou a universidade, quando ele implementou aquilo que já tinha sido, ele encaminhou um esboço da universidade aquilo foi aprovado e “você vai ter que implantar”. E o que constava disso? Constava que existiria um centro de tecnologia que teria os departamentos de construção civil, departamento de hidráulica, departamento de estradas e obras de terra e departamento de estruturas, estes 4 departamentos constituíram o centro de tecnologia. Antes de existir o centro de tecnologia neste formato, foi criado outro departamento, acho que foi um ou dois anos depois que fui contratado para a universidade, porém na matemática, foi criado o departamento de tecnologia. Este departamento de tecnologia teve o primeiro chefe desse departamento eu esqueci o nome, ele era bioquímico farmacêutico que deu origem aquela farmácia...

**E:** Escola!

**N:** Escola. Isso, e aí houve uma outra questão política porque a tecnologia de alimentos era pra ser no nosso centro mas o doutor Rui Sérgio, grande político e professor da química fez com que esta área ficasse no centro de ciências exatas que na realidade acabou indo num outro momento para as ciências agrárias. Então, antes era ciências rurais e o nome mudou para agrária, para que a Tecnologia fosse para lá. Então foi uma questão no meu entendimento política, porque não teria sentido uma área tecnológica, tanto que eu que sou, na minha formação de graduação, eu sou engenheiro químico, faz parte das agrárias então em engenharia, tecnologia de alimentos ne é mais ou menos ampla como a engenharia química. Os professores são todos meus ex-colegas, os veteranos como o próprio Rui Sérgio, enfim como outros que estão aí, o Borsato, etc. Bom, e mais voltando então a questão que o Centro de Tecnologia, criado com estes 4 departamentos, tinha seu diretor, o ..., no segundo momento, neste mesmo momento eu fui chefe do departamento de Hidráulica e esse foi um dos motivos até alegado pelo professor Pinotti, que deveria fundir esses departamentos ao invés de permitir que nós crescêssemos porque lá não crescia porque não nos foi dado a oportunidade, a gente dava aula em um monte de turmas, fazíamos um monte de coisas, batíamos escanteio e fazia gol de cabeça, tínhamos que dar aula e se virar, então ao invés de dizer não eu até concordo mas não posso te dar condições, nos dizia, porque é que o outro reitor que chega “porque é que vocês são departamento? Vocês não podiam ser departamentos” você não tem palavras para defender na época. Na época diziam que não tínhamos massa crítica para criar nosso departamento e aí que se criou aquela questão do departamento da carga horária mínima não sei das quantas lá e o que ocorre com isso, então com isso eles fecham o nosso centro e transforma num departamento agregados, aí o Paulinho de Oliveira Já falecido foi daqui da área de segurança da UEL da universidade e caba sendo o primeiro chefe de departamento desses agregados. Ocorre algo semelhante com a veterinária e então os dois agregados que foram forçados a fazer parte do CCRT e aí assim o mesmo ocorre com a arte o centro de educação que fundiu, virou o CECA e então nós fazemos o pacto que não aceitaríamos isso ocorre um movimento dentro do próprio centro unindo os dois para um trabalho de voltar o que era antes, quebrar o CCRT.

**E:** Fujita nesta de paralização por conta da divisão na UEL, dos centros houve um bastidor de alguma perseguição política do fato de se criar certos centros para refletir na votação do C.U. na época? por conta de ter mais apoio do reitor, em determinados centros ou não?

**N:** Não, não

**E:** você foi chefe de departamento, mas também foi representante dos docentes em 82, ainda tinha reflexos da AESI em 82 ou não?

**E:** O reitor era o Fiori.

**N:** Eu posso dizer assim, em 82 o reitor era Pinotti e a ...

**E:** Era o Fiori já?

**N:** Não, era o Pinotti, vamos dizer assim, nesta eleição sim é o que vc está falando, vamos desconsiderar a data, mas nesta eleição o candidato, vamos dizer assim, das entidades quando falo de entidade, falo da ADUEL, já tínhamos o SINDIPROL, porque vamos entender o cenário daquela época. O cenário daquela época era quando o reitor nomeava o diretor de centro mediante uma lista tríplice, eram cargos de sua confiança, o diretor nomeava o chefe de departamento por uma lista tríplice, o chefe de departamento também era ... então imagine, era um poder central, o reitor nomeava o diretor, o diretor nomeia os chefes. Então os únicos cargos efetivamente de gente eleita era o de representação dos docentes e estudantil. Então o conselho universitário que era formado naquela época, pelos diretores de centros, pelos coordenadores de colegiados depois virou coordenador de centro, depois coordenador de colegiado, os representantes da comunidade externa e da comunidade interna nós tínhamos um representante dos titulares, naquela época, um dos adjuntos, um dos assistentes e outro dos auxiliares e dois representantes estudantis, uns 16 votos era eleito. Então, eu não posso afirmar sobre a AESI porque nesta época eu já era do departamento da engenharia eu já era do departamento de hidráulica, porém, na articulação de chapa eu lembro que o professor, na formação de chapas, o professor que ia ser candidato representando os assistentes era o professor da física o professor ... como era o nome dele? só que ele não era docente, ele entrou como técnico já que na gestão do Pinotti, foi criado o cargo de técnico especialista, na verdade não foi criado, ele se apropriou de uma função que foi criada pelo Saburo Morimoto, sendo o grande barrageiro,

um grande especialista nesta área ele decidiu fazer carreira acadêmica e pra nós foi ..., ele estava aqui do lado trabalhando na barragem do rio Paranapanema e nós o convidamos e o nosso salário era muito pouco, não tinha como pagar ele, o salário dava metade que ele ganhava era o de professor titular, e olha que os salários eram ótimos de verdade. Então o Ascencio criou, foi na gestão do Ascencio, criou o cargo de técnico especialista de notório saber, mas teria que ser aprovado por dois terços. Posteriormente, na gestão do Pinotti isso seria mudado no Conselho de Administração e aí cara, foi um exame de técnico especialista que entrou na universidade aqui, sem concurso público na engenharia entrou um monte, tinha uns 4 e 5 assim, entendeu? Então era nomeado para exatamente implodir qualquer resistência que ali houvesse na gestão do Pinotti. E esse professor ele entra como técnico especialista então o que acontece, vai sair edital pro concurso, menos para técnico especialista, então só pode participar da eleição quem é da carreira docente e aí eu saí para candidato, coloco o meu nome, inclusive eu era do Sindicato, da diretoria não sei era Conselho Fiscal, eu era eu falei “olha, então eu quero concorrer” no lugar dos professores e isso eu fui eleito fazendo dobradinha com a reitora que era minha vice na época, a atual reitora.

**E:** Berenice?

**N:** Nesta época foi a articulação feita pela mulher do..., pela falecida professora de Biologia a grande articuladora que falava ...

**EV:** Marquese

**N:** Marquese, teve alguém falou “você conhece essa pessoa aqui?” eu falei “não”, “então prazer, sou vice” as coisas eram assim [risos]. Bom, então o meu grande mote para minha campanha interna era, quebrar o CCRT, para voltar ser novamente centro de tecnologia e tal. Então eu conheço, nós tivemos um grande apoio lá e toda aquela área me apoiou nisso aqui, então eu fui porta voz, o único voto ali, era professor, representante de classe, categoria ali. Paralelamente a isso, neste período estava tendo o movimento no país pelas diretas já, e então por sinal um dos idealizadores foi o Tadeu Felismino, o primeiro grupo era uma meia dúzia de pessoas e eu fui designado pelo SINDIPROL para participar dessa primeira reunião e aí, desta primeira reunião saiu o símbolo do que seria, etc.

**EV:** Pelo DCE?

**N:** Pelo DCE, Tadeu, e veja bem a história, então é um movimento que surge embasado no movimento nacional pelas diretas já, foi capitaneado pelo Ulises Guimarães. Surge dentro da UEL Comitê Pró-Diretas Já e o nosso era diretas já e diretas para reitor. Foi criado um símbolo, era um dedo que desse para presidente e diretas para reitor. E daí que surge a ideia da eleição paritária, pois eram os 3 professores, funcionários e estudantes participando desse projeto se não tem que eleger o reitor dessa forma discutido a qualidade naquela circunstância.

**EV:** Quem representava os funcionários naquela época?

**N:** Eu acho que era o Espinoza.

**E:** Presidente da ASSUEL

**N:** ASSUEL, lembrando que o SINDIPROL, a ASSUEL não era sindicato, então os funcionários eram de certa forma abrangidos pelo nosso sindicato, nossa pauta entrava as reivindicações dos professores e dos técnicos.

**EV:** Essa data foi no mandato do Fiori 82- 86? Né? Porque havia 83 e 84, 85 é a eleição do colégio eleitoral. A emenda Dante de Oliveria é derrotada e aí vai eleição indireta para o Congresso.

**N:** Agora, ótimo agora ficou mais fácil de entender o cronograma, em 86 o Jorge Bounassar se elege como primeiro reitor, pelo voto direto, e eu sou o primeiro diretor de centro eleito pelo voto direto pelo CTU. Nesta época já é CTU porque já entrou o curso de arquitetura que também foi criado mais ou menos naquela época, um ano depois eu acho, e aí passa a ser Centro de Tecnologia e Urbanismo e engloba daí arquitetura. Então o que eu posso falar sobre a atuação

da AESI era um momento que eu estava lá vizinho da geo que era no departamento de matemática que a gente via até as andanças do professor Emílio e outros aí e o que eu presenciei de perseguição mesmo, nitidamente, foi, acho que se chamar qualquer outro por exemplo, qualquer pessoa de química, de matemática ou física daquela época ele vai dizer a mesma coisa. eu to falando o que eu presenciei no meu departamento de matemática foi exatamente isso.

**EV:** O marido da Inês estava para divorciar na época ou depois?

**N:** Qual marido? não acho que não, olha quer ver, quem era da física Francisco, você olha o fundador da física que entrou junto conosco já não está mais aqui foi para São Paulo. Mesmo o Apoloni entrou depois ele é mais novo ainda.

**EV:** Di Mauro também né?

**N:** Di Mauro também né?

**N:** Di Mauro mais novo, olha daquela época

**EV:** E o Ivan Dias?

**N:** Ivan Dias é disso que eu tou falando acabei de lembrar o nome, Ivan Dias que foi impedido de ser candidato porque ele era técnico especialista, ele não era docente, ele não era concursado desta forma.

**EV:** Ele foi coordenador de pesquisa

**N:** Sim, sim..

**E:** Havia neste período desde a década de 70 até 80 um clima de insegurança dos professores com relação a se manifestar politicamente contra o regime, alguma coisa, em reuniões da associação do sindicato. Havia esse medo, até porque não tinha estabilidade?

**N:** É acho que o medo continua até por conta do emprego. Eu me lembro de um processo que houve na época que eu era da engenharia já que ocorreu na arquitetura, acho que era Marcos Barnabé ou era o Ueda, já falecido o professor Antonio Ueda, e ocorre um processo assim houve uma demissão de 2 professores

**E:** Um processo político.

**N:** Foi um processo político interno, pelos professores, porque a arquitetura por ser extremamente democrática decidiu discutir com os alunos em um dia da semana sobre o que deveria fazer do curso e ai depois os alunos começaram a discutir curso, começaram discutir sobre professor ai começaram a botar pra fora o próprio chefe do departamento nosso querido Marcos Barnabé. Já tinha falado “Barnabé não vá fazer isso aqui. Isso aí vai dar problema”, os alunos tomaram conta e tinha o pessoal chamado de Libelu, da corrente da Libelu, “Liberdade e luta armada”.

**EV:** Que dava trabalho...

**N:** E tinha dois professores da Libelu lá. E tinha um lá da arquitetura que fumava cachimbo a família até vive em são Paulo e é famoso por implodir a escola de arquitetura e ele acaba sendo demitido desta forma que o pessoal se reúne e faz uma ata e demite o cara foi lá ... esqueci o nome dele agora e acabaram defendendo este professor e uma outra professora de arquitetura, precisava do sindicato sair em defesa porquê... e foi lá na frente e processo no fim esse professor não era tão assim, e acaba saindo. Mas, o sindicato defendeu mesmo eu sabendo que meus amigos estavam sendo, eu avisei “é mais o estatuto falou, estatuto pode falar, temos uma conquista sindical que diz que não pode ser assim...” Por causa desta corrente sindical que tiveram que refazer o processo e mandar embora. Não lembro o nome dele. E eram 2 professores... E, também, acho que houveram outros casos assim, que o sindicato acabou atuando, más veja bem o grande salto de qualidade no aspecto da democratização ocorre na gestão do Jorge, porque daí todo mundo passou a ser eleito: coordenador de colegiado, diretor de centro, aí o próprio sindicato perdeu espaço reivindicatório, vamos dizer assim, neste âmbito, passou a ser mais na questão salarial basicamente.

**EVARISTO:** Fujita aquelas eleições do CCS você acompanhou?

**N:** Não acompanhei. Na realidade aquele pessoal do CCS vivia meio isolado lá e a gente só sabia como era lá pelas pessoas que a gente conhecia, mas aí acho que vocês deveriam entrevistar pessoas que estavam naquela época lá. Talvez, por exemplo, no CCS que pode ser ainda remanescente naquela época ...

**E:** Valdir?

**N:** Valdir não está mais na UEL eu acho que ele está atuando.... acho que o Gerson ... professor Gerson é antigo já né? Gerson chega aqui... ele sabe de bastante coisa que aconteceu lá, acho que quem pode falar... professor Alcides bem mineiro, bastante mineiro por sinal, ele acompanhou mais do que eu. Porque o Alcides já era da faculdade de filosofia da universidade ele já tinha... e o Alcides participou daquela ...

**E:** Congresso da UNE em Ibiúna?

**N:** Ibiúna. Foi preso em Ibiúna. Outro que foi preso foi o Carlos Eduardo Lourenço Jorge. Ele estava perdido lá, ele falou “porque que nós vamos discutir se é o comunismo de Cuba ou ... nós não viemos discutir o movimento estudantil?” mas, perdido e foi preso também.

**E:** Fujita mais neste período também você ouviu alguns comentários com relação ao HU? Havia ainda um pouco de resquício da briga do Ascencio e o Oscar entre os médicos, mais do que política ainda?

**N:** Eu acredito, sabe por quê? Porque o Ascêncio convidava bom profissional com o seguinte ..., no convite constava o seguinte, você vai ser contratado em 44 horas lá para ganhar esse salário, mas, você vai poder abrir seu consultório de clínicas. Era ideia dele criar consultórios de clínicas nos moldes de São Paulo ou como Ribeirão Preto, eu não sei, neste modo para que o bom profissional ficasse aqui em Londrina. Porque o cara vai sair do mestrado recente da USP



RIBEIRÃO OU USP PINHEIROS para vir, para cá, então é essa promessa dele e ele depois retoma quando o Jorge é reitor na gestão do Álvaro Dias, como um cara superior. Foi criada a Secretaria de Ciência e Tecnologia para ser um órgão superior ao reitor, foi a primeira discussão de autonomia. Porque o reitor se comunicava diretamente com o governador aí criou essa estrutura de secretaria e ele conseguiu construir o hospital de clínicas. Foi o Ascêncio que criou. “Eu saio, mas esse hospital sai”. Só que não saiu já nos moldes que naquela época ele organizou, então é isso Ascêncio era muito forte, os outros vieram a reboque porque a universidade precisava ter mais cursos se não, porque para depender naquela época de medicina era só medicina.

**E:** Claro!

**N:** Agora de uma certa forma tem um lado bom disso. Todo o grande nome da universidade, nacional e internacional, foi graças ao desempenho da área médica daqui de Londrina os outros lugares veio meio que agregando. Se você vê o histórico desta universidade primeiro reitor era médico o segundo era médico, o terceiro não era médico, mas era ligado ao médico, o quarto era médico, o quinto era engenheiro.

**EV:** O Fiori é médico?

**N:** O Fiori é médico também...

**E:** O Jorge engenheiro...

**N:** O Jorge engenheiro, depois o Thomson é médico, depois o Jackson não é médico é administrador de empresa.

**E:** A Lygia é bióloga.

**EV:** Antes tem o Pedro

**E:** Pedro Gordon, médico.

**N:** E a área biológica era a mesma da saúde. O pessoal da área médica tem bastante peso aqui. Mas, enfim são estas coisas que a gente consegue enxergar. Por isso seria interessante, posso falar uma coisa com toda honestidade, vocês são meus amigos aqui. É uma pena que isso só está acontecendo agora. Essa fala minha tinha que ter sido feita há 20 anos atrás, que eu estava com a lembrança bem melhor né, algumas pessoas são vivas ainda para poder falar, né?

**E:** Claro!

**N:** [início da segunda parte da gravação] ...trazer alguém da Medicina, daquela época, tadinho já está bem ... ele seria importante estar aqui dando o depoimento dele. Enfim, e algumas pessoas vão ter receio em falar né? Porque agora estamos passando por uma fase de neoliberais aqui né? Pessoas querendo que volte a ditadura. Então é duro. Eu só posso falar mesmo do departamento em que eu estava li, que é o da Matemática. E foi um dos mais perseguidos. Eu lembro nitidamente dois casos aí, do Dino e da Terezinha.

**E:** A gente agradece o depoimento. Eu gostaria que você assinasse seu depoimento.

**E:** Inclusive

## **COMISSÃO DA VERDADE DA UEL**

**DEPOIMENTO DO EX-PROFESSOR: NELSON RODRIGUES DOS SANTOS (N)**

**ENTREVISTADORES: Cesar Bessa (B), Alcides José Sanches Vergara (A), André Lopes Ferreira (AN), Nilson Magagnin Filho (NI),**

**Duração: 01:41:04**

**DATA: 28/10/2020**

**LOCAL: Entrevista realizada de forma *on line*, durante a pandemia.**

**TRANSCRIÇÃO REALIZADA POR: Manoel**

**CONFERÊNCIA REALIZADA POR: Edson Holtz**

B: Boa tarde a todos, Comissão da Verdade UEL, reunida em 28/10/2020. Estamos aqui, hoje, para entrevistar o prof. Nelson, professor da Medicina, atualmente está na UNICAMP. Eu, César Bessa, que na oportunidade, dando abertura aos trabalhos, destaco que a Universidade Estadual de Londrina constituiu essa Comissão com o intuito de que fossem apurados fatos que fossem relevantes, por conta da Instituição em si, em face da ditadura militar. Que a gente possa verificar a ocorrência de prejuízos materiais, morais, psicológicos, físicos e de toda ordem. E aí, aqui, eu registro que na fala do prof. Nelson, nós vamos pedir que faça uma espécie de espelhamento de toda sua trajetória na UEL e naquele período. Naturalmente nós iremos efetuar as perguntas depois. Prof. Nelson, uma boa tarde para o senhor.

N: Boa tarde

B: Eu passo, então, a palavra para o senhor, especificando que o senhor pode até colocar como é que foi sua trajetória na Universidade Estadual de Londrina

N: Eu diria que na conjuntura da Universidade brasileira, daquela época, foi por volta do início dos anos 1970, 68, 69, 70, já estávamos em regime da ditadura. E nas melhores Universidades brasileiras havia um momento conjuntural, incluindo a USP. Eu pertencia à USP, Universidade de São Paulo. Havia naquele momento, um aumento grande de jovens docentes, que foram selecionados pelas diversas disciplinas, do curso médico, em todas as Universidades, em todas as áreas, não só na Medicina. Mas a Medicina refletiu muito essa conjuntura de um número de jovens, pouco acima que o usual, fazerem seus projetos de pesquisa, seus planos de teses, defenderem suas teses, com opção para carreira universitária. Uma porcentagem de recém-formados um pouco maior que o usual. Esse foi um momento interessante porque o número de jovens doutorados, nas Universidades, no caso da USP e no caso da Medicina, aumentou bem além da capacidade das disciplinas dos departamentos contratarem para serem docentes. Havia naquele tempo também, restos das

antigas cátedras, havia também uma predominância de critérios pessoais dos professores catedráticos escolherem dentre os jovens, que faziam teses, que pesquisavam, dentro de suas relações pessoais e não por concurso público que pudesse selecionar para entrar na carreira docente e pesquisador pelo caminho do concurso. Então algumas faculdades fora da USP, no interior do Estado de São Paulo, e Londrina veio se somar, passaram a mapear esses jovens pesquisadores e docentes, que tinham acabado de fazer doutorado ou estavam fazendo doutorado que iriam ter que ficar muito tempo esperando para serem contratados pela própria USP, então a UEL e seu Reitor Ascêncio Garcia Lopes com seus assessores [1] tiveram essa visão bastante sensível de formação de uma Universidade de alto nível, se possível já nos primeiros anos. Isso aconteceu na área médica, eu era um desses jovens, com recente doutorado, e até ajudei o Ascêncio a mapear na USP, na própria Faculdade de Medicina da USP, outros jovens que estavam fazendo doutorado na época, muitos professores, de outras disciplinas, de outros departamentos, de outras áreas. Então o início do ensino médico em Londrina ele quase que já nasceu, mais ou menos, nivelado, por cima, com as melhores Universidades do país. Então esse nascimento na UEL, da área da Saúde, é um dado de base para o que veio a acontecer depois que é o centro dessa conversa. A minha área era de Saúde Pública e naquele tempo no mundo inteiro estava-se discutindo, além de alguns poucos países que tinham avançado mais, nem na Europa mesmo, alguns países não tinham avançado tanto, em seus sistemas públicos de saúde, havia a Inglaterra, alguns países da Escandinávia, a Itália estava tentando fazer sua reforma sanitária, Espanha e Portugal estavam com duas ditaduras ferozes, Franco na Espanha, Salazar em Portugal, então a Europa tinham alguns países com sistemas públicos de saúde dando certo, e nessa época então em nosso país nos anos 60, 70, se descobriu, por comunicação internacional, pela imprensa, por pesquisas de trabalho feitas em sistemas de saúde, as raízes de um bom sistema público de saúde que foram trazidas para o Brasil e eu era uma das pessoas que se encantou com essa descoberta. E essa descoberta não é intelectualmente muito exigente, não é alguma coisa de muita pesquisa e de muito conhecimento. Essa descoberta se baseia até mais na sabedoria popular, de que mais vale prevenir do que curar. Quer dizer, quais são os eixos básicos de um bom sistema de saúde? a própria sociedade, em todas as épocas, em todo o mundo, produz na sabedoria popular até de sobrevivência que é mais importante, prevenir do que curar. Se não conseguir prevenir para curar, vale mais curar no começo do que na doença avançada. É uma coisa óbvia até de bom senso, mas que são dois eixos básicos, mais vale prevenir do que curar e curar no começo da doença, qualquer infecção, o câncer, doença cardíaca. Todas as doenças, quais sejam as doenças, no início é muito mais fácil para diagnosticar, para curar e a pessoa ser devolvida para a sociedade em sua vida normal de cidadania. Este aforismo de bom senso popular foi levado muito a sério pelos organizadores dos sistemas públicos de saúde. Começou na Inglaterra, alguns poucos países e foi se propagando pela Europa. E depois da 2a. Guerra Mundial isso foi crescendo para os países da Europa, Canadá absorveu rapidamente essa forma de organizar sistema público de saúde, países

do oriente também foram entrando, Japão tem também as bases do seu sistema nestes princípios “mais vale prevenir e mais vale curar no começo”. Essas frases para se organizar o sistema, aí sim tem-se que trabalhar muito em cima da vida da sociedade, da vida biológica, da saúde da população, quais fatores que dão saúde, quais que dão doença, isso organiza todo o sistema. E nessa organização também todos os sistemas públicos que se organizaram em cima desses princípios eles se organizaram em todos os municípios, repito, todos os municípios, sem exceção, e naqueles municípios, de tamanho médio e grande, em cada bairro dos municípios. Bairro grande eles organizaram a atenção primária à saúde, a atenção básica à saúde, são equipes não só de médicos, mas de vários profissionais de saúde e, também, pessoas da própria comunidade participando da equipe, que tem contato muito de perto com a comunidade, que conhece a vida social, a vida biológica, a vida de trabalho, a vida de saúde, a vida de doença da comunidade. [2]Essa equipe de saúde, que é a equipe de saúde primária, aí os médicos gerais, os médicos generalistas, mas tem psicólogos, fonoaudiólogos, tem também, principalmente, a fisioterapia, fisioterapeutas, sendo pluriprofissional. Então essa equipe dá conta de 80 a 90% da saúde. O ovo de Colombo foi esse, essa descoberta, essa forma de organizar o sistema. Uma equipe completa dessa com número suficiente de profissionais para cada município pequeno e nos grandes para cada bairro, ela dá conta de prevenir antes de precisar curar e de curar no início de 80-90% das necessidades da população. Esse é o ovo de Colombo. O Brasil para dar certo precisa ser muito organizado, profissionais precisam ser muito bem selecionados, muito bem acompanhados e terem condições de trabalho. Estou me detendo nessa definição porque na área da saúde os profissionais que descobrem esse caminho, e que esse caminho já está dando certo em países consolidados, em várias sociedades, principalmente na maioria das sociedades europeias hoje, mas também tem Canadá e no outro lado do mundo [oriente] tem inúmeros países, então esse encantamento não é só com a ideia, é o encantamento de concretizar algo que é possível. E aí, evidentemente, uma política dessas vai contrariar interesses. Quem usufruía em ascenso social, em ganhos monetários em cima só das doenças, quanto mais doença mais medicina especializada para aumentar o ciclo vicioso do doente com doença avançada, diagnóstico tardio, de cura tardia, isso aí a indústria farmacêutica e dos equipamentos de saúde, e uma verdadeira indústria para produzir especialistas para tratar de pedaços do corpo foi montada no mundo inteiro. E essa indústria de medicamentos e equipamentos de saúde que desova só profissionais especializados, elas giram só em torno das doenças avançadas, do sofrimento da população, e de muito dinheiro envolvido nisso. Quando na verdade com um bom sistema humano com base em direitos humanos, então fica comprovado que é um direito humano ter a oportunidade de ser diagnosticado, de primeiro ser prevenido de sua doença, ser diagnosticado no começo e ser devolvido a sua vida comum, com 80-90% de chance para isso. E só com complicações mais especializadas com medicamentos mais específicos, equipamentos mais específicos e profissionais especializados somente 10-20% da população que vai necessitar. Essa fórmula é intelectualmente facilmente percebida e até

desejada, mas na prática das sociedades, onde o mercado tem um peso muito grande, não é fácil os governos assumirem na plenitude esse novo tipo de sistema de saúde. Isto começou a acontecer em nosso país exatamente nos anos 1970, e Londrina, ao lado de várias outras cidades médias daquela época, estávamos numa ditadura, e várias cidades médias, profissionais da saúde e políticos que faziam política de saúde, naquela época, e tendo a informação de bons sistemas de saúde, principalmente da Inglaterra e de outros países também, já traziam ao Brasil essas ideias e algumas dezenas de cidades, Londrina era uma delas, iniciaram nos anos 70, em plena ditadura, experiências de postinhos de saúde para as comunidades em bairros. Em Londrina foi a Vila da Fraternidade, o Jardim do Sol e depois foi o Distrito rural de Paiquerê, foram os três primeiros, depois vieram dezenas de bairros e distritos rurais, isto evoluiu. Mas na época, esses três, que foi Paiquerê, na zona rural, a Vila da Fraternidade e Jardim do Sol, entramos num atendimento extremamente expressivo, intensivo, de boa qualidade com vários tipos de profissionais de saúde frequentando os postinhos e os primeiros trabalhos estatísticos comprovando o benefício para a população, começaram a ser [3] publicados e Londrina fez intercâmbio rápido. Nos anos 70, com outras cidades e não eram muitas que no país estavam fazendo a mesma coisa, participamos de Congressos de Saúde Pública no país, então Londrina já nos anos 70, ela passou a fazer parte de um movimento em nosso país para um novo sistema de saúde. Mais e mais cidades copiaram o que Londrina, Campinas, Montes Claros, Caruaru em Pernambuco, Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, que tinha uma experiência muito interessante. Não era só copiar o que estava sendo feito nessas cidades. Nos anos 70, cresceu, se formou a ideia, com base nessas experiências de se mudar todo o sistema de saúde em nosso país. Então essa foi nossa militância na saúde em Londrina, evidentemente fazer esses postinhos. Não era fazê-los isolados, por melhores que fossem esses profissionais, esses postinhos precisavam ter uma retaguarda, quem vai atender aqueles 10-20% que não pudessem ser resolvidos no postinho? Então essa retaguarda estava no Hospital Universitário. Esses postinhos de saúde foi uma iniciativa da UEL, não só da UEL, mas junto da Prefeitura de Londrina e da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná. A Prefeitura de Londrina bancou demais esses postinhos, junto da Universidade. E o Hospital Universitário foi a retaguarda. Então, foi uma experiência muito bem-sucedida. Essa questão que você colocou acho que estendi muito, mas avancei para depois poder dedicar a outros ângulos da questão.

B: No período que o senhor foi professor na UEL e durante, especificamente, o período da ditadura militar o senhor viu alguma interferência junto ao Hospital Universitário, junto ao Curso de Medicina, uma pressão política, alguma coisa nesse sentido em relação aos docentes?

N: Aí, eu não só vi, como senti. Na segunda gestão de Reitoria da UEL. Na gestão do Ascênsio Garcia Lopes [primeira gestão] correu tudo muito democraticamente, todo mundo debatendo tudo, os avanços em todas as áreas.

E não era só a área da saúde. Por exemplo, foi alugado o prédio para o Hospital Universitário, na Rua Pernambuco que era um antigo Hospital, de uma entidade privada sem fins lucrativos, esqueci o nome, fazem mais de quarenta anos ...

NI: Foi a Santa Casa?

N: Não. Não foi a Santa Casa. Começou lá, mas depois foi alugado esse hospital na esquina, na Rua Pernambuco, [...]

B: É onde vai ser a COHAB depois.

N: Não sei se é a COHAB agora, mas foi reformado o prédio. Era um prédio antigo e foi improvisado o primeiro Hospital Universitário, em prédio próprio. Aliás, o Lúcio Marchese foi o diretor desse Hospital. Que fez todas as reformas prediais, instalou enfermaria, os centros cirúrgicos, os ambulatórios, neste Hospital na rua Pernambuco. Então os avanços foram produzidos na gestão do Ascêncio Garcia Lopes. A grande questão na área da saúde, os óbices, os obstáculos, as incompreensões e outras objeções políticas foram na 2a. gestão quando passou a ser reitor o Oscar Alves. Eu era Diretor do Centro de Ciências da Saúde [CCS], participava do Conselho Universitário [C.U.], e o C.U. era o colégio eleitoral que escolhia a lista de candidatos a reitor. <sup>[4]</sup> O Oscar Alves, que foi o segundo reitor, depois do Ascêncio, ele foi o que ganhou na lista. Nessa escolha do Conselho Universitário o nosso candidato não era o Oscar Alves, era o Iran Martins Sanches da área de Humanas, e o Oscar Alves, ele era genro do Senador Ney Braga, que foi ministro do tempo da ditadura, e houve um ajuste, até do ponto de vista democrático, mas havia um jogo de pressões em cima dos membros do Conselho Universitário, para elegerem o genro do Ney Braga e não elegerem o candidato que era o mais desejado pelo movimento mais progressista da Universidade. Então aí houve uma disputa e essa disputa se fosse assumida com espírito democrático quem ganhou leva e aí vai se relacionar democraticamente na sua gestão. Mas isso não aconteceu e a reitoria passou a exercer um tipo de perseguição para prejudicar as atividades de todos os docentes que tinham se alinhado na disputa para candidato a reitor pela outra alternativa. Isso aconteceu já de início no ano de 1974, quando houve todos os debates no C.U., houve a disputa, nosso candidato perdeu e aí o Oscar Alves, quando assumiu a reitoria, era tempo de ditadura, ele já instalou, no Gabinete, uma Assessoria de Segurança e Informação [AESI]. Qualquer dirigente público que pleiteasse era instalado uma ASI, em seu gabinete. Foi feito na época. Já em 1975, iniciaram uma série de retaliações às pessoas que tinham se

posicionado pela outra alternativa de reitor. Eu era diretor do CCS e participava do C.U. e a nossa experiência de postos de saúde periféricos na comunidade começou a ser prejudicada. Não tenho nenhum documento colocando isso, só depoimentos pessoais, mas para sustentar aqueles postinhos [postos de saúde] você tem que estar contratando pessoal, os que se demitem ou se aposentam tem que ser substituídos, tem que haver concurso, tem que substituir o pessoal das equipes de saúde, tem que ser comprado material de consumo permanentemente, material permanente de equipamentos tinha que ser comprado ou repostado, os três postinhos tinham que ser sustentados, o pessoal que trabalha e o material permanente. Isso começou a ser reprimido, começou a haver um certo prejuízo no funcionamento desses postinhos. Também em relação ao nosso Departamento de Saúde Coletiva houve uma vaga para docente de outro departamento, o de Clínica Médica, que ficou sem o seu titular que voltou para São Paulo. Houve um concurso público, aberto e quem ganhou foi um professor titular de Clínica Médica da UFRJ, Fernando Bevilaqua. Prestou concurso, ganhou e foi marcada a posse, mas não foi empossado porque simplesmente ele [5] foi procurado por nós para obter apoio a todos esses postinhos que existiam e que estavam sendo criados. Por essa relação pessoal comigo ele não foi contratado. Ele havia até vendido sua casa no RJ e estava para comprar casa em Londrina quando voltou tudo atrás, foi um papelão que foi feito, pelo simples fato que iria assumir como professor titular de Clínica Médica. Todos os colegas do Centro de Ciências da Saúde estavam muito contentes porque ele era muito conhecido, muito competente, seria um ganho muito grande para o ensino médico em Londrina, ele simplesmente não foi contratado porque estava sabidamente se articulando com todo o curso, o Centro de Ciências da Saúde de Londrina e o nosso Departamento de Saúde Coletiva estava se articulando e participando de uma experiência por um novo modelo de atenção à saúde, que era o casamento das especialidades médicas e clínicas com o trabalho feito nos postinhos. Isto também aconteceu no ano de 1975. E no ano de 1975, eu simplesmente fui preso. Foi uma prisão complicada porque no mês de outubro, fui para Curitiba, fui sequestrado, pelo DOI-CODI do Exército. Me prenderam junto com outros presos, fui interrogado em Curitiba, era uma prisão ilegal, e quando os interrogatórios terminaram que eles comprovaram, checaram todos os relatórios, “eles” que eu digo, os militares e comprovaram que eu não tinha nenhuma culpa, nada para ser preso, eles me mandaram para o DOPS, que era o Departamento de Ordem Política e Social do Estado. Aí eu deixei de ser um preso dos militares, do Exército nacional, aí eu virei preso do DOPS. Aí legalizaram minha prisão. E ao legalizar a minha prisão eu passei a ser interrogado legalmente, oficialmente. E o delegado chefe do DOPS depois de todos os interrogatórios e de checar os interrogatórios para ver se era verdade o que eu tinha falado. Era tudo checado. Aí o delegado, chefe do DOPS, me convocou duas vezes para conversar com ele e me perguntou “o que está acontecendo com o senhor, na sua Universidade, que todas as vezes que nós avisamos, na sua Universidade, que não há nada contra o senhor, que o senhor será libertado, a segurança da sua Universidade diz, “não, não solta ele, aperta que tem coisa, segura ele aí.” . A própria ASI, ligada ao gabinete da Reitoria da



UEL, dizia ao delegado do DOPS, em Curitiba, “que tinha coisa contra mim e que era para apertar no interrogatório”. Aí ele simplesmente checkou tudo, viu que não havia nada contra mim e me libertou. E eu voltei para Londrina. Reassumi meu cargo no Departamento, com os alunos e reassumi a direção do CCS. A prisão, ao todo, durou 22 dias, metade no Exército, metade no DOPS.

AN: Quando o senhor foi sequestrado pelo DOI-CODI o senhor estava sozinho? alguém presenciou essa prisão ilegal?

N: Fui preso em um camburão, que passou por outras cidades, por Apucarana, e outros presos foram comigo nesse camburão.

NI: Quando o senhor foi preso, estava dentro da Universidade?

N: Não, fui preso na minha residência. Na verdade, fui sequestrado. Não fui violentado, não houve violência física.

NI: Durante esses 22 dias não houve violência física?

N: Não, não. Houve a tortura psicológica, um dia, por exemplo, me levaram na antessala da sala de torturas, eu escutei os berros, os gritos dos torturados, e aí voltei para minha cela, e aí, depois, interpretei como tortura psicológica e ficou por isso mesmo.

NI: E qual foi a alegação para esta prisão? Ou não foi nem dito algum motivo?  
[6]

N: A alegação era que eu tinha atividades subversivas contra a ditadura e que era comunista, um homem comunista.

NI: O senhor acha que naquela época bastava ter um engajamento como o de vocês da área de Medicina, em defesa da saúde pública, pela constituição de um sistema público de saúde, isso já era interpretado como uma atividade subversiva?

N: Sim. Isso nunca foi dito explicitamente porque soa ridículo, mas uma grande parte das pessoas que optaram por trabalhar com saúde pública junto a população em periferia de cidades em zona rural era visto, em princípio, como potencial subversivo. Agora eu também tinha minha experiência acumulada, quando a ditadura foi iniciada em 1964, em São Paulo, eu morava lá e não pensava em ir a Londrina, tive um aprendizado em SP de como continuar coerente com minhas ideias, com minhas práticas, a favor da população, a favor de um avanço democrático, uma justiça social na área de saúde. Foi o aprendizado que eu tive já nos primeiros anos da ditadura. Eu não podia usar rótulos e evitava rotular minhas práticas e as minhas ideias. O rótulo de socialista, de comunista, é do pecado. Então, realmente, eu e quase todos que pudeam ter essa oportunidade continuamos coerentes, dimensionando, adequando nossas atividades no regime da ditadura, mas não indo em nenhuma reunião, não rotulando, não permitindo rotulagem do socialismo e do comunismo porque sabíamos o que poderia acontecer de repressão em cima de nós. Até porque, depois, a gente vai amadurecendo nessa militância política, a gente vai vendo que do lado das esquerdas, dos progressistas, um grande número de pessoas satisfazem seus egos revolucionários com altos rótulos e na prática não são tanto aquilo que rotulam. Então entre os militantes progressistas, esquerdistas, tivemos muitas experiências dolorosas também, de que é o carreirismo, o autoritarismo, o populismo, travestido de coisa democrática e na verdade pega um cargo público mostra que é autoritário, então essas autocríticas vamos aprendendo também no decorrer da militância. Então quando estava em Londrina a partir dos anos 70 eu já não estava cometendo esse tipo de pecado, de ser um provocador e correr o risco de ser preso. Eu estava muito tranquilo naquilo que fazia.

AN: Prof. Nelson, nós entrevistamos já o Prof. Marchese e na documentação que tivemos acesso, até agora, aparecem disputas internas dentro do Centro de Ciências da Saúde. Parece que nem todos os docentes estavam alinhados com essa segunda reitoria do Oscar Alves, mas havia aqueles docentes que estavam. O senhor poderia falar sobre esse clima interno entre os docentes e a sua relação com a Instituição.

N: É fundamental isso. São desdobramentos que realmente aconteceram. Vou iniciar essa resposta também colocando para vocês, um outro acontecimento policial comigo, quando retornei a Londrina tinha reassumido meus trabalhos

normais. Um dia fui convocado a delegacia de Polícia de Londrina. Delegacia comum da Polícia do Estado. O delegado me mostrou uma série de acusações que o gabinete do Reitor tinha feito contra mim. Agora não mais acusações políticas de subversão, [7]mas acusações de malversação de dinheiro público na administração das unidades de saúde. Nós tínhamos um convênio com o Ministério da Agricultura, até um convênio de muitos poucos recursos, mas a unidade de Paiquerê que era uma unidade na zona rural, o Ministério da Agricultura tinha a oportunidade de colocar algum recurso a mais em trabalhos de Universidades em zona rural, de extensão rural que eles chamavam. Esse convênio tinha toda a burocracia, a administração desse convênio. O recurso era pequeno, mas nós cumprimos direitinho todas as prestações de contas dos gastos desse recurso. Então no gabinete do reitor, pela ASI, houve denúncia de que eu estava cometendo desvios nesses recursos. Fui conversar com o delegado quando ele me convocou. E para surpresa minha, o delegado pediu para esclarecer que convênio era esse, o que eu fazia, e antes de eu acabar de falar o delegado puxou uma série de papéis que já estavam na escrivaninha dele, e mostrou que ele já tinha antecipado uma checagem dessas denúncias. E que essas denúncias eram todas improcedentes. Já sabia que eram improcedentes, mas como houve denúncia ele tinha que cumprir o papel dele de me interrogar, não poderia se negar. E me fez a mesma pergunta, foi uma coisa que parece até de filme, parecia que eu estava em um cinema. A mesma pergunta que o delegado do DOPS fez quando estava preso em Londrina: "o que é que a reitoria tem contra o senhor, que nós queremos lhe soltar e eles dizem pra não soltar, pra apertar mais", esse delegado me fala "o que que eles têm contra o senhor? Fui checar e não aconteceu nada disso. Isso não é verdade. O senhor está cumprindo o convênio muito bem". Então, o delegado de Polícia de Londrina, de novo me falou isso e me liberou na hora. Isso estou relatando para vocês porque isso foi funcionando na minha cabeça ao lado da restrição da administração nas unidades de saúde, de Paiquerê, na zona rural, a restrição administrativa, retenção de pessoal para trabalhar nesses postinhos, compra de material de consumo e material permanente. Eu estava dizendo que o próprio projeto periférico nosso, com a Prefeitura, nossa meta era abrir mais unidades, mais bairros e mais distritos rurais. Que depois, felizmente, em outras gestões acabou sendo feito. Mas meu medo, naquele momento, final de 75, depois dessa ida a delegacia de Polícia de Londrina, o meu medo é que eles fossem acabar asfixiando toda a nossa experiência e a população ficaria desassistida por falta de condições dessas unidades de ter recursos humanos, de pessoal, de material de consumo, etc., para serem atendidos. Então esse acontecimento, agora indo para a sua pergunta, ainda no final de 75, início de 76, apareceu, também, uma indisposição crescente no gabinete do Reitor não só comigo, com meu trabalho de saúde coletiva, mas com outros colegas da Faculdade. Então a contratação de docentes, a substituição de docentes, recursos para os trabalhos normais para os departamentos cirúrgicos e clínicos, começaram a ser todos dimensionados de maneira diferente. Para aqueles departamentos cujos docentes apoiavam o Reitor e para aqueles departamentos, cujos docentes que não tinham apoiado a eleição do Reitor. Para os que não apoiavam era reprimida

qualquer tipo de satisfação de direitos de funcionamento dos departamentos. Houve uma tensão crescente com um grupo grande de docentes, depois em 79, alguns anos depois o gabinete do Reitor demitiu uns cinco, seis docentes, o Lúcio Tedesco, que vocês já conhecem, é um dos grandes cirurgiões pediátricos do Brasil, foi presidente duas vezes da Sociedade Brasileira de Cirurgia Infantil, um professor que participou de todos os Congressos de Cirurgia Pediátrica no país e no exterior, um baita de um nome, ele foi Secretário de Saúde em Londrina. O Lúcio e outros colegas, o Amorim, o Pareja, o Flair que fez uma grande carreira na Faculdade de Medicina, em São Paulo, no INCOR, eles foram todos demitidos. Então esta insatisfação e não era só comigo. Não tinha outra maneira de dizer, eram todos meus amigos. [Gestão do Oscar Alves]. Eles vieram para Londrina na mesma leva que eu vim. Eu até ajudei alguns deles até Londrina para largarem a USP e virem para a UEL. Isso aconteceu.

B: O senhor lembra a gestão? O reitor na época? O senhor não falou o nome.

N: Oscar Alves. Eu não fui demitido. A minha saída foi por minha iniciativa, porque eu percebi que meu departamento estava sendo atrofiado, sem reposição de docentes, sem apoio de material de consumo, nenhum apoio didático-pedagógico, e as unidades de saúde estavam sendo comprimidas. Aí eu percebi nitidamente que nossa experiência em saúde coletiva em Londrina ia perigar, ia zerar se eu permanecesse.

A: Professor, o senhor ainda estava na direção nesse período?

N: Estava na Direção do CCS. Eu conversando com meus colegas do Departamento de Saúde Coletiva em Londrina, os colegas estavam muito chocados, até sem jeito de conversar comigo, estavam também nos últimos meses percebendo, como eu também estava percebendo que estavam estreitando, apertando nossa garganta na vida do Departamento e na vida das Unidades de Saúde. Então toda essa experiência de Londrina, que já estava conhecida no país inteiro, uma das experiências de ponta no país, e até em nível internacional, pela Organização Pan-Americana de Saúde, essa experiência poderia zerar de repente. Esse constrangimento que tive em Londrina até o final de 75, todos ficaram sabendo no Brasil. Todas as Faculdades de Medicina, Departamentos de Saúde Coletiva. As Faculdades souberam o que estavam fazendo comigo e houve um momento que a OPAS (Organização Pan-americana de Saúde) com sua sede em Brasília me fez um convite para ser consultor na OPAS. Aí eu conversei com meus colegas de Departamento e pedi uma licença de um ano para dar uma chance desse estreitamento, de apertar a

goela de nosso Departamento, relaxar e eu voltaria depois dessa licença para Londrina. E fui para Brasília ser consultor da Organização Pan-Americana de Saúde. Mas ao contrário do que a gente esperava, estava torcendo, passou 76, inteiro, passou 77, inteiro, com o passar dos anos esse estreitamento foi mantido ou piorando, inclusive em 79, houve essa demissão de Lúcio Marchese com outros colegas em Londrina. Aí não voltei mais para Londrina, desisti de Londrina, aceitei um convite em Campinas, para a UNICAMP, e reiniciei lá a mesma trajetória que havia iniciado em Londrina. Já num patamar mais satisfatório porque eu já tinha sido consultor da OPAS então fui absorvido na Unicamp já num patamar de grande produtividade de grande realização. Agora do ponto de vista pessoal pra mim e pra minha mulher, Elza [Cotrim Soares], era professora de gastroenterologia recém doutorada, Londrina era não só um projeto de saúde coletiva, de política de saúde, Londrina era nosso projeto de vida pessoal. Eu, minha mulher e nossos filhos, foi muito doído para nós, foi a parte mais subjetiva, mais existencial que nós tivemos que cortar um projeto de vida nosso.

B: O senhor mencionou que foi interrogado pela polícia quando foi detido.

N: Quando eu fui detido eu fui interrogado no DOI-CODI em Curitiba.

B: Em Curitiba. E foi interrogado também no quartel militar em Apucarana?

N: Não, não. Apucarana foi só uma passagem. Pararam em Apucarana só para colocar mais presos no camburão da prisão.

B: O senhor chegou a ser interrogado diretamente pelos militares ou só no DOI CODI?

N: Fui interrogado. O DOI-CODI eram militares.

B: E o senhor, quando foi interrogado, sofreu algum tipo de violência física?

N: Não, não. Houve ameaças. Faz parte da violência, ameaça da violência física, ameaça psicológica. Mas vi, fizeram acareação comigo, por exemplo, e as pessoas que trouxeram para fazer acareação vieram se arrastando, sofriam tortura física, conversei com acareados que sofreram tortura física deles, não minha.

B: O senhor tem conhecimento, na época que o senhor foi preso, houve uma posse do DCE, o senhor teve conhecimento?

N: Sim, foi uma coisa tanto a nível pessoal quanto político, mas o importante foi o politicamente. Para surpresa minha, depois eu vim a saber, quando fui solto, que, em plena ditadura, houve eleição do DCE, em plena ditadura, e na cerimônia de posse da nova diretoria os novos diretores se recusaram a ser empossados pelo Reitor e fizeram um discurso em minha defesa, na frente do Reitor, e todo o movimento estudantil de Londrina se mobilizou em minha defesa, depois li os manifestos deles que foram extremamente politizados e maduros e não foi só em minha defesa pessoal, em defesa da democracia e de todas as outras pessoas que estavam passando o que eu passei, que eles se posicionaram. Uma posição política contra a ditadura e contra os prepostos da ditadura, foi o manifesto daquele movimento no gabinete do Reitor e o gabinete era um preposto da ditadura. Esse ato de coragem naquela ditadura, vocês também são de uma geração seguinte pelo que vejo aqui, pelas fisionomias de vocês, mas no tempo da ditadura estudante que fazia isso era muito provável que iria ser preso, perseguido e também torturado. Então o ato de coragem desses estudantes foi absolutamente impressionante. E outro movimento que depois vim a saber foi que os docentes do CCS fizeram um abaixo-assinado a meu favor, pedindo minha libertação, argumentando em minha defesa e que tipo de pessoa eu era, que tipo de colega que tipo de docente eu era, nesse abaixo-assinado a todas as autoridades. Teve só um docente que não assinou este abaixo-assinado.

B: Nós temos conhecimento, eu quero colocar isso para o senhor, mas teve, por exemplo, membros do Movimento Estudantil, daquele período, que prestaram depoimento para esta Comissão [da Verdade da UEL] e acredito que o impacto dessa manifestação do DCE talvez tenha sido o fator mais importante para que o senhor não tivesse sofrido tortura física.

N: Não tenho dúvida. Ou por não ter sofrido tortura física ou por ter sido solto, ou as duas coisas juntas, não tenho dúvidas de que o movimento dos estudantes foi decisivo. E por sinal nessa época estava havendo movimentos similares

estudantis contra a ditadura em várias outras capitais do país. A partir de 75, começou a aumentar a mobilização, toda a sociedade contra a ditadura. Para quem acompanhou a política no tempo da ditadura lembra que o presidente do Brasil, na época o militar, que era o Ernesto Geisel ele participou de uma tendência no meio dos militares contra as torturas, contra os exageros que estavam sendo cometidos. Houve um racha no Exército e uma queda de ministros militares, os campeões da tortura. [8] A frase que se simbolizava era o “Prende e arrebenta”, havia uma ala dos militares que usava o jargão na época. Esse movimento, dentro dos próprios militares, começa a se perceber que estava sendo desinteressante para os próprios ditadores a continuarem naquela violência, isso deve ter havido pressão externa também, comércio exterior na relação do país com outros países no mundo inteiro, então aí tem toda uma análise política em torno disso. A partir de 75, houve aquele jargão “lenta e gradual”, “abertura lenta e gradual”, isso foi no 2o. quinquênio dos anos 70, que acelerou nos anos seguintes, na década seguinte, nos anos 80.

B: O senhor falou da demissão do Prof. Lúcio Marchese e de alguns outros docentes que, junto com ele, foram demitidos.

N: Eram docentes que conferiam ao Departamento de Cirurgia do CCS um brilhantismo nacional. Eram “top” de pesquisa cirúrgica, clínico-cirúrgica, nas suas várias áreas de cirurgia torácica e abdominal. O Lúcio era de cirurgia infantil, era de primeiro time nacional em pesquisa e resultados práticos do nosso Hospital Universitário. Então o Lúcio foi demitido, o Amorim, era da cirurgia geral, o Pareja era da cirurgia geral e José Mário da cirurgia vascular. Tem um ortopedista, Axel, parece o nome dele e o Flair que era gastro clínico, que era clínico do aparelho digestivo que fez uma carreira muito grande, foi para a Espanha, voltou ao Brasil, foi para a USP, então era um time de primeira que foi demitido.

B: O senhor conheceu o Tsutomo Higachi?

N: Lembro. Mas não sei dele.

B: Ele foi mandado embora antes, uma leva anterior ao Prof. Lúcio. Foi em um período anterior.

N: Ou soube e esqueci já faz muitas décadas, me lembro do Higachi mas escapou aqui...

B: Ele faleceu há mais ou menos um mês de Covid. Ele também foi mandado embora.

N: Essa questão de mandar embora é um ponto muito específico muito concreto. Muitas vezes pior que mandar meia dúzia embora ou uma dúzia, eram as dúzias que ficam dentro, que ficam sob um clima de abafamento de criatividade ou de ousadias onde a Universidade é o melhor ambiente para se usar, ser até iconoclasta, de romper limites em termos de pesquisa e de busca de verdades de novas verdades, não só na Medicina, mas em todas as áreas do conhecimento. Essa liberdade universitária, o peso em cima dela talvez seja um crime maior contra a sociedade do que meia dúzia de demitidos.

Correção ortográfica

B: Prof. Nelson tem uma questão que me parece, por exemplo, interessante, que no caso da demissão do Prof. Lúcio Marchese e outros tantos que compunham aquele corpo de cirurgiões havia também um confronto interno aqui entre blocos locais ligados a um médico, que foi prefeito aqui na cidade, chamado Dalton Paranguá, e havia também aqueles que eram aliados ou próximos ao Governador Ney Braga. Parece que havia duas tendências de conflito em busca de espaço político local.

B: Sim, sim.

B: A demissão do professor Lúcio Marchese e aqueles outros professores deveu-se por conta de perseguição ideológica ou de favorecimento de tendências internas e locais? O que que o senhor acha?

N: A sua pergunta se refere a um ambiente de posicionamentos políticos e de posicionamento de pessoas que não têm peso muito grande político e de pessoas que têm muito peso político. Eu não tenho uma clareza muito grande de qual foi dessas alternativas, a minha tendência é que a primeira alternativa é a mais provável, quer dizer, o grupo que foi demitido foi o que explicitamente se posicionou contra o reitor, quando ele ainda era candidato a reitor. Feriu muito ele. Aí tem um pouco de subjetividade porque para quem conviveu com as pessoas e conviveu com o reitor, o ex-reitor Oscar Alves, ele tinha uma personalidade extremamente centrada na questão do poder. Ele era de falar baixo, não era de falar alto, de gritar, não era da briga explícita, aberta, pelo



poder, ele era muito articulado e a democracia tem lugar para isto também, tem lugar para os tipos que lutam pelo poder, todos os tipos que exercem o poder. Eu, pessoalmente, não tenho nenhuma reticência a isso não, mas o Oscar se sentiu muito ferido porque a perspectiva dele na luta para ser reitor, para estar na lista do Conselho Universitário para ser primeiro lugar, para ser reitor, implicava em praticamente 100% de apoio entre os docentes médicos. Ele não abria mão, de fechar a área da saúde a favor dele. E a grande maioria dos chefes de Departamento, a grande maioria dos docentes não fechava com ele. Ele não tinha essa popularidade, esse apreço, essa relação pessoal mais construtiva, de confiança, com a maior parte dos colegas. E a maior parte dos colegas ficavam silenciosos num momento destes. E é o acontece numa ocasião dessas, a maior parte fica silenciosa, não torcem abertamente para um ou para outro, porque sabem que quem ganhar não vai querer ficar contra, então é uma autopreservação de muitas pessoas. Mas alguns colegas nossos, exatamente os colegas que tinham mais segurança, mais maturidade política, mais confiança no seu ego, eram colegas mais respeitados, não só em Londrina como nacionalmente, esses colegas abriram o jogo que eles estavam contra o candidato Oscar na época. Esses colegas da cirurgia, que foram demitidos, depois faziam parte desse grupo que explicitaram sua posição política na torcida para quem iria constar da lista. Tanto que o Oscar acabou tendo no Conselho Universitário uma maioria de 1 ou 2 votos somente. Quase que não pega a maioria dos votos, isso também faz parte do jogo democrático. Agora o que não faz parte do jogo democrático é a vingança, que vem depois, de usar o poder para exercer uma retaliação, uma retaliação feroz em cima de quem não apoiou, é um dado que testemunhei, que percebi.

A: O senhor saiu ainda, da Instituição, ainda na gestão do Oscar ou já na gestão do Pinotti?

N: Saí na gestão do Pinotti, porque eu pedi um ano de licença. Eu pensava que aquilo iria arrefecer, que usando o jargão que “a maré ia baixar”, que as ondas iriam abaixar que iria sossegar... o que eu tinha mais medo era de haver uma dissolução de toda nossa experiência de saúde coletiva em Londrina, que era uma experiência de conhecimento nacional e Londrina deveria continuar a ser um dos pilares de implantação e de implementação de todo o sistema de saúde em nosso país, o que realmente aconteceu. Acabou acontecendo [SUS]

A: Só uma observação é que nas demissões que ocorreram durante a gestão do Pinotti eles foram readmitidos, segundo informações do professor Lúcio. Depois foi aberta uma comissão e o processo se prolongou até que eles [9] foram demitidos na Justiça.

N: Sei que o Lúcio até fez concurso novamente pra UEL. O Lúcio Tedesco.

A: O Lúcio entrou depois novamente, mas o processo se prolongou para além do episódio da demissão imediata e adentrou a gestão do Reitor Pinotti que era quase que uma continuação da gestão do Oscar.

N: Era. Mas nessa questão do norte do Paraná, na pergunta que o Cesar fez, havia um contencioso não só na política da Universidade. Havia um contencioso em Londrina, entre ARENA e o MDB, que era o contencioso no Brasil todo, na ditadura havia somente dois partidos. O partido da situação, que era a ARENA e o partido da oposição que era o MDB, o antigo MDB, que não é o MDB de hoje, o antigo MDB, que cobria todas as forças democráticas, as lideranças democráticas e todo o pluralismo, o MDB era um partido extremamente plural que albergava todas as forças contra a ditadura. Então um aprendizado meu, político partidário, quando eu morei em Londrina é que no norte do Paraná, não só Londrina, o norte do Paraná predominava o antigo MDB, cuja maioria da população era de imigrantes, mineiros, paulistas e outros estados que migraram na onda do café, se diferenciavam no tipo de cultura política, de cultura geral, do chamado sul do Paraná, da araucária, dos pinheirais, e o sul do Paraná, na hora da ditadura, ele se alinhava mais com a ARENA. Os governos estaduais eram mais da ARENA. O Ney Braga, que foi Governador, foi ministro na ditadura, era Arena. Então havia uma certa disputa entre o sul e o norte do Paraná. Esse ambiente de disputa política também, eu acho saudável, é da democracia, uma coisa muito viva, e o Dalton Paranaguá foi deputado depois Prefeito de Londrina pelo MDB e o como o Dalton, tinham várias outras lideranças pelo MDB, o Belinati que veio a ser prefeito depois, o que eu vim a saber depois quando não estava mais em Londrina, mas como sempre ia para Londrina participar de eventos da Saúde, de defesas de teses, participei de muitas defesas de teses, palestras, debates, umas duas vezes por ano continuei em Londrina acompanhando, participando de eventos e nesse acompanhamento eu percebi que ainda na ditadura era um objetivo político da ARENA tomar a prefeitura de Campinas [na verdade Londrina, um equívoco do prof. Nelson] pela Arena e não pelo MDB e houve uma mobilização, eu soube pelo lado do MDB, que houve uma mobilização para garantir que continuasse o MDB, e o Dalton Paranaguá já era ex-prefeito, ele nem pensava mais em voltar para a política, para ser eleito, mas lembro dele comentar comigo que estava participando de uma série de reuniões em Londrina para não deixar a ARENA fazer o prefeito. Nessas conversas, com outras pessoas, também vim a saber que o candidato pela ARENA seria o ex-reitor Oscar Alves. Seria um dos prováveis candidatos da ARENA, o ex-reitor Oscar Alves. E, também não estou aqui colocando como fofoca, mas era democracia, todos os partidos na democracia têm o direito de colocar os seus candidatos. A luta democrática está acima dessas coisas. Mas

só quero referir que houve também mágoas e perseguições não só ao Lúcio, mas a demais colegas na área de saúde por conta também desse outro tipo de disputa que foi a Prefeitura de Campinas [Londrina] que a ARENA não conseguiu, os candidatos, representantes de partidos conservadores não conseguiram tomar, não venceram.

B: Professor, o senhor teve conhecimento de uma espécie de intervenção militar que ocorreu no Hospital Universitário? Inclusive com gabinete militar lá dentro do H.U.?

N: Não. Conscientemente agora não. Posso ter sabido e ter esquecido porque além de estar com idade, estou com 84, de vez em quando eu me pego esquecendo algumas coisas que não deveria estar esquecendo. Mas mesmo durante a ditadura e após o número de eventos e acontecimentos políticos militares favoráveis e desfavoráveis, de intervenções da ditadura e contra a ditadura foi tão grande, foram tantas situações que aconteceram que eu me pego não lembrando, aí alguém me lembra, mas neste momento honestamente não me passa nada.

A: Professor uma questão: foi criado então aquele organismo a agência de inteligência na UEL durante a gestão do Oscar...

N: Assessoria de Segurança e Informação.

A: Foi instituído aí todo um coletivo de vigilância, o senhor se recorda de alguns agentes de segurança ou que faziam essa vigilância na UEL que de alguma forma trabalhavam vinculados diretamente ao gabinete e faziam esse trabalho de informação dentro da Universidade?

N: A única experiência que tive com eles, foi uma experiência leve, muito leve. Sei que eles tinham umas duas ou três salas no prédio da reitoria. Eu via, cumprimentava, conhecia eles pessoalmente. Toda a vez que ia ao gabinete do reitor, por questões funcionais, era Diretor do CCS, ia diversas vezes ao gabinete do reitor, e quando tinha reunião do Conselho Universitário tinha que passar pelo gabinete também, cumprimentava cordialmente e eles sempre foram muito cordiais comigo. Na rotina do meu trabalho por duas vezes um deles, que acho era o mais graduado que coordenava a ASI, foi visitar nosso trabalho e foi muito

cordial visitando nosso trabalho muito educado e pessoalmente nunca tivemos uma situação tensa com eles. Eu diria até, já sabia que eles eram da ASI, então eu até me desdobrava, alimentando-os com muito mais informação com muito mais detalhes do tipo de trabalho nosso, no fundo eu até um pouco, narcisicamente, eu até achava que podia ganhar eles para a nossa causa. Isso acontecia e acontece até hoje, se a gente tiver coerência e bastante sinceridade e bons propósitos no trabalho público e não formos arrogantes e usarmos palavras adequadas para compartilhar nosso trabalho, o entusiasmo de nosso trabalho a outras pessoas, muitas pessoas se entusiasma. É um trabalho muito cativante esse em unidades periféricas e que não é uma medicina de segunda categoria para os pobres, é um trabalho articulado com retaguarda das melhores especialidades. Só que nós sabemos que cientificamente nós resolvemos 80-90% das necessidades nesse trabalho periférico. Então essa é uma conversa muito agradável de explicar e de detalhar a qualquer visitante a qualquer pessoa. Então fiz isso com eles. Lógico eles acabaram não aderindo ao trabalho, mas eu constatei que eles eram até um pouco simplórios, eles não tinham preparo mesmo sendo militares, eles estavam numa ASI, eles poderiam ter passado por algum curso,<sup>[10]</sup> um pouco mais exigente, mas lembro que fiquei com essa imagem que eram simplórios do ponto de vista até intelectual para conversar uma série de coisas, que eu respeitei totalmente isso também. Então nunca houve ... no fim o trabalho de repressão ele tem os mandantes, que são os intelectuais orgânicos da ditadura e tem os executores então não dá para ter raiva deles.

NI: Durante essa época que o senhor esteve na UEL, o movimento estudantil era muito forte, muito organizado. Tinha influência no movimento estudantil nacional. Havia muitos quadros entre os estudantes que faziam o movimento estudantil, na UEL, tanto é que vários deles se projetaram na luta democrática do país e em Londrina, na região, no Estado, mas ele era sobretudo forte na Medicina. Lá no CCS, sobretudo na Medicina. Lembro que quando entrei como estudante na UEL em 1978, os presidentes de DCE se sucediam oriundos da Medicina. Quando entrei o presidente eleito foi o Carlos Augusto Dias, não sei se nessa época o senhor já tinha saído. Mas a minha pergunta é a seguinte, havia uma interação forte entre esse conjunto de professores da Medicina, engajados, progressistas, com ideia de transformar a Medicina numa ação coletiva, havia interação? ou havia organicamente ligação entre esses professores e estes estudantes da Medicina de tal forma que isso os impelia a praticamente comandar o movimento estudantil, dentro da UEL? ou era algo mais subliminar que os próprios estudantes se espelhavam nos professores por conta da sua atividade? Ou existia alguma coisa mais orgânica entre professores e estes estudantes?

N: Não, não existia uma ligação política orgânica entre docentes e alunos. A minha interpretação, e aí eu friso que é minha interpretação, já que nunca fiz uma pesquisa na área das ciências políticas para ver essas causalidades e fatores, mas na minha trajetória toda, política, eu interpreto essa ligação como extremamente sólida e profunda porque os estudantes desde o 1o. ano, nosso Departamento de Saúde Coletiva começava a dar aulas desde o 1o. ano, até o último ano, e dava aulas junto com os outros departamentos, chamados departamentos clínicos, onde se aprende todas as especialidades de Clínica Médica de todos os órgãos de nosso corpo e os departamentos cirúrgicos, onde todas as especialidades cirúrgicas são ensinadas e tradicionalmente por décadas e décadas, é uma tradição secular, o ensino médico em nosso país ele vem de uma raiz muito tradicional onde a saúde pública é separada da clínica, tanto clínica-cirúrgica, como clínica- médica, a saúde pública só prevenir, e as clínicas médicas e cirúrgicas são só pra curar, e essa separação é do ponto de vista teórico e intelectual e profissional uma separação mentirosa. Uma separação imposta. E essa junção, essa mistura salutar de conhecimentos e práticas preventivas e curativas simultâneas, isso é a base como falei no começo, é a base doutrinária, base conceitual e até a base científica de criação de todos os melhores sistemas de saúde do mundo, sistema inglês, sistema da Noruega, na Suécia, Escandinávia, sistema da maior parte da Europa, do Canadá, do Japão, do oriente. Esse ensinamento científico sincrético entre prevenindo e curando simultaneamente foi bastante expandido. Então o que aconteceu? Londrina quando nosso grupo chegou, digo nosso grupo porque não foi só o nosso grupo do Departamento de Saúde Coletiva, foi um grupo de médicos especialistas clínicos, de nefrologistas, cardiologistas, gastroenterologistas, pneumologistas, e um grupo de cirurgiões, do tórax, cirurgião, de neurocirurgia abdominal, cirurgia vascular, todas essas especialidades nós chegamos mais ou menos misturadas em Londrina. Nós chegamos com uma proposta única, então os alunos desde o 1o. ano eles conviviam com os colegas, os especialistas da área clínica elogiando nosso trabalho de Saúde Coletiva nos postos e os alunos do 3o. ano que já frequentavam o Hospital, Pronto Socorro e Ambulatórios, eles escutavam frequentemente de seus professores especialistas que chamavam a atenção, que os doentes que vinham encaminhados dos bairros que tinham postos de saúde, eles tinham um quadro clínico diferente, mais fácil de entender de diagnosticar e curar do que os doentes que vinham de lugares onde não existiam postos de saúde. Então esse casamento entre as especialidades e uma boa clínica feita lá fora junto a população e, também, prevenindo, esse casamento, os alunos de Medicina, eles assistiam na prática, não era teoria. Eles assistiam na prática desde o 1o. ano. Isso pode parecer que não é nada, mas é altamente revolucionário, para a prática de saúde é altamente revolucionário. Tivemos ex-alunos que não fizeram saúde pública, fizeram-se especialistas em outras áreas e foram ser secretários de saúde em vários municípios Brasil afora. Eu tive esse retorno dezenas de vezes. E foram secretários de saúde de ponta, que se destacaram no meio de secretários de saúde. Então o ensino nosso nasceu integrado de prevenir e curar simultaneamente isso foi muito revolucionário como postura entre os alunos, então essa postura nós colocávamos para os alunos o

que é política de saúde, o que é o sistema público de saúde, então todos os médicos de qualquer que fosse a opção por especialidade deles, ele se formava em Londrina com uma crítica muito consistente de como a nossa política de saúde do Ministério, das secretarias estaduais, municipais são políticas atrasadas. Como nós temos sistema de saúde atrasado. Eles saíam com a ideia na cabeça de querer um sistema de saúde do nível europeu como é o sistema inglês, o mais emblemático. Nesse sentido eu não tenho dúvida que nós contribuimos para uma postura muito liberal dos alunos, muito sem reservas dos alunos, eu diria até iconoclasta dos alunos, que fugia do radicalismo, não é nem extrema esquerda nem extrema direita, nós nunca usamos rótulos políticos com os alunos. Mas eu posso colocar para vocês, que nós éramos radicais pelo chamado estado do bem-estar social europeu, construído na Europa após a 2ª Guerra. Os países europeus, um atrás do outro, vocês sabem que o estado de bem-estar social foi construído na Europa depois da segunda guerra mundial e ele se baseava numa intervenção pública para os direitos humanos, o empresariado e a vida do capitalismo corria solta na Europa e corre até hoje até um limite, o limite dos direitos humanos básicos, não é qualquer direito humano, são os básicos: educação, saúde, moradia, e que hoje, inclusive, está em grande debate na Europa novamente. Mas o estado do bem-estar social era nossa meta e nossos alunos não tinham esse rótulo na cabeça, estado de bem-estar social, mas eles tinham como a vida ideal da sociedade e da relação do Estado com a sociedade. Isso eles tinham muito claro.

A: O projeto da ditadura militar, se é que se pode chamar de projeto, era privatista, e hoje o SUS também continua ameaçado, da mesma forma, com esse aspecto da privatização sempre rondando, os hospitais universitários já estão sendo administrados por uma gestão centralizada...

N: A tendência é ... tudo que vai privatizando vai centralizando.

A: Já é uma espécie de organização a parte dos Centros e das Instituições de Ensino, a gestão dos hospitais, e isso acaba, também, refletindo na autonomia que sempre foi uma briga muito grande interna das Universidades. Professor só mais uma questão voltando um pouco naquele momento da sua vida na universidade, no seu momento aqui na Universidade, o senhor lembra da data da prisão?

N: Eu sei que foi no mês de outubro. Fui preso em outubro e saí em outubro. Foram vinte e dois dias.

A: Foi uma prisão ilegal do DOPS, não é?

N: Sim. Somando, no DOPS eu oito ou nove dias. No DOI-CODI eu fiquei uns oito ou nove dias e o outro tanto, foi meia a meia, foi no DOPS. E tudo dentro de outubro.

A: Essa demanda aqui da Comissão da Verdade da UEL é, também, de alguma forma, um braço, uma extensão da Comissão da Verdade Estadual, nesse universo de recuperar essa memória da ditadura militar, inclusive vítimas desse processo de perseguição política, o senhor chegou, em algum momento, a depor para a Comissão Estadual?

N: Não.

A: O seu nome aparece lá, o motivo de sua prisão, e aparece como testemunha o primeiro reitor, professor Ascênsio [Garcia Lopes], ele não chegou a depor para a Comissão, mas ao que parece, ele entrou como testemunha da sua prisão.

N: Foi uma posição muito digna

A: O senhor teve um relacionamento muito próximo com o 1o. reitor [Ascênsio], o senhor poderia falar um pouco sobre o que o senhor comentou no início da entrevista, dessa articulação da criação do curso, da Faculdade de Medicina, e da própria Universidade, com o professor Ascênsio? O Prof. Baldy, também, já deu longos depoimentos, já escreveu sobre esse período, gostaria de saber um pouco do senhor em relação ao clima da época e em função dessa mudança brusca, do professor Ascênsio e depois escolhido por um grupo, a entrada do professor Oscar o que houve dessa ruptura na administração da UEL?

N: A minha relação com o Prof. Ascênsio foi mais ou menos curiosa nesse sentido, ele me convidou pessoalmente para vir a Londrina. Na época eu era professor na FMUSP tinha acabado de fazer doutorado na Faculdade de Medicina da USP e já gostava de Saúde Pública e lá na USP uma das práticas que eu assumi era iniciativa com alunos. Alunos que estavam passando do 2o.

para o 3o. ano do ensino médico eles já tinham tido disciplinas que lhes davam base científica suficiente para eu treinar esses alunos no mês de janeiro na ida deles para o 3o. ano médico. Janeiro era mês de férias. Então os alunos se organizaram e criaram uma expedição científica, criada por eles, eles chamavam de Bandeira Científica. Eles pediam para um docente instruí-los para fazer uma pesquisa de campo em qualquer lugar do Brasil. Esses estudantes através do Centro Acadêmico eles providenciavam a viagem aérea ou de trem e a estadia para o docente. Poucos docentes topavam uma coisa dessa. Eu topei, fui em inúmeras Bandeiras Científicas com alunos entre 2o. e 3o. ano que era uma pesquisa extracurricular, no tempo de férias, mas que eles publicavam em revistas científicas, eram trabalhos de levantamento científicos muito sérios muito importantes e que se dirigiam diretamente para as populações de zona rural, mais pobres do Brasil. Então só para vocês terem uma ideia eu fiz Bandeira Científica na fronteira do Piauí com Ceará, na Serra do Ibiapaba, pesquisando endemias da região, fiz no interior da Bahia duas vezes, fizemos no interior de Goiás, hoje Tocantins em Palmas, fizemos pesquisa lá. Fizemos no interior de Alagoas, inúmeras pesquisas, em lugares extremamente pobres do país. Mas com todo o rigor científico eu me relacionava com os institutos de pesquisas desses Estados, com docentes desses Estados, eles davam todo o apoio, e nós fazíamos pesquisas de campo com alunos. Estou colocando isso porque meu nome entrou no conhecimento do pessoal de Londrina, aí os alunos de Londrina pediram para fazer isso com eles. O Centro Acadêmico de Londrina pediu já nos primeiros anos deles. Eu me coloquei a disposição, aí conheci o Ascêncio que me fez o convite. “Vem um professor da USP que tem conhecimento disso para fazer prática com vocês”. Aí o Ascêncio arrumou um ônibus, enchemos de alunos e fomos em Paiquerê. Ficamos lá uns 4 ou 5 dias fazendo pesquisa com toda a população de Paiquerê. Desde exame de fezes, várias dosagens sanguíneas, de tuberculose... Isso aconteceu dois anos antes de eu ir pra Londrina. E voltei para São Paulo sem nenhum problema. E dali um ano e meio se comunica comigo e quer que eu vá assumir o Departamento de Saúde Coletiva. Só saí da USP para Londrina porque eu pessoalmente estava com problemas políticos em São Paulo. Com o DOPS de SP e com o DOI-CODI de SP também. Como eu tinha um passado estudantil muito evidente, muito óbvio e eu não estava mais com as mesmas práticas de militância política que eu tive quando estudante, mas estavam prendendo tanta gente em SP e eu vi que estava sendo vigiado, meu trabalho estava sendo vigiado. Então eu, com minha mulher, Elza, conversamos e achamos que seria uma boa oportunidade de fazer alguma coisa nova e viemos para Londrina.

A: O senhor chegou a comentar algo, a respeito disso, com o próprio reitor Ascêncio, não?



N: Comentei. Ele sabia. Mas comentei sem entrar em detalhes. Falei isso para ele, mas ele foi extremamente liberal, liberal no bom sentido. Ele falou desde que não se passe de certos limites e não ponha a perder nosso projeto de Faculdade, de Universidade, se os limites estão dados são estes que você está falando... então fui para lá com esses propósitos e assumi com esses propósitos mesmo. E nessa época já tinha na cabeça essa ideia... para fugir de qualquer aventura ideológica ou aventura obscurantista contra nós, eu vi que os rótulos são muito perigosos... então eu adotei o rótulo de estado do bem-estar social, sistema de saúde inglês, sueco, espanhol, italiano, e era verdade não era uma tergiversação, era verdade. Então a nossa militância em Londrina foi toda a do estado do bem-estar social, sem esquerdismo radical e sem direitismo radical. Mas ainda assim conseguiram pegar, porque quando alguém está com a força e quer pegar, pega. E acabaram me pegando e ainda bem que o próprio sistema de interrogatório ficou do meu lado... os próprios interrogadores por mais que me interrogasse... e iam checar... eles tinham um sistema de checagem detalhada na época, checavam todas as minhas respostas e confirmavam. Tanto no DOI-CODI como no DOPS, a tal ponto que me falaram isso no final que eu até posso passar por mentiroso porque é uma coisa estapafúrdia até um delegado em plena ditadura, do Estado do Paraná, do DOPS, dizer “o que que a sua reitoria tem contra você?”, ele até estava se pondo em risco... só estou falando isso agora, nos últimos anos, não falei isso na época. Não contei pra ninguém isso. Porque aí esse delegado ia me desmentir e aí podia ser pior a coisa. A mesma coisa o delegado de Londrina falou para mim quando fizeram a acusação de prevaricação da minha parte, ele checou viu que não era, que era mentira e aí que ele me interrogou e me deixou à vontade. Mas aí quem faz isso, quem está emitindo esse tipo de acusação está disposto a tudo. Aí eu fiquei com medo. Fiquei com medo mesmo.

A: O sistema de checagem deles pelos documentos foram liberados do DOPS em 2004, a gente teve acesso, eram bastante precisos no sentido de que eles sabiam quem estavam procurando... então os agentes que foram assassinados inclusive alguns aqui nesse episódio que ocorreu da Operação Condor, está relatada no Relatório da Comissão Estadual da Verdade foi uma emboscada que armaram para alguns dirigentes que foram mortos, enterrados e os corpos até hoje não foram localizados... Então havia essa clareza com relação a quem eles estavam procurando e evidentemente que muito mais pessoas foram vigiadas do que realmente interrogadas e torturadas mas houve, também, pessoas que passaram por essa situação...

N: Sim. Eu posso dizer para vocês agora, por exemplo, que quando estava preso naqueles, vinte e um a vinte e dois dias, que eu estive preso em Curitiba num desses dias houve um suicídio de um ex-torturado, suicidou-se porque na tortura

ele abriu, falou coisas que ele não queria falar e suicidou-se dentro da cela. Ditadura não é para brincar não.

A: Isto tudo é muito triste, mais triste ainda em função do fato que a Lei da Anistia não permite a gente investigar e punir a fundo aqueles que foram responsáveis por esses atos

N: É verdade

B: Colegas, alguém tem mais alguma pergunta? ... Prof. Nelson, o senhor gostaria de deixar uma última mensagem nessa entrevista?

N: Acho que a mensagem é pelo jeito que falei para vocês e declinei pra vocês a idade que eu tenho e estou militando até os dias de hoje, estou com 84 anos passo várias horas por dia trabalhando, preparando palestras, participando de palestras, agora até a distância e com gerações mais novas, com ex-alunos eu tenho duas a três gerações depois da minha que estão militando também. Então a militância por uma boa causa desde que não seja militância sectária... as militâncias sectárias, elas guardam muito rancor, muita mágoa, acabam fazendo mal e não viram militâncias com bons frutos para a sociedade. Então a militância a favor da justiça social ela tem que ser uma militância enriquecida com reflexões para o lado do bem, para o lado da paciência histórica e não brigar para ver os resultados da militância ainda vivo. Eu posso ver e não vou ver os resultados da minha militância, depois de eu estar morto, mas vale ficar plantando semeando sem poder colher. Quer dizer, quem acredita no processo histórico e acompanha, se informa e vai acompanhando como foram as sociedades há séculos ou há milênios atrás e como estão sendo nesse século e que prognósticos que nós temos para o futuro... os prazos históricos não são nossos prazos pessoais, não são, também, os prazos dos partidos, nenhum dos partidos, nem partido de esquerda, nem partido de direita, nem partido de centro, eles têm os prazos dos dirigentes de plantão deles, mas não os prazos históricos. Os prazos históricos muitas vezes até nos surpreendem, nós temos que ter confiança no processo civilizatório e partir para semear e vamos morrer contentes. Então essa é a minha mensagem dos meus 84 anos, eu deixo e digo pra vocês, eu fiz contatos com Oscar Alves depois da minha prisão e fui testado nisso. Um dia ele pediu uma audiência comigo, no cargo que eu tinha no Ministério da Saúde em Brasília. E conversei normalmente com ele, evidentemente não concordei com o pedido que ele estava me fazendo, muito menos eu executaria o pedido que ele me fez no sentido de atuar no reconhecimento de umas escolas ligado ao Ministério da Educação, mas ele

sentou num banco de espera, esperou eu sair da minha sala e humildemente, sentadinho lá, ele me esperou e quando fui conversar com ele eu não acreditava que estava conversando com aquela pessoa que eu sei... que eu tinha uma imagem do que ele foi em relação a mim...

A: Foi seu algoz...

N: Pois é, mas aí a gente tem que levar como lição... eu comprovei que eu não tenho nada de vingança. Poderia ter coisas de vingança e não tive e nem saí comentando por aí que ele foi pedir audiência para mim... e deixei passar... acho que esses tipos de coisas são questões pessoais, se ele fez bobagem, quando era mais novo, na luta pelo poder que ele empreendeu a fazer e tentar anular e quebrar quem estava na frente dele... a vida deve ter ensinado bastante coisa pra ele... Não sou eu quem vai ensinar pra ele... muito menos vingar...

A: Muito embora professor ele continue ocupando posições importantes dentro da gestão do governo... recentemente rendeu algumas palavras aqui na UEL em função dessa retomada do ensino remoto... já está por trás dessas articulações. Quem uma vez se casa com o poder nunca mais abandona até ser tirado...

N: Até um certo ponto dá pra voltar atrás... muitas autocríticas que acontecem na prática... já vi muito... mas tem algumas pessoas que é coisa até de personalidade...

A: Não que seja uma questão pessoal, mas é uma questão política mesmo, estrutural... Eu tentei inclusive num contato com ele [Oscar Alves] para que ele pudesse depor com a gente mas houve uma reação muito forte, contrária, tem medo de se expor, sua imagem e que possa comprometer a situação atual dele, da família... o filho dele me ligou várias vezes me pressionando para que essas questões não viessem à tona ... então infelizmente muitos anos se passaram ... acho que quanto mais tempo, mais difícil fica para que essas questões possam ser trabalhadas de uma maneira a que essa memória não se perca... porque para o bem ou para o mal é importante que essas questões sejam conhecidas das pessoas que vivem esse tempo e não viveram aquela época

N: Eu tendo essa conversa com vocês eu estou achando assim muito simpática também, então vou me comprometer com vocês, através do Lucio Marchese, o primeiro e único livro da minha vida estou acabando de fazer um livro assim, um livrinho pequeno, que é a história do SUS, não vai ter praticamente nada de Londrina no livro, mas vai ser o nascimento do SUS, os trinta anos do SUS a minha experiência e as minhas reflexões acabando agora com a pandemia. O SUS e a pandemia, e a pandemia não só para o SUS, mas a pandemia para a sociedade... a pandemia não está sacudindo só o SUS está sacudindo a sociedade e os valores sociais também... então eu já mandei um primeiro rascunho para o Lucio e ele me deu umas ideias e me estimulou a fazer um livrinho... então através dele vou fazer chegar às mãos de vocês esse livrinho também...

A: Parabéns professor!!

B: Que maravilha!! Então nesse dia 28 de outubro de 2020, uma coincidência muito interessante, hoje é o dia do Servidor Público, é um belo dia uma bela coincidência para a entrevista com o Prof. Nelson, professor da UEL, atualmente professor da UNICAMP e uma grande referência. Nós estávamos tentando essa entrevista já fazia um tempo eu me dou por muito satisfeito e aos colegas também. Vou encerrar então a nossa entrevista. E interrompendo a gravação.

---

**COMISSÃO DA VERDADE UEL**

**ENTREVISTADO: Nelson Dacio Tomazi (N)**

**ENTREVISTADORES: Evaristo Colman (EV), Edson Holtz (E)**

**DATA: 12/04/2017**

**LOCAL: Sala das Comissões da Reitoria da UEL**

**DURAÇÃO: 01:23:80**

**TRANSCRIÇÃO REALIZADA POR: Beatriz**

**CONFERÊNCIA REALIZADA POR: Edson Holtz**

E: Tomazi, acho que para começar, a gente queria que você se apresentasse. Falasse um pouco sobre sua trajetória aqui na UEL, né? Você, acho que você não foi aluno aqui, né?

N: Eu cheguei na UEL em mil novecentos e setenta e cinco, mais precisamente quatorze de janeiro de setenta e cinco, eu sei que é quatorze, é porque se eu chegasse quinze eu não receberia o mês integral [risos]. Eu vinha de Buenos Aires. Eu tinha saído do Brasil em final de setenta e três, fui eu ia ao Chile porque eu tinha uma ligação, um aceite para fazer mestrado na FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais que estava no Chile. Aí em setembro teve um golpe no Chile e a FLACSO mudou para a Argentina. Aí em janeiro estava na Argentina para começar, aí a Argentina estava mais ou menos em convulsão, porque o Peron tinha voltado, era presidente, né? E o Peron morre em julho de setenta e quatro e da minha trajetória também estão envolvidos esses dois personagens. E aí a FLACSO sai, sai não, não consegue se instalar em Buenos Aires e vai para o México e eu estava com a minha esposa, né? E ela grávida e a gente não sabia o que, e ficamos lá até novembro quando aí recrudescer toda a questão política também lá com a Isabelinha já aquela coisa toda e a gente teve que voltar pra cá. Voltamos no final de novembro e a gente não tinha emprego, não tinha nada, né? E aí fiquei procurando alternativas e surgiu uma alternativa em Curitiba, outra em Maringá e aqui, que era trabalhar na área de planejamento. Foi quando eu vim pra cá. Trabalhar na área de planejamento.

E: Isso em setenta e sete, né?

N: Setenta e cinco. Janeiro de setenta e cinco. O reitor era o Oscar Alves, ele tinha ele tinha assumido acho que em junho, julho de setenta e quatro né? Depois a gente pode até conversar sobre isso, mas enfim, eu cheguei aqui pra trabalhar na área de planejamento. E aí, comecei a conhecer, pô, o que era a Universidade Londrina, né, já conhecia Londrina e coisa, não, nunca é universidade

E: Agora só um detalhe a área de planejamento seria na antiga APC, Assessoria de Planejamento e Controle?

N: Isso.

E: O equivalente hoje da PROPLAN.

N: É, a APC tem uma história que é a Assessoria de Planejamento e Controle, depois virou uma Secretaria de Planejamento e Controle e depois virou a Pró-Reitoria. Qual era a minha função aqui? Era o seguinte, aí eu acho que tem que contar um pouquinho de história lá. O que a gente encontrou? A gente encontrou uma coisa que eu não imaginava encontrar, né? Então só recapitulando um pouco, a universidade foi criada em setenta e um, certo? Mas ela foi implantada em setenta e três apenas. Então, se você analisar o que que é? É o auge da ditadura militar e da repressão na ditadura militar. Mas esse é o pano de fundo. Ela é a primeira universidade que foi aprovada e instalada no novo sistema da reforma universitária, não tinha nenhuma outra nesse sistema. Ela é a primeira com departamentos e colegiados, tudo separados porque na Universidade anterior não havia colegiado. Certo? Então essa separação e com a grande experiência que era o campus universitário fora da cidade, que tinha uma razão política de ser, que era para que os movimentos sociais e estudantil não bagunçasse a cidade. Então ela tem um modelo institucional perfeito, se forem lá dentro tem várias alternativas de organizar uma universidade, eles pegam o sistema mais puro. Então esse é o primeiro, entretanto ela tem um formato de fundação de direito público e não a universidade vinculada diretamente no estado, ela tinha autonomia, essa coisa toda. Mas é diferente quê? Quase na mesma época tem a universidade de Campinas, né? Que nasce também, que é vem aí um ano ou dois de diferença, mas nem pela diferença fundamental, eu sei por que o Zeferino Vaz que foi reitor lá, veio várias vezes aqui e a gente conversou. O Zeferino chegou para o governo do estado lá “eu preciso de duzentos doutores porque eu quero implantar uma universidade de peso, de ponta”. O Abreu Sodré, que era governador, disse para ele, “eu banco, pode procurar”. E é óbvio, com esse nascimento, você tem uma estruturação diferenciada, né. Aqui o que que aconteceu? Como é que se formou essa universidade? Existiam as antigas faculdades, então Faculdade de Direito, tinha Faculdade de Filosofia, tinha Faculdade de Medicina, tinha de Odontologia né? Eu tinha ali um conglomerado que era Economia, Contabilidade. Que depois veio formar o CESA, né? Eram tudo o quê? profissionais da cidade. Não eram professores. Com raríssimas exceções na Faculdade de Filosofia, né? Eram professores, eram formados por professor, mas os outros não, do direito, eram os advogados, da contabilidade, eram contabilistas, dos médicos, eram os médicos que já existia que isto aqui era faculdade de medicina, tem que lembrar isso, né aqui onde é o CCB e naquele bloquinho da reitoria, que a gente brincava que era a parte do hospício né [risos]. Então, veja bem, isso caracterizou um tipo de universidade. Que é essa é a sua origem. Então, se você pensar quando eu cheguei aqui, administrativamente isso aqui era um uma coisa assim precaríssima. Vou dar um exemplo tinha o reitor, né? E todas as demandas iam para o reitor, desde comprar vassoura.

E: O dono da firma.

N: Isso. Mas o dono da firma familiar, não que tenha. Ele decidia tudo. E era assim, era uma decisão muito louca sem planejamento nenhum. Por quê? Não existia protocolo. Sabe o sistema de protocolo que tem hoje? Não existia. Tinha

um papel e fazia uma coisa, mas cada um fazia o seu pedido e entregava. Então, onde é que está? Ninguém achava. Podia entrar na gaveta de qualquer um. Você imagina, aqui o Oscar dizia, “olha eu quero que você organize a assessoria de planejamento”. Assessoria de Planejamento era o quê? Era, ah, outra coisa, ele não tinha orçamento. Tinha uma, pegava dinheiro, vinha, tinha um caixa e aqui se fazia. Entrada, saída, tudo direitinho, né. Mas não tinha orçamento, isso que veio para isso, isso vai pra isso. Não. E naquele afã de se criar uma Universidade, se criou vinte e dois cursos na universidade no período de setenta e três, setenta e três, setenta e quatro. Vinte e três cursos em implantação que eu recebi. Então a cada semestre você saia correndo pra ver se tinha sala de aula pelo menos.

E: Professores

N: É, professores. Um curso em implantação, né? Engenharia precisava de laboratório a os engenheiros, quem eram? Os engenheiros da cidade. Então isso caracteriza um tipo de aquilo que eu chamo de uma Universidade paroquial da cidade. Então era a Universidade de Londrina deve ter sido assim também em Maringá, deve ter sido em Ponta Grossa. As três foram criadas juntas, o mesmo decreto, né? E talvez não tenha. É uma situação inusitada, mas ao mesmo tempo tinha tudo pra fazer. Então, ao mesmo tempo que tinha essa coisa, você podia pensar em alguma coisa e organizar e vamos tocar essa universidade, vamos construir alguma universidade. Em cima disso, podia se dizer que tinha um projeto de universidade, correto? Tanto é que com o Oscar mesmo já surgiu um plano institucional de capacitação docente, o chamado PICD. Por quê? Pensar em pós-graduação era uma coisa em que também alguns departamentos quando a gente começou a montar esse plano e até tinha dinheiro do Governo Federal e tinha departamento que não queria, “ninguém vai pra fazer pós-graduação” e o sistema de contratação na época por ser fundação de direito público era, o reitor podia contratar a hora que ele quisesse quem ele quisesse.

E: Era CLT

N: Sim, CLT. Então tínhamos concursos, mas o reitor não precisava contratar o primeiro. Isso aí vai ter óbvio, era conhecido, tinha alguma posição principalmente na área médica, ele era médico né? Um cortava colocava outro tal, certo? Então veja bem, essa é a situação da universidade que era tocada meio, não só pelo Ascêncio, mas mesmo pelo Oscar, né. Mas só que o Oscar já queria se institucionalizar essas coisas, criar um plano de capacitação docente, assessoria de planejamento, vamos dizer, tem a parte física, depois tem essa outra parte, a parte que a gente começou a mexer com recursos humanos, tal, como é que contrata a gente? Cada chefe do departamento, o diretor ia lá com uma licença, “ah, quero contratar tanto”. Se precisar ou não o reitor decidia e pronto. Então é fica difícil você pensar uma universidade desse jeito, né? Hoje tudo tão burocratizado, tudo você imagina como é que era. Era uma correria, além do recurso do Estado. Toda quinzena tinha que ir pra Curitiba senão toda semana. Começou a estruturar o que que é um orçamento. E aí como é que vai

fazer o orçamento? Criar o orçamento é uma política pública né, vai pegar recursos e vai dizer sei lá, vamos usar desse jeito, vamos aprovar desse jeito essas coisas e depois cumprir, né? A gente achou um camarada aí em Curitiba que era o João Gilberto Martins, você chegou a conhecer, que foi presidente da Associação dos Funcionários. Como é que era?

E: ASSUEL? Naquela época acho que não.

N: Não, não era a ASSUEL. Não tinha, era pô tem lá fora a placa. APUEL. Não existia sindicato e a associação era mais recreativa, mas esse camarada tinha trabalhado no orçamento do estado. Reconhecia todo mundo do estado. E a gente contratou o João Gilberto. E que ele queria sair de Curitiba, ele veio pra cá e aí ele organizou essa parte orçamentária e organizou também a sequência de dinheiro pra cá. Por quê? Porque como ele conhecia o pessoal lá, ele ia lá, levava as propostas e dizia assim que tirava um pouquinho, né? Pô a nossa amizade me dá mais um pouco, regateava e a gente foi tocando, organizando essa parte. Aí tinha que organizar a parte dos recursos humanos. Porque não tinha a CRG ou a PRORH. Tinha duas coordenadorias apenas, uma de administração e uma acadêmica, que era a CAE e como que era a outra?

E: CAF, de Administração e Finanças?

N: É, mas antes de ser de Administração e Finanças, era de Administração, que englobava tudo. Era o sistema antigo na CAE e era o reitor e eles dois e pronto. E aí as demandas eram os três.

E: Já tinha o Conselho Universitário?

N: Tinha, mas não apitava nada. Não tinha essa coisa, vamos levar pra cá, tinha Estatuto e tchau. Se fosse ver pelo Estatuto o reitor podia tudo. Ele contratava, mandava embora, não sei o que. Essa coisa toda. Comprava e descomprava e tudo. Quando eu cheguei aqui havia um peso muito grande do setor da medicina. Se manteve durante muitos anos. Tanto é que a minha primeira divergência com o reitor e com os outros camaradas e tudo foi a construção de um hospital universitário no campus. Mas não era um hospitalzinho. Era um hospital que pegava isso que foi construído no campus recentemente, então e vinha de lá até aqui embaixo onde tem as coisas uns sessenta mil metros quadrados. Vamos arranjar dinheiro para construir. Depois a gente tem dinheiro para equipar. Dinheiro pra colocar gente lá dentro. Mas enfim, essa era uma visão megalomaniaca. E não tinha recurso, mas com essa visão restrita do que era a coisa. Então leve-se em conta esses elementos todos para você ver o que que era uma visão conservadora, um mais ou menos uma universidade paroquial, correto? Dentro de uma perspectiva de ser no interior de uma ditadura militar, então contratar o Raul Silva por exemplo, no departamento de Ciências Sociais que não era Ciências Sociais, era Estudos Sociais e Filosofia na época eram juntos o que que se tem? Você tinha a disciplina de estudos brasileiros, que era indicação do reitor. Certo? Então, nós tínhamos um sargento, tínhamos um coronel, mudava o coronel, ele era convidado, tivemos depois um capitão, certo?



Em momentos diferentes as vezes estava junto, às vezes não. E fora outras pessoas que estiveram lá presentes, posteriormente, por exemplo, tinha aquele radialista

E: Espinosa.

N: Espinosa foi professor aqui né?

E: De EPB

N: De EPB. Estudo de Problemas Brasileiros. Porque isso era dado pra todos os cursos. Então esse é um outro ponto. Portanto, o momento era esse, e é um momento que você vai pisando em ovos, quer dizer, eu vinha de uma faculdade, vinha de uma prática política não institucional e coisa, mas de movimento estudantil, mas você precisava garantir seu emprego . Como trabalhar lá no estado no planejamento era uma coisa ,vou trabalhar. Veja bem essa era uma visão a posteriori. Quando tá ali você nos primeiros meses vai trabalhar, para tocar. Vai começando, percebendo uma coisa. Percebeu outra, né? Ah porque por exemplo, um ano e pouco depois eu queria ser professor, né? Então pra eu ser professor eu tive que ir no DEOPS em Curitiba pedir uma cartinha e depois eu vim aqui apresentar, né? E tem até hoje a carta em casa [risos].

E: Todos os professores que precisavam apresentar esse documento DOPS. Que era uma espécie de isenção de participação em atos.

N: É, tinha lá, não há nada que consta [pá pá pá]

EV: Funcionário também?

N: Ah não sei e eu não me lembro disso certo? Eu sei que pelo menos para mim foi pedido e eu tive que trazer.

EV: Toda universidade era assim, a USP era assim.

N: Sim, sim, não isso aí não era coisa daqui. Aí que entra a AESI por exemplo, ela é criada pelo...

E: Ela foi imposta antes, né?

N: Ela é criada

EV: Pelo Ascêncio.

N: É, se vocês forem atrás vocês vão ver que deve ter uma portaria ou algum...criando a AESI, mas ele não implanta, tá certo? Ele não implanta, porque sei lá se tinha problema orçamentário, quais as exigências ou se não tinha encontrado pessoa pra fazer isso e tal, mas enfim quando eu cheguei aqui o Oscar já tinha implantado e quem era o chefe, se eu não me lembro era o Luiz Emílio, que ficou um bom tempo. Aí se estruturava assim, eles ficavam querendo

saber de todo mundo que era o que estavam fazendo. Normalmente tinha alunos que faziam essa ponte, né? E quase toda pelo menos lá no CCH com certeza em toda sala de aula, das ciências sociais tinha pelo menos um camarada que volta e meia esses alunos vinham aqui, se reuniam com ele e prestavam depoimento, sei lá o que que tá acontecendo.

EV: Informar.

N: É informar o que estava acontecendo, né? Era pelo menos o padrão, certo? Então, mas é dentro desse contexto, tá. Você se encontra nessa, ou seja, então na época envolvido a gente não percebia tanto isso, quando eu saí da reitoria e fui para a aula. Primeiro eu fui fazer pós-graduação.

E: oitenta e sete começou em Assis

N: Não, não. Oitenta e dois eu acho que fui pra USP. É, eu fui pra USP e aí é um é um fator por quê? Bem interessante. O como se diz, o reitor ele era eleito pelo conselho universitário, a lista tríplice. Não tinha eleição, não tinha nada. E como eu já tinha passado dois anos aqui, dois anos não, desde agora deixa eu ver direitinho setenta e sete. Oitenta e cinco, seis, sete, setenta e oito. Aí setenta e cinco, sete por oito entre o outro reitor que era o foi o Pinotti. É, então foi em setenta e oito que eu fui pra USP. Final de setenta e oito, início de setenta e nove. Por quê? Porque o pinote nesse período anterior que eu trago eu pedi mais vezes carta branca pro Oscar. E disse, "Para fazer alguma coisa tem que ser um pouquinho organizado tá?" Com pouquinho isso não vai ser na base de ah meu queridinho, mas é o quê? Então, pra fazer a contratação, vai ter que trazer a lista. Quem é que dá aula? O que dá aula? O que tá fazendo? Quantas horas tem? Porque tinha um regime na época de doze, vinte e quatro, trinta e dois, quarenta e quatro horas. Eu tive era pouco. Por quê? Porque a maioria trabalhava fora também, né? Tinha pouca gente contigo. Então o que que o quantas horas ele dá de aula? Que disciplina que ele dá? Aí a gente começou a cotizar com as disciplinas que existia, né cada aula, não dá aula, faz pesquisa, não faz isso, faz aquilo e tal, foi um terror assim, pode imaginar, né? Porque o camarada era um funcionário subalterno ao reitor, vai confrontar com o chefe do departamento e com o diretor de centro, para depois levar para o reitor. Porque o reitor dizia: "Primeiro vai falar com o Tomazi depois vocês vêm falar comigo". Eu faria uma triagem, isso não significa fazer isso ou aquilo. Eu virei um terror aqui. Vocês podem imaginar. Verdadeiro terror. Tanto é que quando o Pinotti foi para ser reitor, que a eleição era do Conselho Universitário o que o Pinotti, registrou para mim e disse, "ó meu caro" e a gente saía pra beber, saía tudo, "você tá tendo um problema sério. Tem um terço do conselho universitário que só vota em mim se você sair da Assessoria de Planejamento".

E: Tomazi, só para explicar, você entrou como?

N: Assessor

E: Isso em 1975, mas ainda em setenta e oito você foi assessor, coordenador ou pró-reitor na época?

N: Não, não, era assessoria só, sua assessoria é como assessoria qualquer dessa daí que tem. Eu era um assessor.

EV: Responsável pelo planejamento da Universidade?

N: Isso, como assessor jurídico. Eu era o assessor de Planejamento. Fui tentando construir alguma coisa.

E: Carreira docente tudo passou por você nesse período ou não?

N: Não, posteriormente sim, tanto é que esse foi nas últimas coisas que eu fiz que era estruturar a carreira. É porque a gente tinha que fazer de tudo. Ah, tinha que fazer tudo, né? Porque você imagina pensar a organização da universidade. Então, quando se cria uma coordenadoria de recursos humanos, você tem que desmembrar, você tem que desestruturar a coisa, tem que então fazer projetos, fazer Ato Executivo, projeto de reestruturação acadêmica, né? Um tanto de coisas, né? E hoje tá tudo informatizado, mas antes assim eu fazia planejamento na unha meu, tinha que calcular tudo na unha, quantos professores, quantos metros quadrados, quanto não sei o que, ninguém sabia quantos metro quadrado tinha na universidade. Cara, desde casos simplórios assim, né? Plantar árvore por exemplo, no campus não tinha árvore

E: Não tinha?

N: Não, porque o arquiteto que era o chefe da parte pública aqui da de construção, ele não gostava de arvore.

E: E as perobas?

N: Só tinha as perobas isso. É, mas essas árvores de calçadão, não tinha uma árvore no calçadão. Então era assim. Tanto é que depois a escada saiu porque foi o Bop né? Não o irmão do Bop da Medicina. Porque da criação acadêmica da Universidade da carreira docente, um exemplo foi feito pela assessoria de planejamento, a grande reformulação e aí ela enquadrar um por um. Entregar o histórico, ver tem isso, tem isso. Antes era auxiliar de ensino, assistente, adjunto e titular. E tinha um problema seríssimo que todos aqueles professores das antigas faculdades ou eram assistentes ou eram titulares e vieram nesses cargos para cá. Só que eram titulares que não tinham curso de doutorado.

E: Muitos, nem mestrado, né?

N: Nem mestrado, nada. Então, você imagina. E uns tinha um padrão no estado, padrão CLT, certo? Doze horas um. Era uma confusão. Trabalhamos muito. A gente conseguiu uma equipe e foi montando, foi fazendo as coisas. Então eu digo que eu era uma parcela significativa era realmente odiado.

E: Acho que pode ter um gancho que se vai colocar nesse levantamento que a gente levantou dentre algumas coisas do trabalho da comissão é que houve na época ainda do Pinotti setenta e nove é ele iria dispensar vários médicos do Hospital Universitário e depois revogou essa portaria e isso foi junto com o processo de levantamento de que estavam sobrando muitas poucas aulas pra muitos? Ou era uma coisa específica lá dos médicos?

N: Área médica sempre foi um pepino. Quando eu cheguei aqui eu vim saber isso depois. Mas quando eu cheguei aqui, o Ascêncio tinha sido o reitor anterior e quando houve a eleição, houve uma briga muito grande de quem era o candidato da área da saúde, que era quase uma continuidade e aí foi o Oscar e o Nelson, Nelsão, dos Santos.

EV: Que era o candidato do Ascêncio.

N: Que era o candidato do Ascêncio, mas ele tinha ligação na época, eu acho que com o Partidão, uma coisa assim e aí

EV: O Oscar

N: O Oscar tinha que ganhar o conselho aqui, porque lá no Estado ele ganharia. Mas como é que ele ganharia o conselho aqui? Então quando eu cheguei essa briga já tinha. O Oscar tinha ganho e já estava instalado. O contencioso. Então durante todo o período do Oscar e de fato, porque eu saí, fiquei dois anos fora e depois o Pinotti contra o que era aquela história, me chamou de novo e disse assim: “volta pra cá porque eu não dou conta sozinho” [risos]. Aí eu voltei pra assessoria de planejamento. E aí virou secretaria de planejamento.

E: Aí você não pôde terminar, no caso, o mestrado que você estava fazendo?

N: Não, mas eu não terminei o mestrado porque eu não tinha dinheiro né? Quer dizer não tinha bolsa na época certo? E aí nasceu mais uma filha lá, chegou uma hora e a gente e era o salário de auxiliar de ensino, né? Eu tinha

E: A Zelma já era a professora?

N: Era professora.

E: E os dois lá em São Paulo?

N: E os dois de São Paulo. E, ou seja, foi e uma hora não dava mais e o Pinotti pediu para voltar: “Então venha para cá”. Eu voltei para a assessoria de planejamento dois anos, por aí. Essa questão, então, o contencioso com a área de saúde é sempre houve, certo? Por questões políticas. Tanto é que e aí o que o Oscar sempre foi muito maneiro, porque ele como ele era médico, ele sabia que ele ia sair daqui e voltar a ser médico, ele nunca atacou de frente esse problema, ele ia empurrando e acertando, o que que ele fazia? Ele contratava gente de fora, lá de Ribeirão Preto, não sei o que e colocava lá num departamento, aí é outro, colocava no outro e assim ia que meio diluindo as

coisas lá dentro. O Pinotti como não era da área ele já, e ele sabia mais de administração do que o Oscar, certo? Ele diz não, mas vamos ter que começar a enquadrar isso aí e neste enquadramento uma das coisas era saber sobre o HU que era uma caixa preta, né?

Não, hoje não é mais, hoje tá tudo bonitinho, todo mundo sabe que tá o que acontece, mas é uma caixa preta porque ninguém sabia o que se fazia lá dentro, ninguém sabia quantas horas de dados ou que então. Aí fui contratado um professor, não, eu acho que foi o Oscar que contratou um chileno, Juan Zamorano Soto, e trouxe pra ser diretor do HU. Era um chileno que tinha trabalhado na organização interamericana de saúde, certo? Tinha passado. Conhecía tudo de organização de medicina e ele chegou ele era falava mais espanhol do que português, mas ele chegou lá ele disse: “nós estamos aqui no plantão padrão internacional de conduta. Quantas horas para uma cirurgia pequena média não sei o que, tantas horas para isso, têm mulheres, esse é o plano que nós vamos conhecer o que que tem aí.” Então vocês podem imaginar, queria saber quem entrava, quem não entrava, quem fazia cirurgia, quem não fazia, não sei lá o que e quantas horas era isso, se tinha equipamento, por exemplo, todos os ... da cidade que eu falei antes. Todos esses exames eram feitos com os laboratórios fora laboratório da cidade. Ora e o trabalho é um planejamento porque que não pode ser feito dentro do hospital esses exames já têm curso de farmácia, tem disso, daquilo, tem é só comprar os equipamentos e colocar lá e é grande, mas a gente conseguia dinheiro do Estado e colocava lá e pronto. Se escondiam os equipamentos. Se escondiam, deixaram na caixa. A gente, comprava, achava que ia fazer uma visita. “Onde é que está tal coisa e isso”. Aí encontrava debaixo de escada, lá tudo na caixa como tinha chegado. Então, esse contencioso além do problema político realmente o cara tinha uma visão política diferenciada, né e queriam poder também. Aí é um encontro de coisa. Ao mesmo tempo, muito desses camaradas tinham o quê? Uma como não havia controle, o camarada não tinha ponto, aquelas coisas todas, né? E tal, ele o que era tudo acertado lá no hospital e no departamento que era os mesmos camaradas, né? Que que acontecia? O cara ia operar em São Paulo enquanto estava aqui sabe? Essas eu recebi aqui eu recebi aqui, eu recebia lá um fechava com ele aqui e tal, né. E o Pinotti aproveitou essas coisas, certo? E começou a dizer, pô, você não está cumprindo com o seu trabalho. Você está incorrendo nisso, nisso e nisso. Está incorrendo nisso. Veja, tinha uma razão política junto, mas ele não foi, não atacou politicamente, ele atacou administrativamente, certo. [risos] O alvo era político, né?

[pequena interrupção para o depoente atender seu celular]

E: Tomazi, pegando um gancho aí, você fala essa disputa política tem a questão dos grupos da medicina com relação ao poder da Universidade, mas havia também o componente ideológico ali também com relação a esquerda o pessoal mais ligado ao sindicato ou associação, na época tinha antiga ADUEL do HU, né? Se havia uma?

T: Então, a ADUEL do HU nasce em função dessa coisa, dessa meio intriga, né? De obra que é um componente de.

EV: Já na época no Pinotti?

N: Já na época do Pinotti. Assim por exemplo ..

EV: Ele vai organizar vai estruturar?

N: Já na época no Pinotti sim, então veja bem antes já vi por causa da eleição do Oscar né? São os mesmos indivíduos, ou seja, se você pega o nome deles, o Thompson, o Lúcio, aquele outro, como é o nome, lá da cabeça ou como é que

E: é o Nelsão? Não?

N: Nelsão era um dos cabeças que era o pessoal da medicina comunitária, medicina de saúde pública.

E: Márcio?

N: O Márcio vem depois. Mas o Márcio, eu me lembro, por exemplo, que ele fez concurso e ele passou em primeiro lugar e não foi contratado como o primeiro porque ele era vinculado ao PC também na época. Aí isso aí tudo era maquiado, né? Eu vim saber se todos eram expostos, eu vim saber que estava nas costas. O Cordone, que depois o Cordone, o Nelsão saiu daqui, foi pra Campinas, né? E lá em Campinas teve um outro desdobramento também, né? Tem até depoimentos e coisas lá. Mas aqui esse pessoal se organizou mais na saúde pública e tinha os outros o Pedro Garcia Lopes que era irmão do reitor da tá certo? Então tira uma rixa política tanto é que é política interna, política ideológica, mas que é uma ideologia meio fraca, eu diria, de tanto é que isso depois demonstrou que no que não era, ou seja, tinha um envolvimento político, ideológico, certo? Lógico, posteriormente você vai saber que isso não era de peso tão significativo, vai ser tudo é você está olhando a história depois, né analisando pra trás e você vê que o quanto aquilo era até não era tanto isso. Diferente do Nelsão, Nelson Pereira dos Santos, esse tinha uma posição política clara, precisa, que vai manter até onde eu sei nem sei se está vivo, mas pelo que eu conheço ele se mantém né mas isso são raros. Como o Baldy. Tinha uma posição clara, era contra e tudo, mas tinha uma posição clara e se mantém, certo? Não são, né, agora, aí tem diferenças, compreende? nesse grupo todo, você tem quem trabalha seriamente e quem vai se aproveitar das coisas. E nesse jogo, quem tem o poder aqui em cima vai jogar e usar todas as ferramentas que precisa, né. Então não vamos ser ingênuos, né?

E: Tomazi, o primeiro embate que tem, em setenta e sete tem o primeiro problema com relação a questão da carga horária, não foi a setenta e sete? Que foi fazer o levantamento? Inclusive tem, a gente achou, da questão que foi demitido na época que era o Dino Zambenedetti que era presidente da

Associação dos Professores de Ensino Superior de Londrina, e nesse caso é da medicina.

N: Não, não, ele não é a medicina, era de letras.

E: Nesse grupo de setenta e sete, você que tava lá na época da PC, houve um componente também ideológico nessa, uma entrevista da AESI nisso, ou não?

N: Eu não sei, né...Pode haver, pode não haver

E: E eram muitos, né? Que foram muitos professores demitidos por falta... por excesso de docentes e poucas aulas?

N: Não, não eram demitidos. Veja bem, como não tinha concursos, então eram contratos pré-determinados, pode ter sido. O Dino eu me lembro dele, não tinha contato e tudo. Porque veja bem ele era de letras. Eu estava chegando aqui. E você tem um montão de coisa, são nomes que você tem na mão, né? Depois o que você vai conhecer as pessoas, são nomes, um cara, é isso, é aquilo e tal, ele tem contrato, aí não é o meu problema mais. Eu não, eu não contratava, nem descontratava. E dificilmente, que eu me lembro, se mandava embora alguém porque tinha muita gente. Não tinha muita gente. Ao contrário a gente estava contratando. Vinte e dois cursos em implantação, você tinha que achar gente que aí começa algumas divergências também, por quê? Como o reitor pode contratar, por exemplo, eu me lembro da engenharia, quer dizer, hoje tem os professores que estão aí mas a gente, eu me lembro que o Pinotti saía, ele era o reitor e quando ele saía, ele foi pro Rio Grande do Sul e trouxe o Hoffman e mais um outro. Eram estudantes terminando o mestrado que ele chegou lá e fez um título de pré-contrato, terminou, pode ir pra Londrina, encontrar. Pô, meu, quem é que não queria um negócio desse, né? Por quê? Porque já estava, já tinha sido implantado o PICD, né? Capacitação docente, e estava achando gente em tudo que é lugar. Porque no tempo anterior no tempo do Ascêncio o que havia? esse pessoal que é tudo doutor que tá aí, os mais velhos, os doutores mais velhos que estão aí, nenhum fez curso de doutorado. É tipo Thompson, a Zuleica e outros tantos, eles faziam uma tese aqui porque era possível pela legislação em vigor você ser doutor através da defesa de tese, e eles pegavam a banca e fazia a banca e virava doutor. Então tem muito doutor que às vezes até que a gente fazia uma diferenciação, entre doutor com tese e doutor sem tese, doutor com curso e doutor sem curso, certo? Não é essa a coisa. [pequena interrupção para desligar o celular do depoente] Então, junta doutor com um curso, doutor sem curso, titular sem curso, mestre sem mestrado, assistente sem mestrado

EV: Mas havia uma diferenciação no registro dele? E no salário também?

N: Na primeira mudança de carreira docente a gente fez uma diferenciação certo?

E: Quem tinha um setor acadêmico e não tinha.

N: Quem tinha a titulação tal e depois não teve mais como fazer a diferenciação, né? Na última mudança que é essa que está em vigência até hoje, né? É, ali só foi dessa só foi criado o associado, né?.

EV: Aí se vinculou a titulação?

N: Isso.

E: Então nos anos oitenta se chegava a titular por tempo de serviço, né?

N: Não, não, a titular nunca. Não, mas é proibido pela legislação federal.

E: Adjunto sim?

N: Adjunto sim. Adjunto era possível você ir sem título nenhum. Foi aí que a gente começou a amarrar. Aí veio uma gritaria você pode imaginar se ele só assistente quem tem mestrado só é adjunto quem tem doutorado.

EV: Isso foi antes de 1987?

N: Não me lembro.

EV: Porque em 1987 eu ...

N: Não lembro. Foi antes já porque eu me lembro que eu participei disso. Porque o enquadramento foi uma loucura. Porque no enquadramento alguns ganham mais e outros ganham menos, porque todo mundo queria ficar igual. Olha, não dá. Porque ali tem os níveis que antes era só um, adjunto e depois quando adjunto um, dois, três, quatro, certo? Às vezes ele fez diferenciação, quem tem curso, quem não tem curso.

EV: E nesse momento teve algum tipo de enfrentamento? Na Medicina ou em outro lugar?

N: Olha que eu me lembro ..., houve muita gente descontente, mas depois apaziguou porque os salários eram melhores, né? E. Acomodou.

EV: A greve do HU foi quando? Em que ano?

E: A greve do HU está na pastinha. Mas o que eu tenho de dados do movimento dos professores do HU setenta e nove na gestão do Pinotti que havia um processo, no caso, de demissão dos médicos. O Axel, o Lucio Tedesco, o João Amorim, José Carlos Pareja, Marcos Siqueira Marcondes dos Reis. Depois foi revogado por portaria isso. Alguns depois acabaram saindo assim mesmo, resolveram sair.

N: Não, mas eles voltaram lá.

E: Mas esse episódio era vinculado a um problema mais político aí? Teve essa questão?



N: Ah sim, não, eles eram contra, veja bem, ali é aquela mistura aqui, por isso que até onde eu sei o seguinte, você tem uma posição, política de alguns que é séria e tem outros que [incompreensível] o Axel não é um grande clínico, certo? Os outros ali, o Lúcio Tedesco, não tinham posições políticas definidas, não participavam de política. Mas aí tem uma mistura entre o oportunismo ou não e coisa e ação mesmo, ou seja, de dizer vão ser mandado embora, por quê? Porque fizeram isso, isso, isso, isso. Se vocês pegarem a documentação da época, vocês vão ver que havia razão administrativa, política também, mas a política não vai aparecer no relatório. [risos] é óbvio que essas coisas no ambiente assim se misturam. Principalmente porque tratou as carpas de Pinotti de alguma maneira eles defendiam o a revolução, golpe de Estado, certo? Eu convivi com os dois, eu não fazia apologia disso, mas eles tinham, cumpriram as regras, né? É, não é que eles saíam por aí fazendo propaganda nisso tudo, né? E fazia isso porque era uma maneira mais fácil de conseguir os recursos também certo? A gente aqui foi conseguido recurso do ministério para fazer, tem que lembrar isso, né? Que um período tem o Ney Braga que é sogro do Governador quanto ministro da educação, então ele sabe, isso não significa que não é enfrentamento, né? Há enfrentamento sério, porque eu me lembro de um enfrentamento que houve, no seguinte, que isso que está sendo feito hoje já aconteceu anteriormente. O secretário de finanças lá, o secretário da fazenda chegou e baixou uma ordem, o orçamento de vocês para o ano é tanto. Vendo o orçamento avalia: “isso aqui não dá pra tocar trinta por cento numa universidade”. O que que a gente fez? Havia três universidades. Os três chefes, os três assessores do planejamento nós nos sentamos aí com os reitores, eu tenho até fotografia dessa reunião. É o seguinte, então vamos fazer o seguinte, com esse orçamento o que é que a gente vai poder tocar na universidade? E o que que a gente tem que cortar? Cada um foi pro seu lugar, fez o seu documento, nos reunimos de novo, fizemos um documento único e mandamos. Então, aqui, por exemplo, eu me lembro que o eu fiz o levantamento. Vamos começar cortando onde? Aquilo que mais gasta. HU. Corta HU, aí eu tenho que acabar o curso de medicina, de enfermagem, não lembro se tinha fisioterapia ou não, ele começou, aí tem que cortar o que? As coisas de extensão, né? Toda e tudo isso dá tanto, quem é que vai ser mandado embora o que que não vai ser feito mais. Fizemos um pacote desse tamanho das universidades e colocamos aí reunimos ele num fim de semana fez uma razoável toda mostrando que com aqueles recursos reservados para a universidade a gente ia fazer isso e levava pro estado. Me lembro até hoje que o secretário Edson Machado, né? Que era secretário daqui, pegou e leu o documento.

E: Quem era o governador na época?

N: Ney Braga. Ele disse: “Vocês são uns filhos da puta mesmo”. E embaixo estava escrito assim, “se o senhor Governador assinar e autorizar nós estamos prontos pra fazer os ajustes conforme solicitado pelo secretário”. Morreu ali e ninguém cortou nada. Ou seja, não era assim porque tinha o sogro era fácil. E era brigar todo mês tinha que ir lá pra pegar o dinheiro e arranjar dinheiro pra pagar pessoal. Mas tinha um enfrentamento, essa era a questão. Então você

pode imaginar, ia crescendo isso e toda a dinâmica dessa coisa, você vai ter conflito de todo tipo e os conflitos políticos é óbvio que vai ter, porque volta e meia “há um professor falou isso e chamava e levava pra Polícia Federal,”. Um aluno, o Marcelo Ridente, por exemplo, né? Um dia tá lá na aula, fala não sei o quê, no outro dia aparece uma coisa pra ele aparecer lá e explicar por que que ele falou isso, ou aquilo. Ele começou a ser professor aqui, na UEL. Havia isso. Sempre uma coisa. Não era acintoso, compreende? Sabia um dia depois. Mas tinha que tomar um certo cuidado, eu mesmo eu fui.

EV: Isso que eu iria te perguntar. Você falou no começo ..

N: Aí eu fui pra USP, né? Fui fazer a pós-graduação na USP. E o meu orientador lá era o Azi Simão. Um professor ceguinho, uma cabeça. Um dia eu estou lá na USP e “vem cá Nelson” me chamando de Nelson, né? “Nelson me diga uma coisa, o que que tá acontecendo na tua universidade.” “Não sei, estou aqui fora. Não estou sabendo de lá”. “Porque pareceu um camarada aqui perguntando de você, o que que você estava fazendo, pá pá pá pá pá.” E veio conversar comigo, porque ele era inclusive na época o Azis, ele era o chefe do departamento. Antenado nessas coisas, né? Uma prática política muito grande. Ele disse: “como é que é esse camarada, né? Descreva para mim”. Ele disse, pô porque ele era cego, mas ele perguntava para a secretária. Ele diz: “Olha ele era assim, ele era baixinho, meio gordinho, que não sei o que”. “Então, eu já sei quem é”. “Você trate aí em São Paulo” saber o que que você estava fazendo lá. Como era o Pinotti, que eu tinha que vir pra cá volta e meia pra cá quando eu soube disso eu vim pra cá e telefonei, na época era caro, “Pinotti o que que é isso? Tá desconfiando de mim?” “Não, nada”. “O que que aconteceu?” Eu contei para ele. Ele disse, “ah, deixa comigo que eu vou pegar o moço”.

EV: Luis Emílio?

N: Era o Luis Emílio. Porque ele tinha essa autonomia, né? Aí ele não respondia o reitor. Então muita coisa se fazia independente das coisas, sabe? Então, algumas coisas não interessavam....

E: Sem a chancela da Universidade

N: Sim, senão ele respondia diretamente ao comando, né? Sei lá, tinha vários comandos ou então às vezes ele já recebia algumas exigências de cima, não só pra universidade, mas pra cidade ou coisa assim, né? Mas a gente só se tivermos documento das coisas, né? Ele não sabe

E: Outra informação Tomazsi que você tenha presenciado, percebido com relação a ação da AESI, tirando essa questão de ter vigilância em sala de aula, ou da repressão no campus, neste período?

N: Olha é com os alunos que a AESI que se identificava principalmente com o pessoal do Poeira né? E isso era muito claro né? Isso era evidente né. Eu não

me lembro quando é que foi criada uma guarda no campus que tinha um tal de capitão que era um capitão famoso, como era o nome dele

E: Que coordenava isso.

EV: Diferente da segurança patrimonial

N: Era uma guarda que funcionava meio, não me lembro, quando é que foi isso.

E: Aparecido Rodrigues, é isso?

N: Isso, Capitão Aparecido. Não me lembro quando foi a época, mas funcionou meio como também....

EV: Guarda em segurança patrimonial.

N: É a segurança patrimonial e ao mesmo tempo tá acontecendo isso, acontecendo aquilo, tal né? Mas a presença da AESI, de repressão e tudo foi mais com os alunos. Uma vez os alunos ocuparam o DCE. Parece que não sei se chamaram a Polícia Militar que foi lá e tirou todo mundo lá de dentro coisas assim. Você não tem assim uma repressão pesada, né? Você tem essa coisa, pelo menos até onde eu percebi essa coisa mais velada, né, isso era bastante claro, né?

E: Tomazi, só um detalhe, você teve uma passagem pelo gabinete de reitor, né? Em oitenta. Você teve uma passagem lá na chefia de gabinete?

N: Eu acho que foi muito mais por [...] eu não me lembro se eu virei chefe de gabinete, mas eu acho que foi mais uma coisa temporária. As vezes trocava, não tinha ninguém. A minha função foi ser assessor de planejamento ou secretário de planejamento.

EV: Aí você virou professor em que momento?

N: setenta e sete comecei eu era ao mesmo tempo professor eu dava algumas aulas à noite porque eu entendia que eu não ia ficar a vida inteira querendo ser um burocrata né? Ao contrário, quando me caiu na mão essa possibilidade, mas desde setenta e sete eu já comecei a dar aulas, né?

E: Tá. Depois você foi em setenta sobre assessor de planejamento, o mestrado em história oitenta e sete e oitenta e oito junto com o Gilmar, professor Gilmar você foi representante vocês foram representantes do CCH no SINDPROL, né? Nesse período, oitenta e oito.

N: É. Então, aí no SINDPROL tem uma trajetória enorme, né? Porque até virar sindicato, né? Porque eu como assessor de planejamento eu tinha que fazer discussão com o sindicato por causa do aumento salarial, certo? Não era direto com o reitor, era comigo porque eu tinha os dados, o orçamento é tanto, está lá, tem até lá. O Paulinho lá da medicina era do sindicato, mas a gente se dava

muito bem. O advogado era o Aidar. Mas a gente se reunia via as alternativas depois dizia: “eu não resolvo” porque o reitor e ao conselho já nesse momento, né? E tinha que discutir com Curitiba, né? Mas a gente preparava o terreno aqui pra, mas eu não me lembro nenhum grande arrocho salarial que houve nesse período. A gente conseguia ir melhorando na medida do possível. A grande melhoria mesmo foi com a carreira docente. Que aí deu um salto bom, né. Ai mais ou menos estabilizou e tranquilizou um pouco, né? Porque deu pra arrumar um pouco as coisas em termos administrativos. Porque era muita bagunça, né? Você tinha professor que era do estado, vínculo diferente, aí a gente começou a cortar as doze horas, colocar só tempo parcial, integral e TIDE, era vinte e quatro, quarenta e quatro, vinte, quarenta e TIDE, não tinha mais doze horas, trinta e duas. Que era porque como antes tinha todo esse processo, cada um ia se ajeitando e era lá pelo departamento e o cara se ajeitava, né. É e aí quando a gente começa a padronizar, depois começa todo mundo ficar em quarenta horas, né? Que era o objetivo, era uma política. Querendo tempo integral e dedicação exclusiva, não interessa tempo parcial. Me lembro que essa era política mesmo aconteceu isso, né? Porque era um absurdo vinte e quatro horas, quase meio período, caso de uma necessidade última, né.

E: E mais só uma coisa que apareceu no depoimento do Tadeu Felismino, além desse capitão da PCU a figura que foi lá pro CCH né? Do professor Raul Silva que foi lá do departamento né? É ele teve também acesso a administração também ou ficou só no centro? a atuação dele?

N: Que eu saiba ele tinha acesso a AESI também. É, mas ele, veja bem, o Raul Silva ele foi um cara, ele entrou como EPB e depois ele pegou uma licença e foi fazer o mestrado em Ciência Política na UnB. E quando ele volta ele faz uma, não é concurso, mas ele entra pro departamento de Ciências Sociais como professor de ciência política, certo? ]

E: Ele era ligado ao Exército.

N: Ele era do Exército. Ele já tinha sido ligado. Todo mundo do exército que não tinha o mínimo de crítica era ligado ao sistema de informação. Teve muita gente também que não é ligado ao exército e vai estar dedurando gente. Não só aqui.

EV: Você sabia, era escondido, como que era a relação da administração ou do chefe com a AESI?

N: Era uma coisa, você não via essa comunicação acontecer. Eu trabalhava aqui, ficava sentado lá na minha sala, no gabinete. Despachava e saía. Mas você sabia quem era lá no Direito, tinha gente que eram, sabiam o nome, você sabia que era o pessoal, tinha na medicina também tantos lugares você tinha gente que era a favor da revolução, dos milicos. A Maria Lúcia Vitor Barbosa, até hoje.

EV: Ela falava

N: Falava.

EV: Mas aqui ela era famosa.

N: Sim. O pessoal defendia e ao mesmo tempo eu não conheço ninguém, mas a gente sabe se houve aqui que deduravam né? Havia dedo duro sim e não era só aqui eu vi numa universidade na Federal do Paraná que a professora dedurava os alunos, né? E os outros professores. Isso acontecia nas Universidades em todo o país. Tudo.

E: O fato de você ser um sociólogo, né? Tradicionalmente, sociólogos, assistentes sociais, pessoal de esquerda, né? Os economistas, ser convidado pra participar da administração da universidade, você sentiu alguma espécie, alguma restrição ao teu movimento lá, ou você tinha total liberdade pro trabalho?

N: Eu nunca tive restrição. Primeiro porque eu sempre procurei tomar as minhas decisões que eu tomava eu tomava por escrito, todas elas viravam na época a gente fazia assim no campo do processo dava parecer e assinava embaixo tanto é que o Rui Carneiro, esse era outro que.. Agora tinha eu provar com unhas e dentes e ele, eu me lembro disso porque, como eu fiquei uns quatro anos aqui eu formei a maioria dessas pessoas que estão se aposentando hoje, que era uma meninada para saber eu tinha trinta anos, mas eles eram a moçada, né? Então eu precisava de uma coisa eu fazia porque eu estava aqui. Então tem um montão de gente que é agradecido até hoje por conta do que eu andei fazendo porque, nem sei o que eu andei fazendo. E quando o Rui Carneiro foi chefe do.... ah eu cheguei até ser coordenador de recursos humanos numa época também.

E: Você foi um período né?

N: É, e ele foi posteriormente anos depois ele foi coordenador e eu sou pelo pessoal da área transformada depois que ele pegou todos os processos que eu me dei parecer para ver se tinha algum pepino. Eu sempre tive o cuidado, mesmo como chefe de departamento, toda decisão que eu tomava eu escrevia, era o cuidado, certo? Porque se está escrito, o cara vai ter que mostrar uma outra coisa que não tá, né? Depois ele inventa, né? Então, os processos estão por aí para quem quiser ver e tal. Por exemplo, a gente numa briga, só para ver como que era contraditória a coisa. Você conheceu o Miguel Arturo?

E: Sim.

N: De Oliveira. Miguel Arturo de Oliveira. Na economia. Miguel Arthur de Oliveira é um uruguaio. Resolve ir pra Londrina e baseado nos acordos internacionais ele vem fugir pra cá, né? Mas era um acordo internacional ele entra com pedido pra entrar no curso aqui de economia e tá tá tá eu fui depois até professor dele. E o Pinotti sabendo que ele tinha ligação política com os Tupamaros pede um parecer para a assessoria jurídica e baseado em.. pronto e faz ele entrar com. Nossa, deu um bafafá por causa disso. E eu tinha que dar um parecer também, não me lembro. E dei um parecer. “Conforme o artigo tal, pa pa pá, não sei o que, da legislação, né?” É possível e pronto, ele entrou na universidade, fez que

ele fez vestibular, de coisa e tudo, houve validação, eu acho que do ensino médio. É, então entrou aqui e depois virou professor.

E: Essas informações correram né?

N: É, então, é só para ver como o pessoal acha que o Pinotti era um assim figurão, e ele era, era um misto de coisa, tem hora que ele fazia umas coisas e eu não entendia, metia o cacete, solenemente sem pena. Agora essa é uma é um período pessoal, é um período muito intenso, muito conturbado, né? E aí, óbvio, no meio de uma ditadura, meu, você tem todos os tipos de gente tem os oportunistas de esquerda, de direita, de cima, de baixo, os interesses pessoais, o interesse de pequenos grupos, certo. Muita gente ganhou dinheiro aqui fazendo acordos internacionais, entendeu? Aí com o cacete da universidade. [risos] E contra a administração, sendo contra a administração. Na verdade, a gente queria que essa Universidade crescesse, se tornasse cosmopolita. Então trazer gente de fora era quase uma exigência. Porque era para renovar. Houve muita briga pra dizer, “por favor, saiam, vão fazer pós-graduação.” Para se ter uma ideia de qualquer coisa, a gente queria fazer um mestrado de alimentos aqui. Eu construí um mestrado de alimento contratou um norte americano, contratou um indiano, certo? Depois teve mestrado, o pessoal da matemática não queria, mas eles aí foram todo mundo pra Campinas, voltou para cá, montaram o mestrado de coisa veio até o outro indiano também, fico muito tempo aqui no mestrado, até doutorado, essas coisas. Mas essa cultura de pós-graduação foi induzida e empurrada.

EV: Foi um desenvolvimento natural?

N: Não, essa vontade, essa coisa que o pessoal diz, eu vou fazer pós-graduação. Aí você ainda pegou o PICD. O PICD era uma coisa que a gente tinha um montão de vagas e não tinha candidato para a vaga. Sobrava bolsa.

EV: Além do salário ainda tinha a bolsa.

N: É. Não tinha candidato, a gente tinha que sair catando candidato, pra dar bolsa esse salário, não tem nada a fazer. Ou seja, então quando você olha hoje, teve um processo longo dentro disso tem essa coisa né? Essa intriga em coisa que é difícil você não misturar hoje sabe. Pelo menos do meu ponto de vista, sabe.

E: Tomazi, acho que já se encaminhando pro final, no caso da AESI ela vai fechar praticamente oitenta e dois, vai ser desativada, né? Ela começa a diminuir o movimento dela, nesse período você estava na APC ainda? você lembra desse movimento?

N: Oitenta e dois é fim do não, do Fiori não, o Pinotti só é aceito na reitoria se seu saísse da assessoria. Quando o Pinotti saiu eu saio.

E: É que foi fechar, mas não vai desativar ela. Fica lá meio parada.

N: Isso.

E: Na gestão do Thompson que vai fechar oficialmente.

N: É. Mas veja bem, ela continua existindo, certo? Só que ele pode ser que não continua ativa já que em 1992, tem um movimento nacional, né?

EV: São transferidos os documentos.

N: É. Ela não é desativada, ela não pode não ter sido ativada, mas ela continua lá, lá na salinha do fundo, até que tinha até uma entrada a parte, né? Os caras não entravam aqui pela porta que a reitoria era só aquele pedaço, onde tem aqueles dois blocos. Lá onde tem uma entradinha, onde o carro do reitor parava, aquela porta ali.

E: Tinha o corredorzinho.

N: O corredorzinho ali. Inclusive a primeira porta era da AESI. Para o cara entrar e não ser visto, era atrás do banco ali, né. O banco era ali.

E: Depois a rádio foi ali.

N: É.

EV É quando se encontrou lá no CCH os documentos da AESI vc tava no CCH já? Durante a gestão Bounassar.

N: Teve um período que eu fiquei quatro anos fora para o doutorado, né? Então não sei.

EV: Aquela comissão que tomou o depoimento do Luiz Emílio e que foi a Berenice que tomou o depoimento, foi escrito, depois que se achou os documentos lá no CCH.

E: Tem os administrativos aqui. Grande parte havia sido queimados, né?

N: Foram para o DEOPS mesmo em Curitiba e uma parte grande foi queimada, ficaram lá as fichas, né? Mas documentação mesmo... é porque é um período, o período de sessenta e nove, da repressão mesmo é um período de sessenta e nove a setenta e dois. Que é, porque é um período que eu fiz a graduação, em Curitiba. Aí esse período foi bravo. Eu tenho colegas que sumiram até hoje, não sei se eles estão vivos, sumiram. Eu mesmo saí, eu saí em setenta e dois, trabalhei em setenta e três, em setenta e quatro eu fui pra Argentina, né ia para o Chile, né? Pra depois porque não dá a coisa estava braba. Né?

E: Aí você foi chegando os golpes acontecendo

N: Eu cheguei aqui porque perto da Argentina isso aqui estava calmo né.

EV: Eu fui para Argentina em setenta e seis, o ano do golpe.

N: Então vai ser setenta e quatro por exemplo morei lá. 1974, foi a passagem do Perón para a Isabelita.

EV: Estavam matando adoidado, né?

N: Matando adoidado. E a e a principal política, a principal chefatura de polícia ficava quatro quadras da minha casa, e por [incompreensível] ficou a três quadra tinha o comitê central do Partido Socialista dos Trabalhadores. Que foram lá, entravam, atiravam, iam matando.

EV: Montonero matou muito policial.

N: Então, quando eu saí de lá, os caras estavam atirando na rua né? E eu tinha documento argentino já tudo e fazendo assim aquela pasta de onça conhece né? Umas quatro quadras dali, tinha os caras, os falcon atirando [faz som de tiro] por meio da praça, que era um entroncamento de ônibus, metrô, trem. Ou então você era acordado com helicóptero em cima do prédio. Acordava e pensava “vamos embora”. Porque eu tinha, você sabia que tinha o período mais o duro que já tinha passado aqui tinha essa coisa.

EV: Em 1979, já tinha o João Batista, período da Abertura.

N: Então, era muito mais tranquilo, né? É uma então você vem de uma situação. Aqui é o céu. Eu acho muito interessante rever todo esse material porque a gente revê essa ação que aconteceu aqui e tudo. Inclusive para limpar um pouco a área né? O que que foi realmente de repressão e que houve, certo? A repressão nunca é leve para individualmente isso fere as pessoas, né? E marca muitas pessoas e o que foi, não houve, foi tido como né? Então aí muitos oportunistas, né de todos os lados, todos os lados, viu? Isso. Eu fico tranquilo porque tive enfrentamento com um montão de gente tanto de direita quanto de esquerda, ou que se diziam de esquerda [risos], que depois apareceram mais oportunistas de que qualquer camarada, né. E aí tem essa história laudatória. Cada um escreve a história do jeito que quer.

EV: Na perspectiva mais de longe dá para saber o que era de fato.

N: É, porque quando você olha hoje, depois trinta anos, quem estava lá, hoje aqui, outro lá, mantendo certas posições, dá para qualificar, né? Ó, porque como eu sou sociólogo, eu fui também historiador, né, e me sinto também historiador, né, é preciso de um tempo para dar uma assentada e você ver o que realmente a coisa né? Então lá no CESA tinha um montão de gente que eram de esquerda viraram depois, hoje tão milionários, né? Economistas que depois se venderam para que eram os caras de ponta. E eu fico olhando, né? Pois é, né? [risos] E fizeram barbaridades em termos de Governo Federal, né? E outros tantos né, vc. vai vendo. Eu tenho o maior respeito porque eu falei aqui do Raul Silva, da Maria Lúcia, mantenho maior respeito por eles, porque eles tinham uma posição e mantêm a posição até hoje. Esse é o meu respeito. Quer dizer, mesmo sendo contrário, tudo que eles pensam, certo? Hoje eu respeito. Nunca fizeram firula.



EV: Você percebe isso na Universidade. Acontece com muita gente.

N: É e mesmo vida política, tem gente que era de um partido de esquerda e hoje tá um partido de direita, na vida política pública aí, né? Então como é que muda tanto assim, né. Então eu acho isso fantástico, né? Porque vocês vão fazer um relatório, essa coisa, vai esclarecer um montão de coisa que eu devo até ter esquecido nesse meio do caminho, né? Devo ter feito coisas que nem me lembro que fiz que desagradou um ou outro sei lá o que agora tenho certeza nunca agi politicamente no sentido de “vou sacanear esse ou aquele que tem uma posição política de um jeito ou de outro”, pelo menos até hoje não fui acusado disso que eu saiba, né? Mas é uma coisa interessante, afinal eu passei trinta anos aqui na minha vida, né? Então, eu posso falar bastante, muita coisa que aconteceu na vida. [risos]

E: Mais alguma coisa Tomazi.

N: Não, já estamos conversando bastante.

E: A gente queria agradecer oficialmente, acabamos não fazendo um preâmbulo no início. Pois é, mas já é da casa, né? A gente acabou de entrevistar o professor Nelson Dácio Tomasi, ex-professor da UEL, hoje aposentado, tá? É pra comissão da verdade da UEL, que é um dos depoimentos que vão ficar à disposição para a gente poder elaborar um documento, toda essa história, tal da do que foi esse período na universidade.

N: E se porventura tiver alguma coisa que eu possa falar, esclarecer no meio do caminho e na hora de escrever o caso estou à disposição não tem nada a esconder.

E: Obrigado pelo depoimento.

## **COMISSÃO DA VERDADE DA UEL**

### **DEPOIMENTO DO EX-ALUNO: NILSON MONTEIRO (N)**

**ENTREVISTADORES: Cesar Bessa (B), Edson Holtz (E), Alcides Vergara (A), Nilson Magagnin Filho (NI), Izângela Tonello (I)**

**Duração: 01:49:58**

**DATA: 18/11/2020**

**LOCAL: Entrevista realizada de forma *on line*, durante a pandemia.**

**TRANSCRIÇÃO REALIZADA POR: Gustavo**

**CONFERÊNCIA REALIZADA POR: Edson Holtz**

B: Boa tarde a todos, os presentes aqui, nessa reunião. Ao jornalista Nilson Monteiro aqui presente. Aos meus colegas membros desta comissão. Aqui presentes, Edson, Nilson, Alcides, André e o César Bessa, [a profa. Izângela entrou no decorrer da entrevista] hoje dia 18 de novembro de 2020, aproximadamente 17 horas e 42 minutos, nós estamos iniciando a entrevista com o jornalista Nilson Monteiro. Eu começo aqui indagando o Nilson, jornalista Nilson Monteiro, a respeito da sua passagem pela Universidade Estadual de Londrina, suas conexões, suas relações políticas, acadêmicas, naquele período. O que você pode contar para a gente desse período em que você esteve aqui? O objetivo aqui, viu Nilson, é a gente tentar resgatar situações fáticas que aconteceram e que envolveram algum tipo de dano, seja patrimonial, moral, psicológico, envolvendo aí o período de repressão, ditadura militar, envolvendo obviamente a instituição Universidade Estadual de Londrina. Então, relatando o seu início. Como é que se deu o seu início aqui na Universidade, e depois a gente vai recheando com algumas perguntas para a gente poder tirar mais proveito da sua história. Você tem a palavra Nilson.

N: Boa tarde a todos. Infelizmente estou sentindo falta de uma mulher, é uma bancada de homens, felizmente são todos meus amigos. fico à disposição de vocês, tenho alegria em falar para essa Comissão e eu peço o favor de vocês, quando eu começar a falar demais ou de menos, vocês, por favor, me interromperem e perguntarem. Não há nenhum problema. Eu sou jornalista, mais do que ninguém eu entendo essa ânsia da pergunta, eu fico sempre com a língua querendo balançar e estou aqui à disposição. Então vou fazer um relato muito suscinto da minha passagem acadêmica, do ponto de vista da Universidade mesmo. O que que eu fiz dentro da Universidade, do ponto de vista acadêmico. Eu entrei na Universidade em 1971, no curso de História. Frustrado, porque em Londrina, quando ainda tínhamos a Fundação Universidade Estadual de Londrina, nós não tínhamos o curso de Jornalismo e eu fui para o curso de História. Assim, como vários outros amigos e vocês já devem ter conversado com eles, o Roldão, O Marcelo, eles foram também para cursos diferentes e não para Jornalismo. Meio ano depois de História eu saí do curso de História por causa de um desentendimento que tive com o padre Carlos Weiss que, embora tivesse profundo conhecimento da História, especialmente da história antiga, ele tinha, infelizmente uma ... não gostava que discordasse da opinião dele. E para mim aquilo, molequinho, 71 anos eu tinha sei lá, 19 para 20, discordar era normal, era natural e eu queria discordar. Discordava. E eu achava ruim nele,

também, achava um desrespeito, ele fumava um charutão, desse tamanho, e fumava aquele charuto dentro da sala de aula. Eu já tinha sido expulso aqui do Bom Jesus, em Curitiba, que é um a única coisa boa do meu currículo, porque um padre fumou e jogou a fumaça na minha cara e eu falei um palavrão para ele. Óbvio que seria expulso, mas fui expulso com honra. [risos] Enfim, depois de meio ano de História, eu fui para Letras Vernáculas, que eu gostava de escrever. Achava que sabia escrever, que um dia podia escrever, e tinha que aprender a Vernácula para aprender bem o português. Depois de meio ano de vernáculas, eu fui para Letras Anglo, inglês. Enfim, aí começa o movimento estudantil, vai para cá, vai para lá, vai para cá, vai para lá, um monte de coisa durante o curso, inclusive estudar, e eu acabei passando para Letras Franco-Brasileiras, Literatura Franco-Brasileira. Que foi o curso no qual eu me formei, oficialmente na FUEL, então FUEL. Não, naquela época já era UEL... Sei lá, se era FUEL, UEL, tanto faz. Enfim, mas eu me formei em Letras Literatura Francesa. Fiz um curso, me especializei em Jornalismo na UEL com alguns professores, mas é um curso de especialização. E muita gente confunde isso com curso profissional de Jornalismo, que eu também tenho muitas dúvidas em relação a tal coisa. Aí eu acho que é uma outra discussão e que dá caminhões de discussões. Então eu não sei por onde a gente começa agora? propriamente a abordar o assunto da Comissão da Verdade que é para qual vocês me chamaram para participar. Eu vim antes da Universidade Estadual de Londrina, eu vim do movimento no curso colegial que havia no Vicente Rijo, no movimento no qual eu convivia com vários e vários amigos e colegas que foram e entraram junto comigo na FUEL. Então FUEL porque era paga. E nós saímos daquele movimento do colegial do Vicente Rijo e fomos para a Universidade. E essa turma se manteve, até como diz o Nilson meu xará, alguns juntos, alguns até hoje. Outros infelizmente já morreram, mas alguns até hoje, muitos até hoje, eram aqueles que estavam lá no Vicente Rijo. E esse movimento então passou para a Universidade, que era um movimento não só de amizade, mas era um movimento político! Não era só o movimento de amizade, era um movimento sobretudo de amizade, principalmente no meu caso. Mas eu queria que vocês pudessem me interromper para saber que linha que eu tomo, por onde eu vou, para contar melhor essa história que vocês estão gravando da Comissão da Verdade.

B: Quando você estava no Vicente Rijo, você disse que teve um grupo de pessoas que você começou a ter relação. Eles tinham alguma ligação com o movimento estudantil? Com a ULES, por exemplo?

N- Tinha. Veja, eu vim de Campinas, do movimento estudantil, porque lá em Campinas eu participava de um grêmio estudantil Brazinha, que era o nome do

Grêmio, era naquele tempo, era clássico e científico, eu estava no clássico, e do Brazinha eu trouxe um monte de documentos para Londrina. Inclusive, o pessoal achou estranhíssimo aqui pô, “o cara é louco, é dedo-duro, alguma coisa” que chegou lá com 1 kg de documentos vindo de Campinas para Londrina e logo caiu no grupo de estudantes, que participavam da ULES, que tinham grupos de teatro, de literatura, de estudos de Literatura, e de teatro e que participavam ativamente do movimento estudantil dentro do Vicente Rijo. Entre outros vocês sabem, ou pelo menos, eu não sei se já gravaram, mas o Marcelo Oikawa. A Célia já era também da ULES. A Cleuza que virou um Monteiro, mas era Venâncio, a mulher do Marcelo, esse pessoal todo já participava da ULES, já havia um grupo na ULES, né? E havia um grupo também de Londrina que era os outros amigos nossos, o Carlão...esqueci o nome todo, mas era Carlão, um negrão alto, forte, infelizmente morreu, muito amigo meu. O Carlão e o Paulo Nassar, esse pessoal todo estava no Vicente Rijo, participava da ULES e foi onde eu caí em Londrina, graças a Deus. Foi esse grupo e daí para frente a gente continua a fazer isso, nós continuamos a ter uma amizade cada vez maior e uma identidade política também cada vez maior, embora cada um tivesse uma tendência, cada um professasse uma tendência ou tendências diversas. A diversidade era grande, mas eram todos contra governos autoritários etc. etc. E naquela época 1970, 71, 72, eu não preciso dizer nada, todos eram contra a ditadura. Era uma coisa boa, porque era o Brasil. O que houve no Brasil, fantástico na época da ditadura, ela foi uma frente amplíssima contra a ditadura, que é da direita, da centro-direita até a extrema esquerda. Até o pessoal que, feliz ou infelizmente, não estou julgando não, é um mérito aqui, foi para a luta armada. Todos eram contra ditadura e que redundou na retomada da democracia no país, não foi de graça. É por isso que a gente fica muito emocionado, eu fico muito emocionado, porque essa democracia custou caro, ela não foi entregue de mão beijada. Então eu participei sim, desse movimento, e se tivesse a mesma idade e tivesse em Londrina participaria de novo!

NA: A respeito desses primeiros anos na UEL você começou, você falou 1971, não é? no curso de História. Era o Ascêncio Garcia o reitor? Você pode falar da Universidade Estadual de Londrina nesses primeiros anos? Sobre tudo a essa, essa primeira Reitoria da história da Universidade? como era o relacionamento de vocês estudantes com a Reitoria, com a instituição em si?

N: André, e todos, a Universidade em 1971, o Ascêncio, ele tem um papel, eu considero muito importante, o reitor, veja bem o reitor, e queria destacar também ao lado do reitor, pessoas de Londrina que faziam a vida dessa Universidade, alguns que já morreram, como o Délio César, que foi o criador do Festival Universitário, dentro da UEL, que é hoje um Festival Universitário e internacional, o FILO, virou uma coisa enorme. Mas o Ascêncio era o que se pode dizer de um

homem democrata. Na época nos anos 70, princípio dos anos 70, os diretórios acadêmicos não eram diretórios livres, ou seja, eles eram diretórios atrelados à estrutura Universitária. Quando nós em 1971, entramos todos para a Universidade, nós começamos a conversar com quem já estava lá dentro, já era veterano, nós éramos os calouros, o que achavam da participação dos estudantes naquela estrutura toda. Isso tudo é um monte de conversa, estou resumindo. Mas enfim o que achava uma coisa, e tinha uma turma, a turma, de Direito, de Odontologia, e da área de humanas, se eu não me engano, esse pessoal todo era contra o Diretório atrelado a Universidade. O Ascêncio propunha que se fosse, e como lideranças acadêmicas de Medicina, e depois vou dizer do papel deles também, achava que devia ser, não tinha problema, era melhor ter um diretório que fosse atrelado a Universidade, mas fosse representante da voz e da reivindicação dos estudantes, do que não ter nada. Era a ideia deles. Essas lideranças eram muito ligadas ao Partido Comunista Brasileiro. Que por meio delas, eu tenho certeza, hoje, depois de velho, careca, tenho certeza, eles tentaram colocar isso na Universidade, como discussão na ordem do dia dos universitários. E entre nós também havia amigos que embora não fossem do Partido Comunista, amigos que tinham a mesma ideia, que era melhor criar, mesmo que atrelado à Universidade, do que não ter nada. Hoje eu tenho certeza de que foi melhor. Na época eu não sabia. Eu era bem porra louca nesse sentido, então “atrelado eu vou fazer o quê aí dentro?”, mas eu não entendia direito por que e esses amigos em conversas e conversas e conversas e muitas muita lábia, muita saliva, mostraram que era possível sim um diretório reivindicar, postar, postular, aquilo que os universitários estavam querendo e não tínhamos, nem ou melhor que não ter nenhum. Completando, André, aí o DCE foi criado, né sobre os auspícios e ajuda da Reitoria porque o Ascêncio não só abriu as portas da Universidade. Naquela época ela tinha quatro a cinco cursos. E aí já estava sendo criado na Universidade, né? Não sei como, se não me lembro. Concedeu a nossa sede ali no Hugo Simas, a primeira sede foi cedida pela Reitoria. Nesse sentido houve, depois também um racha. A gente aceitou, foi feita a primeira Chapa que era amplíssima, era tamanho de um bonde. Liderada e presidida pelo Márcio Almeida, que depois foi deputado, foi, enfim, do Partido Comunista, etc., etc., mas o Márcio, que quase sempre não tem o seu nome citado como importante em todo esse trajeto do movimento estudantil em Londrina, merece um registro sim. E um registro significativo porque embora depois nós pudéssemos ter discordado dele, seguido outro caminho que não fosse o dele, ele foi importantíssimo. Ele, o Tercílio Turini, o Paulão Takata e Saudi Hara e mais alguns nomes, mas eu, era bom citar nomes. O Carlos Aok. Eram todos do curso de Medicina. O Chaves. Então Medicina liderou sim. A primeira chapa para o DCE mas não era somente Medicina, tinha nego da Educação Física, desde o Haully que depois foi deputado federal e candidato a prefeito de Londrina 532 vezes, o Eloy Zamberlan. Tinha gente da Educação Física, tinha gente do Centro de Ciências Humanas, né? Eu fazia parte, se não me lembro, do grupo de base de literatura e do grupo de esporte troço assim,

junto com o Eloy Zamberlan que dirigiu o grupo de esportes. Então essa chapa ampla abriu o campo da Universidade para que depois nós fossemos ao longo do tempo, ao longo dos anos, na briga para criar o DCE livre. E isso redundou sim em uma melhor organização, se não a maior, na melhor organização do Diretório Central dos Estudantes durante os anos. Não fosse a criação dele, mesmo atrelado, eu não sei se a história do movimento estudantil em Londrina, eu digo não sei, se teria tido a sinalização que ela teve em nível nacional e a importância que ela teve em nível local. E nacional também, nacional também diga-se de passagem. Então foi criado o DCE assim. Na segunda eleição nós perdemos eleição para uma outra chapa de direita movida por interesses do Estado, do Ney Braga, com a chapa liderada pelo empresário Nilo Dequech. Ganhou da gente a eleição. A gente levou um ferro, horroroso assim, maravilhoso assim em termos de... Não, na verdade por coisa de 17 votos assim, perdemos. E nós achávamos que ganharíamos a eleição, que daríamos um banho. E dançamos. E depois a gente foi obrigado, eu acho, a rever tudo aquilo que estávamos fazendo ali. A começar muitos dos nossos dizem que isso não foi verdade. Eu digo que é verdade, a recepção que nós demos aos calouros quando nós éramos no DCE foi com bolacha Maria e chá. Porra, foi um desastre do ponto de vista do calouro. O calouro ficou puto, ele queria encher a cara. Foi chá e bolacha Maria porra. Do ponto de vista da oposição a gente foi um prato cheio de bolacha. o Nilo Dequech, em todas as turmas, falando “esse povo que tá aí, bando de comunista quer receber vocês com bolacha, que é dar bolacha para vocês”, fodeu com a gente. Quer dizer foi uma das causas, eu não estou dizendo que foi a principal, nem a única, tá. Mas essa causa eu senti porque eu vi tá lá, porra, “você vem aqui falar na classe, pô, vai comer bolacha não enche o saco”, talvez, enfim. E aí a gente nessa derrota aprendeu muita coisa, nós somos derrotados com a chapa Todo Mundo, que era liderada também pela turma da Medicina e não devia, foi um outro erro, o Tercílio Turini presidia essa chapa e aí também o pessoal do CESA que era o pessoal de Direito de Economia, Serviço social, o pessoal foi encontrar a gente “Medicina de novo? vão procurar marido, né”. A gente perdeu e aprendeu. Eu acho. E daí nasceu o movimento que me emociona que foi o Poeira. E pela derrota a gente aprendeu muito. Foda falar...[emocionado] a reunião que a gente fez, uma das reuniões que a gente fez para avaliação, todo mundo meio borocoxô.

(A entrevista é interrompida a pedido do entrevistado por alguns segundos, para que pudesse se concentrar melhor)

N- Eu, sempre digo para estudante, quando chamam a gente para falar besteira, que eu sempre fui feito para escrever, não para falar. E vocês vão me desculpando aí. Bom a gente aprendeu. Naquela reunião que fizemos, para

avaliar a derrota por tão poucos votos etc. a Marília Andrade, que vocês também já devem ter entrevistado e se não fizeram ainda é a pessoa mais do que necessária ser entrevistada. A Marília levantou numa reunião e começou a cantar a música do Paulo Vanzolini “levanta sacode a poeira e dá a volta por cima”. Era isso, nós tínhamos que levantar daquela cinza da derrota reconhecer e dá volta por cima e criar um puta movimento amplo, muito amplo, e parar com frescura de ficar com meia dúzia de nego dando palpite aqui ali, tinha que abrir aquilo. Ela deu todo um mote do que foi o Poeira na Universidade. E mais, depois, enquanto nós compúnhamos a chapa Poeira e faziam toda aquela propaganda etc., e tal. Ela trouxe também o símbolo do Poeira que foi a Mafalda do Quino, argentino. A Marília chegou lá com o cartaz amarelo com a Mafalda, dizendo “esse aqui é um puta símbolo”. Assim virou na hora, acabou, é esse aí, virou o Poeira. Virou a Mafalda. E nós fomos também como a experiência que já existia, aprendendo tudo aprendendo, em Minas Gerais um Diretório Acadêmico de Minas Gerais escutando os estudantes. O que que vocês querem para a Universidade? O que que a gente deve reivindicar em nome dos estudantes, para a Universidade? e dessa plataforma, que a gente ouviu dos estudantes, nasceu o nosso programa, do Poeira e que se elegeru dando um banho também na outra chapa, que era chapa também do governo, também financiada pelo Ney Braga, com dinheiro, com ideia, sei lá qualquer, mas financiada pelo governo, né? E que perdeu, que era liderada pelo Milton Castro. Nem sei se está em Londrina ainda. E foi a sequência. Depois veio eu, depois o Paulo Silva. Na gestão do Paulo Silva, e veio Nilson, depois a do Tadeu, depois do Tadeu se eu não me engano o Alberto de Paula Machado, depois o Dias, aí acabou em 78. Esse é mais ou menos o histórico do que aconteceu, respondendo ao André, no início da minha estrada ali nessa convulsão que era a Universidade. E numa Londrina que tinha uma característica absurdamente diferente do que tem hoje. Isso é preciso dizer para fazer justiça, mas não éramos heróis não, mas não éramos as santas criadoras não, Londrina, tinha uma característica absurdamente diferente. Então precisa-se colocar as circunstâncias em que nasceu o Poeira, colocar as circunstâncias em que nós vivíamos de intensa ebulição cultural, para que a gente entenda um pouco, como é que foi essa história. Eu prefiro que vocês vão me cortando, me perguntando senão eu fico duas horas, e a única coisa que eu não quero é fazer discurso.

B: Tá bom. Nilson você relatou que você foi o primeiro ou foi o segundo que veio a ser presidente do Poeira?

N: Segundo, do Poeira, segundo

B: Quem foi o primeiro?

N: O Paulo Silva

B: E em que ano que você foi? Você se lembra?

N: 1975, 76.

B: No período que você foi presidente lá você lembra ou não e também nos outros períodos, você lembra de algum tipo de perseguição interna a estudantes, alguma coisa desse tipo como constrangimentos, sindicâncias, processos administrativos contra estudantes? Como coagir os estudantes, que participavam do movimento estudantil. Você percebeu alguma coisa nesse sentido?

N: Todo tipo!

AN: Pensando que já era a Reitoria do Oscar Alves.

NI: O Bessa, posso pegar carona na sua pergunta? É que eu, juntando aí isso, eu me lembro muito bem Nilson, quando eu entrei na Universidade, como aluno, em 78, o que ocorria no movimento estudantil entre os alunos é que a UEL era uma Universidade muito policiada, ela era muito vigiada, e tinha estudante que estava ali como dedo duro. E diz que organizações dentro da Universidade que se prestavam a guiar a atuação política dos estudantes. Isso era uma realidade mesmo. Isso implicou em questões como essa que o Bessa levantou, de perseguições, processos contra estudantes e a todos.

N- Houve todo tipo, todo tipo de ... nós não vivíamos em um período de democracia. Então toda a manifestação, de onde viesse, contra a ditadura, obviamente, não era bem-vinda, ainda mais de estudantes. A pergunta do César eu respondo o seguinte: desde o início quando, era ainda na época do Márcio e



nós criamos dentro do DCE um grupo de literatura, grupo de esporte, grupos de estudos, grupo de jornalismo, com aulas dadas por vários profissionais da cidade, fora da Universidade, havia problemas. Para nós que, além de universitários, éramos digamos criadores, nós escrevíamos. Eu, Pelegrini, Marcelo, o Rondon, metidinho a besta, metidinho a escrever, essas coisas todas. É evidente, nós tínhamos problemas sérios assim do ponto de vista de medo mesmo, de uma mordada, de etc., etc., etc., etc. Me perguntaram uma certa vez se eu fui preso, torturado, durante a ditadura. Falei “não, nunca e não precisava. Ou precisava?” Quando você tem uma situação que você tem medo de atravessar a rua porque tem medo de ser atropelado, você precisa ser torturado? Quando você tem uma situação em que você tem medo de andar à rua, à noite e sair de trás da árvore um brutamontes qualquer, você precisa ser torturado? você não precisa ser torturado. É uma coisa que cai, é uma nuvem que cai na tua cabeça, mas nós também e eu confesso que cada um de nós tinha uma visão, uma consciência do que era aquele momento, e eu tinha uma visão mais leve, mas ... eu conheço, sabia tudo, é óbvio, a minha cabeça vinha espremida, mas eu tinha uma visão mais artística da coisa. Naquele livro do Poeira, que o Tadeu escreveu, aliás é um livro que vocês devem ter lido, é óbvio, mas se não leram recomendo muito, mostra ali, que dois de nós, que estava no DCE que foi um dos criadores, do movimento todo do Poeira, o Tadeu diz isso. Dois tinham uma veia mais artística, que éramos eu e o Roldão e três tinham uma veia mais política era o Marcelo, a Marília e a Celinha. No fundo tudo se embricava, se somava, né? Mas como é que nós, dentro da Universidade, com Oscar Alves de reitor, vocês imaginam, e depois os seus sucessores, todos, mas éramos também respaldados por Londrina. Esta é uma verdade. A comunidade sempre nos deu respaldo. A comunidade, até a mídia de Londrina, toda ela, desde a Rádio Alvorada que era uma rádio ligada aos padres, é uma rádio católica. A Folha de Londrina que era o jornal mais importante do Paraná, toda ela, as televisões que, depois veio o Panorama, depois o Novo Jornal. Eu trabalhei em todos os jornais em Londrina, vocês sabem né? Então tudo isso dava uma um respaldo para nós e Londrina existia um movimento artístico muito forte. Londrina tinha um movimento de teatro fortíssimo com a Nitis Jacon, com a Joana Lopes, o Apolo Teodoro, o próprio Roldão. Londrina tinha um movimento musical fortíssimo com Arrigo Barnabé, com o Itamar Assumpção, com o que os meninos, os moleques lá, você tinha um conjunto ótimo em Londrina de música, rebeldes, tipo rebelde. Sidnei Geovenazzi. Londrina tinha cineastas como Paulinho Barnabé. E Londrina, tinha um político institucional forte. A nossa cidade, ela criava lideranças políticas institucionais muito fortes, Londrina numa eleição para vereador de 20 ou 19 vereadores, elegeu 12 do MDB. Que era oposição a Arena, então partido da ditadura. E depois sempre foi assim. Londrina teve dois governadores eleitos pelo MDB o José Richa e depois o Álvaro Dias. Londrina tinha Partidos clandestinos também. Londrina tinha um passado libertário vindo da organização sindical, da grande organização sindical que houve na cidade. Para mim é uma tese que a gente pode até discutir outra hora

ou agora. Para mim o que mudou em Londrina foi que não existe mais indústria, força operária, não existe mais organização sindical de indústria. E o campo acabou, o que restou no campo foi o grande fazendeiro e suas máquinas, portanto não há organização de trabalhadores. Que davam a cidade esse caráter libertário que garantiram a Londrina um espaço fantástico, um cenário político nacional em todas as épocas. Infelizmente agora desbundou e piorou e continua sendo em todas as épocas agora, para minha vergonha, não sei se para vocês, mas para minha vergonha, é uma vergonha. Mas é um é um, é um destaque nacional da vergonha, cada um tem uma visão, né? Eu preferia Londrina antes. Mas ela nasceu dali e é por isso que toda essa ... César, te respondendo, perseguição que houve sim na Universidade. Em todos os sentidos. A Universidade tinha um código 169, que era a cópia do 477. A Universidade tinha AESI que era uma polícia, criada pelo Oscar, uma polícia específica, dentro da Universidade. A Universidade brigou como pôde contra as reivindicações que o grupo no DCE, mas era um grupo do DCE e que era 5000, 6000 estudantes, reivindicava. A Universidade não conseguiu impedir que nós representando cinco mil estudantes com um abaixo-assinado, quase 6 mil assinaturas, viéssemos ao Geisel, então Presidente General Geisel, eu digo o general de plantão, trouxemos a Curitiba com intermediação do então secretário de educação, Ministro da Educação Ney Braga, para entregar para ele, e ele nos recebe, porque também fazia de conta que a ditadura estava numa época de abertura, era interessante para ele também, mas para nós também. Porque nós marcávamos “olha aqui, nós não estamos aqui como irresponsáveis, nós estamos aqui em nome de 6 mil neguinhos pedindo federalização.” É uma coisa ampla, não é uma coisa de grupo. O segredo do Poeira é que ele nunca teve um rosto, o Poeira teve centenas de rostos. Você não conseguia simplesmente prender um cara do Poeira... conseguiria, mas teria uma repercussão de milhares. Como houve, quando a polícia da Universidade invadiu, sequestrou a máquina de imprimir do DCE, acho que em 77, se não me engano 77, que foi sequestrada a máquina. No DCE houve manifestação de milhares. Em 78, quando... 78, foi o sequestro da máquina. Em 77, os estudantes de Londrina foram presos em Belo Horizonte. Estavam indo para um encontro e foram presos em Belo Horizonte. Tudo isso é porque também tinham respaldo comunitário muito grande, porque senão nós eu não sei se hoje a gente estaria falando assim, né? Não sei, por que o que seria de nós? Muita gente morreu. Aí em Apucarana morreu Três Reis de Oliveira. Muitos Londrinenses fugiram, eles fugiram, se exilaram no Chile. Sumiram. Mas o movimento estudantil não era um, era um bloco de movimento estudantil, isso era muito difícil, você prender um cara desses. Mas aí me perguntaram “você nunca foi preso?”, que eu além de tudo era pouco dinheiro, e era jornalista e essas pinhaca, e tudo que os caras adoram por amor. Uma vez o Poeira, que era o nosso jornal, o Dudu colocou uma charge na contracapa do Poeira, era uma imagem, como é que fala aquilo, mas era uma imagem do ditador da Espanha, Franco, se assemelhava ou não com o Geisel ou não, o problema não é meu. Foi feito pelo Jaime Leão que era

um artista gráfico de São Paulo, amigo nosso que morreu, infelizmente. E aí a Polícia Federal me chamou, depois que saiu o jornal. E eu fui para lá, e fui lá e morava pertinho, aliás morava bem pertinho foi fácil ir a pé. Era na Maranhão, acho que a polícia federal. Bom, um delegado era um negro, um senhor negro. Botou o revólver em cima da mesa, mas nem mexeu naquela merda lá. E me perguntou “pô, mas como é que vocês estão desmoralizando o presidente Geisel”, eu falei “mas onde o senhor viu o presidente Geisel?” Ô, João, onde você nessa merda desse jornal que vocês fazem”. “Não é o presidente Geisel, isso aqui é o Franco. O senhor conhece o ditador Franco da Espanha?” “Conheço não, mas esse aí é o Geisel pô”. “Eu tô falando para o senhor que é o Franco” e tinha ido mais dois amigos meus que infelizmente não lembro o nome, também de diretórios estudantis setoriais junto comigo, e ele falava “Não o senhor está errado”. “Não perguntei para vocês, estou perguntando para ele”. “tá bom, então. Pergunta para ele”. Perguntou para mim de novo.” Por que que vocês fizeram isso com o presidente?”. “O senhor sabe, eu não tenho nenhuma paixão pelo Presidente Geisel, mas não é o presidente Geisel e aqui não há demérito para o presidente Geisel. Aqui é um ditador da Espanha, que é um sanguinário, um filho da puta, que meu avô precisou fugir da Espanha por causa dele.”. “Ah é. O teu avô?” “Sim, meu avô sim que era antifranquista e eu digo para o senhor, eu também sou antifranquista. E sou contra ditador, qualquer ditador eu sou contra.” Bom, ficou ali aquele papo, não vi nada de nada de mais pesado digamos, né? Além da conversa ali. É óbvio que eles ficaram ali parados em pé parecendo...mas não fizeram nada, não puseram a mão nem nada, depois de algum tempo, “É então o senhor vai para casa, mas só faça o favor de não fazer mais isso lá nesse troço de vocês, se não nós vamos meter o cacete em todo mundo”, então falei “Então o senhor vai ter que bater em seis mil estudantes. Porque eu só sou presidente, por um acaso, lá ninguém é presidente, ou manda, ou é presidente do Brasil, a secretária do Brasil ou ministro, lá todo mundo é igual. Lá não tem cadeira grande para presidente, lá a cadeira tudo igual. E dispensou e não houve mais nada, mas nós sabíamos é óbvio, de coisas horríveis, dentro da Universidade como essa que eu já relatei e que havia a pressão muito grande, eu e a Célia Regina de Souza que havíamos sido eleitos para conselho Universitário, dentro do Conselho Universitário, naquela época éramos nós dois universitários e mais 40 professores, né? Do nosso lado só ficava o professor Vanoly da Costa Fernandes professor de Filosofia, e depois, um pouco mais à frente também o Jorge Cernev, que era de História, assim não fazia questão, mas Vanoly fazia questão, estava sempre do nosso lado. E A celinha e eu fazíamos lá o Conselho Universitário e discutimos tudo, o contexto...

B- O Cernev, ele morreu, é a questão de um mês dois meses atrás.

N- Eu fiquei sabendo, e ontem eu acho que ele Joaquim Ferreira da Silva, também que era um cara de Londrina que eu aprendi bastante com ele também. Aprendi muito com esses velhos de Londrina, muito, inclusive com o padre Carlos Weiss, que me detestava e queria ver o demônio, não queria ver eu na frente, mas eu aprendi com ele também. Enfim, lá na Universidade tem o Conselho Universitário eu e a Célia falávamos, é obvio, estávamos nós ali, os assuntos eram colocados na pauta na hora, mas nós considerávamos sempre a opinião do Conselho Deliberativo do DCE. Portanto, não estávamos sós. Quando a gente ia com uma decisão, ia com uma decisão! E não por conta nossa. Isso tudo é que foi muito bonito e que a gente deve reaprender nesse Brasil de hoje. A gente ter a capacidade de amplitude, a capacidade de saber que as pessoas além de nos ensinar aprende entre elas e com a gente, e que podem ensinar, e que pode aprender com o resto do país, mesmo com os maus exemplos. E nós que nascemos de uma chapa muito estreita, eu acho, nós ampliamos esse movimento, quando eu digo ampliamos é nós mesmos, não sou eu hein! É nós mesmo! Para a Universidade toda. Quando em certa época nós decidimos reivindicar o passe universitário. Nós fomos conversar com o Richa, que era prefeito, eu falava que eu era presidente do DCE, mas eu falava e ele contrariava, óbvio, o Richa, depois eu soube, depois de adulto, e depois ele mesmo me contou que a campanha dele, um pedaço da campanha dele, tinha sido paga pelo Lopes, aí da aviação urbana londrinense, da Volvo. Claro que ele não ia querer contrariar o cara que havia pago um pedaço da campanha dele. Uma das descortesias dele, mas era o nosso papel brigar pelo passe Universitário. E fomos lá com a chancela de milhares e milhares. Ele brigou, brigou, brigou, brigou comigo, pessoalmente! Brigou. Não foi só de... Foi enorme, enorme. Depois a gente se acertou num negócio emocionante, emocionante. Mas ali a gente...e acabou saindo o passe universitário, o Richa acabou entre aspas abrindo as pernas, né? Por isso as reivindicações eram coletivas a gente não era não falava em nosso nome, né? Assim como ... César você tinha me dito, uma certa altura, até antes e se gostaria de falar do discurso, que o Nelsão parece que tinha falado... Enfim do discurso de posse né?

B- É seu discurso de posse, e eu acho que você podia fazer uma recordação de como foi a sua posse A sua posse me parece que tinha autoridades também, né? Tinham representantes da administração municipal, estadual, da Universidade, como é que foi que aconteceu isso, a elaboração do discurso? Como é que foi? O fato da prisão do Nelsão? Como é que vocês mais discutiram isso? E assim relatar isso para gente é muito importante.

N- Tá bom. Eu fiz uma besteira também de não pegar água. Minha voz está ...

B: Pode pegar. A gente aguarda. Se não vai te prejudicar a garganta.

N: Se não, daqui a pouco eu não falo mais.

[A entrevista é interrompida por poucos minutos para que o entrevistado possa ir a cozinha de sua casa para se hidratar]

E- Nilson só complementando a pergunta do Bessa é com relação a esse discurso. É que vários comentaram, é para a gente interessante saber sobre como é que foi a discussão no DCE, da pertinência de colocar ou não, aí vocês bancaram isso de colocar o discurso, denunciar a prisão do Nelsão. Era um momento delicado. Como é que foi essa discussão pessoalmente? Como é que foi no momento também?

N- Antes do discurso, é bom que se diga ...[interrupção por falha no sistema de transmissão de vídeo, logo retomada] é preciso antes do discurso fazer um pouquinho mais de histórico para a gente entender essa coisa do discurso, tá? Depois que o Paulo Silva foi eleito, depois da primeira gestão do DCE, nós continuamos com a mesma política de ouvir o estudante em todos os sentidos. O Poeira já era um jornal que ia ao estudante, não era um jornal, como muitos boatos eles ficavam propalando, que era vendido em banca, não era nada, era distribuído aos estudantes. Também não era mandado pelos Correios, os caras ficavam inventando, era um horror. Era jornal de terrorista, por isso que ele manda pelos Correios, era uma palhaçada, uns babacas. Bom, mas a gente estava já é nessa política da Universidade de se encaminhar junto com os estudantes. sim! Ouvir os estudantes. Sim! saber qual é a pretensão dos estudantes dentro da Universidade, e claro nós sabíamos ali que as grandes reivindicações dos estudantes eram contra o exame obrigatório. A Universidade tinha o exame obrigatório, né? A favor do passe gratuito, contra o 169, porque era aquela milícia dentro da Universidade. Então os estudantes tinham quatro, cinco, plataformas que eram unânimes dentro da Universidade, de todas elas. Então no dia anterior... não... dois dias antes nós havíamos escrito no Conselho Deliberativo do DCE, em discurso claro que ali hoje tinha um bando de jornalista, né? Então para nós escrevermos era beber água, né? Mas as ideias tinham que ser discutidas e etc. e nós tínhamos feito um discurso que dizia que nós estamos aqui estudantes, milhares de estudantes que nos elegeram. É bom que se diga,

hein? A nossa chapa era única, mas eles só não conseguiram fazer outra chapa, por isso a chapa única, né? Porque foi um massacre foi 87% dos votos, quando fui eleito, a nossa capa foi eleita. Daí pô, chapa única, você devia ter feito outra chapa, que daria até legal para gente fazer um joguinho mais divertido. Mas não fizeram, enfim. O nosso discurso original era um discurso de reivindicação universitária. Era um discurso acadêmico queria, claro, atingir os propósitos da Reitoria porque falavam contra o 169, contra a polícia dentro da Universidade. Defendia passe universitário, defendia melhores aulas, melhores condições, melhores professores, enfim defendia um ambiente universitário, era muito mais ambiente universitário, extrapolando aos poucos, é óbvio, fagulhas na política nacional e estadual e local, né? Contudo no dia anterior a posse, assim, e dentro da Universidade muita gente, óbvio que contrário ao Poeira, opositor ao Poeira, distribuía boatos, os *fake news* da época, né? Dizendo que ia ter bomba lá dentro, que a polícia ia prender todo mundo, que quem fosse para a posse seria preso, que a Reitoria estava com medo de fazer posse com esses subversivos tomando posse, e coisas do gênero, né? Coisa babaca, mas que na Universidade tinha o peso sim! Ecoavam sim! E ameaças, inclusive pessoais, né? Um sargento, não me lembro o nome, era sargento Raul, se eu não me engano ameaçou pessoalmente a Marília Andrade, ameaçou antes dela ir para São Paulo, ela foi em 1974, ameaçou em frente onde seria a sede do DCE, que depois quando se tornou a Casa do Estudante. Bom, então a posse nessa pandemia de boato de não vai ter, vai ter, não vai ter, não vai ter, a posse ficou marcada e a gente ficou sabendo, um dia anterior que um professor da Universidade, Nelson Ferreira dos Santos, que era muito querido de grande parte nossa, que era amigo pessoal de muita gente nossa e que era amigo pessoal de muita gente em Londrina, inclusive dos jornalistas e dos outros médicos, e que frequentavam o restaurante Churrascaria Campo Grande e bebiam em parceria no Campo Grande todos juntos, o Nelsão, como nós o chamávamos, era um cientista muito importante que havia sido preso. E não só o Nelsão, quer dizer, nem a surpresa, a família não sabia onde ele estava, tinha sumido, né? Era a operação Marumbi e aconteceu em 75, e no Paraná, mas não só o Nelsão, mas também foi preso em Geneci Guimarães, também foi preso João Eineck, foram presos outros de Londrina e muitos sofreram na prisão... o Laércio Souto Maior que é jornalista. Só que nos dizia a respeito da prisão do Nelsão, para qual a Reitoria não tinha mexido, aliás, esperar que houvesse para cima, né? Se a reitoria mexesse alguma coisa contra a prisão do Nelson, mas a gente como ficou sabendo, houve uma reunião do conselho deliberativo do DCE e todos do Conselho Deliberativo “como é que a gente vai fazer esse discurso? ‘Nós vamos continuar falando da questão Universitária ou nós vamos dar o tom político dessa coisa?’” Ah foi unânime. Nós vamos falar da prisão do Nelsão. E eu...[Risos] eu vou falar... mas eu estava com tanta raiva. Com tanta raiva dessa prisão que eu me faltava ar, não só dessa prisão, mas das prisões que aconteciam de madrugada e ninguém sabia se os caras voltavam morto ou vivo. Então foi assim e aí foi feito esse discurso, eu não sei a quantas mãos né?

Porque no Conselho Deliberativo todo mundo podia palpitar, em opinar, decidir e falaram “você vai fazer esse discurso”, falei “então é comigo mesmo, vamos para o pau. Não tem importância não, vamos lá!” Porque era muita ameaça de golpe, era muita. Aí o Oscar Alves nos ligou, ligou acho que para o Paulo Silva, para dizer que tinha um problema de encanamento. A gente falou “foda-se o encanamento porra, do Teatro Universitário” onde seria a posse. Porra, problema de encanamento? Aí depois um dos membros da Reitoria que não foi o reitor, é bom que se diga para ser justo, disse “que não, que tinha bomba!” que “tinha muita bomba no Teatro Universitário, não ia dar para fazer, e não ia ter posse porque não vai ter posse.” Era óbvio que o objetivo era não ter a posse claro, né? “Não vai dar, não vai dar, não vai dar”. Bom se não vai dar no Teatro Universitário, tudo bem a gente faz em outro canto e aí um de nós, inclusive e o Oscar ajudou, viu também tudo é bom ser justo, né? Ele deu uma ligadinha lá na época para um diretor do Canadá, Um de nós, conhecia muito o gerente do Canadá Country Club que é ao lado ali, era pelo menos, ao lado do Teatro Universitário, mas eles não imaginavam que não ia ninguém no Canadá, porque a posse, espalhou tanto boato que ia ter bomba e que ia ter porrada e que ia ser preso que não sei o quê, que não ia ninguém. Né, só que nós ficamos plantados em frente o Teatro Universitário, e cada um que chegava nós encaminhávamos para o Canadá, “a posse vai ser lá, vai ser assim, vai ser assado”, todos nós ficamos ali. Como nós éramos bastante porque éramos eleitos não só no DCE, mas os diretórios estudantis também nos setoriais, né? A gente juntou todo mundo para lá, foi todo mundo para lá. E aí como você perguntou de autoridade tinha autoridade. Tinha mãe de estudante, primo de estudante, tio de estudante, tinha muita gente que não era só estudante. E eram centenas de pessoas no Canadá, para surpresa das autoridades da Universidade. Muita surpresa. E aí a gente foi para lá e fez um discurso, discurso já estava pronto não foi de improviso então, e fiz um discurso com a grande maioria que estava ali estava na frente assim por que, nós ficamos na frente. O pessoal ficou na frente porque se houvesse qualquer problema de ameaça de bomba, lesão, ataque pessoal, tudo. Se ia dar alguma coisa. Vocês estão sentindo mesmo um chiado? [som de chiado na gravação]

B- É a chuva.

N- Essa chuva é bem-vinda. Então nós fomos para lá e fizemos lá, eu fiz lá o discurso da posse e muitos imaginam que foi um ato de coragem e que...muita gente ficou marcado com aquele discurso, né? O problema é que um ato de coragem movido não foi por uma pessoa, né? Foi por dezenas e dezenas de pessoas que também davam um respaldo para aquilo lá, pode ter sido sim um ato de coragem que a gente vivia em plena ditadura 1975, duas ou três semanas,

depois os caras mataram o Herzog lá em São Paulo na cadeia, né? Então pode ter sido sim, mas eu não, não imputo a isso a importância daquele ato, a importância foi fazer a posse, encarar tudo aquilo que houve para fazer a posse, e no meio daquele pessoal todo que estava ali centenas de pessoas estavam na posse eu via muito dedo duro muito estudante que era dedo duro, muita gente que era autoridade federal lá no meio, e fim, não teve problema nenhum. Eu fiquei muito emocionado para variar com o discurso, mas eu li! Foi a primeira vez na minha vida que eu consegui fazer um discurso sem chorar, aliás, acho que foi a única. Única vez que eu consegui falar sem chorar foi aquela vez, e eu falei com tanta raiva que em vez de ler Diretório tinha todos os nomes dos Diretórios que tinham nos apoiado eu digo eu li todos “diretório”. Diretório Acadêmico de Ciências da saúde, Diretório Acadêmico do CESA, era diretório, mas eu estava assim, na raiva dos justos.

AN -Nilson. É apenas para esclarecer um fato, segundo você, se tentou de toda a forma impedir a cerimônia de posse né? Espalhando-se boatos, o encanamento quebrado e por aí vai. Eu te pergunto... Você acha que, quer dizer, queriam impedir a posse simplesmente por ser a posse da nova chapa, ou a informação de que se faria um discurso contundente contra a ditadura acabou vazando? E era a tentativa de impedir o discurso?

N- Não. Duvido que fosse o discurso! André, desculpa pode até ter sido, mas eu duvido. Sabe, é que há dois fatores, né? Primeiro, como o Nelson tinha sido preso agudizou dentro da Universidade essa questão da injustiça. Um professor querido como ele era, diretor do Centro de Ciências da Saúde, um médico de grande importância para Londrina e para o Brasil foi preso. Então isso agudizou sim, né? esses dois fios desencapados, mas eu duvido que tenha sido o vazamento do discurso, porque honesta e sinceramente, as pessoas que discutiram o discurso eram pessoas do Conselho Deliberativo e a não ser que eu estivesse muito enganado, que eu esteja muito enganado até hoje, não vejo, não lembro de ninguém que pudesse ter digamos vazado esse discurso, né? Não acho. Agora, sim, se não houvesse posse era uma prova da nossa fraqueza. Aí sim aí era a amostra de que a força do boato, a força da força bruta, mesmo sem aparecer ela funciona, e foi isso que a gente fez na posse. “Não senhor, pera aí, vamos para o pau”. “Ah! mas vocês vão ter...ah mas estourou o cano de água...”, “Vamos fazer em outro lugar, pô!”, “Ah vai ter bomba”, “nós fazemos lá com bomba e tudo!” Ou melhor fazer em outro lugar, desculpe, não foi no mesmo lugar anterior. Então fazer a posse foi sim um ato de coragem e foi sim uma afronta, ao que se espalhou. Não se fez por exemplo, também para registrar, como de outra feita.... é, vinha palestrar no DCE a convite do diretório Central dos Estudantes o Aliomar Baleeiro que era um cara de direita, para vocês



verem como é que a gente vivia. Aliomar Baleeiro veio a convite do DCE fazer uma palestra aqui em Londrina. E a Polícia Militar cercou o DCE armada até os dentes e impediu. E impediu que o Aliomar falasse. Ele se sentiu envergonhado para o país inteiro, ele falou isso que “Estava envergonhado” né? Ele deu uma entrevista para nós que éramos da Folha de Londrina dizendo que estava envergonhado com aquilo que estava acontecendo. E isso, foi impedido pela força física, presente, a nossa foi tentar impedir pelo boato, pela criação dos *fake news* como hoje os desgraçados ainda fazem é pelo *fake news* espalham o boato pelo *fake news* quando ele sabe que as forças deles tão perdendo, enfraquecendo, estão minando, aí eles entram com as suas redes sociais, todos os filhotes do Trump e a sua canalha. Enfim, é isso o que aconteceu, mas ...

NI: Nilson, esse episódio do Aliomar foi aqui no Colossinho? O debate, a palestra?

N: Seria

NI: Se eu não me engano seria em 1977. Isso?

N: Foi

A: Porque eu me lembro muito bem que eu estava, eu tinha um plantão de cursinho no colégio Canadá e eu tinha uma aula começando e ia começar no começo da noite lá no terceiro andar, e eu vi, eu e os colegas que estavam esperando o professor chegar para dar o plantão da aula extra para gente, eu vi o aparato policial que fechou completamente a região. Eles estavam até ali, aquela, a metade do quarteirão que fica ao lado do antigo Colégio Canadá que hoje é UNIFIL e cercaram tudo, absolutamente tudo para impedir a realização desse debate, acho que era um debate, né? Uma palestra do Aliomar. Eu me lembro muito bem disso e eu fiquei obviamente muito chocado, porque é um aparato policial absurdo, né?

N: É verdade. Foi isso e foi exatamente como você descreveu, exatamente, eles fecharam de onde é hoje a UNIFIL até onde era o Restaurante Universitário, que foi derrubado aquele prédio. Nossa saudosa memória lá. eles fecharam até lá, um aparato policial para derrubar presidente da república, e era para impedir, e

não houve, impediram, a palestra do Aliomar, então isso sim. Eu só fiz isso para comparar com aquilo que me foi perguntado pelo André da questão de você impedir pela força física, né? E impedir pela força do boato, né? São coisas diferentes né? Eu não prefiro nenhuma das duas. Eu prefiro ...

B: Nilson, te cortei desculpa. Voltando à questão do fato do discurso. Você falou que antes do discurso de posse, da decisão que vocês tiveram de denunciar a prisão do Nelsão, no discurso, que foi uma decisão coletiva, a prisão dele foi decorrência de uma operação que culminou em várias prisões. Você citou inclusive o saudoso Geneci Guimarães, aqui particularmente, tive o prazer de conhecê-lo e citou um outro nome...

N-:João Eineck

B: João Eineck

N: Ele era bilheteiro da Viação Garcia, eles eram do partido político.

B: E outras pessoas foram presas nesta operação.

N: Foram.

B: Você teve conhecimento se essas pessoas foram torturadas?

N: Veja o único que a gente sabe que não foi torturado, o único é o Nelsão. Os outros todos eu soube que foram torturados. O João Eineck ele teve problemas sérios nos testículos, né assim... tortura violenta e coitado até morrer né? Ficou todo arreventado. Laércio foi torturado aqui na cadeia em Curitiba, quem mais que eu falei é o Geneci, Geneci, era vereador em Londrina, né? Mas o único que eu soube e, também, ele falou, o Laércio falou para outras pessoas, parece que falou até para o Gilberto, né? O depoimento que o Giba deu, ele falou né? Que quando ele estava preso lá em Ribeirão Preto, se eu não me engano...

B: Quem, quem? Pode repetir o nome? A pessoa que você está fazendo referência agora o nome

N: Gilberto Martins.

B: Não, o Gilberto diz que fez referência a uma pessoa que tinha sido presa.

N: E o Nelsão teria dito para o Giba, aliás que o Laércio Souto Maior que lá em Ribeirão, onde ele estava preso, os caras tinham dito “Oh não põe a mão nesse cara, pelo amor de Deus que os estudantes vão pôr fogo no mundo. Não ponham a mão. Nesse aí não”, segundo eles. O Nelsão falou isso que não foi torturado, e ele foi solto dias depois e agradeceu a gente sim! por não ter sofrido nada, nada, nada na prisão foi muito... é muito... Nelsão era essa pessoa muito amável, muito cordato muito humano, e agradeceu o nosso gesto, porque era um gesto também humano, passava de Partido, era um gesto que você hoje, se você chegar alguém na tua casa, roubar alguém na tua casa sem dizer para você, você vai ficar muito puto, independente que você pensa politicamente. E aí era pior, era politicamente ainda. E acho que esse tipo de reconhecimento me deixou muito emocionado, quando me contaram. Eu fiquei muito emocionado porque não é um gesto nosso, era para o Nelsão. Claro! o Nelsão era o cara que vivia do nosso lado, dentro da Universidade, mas era um gesto para todos que haviam sido presos por essa operação, Marumbi, eu acho que era Marumbi, então não foi só o Nelsão, foi muita gente presa, muita gente presa no Paraná, em Curitiba, foi um caminhão de nego, uma carroça de nego. Gente de Escola, de Educação Infantil, educação antes de infantil, de educação de creche, prender os caras da escola, da oca porque estava ensinando o marxismo a criança de sete anos, seis anos, sei lá o quê. Dez anos então. enfim, é uma página que a gente busca virar no Brasil, mas tem que saber buscar, eu acho, virar sem aprender com essa página, não tem que ficar só com raiva dessa página, né? Uma forma que eu não queria lembrar nunca, e não quero, mas nós temos que aprender com ela.

A: Nilson, eu teria duas perguntas, uma é com relação a organização do movimento estudantil, né? Não havia propriamente essa questão da parte da legalização, mas havia várias organizações na época, né? Eu queria saber se você pertencia a alguma dessas organizações ou tinha alguma vinculação, né? com organizações de esquerda, não necessariamente clandestinas, como

existiram né? que atuavam assim que são de uma estratégia, uma tática de invisibilidade, né? É em função da repressão e outra é a questão de que você pegou o período aí duro, né da Universidade a tutela depois de sair do Ascêncio, a tutela militar do Oscar e o Pinotti ali, né? Esses dois reitores que foram assim que instituíram todos esses organismos de vigilância na Universidade, né? E monitoramento. Em relação ao Oscar, principalmente houve uma tentativa da gente tentar chegar nele para conversar, né? E tentar algum depoimento, mas há sempre uma atitude raivosa, principalmente por parte dos filhos, em relação a essa aproximação em uma possibilidade de qualquer depoimento. Ele continua ainda nas instâncias de poder. Ainda determinando as coisas, ainda dentro da Universidade, por incrível que pareça. Certamente então há aí uma tentativa dos militares, né? Principalmente considerando a Lei da Anistia, de tentar passar essa versão de que a ditadura militar no Brasil foi branda. E de alguma forma tinha alguns interesses estratégicos na Universidade e por conta dessa ambiguidade, uma tentativa de ser uma vitrine que possa desconstruir essa imagem que eles tinham. Ou tentavam criar, embora havendo terror, né? Havia essa questão da necessidade de eles governarem né? E eu não sei se o Oscar fazia parte da linha dura ligado mais ao Médici, né? E aquele povo daquela época. Ou se era os militares daquela outra ala mais... mais... né? Vamos dizer assim mais moderada. Que no golpe também estavam presentes essas duas tendências lá. Quando eles se constituíram, tanto é que ela mais que repressiva acabou se estabelecendo principalmente no período do fechamento do movimento estudantil em 1968, com o Medici. Está bom, então basicamente são essas duas questões, uma em relação à ditadura e uma em relação ao movimento estudantil das implicações aí da sua participação e seu olhar também.

N- Os seres, é uma coisa engraçada. E todo mundo acha que eu fui de partido, “você não foi de nenhum partido?”. Os caras levam um susto, levam mesmo. Eu não fui de Partido, nem clandestino, nem legal, que a gente diz legal. Se existisse Partido legal e ilegal, mas na época existia, aí não fui. Fui durante um tempinho e foi um tempinho mesmo do MDB, porque também nos interessava organizar o movimento do MDB dentro da Universidade e dentro da Universidade. Nós filiamos milhares. Mas você, foram por algumas centenas eu diria milhar, milhares de estudantes ao MDB. E logo depois disso aí eu me senti assim, não estou bem de Partido. Quando essa é uma pergunta boa para te dizer, quando eu me elegi ali para presidente do Diretório Central dos Estudantes, deu 5000 votos, 4.900 e sei lá o quê...bom os dois partidos tanto o MDB quanto a Arena faziam fila, lá em casa, para eu me filiar e ser candidato a vereador. Falei “Porra, eu não quero saber de ser vereador, eu quero saber do movimento estudantil e jogar bola. Não, meu negócio é futebol. Eu sou jogador de bola. Não quero nem saber”. Aí os caras saíam putos e largavam as fichas não queriam saber de nada.

Eu sou corinthiano bicho, eu quero jogar bola, eu não estou aí com o partido. Talvez não é a forma de eu também distanciá-los, né? Mas era assim, sei lá hoje 5 mil votos capaz de eleger um vereador, nem calculei, não sei qual é o percentual aí. Mas em termos de Partido não fiz parte tá? Nenhum partido. Ajudei sim na criação do PT em Londrina, mas nunca fui filiado, não entrei, achava que ser filiado seria prejudicial na minha profissão, não do ponto de vista de o que você tem que assumir, o que você é, mas do ponto de vista de entrevistados, se eu fosse entrevistar o Osken de Novaes, sendo filiado ao PT, ele já ia me olhar com outro olho, já ficar com a cara meia passada, né? Bom, azar dele, mas é meu também, então não era filiado. Enfim, e no DCE havia claro estudantes, os nossos amigos pessoais, íntimos meus, ligados a partidos. Partidos de esquerda como você diz, clandestinos na época, né PC do B, PCB partidos clandestinos, e eu não via problema que eles fossem, só que eu não era né? E eles sabiam o porquê estavam ali dentro e cada um deles também tinha uma visão de condução do movimento estudantil. E ainda bem, e eu digo graças a Deus, venceu a visão de movimento de massa, mais ampla sabe, assim visão de que se você precisa fazer alguma coisa, você tem que estar apoiado por mais gente senão você dança, né? Senão a gente vira um foco e foco é dança né? Dança, dança, dança, dança, dança que a força forte desgraçada, está na mão dos caras, não tá na minha mão, né? Então venceu essa política que era a política de um Partido. Ditada por um Partido, hoje a gente vê com muita clareza, mas que também eu como pessoa tinha, e outros tinham né? O Marcelo que hoje é o meu concunhado. Eu o chamo de cunhado, mas na verdade é concunhado, casado com a irmã da minha mulher. O Marcelo também tinha essa visão e o Marcelo foi um principal artífice dessa visão, da amplitude do movimento estudantil. O Marcelo foi o principal bruxo dessa coisa, ele ficou por trás, mas ele movimentou isso de forma muito bem-feita e às vezes, brigando com gente que era de outro Partido etc., etc. e também às vezes tendo diferenças com o Márcio, é... o Márcio Almeida que era do Partidão e que o Partidão tinha uma visão diferente, enquanto nós íamos por exemplo buscar as opiniões dos milhares de estudantes o Márcio já tratava a coisa direto com o Ascêncio. Que era amigo dele pessoal, tudo bem? Ascêncio deu até um progresso para o movimento, né? Abriu portas, tudo bem? Mas nossa visão não era igual ao Márcio. A nossa visão era ficar do lado dos Universitários. Abriu a porta, construiu uma casinha, ótimo, agora essa casinha quem manda somos nós. Né, então eram diferentes, né assim e obviamente os Partidos de esquerda atuavam em Londrina, como sempre atuaram e Sindicatos no movimento estudantil e o movimento estudantil em Londrina foi muito forte, e, também acho que por causa dos Partidos. Não era uma coisa deliberada, né? Agora eu não era... não fui parte, não... fiz parte, não sinto pena por isso e nem me vanglorio por isso né? É uma coisa passada. Em relação ao Oscar que você citou pessoalmente e há outros em relação a ditadura, o Oscar na juventude foi do PDC do Partido Democrata Cristão, que era o mesmo do Richa, e foi também o Richa da AP, da juventude lá de quando eles eram moleques. Esses cristãos eles eram tidos, e

pelo que eu sei dentro da repressão, pela ala mais liberal da ditadura, né? é o que falam, né? É o que eu sei, eu não sei se isso é verdade, mas o que eles implantaram na Universidade não tinha nada de liberal. Você implantar dentro de uma Universidade uma polícia específica da Universidade não é liberal nem aqui nem na China, nem no Paraguai, nem na Venezuela porra, em nenhum lugar no mundo pô. Você botar a polícia dentro da Universidade. Ah não mas era para cuidar do patrimônio, era o caralho. Era para cuidar dos estudantes. Então é uma coisa esquisita, né? você botar... você criar um decreto que era cópia do 477, detestado por 11 de cada 10 estudantes brasileiros, não é coisa liberal. Você não precisaria disso, né? Você poderia ser, sim, um reitor duro como Oscar aparentemente era... Ele queria parecer mole, mas não era. Enfim., sei lá... esquisito... E poderia, mas você não teria que se sujeitar, se fosse assim, às imposições sim de quem estava mandando no país. Não eram o Oscar que mandava no país assim como hoje não é essa figura que está aí, que manda porra nenhuma no país, né? Há uma série de fatores conjugados é uma conjugação de fatores que dão nisso. Então a Universidade brasileira e que era uma escola tanto de aprendizado democrático, quanto de mostra da força da ditadura.

A: Ele era genro do Ney Braga, né? E que foi Ministro da Educação na época também.

N: E foi governador... na verdade ele era militar.

A: Isso... então é... essa dimensão que você fala, né? As AESIs não eram só aqui, eram em todo lugar, né? era um regime mesmo...

N: Aqui tinha um nome específico... AESI, né? Assessoria Especial de Segurança e Informação

E: Justamente.

N: Então... existiu, não fui eu que criei agora...

A: Tem até documento, portaria tudo...

N- Não. Tem matérias do Poeira. O jornal Poeira, abrindo um parêntese aqui, que teve 27 números, era um jornal que foi respeitado aqui no Paraná e no Brasil. Ele está nas teses de grandes caras que fizeram a história da Imprensa alternativa no país. O Bernardo Kusinski, que fez o livro sobre a imprensa alternativa no país, citou várias vezes o Poeira, porque o Poeira não era um aprendiz de jornalismo, ele era um jornalismo! E nós tínhamos a sorte de conviver no movimento estudantil com a nossa profissão que era jornalista. Nós éramos jornalistas, vários de nós, muitos de nós e... então por exemplo das sugestões, para aquele monte de estudante que queria ver como fazer um jornal era fácil para nós, né? Os sinais de escrever, eles não ensinam a escrever, mas se lá escrever era uma coisa muito tranquila. Então você veja se de um lado os estudantes deram uma amostra, uma prova de democracia, e deram. Do outro lado a Universidade precisava ser uma prova da força ditatorial. Não adianta vir com disfarce, né? Agora menos ou mais assim hoje o Oscar está aqui em Curitiba, já me encontrei com ele algumas vezes, trabalhei no governo passado que ele trabalhava também, e nós nos encontramos, mas nos cumprimentamos educadamente, mas ele sabe quem eu sou, e eu sei quem é ele. O Oscar foi eleito na nossa época... é... como é aquela porra que a Folha de São Paulo promoveu um concurso que era um mentiroso do Brasil era.... Tinha um nome lá... é um nome é... A Folha de São Paulo dava um nome... ainda vou lembrar o nome antes que a gente acabe aqui. Mas aí a gente fez uma campanha para o Oscar na Universidade. Ele ganhou estourado, era o mentiroso do Brasil, era prêmio não sei o que lá... a Folha registrou claro. E daí não era só nós que votamos nele, um monte de profissionais liberais em Londrina etc,. Londrina é isso que eu digo... Londrina pulsava, Londrina tinha vida, Londrina era uma ebulição diária e todas as áreas, na área profissional, na área política, na área artística, na área cultural, Londrina era assim, uma soma os caras não sabiam que fazia com Londrina se eles soubessem tinha andado jogado uma bomba, aí acabou. Porque era barra pesada, né? Então era essa... mas não sei se te respondi Alcides, a minha visão de interna de Universidade, né? De que eram estudantes, e de que era o Oscar e depois veio o Pinotti também não.

A: É a questão da instituição, né? Porque quando começamos aqui o levantamento na origem tinha questões dos primeiros cursos, curso de medicina, articulação dos médicos, né? O Oscar também é médico. Então há um contexto né que se mistura. Esse aspecto relacionado às oligarquias, às famílias que ocuparam aqui, os pioneiros, toda uma tentativa de vamos de alguma forma de justificar um elemento progressista assim dentro da cidade, naquela conjuntura talvez eu acredite que isso fosse de fato, nós estávamos num período... Inclusive, a experiência desse DCE livre aqui, né? Teve uma repercussão

grande, eu na época, estudante na Universidade lá no Rio Grande do Sul, né? E lá também teve uma experiência semelhante assim... havia uma articulação e lá como aqui.... assim, já era aquela efervescência, né? No processo já de reabertura que começa ali no Geisel, né embora lenta, gradual, segura, né? Já começa a expressar vamos assim as contradições daquela, daquilo que ficou represado no período mais duro, né? em 79, já tinha abertura, a reabertura da... do Congresso de refundação, né? da reabertura da UNE né? E a retomada do movimento estudantil que tinha sido praticamente então é esse é um período muito rico de Fato. Esse é um pouco, uma parte da das minhas vivências assim eu te perguntei um pouco porque evidentemente em relação às Universidades, enquanto instituição, os militares tinham o projeto das Universidades no Brasil de centro de excelência... enfim, por trás dessa ideia também tem a ideia de criar um curso de excelência em Medicina, aqui na área, não havia muito acordo em relação aos médicos, né que são uma classe muito heterogênea, mas que tá movimentado em cima daquela conjuntura dessa polarização entre os que apoiavam a ditadura e aqueles que não apoiavam, né? Que seguramente era um número muito maior e Infelizmente. Nós tivemos naquele momento pelo menos uma correlação de força que vai se modificando, favoravelmente, vamos dizer assim, para favor dessa retomada, né da Democracia dentro do espaço da Universidade, a comissão tem esse importante trabalho, né de recuperar essa memória e, também, de restabelecer os fatos, né? da maneira com que eles de fato ocorreram, muito importante seu depoimento, né? E as preferências dos registros aqui das pessoas que na época compartilharam isso também.

B- Nilson a gente falou ali mas tem uma coisa que eu notei aqui, para não deixar passar sobre o seu discurso que foi feito na posse... você tem esse discurso?

N- Eu tenho, eu vasculhei as gavetas e não achei, porque a Folha, veja como era uma coisa importante a mídia, a Folha de Londrina, e o jornal Panorama deram na capa o discurso. Deram a posse, a nota da posse e deram o discurso, pedaços do discurso, né? E como eu não achei, revirei gavetas, eu sou muito desorganizado para variar. Mas ele tem no livro do Tadeu, eu estava dando uma folheada aqui antes de a gente começar a conversar. Ele está na página 172, ele tá no livro do Tadeu, esse aqui do Poeira aqui, e como eu não achei o papel, posso tentar achar, mas não achei. E eu revi o discurso aqui e senti um pouco da emoção daquela noite. Um pouquinho... Mas só para eu completar o que o Alcides falou, aquele período foi rico porque os vários Centros da Universidade. As pessoas, representantes das pessoas, eu acho, tinha uma visão progressista que nos ajudou também, é bom ser justo. Havia professoras, por exemplo, no meu Centro. Que era do Centro de Letras e Ciências Humanas que fizeram campanha para nós em sala de aula. Quando foi a votação lá no Centro, nós



tivemos 100% do Centro de Letras e Ciências Humanas...sim, noventa e carteirada quase quebrado. Então houve um apoio, né? As pessoas que agora infelizmente estão morrendo, a professora Zita Kiel, que morreu recentemente, que era uma pessoa de extrema importância para nós e foi, a professora Edarzua. A professora... Uma outra professora Ana Marta Garcia que foi casada com Oscar depois, eu falei para ela “Você não sabe o que faz” repeti a frase de Deus, né? “Pai ela não sabe o que faz” repeti para ela, mas ela foi casada depois com ele depois que ele tinha separado da mulher, da Silvia. A Ana Marta nos ajudava também, né? Então nós vimos para fazer campanha nessas salas e os professores abriam portas, assim como no CESA e na Medicina era covardia. Medicina era muito receptiva, porque o Núcleo da Medicina em Londrina eram de pessoas que vieram... o Jeolás, né? O Nelsão, enfim vários deles, né, Maria Leocádia que era minha médica de diabetes, quase me matou umas 10 vezes mais de quase matei ela também. Vários deles eram professores na área de Medicina, né? Tinha mais um outro aquele importantíssimo professor... Mas enfim era um grupo que veio de São Paulo e que se instalou em Londrina como o Jeolás que foi muito importante e que eram referências dentro da Universidade, e que eram nossos entre aspas, amigos. Quer dizer a Universidade foi rica nisso. A Universidade nos proporcionou também isso, não foi só uma... eu não tenho essa ilusão de ótica que a gente era gênio, né? Que de repente nós brigamos contra a ditadura e ganhar nela, não era assim, porque a ditadura também tinha os seus gênios. Também tinha professores lá dentro, tinha reitor, então sabe mudou essa correlação a Universidade. Hoje é um outro, se eu fosse falar hoje na Universidade falaria de uma outra forma, né? Não seria tão abrasivo como no meu tempo, mas ela mudou a correlação de forças. Por isso que esse trabalho de vocês, sem viadagem, sem puxação de saco, é muito importante, é muito importante. É você guardar uma memória para que você possa construir alguma coisa melhor agora, ou daqui a pouco. Ou quando nos chamarem para construir, ou os nossos filhos, os nossos netos, sei lá quem. Mas porque senão o passado, não como no país ninguém olha para trás o que aconteceu, fica parecendo como Alcides falou que a ditadura não foi tão branda assim. Porra, você é doido, ninguém pode pensar isso gente, vamos ser honestos, nem General pode pensar isso. Eles não pensam isso, eles sabem disso, mas larga para lá, né? Deixa para lá. No Chile agora aprovaram uma Constituição nova derrubaram a do Pinochet. Por quê? Porque o passado estava presente, manifestado, né? o passado apareceu na flor da água, para ser estudada. Tem que ser estudado. Não é assim, terra para lá, larga para lá não pode enterrar para lá, vamos sofrer com ele, eu não sei se vou sofrer. Eu sofro muito, eu estou nessa pandemia sofrendo igual um gato, e me estrepando, mas eu vou fazer o que né? Faz parte. *C'est la vie*, segue a vida como diz o francês, né? isso então não sei se te respondi Alcides.

A: Quanto mais distante no tempo fica mais difícil também de recuperar essa memória, né? Então esse é um fator e outro é a Lei da Anistia de 79, que limita muito também o poder, né? De investigação da comissão.

N: Eu esqueci de dizer para você, desculpe que eu estive, embora não fosse de nenhum partido. Eu ajudei, eu participei eu cheguei até organizar algumas campanhas políticas muito importantes em Londrina, a Anistia, estive no meio de todas elas, a Diretas Já, que o Brasil perdeu a emenda Dante Oliveira, perdeu, mas em Londrina nós tínhamos milhares de pessoas nas ruas. O Álvaro Dias, por exemplo, que tinha uma candidatura mais progressista em 1978, foi apoiado oficialmente pelas pessoas do DCE, não pelo DCE, pelas pessoas do DCE né? O Álvaro Dias, quem mais? Osvaldo Macedo foi candidato a prefeito em Londrina e tinha também uma candidatura mais progressista, mas também... enfim pessoas... O dono da bola está falando aqui ó, vou cortar a fala desse cara, já me encheu o saco, não sei [risos] mas enfim. Eu estou aqui, vocês estão aí, vocês que mandam.

A: Eu estou satisfeito. Obrigado Nilson pelas respostas muito oportunas.

B: Eu queria colocar o convite, quem quiser fazer aqui mais perguntas a gente aproveita aqui...

E- Bessa, pergunta não tenho, mas é um pedido para o Nilson. Que ele, como escritor, que faça dessas memórias um livro também. Eu acho importante ele contar toda a trajetória dele. Eu acho que seria interessante para resgatar, como o Tadeu fez sobre o Poeira. Mas ele tem a versão dele sobre todo esse movimento, a juventude dele no movimento secundarista, que tem pouco registro na história de Londrina. Falei isso, que eu sou... estou aposentado na UEL colega do André, né? Sou ex-técnico do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da UEL, que é um grande centro documentação de memória, e lá nós temos poucos registros do movimento secundarista. Muita coisa do Poeira, mas pouca coisa do movimento secundarista. E é importante o seu relato, de repente posso até passar seu nome, se você permitir, ter seu nome para o pessoal do NDPH para um dia te entrevistar sobre esse movimento que tem pouco registro e, também pela UEL, mas escreve um livro. A gente vai cobrar de você isso. Foi um prazer te ouvir.

B: Prazer também. Só para ... ele falou do movimento lá da ULES, né? Fez registro aqui, inclusive do movimento do Vicente Rijo lá, já tinha sede a ULES ali na Duque de Caxias, Nilson?

N: Já, já era inclusive ocupado por uma diretoria anterior.

B: Olha que legal.

N: Que nós disputamos e ficamos né?

NI: É onde é o MARL hoje, o movimento dos artistas de rua de Londrina

N: Estava abandonado o prédio lá né?

A: Não. Agora os artistas ocuparam alguns anos atrás e conseguiram negociar com a Prefeitura do Kireff, a utilização do espaço. Estão lá até hoje, é o movimento de artistas de rua de Londrina, que ocupa, né?

A: Eles estão há uns três anos lá. Já faz um tempo. Acho que até mais...

N: Desculpa, só vou responder ao Edson, se alguém... se eu tiver... não corta não. Edson assim quando vou ficar velhinho eu escrevo, viu?

NI: Vai demorar.

N- Eu tinha uma ideia de escrever um livro sobre o movimento, tinha mesmo, sabe, já tinha até falado isso para meu filho, meus filhos, e o que se correu dentro

dele, não no movimento, só do ponto de vista político né? Os namoros e os cacetes, as sacanagens de todas que houveram né? O que a gente bebia e como bebia meu Deus do céu. Eu acho que agora, o livro do Tadeu cumpre, um papel. Cumpre um papel importantíssimo. Um livro meu pessoal falando do movimento, pode ser? Não sei se vai dar tempo. Eu estou terminando o segundo romance. Vou fazer uma propaganda grátis aqui, chamado Lasca de Costela de uma personagem feminina. Então, como viver na pele de uma mulher é foda nesse país, não é fácil, então é... isso, mas então está fora de cogitação não né? Envolvendo tudo que eu sentia, as emoções minhas né? Eu sou o cara muito emotivo. Amo além da política. Todos nós somos animais políticos, não adianta, quando você levanta e fala bom dia é uma política, ou é política de bom gosto ou é uma política de confronto, mas é bom dia, então é uma política, não existe apolítico. O homem é um animal político. Enfim, já dizia o filósofo lá de trás. De qualquer forma não está fora, mas preciso né, tempo, essa pandemia realmente está me estuporando. Eu vou ter que contratar uma psicóloga, porque senão eu morro. E é bom até conversar com muita gente porque faz bem para alma, né? Faz bem para o coração, e o meu coração é fraquinho já está com 69, em cima a filha da mãe. Apesar da idade ser estimulante né? Mas o coração está mole não ó.

B-Nilson, você em face e tudo que você falou para a gente, os relatos que você deu aí pelo fato de você estar presente nesses eventos históricos aí que você relatou conhecendo pessoas que também tiveram uma interferência, você queria deixar uma mensagem aqui para essa Comissão e para as pessoas que vão ouvir esse relato?

N: Olha, Deus me livre mais gente ouvir esse monte de besteira que eu falei. [risos] eu só queria dizer, não, eu quero dizer, que é muito difícil para eu falar, sabe? É mesmo vocês podem não acreditar, mas é e assim só cutucar muito aqui, eu falo. A minha vida tem sido uma sucessão de alegrias e isso não posso negar, sabe? Os reconhecimentos que eu tenho na minha vida foram todos em função daquilo que eu fiz. E uma coisa delas que eu fiz e tenho orgulho foi fazer parte do movimento estudantil em Londrina. E do Diretório Central de Estudantes. Também fui presidente do Diretório Acadêmico no Centro de Letras e Ciências Humanas, e também representante discente no Conselho Universitário. Foram essas coisas que eu fiz em Londrina, no movimento estudantil e na minha profissão, com uma dignidade que eu não coloco em prova. Minha profissão vale mais que qualquer coisa que eu tenha e não que tenha quase nada, uma casa e um carro. Bueno, tudo isso nasceu surgiu e é resultado do que eu fiz na vida do ponto de vista do amor às pessoas, de respeitar as pessoas, e eu acho que essa é a lição que a gente pode... e se for

o caso que aqui não tem nenhum professor, eu estou falando em tom professoral, mas de amigo, aprender. E dizer uma última coisa que é preciso que todos saibam. Porque muitos usam esse país como se fosse só deles, a bandeira brasileira como se fosse só deles, esse país é nosso, nosso, nosso, do César, do Edson, do Alcides, do André, da Izângela, que nenhuma vez. Falou e do meu xará, de todos nós, na universidade, e do país inteiro. Esse país é nosso ninguém pode tomar o Brasil de nós. Certo? é só isso. E fico muito feliz de ter conversado com vocês. Muito mesmo, porque a minha vida tem uma parte de dentro dessa Universidade dentro dessa cidade que o meu testamento disse que vai ser enterrado aí, e continuo à disposição absoluto da Comissão da Verdade da UEL.

A: Mas, obrigado Nilson. Muito obrigado compartilhar com a gente com as memórias. Obrigado mesmo.

NI: Muito obrigado muito bom te ver. Pelo contato de te ver. Foi muito bom. Grande abraço.

E: Obrigado Nilson.

I: Obrigada pelo excelente depoimento.

N: Muito obrigado.

A: Sinta-se abraçado.

NI: Quando passar a pandemia. Vamos marcar um encontro para trocar esses abraços.

N: Fez nove meses que eu não bebo vinho.

B: Obrigado por sua disposição. Um abraço, eu vou parar a gravação aqui agora.

## **COMISSÃO DA VERDADE DA UEL**

**DEPOIMENTO do ex-aluno e professor Reginaldo Melhado (R)**

**ENTREVISTADORES: Cesar Bessa (C), Edson Holtz (E), André Lopes (A), Nilson Magagnin Filho (N)**

**Duração: 01:17:35**

**DATA: 16/12/2020**

**LOCAL: Entrevista realizada de forma *on line*, durante a pandemia. Entrevista e entrevistadores estavam em suas respectivas casas.**

**TRANSCRIÇÃO REALIZADA POR: Matheus**

**CONFERÊNCIA REALIZADA POR: Edson Holtz**

**B:** Com o aceite por todos, hoje dia 16 de dezembro de 2020, é uma reunião e entrevista da Comissão da Verdade com o professor Reginaldo Melhado. O objetivo da reunião é a gente colher informações sobre os conflitos que ocorreram no período da ditadura militar e possíveis danos, tanto no aspecto material como moral, espiritual, psicológico, físico, que tenha acarretado algum tipo de dano, naquele período, e que seja em razão, em relação, aliás a pessoa do entrevistado ou a própria instituição, Universidade Estadual de Londrina, né? Ou seja, envolvimento, se for o caso, da Universidade Estadual de Londrina. Então, como é de praxe, eu vou... Já apresentei aqui, Professor Reginaldo Melhado que é professor da Universidade atualmente, foi presidente do Diretório Central dos Estudantes durante o período aí do final da ditadura militar. Eu vou pedir para o professor Reginaldo manifestar, nos dizer aqui, como é que foi aquele período em que ele esteve na Universidade, o que que ele pode nos contar da sua trajetória, né envolvendo especialmente aí o período do movimento estudantil. E depois nós vamos tecer algumas perguntas, e a gente entende já que é pertinente, por consequência de outras entrevistas que já foram realizadas, mas daí conforme, paulatinamente, conforme vai desenrolando a entrevista, né? A gente vai efetuando essas as perguntas. Então eu vou passar a palavra Professor Reginaldo para que faça aí uma manifestação sobre esse período que ele teve como estudante, final da ditadura militar, o transcurso dele nesse período, o que você pode nos dizer professor Reginaldo?

**E:** Está com o som desligado Bessa. Reginaldo?

**B:** Alo

**R:** Desculpe

**B:** Não, ele está com som desligado, meu som está ligado, você tá me ouvindo, não está?

**R:** Obrigado, estava ouvindo perfeitamente Bessa. Apenas para situar os companheiros, o Bessa já conhece um pouco dessa história, ele participou da história também, mas eu entrei na Universidade em 1980, como aluno do estudo do curso de Direito, Bessa entrou em 81, se não me engano, não é Bessa? Bessa acho que 81. Isso já era a fase final do regime militar, né? A ditadura já vinha bastante desgastada, a gente teve a Lei da Anistia em 79, muito, muitas lideranças de esquerda voltando ao país, o movimento estudantil vinha em um crescendo, a UNE fora reconstruída, foi na mesma época, né? Nesse ano foi, se não me engano, o começo de 80 final de 79, foi feito o Congresso de renascimento, de refundação, da reconstrução da UNE, foi eleito presidente, se não me falha a memória, Aldo Rebelo, né? Que era ligado ao PCdoB na época, depois deu no que deu, aí. E a gente vinha então numa fase de abertura que o regime propunha como uma abertura lenta, gradual e restrita na teoria do Golbery do Couto e Silva, mas que na verdade era uma conquista do movimento que vinha da pressão da base, né, o movimento operário voltando a se reorganizar, crescendo, realizando greves históricas no ABC, que culminariam depois com a prisão de dirigentes sindicais, inclusive do ex-presidente Lula, e na sequência a fundação do Partido dos Trabalhadores. Então aqui na Universidade a gente vivia esse misto de fase de abertura, de conquista de liberdade, mas ao mesmo tempo com todo o aparato repressivo do Estado, funcionando regularmente, e a UEL, em particular, sendo um braço do regime né? Eu acho que preciso aqui repetir uma história que vocês conhecem melhor do que eu né? A UEL nasce e logo na sequência passa a ser controlada diretamente pelo Regime com uma influência direta e pessoal dos maiores dirigentes da ditadura aqui, dos expoentes da ditadura no Paraná, que era o Ney Braga. A gente tem Oscar Alves, a gente tem depois o Marco Antônio Fiori, que era, acho que cunhado, o Oscar Alves era genro do Ney Braga, o Marco Antônio acho que era cunhado do Oscar Alves, alguma coisa assim, então havia uma presença muito forte do regime militar aqui na UEL e a gente vinha nessa, nessa coisa de recriar,

reconstruir a UNE, e fizemos o Congresso de reconstrução da União Paranaense dos Estudantes, a UPE, aqui em Londrina também, se não me falha a memória em 81 no Cine Teatro, no Teatro Filadélfia ali da avenida JK . E as entidades estudantis estavam todas, elas foram colocadas na ilegalidade, foram fechadas, sofreram intervenção por parte do da Reitoria, né? Especialmente em razão da postura combativa e agressiva do grupo Poeira, e nós fomos todos para as entidades Livres, né? Então a gente tinha o CA de direito que era um centro acadêmico livre, o DCE era o DCE livre. E nessa fase 80, 81, a gente já tava discutindo, 82 especialmente 83, a gente já tava discutindo o retorno para as entidades oficiais e o resgate desses diretórios estudantis, né? Os CA's e o DCE especialmente com toda a sua estrutura, até porque a gente trabalhava numa estratégia de retomar a participação institucional dos estudantes nas estruturas políticas da Universidade, buscando influenciar e buscando ter uma participação mais decisiva nas nossas grandes bandeiras no início dos anos 80 aqui, além do ensino público e gratuito, além da democratização da sociedade, além da constituinte, eram as eleições diretas para presidente da república e para reitor ou reitora da Universidade, né? e a gente acabou conquistando essa eleição para reitor da Universidade, se não me falha a memória, no segundo semestre de 1985, né? Então foi mais ou menos isso que era esse, mais ou menos, esse era o cenário que eu vivi no movimento estudantil dentro da Universidade. Voltaria para a Universidade anos depois fazendo concurso e ingressando aqui no departamento de Direito Público como docente agora, né? Então eu tive uma participação intensa no movimento estudantil, acho que desde o primeiro dia de Universidade, eu já tive contato com as lideranças, já me aproximei do CA, do DCE e já passei a atuar, a gente estava em 80, a gente estava na eleição para a UPE, a eleição direta depois do Congresso de fundação da UPE, né? A gente tinha um candidato, dois candidatos de Londrina, duas chapas de Londrina, encabeçadas por dois companheiros de Londrina, né? Uma delas era ligada, era encabeçada pelo Walter Teli da Comunicação, que era ligada ao PCdoB, e a outra chapa liderada pelo Gilberto Martins, o Giba, que era ligado a um agrupamento que, que depois viria estar próxima ali do PRC, de enfim, de outras organizações políticas de esquerda também, né? E a eleição foi ganha exatamente pelo pessoal do PCdoB que também viria a vencer as eleições para a UNE e que teve lá um longo período de hegemonia no movimento estudantil ali durante muitos anos, né? Então era mais ou menos esse o quadro que, que eu vi no começo ali, né? Acho que melhor eu parar de falar que não fique falando muito aqui, vai pintando nostalgia, a gente vai falando bastante, eu não sei o que vocês querem, que que vocês querem discutir, conversar, né? Então eu acho que paro por aqui a gente vai vendo aí que interessaria falar para a Comissão da Verdade.

**B:** Você, Reginaldo, você presenciou no período que você esteve inserido no movimento estudantil, seja no Centro Acadêmico, seja no Diretório Central dos Estudantes, você presenciou algum tipo de violência por conta do regime militar



dentro da Universidade Estadual de Londrina? No sentido de violência moral, física?

**R:** Então depende do que a gente for designar como violência, né? Violência no sentido físico de, por exemplo: alguém ser preso, torturado, arrastado, arrancado do seu meio da família e levado para os porões do regime e tal, isso não aconteceu até onde me consta, nessa fase o regime já não atuava dessa forma exatamente, agora, havia claro, o aparato todo do regime estava perfeitamente em perfeito funcionamento, né? Ele apenas não estava sendo utilizado da mesma forma, com todo seu, toda sua estrutura de apoio interno é preciso registrar né? É falso imaginar que a gente teve no Brasil uma ditadura militar que se impôs a população civil e tal, nada disso, a ditadura já contava com uma grande estrutura de apoio internamente, havia claro, os professores, a maior parte dos estudantes, servidores, que se opunham ao regime, mas havia dentro da estrutura muita gente que apoiava, especialmente onde a gente estava que era no Direito, né? Então havia algum tipo de violência simbólica no sentido de não te dar voz, de não, não de silenciar, então a gente tinha muita dificuldade no Direito, o Bessa é mais ou menos dessa época vai lembrar, a gente é muita dificuldade de ter contato com os estudantes, porque não eram todos os professores que permitiam que a gente entrasse na sala de aula para falar com as pessoas para dar um recado, para convocar uma assembleia, uma reunião de curso, qualquer coisa assim, e havia uma espécie de repressão, digamos assim, branca ou negra, sei lá uma repressão no sentido de dar um tratamento muito mais duro para os estudantes de esquerda, né? Então a gente do movimento estudantil tinha, mas, sim uma marcação cerrada, a gente tinha que faltar muito e no Direito se você passasse do número de faltas permitido, eu acho que era 25%, você reprovava né? E um ou outro professor quebrava o seu galho, mas a maioria levava isso muito a ferro e fogo. Então eu, por exemplo: Direito Romano, eu fui fazer no quinto ano porque no primeiro ano além de eu não suportar aquele lero lero de Direito Romano, né? Que era demais para minha cabeça, o professor Adilson Sebastião Ferreira, que era um bom professor, aliás, mas um cara extremamente conservador, além de não suportar, ainda tinha muita atividade, então já fui reprovando de cara por falta, já larguei, já joguei a toalha e assim acontecia muito frequentemente com os professores mais duros né? Com as provas e tudo, eu suponho, que a correção para gente não era a mesma coisa, né? Então você tinha que, tinha que, se virar mesmo para superar obstáculos, e a gente no movimento estudantil ainda avaliava que, alguns de nós pelo menos, avaliava que era importante para você se firmar enquanto liderança, que você não fosse considerado mal aluno, né? Assim o aluno negligente, vagabundo, pilantra, você tinha que ser um aluno razoável então, além de ter toda aquela carga de ficar fazendo pichação na cidade, no Campus, reunião a toda hora, todo momento, todo dia, você ainda tinha que se virar para estudar, né? E eu estudava Direito e não gostava de Direito. Cheguei a largar o curso de Direito umas duas, ou três vezes, então é, para mim, era um sufoco aquilo pra mim. A minha vantagem é que eu estudava bastante outras coisas, eu fui fazer

Ciências Sociais, comecei a estudar Economia, Filosofia, ler Marx, Weber, Durkheim, e aí isso me deu um ferramental teórico, digamos assim, para levar o Direito mais fácil, né? Então eu não estudava direito, mas eu dava uma olhadinha ali e acabava me virando, eu passava, eu conseguia estudar o suficiente para passar, às vezes passava até bem né, mas nunca estudava direito, fui estudar um pouco mais direito no fim do curso, quando eu percebi que eu ia advogar mesmo e precisava ser um bom advogado, né? Então a gente tinha uma violência, digamos, simbólica, né? De uma estrutura repressiva, né? E é o medo permanente, porque a gente sabia por exemplo que dentro do curso sempre tinha os caras da Polícia Federal vinculados à repressão, né? Seja por simpatia, seja porque a gente desconfiava que algumas pessoas eram colocadas ali, até por fraude, no vestibular, a gente imaginava isso, né? Que, que havia pessoas ligadas ao regime a gente sabia, dessas pessoas ou de outros casos a gente desconfiava, né? Que era as pessoas que davam as informações, a verdade é que eles tinham toda a nossa ficha, né? Todo mundo sabia tudo que você fazia, de onde você era, qual era seu histórico de vida e tudo mais né? E no meu caso específico, ainda tinha o precedente ruim de ter sido, de ser filho, de uma pessoa que havia sido presa no regime militar um pouco antes e acabei ficando com aquele estigma que, na cabeça desses milicos, devia ser alguma coisa assim, esse cara é perigoso, né? O pai já tem ligação com a esquerda e ele também deve ter e tal, a gente sentia esse tipo de violência, né? Mas não era uma violência, era uma violência por não poder falar, uma violência por não ser tratado igualmente, era uma violência por enfrentar uma estrutura jurídico-política e militar ainda colocada dentro da instituição né, mas nunca violência física, nunca violência a ponto, por exemplo, de ser arbitrariamente excluído da Universidade, ou do curso, da sala de aula, e o que a gente não, não tinha espaço, era para debater, discutir, mesmo em sala de aula com muitos professores, você começava a falar de política, falar de questões, porque o Direito, necessariamente, atrai questões ligadas à democracia, a estrutura de Estado e tal, seria conversar sobre isso e não podia né? E o professor, eu já, a aula não era um diálogo, a aula era um discurso, não tinha espaço para, se a gente começava a falar, ele já falava “aqui não é lugar para você fazer propaganda política”, qualquer coisa assim, era esse tipo de violência, a gente ainda, a gente ainda vivia, né?

**A:** Reginaldo, exatamente sobre isso, a gente identificou né? Com os trabalhos, com a Comissão da Verdade, digamos que um certo padrão de violação de direitos no âmbito da UEL, que era justamente esse tipo de violação, direito de se expressar de né, nós achamos, digamos, funcionários que diziam que não podiam distribuir panfletos lá do sindicato, que a AESI tomava os panfletos, esse tipo de coisa, e algumas exceções, uma outra prisão, nunca dentro da Universidade, sempre fora, quer dizer, existe um certo padrão de fato na UEL, e isso gera uma dificuldade para a gente que é a seguinte: que muitas vezes isso não é entendido como uma violação de direito, não? E, e a vítima muitas vezes não se reconhece na condição de vítima, ela passou por isso, como estudante

ou como docente, mas não entende que teve direitos violados, então é, se você pudesse desenvolver um pouco mais sobre isso, essa questão, digamos, com um certo policiamento no que se falava na sala de aula por parte do aluno e dos professores, essa coisa dos informantes, muitas vezes estudantes da própria UEL que eram informantes da AESI, né? Nós já sabemos que tinham vários, se você puder desenvolver um pouco mais isso para gente.

**R:** Então André, a chave aqui é pensar o seguinte, o regime militar no Brasil, ele tem uma, uma característica que eu acho que nós, que somos do Direito, ficamos devendo ainda uma reflexão mais aprofundada sobre esses seus métodos. É uma característica de revestir o autoritarismo e a violência de uma aparente legalidade. Isso marca todo o período da ditadura militar, então a ditadura militar nesse aspecto no Brasil era diferente de outras experiências na América Latina ou do que você tem em países europeus, como Portugal e Espanha. Aqui, por exemplo, em lugar de fechar o Congresso ou mandar prender um parlamentar ou intervir diretamente, a ditadura fazia o quê? Baixava um Ato Institucional, né? E com base nesse Ato Institucional agia realizando a violência, então tudo tinha aparência de legalidade, né? A censura. A censura não era feita “discricionariamente”, entre aspas, ela é feita com base numa lei que previa que haveria a censura, havia um setor, uma burocracia criada, um órgão previsto na lei, alguém investido da autoridade estatal de atuar enquanto sensor. Então, aí vem a sua pergunta: havia violação de direitos? Claro, mas não do direito posto, porque a legalidade previa aquela violência mesmo, né? Mas se você pensar no direito não enquanto uma estrutura de normas positivas impostas pela ditadura, mas por algo que são direitos fundamentais, que independem disso aí, é uma discussão um pouco meio xarope do, dos filósofos do Direito, mas vai naquela linha de você pensar que os direitos humanos, os direitos fundamentais, eles devem ser reconhecidos no sistema jurídico Internacional e também internamente nas ordens constitucionais, mas mesmo que as ordens constitucionais não os reconheçam, eles se colocam, e ainda que as ordens constitucionais digam que eles são vedados, eles devem ser reconhecidos. Então se você pensar os direitos de liberdade, o direito de manifestação do pensamento, direito de organização partidária, o direito dos trabalhadores se organizarem no sindicato como direitos fundamentais, então você tinha essa violação de direitos evidentemente, né? Inclusive na Universidade porque você não tinha liberdade de cátedra, você tinha um medo institucionalizado, você tinha as tentativas, inúmeras, de controle da estrutura burocrática da Universidade do movimento estudantil. Você tinha uma estrutura burocrática controlada diretamente pela ditadura escolhendo quem ocuparia o cargo de reitor, quem ocuparia as pró-reitorias, que na época se denominavam coordenadorias, né? Então toda essa estrutura, da ditadura, estava montada aqui dentro como uma forma de fazer com que a ditadura funcionasse aqui também, era uma polia de transmissão do regime aqui, de controle da sociedade, portanto, e o controle vital porque a universidade é o espaço de crítica por natureza, é o espaço em que você pode ter a articulação de ideias, que venham a se confrontar com o regime,

e aí era preciso sufocar isso não é? e o regime não foi para cima das Universidades ingenuamente, ou por sei lá, alguma ação voluntariosa, não, foi uma coisa pensada, tava dentro da estratégia militar sufocar as Universidades. Então é por conta disso até que, quando nasce o campus, o campus é jogado lá no Perobal, não é? A Universidade não ocupa as estruturas que ela tinha dentro do do complexo Urbano, ela é jogada para fora da cidade e ela é consentida pelo regime a partir de uma estrutura de controle, quem é contratado como professor? Quem o reitor escolhe, sem concurso no primeiro momento, né? Com muita influência, quer dizer, foi o processo dinâmico, eu sei não é exatamente assim porque, claro, você teve diferenças entre a primeira fase da Universidade, com o primeiro reitor e a sequência e tudo mais, mas a verdade é que a Universidade era uma grande, era um grande espaço de controle do regime aqui na nossa região, mas até do que se tinha às vezes na Prefeitura, na estrutura, do município e na Câmara, você tinha uma força um pouco maior da oposição né? A oposição ao regime em Londrina era mais forte do que em outras regiões do Estado, inclusive na capital, né? Tanto que o primeiro Governador eleito pelo voto direto em 82, é José Richa daqui de Londrina, Álvaro Dias senador daqui da região, daqui de Londrina também, assim por diante, e grandes lideranças da oposição dentro do MDB, na época, eram da região, né? E o apoio mais forte do regime sempre em Curitiba em outras áreas, né?

**N:** Reginaldo, só para, para a gente se localizar cronologicamente. Você entrou na UEL como estudante em que ano?

**R:** 1980.

**N:** 1980, e você foi presidente do DCE, em que anos você lembra? Foi uma, foi...

**R:** Fui eleito presidente do DCE em setembro de 83, e fui presidente portanto até 84.

**N:** Certo...

**R:** Eu fui presidente do Centro Acadêmico. Eu fui da diretoria do centro acadêmico como presidente de 81 a 82, depois como diretor de imprensa de 82

a 83, fiz carreira no movimento estudantil [risos] depois de 83 a 84 fui presidente do DCE.

**N:** Não tem problema, tem gente que faz carreira no movimento estudantil, tem gente que faz carreira no sindicato, [risos] mas o que eu queria saber é o seguinte: eu acho que, você entrando em 1980, na Universidade, eu entrei na UEL como estudante de Engenharia Civil, em agosto de 78, um pouquinho antes, mas a gente já vivia um clima de um pouco de distensão digamos né? Teve mais o que apelidaram de abertura democrática, né? Coisa desse tipo do sistema da ditadura militar. Eu acho que isso explica o fato de, de na verdade, você e também eu, na época, né? Que, apesar de não ter uma participação tão ativa e de cargos e tal no movimento estudantil, acompanhava muito, participava, acompanhava, a gente não, não vivenciou diretamente esse tipo de repressão mais, mais contundente, digamos né? Era, a gente já vivia uma fase que existia uma grande resistência, né? E que a ditadura já estava amadurecendo, já estava amadurecendo a sua queda, a gente sentia isso, né? E que já existia um avanço das forças democráticas, queriam obviamente desaguar na queda da ditadura, né? Então eu queria saber de você o seguinte, é, você sucedeu como presidente um pouco depois aquele grupo do, como presidente do DCE, aquele grupo do Poeira, né? Que foi? Eu não me lembro exatamente até que ano que, que dominou o DCE, mas acho que até 80, 81, 82, alguma coisa assim no, no momento que eu frequentava, por que eu era aluno, estudante da UEL, mas já, já era o final da, daquele conjunto de gestão do Poeira então, eu acho que você pegou uma, uma espécie de uma transição ali, desse grupo para um outro tipo de grupo que dominou o movimento estudantil na UEL, que era o movimento estudantil, muito respeitado e muito influente ao nível nacional, bem como você acabou de falar, a oposição ao regime militar aqui era muito forte então, era óbvio que dentro da UEL também havia, havia esse, essa qualidade, digamos né? Do processo de resistência à ditadura, e eu queria saber então de você, como é que foi vivenciar essa transição, né? Sobretudo, no que se refere à relação com a própria Reitoria da Universidade, porque a gente já teve relatos aqui de membros que passaram pela universidade, pessoas passaram pela Universidade antes da gente né? E que nos relataram essa relação, tanto alunos, tanto estudantes, quanto professor, uma relação muito complicada e muito difícil com a Reitoria, né? E então queria saber de você, como que foi isso? Se essa violência simbólica vinha através da estrutura da universidade através da reitoria, dos departamentos daquela época, não sei, acho que não existiam os colegiados ainda, né? E outra coisa que eu gostaria de saber de você é o seguinte: pela, por essa cronologia, você ou a sua gestão, ou o grupo que estava no DCE, é, participou ativamente da luta e da implantação da eleição direta para reitor na UEL, porque como você falou aí de 84, que foi o ano em que eu saí da UEL como estudante, e o ano, se eu não me engano, que o professor Jorge Bounassar tomou posse ou, não sei se foi eleito, ou tomou posse, foi a eleição para primeiro reitor da UEL, né? Então a minha pergunta é assim: você como

presidente, o grupo que estava no DCE, participou ativamente desse processo de conquista da eleição direta na universidade? Como que foi isso?

**R:** Mais ou menos assim Nilson, só para se situar cronologicamente, né? O DCE era, enquanto órgão oficial da Universidade, previsto no Estatuto e Regimento Interno até 1978, ou 79, quando a Universidade resolve intervir no DCE, fechar o DCE. A sede do Diretório Central era ali na JK, onde depois viria ser o Restaurante Universitário e a Casa do Estudante Universitário, aliás, a Casa eu acho que já era ali, mas enfim, a sede era ali, ela foi fechada, derrubaram uma parede para retirar de dentro uma impressora que era uma ferramenta importante de comunicação política do DCE, que era uma impressora muito boa, comprada, tinha um pessoal da área que fazia o jornal Poeira e outras publicações ali, o pessoal que era ligado a imprensa, né? Então elas sacavam um pouco da parte física do negócio também, foi feito uma campanha, compraram uma puta de uma impressora e tal, então a Universidade fechou tudo. Aí em 80, vem o DCE livre, 81, não me lembro, vem o DCE livre e os Centros Acadêmicos livres. O Poeira tinha muita influência no movimento estudantil até essa fase, e eu, quando entrei no movimento estudantil, me aproximei muito desse pessoal também, era o grupo com quem eu tinha maior interlocução, eu era quadro, digamos assim, dessa rapaziada, né? E a gente ainda chegou a fazer uma ou duas edições do Poeira ainda quando eu estava no movimento estudantil. E aí o que, como é que rolou, a gente, a principal liderança do Poeira nessa época era o Giba, que foi candidato a presidente da UPE, e a gente tinha candidata a presidente da UNE a dirigente da UNE no nosso grupo também, e a gente perdeu as duas eleições, tanto para UPE como para UNE. E a gente ficou aqui na Universidade, um pouco mais desorganizado, né? E com o PCdoB, crescendo muito no movimento, né? Tanto que fez, ganhou a UPE em 1980, aí a gente foi tentando se articular, se reorganizar, ganhamos a eleição no Direito, ganhamos vários outros Centros Acadêmicos, e fomos para disputa do DCE com o PCdoB, quer dizer, não era assim o PCdoB, né? No movimento estudantil a gente chamava o grupo da Tribuna Operária né? que era o Jornal Oficial, o órgão oficial de comunicação do partido, e o candidato, inclusive, o candidato a presidente era o Amauri Escudero, né? E a gente disputou as eleições, e venceu, surpreendentemente, a gente achava que ia ser difícil ganhar, mas a gente acabou fazendo uma diferença muito grande, e a gente resolvera nesse momento, junto com todo o grupo do Poeira, o Alberto foi o presidente, Alberto Paula Machado, foi presidente do DCE da última gestão do DCE livre, né? Então como todo o pessoal que tava lá na gestão em que o Alberto foi presidente, Abel do Direito, Abel do Centro Acadêmico, diversas lideranças da Medicina também, o Dias eu acho que já estava se formando, que foi o último Presidente ainda da, quando, acho que o Dias era...

**N:** Quando eu entrei na UEL, como estudante, era o Dias, tinha acabado de se eleger.

**R:** Isso, e o DCE foi fechado quando o Dias era o presidente, se não me falha a memória, né? Então esse pessoal todo já estava meio que saindo e tal, Marco Antônio Fabiane, toda uma moçada estava deixando a Universidade, e a gente se reorganizou, da forma que deu, e a gente chegou à conclusão de que era importante voltar para as estruturas oficiais, né? Para ter espaço dentro da Universidade, para ter voz e voto dentro dos órgãos colegiados, a gente percebia que rolavam as coisas, a gente não tinha informação do que rolava. Eles aprovavam no Conselho Universitário, as resoluções, mudavam a estrutura normativa, a gente não tinha informação, então a gente resolveu que era importante voltar para os centros oficiais. Então o CA de Direito continuou livre, mas a gente primeiro, os CAs todos continuaram livres. Mas a gente no Conselho de Centros Acadêmicos livres resolveu que iria retomar o DCE, que a próxima gestão seria a gestão a partir da eleição, e a gente negociou isso então dentro da Reitoria, né? E a Reitoria, inicialmente o reitor, era um cara muito duro com movimento estudantil, era o Pinotti, né? Da Psicologia, e quando o assumiu o Marco Antônio Fiori, ele assumiu com o mesmo discurso do Figueiredo, do governo que era de abertura, né? de democratizar, e não sei o quê e tal, e aí teve até um episódio que eu comecei a entrar em confronto com ele, porque ele recebeu um prêmio, acho que de cidadão honorário na Câmara dos Vereadores, uma, ah, não! Agora que eu me lembrei, não foi, não foi nada disso, ele fez, deu uma declaração, ele deu uma entrevista para Folha de Londrina, quando foi escolhido o reitor, falando que era a favor do divórcio, alguma coisa assim, né? E aí a Câmara dos Vereadores, que era extremamente conservadora, fez uma nota de repúdio: “onde já se viu um reitor falar que é a favor do divórcio, e gostar de música clássica, e não sei o que né?” E aí, eu escrevi um artigo na folha que se intitulava: “A Câmara provinciana e o reitor paraquedista”, né? Criticando, dizendo que em lugar de defendê-lo, que ele achava que a gente devia sair na defesa dele, em lugar de defender, a gente saiu no ataque dizendo: olha ele tem um discurso liberal, mas é um cara do regime militar, tá aqui, caiu de paraquedas, nunca foi professor da Universidade... E o Marco Antônio não era professor, ele era contratado como médico do HU. Então ele foi, ele era servidor, não que o servidor não possa ser reitor ou não preste, mas ele era, ele, ele nunca foi concursado, nunca foi professor, e de paraquedas, rapidamente, se tornou reitor da Universidade por ser genro do Oscar Alves, né? E a gente criticou, então a relação com ele ficou um pouco, é, difícil, porque ele era uma pessoa muito temperamental assim, ele levou muito na crítica pessoal, né? Achava que o movimento estudantil queria, não percebia que ele era o cara do diálogo, da distensão, da abertura lenta, gradual e restrita na universidade e tal, né? E tanto que ele, quando nós, assumimos o DCE, a gente tinha feito um conjunto de reivindicações, e que a gente exigia que, ter uma sede, a retomada da sede ali na rua Hugo Cabral 727, né? Que aquilo estava sob júdice se a gente havia sido retirado de lá por um mandado judicial pela polícia e tal. A gente exigia a sede

de volta, exigia a impressora, que era uma Multilith, que fora tomada do DCE, roubada na prática, porque a impressora pertencia ao movimento estudantil, foi comprada com grana do movimento estudantil, e a gente queria a Kombi de volta, né? Então todas essas exigências acabaram sendo aceitas e quando a gente assumiu DCE, a gente retomou a sede, reinstalou a impressora lá, ela ficou parada 2, 3 anos. Então ela dependeu de uma revisão cara, complicada, mas a gente colocou para funcionar. Era uma impressora fantástica, funcionava super bem, a gente rodou o primeiro Jornal do DCE da nossa gestão nessa impressora multilith, rodou 1 milhão de coisas, todo material de propaganda para, para campanha das diretas, a gente rodava lá. A gente rodava jornalzinho de centro acadêmico, a impressora não parava, funcionava. Ela tinha um técnico que a gente contratava, pagava, que ia lá, ele trabalhava na Folha de Londrina, mas ele ia lá durante o dia, né? Porque a folha rodava de madrugada e ele fazia um monte de coisa pra gente lá, então o DCE, a gente retomou nessa fase, né? E o DCE foi o grande espaço que você estava falando da campanha pela eleição direta para reitor, né? Foi o grande espaço da campanha para, de eleição direta, para Presidente da República, quando ninguém acreditava nisso os estudantes ousavam né? Os estudantes falavam “não, tem que ir para luta pela ementa Dante de Oliveira e tal” e a gente foi fazendo, pichando a cidade, foi fazendo cartaz, fazendo panfleto. E aí as lideranças da oposição, né, liberal, acabaram por se incorporar no movimento depois né? E apostar nisso, e o movimento foi surpreendendo no mundo todo, vocês devem lembrar dessa história, né? Porque no Brasil todo, porque não se esperava tanta adesão, de massa, na campanha das Diretas, né? E a gente de contrabando colocava as nossas bandeiras lá, de eleição direta para reitor da Universidade também. Em Londrina fez-se um puta comício pelas eleições diretas, foi um baita teste, foi um comício anterior inclusive ao de Curitiba, e ao da Sé e aqueles todos né? Quando o pessoal viu que rolou em Londrina, as pessoas aí acreditaram que o movimento fosse realmente deslanchar porque foi crescendo de um jeito assim, a gente instalou um palanque ali no início da, do calçadão, ali na praça Gabriel Martins, acho que chama ali, né? E aquilo tudo estava tomado de gente até o Ouro Verde, tinha gente que dizia que tinha 30 mil pessoas no comício, outro falava que tinha mais ainda, sei que era uma coisa louca aquilo, né? E o DCE estava lá dentro no meio dos caras lá, com a gente falando num comício, imagina aquilo, né com Brizola, Lula, Zé Genuíno, Zé Richa, Tancredo Neves, o locutor era o Osmar Santos, né, e os baguazinhos do DCE lá em cima do palanque também, falando. Foi um negócio fantástico, né? Então foi uma fase muito legal, nisso de, e a gente acabou, por esse clima de pressão passou também uma eleição para reitor, que na verdade assim, a gente não sabia se o governador respeitaria ou não a lista tríplice, né? Mas passou internamente a lista tríplice e eu acho Nilson, que não foi a eleição em si, a definição da eleição foi lá por 84, mas eleição em si, se não me falha a memória foi em 85, quando Bounassar foi eleito primeiro reitor, né?

**N:** Acho que é isso mesmo, porque se eu não me engano ele foi reitor de 86 a 90.



**B:** Exato, exato

**N:** Se não me engano foi isso né.

**R:** Então ele foi eleito em 85...

**B:** Foi na gestão subsequente

**N:** Exatamente

**R:** É, é

**B:** O Reginaldo, é eu me recordo aqui da chapa do DCE, só lembrando, o nome da chapa era “Outras Palavras”

**R:** Outras palavras.

**B:** Em homenagem a música do Caetano Veloso.

**R:** Não só em homenagem a música, mas pela densidade também do verso, né?

Nesse verso título, né? Que tudo que a gente queria transmitir com aquela campanha, né?

**B:** Então, é, em cima do que você tá dizendo aqui, tem algumas questões que eu acho que a gente poderia, você podia, dar mais um pouquinho de detalhes. Você falou da retomada da sede, da retomada da máquina e da retomada da Kombi, isso foi feito de forma judicial? ou foi administrativa, foi de forma política, pressão, como é que foram essas retomadas?

**R:** Então, olha só Bessa, até eu vou retomando ali ó, puxando pela memória, né? O André perguntava da violência, né? E eu estava falando da violência que era feita dentro da legalidade, uma delas foi essa, a Universidade, a gente ocupou, quando a Universidade fechou o DCE lá na Avenida JK, o movimento estudantil ocupou aquela casa ali na Hugo Cabral esquina com a Piauí. Hugo Cabral, 727, se não me falha memória e aquilo ficou sendo o espaço do movimento e depois a sede do DCE livre, né? Ali inicialmente era alguma coisa do CCS, que se não me engano, era do Diretório Setorial do CCS, que havia ainda na estrutura oficial, havia os centros acadêmicos e os diretórios setoriais, então a gente ocupou ali e a Universidade entrou com ação de reintegração de posse, e vivia permanentemente, e tinha uma liminar da Justiça portanto dentro da suposta legalidade, né? A gente estava tentando se defender no processo, o advogado do movimento estudantil, que fazia a defesa dessa possessória, era o Jorge Hamilton Aidar, aquele advogado militante até hoje aqui em Londrina, né? O Jorge que fazia nossa defesa, e a gente e o Jorge falava “não tem o que fazer mais, o cara deu a liminar, já recorri, já fiz o que podia, os caras a qualquer hora vão cumprir a liminar” então a gente fazia o que? a gente fazia vigília 24 horas dentro da sede para evitar que a polícia viesse retomar. A Universidade, por meio da polícia com oficial de justiça, viesse retomar a sede da Universidade, isso se deu efetivamente numa madrugada, numa madrugada lá por junho, julho, daquele ano de 1983. Eu estou falando de cabeça, a gente teria que retomar os documentos, os jornais do movimento estudantil, boletins, para a gente ver né? Mas é, numa madrugada a polícia foi lá executar a ordem de reintegração de posse, a ordem de despejo. Estava lá na sede, a gente ficava sempre dois, três dormindo lá, né? Às vezes mais, tentava ter, sempre ter alguém né? Aí um ficava ali, o outro corria para um orelhão para telefonar, chamar imprensa, chama mais gente tal, não tinha celular, né? Você tinha que se articular com pombo correio para se defender e naquele, naquela noite, não era, acho que duas ou três pessoas, uma era a Pita que era uma, uma imigrante angolana, que estudava Serviço Social e estava sob o risco de ser legalmente também deportada, porque estava envolvida em movimento estudantil e havia a lei do estrangeiro que proibia a atuação do estrangeiro em atividade política e tal, então podia ser deportada a qualquer momento. Então estava a Pita, estava eu acho que a Bel do Serviço Social, que era uma outra estudante de Serviço Social também, mais alguém, e a Pita se enrolou numa bandeira do Brasil que tinha ali e ficou ali e falou “a polícia vai ter que me levar daqui desse jeito”, e a polícia pegou a Pita e tirou no braço, levantou e arrancou de lá, então eles retomaram a sede naquele momento, né? E uma das nossas exigências era essa de voltar, da sede ser devolvida para o DCE, né? A gente queria uma sede no campus e queria a sede da Rua Hugo Cabral, né? E a gente retomou isso mesmo com o reitor, a reitoria acabou cedendo, o Marco Antônio veio com esse discurso de que agora é democracia aqui distensão, não sei o quê, acabou concordando devolver, fez um termo de a gente, fez um acordo no processo, então a petição de acordo no processo de reintegração de posse estabelecia lá certas condições, mas a gente retomava a posse do, da entidade, e a impressora multilith e a Kombi que era a

mesma, Kombi que pertenceu ao DCE, mas que estava, tinha sido, usada por alguém, não sei qual foi lá que fim que deram, sei que ela estava bem baleada, era uma Kombi que já tinha alguns anos aquela Kombi, tipo corujinha, né? Mas que a gente começou a usar bastante, ajudou bastante na campanha das diretas, a gente carregava bastante gente lá, tinha até um amigo nosso que era, apoiava muito movimento estudantil, talvez vocês tenham conhecido, que era o Teófilo Bacha filho, né que era irmão Marista, né?

**N:** Muito, muito conhecido.

**R:** E em homenagem ao irmão Teófilo, que de vez em quando dirigia a Kombi pra gente, a gente chamava a Kombi de Expresso Nossa Senhora de Fátima, né? E então a Kombi ajudou muito o movimento estudantil, quando a gente retomou. Foi uma ferramenta importante ali na campanha das diretas, no comezinho né? Depois a campanha das diretas já tinha grana, já tinha gente paga, já tinha todo um esquema, né? O governo do Estado estava apoiando e tal, aí virou, ficou fácil, né? Mas no começo foi muito importante aquilo para a gente.

**B:** O Reginaldo então a máquina foi devolvida também nesse período?

**R:** Foi, foi

**B:** E eles devolveram a máquina

**R:** Foi o que eu falei, a máquina foi devolvida, foi instalada na sede da Hugo Cabral. E o primeiro Jornal do DCE mesmo, a gente, a eleição do DCE foi 20, 21 e 22 de setembro, apuração no dia de madrugada de 22 para 23, né? E a gente tomou posse logo em seguida, então o primeiro Jornal do DCE, na nossa gestão, já foi feito ali naquela impressora, aquela impressora já estava funcionando.

**B:** E a Kombi? Estava onde?

**R:** A Kombi, se não me engano, tinha sido emprestada, ou cedida, para uma entidade assistencial que era ligada a uma pessoa da família do Rui Carneiro. Então ela ficou um tempo lá nessa entidade assistencial, depois ela veio para a Universidade, foi entregue para gente, mas ela estava bem baleada mesmo, né? Precisando de manutenção e tal, era até meio perigoso andar com aquela Kombi daquele jeito lá, freava, bom, Kombi é perigosa com tudo funcionando, mas ela é, freio não funcionava muito bem, era uma Kombi bem velhinha já né? Mas a gente, para nós, era um Sputnik né? Estava ótimo.

**B:** Tá bom, alguém quer fazer mais alguma pergunta?

**E:** Reginaldo só complementar o que o André, aliás, o Nilson tinha colocado do clima que existia na época, é porque eu fui, eu entrei na universidade como funcionário em 82 e fui e entrei como aluno de história em 81, em julho, fui do CA inclusive, fiz campanha da tua chapa, depois da chapa, a Bem virar, eu lembro que na história ele chamava a gente, tinha um grupinho lá do pessoal que achava que era ligado ao PCdoB e a gente ganhava o CA ali na eleição deles, e eles chamavam a gente, que a gente era burguesia, né? Os petistas burgueses, estava nascendo o PT, alguns eram simpatizantes, mas o que eu percebi, eu era funcionário, e uma coisa que pesava muito para os docentes e os funcionários era questão de nós sermos celetistas, eu era solteiro então militava independente disso, mas havia um peso, uma pressão, em cima dos docentes e dos funcionários porque como celetistas eles podiam ser mandado embora, por qualquer motivo, e houve uma vez, não sei se foi na sua gestão, que alguns servidores foram demitidos da PCU, alegado desvio de material, alguma coisa, e a gente teve que invadir, passamos a noite na reitoria, não sei se foi na sua fase, isso se você lembra?

**R:** Dos servidores, eu não lembro Edson.

**E:** Não.

**R:** Não lembro, eu, é assim, eu não tô bem... Eu lembro do episódio, mas eu não estou bem certo se foi na nossa gestão ou se foi no anterior, eu acho que pode ter sido na nossa sim, eu acho que pode ter sido na nossa...

**E:** Eu acho que o Thompson, na época dormiu lá também no gabinete, foi um monte, foram docentes, funcionários e alunos do DCE que dormiram, e teve um outro caso, e teve uma repercussão até nacional, você se lembra do Juvenal, aliás, Juvencio Mazzarolo, que foi o último talvez jornalista preso pela lei de segurança nacional no oeste do Paraná e criaram-se comitês, inclusive em Londrina, vocês participaram na época o DCE?

**R:** Participávamos, havia assim em relação a presos políticos havia, como é que eram? Eram comitês que eram criados com alguma bandeira específica, e a gente, em todas as nossas manifestações, em todas as nossas, nos atos públicos, nas assembleias, nas manifestações de rua, a gente levantava faixa e palavra de ordem falando dessas pessoas, dos estudantes desaparecidos, de operários que haviam sido recentemente vítimas da ditadura, de sequestro, de desaparecimento, inclusive esse, esse jornalista, né? Como é que era o nome Juvenal? Tá fechado [o microfone].

**E:** Juvêncio Mazzarolo.

**N:** Achei a notícia aqui, a notícia não, acho que é algum artigo aqui da Unioeste, eu coloquei aí no nosso chat.

**E:** Ele mesmo

**R:** Deixa-me ver aqui.

**E:** Acho que ficou preso se eu não me engano de 82 a 84,

**N:** Eu me lembro desse episódio.,

**E:** Isso

**R:** Ah, tá, você colocou o link aqui, né? De quando que é isso Nilson?

**E:** É 82 a 84, vocês vão ver

**R:** Aqui não tem a data, né?

**N:** É, deixa eu, tem o ano...

**R:** Ah não, de 82 a 84, isso aí.

**N:** Tem, pelo jeito tem um texto em PDF, pra gente dá uma olhada

**R:** É isso mesmo, é isso mesmo.

**E:** E Reginaldo, só uma última questão, com relação aos professores de EPB, que a gente sabia que eram pessoas contratadas. Tinham não só radialistas, como também pessoal ligado ao Tiro de Guerra que estavam lá dando aula no CCH para todos os cursos, né? O DCE teve algum atrito com essas pessoas? Ou alguma ameaça deles? Recebeu alguma ameaça?

**R:** Assim, no Direito e ali no que assim, os professores de EPB, eram os que tinham maior carga horária, porque davam aula em todos os cursos, era uma disciplina obrigatória para Física, para Medicina, para Direito, para Serviço Social, para qualquer coisa, então era, imagina o tamanho desse departamento, número de pessoas, né? E onde eu tinha mais contato com eles não era problemático, eu pessoalmente, mas eu ouvia muitas histórias de dificuldade com a patota, porque era de fato, aí sim a política de transmissão direta do regime, né? Eram pessoas escolhidas a dedo para você, você deve ter tido aula com, por exemplo, com o Raul Silva.

**E:** Raul Silva, sim.

**R:** No CCH né? Raul Silva era tenente, era sargento, nessa época, depois se tornou tenente do Exército. Era o responsável pelo Tiro de Guerra em Londrina, era o milico de mais alto patente aqui na nossa região, né? Era nosso professor de EPB. Tinha Zancanaro também, que era um pouco mais light, mas era um cara muito conservador e uma outra pessoa que depois iria ser nosso professor lá no Direito, nosso colega de departamento de direito público Bessa, mas que começou a sua vida acadêmica, sua trajetória acadêmica, com essa origem espúria também foi o Rui Carneiro, né? Rui Carneiro sendo professor de EPB, né? Estudo de Problemas Brasileiros. OSPB era no segundo grau e EPB na Universidade, né? Mas a gente achava assim, eles conosco, da nossa época assim, eu não havia um atrito mais duro, né? Eu conheci, eu tive alguns, entreveros com o Raul Silva, por exemplo, que eu fui estudante de Ciências Sociais também, além de estudar Direito, eu fui estudar Ciências Sociais, quando entrei em crise com Direito foi estudar as Ciências Sociais, e lá eu fui o aluno do Rui Carneiro, né? E do Rui Carneiro não, do Raul Silva, né? Mas ele era até simpático comigo, era sempre agradável, procurava se aproximar, ele dizia que “Ah, eu sei que você é marxista, mas não tem problema, um dia você vai acordar vai ver que isso é bobagem e tal, não sei o quê” e ficava dando aqueles, aquela literatura para gente, mais conservadora, né? Havia um deputado da ARENA que, que era cientista político, tinha uns, tinha um livro de ciência política publicada, então ele era a Bíblia do curso dele, era desse cara, né? Então a gente acabava até se entendendo bem assim, tinha um diálogo razoável, não tinha muito problema não, mas em outras eu sei que, outros eram mais complicados, né tinha como você falou, tinha radialista, tudo que era a extrema, a extrema direita de confiança do regime, era escolhida para dar essa disciplina na Universidade, com raríssimas exceções, mas geralmente era isso, né?

**B:** Tá bom, mais alguma coisa?

**R:** Acho que não Bessa, a única coisa que eu, que eu assim, que, que nos marcava, nos encanava muito no movimento estudantil na minha época, eu já comentei, né? Que a gente achava que, apesar do, da aparência de respirar alguma liberdade, a gente sabia que tava sendo controlado, tinha certeza disso, e a gente sabia, e a gente tinha certeza que tinha gente de dentro que passava as informações, né? Que eram estudantes e que eram professores ligados ao regime, né? Mas a gente não tem prova, não tem como dizer isso, eu lembro até da cara, do nome, do sobrenome, das pessoas da minha turma que a gente achava que tinha uma ligação com regime, mas não vou mencionar aqui, talvez comente no mesmo na mesa de boteco com vocês uma hora, mas assim, mas não vou falar aqui porque a gente, porque não tem a menor possibilidade de provar, essa é uma suspeita que a gente tinha, né? Isso eu acho que ainda rolava muito, era o fim do regime né, mas acho que ainda rolava muito, e na verdade era o fim do regime entre aspas, né? Porque a estrutura jurídica de repressão

estava colocada, então a qualquer momento, como aconteceu com a Pita, ela tinha medo porque tinha Lei dos Estrangeiros, né? Eu fui processado com base na Lei de Segurança Nacional e com base na Lei de Greve, fui indiciado em inquérito logo depois que eu saí da Universidade, como já na qualidade de advogado, mas eu não tinha nem dois meses, três meses, de formado, fui a Polícia Federal, era dirigida aqui em Londrina pelo delegado Morel, né? Que era um cara muito duro em relação a isso e eu fui processado criminalmente. E depois, anos depois, quando resolvi fazer concurso para juiz, eu nem sabia do processo, mais que eu nunca fui atrás, não me importei muito com aquilo, foi pedir uma certidão, vi que estava sendo processado criminalmente, mas eu não tinha recebido a citação, né? Aí fui lá ver o processo, e em 1991, 91 o juiz deu a sentença declarando a prescrição em abstrato, distinguindo o processo com base nisso, né? Eu fiquei puto da vida, inclusive porque essas leis, a Lei de Greve, a Lei de Segurança Nacional, eram incompatíveis com a constituição de 88, elas foram derogadas, elas não foram recepcionadas pela ordem democrática, né? Então o juiz tinha que ter dado a sentença e absolvendo por não ter mais crime, não havia o crime que eles me imputavam, mas o juiz bunda mole deu a sentença dizendo que, que eu estou falando aqui tá sendo gravado, né? Vai que o cara, fez bunda mole aqui, deu a sentença dizendo que havia prescrição, eu quase, quando eu vi aqui não eu tô quase recorrendo aqui, não ia ter chance no recurso porque eu fui absolvido, né, mas eu queria recorrer para o tribunal de dissesse: “não, ele foi absolvido porque não houve crime, é diferente de ser absolvido pela prescrição, mas é então arcabouço tava colocado, né? Ainda...

**B:** Você lembra, você lembra do fato mencionado nessa, nessa acusação?

**R:** Eu era advogado da oposição sindical da construção civil e a gente, eu assessorei o movimento numa greve, que foi uma greve que mexeu com Londrina, parou 12 mil operários contra o sindicato, inclusive, não, a greve foi declarada ilegal, e aí eles gravaram o que eu falei lá na Concha Acústica, dando orientação para os trabalhadores, né? E com base nisso e nos depoimentos que foram colhidos no inquérito, eu fui processado, o crime era estar instigando a greve ilegal, fazendo piquete, essas coisas assim, a ação era essa, né? Eu já como advogado do movimento sindical, né sair da Universidade já estava engatado lá na assessoria de...

**B:** 89?

**R:** É, a greve foi em 85 Bessa,



**B:** A não, é, antes da Lei de Greve então

**R:** O processo é, foi com base na Lei de Greve, na Lei de Segurança Nacional, o inquérito policial e o processo, mas a sentença só saiu em 91 e eu ingressei na magistratura em 93, aí quando eu fui pegar a certidão que eu vi a sentença, né e aparecia a certidão positiva porque não tinha dado baixa, não tinha sentença.

**B:** A Lei de Greve nessa época era muito severa.

**R:** É, mas a Lei de Greve era incompatível, aliás, a nova Lei de Greve de 80 então,

**B:** De 88

**R:** A nova Lei de Greve de 89, e eu estava sendo processado com base na Lei de Segurança Nacional que também mudou, e na Lei de Greve que é, era, de 64, então não tinha pé nem cabeça que ela sentença era, o juiz tinha que falar esse processo aqui não ... acabou o crime porque a lei, você sabe, a lei penal, você sabe disso, mas os outros não são da área, a lei penal retroage em favor do réu, se eu estou sendo processado, se eu estou cumprindo pena por uma, por um, fato que deixou de ser considerado crime, eu tenho que sair da cadeia, o processo acaba, não faz sentido, né? A lei não retroage para prejudicar o réu, mas para beneficiar, assim então, aquela decisão foi absurda, mas eu cito esse exemplo só para falar, a estrutura estava montada, a estrutura repressiva, aliás, eu acho que a ditadura acabou não foi em 84 com a eleição do Tancredo Neves e depois o mandato do Sarney, eu acho que a ditadura acabou com a Constituição de 88. Porque até a Constituição de 88, todo ferramental diabólico da repressão estava colocado ali, ainda disponível, a qualquer momento poderia ser usado, né? Tanto que foi em 82 com o jornalista, quer dizer já na fase da suposta abertura lenta, gradual e restrita do Golbery, né? Já, já você, já tinha isso, né? Ainda tinha isso, então o ferramental da ditadura tava na mão ali ainda, né?

**B:** O André parece que tinha manifestado alguma coisa ali. Ou foi impressão só André?

**A:** Não, foi contemplado já na minha dúvida Bessa.

**B:** Fala Nilson.

**N:** Não, não tem mais nada para falar não, na verdade, eu tenho uma curiosidade que eu queria verificar com o Reginaldo, né? Na época em que a gente estava na Universidade, você veio um pouquinho depois, corria, né? Aquela coisa das conversas entre os alunos, né? Pessoal que era do movimento estudantil, que a UEL era uma das Universidades, se não a mais vigiada, policiada internamente, obviamente que isso era baseado só numa percepção, e um sentimento, ninguém tinha, não era possível dar concretude a isso, né? Você sentia isso também? Essa percepção perpassou até, até você ser presidente da do DCE, por exemplo, ou isso na verdade era mais folclore, que corria?

**R:** Eu não acho que era folclore não, viu Nilson? A gente, na minha fase, na sua, a gente talvez não pudesse ver isso muito objetivamente, né?

**N:** Exatamente, exatamente.

**R:** Embora você pudesse ver. A UEL tinha, tinha uma estrutura de segurança interna que tinha uma certa feição militarizada, né? Então aquela estrutura interna certamente permitia informações sobre quem tá pichando, quem tá colando cartaz, né? E a pichação era vista como, como uma depredação do patrimônio público.

**N:** Quem está se reunindo né?

**R:** Quem tá se reunindo, e tudo mais né, então havia muito disso, né? Teve uma ocasião, uma situação engraçada, que eu já vivi uma vez, comentei com o Bessa, não sei se ele vai lembrar, mas a gente estava fazendo uma reunião do movimento estudantil no CESA, era uma reunião aberta, que a gente convocou

todo mundo né? E um cara ... a gente fez um círculo bem grande assim, e eu não lembro nem qual era a pauta, mas a pauta daquelas coisas de rotina do movimento estudantil, ensino público e gratuito essas coisas assim, né? E o cara, o cara começou a falar mal de mim, a fazer críticas a mim, mas imaginando que eu fosse uma pessoa que não estava na reunião, e ele falava como se me conhecesse, e não era um cara ligado ao movimento, era um estudante que apareceu do nada lá, eu achei que aquela situação foi muito constrangedora, muito estranho inclusive, porque o pessoal que estava assim percebendo, assim, o cara falando né, na minha frente ali, imaginando que eu não estava ali, né? “Ó esse cara é perigoso e tal”, começou a fazer umas considerações estranhas, então assim, eu acho que havia né? Toda a rede de comunicação, depois muitos anos, depois existia na Universidade uma, um órgão de assessoramento do reitor que era Assessoria estudantil, você lembra disso? Bessa?

**N:** AESI.

**B:** Lembro.

**R:** Assessoria Estudantil.

**N:** É, que era o braço da repressão, a gente falava a repressão...

**R:** Exatamente, e ali eles tinham informações sobre todo mundo, né? Depois a gente veio a saber, na comissão se encontra, se vocês forem buscar a documentação, se não queimaram ou senão eliminaram deve ter muito registro escrito do histórico de cada um, do que, que rolava né? Eu depois soube de uma pessoa de lá de dentro que tinha informação sobre, até sobre a vida do avô de cada um lá, né? Eles tinham, eles tentavam, tá patrulhando, cuidando né? Ou seja, não era um espaço democrático, não era uma Universidade, era um órgão da repressão na gestão, na forma de gestão, né? Isso para mim tá claro, só não havia aquela violência ostensiva então, que foi que eu disse, na nossa fase nenhum estudante foi preso, nenhum professor foi preso, houve professores, estudante sendo despedido, né? Teve caso inclusive de professor, acho que foram três professores da medicina, se não me falha a memória, ou da área de saúde, que foram despedidos, que eram, vocês falaram, que vocês estavam falando, era regime da CLT, despedia, né? Eles até entraram com ação de reintegração do emprego, acabaram perdendo a demanda, isso já foi na minha época, acho que a demissão deles foi um pouquinho antes, mas a ação e a

sentença que indeferiu a reintegração no emprego foi já, foi na época em que o Alberto era presidente do DCE, se não me engano.

**N:** A demissão acho que foi em 79, porque foi logo depois que eu entrei, e como eu entrei no meio do ano de 78, eu acho que foi no semestre seguinte

**R:** E a decisão de não reintegrar né? Foi, foi logo depois, e a justiça, claro, simpática ao regime geral com a legislação, que era muito...

**B:** do Trabalho

**R:** Oi?

**B:** Foi a Justiça do Trabalho

**R:** Justiça do Trabalho, era, o juiz era o Moura, né, João Antônio Gonçalves de Moura, né? O juiz era o Moura que foi nosso professor na Universidade também, né? Aliás com quem arrumei encrencas enormes, né? Nós arrumamos né Bessa? Porque o cara era juiz, a Constituição não permitia que, mesmo a Constituição do regime militar de 67, 69, não permitia que os juízes exercessem outra função que não de magistério, e ele era chefe do departamento, né? Na nossa época, e a gente atacava muito isso, né? Ele era, o cara também muito conservador, e ele não podia julgar aquele processo porque era da administração da Universidade. Era juiz, imagina, porque sendo o chefe do departamento ele faz parte da administração da Universidade que cuja administração despediu os caras, aí ele vai lá e dá sentença dizendo que a administração tá certa e que eles não são reintegrados, né? A gente foi para jugular do Moura, né? Além de ser uma pessoa simpática e tal, acabei me relacionando bem com ele, foi meu corregedor depois quando era o juiz, mas a verdade é que o cara, além de ser um péssimo professor, eu odiava Direito do Trabalho graças a ele, né? Aprendi a gostar de Direito de Trabalho depois que eu saí da Universidade, porque com ele, eu ficava olhando-o, aquele exemplo dele, falava: “não, eu não quero isso pra mim não”

**N:** Ele foi o que a gente chama de contraexemplo, né?

**R:** Contraexemplo. Já é falecido o Moura.

**B:** É, já é falecido. Bom, Eu não sei os meus colegas, mas eu me dou por satisfeito com, se alguém tiver alguma pergunta a fazer que o faça, se o Reginaldo aqui quiser, Professor Reginaldo, quiser deixar uma mensagem aqui para Comissão da Verdade, vai ficar registrado aqui.

**R:** Não Bessa, eu só queria dizer assim que eu acho que vocês estão fazendo um trabalho primoroso e muito importante, esse registro histórico é fundamental. Acho que ele tá, tem que estar sendo feito no momento certo, talvez devesse ter sido feito antes, até porque a gente não pode perder essa memória, né? A gente tem essa dificuldade, eu acho a gente quando vive a história a gente não se dá conta da importância de registrá-la, né? E quem registra a história é quem tá vivendo essa história, né? Então esse trabalho de vocês é fundamental, resgatar isso, documentar, talvez traduzir isso num relatório que possa ser publicado no futuro, acho isso muito importante mesmo, muito bacana esse trabalho, e enfim, meu entusiasmo aqui para que vocês tenham fôlego, ânimo para ir até o final e fechar isso com um documento bacana aí sobre essa fase difícil da Universidade, né? Até para que a gente hoje saiba valorizar um espaço democrático que a gente tem né? Com problemas que são próprios da democracia, mas um puta espaço democrático que a gente pode se expressar e se articular e né? Enfrentar até as tentativas de fazer renascer o fascismo entre nós outra vez né? [risos] esse registro histórico também é importante para isso, né? Para não deixar o fascismo voltar, né? Ou as experiências autoritárias de qualquer viés ideológico.

**B:** Exato, é, então eu começo a dar por encerrada essa, essa entrevista, eu, César Bessa aqui, e agradeço a presença do André, a presença do Edson, a presença do Nilson, especialmente o entrevistado que é o professor Reginaldo né? Eu sou da época, né? Peguei a gestão dele, peguei o DCE depois né? Na sequência, né? Tem boas recordações, só agradáveis, né? E com muita motivação, falo isso porque desde o Centro Acadêmico. Deixo aqui um pequeno registro do Centro Acadêmico, tem coisas que eu não consigo esquecer, e que fique registrado aqui: a gestão do, do Reginaldo Melhado, fazia projeções de filmes a meia-noite no cine Vila Rica, e enchia o cinema cara, eu achei aquilo maravilhoso.

**R:** Cinema político, né? Círculo de Cinema político.

**B:** Só filmes do Costa Gravas né? Então, era uma sequência de filmes, meia-noite, só do Costa Gravas, no Vila Rica, meia-noite começava.

**N:** Frequentei muito.

**B:** Então, tinha uma intensidade assim, política e cultural muito intensa, né? E que, com certeza, contribuiu muito na minha formação, na formação de outros e estudantes na época, né? Para ter essa sensibilidade com esse período de resistência, né? Bom, eu dou aqui por encerrado, eu vou pedir para o André apertar o botão, dou por encerrada a gravação.

## **COMISSÃO DA VERDADE UEL**

**ENTREVISTADO:** José Antonio Tadeu Felismino (T)

**ENTREVISTADORES:** Evaristo Colman (EV), Edson Holtz (E)

**DATA:** 03/11/2016

**LOCAL:** Sala de Comissões da Reitoria da UEL

**DURAÇÃO:** 01:54:25

**TRANSCRIÇÃO REALIZADA POR:** Matheus

**CONFERÊNCIA REALIZADA POR:** Edson Holtz

## **CONVERSA INFORMAL ANTES DA ENTREVISTA.**

**E:** Praticamente é um desdobramento da nacional, da estadual, aí como tiveram muitos casos aqui da UEL eles quiseram que a UEL fizesse uma também.

**T:** Mas teve casos assim de reivindicar direitos e tal?

**E:** Não, a universidade [incompreensível]

**T:** Aqui então é mais documentar né, a história?

**EV:** Sim e apurar se houve algum envolvimento da instituição, alguma situação de repressão [incompreensível] basicamente é isso. Depois tem uma declaração seu, sobre o relato.

**E:** Acho que você deve ter feito esse para a nacional, você deu depoimento também né?

**T:** Não, eu dei para aquele, depoimentos para a história, daquela entidade, aqui do Paraná.

**E:** Achei que você tivesse feito para aquele da comissão estadual.

**T:** Eu sei que foi feito, vieram aqui, mas eu não participei.

### **INÍCIO DO DEPOIMENTO:**

**EV:** Nosso interesse em tomar seu depoimento é para ouvir, da sua trajetória dentro da universidade, se houve situações de perseguição, constrangimento contra a sua pessoa ou contra outro que você tenha conhecimento.

**T:** Olha, assim, contando um pouco da trajetória né, eu fiz o primeiro vestibular dentro da universidade em 73, eu já queria fazer jornalismo, mas não tinha o curso ainda, então eu entrei no direito. Fui fazer direito no noturno e, assim, não tive nenhuma participação, só que nesse tempo eu já escrevia poesias, contos, tinha interesse pela área de jornalismo, estava esperando chegar o curso e tudo mais. E nesse período, como acho que calouro de direito, eu acabei participando de um concurso de contos e poesias do DCE. O DCE surgiu em 71. Não, não, 72 ou 73, a primeira diretoria foi em 72, o Marcio Almeida, depois é que eu fui saber a história, tinha um grupo de pessoas ali que criaram o jornal Terra Roxa, e esse pessoal que lançou esse concurso, foi o primeiro semestre de 73, e eu por vias meio tortas acabei participando do concurso e ganhei algum dos

prêmios lá. Eu fiquei em terceiro lugar de poesia e o prêmio de contos ficou dividido, alguns em primeiro lugar, então foi aí, nesse processo, que eu conheci o pessoal do DCE, do movimento estudantil. E foi até uma situação meio engraçada por que a minha poesia que ganhou, era uma poesia meio “modernosa”, meio diferente (risos) e o fato é que eu cheguei para receber o prêmio, assim, sem nenhuma pretensão, tinha 18 anos, cheguei no local que funcionava lá no Hugo Simas, lá funcionava o CCH e era um auditório lá. Eu cheguei para receber e eu vi que estava um clima meio de conflito, e eu fui saber que o problema era uma divergência por causa do prêmio para minha poesia. Eu vi o pessoal ali reclamando, criticando e outros defendendo e não sei o que, e eu sei que eu no fim acabei indo lá para a frente para explicar o meu poema (risos) mas aí tudo bem, aí eu comecei a fazer amizades com o pessoal, principalmente o Roldão Oliveira Arruda. O Roldão já era um cara que militava no jornalismo e estava no movimento estudantil e ficamos superamigos e através do Roldão foi que tempos depois eu comecei a trabalhar em jornal que era meu sonho e aí comecei a participar do movimento estudantil. Aí no segundo semestre de 73, teve a segunda eleição para o DCE, essa eu já participei, um pouquinho, mas já comecei a participar. E de novo tinha um grupo mais oposicionista ao regime, mais à esquerda, que no caso lançou o Tercílio Turini, candidato ao DCE, contra uma chapa que de novo era presidida por um empresário ligado à ARENA, que era o Nilo Dequech. Aí houve a disputa em setembro de 73, e o grupo de direita venceu, do Dequech, aí aquele grupo que tinha iniciado com o Mario Almeida e agora com o Tercílio Turini perdeu a eleição, e esse grupo que começa então a fazer avaliação e autocrítica etc., e que vai começar a organizar, porque o grupo, esse primeiro grupo, perdeu praticamente tudo, só ficou com o CCH. Na época, ficou com o diretório do Cesulon, que é a atual UNIFIL, que tinha o pessoal do DATA, e ficou com mais algum diretório. Aí o grupo começou a discutir uma estratégia de oposição ao DCE, ao Dequech, e aí esse grupo que no finzinho de 73 resolve então que tem que lançar outro jornal, que tem que ser um jornal mais popular, mais combativo do que tinha sido o Terra Roxa, aí começa a nascer a proposta do Poeira. E o Poeira vai nascer no início de 74, no diretório do CCH, e começa com uma proposta diferente, muito humor, aí a gente tinha um pouco a influência do Pasquim naquela época, por outro lado o clima do país, estava assumindo o



Geisel, estava melhorando um pouco, porque até 73 era uma coisa horrorosa, o clima né, por que ainda era o período do Médici, aquela coisa toda, então em 74 o clima melhorando um pouco, o próprio governo falando de distensão, abertura, aí a gente sai com o poeira aí, eu participei bastante, eu já estava começando a trabalhar em jornal nesse período, fazia o tiro de guerra, e estudava Direito na UEL, mas já tinha a boa notícia que o curso de comunicação ia começar em julho / em agosto, de 74. Então eu já estava embalado, tirando o pé lá do Direito, e participando. E o Poeira, ele era sempre, as reuniões eram feitas no sábado à tarde, a vida inteira, antes inclusive já, eu não participava, mas antes já funcionava um grupo de estudos de imprensa estudantil,

E: Olha que bacana.

T: Tinha grupo de literatura, tinha grupo de teatro, por quê? Porque tudo estava fechado, era época de censura mesmo e tal, era um período bem difícil. Acho que 74 eu já estava trabalhando na Folha, eu tinha pego um primeiro emprego, na segunda volta do Novo Jornal, o Novo Jornal foi um projeto fantástico, 72 por aí, que formou toda essa turma, Roldão, Nilson, Marcelo Oikawa, Verçosa, que foi comandado no início pelo Domingos Pellegrini, foi o primeiro editor, depois o Leonardo Henrique dos Santos, Rose Arruda, foi um jornal tipo Realidade, Revista Realidade, era uma coisa linda, semanal e tal. Eu já peguei uma segunda tentativa, que foi uma experiência pobre, mas para mim foi ótima por que eu aprendi o 'beabá do jornalismo e dali eu saí para trabalhar na Folha, então no começo de 74 eu já estava, acho que sim, começando a trabalhar na Folha e participava do Poeira, e fazia tiro de guerra, e fazia Direito, e só que no começo era tão difícil encaixar uma matéria no Poeira, porque eram reuniões, reunião de pauta,

E: Debates...

T: Reunião de tal, e era jornalismo opinativo, eu estava aprendendo, o jornalismo era difícil, e era tudo reunido, a experiência do Poeira foi fantástica assim, porque era uma escola de jornalismo sabe, e muita gente de vários cursos: da área de saúde, da área de humanas, de várias áreas, aprendeu a fazer jornalismo. E era

tudo ali em grupo, discussão de pauta, fazer matéria, aprovar matéria, editar matéria, depois diagramar as matérias, era um negócio...

**EV:** Uma escola.

**T:** Era uma escola, e por fim, imprimir o jornal e sair distribuindo, essa era a parte fantástica, foi uma experiência muito legal, muito legal mesmo. Então eu vivia assim né, então 74 primeiro semestre foi isso, o Poeira cresceu que nem um foguete, por que ele começou a fazer um sucesso danado, e tinham alguns colaboradores né, pessoas assim como o Marcos Vila, que era um cara que hoje tá no Mato Grosso, o Marcos Vila era um cara talentosíssimo, ele fazia charges, mas era um humorista de mão cheia, então isso... e era o cara que trabalhava na Folha até meia noite/uma hora, e depois ia pro DCE e varava a madrugada, desenhando, ilustrando, ele era nosso cara do horóscopo, e o horóscopo era só gozação, o cara fazia muito humor de qualidade, tinha um outro cara do Banco do Brasil que era o Bravos, era um funcionário de carreira mas que desenhava assim, inspiração do Pasquim, fazia os desenhos muito legais, então foi essa fase. Assim dizer que nesse, nesse início assim, um constrangimento, mas eu não considero, eu participei bem, depois quando foi julho de 74, eu praticamente abandonei Direito, fiz outro vestibular e entrei na primeira turma de comunicação, e aí já setembro de 74, já era a primeira eleição do diretório da comunicação, eleição geral, que foi quando o Poeira saiu como a primeira chapa, fez pesquisa de opinião pela primeira vez, um sucesso, então o Poeira teve uma vitória, assim, total. E eu, na época, era aluno do curso de comunicação, primeira turma, junto com biblioteconomia que já tinha algumas turmas, e ali como eu já participava do Poeira, com o movimento estudantil, eu fiquei encarregado de organizar. Eu como estava no Tiro de Guerra, em princípio eu não ia sair candidato, por que era meio complicado, aí tentamos organizar uma chapa, mas essa chapa deu problema, eu fiquei em dúvida se ela seria firme com o Poeira ou não, enfim, a gente afastou esse pessoal e eu mesmo saí, saí candidato, então muitas vezes eu fui fazer campanha de farda, 74, não sei se daria para fazer isso em 72, 73, mas 74 pelo menos deu. Aí, fui eleito, organizamos o diretório, Poeira ganhou geral, e aí cresceu, virou jornal da universidade inteira e tudo mais, e eu, minha felicidade que eu fui fazer o curso que eu gostaria. No curso assim, um curso novo, mas uma simpatia enorme pelo Poeira, uma simpatia enorme pela

democracia, contra a ditadura, aquela coisa toda né, além do que os próprios professores reconheciam que o Poeira era uma boa escola de jornalismo, então, eu a rigor tive facilidades assim, apesar de que o primeiro semestre do curso eu acabei quase desistindo, eu repeti em todas, eu falei “não, vamos fazer sério”, aí no ano seguinte eu fui e refiz tudo, praticamente recomecei o curso. Assim, ao longo depois no segundo ano, que aí correu a experiência do Poeira, depois no ano seguinte veio a eleição do Nilson Monteiro, que foi já um refluxo do regime do Geisel, porque, inclusive no período da segunda eleição que foi agosto/setembro de 75 teve a morte do Vladimir Herzog, teve assassinato, e teve aquela operação Marumbi aqui no Paraná, com prisões, teve um professor que foi preso que era o diretor do CCS, o Nelson Ferreira dos Santos, e a prisão dele foi entre a eleição do Nilson em setembro e a posse em outubro, e inclusive, assim, um dos momentos de maior tensão que a gente viveu, porque era uma época que ainda havia censura à imprensa, então as pessoas eram presas e ninguém sabia o porquê, qual que era o critério, era sequestro mesmo, não era uma ordem judicial, as pessoas eram sequestradas, alguém aparecia...

**E:** Isso em 76?

**T:** 75, é, as pessoas eram sequestradas, quer dizer, o cara ia de noitão na casa do sujeito, tirava o cara de pijama, botava um capuz, amordaçava, prendia, jogava numa daquelas veraneio e ninguém sabia pra onde que ia, agora, muitos anos depois que a gente sabia que o pessoal ia primeiro para Apucarana, ali o pessoal era barbaramente torturado, até amaciar a pessoa, até a pessoa dizer o que eles queriam ouvir, preparar os processos, para daí a pessoa ir para Curitiba, na época ninguém sabia de nada disso, então era um temor né, você tá ali naquele processo. E ali naquele período a gente passou uma tensão, e era o momento também difícil por que a gente por fim, encarou que a gente tinha que fazer alguma coisa, tinha que se manifestar, e essa manifestação a gente escolheu a posse do DCE que era exatamente a posse do Nilson em outubro de 75, inclusive, e aí a gente naquela coisa, muita gente inclusive, eu não lembrava direito disso mas, no meu trabalho de mestrado, entrevistando os colegas e indo lá consultar, muita gente naquele período se afastou do DCE, por pressão das famílias, por medo, mas um grupo grande ficou. E aí no dia, eu lembro que, no dia da posse, a gente estava lá no DCE ensaiando o Nilson porque aquilo tudo

foi feito coletivamente, no sentido de chegar na posse fazendo um discurso denunciando as prisões e tal, era um negócio! Vai saber onde vai dar isso né? Eu sei que no dia, a gente estava lá no DCE, não lembro se de manhã ou a tarde, por que a gente estava meio internado ali, o tempo todo, naquele dia aparece um grupo, chega ali era gente da reitoria, gente da polícia, corpo de bombeiro, pra dizer que a posse ia ter que mudar de lugar porque tinham recebido a denúncia que ia explodir uma bomba na cerimônia, e aí que possivelmente alguém estava se referindo a bomba que seria o discurso (risos) e aí o pessoal: “pô o que vamos fazer?” e nós ali com o próprio pessoal, porque na época os diretórios eram oficiais, então quem convocava eleição era o reitor e quem dava a posse era o conselho de administração, reunia lá o reitor e todos os diretores

**EV:** Naquela época, o capitão Aparecido já estava atuando?

**T:** O Aparecido eu não sei, eu lembro que eu, no Tiro de Guerra ainda, em 74, as vezes quando eu comecei a participar mais do movimento estudantil, vira e mexe eu encontrava na reitoria, em alguma reunião, o Raul Silva, Raul. Raul Silva era o chefe do tiro de guerra, era o meu chefe, e o Raul Silva era professor aqui, e desde então a gente já estava ouvindo falar em AESI

**EV:** Em 75?

**T:** Em 74, e então eu encontrava o Raul Silva aqui pela reitoria, e a brincadeira dele era: “escuta você, o que você tá fazendo que não foi preso ainda?”, vamos dizer que não era uma brincadeira muito inocente né, “o subtenente, tal, que não sei o quê” [eu] dava uma desconversada. Mas assim, até em termos assim de constrangimento, eu lembro que eu fazia o tiro de guerra, era jornalista na folha, já estava participando, e aí eu sei que teve um festival do teatro e na época teve uma reunião de organização do festival de teatro, isso foi em 74, deve ter sido em maio/ junho, por ai, e a reunião era lá no Júlio Fuganti e o pessoal me convidou para ir lá para ajudar na comissão de divulgação e etc., lá fui eu, e na época eu fui participar da reunião, e alguém de televisão foi e filmou, a reunião, aí no dia seguinte hora que termina a instrução lá no tiro de guerra, terminou a

instrução, o Raul Silva me gritou lá 102, que era eu né, (risos), aí me chamou lá no escritório dele:

- “Escuta, você está participando aí de festival de teatro?”
- “Pois é, trabalho na folha, pessoal convidou”
- “Você tem que tomar cuidado com esse pessoal, esse pessoal é tudo comunista”
- “Mas, subtenente, eu convivo com o pessoal e nunca vi nada de estranho, olha, são colegas”
- “É, esse Domingos Pellegrini e esse Nilson Monteiro, isso é tudo comunista”
- “Mas não é possível, por que eu convivo com eles”
- “Não é tudo esquerda festiva” (risos) “Pessoal que fala contra o sistema, mas na hora do vamos ver eles querem o bem bom”
- “Não, tudo bem...”

Aí eu dei uma desmarcada, mas o fato é que, depois disso, um colega do tiro, começou a me abordar, tipo assim, “soube que você participa lá na UEL do movimento, tenho interesse” eu fiquei meio assim, mas falei, “É eu participo, se você quiser não tem nada de mais” e levei esse cara, convidei, para uma reunião do DCE, só que depois esse cara, sabe quando some, eu fiquei entendendo que o cara tinha...

**E:** Ido checar

**T:** Mandado alguém, dar uma checada, mas não por acaso, não vou falar nomes porque nós estamos numa cidade pequena, mas não por acaso esse cara depois acabou virando empregado de uma empresa das várias empresas de telecomunicações da cidade que é a Sercomtel, acabou conseguindo emprego, sendo que, naquele período, ao longo do tempo a gente foi ouvindo dizer que Raul Silva tinha ligações com o SNI, não sei se tinha, mas com certeza era um cara da comunidade de informação, por que ele coordenou a AESI aqui, estava

lá no tiro de guerra, um período ele exerceu alguma coisa na Sercomtel. Que era considerado assim, então, a coisa que me atingiu mais pessoalmente no sentido de criar um constrangimento, mas parou por aí, foi essa situação em 74, no tiro de guerra, de uma coisa mais direta, mais pessoal.

**EV:** Em 74 ainda era o Ascencio o reitor?

**T:** Não, não, já era o Oscar, em maio, por aí, saiu o Ascencio e entrou o Oscar

**E:** É, até 74 Ascêncio, depois Oscar Alves, de 74 a 78, maio a mudança, maio ou junho? Acho que segue um calendário.

**EV:** Por que depois teve aquele episódio do processo no CA

**T:** Ah sim, aquilo já foi em 76. Então em 76 a hegemonia do Poeira era tão grande, mas em 76, quer dizer que o Poeira já estava tão sólido assim na universidade, que aí, quer dizer, até então, sempre se escolhia alguém dos grandes centros né, em 76 a hegemonia estava tão grande que eu era do curso do menor centro, do menor curso, da universidade e eu sai candidato, e lógico isso era uma indicação coletiva ali, ninguém tinha nenhum projeto pessoal com isso e de repente chegou lá, “e quem que vai ser, quem que vai ser?” e eu já participava bastante do movimento estudantil então acabou saindo eu candidato a presidente, eu lembro que minha vice era do serviço social, quer dizer, curso super pequeno também e minha colega Fátima Pimental, muito, muito, ótima pessoa. E saímos nós, e a rigor a única disputa que teve nessa eleição foi lá no CESA, porque aí a reitoria que participava, mexia os pauzinhos assim para tentar derrotar politicamente, porque tinha esse aspecto, a UEL além de tudo era um projeto político grande, importante, para aquele momento, Ney Braga, etc. Tinha uma particularidade, no período da ditadura, Curitiba ficou sem eleição, então ficou sem atividade política, os prefeitos eram indicados etc. e tal. A maior cidade, a principal cidade, com eleição era Londrina e aqui só dava MDB, ganhou o Paranaguá, depois o Richa, depois o Belinati, depois o Wilson Moreira, então tinha um perfil oposicionista violento a cidade, votava contra, era meio contra o regime, mas era até mais contra Curitiba, porque Curitiba significava o poder do regime, eu estou para te dizer que era mais contra o sul tradicional do que o regime, por que o perfil de Londrina, sempre teve um perfil assim, se você pegar

as eleições lá de 34 em diante sempre foi liberal, perfil conservador nas eleições mas era um voto oposicionista, e pro governador do estado Ney Braga, que era o Neysmo na época, a UEL era o segundo orçamento do município, um dos maiores do estado, a principal instituição, até por isso eles escolheram para ser o segundo reitor o Oscar Alves que era, tinha um vínculo de parentesco com o Ney Braga, era de confiança, etc. Então para eles controlar politicamente a universidade era um negócio, e o Ney Braga como ministro da educação também não poderia ser o troglodita que sai batendo em estudante, então eles tentaram mesmo derrotar o Poeira politicamente, apoiando chapas e sem confrontar, isso para nós foi bom também, porque eles foram meio *soft*, a gente só teve um período que a repressão recrudesciu mesmo quando eles perderam as esperanças, que foi já fim de 77/78, que aí por fim fecharam tudo e aí já era o Pinotti, terceiro reitor. Mas em função disso as eleições eram disputadas, mas nesse caso em que eu fui candidato, em 76, a chapa para o DCE deles, que era Vassoura, foi muito fraca, a gente ganhou assim com uns 70% dos votos e teve uma disputa ranheta no CESA, que nós também ganhamos, aí eu fui para o conselho universitário e conselho de administração. No conselho de administração é que aconteceu uma situação que em algum momento o reitor numa das reuniões ele coloca em discussão uma operação, eu não lembrava exatamente qual era, mas, no meu trabalho de mestrado que foi sobre isso eu acabei recuperando, era uma discussão sobre uma unidade de medicamentos da UEL, aliás, que era de uma empresa privada que estava em dificuldades e a UEL ia assumir esse laboratório, o x da questão é que o reitor, em função do tema, abriu a discussão colocando a reunião em sigilo, e disse “olha eu sou contra, e eu não tenho como manter o sigilo aqui, porque eu tenho que prestar contas ao conselho” eu acho que era esse assunto, ou tinha um processo de crise no HU permanente, porque o Oscar no período dele, ele foi interferindo em algumas áreas onde talvez ele visse mais oposição, mais dificuldade, então houve demissões ,eu lembro que o meu diretor, que era o Vanoly Acosta Fernandes, foi demitido assim sem justa causa, um cara que tinha sido nomeado pelo Ascêncio e que foi demitido nessa condição, depois isso virou um processo, e teve várias demissões na UEL, e eu não sei qual era o caso exatamente, o fato era que nessa reunião, o pessoal sob sigilo, começa a discutir o assunto, aí em várias ocasiões, nessa reunião o reitor, eu defendia a posição com firmeza, em

algumas vezes o reitor abusou assim de caçar a palavra, de cortar, de interromper, de não sei o que, eu sei que eu sai da reunião, fui lá e reuni o conselho deliberativo do DCE, e não só reuni, ai a experiência de jornalista, relatei a conversa, ai o conselho falou “escreve isso ai, bota tudo no papel, tim ti por tim tim”, e deu um negócio imenso, que eu relatei em detalhes, todos os diálogos da reunião, ai eu passei isso pro conselho, e o conselho achou por bem passar para todo mundo, então teve ampla repercussão, principalmente, ai você vê, era uma época tão politizada, que na época quem estava em confronto com o Ney Braga era o Paulo Pimentel, disputas mil, eles tinham sido aliados, estavam rompidos, e o Pimentel inclusive estava sendo perseguido pelo sistema, chegou, ele era o dono da Globo no Paraná.

**E:** Perdeu a concessão né.

**T:** Perdeu a concessão da globo no Paraná, enfim era um conflito aberto, o que o Pimentel fez, ele tinha a Tv Tibagi em Apucarana, que era uma emissora ainda de grande prestígio na região, ele pegou aquele relato, naquele papel, e botou o locutor lendo aquilo no jornal do almoço e no jornal da janta, esse cara, esse cara ficou lendo aquilo mais de meia hora no ar, essas coisas aconteciam por que a tv era ao vivo né, e o cara lendo e tal, a reunião secreta do Sr. Reitor, o negócio era, nem interessava muito o conselho, interessava era aquela coisa de que os estudantes denunciaram uma reunião secreta. Deu aquela repercussão toda, e interessante, lembrando esse fato, que na reunião seguinte do conselho, eu fui para reunião do Conselho, como sempre, chegava na hora certinho, eu fui, não lembro qual que era a sala por aqui, cheguei e só estava a dona a Aceli, que era a secretária, e ficamos nós lá, aí eu perguntei “Dona Aceli, o que está acontecendo, o pessoal que não aparece, cadê o conselho?” Eu sei que nós ficamos assim uns 20, 25 minutos, falei “mas que coisa né” ela “é, não sei” ela não sabia, tadinha. De repente chega o conselho inteiro, eu não sei o que foi, se foi o anjo da guarda, o que que foi, eu simplesmente já tinha escrito, se pegar as atas da reunião daquele conselho, daquele período ,cada reunião tinha 10 declaração de voto minha (risos) que eu fazia por escrito, hora que eles chegaram tudo, sentaram, “Bom vamos começar a reunião” eu disse: “Senhor reitor, me dá licença, eu quero ler uma declaração: é uma falta de respeito esse atraso sem justificativa e não sei o que, em sinal de protesto eu me retiro”.



Quando veio a ata dessa reunião, que eu não participei, e o pessoal, tinha um *fair play*, simplesmente tudo que aconteceu a Dona Aceli redigiu tudo, aí na convocação da reunião seguinte eu recebi a ata, e eu lendo aquela ata e tal, tal, tal, lá no último parágrafo: “Em relação ao assunto da punição do conselheiro José Antônio Tadeu Felismino, o assunto ficou para uma outra ocasião em função da ausência do mesmo”, alguma coisa assim (risos), eu recebi isso, discutimos, não comentamos nada. Quando chega na reunião seguinte, chegamos lá, acho que até o pessoal tinha esquecido, nem sabiam que isso estava na ata, chegou abriu a reunião, colocou em discussão a ata, [levantando o dedo, indicando que estava falando] “Aprovo com declaração de voto (fazendo sinal de que estava escrevendo) é um absurdo, na calada da noite e não sei o que, fazer isso para enquadrar o estudante” o pessoal ficou, acho que o pessoal ficou totalmente sem jeito né, sem jeito.

**EV:** Os conselheiros?

**T:** Os conselheiros

**EV:** E os caras ali?

**T:** Todos ali, essas coisas era tudo ali, ao vivo e a cores, (risos) mas era interessante viu (risos) então foi essa a situação, e aí esse assunto desapareceu,

**EV:** Aí? parou nisso?

**T:** Parou, não, parou nisso. E aí a coisa foi, e a gente viveu 77, foi um período no país todo de muita radicalização, porque o Geisel tinha tomado uma invertida em 74, foi aquela eleição que o PMDB ganhou quase tudo e ele entrou com aquele discurso meio que esperando um voto de confiança da sociedade e a sociedade já a crise econômica né, já tinha passado o milagre, já tinha passado aquela, a sociedade...

**EV:** Estava batendo outra coisa

**T:** A sociedade botou tudinho, até o ponto que um cara zero como o Leite Chaves aqui ganha, quer dizer, qualquer um ganhava né, pelo MDB, então o Geisel com isso, isso já disparou aquela luta interna no regime em 75, que teve aquelas operações, Bandeirantes em São Paulo com a morte do Vladimir Herzog,

Marumbi aqui no paraná, prisões e tal, já tinha sido, quando é o começo de 77, o Geisel faz os pacotes de abril, que são pacotes, são mudanças na legislação que ele faz para garantir o controle na eleição de 78, então o que ele faz, senador binico, eleição indireta para governador, o cara fez um pacote de maldades gerais, e com isso o movimento todo tem uma radicalização no Brasil inteiro, invasões, a polícia invadindo PUC, São Paulo, o movimento estudantil tentando se reorganizar, e nós de Londrina, a gente tinha uma participação assim destacada

**EV:** A minha esposa participava

**T:** Sim, sim, toda, 79 depois sim, sim, o pessoal nosso aqui, o Gilberto Martins e tal, teve participação importante

**EV:** Se formou em jornalismo em que ano?

**T:** Eu me formei em 78, formei com um semestre de atraso.

**E:** Você acabou ficando quando tempo Tadeu, junto com o Direito e Comunicação?

**T:** Com o Direito eu fiquei de julho de 73 a janeiro de 78, eu fiquei 5 anos e pouco.

**E:** Coincidiu com o fim do Poeira n, em 78?

**T:** Em 78 assim, o Poeira terminou, vamos dizer, em novembro de 78 com a invasão do DCE, suspensão da eleição, casso dos mandatos, confisco da máquina impressora

**E:** Foram todos os diretórios n?

**T:** Todos, foi tudo fechado, 78, novembro, que a expectativa ainda era para definir a eleição, só que o conselho de administração se reuniu, mas aí era o Pinotti já e aí eles já tinham perdido qualquer expectativa de derrotar politicamente, eles tinham tentado, eles tentaram em 74, em 75, não conseguiram formar chapa, mas 76 e 77, 77 foi mais ainda, porque eles partiram do princípio que o pessoal do poeira era estudante profissional então eles

começaram a mudar a regra, para que um estudante para ser candidato, ele tinha que ter presença, tinha que ter notas altas, não podia ter reprovação, não podia ter isso, não podia ter aquilo, foram fechando, fechando, fechando. Só que a representatividade nossa era tão grande que tivemos que mudar 2 ou 3 vezes a chapa, mas no fim, no prazo certinho, nós entregamos chapa completa para todos os diretórios, e ganhamos, e ali que, já estava saindo o Oscar, estava entrando... Que foi quando a última eleição ganhou o Carlos Augusto Dias, que por uma dessas terríveis ironias do destino, o Dias não só era um excelente estudante de medicina e foi um excelente presidente do DCE, como depois virou um excelente cirurgião que é lá do Hospital do Coração de São Paulo, Hospital das Clínicas. Quando o Pinotti que cassou todo mundo, inclusive ele, quando ele passou mal, que ele faleceu...

**E:** Foi atendido por ele

**T:** Foi atendido no plantão dele, lá em São Paulo, não sei se era Hospital do Coração, um negócio desse, que ironia né?

**E:** O mundo dá voltas né. Tadeu, só em relação a essa repressão aos diretórios, ao DCE, aí que cria o DCE livre? Ou não?

**T:** O DCE livre já foi depois de 78, o DCE Livre nasce em 79,

**E:** Posteriormente a esse confisco dos diretórios

**T:** Pós Poeira, pós fechamento de tudo.

**EV:** E o poeira foi extinto neste período?

**T:** Já no contexto da abertura, da anistia, os partidos, já era outra página.

**EV:** E o clima interno, na universidade, também mudou? Ou manteve? Por que a documentação da AESI vai até, passa Pinotti e entra o reitor...

**T:** Marco Antonio Fiori

**E:** Fiori, vai até o Fiori

**T:** Ela continua?

**EV:** A Documentação da AESI sim

**T:** Então, aí eu já não acompanhei...

**EV:** Mas começa a viver outro clima?

**T:** Sim, pois aí já era, foi o Figueiredo né?

**EV:** Sim, em 79 Figueiredo o presidente, março de 79

**T:** Aí já entra um processo de reorganização partidária, anistia, já era outro clima, e já era uma outra situação que nós não vivemos, porque no nosso período a esquerda era obrigada a trabalhar unida e a partir daí a esquerda começa a se dividir e a lutar internamente.

**EV:** A revolução partidária desarticula o movimento

**T:** E assim [gagueja] o período nosso, que é o período ali do poeira, do 74, esse período antes eu não tenho muita vivência, eu sei por exemplo um depoimento que eu colhi pro meu mestrado, uma das pessoas que esteve aqui, essa sim, a gente não sabia na época, mas era uma pessoa que vivia meio semi clandestinamente, ela era uma pessoa que tinha ligação com o PCdoB, tinha ligação direta com o Pedro Pomar, que era um dos grandes do PCdoB, que foi morto em 76 lá na chacina da Lapa, essa pessoa que era Marília Furtado Andrade, a Marília, que tem o depoimento dela também ali, um ótimo depoimento, na minha dissertação também, uma história incrível, porque ela é de uma das famílias mais poderosas do país, ela é filha do Gabriel Andrade, da Andrade Gutierrez, e o Gabriel Andrades de 4 filhos, 3 eram comunistas (risos) ela, o outro que depois foi fundador do PT, em 78, em São Paulo, Jornal Em Tempo, eu acho que era o Em Tempo, era da democracia socialista, Flávio Andrade, era irmão dela, e mais uma terceira irmãzinha, que era médica, MR8, uma coisa assim. E essa moça então saiu de Belo Horizonte, ela foi da AP lá em Belo Horizonte, participou daquele movimento e em algum momento caiu a AP inteira Belo Horizonte, ela então, recém casadinha, e só casou por que os pais disseram: “não, tudo bem, você pode sair de casa, mas você sai casada” enfim, você pode ser de esquerda, mas está em Minas Gerais, (risos) então ela casou com o namorado, que foi o cara que politizou ela e tal que também era uma

família super conhecida, o pai dele Mané Costa, tinha sido presidente da Assembleia de Minas pela ARENA, e os dois era do PCdoB, ai os dois assumiram na época que todo o PCdoB estava indo pro Araguaia, isso era 69/70, todos estavam indo, ela só não foi por que estava grávida, ai segundo ela o pessoal não sabia direito o que fazer e mandaram eles pra Londrina, que era um lugar que ela falou, “pô o que eu vou fazer em Londrina?”, e o cara que passou a orientar ela foi o Pedro Pomar, ela querendo vir aqui trabalhar com camponês, fazer revolução, ele “não, você vai pro movimento estudantil”, “mas que que eu vou fazer no movimento estudantil?” O Pomar falou “olha, não sabemos por que não temos experiência, te vira” e ela veio, foi um depoimento legal, depois eu passo uma cópia, faço uma cópia digital do meu trabalho, quero ver se sai um livro disso. E ela então chegou aqui em Londrina, diz que foi morar numa casinha na Vila Casoni com o marido, que o marido saia de manhã para os vizinhos, que era uma lavadeira e um motorista de ônibus, não desconfiar, “o que esse pessoal está fazendo aqui”, ele saia de manhã como quem ia trabalhar e a cada 3 meses o Pedro Pomar aparecia, e vinha falar, da China, da Albânia, o que estava acontecendo, coisa do partido, aquela coisa assim de ‘igreja’ né, mas enfim, e ai ela começa a frequentar, ouviu falar de um debate na ULES, que era a união secundarista de Londrina, era um debate sobre, sobre a questão do negro e foi, ai conheceu a Celinha,

**E:**Conheceu o pessoal.

**T:** Começou a conhecer, através da Celinha conheceu o Marcelo, conheceu o Nilson, conheceu o Roldão, foi se enturmando e entrou na faculdade, na UEL, por que tinha que entrar, mas tinha uma filha pequena, então ela optou por fazer Pedagogia, foi fazer Pedagogia, começou a fazer um jornalzinho da Pedagogia que diz que era um curso atroz, de baixíssima qualidade, mas enfim, foi fazendo o curso, nas horas vagas ia dar aula pra boia fria, aos poucos a Celinha, a Cleuzinha, começaram a ir junto, foi formando ali aquele grupinho, 70/71, ai quando 71 o pessoalzinho todo foi pro Novo Jornal que ela ficou super afim, o pessoal do partido falou “não, se resguarda”. Bom, o que essa pessoa passou, que ela relata, é que isso foi o que? 72, ela na turma dela tinha uma professora muito, muito ruim, e que ela e as colegas foram falar com a chefe de departamento “olha a professora não tá dando certo” e a própria chefe de

departamento sugeriu “façam um abaixo assinado”, e que fizeram um abaixo assinado e que por esse abaixo assinado, uma professora totalmente incapaz, o Raul Silva abriu um inquérito contra ela.

**E:** Em 72?

**T:** É, 72, e querendo provar que ela tinha articulado, e que toda tarde eles iam e chamavam uma da turma, e o objetivo era inquirir até a pessoa entregar e que ninguém entregou, aí essa coisa veio avolumando, e ela diz inclusive que ela teve sorte, porque ela quando participou em Belo Horizonte, apesar de ser secundarista, ela conseguiu autorização com o pessoal lá da AP para ir no Congresso de Ibiúna, e que no congresso ela ficou lá 8 dias presa, e ficou fichada, só que por sorte, ela quando casou.

**E:** Mudou o nome?

**T:** Não, em minas tinha que mudar o nome, estamos em Minas, “não cê tem que mudar o nome” ela já aproveitou e fez o pacote completo, ao invés de Marília Furtado Andrade ela virou Marília Silva Costa, uma coisa assim, outro nome, então aqui, ela se inscreveu com o nome original, então possivelmente os caras foram lá e não acharam Ibiúna, alguma coisa assim, lá, e com isso, mas ainda sim os caras estavam bufando e achando que era uma pessoa né, que aí nessa época o que salvou é que eles comentaram com o pessoal do Novo Jornal e que a Rose Arruda, irmã do Roldão, foi e fez uma matéria e divulgou, e quando a matéria saiu a própria professora pediu demissão e sumiram com o processo, você vê né como a democracia...

**EV:** 72 isso?

**T:** Acho que isso foi 72, 72 ou 73,

**EV:** Bem no começo da UEL

**T:** Mas o Raul já estava aí, você vê, é um cara que desde o início já estava aprontando

**E:** E Tadeu, o Poeira, vocês chegaram a ter algum embate especificamente com a AESI, denunciando-a ou não?

**T:** Já tivemos, quando que foi isso? 76, 75 teve esse episódio das prisões que foi um momento assim, a partir daí, a reitoria começou, a reitoria não, a gente começou a sentir uma repressão violenta, por que até então o Poeira estava navegando legal, era um sucesso, o Poeira era, você encontrava o Poeira na cidade inteira porque era o único, todos os veículos eram censurados, eu trabalhava na Folha e na Folha não saia nada,

**E:** Tinha o censor lá né?

**T:** Tinha o censor e tinha os recadinhos que chegavam na redação lá para o Valmor dizendo “é proibido falar de Dom Helder Câmara, disso...” a gente ficava sabendo por aquilo, “é proibido falar disso, disso, disso” tudo lá então o único jornal que saía as coisas era o Poeira, tinha anunciante a Folha de Londrina imprimia, a partir desse episódio que foi na posse do Nilson, em outubro de 75, a coisa começou a... o discurso, foi o discurso a hora que o Nilson leu aquele discurso, imagina, estava o conselho de administração reunido Oscar Alves, só que tinha um diretor ausente

**EV:** Ele estava preso,

**T:** Estava preso, estava o vice que é o Luiz Valter, então a hora que o Nilson começou a ler aquilo, gente, o Luiz Valter ficou roxo, o Oscar Alves em estado de choque, e era um discurso assim muito bem feito, que nós demoramos semanas burilando, “olha nós gostaríamos de aqui estar falando de qualidade de ensino, mas não, nós somos obrigados a falar de um professor, colega, membro deste conselho de administração, que foi sequestrado, que foi preso, que é uma afronta, que é uma vergonha, que a universidade não pode se omitir, que temos que fazer alguma coisa” uma coisa linda

**E:** esse discurso foi publicado depois?

**T:** Foi, foi publicado na íntegra no meu trabalho, está lá no Poeira, em plena época de censura os dois jornais da cidade publicaram na íntegra.

E: E o reitor na época era o?

T: O Oscar, Oscar Alves, foi fantástico, só que a partir daí sai uma edição do Poeira e nós demos um artigo belíssimo sobre a morte do Franco na Espanha, e nós publicamos uma charge do Jaime Leo, que era do Jornal Movimento, nós pegamos o Movimento né, e era uma charge do Franco com um boné de general e sangrando como um vampiro, só que parecia o Geisel. Que que acontece, logo depois, isso era outubro/novembro de 75, nós, eu era secretário do DCE, o Nilson, a diretoria, foi chamada na polícia federal, e o Nilson comentou aqui no depoimento, que chegando lá o cara bota o revólver em cima da mesa “escuta, por que que vocês fazem isso com o nosso presidente?” o Nilson “mas não é o nosso presidente, esse é o ditador da Espanha, o general Franco, está escrito aí” “não, mas isso e isso e isso...” já eram horas, horas, já era uma pressão o fato que depois disso começamos a receber uma ou outra cartinha de velhos anunciantes retirando, “queremos deixar claro que somos a favor do regime que governa o país, etc.” e o legal é que a gente pegava todas as cartas e publicava (risos) e publicava a resposta cheia de mesuras, de gentileza, e defendendo, foi um movimento fantástico! E aí começaram as pressões, a Folha “olha não vai dar pra imprimir” o Milanez, “não vai dar, não é nada, não vai dar, é que tamo com um problema técnico, e não sei o que, mas podem fazer em Maringá e não sei o quê” começou isso, começou a ficar difícil imprimir o jornal, fomos perdendo alguns anunciantes, e foi aí que, isso foi em 76, tomamos uma decisão arrojada e histórica que seria comprar uma máquina impressora para fazer o jornal, pra ter independência. Daí começamos a ir atrás fazer promoção, fazer evento, trouxemos não sei quantas vezes o *Tarancón*, fizemos, a gente tinha um evento chamado “semana de atualidades” que era um negócio fantástico, como você não tinha espaço na imprensa, eu lembro que a primeira semana que eu fui organizador nós trouxemos: um cara para falar de oriente médio, trouxemos um cara para falar sobre a revolução dos cravos em Portugal, trouxemos o Raimundo Pereira para falar da situação política, trouxemos um outro cara do movimento para falar de economia e ainda conseguimos inserir aí no meio um show fabuloso do João Bosco. João Bosco estava começando, a Elis Regina tinha gravado 3 músicas dele, sucesso! Então estava todo mundo falando de João Bosco, e na época o telefone do DCE não fazia interurbano, então eu ia lá



na Sercomtel, pedia ligação e através do movimento a gente conseguiu o telefone, eu ligo lá para o Rio “alô, quem tá falando?” “João Bosco” “João Bosco, é você!? Pô cara, que maravilha, queremos te trazer aqui para Londrina”, “Londrina? que maravilha, eu to loco pra ir ai, nossa que legal” “olha, nós vamos ter aqui uma semana assim, assado, nós reservamos a sexta-feira pra você” ele falou “rapaz do céu, sexta eu já to com compromisso, mas se você liberar a terça eu vou” mudamos o programa, terça-feira. O teatro Filadélfia, olha nunca tivemos tanto público assim, de gente passar mal, o sonho de quem faz o evento é ter gente no corredor, assim ali cabia 600/700, tinha umas 200 pessoas a mais, espetáculo de show. Então a gente fazia os eventos, e com isso a gente ia arrecadando grana, e ao mesmo tempo no fim conseguimos achar uma máquina velha, já meio, que era uma máquina de um cidadão que escrevia uma coluna de economia para Folha, um jornalista antigo chamado Hugo Seben, ele tinha essa multilite, duplo ofício, meio baleada, fez um preço legal, deu uma condição boa, nós partimos para aquela de pedir grana emprestado, tinha um estudante, que foi o nosso primeiro presidente do Poeira, que já era empresário, mas um cara com uma história em 68, um cara de esquerda tal, Paulo Silva, e o Paulo era um cara com uma empresa, um cara bem de vida, Paulão veio que emprestava o dinheiro, a gente pegou a máquina, ainda que a máquina não estava operacional eu lembro que nós fizemos um poeira famoso que foi o número 13 que foi ai por maio/junho de 76 que era o Poeira assim, nós imprimimos em folha assim (pega uma folha em tamanho A4, demonstrando o modelo) uma mini offset que imprimia só nesse formato, e ainda para economizar, compramos papel jornal então aquilo não passava, aquilo virava um mar de papel perdido e depois tinha que juntar as folhinha e grampear e esse Poeirinha ficou na história, Poeira 13, difícil mas possível. Ai o próprio jornal comenta que nós tínhamos aqui aí dava toda a relação das matérias que tinham sido preparadas, mas que a gente não conseguia entregar então a gente estava entrevando...

**EV:** Foi o primeiro que saiu com a impressora de vocês?

**T:** Com a mini-offset, ainda a prévia, aí nós recebemos a outra máquina, em julho, aí foi aquilo depois de reformar, reformar, tinha que trazer os amigos nosso de que consertava offset, aquele povo e veio e tal, depois a gente aprender então

grandes, aí tinha os colegas que eram estudantes, que eram morador da casa do estudante...

**parte b do vídeo.**

**T:** Danilo, o Dorival Rodrigues, esse pessoal, exímias impressões naquela máquina, vivia dando problema mas saia, eu sei que a primeira edição nessa máquina foi o número 14, saiu ainda cheio de problema, mas bonitinho já assim sabe, o jornal começando a melhorar, então eu acho que a reitoria começou, sentiu o drama aí, tanto que no fim de 78 quando eles fecharam, a primeira coisa que eles foram buscar foi a máquina, por que isso era um grito de liberdade pra nós.

**E:** E a máquina sumiu. Descobriram onde foi parar a máquina depois?

**T:** Voltou depois, eles realmente sequestraram, trouxeram para algum lugar por aqui na UEL, ficou sumida, e depois já no DCE livre em 80/81, quando a coisa flexibilizou devolveram a máquina para o DCE, eu nunca mais vi a máquina, levaram uma Kombi velha do DCE também que era onde a gente fazia tudo. Então 76 foi esse período que o Poeira deslanchou, aí teve a minha eleição em 76, ainda houve algumas tentativas da reitoria de (...), mas já a partir de antes disso que eles cobravam uma taxa do estudante na matrícula para o DCE, para os diretórios, então eles já deixaram de repassar, começaram a pressionar para criar dificuldades, entende? E a gente foi levando, foi levando, a partir da minha eleição coincidiu essa situação nacional. Você tinha perguntado sobre a AESI, foi principalmente a partir do segundo semestre de 76 que a coisa começou, então você vai encontrar alguns Poeiros do segundo semestre já fim de 76 falando da AESI. E o pessoal fazia umas coisas muito sem noção, eles pegavam a guarda, guardinha patrimonial, e começaram a querer transformar isso em uma força militar, então o Capitão Aparecido, aí começa a aparecer muito o Capitão Aparecido, que eles começam a levar os guardinhas e fazer em horário de aula, de intervalo, no pátio do CCH, a fazer treinamento de controle de distúrbios civis,

golpe de karatê. Onde que uma guarda de patrimônio vai fazer isso? Aí começa essa situação, logo depois disso começam umas depredações no campus, então eles tinham que cuidar do campus, e toda noite alguma sede de diretório era invadida, porta quebrada, coisa depredada, caixa de sugestão, Poeira viva muito de caixa de sugestão, pessoal mandava coisa e tal, pessoal depredando, arrancando cartazes, coisas desse tipo né. Aí o Poeira sempre jogou muito com humor né, não sei em que momento, mas numa das edições tinha o seriado de tv, na época, que era o SWAT, Polícia Americana, então quando começa esse tipo de coisa, não sei o que, não sei o que, o Poeira lança uma nota “Quando não sei quem precisa de ajuda, chama a ‘suat’ (com u)” (risos) isso virou. viralizou, para usar o termo, viralizou, virou uma gozação no campus, virou uma gozação e o clima foi esquentando. Quando chegou janeiro de 77, o que que acontece, a gente sempre na matrícula dos calouros a gente fazia uma edição de boas-vindas falando da UEL, não sei o que e coisa e tal, e nós vamos distribuir a matrícula, acho que era na educação, nós fomos distribuir o jornalzinho, e o Capitão Aparecido falou “não, não vai distribuir, não sei o que, se quiserem distribuam lá no diretório” um bate e boca e não sei o que, recolheram a edição, então 77 já começou fervendo, tinha esse clima de reorganização dos encontros nacionais de estudantes e não sei o que, aí o Poeira seguinte sai denunciando a apreensão do jornal e tal. E no meio dessa brincadeira de suat, acontece aí depois um outro episódio que um guarda ali da engenharia, alguns estudantes meio que gozando o cara, brincando e tal, o cara invade a sala de aula e ameaça os estudantes, para você ver que estava um clima, os estudantes denunciaram, nós tiramos uma edição especial cheia de corvo mostrando “olha, invadindo” depois saiu outra edição sobre as invasões de diretório e tal. E em junho haveria um encontro nacional de reorganização da UNE que seria em Belo Horizonte e esse encontro nós reunimos aqui, fizemos assembleia, e decidimos mandar 3 estudantes, então foi um da Comunicação que era o Marcelo Oikawa, uma menina da Biblioteconomia que era a Márcia Fujisawa e foi o médico aqui o Marcão Fabiane, que foram representando, foram os 3 e nós aqui mobilizados. E ao mesmo tempo, a gente, o jornal movimento estava levantando a discussão da constituinte, aí nós achamos que era o momento de organizar e trazer o debate para cá, e aí nós organizamos na mesma época que teria o encontro nos organizamos aqui o debate sobre a constituinte e os direitos humanos, junho de

77, então aquele clima todo no Brasil. E conseguimos outra façanha por que um cara que estava pontificando na época, era um cara que tinha sido do regime, tinha apoiado o regime, e tinha se aposentado a meses como presidente do Supremo Tribunal Federal, que era o Aliomar Baleeiro, o Aliomar estava aparecendo mais ou menos como o Joaquim Barbosa hoje, sabe aquele cara que se aposentou a pouco tempo mas ainda uma celebridade e da mesma forma que o João Bosco lá, eu acho que eu era, era o presidente do DCE, peguei o telefone da casa do Aliomar fui lá na Sercomtel, liguei, “Quem está falando?” “Dona Darli” “oh Dona Darli, a senhora.” “é sou esposa do Aliomar” “Dona Darli, olha nós somos aqui de Londrina, e não sei o que, estamos discutindo democracia, e o seu marido, que maravilha o que ele tá fazendo pelo brasil, pela ba ba ba ba” olha, ficamos amicíssimos da Dona Darli (risos) quem trouxe o Aliomar para londrina foi a Dona Darli, não precisa dizer mais nada (risos). Então aí no dia do debate veio o Aliomar com a Dona Darli, veio Dalmo Dallari, a gente não sabia que o Dalmo Dallari né, pô era o presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, e trouxemos o jornalista do Movimento o Sérgio Buarque de Gusmão. Aí eu lembro ainda que quando para trazer esse pessoal a gente fazia o quê? Fazia um livro ouro e saia pedindo doação, e eu lembro de ter ido num advogado que era do Rio, Gilney Carneiro Leal, professor da UEL, um escritório, depois ele foi secretário municipal do Wilson Moreira, Gilnei advogado top, ele falou “Quer dizer que você vai trazer o Aliomar Baleeiro pra Londrina?” falei “Sim, está confirmado,” “Olha, vamos fazer o seguinte, se ele vir realmente você passa aqui que eu dou uma contribuição ultra generosa, mas eu duvido, eu duvido que ele venha” “A, está bom” essa marcou por que foi um, um repto né, no dia né veio lá o Aliomar, veio a Dona Darli, e a gente tinha um debate a noite, qual quer era nossa grande preocupação, e o pessoal lá em Belo Horizonte, qual que era a nossa grande preocupação, não ter público, por que nós não conseguimos o teatro Filadélfia, a gente ia fazer esse evento em um lugar péssimo que era o ginásio de esportes lá do fundão da UNIFIL, e a chance, e mesmo se botasse ali 200 pessoas ia sumir, essa era a preocupação, ai recebemos o Aliomar, levamos lá para o hotel, o Hotel São Jorge, depois que aconteceu tudo, o pessoal falou “vocês botaram o Aliomar no São Jorge” “Não, nós passamos lá pedir ajuda, ninguém deu, nós tivemos que por hotel que ofereceu cortesia pra nós, e levar pra comer na cortesia também” aí eu lembro

que eu passei no hotel, ver se alguém queria ir jantar, não sei o que, o Dalmo estava lá, “não, vamos lá”, e fomos lá nós no restaurante, não vou lembrar o nome, e estamos lá jantando e, de repente, aparece uns dois do DCE lá fora, branco, eu sai um pouquinho “Que que foi?” “A polícia cercou tudo, o exército, não sabemos o que que é, o pessoal tá preso dentro do DCE, não pode entrar, não pode sair, e tá tudo cercado, tudo cercado” falei “bom, não sei o que fazer” ai fui falar com o Dalmo “olha, cercaram lá o DCE” o Dalmo, na maior tranquilidade “não, tranquilo, vai lá ver o que tem que fazer, eu daqui vou pro hotel e a gente resolve o que que vai fazer e tal” tranquilíssimo! Ai eu fiquei que nem barata tonta, não sabia direito pra onde ir, eu sei que eu fui daqui, fui dali, e a cidade virou uma comoção né, um fato desse, e era o presidente do Supremo Tribunal Federal né, o cara tinha se aposentado há 6 meses, olha a inteligência do pessoal, eu sei que no fim eu saí e fui lá pro hotel, cheguei, subi, cheguei no quarto lá do Aliomar, alguém falou “olha aguarda que tem uma pessoa enviada pelo ministro Ney Braga aqui para falar com ele”, ai eu fiquei esperando do lado de fora, aí de repente já estava na hora do debate, sai o Aliomar, Dona Darlizinha e o Dalmo, o Sérgio Buarque, estavam os quatro no quarto com um cara que era o chefe de gabinete do Ney que era aqui de Ibiporã, Justino Alves Pereira, sendo que o filho do Justino tinha participado do Poeira, (risos) você entende? E aí eu estava ali, entraram 5 no elevador, eu entrei junto assim (sinal de apertado com as mãos) que era um elevador pequeno, e nós estamos descendo ali aquele clima pesado, o cara do Ney Braga ali, eu só ouvi a Dona Darlizinha, foi a única voz, falou “Doutor Justino, nós não viemos do Rio de Janeiro aqui para ficar num quarto de hotel, nós viemos pra um debate e nós vamos no debate” fala se não é genial!? Uma cena de filme, né? (risos) Falei, “puta, fantástico!” Aí chegamos lá embaixo, bom, Dona Darlizinha dando ordem para todo mundo “então vamos pro debate”. Aí nós, o nosso transporte o que que era, um fusquinha, um fusquinha de uma colega do Serviço Social que era Maria Alice Pavão, o fusquinha dela, entrou o Aliomar, tal, tal, os quatro convidados, e foram com um camburão de polícia atrás, e tal. E dali eu saí, tinha um advogado assim progressista, que era o Odair Cirine falou “não, vamos ver se a gente acha o juiz pra dar um...” como é que chama?

**EV:** Liminar

**T:** Uma liminar, habeas corpus, um negócio assim, não era um habeas corpus né, uma liminar, e fomo atrás, nisso nós passamos ali pelo Shangri-lá, pelo mercado, que era o batalhão da polícia, estava tudo fechado aí falamos “é, os caras tão lá” aí depois voltamos, tentamos entrar no DCE tinha outro cara, era um triozinho aqui na época, que era o Raul Silva, o Capitão Aparecido e esse terceiro que era o Jairo, Capitão Jairo Gomes, Jairo não sei das quantas, que era tipo um cara da P2, que era a área de inteligência, entre aspas, da polícia militar, ai esse cara “não, não vai entrar” e o pessoal estava retido ali, se bem que tinha gente já conseguindo sair pelos fundos e não sei o que, o objetivo deles não era... era impedir aquele debate, eu calculo que eles achavam que tinha alguma relação com o episódio de Belo Horizonte, sendo que em Belo Horizonte o pessoal que estava chegando no mesmo dia, estava sendo todo preso e recolhido na entrada da cidade, então nosso pessoal foi parado na entrada da cidade e dali já recolheram e levaram lá pro, pra delegacia, passaram a noite, foram fichados e depois voltaram, eu acho que eles achavam que tinha uma coisa com outra, mas o fato é que aquilo gerou uma repercussão espetacular

**EV:** E teve o debate?

**T:** Hum?

**EV:** e não teve debate?

**T:** Não teve

**E:** Não teve?

**T:** Não teve, não teve o debate, causou uma comoção por que a cidade inteira...

**EV:** Mas, melhor do que se tivesse né?

**T:** Mas muito melhor (risos) muito melhor

**E:** E muita gente foi até o local?

**T:** Nossa, cidade inteira foi, “que que tá acontecendo aqui?” E era um cerco assim (faz sinal com as mãos indicando um cerco amplo) ali pegava, o DCE

ficava naquela pracinha em frente ao Clube Canadá, na curva da JK, então eles cercaram ali a Paranaguá né, a Canudos ali por baixo, cercaram a Goiás, cercaram ...

**E:** Para ninguém chegar perto.

**T:** Para ninguém chegar ali, cercaram lá por baixo, ninguém chegava, então a cidade inteira foi ver isso, o que tinha de gente se escondendo assim, foi dia da gente ligar e não achar senador, não achar prefeito. Então teve aqueles caras que foram lá dar a cara né, tinha um deputado federal que depois nós apoiamos para prefeito que era o Osvaldo Macedo, mas Leite Chaves que era senador, sumiu, deputado federal sumiu, o prefeito que era o Belinati sumiu

**EV:** E você teve contato ou ficou sabendo, ou presenciou, situação de olheiros, dedo duro, essas coisas, na universidade?

**T:** Olha, tinha alguma coisa assim bem ostensiva né.

**EV:** Ostensiva?

**T:** É, tinha coisa ostensiva, de manifestação que tinha aquele pessoal que era figura carimbada né, ligado a AESI, que eu não sabia se eles eram da guarda patrimonial ou da AESI ou se a AESI recrutou alguns da guarda pra...

**E:** fazer esse trabalho

**T:** Mas qualquer reunião, qualquer coisa, esse pessoal ia e ficava filmando assim, de maneira ostensiva, teve um evento que isso ficou claro, que foi até um evento, um ponto meio fora da curva, que foi o movimento mais radical que nós tivemos mas era um movimento totalmente despolitizado, que foi uma das medidas do Oscar, com aquela sensibilidade, que ele em algum momento, não sei em que ano, ele resolve unir alguns centros, e ele junta Veterinária e Engenharia no mesmo centro, e por uma rivalidade, aqui pra nós, idiota, entre engenheiro e veterinário, esse pessoal fez um movimento absurdo. Foi um movimento assim espontâneo de revolta contra isso pelos piores motivos possíveis, nenhum motivo certo, eles só não queriam estar no mesmo centro, você entende? Então esse foi um movimento que nós fomos chamados quase

que de bombeiro, para evitar que acontecesse alguma desgraça por causa daquilo. Então eu cheguei, eu não lembro, certamente eu era presidente do DCE nesse período, eu sei que eu fui chamado, o povo já estava em pé de guerra ali no saguão do Pinicão, e o Conselho Universitário, de Administração, reunido lá no Pinicão. Estava reunido o Oscar e o pessoal urrando, querendo invadir, e eu fui lá para a frente para tentar colocar alguma racionalidade naquilo, mas, e eu lembro uma coisa que me chamou atenção, que o pessoalzinho da AESI estavam ali dois caras filmando, filmando e filmando o tempo todo, esse negócio né. Depois terminou, o pessoal do conselho ficou adiantado o fim para terminar, mas ainda assim, na hora que o Oscar saiu, o pessoal fez um corredor polonês, insultando, insultando, e dando uns petelecos no reitor, pô, essas coisas nós nunca fizemos, jamais né, mas ali era uma coisa que não tinha nada a ver com política, era uma coisa né,

**E:** Uma rivalidade.

**EV:** Visceral

**T:** É, e aí, quiseram, depois queriam virar o carro do reitor, eu é que fui lá “gente, calma” tentar separar para o carro ir, e nisso o Oscar também, esperto né, porque ele manteve a tranquilidade, sobrou até pra Dona Aceli que foi meio, meio na frente, levando xingamentos nos pés da orelha, e tal, aí no fim, conseguiram sair. Agora a gente sempre soube que tinha gente infiltrada lá nas reuniões nossas, e tínhamos as desconfianças, mas nunca tivemos a confirmação, sabe?

**E:** Em sala de aula, alguém suspeito?

**T:** Não, não, era em reuniões do DCE mesmo

**EV:** Você já ouviu falar do Ricardo Tufic?

**T:** Ricardo Tufic? Taufic? Tauil?

**EV:** Não, não, Tufic

**T:** Não, um cara de que curso?

**EV:** Não, ele não é de curso não.



**T:** Não é. Agora, assim, a gente sabia que mesmo lá dentro, porque ali dentro do movimento estudantil, a gente tinha um grupo, vamos dizer, que era um grupo, núcleo duro né, um negócio que era umas 15 pessoas, ai tranquilo, mas aí tinha um primeiro círculo com umas 70 pessoas, nível grande de compromisso etc.

**EV:** Isso se manteve no tempo?

**T:** Se manteve, lógico ia mudando porque gente ia saindo, ninguém ia ficando lá, a gente levava a sério essa coisa de estudante profissional, sabe? Quer dizer, várias coisas que tinha em 68, nós nunca quisemos saber disso, sabe de radicalizar, de falar jargão, de falar dialeto que estudante não entende, sempre procuramos fazer um negócio muito normal, sabe? Muito de bom senso, então essa preocupação havia né. Mas a gente sabia estava reunido lá no DCE, a gente sempre sabia, desconfiava de um e de outro, mas também ninguém, ninguém estava fazendo nada assim que devesse ser escondido sabe? Estava, o movimento nesse aspecto era um movimento democrático mesmo, sabe? Era levado a sério, aquilo que cada um pensava ou que lia lá, escondido, porque era proibido ter livros e tal, aquilo era uma coisa, ali no movimento a gente sabia que era uma frente ampla que era democrática mesmo, mas enfim. A partir desse episódio do Aliomar que teve uma repercussão fantástica e tal, aí o segundo semestre apareceu, foi aumentando muito, muito mesmo, sobre o movimento estudantil. Ai a reitoria primeiro adiou a eleição de setembro para novembro, foi mudando as regras foi endurecendo foi cercando, em relação a recursos do DCE aí começou a acusar, tentar colocar a gente na defensiva e não sei o que, e foi. Apesar disso tudo, que a gente foi, a gente foi perdendo enfim, no fim a gente acabou disputando a eleição em novembro de 77, que foi essa do Carlos Augusto Dias, vencemos total, mas já num ambiente de desgaste, desgaste porque sabe, guerra de atrito, já estava um coisa ruim, assim, a reitoria mesmo encurtando espaço, não deixando fazer e não sei o que. E aí quando veio o ano de 78, que aí foi um ano que saiu o Oscar, entrou o Pinotti, e ali eu acho que a reitoria já sabia o que que ela queria fazer, porque ela foi cortando, cercando, dificultando, dificultando, e com isso a gente também foi sofrendo um desgaste porque de repente o teu assunto em vez de tá com humor, falando das coisas da universidade, você sempre está tratando de assunto muito político que é o

que nós sempre quisemos evitar. Então esse processo foi indo, foi indo, até que a reitoria foi adiantando a definição e deixou para reunir o conselho em novembro, quando devia definir a norma da eleição, e simplesmente caçaram, confiscaram, fizeram aquilo tudo. Então o período de maior atrito para nós foi esse né, agora em relação aos dedos duros a gente sempre, sempre sabia que tinha gente, algumas pessoas que a gente desconfiava, mas também.

**EV:** E com relação ao movimento de docentes, existia alguma repressão ou não tinha nada? Lembra que uma vez nós conversamos você me esclareceu que iria falar sobre a origem da organização docente, e naquela ocasião você destacou que o que era ativo mesmo era o movimento estudantil, movimento docente naquele período era muito recuado né?

**T:** De fato assim,

**EV:** Mas rolou demissões, essas coisas?

**T:** A única mobilização que houve de docentes, de residentes, de estudantes, foi quando a reitoria demitiu 3, 4, 5 professores, ótimos professores, demissão sem justa causa, demissão política

**E:** Aqueles da medicina?

**T:** É, foi o, quem que são, não vou lembrar o nome

**EV:** O Marquese

**T:** É, foi o Marquese, foi o...

**E:** Van Berg

**EV:** O [incompreensível] também foi ou não

**T:** Não não não, ali foi um cara falecido, não sei se o Jeolás

**E:** Não, o Jeolás não, o Axel Werner

**T:** Axel, e tem outro, João foi meu colega de conselho

**E:** João Aparecido

**T:** isso, João Aparecido, os caras, mais elevado conceito acadêmico e tal, e político, e politicamente também eram uns caras, liberais né, então ali houve isso foi o que

**EV:** Com o Pinotti já

**E:** 79

**T:** Não, não

**EV:** Com o Oscar?

**T:** Foi Oscar, isso foi 75, acho que foi 75, ali teve o movimento, mas o movimento mais, e fora isso teve episódios isolados, a demissão do Vanoli,

**EV:** Vanoli, ele voltou depois

**T:** Ele voltou né? Depois teve a demissão do Coimbra que teve uma mobilização de estudantes da Comunicação, o Coimbra, o Coimbra sim, ele, nós organizamos um encontro de jornalismo e no encontro ele saiu do palco para denunciar o Oscar Alves e tal, tal, tal, para o contexto da época isso era quase um suicídio, você entende? Os professores em geral na época era um negócio meio de se proteger né, porque...

**E:** Por que eram celetistas né? Eles podiam...

**T:** Eram celetistas né?

**E:** ...ser demitidos sumariamente, não havia estabilidade nenhuma.

**T:** Não havia

**EV:** Eu entrei aqui como celetista ainda, em 91.

**T:** Então, eu acho que é por isso, eu acho que é por isso, sabe, mas assim, os professores assim a gente tinha uma grande simpatia, porque o Poeira era distribuído de sala em sala, e tinha aquelas salas que não deixava entrar, principalmente ali, Direito

**E:** CESA

**T:** CESA, e tinha aquelas outras que o pessoal deixava, e acompanhava, e vibrava, sabe, com alguma coisa né. O meu desapontamento, um certo desapontamento, é que depois disso eu fui, ainda como resultado do movimento estudantil, e nunca como projeto pessoal, acabei, virei vereador, porque aquele pessoal tudo “não, vamos eleger alguém e tal, vai você” eu “não”, não queria, até indiquei outro cara que era o Gilberto Martin mas no fim acabei saindo eu. E quando eu me elegi, eu era do PMDB, e eu fui fazer movimento popular, fui organizar associação de bairro e tal, e [gagueja] assim, as situações mais complicadas, assim de ouvir crítica, cobrança e coisa, foi de alguns coleguinhas aqui da UEL que no tempo da, no tempo difícil, o pessoal, a gente respeitava, nunca cobramos nada, mas era o pessoal que estava ali quietinho, protegendo seus empregos, está certo! Não tinha sentido a pessoa, mas alguns desses coleguinhas é que foram lá “é, PMDB, que bosta, não sei o que” fazer proselitismo e coisa e tal, mas não tem nada a ver com a história aqui (risos) é só (risos).

**EV:** Martin também você conheceu?

**T:** Martinon. Martinon era meu colega da Folha de Londrina, ele era fotógrafo da UEL, então ele fazia algumas fotinhos pra AESI (risos) eu acho que sim...

**E:** Vocês chegaram a cobrar isso dele alguma vez?

**T:** Não, não, não, mas quem que comentou isso? em algum, alguém comentou, eu não vou lembrar aqui, o Martinon em algum momento chegou para colegas nossos para dizer “olha, se cuida por que eu tive que passar umas fotos de vocês pra não sei quem lá” não, “por que alguém lá pediu umas fotos de vocês”.

**E:** Ele tem acesso à informação né

**T:** Eu não lembro assim, mas foi a pouco tempo, isso nem entrou no meu trabalho, foi depois, não sei se foi o Chico Amaro, alguém falou isso, “olha vocês se cuidam” que era um colega da Folha, “olha vocês se cuidam lá que me pediram foto de vocês” interessante né... que mais gente?

**EV:** Não sei,

**E:** Acho que é isso

**EV:** Teria para você, alguma outra lembrança daquela época que você acha que vale a pena registrar?

**T:** Olha assim, dentro do foco de vocês, assim, os momentos assim mais marcantes foram os que eu mencionei lá atrás, da Marília que eu não vivi, ela que testemunhou, depois essa minha situação lá no Tiro de Guerra, que foi assim assim né, mas diante do que aconteceu no país eu acho que até nós ficamos no lucro né, porque tem gente que né, pagou muito mais caro por isso. Depois teve esse episódio da posse do Nilson foi, foi acho que um divisor de águas no sentido de que o Poeira acabou tomando uma posição política, essencialmente política, e diretamente em relação ao regime que era uma coisa que a gente meio que evitava mas teve que tomar, era uma imposição moral aquilo, pra você defender um professor, foi uma coisa que teve alto impacto por que vários que estavam presos com o Nelsão, depois deram um retorno pra gente que primeiro, não relaram a mão no Nelsão e foi o primeiro a sair, e que chegou informação lá dentro da prisão que tinha um movimento social em defesa dele, que pros caras foram um alento, você imagina tá preso, torturado

**EV:** Abandonado né?

**T:** Abandonado, e sabendo que ninguém sabe, você pode morrer ali e ninguém sabe de nada, então esse foi outro episódio marcante. Depois teve esse episódio do Aliomar, mas que isso foi um cúmulo, assim uma, o auge de um processo que já vinha vindo, e a partir daí a coisa entrou já num processo de (faz sinal com as mãos, simboliza confronto, embate) de fricção, que ficou ruim e terminou com o fechamento das entidades e tudo mais. E praticamente na minha avaliação, quer dizer, o Poeira terminou ali, então teve desdobramentos e tal, mas foi aquele período, março 74 a novembro 78, período assim de total hegemonia política. E em relação às situações assim de confronto, teve essa situação minha no, ah a situação minha no Conselho, é eu terminei ai o meu mandato, terminou em novembro de 77, porque a eleição foi adiada, aí eu vim pra minha última reunião do Conselho, eu vim pra minha última reunião, então aquilo, aquela coisa que teve lá antes, esquecemos o assunto, na última reunião

que eu vim, do Conselho, que era pra sair, de repente os assuntos de pauta e tal, o Oscar Alves constrangido, porque nós demos uma surra nele na eleição, meio murcho, “bom, nós temos um último assunto, não estava na pauta, que é em relação a quebra do sigilo do conselheiro José Antonio Tadeu Felismimo”, falei: “bom”, eu tinha meus 20 anos, e nessas horas você também não é muito razoável né, então você dá umas risadas meio fora de hora, eu, a gente já tinha ganho a eleição, era a última reunião, eu falei: “quer dizer que o senhor tá trazendo um assunto aqui que não estava na pauta?” “não, mas é assunto, é a última reunião, então a proposta aqui da presidência do conselho é que o conselheiro seja punido com a pena de advertência”, eu falo: “eu voto contra e quero declarar o meu voto” (sinal com as mãos como se estivesse escrevendo) “um absurdo, tal, tal, tal”, deixei o voto, foi a última, foi o resultado concreto, quer dizer, eu talvez tenha tido a glória de ter uma advertência, porque no período eu acho que ninguém, não lembro de ninguém ter sido suspenso, expulso, não aconteceu.

**EV:** Mas e qual que era do Oscar com relação a você?

**T:** Afinal, o Oscar, o Oscar ele tinha um, ele com o grupo do Ney Braga, eles tinham um projeto político, mas isso foi positivo, porque, foi positivo para nós, por quê? Porque ele teve que ter um fair play, ele tinha que resolver politicamente, ele não podia sair dando uma intimada, não podia! Porque, porque a estratégia era equilibrar o jogo com o PMDB, o MDB. Então isso foi benéfico, a gente usou, e a gente usou com inteligência no sentido de não abusar, mas a gente pressionava, mas pressionava na inteligência. Teve uma edição que a gente estava assim já meio desgastado com isso tudo, falei: “puta, cadê o nosso humor, cadê aquela graça que o pessoal ria e tal, e tal” e eu sei que nós ficamos lá meio internado, de repente, uma pessoa que nem participava tanto, mas era da Educação Artística, Margot, Margot é uma figuraça até hoje, sabe? Pessoa ótima, acho que ela era baiana, casada com um professor da Química, Piá, não sei se vocês se lembram do Piá, e ela uma figura, gente ótima, depois eles foram para São Paulo, acho que ele está na, foi pra USP e ela foi, eu lembro de ter ido ver ela numa encenação top da Ópera do Malandro, do Chico Buarque, uma figura, artista, gente boníssima. Essa Margot com uma outra menina, mais a Celinha, eles acabaram criando uma peça literária que era uma lenda medieval,

uma fábula medieval, a fábula é a história de um feitor, chamado Alvaes Oscar (risos) e aquilo, aquilo viralizou, a hora que aquilo saiu na UEL, a gente precisando se aproximar dos estudantes porque a conversa estava muito desagradável, essas meninas inventam essa história, e nós lançamos a fábula medieval, mas viralizou de um tal jeito, era assim que a gente combatia politicamente, com humor, com ironia, com criatividade pô, dá trabalho pra burro, mas foi uma bela experiência. Olha, eu acho que os principais episódios foram esses, agora, na minha avaliação é, ficamos, graças a Deus, longe da tragédia né, acho que a história do movimento estudantil aqui, felizmente, não teve nada de trágico, foi dramático, passamos susto, passamos medo, passamos uma série de coisas, sofremos alguns constrangimentos, mas, mas no geral, eu acho que a gente foi bastante beneficiado daquele momento histórico e daquele projeto, porque aquele grupo, depois, quando o Pinotti assumiu, eles deixaram a delicadeza de lado e foram pro pau, mas aí o país já estava redemocratizando né, mas no período do Oscar teve esse fair play, porque, porque ele precisava se viabilizar com capacidade política e ele teve que ir pro jogo, e foi o jogo né.

**EV:** Ele perdeu né?

**T:** Ele perdeu, e eu acho que foi ótimo para a universidade, para a democracia, foi bom em todos os aspectos, para aquela geração foi um aprendizado precioso né?

**E:** Bacana, você entrevistou todos eles no seu trabalho de mestrado? A maioria do pessoal do Poeira?

**T:** Eu escolhi 7 pessoas, que dentro do núcleo de 15, são as pessoas que na minha avaliação fizeram aquela transição de 68 vamos dizer para 78, então eu procurei mais ou menos esse denominador comum, então eu achei 7 pessoas, 2 não quiseram participar por que se viam mais como simpatizantes do que como protagonista, então acabei me concentrando no Marcelo Oikawa, que sem dúvida um cara que teve ligação com o PCBR, tinha uma ligação histórica, inclusive esse cara fez um trabalho fantástico depois sobre a guerrilha de Porecatu, muito bom, muito bom o trabalho, o Nilson Monteiro, o Roldão Arruda, a Celinha, Celia Regina de Souza, esses 4 e a Marília, que é essa pessoa que

veio e que, acho que é uma história incrível. Inclusive assim, depois, depois disso ela passou, ela passou por alguns traumas na vida, mas a filha dela, que nasceu naquela época e que na época do Poeira era pequena aqui, uma menina de 4/5 anos de idade, que era mascote do Poeira, então essa, depois, ela vai pra São Paulo, passa por diversas coisas e essa menina é a Helena desse filme,

**T:** Que é a Helena desse filme,

**E:** Que a irmã faz depois né?

**T:** Que a irmã, irmã e a mãe né fazem o filme, irmã é a Petra Costa como a diretora já conceituada né, então, são histórias incríveis né e no meu trabalho observo isso também, que uma boa análise da imprensa alternativa quem fez foi o Bernardo Kucinski, jornalista revolucionário, e ele comenta, a tese dele de doutorado é isso, aquele movimento da imprensa alternativa tinha dois elementos chaves, que ele chama de um consciente gramsciano, e um inconsciente leninista, que conviveu e lutou ali no interior daquela imprensa e eu percebi muito isso, muito claramente, quer dizer, tinha pessoas com uma motivação mais política, ou seja, mais leninista, de revolução do proletariado, etc., etc., e tinha pessoas que a motivação era mais cultural como Gramsci né, de fazer a transformação através da cultura etc. Então isso ficou bem caracterizado ali naquele trabalho, eu consegui história dessas 5 pessoas, agora para editar o livro eu estou com o Chico Amaro me ajudando, nossa nós estamos debatendo por que a gente fica em dúvida entre a história do Poeira e a história dessas pessoas que são ótimas histórias, o que que você coloca na frente né, as pessoas

**EV:** Você está só falando com jornalista, tem que falar com o historiador

**E:** Mas o Chico, ele fez mestrado de história, né? o Chico?

**T:** Não, ele fez um mestrado em comunicação

**E:** Em comunicação, desculpe, ele fez uma biografia né?

**T:** Isso,



**E:** Biografia do...?

**T:** Ralph, o cartunista

**E:** Isso, então ele está com uma experiência boa de, é que você fica entre essas opções né

**T:** Mas ali a história do Poeira está bem contada, eu analisei cada, ainda vou passar para vocês,

**E:** Ou dois livros né, um da sua dissertação, mais acadêmica, uma coisa mais do Poeira, e posteriormente poderia fazer um foco no livro especificamente nisso,

**T:** Nas histórias de vida

**E:** Nas histórias de vida, faz uma coisa, para não perder a riqueza que é um material, história oral aí né, ficaria muito grande num só,

**T:** Histórias, são

**EV:** Não sei se você já leu a história do Góes Monteiro [incompreensível]

**T:** Não li, eu não li, não li,

**EV:** Vale a pena, é uma referência

**T:** Góes Monteiro, o general? o brigadeiro?

**EV:** Marechal, marechal, 94 anos deu a entrevista

**T:** Quanto?

**EV:** 94 anos

**T:** Nossa

**EV:** E é um clássico da história oral

**T:** Puxa

**EV:** e organizado por um jornalista na época, [incompreensível] fazendo a entrevista, e quem vai organizar o livro é o jornalista

**T:** O Jornalista né, é...

## **COMISSÃO DA VERDADE DA UEL**

### **REUNIÃO TÉCNICA COM A EX-ALUNA DA UEL E INTEGRANTE DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: Ariana Bazzano de Oliveira**

**DATA: 22/01/2016**

**Obs.: Ariana foi convidada pela Comissão da Verdade da UEL para relatar a experiência e metodologias utilizadas pela Comissão Nacional da Verdade em seus trabalhos.**

**Transcrição 22 janeiro de 2016.**

**Comissão Nacional da Verdade**

### **ARIANA**

Em primeiro lugar queria agradecer o convite da professora Raquel, do professor Alcides. Muito bom estar na casa que eu me formei há quase dez anos, estar retornando. Os meus estudos de direitos humanos começaram aqui em Londrina. Então é muito interessante essa possibilidade de troca com a minha casa de formação.

A minha ideia de apresentação, quando eu conversei com o Alcides, com a Raquel, eu pensei assim, o que eu gostaria que tivessem me dito quando eu entrei na comissão nacional. Porque de certa forma, cada país, ele vai encontrando uma maneira de realizar esses trabalhos. E muito foi um trabalho de tentativa e erro. A comissão nacional estruturou o seu trabalho, trabalhando. Então a minha ideia aqui, foi justamente trazer um pouco daquilo que deu certo para a gente. Principalmente em termos de localização de vítima, de depoimentos, histórias. Eu fiz parte, a comissão nacional era dividida em treze grupos de trabalhos temáticos. Eu participava de um grupo temático chamado ditadura e gênero, e nesse grupo nós ouvíamos mulheres, familiares e crianças da época, ou filhos de vítimas ou desaparecidos, e também perseguidos políticos. E o nosso grupo, ele acabou se especializando de certa forma no ouvir as vítimas, ouvir essas pessoas. E nós acabamos criando um método um pouco próprio de estarmos estruturando este trabalho. E a comissão ouviu cerca de mil, cento e vinte pessoas, entre depoimentos em audiências públicas e privadas. Em audiências privadas foram cerca de setecentas. Dessas setecentas,

aproximadamente seiscentas foram feitas pelo nosso grupo, e nós éramos em cinco pesquisadores, entre doutorandos e mestrandos que trabalham com a temática de direitos humanos.

Então o que eu vou apresentar pra vocês é um pouco desse material que a gente acabou elaborando e que acabou assim, devido as nossas possibilidades do tempo que a gente tinha, dos recursos, foi o que a gente conseguiu fazer. Mas ainda há muita coisa a ser feita. Então eu vou começar falando um pouco no geral, o que foi a comissão na verdade, os seus objetivos. Coincidentemente das pessoas que eu ouvi, ouvi várias pessoas que mencionaram o Paraná. UEL, Londrina. Sobre a participação de Londrina na resistência. Então isso foi muito importante por que eu comecei a me lembrar dos depoimentos. Todos os depoimentos de pessoas que não pediram sigilo, já estão transcritos e disponíveis no site da Comissão Nacional da Verdade. Os nomes que não estão sob sigilo eu vou citar pra vocês, já está transcrito, então é muito fácil localizar, né. Os documentos também estão no site da comissão, que está sob a guarda do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e em Brasília. Então eu vou falar um pouco de coisas mais sérias e também vou chegar em coisas mais específicas assim, pra saber se há o interesse de ouvir pessoas fazer audiências públicas e também localização de documentos. Também vou comentar coisas assim mais técnicas. Podem até, em alguma medida parecerem óbvias, mas eu gostaria que tivessem me dito quando começou. Mas ninguém disse isso pra gente, quando a gente iniciou os trabalhos lá.

Bem, então a princípio o que é uma Comissão Nacional da Verdade, uma Comissão da Verdade. Uma Comissão da Verdade é parte de um processo que no judiciário, nas Ciências Sociais existe um tema chamado Justiça de Transição. A justiça de transição é um estudo, justamente para localizar países que saíram de períodos autoritários e países que entraram no estado democrático. Mas e aí como fazer essa transição, o que é necessário para consolidar um estado democrático de direito? Esse arcabouço teórico que a justiça de transição vai falar. E ela vai falar de garantir quatro tipos de direito: que é o direito à reparação, o direito à justiça, à memória e à verdade. E esses quatro tipos de direito nem sempre são processos que acontecem ao mesmo tempo. Eles podem acontecer, em alguns países aconteceram. Por exemplo, na África do Sul, ela foi uma comissão da memória, verdade, reconciliação e perdão. Hoje os países, acho que na Argentina foi uma comissão de justiça e memória no caso do Brasil, por enquanto a nossa comissão foi da verdade. E anteriormente à comissão da anistia ela veio justamente para garantir esse direito à reparação. A reparação é feita pela comissão da anistia. A verdade e a memória foram feitas pela Comissão da Verdade. E a justiça a gente ainda não garantiu por conta da lei da anistia, a gente ainda não consegue punir. Então a questão do direito à justiça ainda é um passo a ser feito no Brasil. E nesse sentido, um dos objetivos da Comissão da Verdade vai ser justamente reconstruir um período da história a partir das violações dos direitos humanos que foram cometidas nesse período autoritário, e ela reconstrói essa história a partir da voz das vítimas. É muito importante se pensar que uma comissão da verdade, vai vir no momento de dar voz às vítimas, delas falarem. Para você ter

uma outra versão da história, que não seja aquela versão oficial. Então esse objetivo de dar voz às vítimas e reconstruir a estrutura de poder. Identificar quem foram os responsáveis pelas violações. A Comissão da Verdade, no nosso caso, como não foi a Comissão da Justiça, não teve o objetivo de processar os violadores, mas a gente teve o objetivo de reconstruir a cadeia de comando. Isto também foi muito importante para a gente. Foram ouvidos cerca de trezentos e trinta militares, entre perseguidos e arrependidos, no qual a gente foi capaz de identificar essa cadeia de comando e conseguir de certa forma provar que o executivo sabia, o presidente sabia, os governadores estavam implicados, que eram um dos mitos da nossa versão da ditadura que o executivo não sabia o que estava sendo feito pelos militares. Reconstruindo essa cadeia de comando a gente conseguiu provar que sim, todos os presidentes sabiam e autorizaram o que era feito.

Bem e aí no caso do Brasil, a nossa Comissão da Verdade tem uma característica bem peculiar em relação às outras comissões do mundo, porque justamente a nossa comissão é bem tardia, ela ocorre quase vinte e cinco anos depois. Se a gente pensar, por exemplo, na África do Sul, ela ocorreu um ano depois do mandato do Mandela, que foi entre 1994 e 1995, já houve a comissão lá. O Chile já fez duas comissões da verdade: uma em 1990 e outra em 2007. E Peru, né. E nós, a Comissão da Verdade do Brasil, a gente ocorreu quase vinte e cinco anos depois. E claro, traz vantagens e desvantagens, se você pensar nessa distância temporal para se fazer uma comissão da verdade. Então assim, dado o que a gente tinha o que a gente identificou que acabou sendo uma vantagem nessa questão da distância temporal: 1- a gente conseguiu avaliar o impacto das violências sofridas a longo prazo, ou seja, a gente conseguiu ouvir as pessoas durante os depoimentos, a nossa preocupação além de saber o que tinha acontecido a época, reconstruir as violências, identificar a cadeia de comando, os responsáveis, a gente quis saber a história de como a pessoa levou a vida até hoje, como que aquilo mudou a vida dela. O que significa para uma criança crescer com pai desaparecido? O que significa para uma família você perder um irmão, um membro torturado? O que significa para uma família que, com um profissional, um professor universitário, estava em início de carreira e ele é retirado de uma universidade. Como que ele se virou profissionalmente depois disso, quais foram as implicâncias para a família. Então essa foi uma. Outras comissões do mundo não conseguiram fazer essa identificação, por conta da distância temporal. No caso do Brasil a gente pode fazer isso graças à distância do tempo. E é também muito interessante que a gente quebra um tabu, que a gente conseguiu identificar um grau de sofrimento, de traumas, mesmo pessoas exiladas, perseguidas, eu só me lembro de histórias de vidas destruídas. Assim, porque assim, citando rapidamente histórias de vida que no caso vocês mais vão identificar aqui na UEL, são casos de perseguições políticas, alunos, funcionários e professores. Ai são pessoas que depois desenvolveram depressão, dependência química, alcoolismo, desestruturação familiar. Então assim, acho que é importante essa marca, deixar para as gerações futuras o que era viver sob o regime, o que era você sofrer essa violência do estado, tem implicações sérias disso. E pra fazer isso a gente se

baseou, eu não sei se tem alguém aqui da área de Psicologia, mas é interessante que existe na Psicologia uma coisa chamada de trauma inter geracional. Ou seja, uma pessoa que sofreu uma violência um pai, ou uma mãe, ela acaba reproduzindo aquele trauma nas crianças, e as crianças crescem traumatizadas. Elas crescem e reproduzem aquela violência que elas sofreram. Então assim, dentro da comissão a gente considerava toda essa extensão familiar das pessoas também como vítimas, também foram vítimas da ditadura. Foi um dos nossos objetivos também mostrar, que são vítimas. E no caso do Brasil, a gente conseguiu chegar até a terceira geração, a gente chegou a ouvir netos, ouvir netos que também sofrem, tem traumas nesse sentido. A gente chegou a ouvir alguns que são netos que estão hoje na faixa dos vinte anos também foram ouvidos. Quem tiver mais interesse, foi justamente o capítulo da comissão que eu participei diretamente da escrita, é o volume I (um), é o capítulo que chama “violência sexual e violência contra crianças e adolescentes”. Lá a gente tentou mostrar um pouco sobre isso, sobre o que é uma criança que sofre uma violência. Por exemplo, o que era ser um filho, você ter um pai que era professor universitário, que tinha um nível de renda, e de repente acabou aquela renda, você empobrece repentinamente. Como que aquilo desestruturou toda uma geração. Então a gente tentou também mostrar um pouco isso. Claro que a gente não teve tempo para avaliar, fazer uma pesquisa a longo prazo, mas os depoimentos estão aí para as gerações futuras verem, analisarem. E também uma das vantagens é o conhecimento acumulado, como uma das coisas que eu estava conversando com o Alcides que tem muita coisa produzida, outras comissões, biografias. Então assim, pra vencer o curto tempo que a gente tem, tem que ser aproveitado esse conhecimento acumulado.

Nem, no caso das desvantagens, se a gente pensar, por exemplo, a questão temporal dificultou o acesso às vítimas, seja por que essas vítimas já morreram, seja por que elas já estão na velhice, doenças decorrentes e na dificuldade que a gente teve, especialmente desse público da perseguição política, que eu acho que é caso mais daqui da UEL, a dificuldade dessas pessoas se reconhecerem enquanto vítimas. Então no primeiro momento de abordagem, a gente tinha que abordar, convocá-las, explicar. E muitas falavam: eu não fui presa, não fui torturada, não tenho familiar desaparecido, não sou vítima. Mas mostrar que para a Comissão Nacional da Verdade você é vítima. Aí a pessoa aceitava ou não conversar com a gente, dar o depoimento. Outra dificuldade temporal também era a perda de documento. (pergunta de ouvinte)

Então, a gente se baseou, tem uma declaração da ONU de 1985 que chama “declaração da vítima”, ela vai estar citada no manual que eu vou deixar pra vocês, que é um manual que a gente criou de conduta ética, que tem lá as definições de violência, as definições de vítimas. E nessa declaração de 85 ela fala que a violência é direta, a vítima é direta ou indireta, se expandindo para os familiares. E aí tem a questão, a perseguição política é uma delas é uma dessas categorias de violência. Se a pessoa era citada, era perseguida, para nós era vítima. Eu acho que aqui vai ser em grande parte pra universidade o maior perfil que vocês vão encontrar. Não sei se difere do caso da USP, da UNB que teve

alguns alunos que foram mortos, que foram, existe até casos de tortura dentro da universidade, não sei se isso é o caso da UEL, mas isso também apareceu.

Bem, dado às desvantagens, a minha ideia agora é mostrar assim como que a gente contornou essas desvantagens, como que a gente fez pra conseguir. Em relação ao acesso às vítimas, pra gente foi muito importante uma parceria que a gente estabeleceu com a comissão da anistia. E eu acho que pra vocês vai ser uma fonte para localização de pessoas, como foi pra gente. Por quê? Das pessoas conseguirem contabilizar períodos de trabalho, se aposentar, contar INSS, aposentadoria, ela tem que ser reconhecida como anistiado político. E aí, é a comissão da anistia que dá esse parecer para justiça do trabalho contabilizar isso. Hoje a comissão de anistia tem cerca de 80 mil processos, 80 mil pedidos de pessoas. A comissão de anistia .....não, no geral, eu não sei o total que foram avaliados, mas tem cerca de 80 mil processos, entre julgados e não julgados, desde que foi criada. Porque as pessoas, especialmente os perseguidos políticos, pra requerem a aposentadoria, no reconhecimento do tempo de serviço, tinha que entrar com a comissão de anistia.

(Comentários ao fundo)

Por isso que às vezes há uma morosidade no julgamento da comissão de anistia, justamente isso, né para que ela demanda....uma comprovação da perseguição. Mais fácil você ter como comprovar, você ter testemunhas, algum colega seu já falecido, poderia testemunhar para você. Mas até uma das nossas características, o DOPS ele documentava muita coisa. Então quem conseguiu achar o documento do DOPS consegue comprovar a perseguição junto da comissão da anistia.

O interessante, por exemplo, de um processo da comissão de anistia é que ele não precisa de advogado necessariamente e existe uma parte que a pessoa conta a sua vida, ela faz um relato. E para nós da Comissão da Verdade, o mais importante era aquele relato, aquela história. E a partir daí a gente pegava os dados para poder localizar a pessoa. Se o endereço estivesse atualizado. Muitas pessoas a gente conseguiu por meio da comissão da anistia. E aí claro, estabeleceu-se uma parceria, os pesquisadores tiveram que assinar documento, se comprometendo que não vai passar para frente, que seria...é por que o processo da comissão da anistia é sigiloso, então que a gente só ia se utilizar das histórias. Talvez o interessante pra vocês seria fazer esse processo, se aproximar da comissão da anistia para conseguir acesso. Uma das vantagens, a última vez que eu fui na comissão da anistia, eles haviam acabado de digitalizar esses documentos. As duas vezes que eu fui lá, eu fui três vezes, das duas vezes a gente olhou processo por processo no papel assim, para localizar. A última vez a gente já conseguiu ver isso digitalizado. Aí a gente jogava palavras chave e ia pegando os processos. Então imagino que hoje, estabelecendo uma parceria, vocês vão mandar um pesquisador lá que fique três dias, cinco dias, ele consiga levantar. Porque você joga Londrina, perseguição política, Paraná. Brasília, no Ministério da Justiça. Está lá.

Bom, outra fonte que para gente também foi importante são produções acadêmicas, jornais de época, livros biográficos. Isso também foi muito

importante pra gente identificar essas histórias, de violação e de outras vítimas. Também acho que isso vai ser importante aqui.

Agora eu vou falar um pouco do que eu ouvi sobre Londrina. Que são quatro pontos, que foi importante. Havia um movimento de resistência da esquerda que era ligado a igreja católica, que se chamava “Ação popular” que era o movimento do Betinho, do frei Beto, vários desses militantes. Era recorrente esses militantes, especialmente após 1968, quando a perseguição começou a (...) em São Paulo e Rio de Janeiro, eles citaram que vinham pra Londrina, pra fugir. Londrina era, porque depois você poderia fugir sentido a Foz, muitos fugiram para o Chile. E outros havia muitos médicos que eu vi, que eram militantes da AP, e eles citavam que muitos se estabeleceram em Londrina por conta da UEL. Por que a UEL estava se formando e que vários desses médicos constituíram o departamento de medicina da UEL. Então talvez seja importante tentar localizar esses nomes da época desses professores que foram contratados nesse período pra saber recontar a história. Talvez ali vocês encontrem.

Ah sim, eu ouvi a ex esposa dele. A Joana Lopes é ex esposa dele. Eles eram casados e se separaram aqui em Londrina. Ela foi professora do CECA, infectologista né. Joana D’arc eu ouvi Joana D’arc, o depoimento dela está transcrito, ela foi uma que trabalhou dez anos na UEL e foi demitida, ela contou como, desculpa. É Joana D’arc Lopes (...). Lá no site da Comissão Nacional está dividido assim: vítimas militares e vítimas civis, ela está nas vítimas civis. Foi a maior parte que a gente ouviu. Teve uma pessoa que eu lembro que ela até citou que eu acho que era um caso de um psiquiatra, eu não sei se ele era da UEL ou não, tenho muita certeza. E ele tinha uma clínica, e pessoas que estavam sendo perseguidas ele internava na clínica, para despistar por um tempo e depois retirar a pessoa do país. Eu ouvi bastante mas nunca as pessoas não conseguiam lembrar o nome desse médico. Eu ouvi algumas pessoas que ficaram um tempo, que foram internadas. Elas nem sabiam, era uma questão de segurança. Então as pessoas não sabiam o nome do médico. E várias citaram que ficaram internadas um tempo nessa clínica e depois fugiram, foram pro Chile, para Cuba, por conta dessa proteção. Isso era bastante mencionado, porque passava por Londrina. Até o Betinho passou um tempo aqui escondido em Londrina, antes de ir pro Chile. Não sei se ele passou pela clínica, mas ele também era recorrente a situação do nome dele que morou um período aqui em Londrina.

Bem, outra coisa que eu vi, essa pessoa eu não lembro se ela pediu sigilo ou não, eu tenho que conferir. Mas eu ouvi uma pessoa que está dentro dessa, que ela cita esse caso do Imparts que já foi em 1977, que foram os 97 pesquisadores do Imparts que foram demitidos por serem suspeitos de comunismo. E aí depois que eu conversei com o professor Alcides eu pensei: bem pode ser que houvessem pessoas que fossem ligadas a UEL, ex alunos. Ela e o marido tinham acabado de terminar o doutorado, mestrado, estavam em início de carreira, começando a carreira. Talvez ali, esta lista de nomes seja publicizada né. Do Instituto IPARDES, de Curitiba. Mas aí eu imaginei, pode ser

que essas pessoas eram alunos, alunos da UEL, professores, porque era um instituto de pesquisa. Talvez seja interessante determinar um grupo de pesquisa que levante esses nomes e tente checar. Quando eu ouvi essa pessoa, eu ouvi bem no final da comissão da verdade, então a gente não teve condições de bater os 97 nomes pra saber onde estavam, mas eu ouvi uma mulher que era desse grupo dos 97. Eu preciso conferir se ela pediu sigilo ou não, eu não lembro, mas eu posso conferir isso depois, enfim.

Sim, eu colhi um depoimento, ela e o marido, o marido não falou com a gente, ela não era militante, ela não tinha nenhuma ligação com a militância, o marido dela tinha, ela nem sabia direito que ele era, que ele fazia militância, ela não tinha nenhuma, mas por conta do marido os 2 foram demitidos, ela foi demitida, tipo, ela teve filho, logo depois os 2 foram demitidos juntos, então foi uma história dessas histórias assim bem complicadas. E os 2 não conseguiram se reinserir de novo na vida acadêmica. Desses do IPARDS que eu ouvi, eu tenho que verificar, eu não vou falar pois não tenho certeza se foi pedido sigilo ou não. Aqui, são, uma tabela que mostra a questão da “Pera” que mostra na verdade, os movimentos de esquerdas da época da criação, a “Pela” estava lá encima não se ligando com nenhuma, mas era só algo que a gente tinha, isso eu tinha na minha mesa de trabalho assim pra gente localizar, pois eram muitos movimentos. De todos os movimentos esquerda, (pergunta de fundo: 32:37), posso, porque começa desde o PCB em 1922 até 71, então como eles, (conversa de fundo:32:47), isso, todos os rachas. (Pergunta de fundo:32:50), aqui tem um que foi pro Chile, o nome dele está aqui. (Pergunta de fundo:32:57) sim, sim, tem alguns que... teve vários que passavam por vários, então quando a gente ia recontar a história, e até uma que se manteve, veja que se manteve de 62 a 71 sem grandes rachas. Isso aqui, acho que isso é, o Professor Alcides falou a questão da ASI da UEL, era bem recorrente em vários documentos do DOCS, mas tem alguns documentos que está assim, vou até mostrar um que eu trouxe, (comentário de fundo: 34:02). Isso é bem importante, porque é bem frequente nos documentos, eu até trouxe um que está disponível nos memórias reveladas, talvez até vocês já tenham, mas, enfim eu trouxe. Que é sobre o caso da cooperativa de jornalistas aqui de Londrina. (comentário de fundo: 35:12). Por que aqui, eu queria só mostrar, por exemplo aqui você vê que esse informe vem da ASI e o documento chama muita atenção, isso é importante, é de 01 de outubro de 1880, e a lei da anistia está em 79 então a gente vê que houve a manutenção dessas estruturas ao longo da década de 80 (comentário de fundo: 35:46), então esse eu não sei se vocês tem ou não, mas eu posso deixar depois, mandar uma cópia. Depois ela mostra, vai relatar os nomes de alguns que compunham esta cooperativa e 2 eu vi eram alunos da UEL, então era importante ver se estes alunos conseguiram terminar a graduação ou não! ou teve a graduação interrompida, isso era bem comum. Então está aqui. O Presidente era Leonardo Henrique dos Santos. Mas não é ligado à UEL. Aí vem a vice-presidente, uma mulher que é Maria Cristina Oliveira de Toledo.(comentário de fundo: 36:47). E aqui fala, se a nominada é aluna da Fundação Universidade Estadual de Londrina, esta cursando o primeiro semestre de 1973 do matutino do centro de estudos sociais aplicados ao curso



de direito. Aí fala um pouco da militância dela, mas não fala, por exemplo, se ela se formou. Essa era uma informação importante para saber, por que acontecia de alunos... (comentário de fundo:37:22). Esse também é um jornal importante que era bastante citado, eu não sei se há cópias dele (comentário de fundo: 37:36) Esses jornais são fontes assim muito, porque nesses jornais se faziam denúncia (comentário: 37:46) Aqui fala do secretário, acho que é Heraldo, Olanda FUEL da comunicação social em 1975. Acho que é Heran, ai tem alguma coisa Olanda Junior. Talvez se localizar uma outra cópia de... (comentário: 38:26). Porque por exemplo, a comissão por exemplo da UNB ela restituiu uma Pícola para alunos que foram perseguidos, identificados que tiveram matrícula interrompida, houve a devolução da matrícula para esses alunos (comentário: 38:44). Na Bahia houve uma readmissão de uma pessoa que eu ouvi. Bem isso aqui é só pra mostrar que a ASI estava bem ativa na década de 80, então é um fato importante porque a historiografia conta que 79 tudo estivesse desestruturado, prova que não é verdade. (comentário: 39:19)

E por fim, outra coisa que eu lembrei em relação a Londrina, que até parte um pouco do depoimento da Joana Lopes, por como ela perdeu o emprego de professora aqui da UEL, ela acabou se tornando jornalista, pois é uma forma de se manter. E a partir do jornalismo, foi criado por ela e Terezinha Zerbini, famosa pelo movimento feminino da Anistia, o Jornal Brasil Mulher, que era um jornal da resistência. E esse jornal as primeiras edições foram editados aqui em Londrina, todo o desenho dele, aqui essa é a capa do jornal nro 1, a fotografia é aqui de Londrina, a edição o fotógrafo. Acho que dentro dessa edição tem uma matéria sobre a geada, aquela geada negra. Ele é nacional distribuído por essa rede de mulheres, era vendido boca a boca, era um jornal censurado. Foi um jornal muito importante para divulgação da lei da anistia, para começar a divulgar na sociedade, claro que não foi a anistia que o movimento gostaria, depois foi decretado, mais, o movimento feminino da anistia teve foi muito importante para esse processo do país, e começou aqui em Londrina, coisa que só fui descobrir na comissão nacional. Eu estudei aqui e não sabia disso. E nesses jornais ela também contava, a Joana na transcrição dela, que ela mandava pro exterior notícias que eram censurada dos jornais, por que chegava na Folha de Londrina, as notícias que eram censuradas e aí ela junto com o pessoal do DCE da UEL, eles mandavam as notícias para o exterior, ela não se lembrava do nome de estudantes, não se sabia que eram esses estudantes, mas ela tinha uma ligação muito próxima como DCE pra fazer esse movimento de mandar pra fora, que também isso foi bem importante pra resistir e divulgar no exterior. (comentário: 42:28 - violação dos direitos humanos...)...

Acho que era talvez importante constituir um grupo, não sei como vocês pretendem, para pesquisar essa parte da história, da atuação desses estudantes. (comentário 43.27). e o que está disponível. era interessante pra mostrar no relatório esse papel da cidade de Londrina, como foi importante também nesse processo.

Bem, enfim, agora eu vou entrar numa questão um pouco mais técnica que eu chamo. Passadas todas essas informações, o que deu certo para a gente

ser feito. Que primeiro essa coisa da representatividade das pessoas. Até o professor comentou que havia essa questão da representatividade nessa comissão. E isso é muito interessante, além da representação da comissão em relação a universidade, em relação a sociedade londrinense talvez fosse interessante estabelecer uma ponte, para poder justamente colher depoimentos das pessoas que testemunharam, conheceram, as vezes acolheram pessoas. A gente também ouvia pessoas que acolheram militantes. Então talvez era bem importante tentar mobilizar, fortalecer a comissão mobilizando esses segmentos da sociedade. Outra coisa que também foi bem importante pra nós, foi manter uma relação com a mídia. Nossas audiências públicas eram transmitidas ao vivo pela internet, todas elas estão disponíveis no site da comissão, no youtube. A presença de jornalistas, estavam sempre divulgando alguma descoberta, alguma etapa. Todos os processos que a gente tentava estabelecer esse contato com a mídia foi bem importante para as pessoas se prontificarem a falar. Muitas pessoas, que há 40 anos nunca tinham contado, elas se prontificaram a falar por conta de ter visto notícias da comissão, notícias do trabalhos, ver que o trabalho estava avançando.

Ah especialmente por exemplo, se a gente localizasse um corpo no caso, isso é divulgado, olha, está se investigando, se identificou o corpo de tal pessoa. Até durante a comissão a devolução dos corpos, o rito funerário, foi feito durante a comissão, foi divulgado. Às vezes a divulgação das audiências, vai se fazer então. O que ainda estava em andamento a investigação, que não tinha certeza ainda, não estava configurado, não divulgava. O que já estava documentado, já se tinha certeza, já se divulgava. O que a gente ainda estava conduzindo a investigação, não dava. Até para não cometer crime de má fé, falar uma coisa que não era. Sim, só pra se divulgar o que se teria certeza. Justamente isso, então tem que ter muito cuidado. Por isso até é importante, a comissão tinha uma assessoria jurídica muito boa. A presença de advogados é bem importante em todo esse processo, porque ... (comentário ao fundo 47:46 min). Não, a gente até esperava, aquelas coisas de mídias, mas diretamente nunca ninguém recebeu ameaça. Nós até fomos preparados para isso, se resguardou, não divulgávamos que nós trabalhávamos na comissão na época para se ter um certo resguardo, mas nunca... (comentário de fundo 48:20). Outra coisa que é importante é a divisão de trabalho, como comentei a comissão era dividida em 13 temáticas de investigação. Isso era importante pois são vários francos de trabalho, só que a gente tinha uma boa comunicação entre a gente, por exemplo uma religiosa, eu ouvia e repassava para o grupo que pesquisava religiões, uma pessoa que é de perseguição política de universidades, vai pro grupo de universidades, então a gente tinha uma boa rede de contato até para evitar retrabalho, evitar 2 grupos trabalhando, investigando o mesmo caso, isso acaba sendo perda de tempo e tempo é a coisa mais preciosa que uma comissão tem, no caso (comentário de fundo 49:25). Eram 13 temas grandes, tinha o grupo de indígenas, o grupo que trabalha com sindicatos, o grupo de mulheres que eu estava, o grupo que trabalhava com os violadores, que era a estrutura de comando com concessão mais militar, eu acho que teve, o de igrejas, perseguição a religiosos que era uma outra questão (comentário de fundo

50:03). Aí tinha o grupo dedicado aos mortos e desaparecidos, localização dos mortos e desaparecidos. Está escrito nos relatórios mas as temáticas eram mais ou menos essas. Então é importante que esses grupos se comuniquem, no caso a comissão nacional nós estávamos, tinha a central em Brasília o núcleo no RJ e núcleo em SP, então a gente tinha que ter uma comunicação muito grande entre a gente, de troca de documentos, a intranet, a gente tentava deixar tudo documentado assim, fazer sempre por e-mail, nossos e-mails institucionais que está tudo gravado as conversas, no arquivo nacional esses registros de comunicação. E já falando em registro, foi importante registrar cada etapa de trabalho, todas as reuniões, ter uma memória, ter uma ata, o que se decidia, o que se vai fazer, quem é responsável por cada coisa, como isso foi mudando. É importante também (comentário de fundo 51:11). E por fim uma outra coisa, um pouco óbvio, é ter um arquivo seguro e backup das atividades, principalmente as gravações. Nós gravamos enquanto ouvíamos as pessoas, tínhamos 2 gravadores ao mesmo tempo para garantir. Se um gravador parar, sem bateria, ter outro...depois a armazenagem, isso é importante porque às vezes há perdas, a tecnologia ela falha, então é importante ter isso. Outra coisas bem importante é a questão do treinamento dos pesquisadores, principalmente quem for ouvir vítimas, é uma, pensando numa estrutura de uma universidade, já que a UEL é uma universidade grande, tem vários departamentos, tem a medicina, psicologia, os vários departamentos, talvez fosse interessantes trazer pessoas desses departamentos para ajudar na escuta, no treinamento desses pesquisadores. Nós ouvíamos em dupla, sempre, uma audiência privada. Por que às vezes uma pessoa ficava responsável em fazer perguntas, a outra anotando, registrando, fazendo a condução histórica, e se visse um buraco ela intervia, pra ajudar, então era bem importante. Nós acabamos criando uma linguagem de como abordar uma vítima, como convidá-la, ter um padrão de convite. As vítimas normalmente perguntavam: mas porque eu tenho que falar! A gente sempre ressaltava a importância da história dela, a importância de ficar registrado para história do país, o quanto a história da pessoa é importante. Então nós fomos criando uma linguagem mesmo, em comum, em abordar, em convidar, durante o testemunho, o que falar, o pós contato, dar os devidos feedback, isso é importante criar, as pessoas que forem ouvir as vítimas criar uma linguagem comum. Um atendimento em comum nisso. E nos casos dos violadores, quem fazia a escuta dos violadores eram os comissionados, nós fornecíamos os documentos para eles, tem por exemplo: 5 vítimas que cita o nome do UFA, por exemplo, está aqui, a data, a prisão, estes documentos. Nós ajudávamos os comissionados e eles que, os comissionados eram 6 que foram escolhidos pela Dilma (Paulo Sergio Pinheiro, José Paulo Dias Cavalcanti, Maria Rita Quelviz, a Rosa Cardoso). Então os violadores, as escutas, até se vocês forem assistir as audiências que foram públicas, com esses violadores, quem conduzia as audiências eram eles (comentário de fundo 55:00). A grande maioria eram juristas ali, o Dalário, Paulo Sergio Pinheiro, José Paulo Dias Cavalcanti, Rosa Cardoso e a Maria Rita Quelviz que é analista, os violadores. E a gente tinha uma previsão, por exemplo, vai ouvir tal violador daqui um mês, está marcado. Aí a gente fazia esse levantamento para auxiliá-los durante a audiência, para conseguir provar, por que no caso dos violadores eles podem

ser escorregadios, não vão querer assumir. (pergunta de fundo 55:50). A comissão tinha prerrogativa no caso de violadores de convocar, se eles se negassem, no caso eram acompanhados pela polícia federal. A comissão tinha essa prerrogativa por lei. Aconteceu em SP uma audiência que a gente participou que a pessoa veio convocada, o Calandra, ele veio com a Polícia Federal. (comentário de fundo 56:20).

Outra coisa que eu queria citar que acho ser muito importante dentro de uma universidade, por ser um local mais privilegiado pra isso, é a questão do material humano disponível. Eu não sei se vocês estão pensando em fazer grupo de estudantes, grupo de pesquisas, grupo com outros professores, pra dividir trabalho pois é muita coisa, e chamar as mais diversas especializações dentro das universidades para ajudar nesse processo, a medicina, a psicologia, direito, jornalismo, computação para as coisas mais tecnológicas, envolver os vários setores pois cada um tem sua especialidade. O tempo é uma coisa, é curto, na comissão nós éramos em torno de 100 e foi muito pouco, precisava de 5 vezes mais para tomar conta de todo o trabalho. Acho que a universidade tem essa oportunidade por conta disso né, podem convocar os estudantes, as diversas áreas para esse auxílio. Não sei como a comissão está pensando em organizar isso, mas talvez seja algo de se pensar. Acho que por fim, já comentei um pouco, que é a questão mais técnica de testemunho mesmo, de preparação de ambiente, do local, a preparação prévias dos entrevistadores, antes de ouvir uma pessoa a gente buscava tudo que tinha de documentação dela, história, pra chegar no depoimento sabendo da história, a questão dos 2 gravadores. Eu não sei também se vocês já decidiram qual política de sigilo vocês vão adotar, se isso está definido ou não por vocês. Antes da pessoa prestar o testemunho eu trouxe pra vocês, uma chamada declaração de relato, que a pessoa autorizava nós utilizarmos as declarações. se ela quisesse ela poderia requerer o sigilo, a gente não acrescentava o nome mas usava das informações que ela dava. Pensar não sei se vocês pensaram, se já estabelecido como é que vai ser a política de sigilo de vocês. Por exemplo, caso de perseguição política. As vezes a gente acha que não é situação de tortura, de prisão, mas são situações de desestruturação da vida. Desestrutura a vida pessoal, a vida profissional. Tem uma coisa importante até que a gente gostava de chamar de testemunho. A gente não falava depoimento até porque o depoimento tem um caráter policial. Então a gente costumava chamar de testemunho, dá um pouco de história oral, para justamente tirar o caráter...se dava justamente por pessoas que passaram por isso, de evitar ao máximo todo esse cuidado.

Por fim, eu também trouxe o formulário que a gente usava, depois posso mostrar. Eu acho, particularmente fazendo uma autocrítica, que o nosso formulário era bem longo. E a gente tentava também conduzir a escuta não de forma de ficar ali com o formulário, de fazer a pergunta na sequência. A gente utilizava de um método semi estruturado. A gente tinha o formulário, de certa forma decorado, o que a gente precisava estava ali, e a gente ia conduzindo e sentindo as perguntas e fazendo, pra deixar sempre a pessoa mais confortável possível, pra não ficar uma coisa interrogatória, fazer as perguntas. Então quando eu falo que era um testemunho semi estruturado era isso. Nós tínhamos

um formulário mas a gente não ficava se utilizando disso na frente da pessoa, mais pra conferir. E fazíamos algumas perguntas fora também, do formulário, isso em quase todos os depoimentos acontecia. (comentário ao fundo 61:50min). Antes da gente começar as gravações, a gente conversava com as pessoas, tirava todas as dúvidas, falava do que a gente pretendia. A gente explicava. (comentários ao fundo). Ou antes a gente também falava, a gente tem interesse, além das violações da época desse período, como que foi depois nos anos 80, anos 90, a gente falava que isso era gente era muito importante. (comentário ao fundo). Bastante. Por isso que eu falei daquela coisa de todos falarem a mesma língua, justamente isso. As pessoas apreciam com as mais diversas expectativas, desde que a gente fosse resolver essas questões trabalhistas, localização de pessoas, indenização. Então, as demandas eram as mais diversas. Então a gente foi justamente pelo protocolo explicar, não, isso não é o papel da comissão, mas se você precisa disso, recorra a comissão da anistia, ah entra com processo na justiça sim. A gente estava sempre tentando mostrar o papel da comissão, o que era uma comissão da verdade e (...) o que estava dentro do nosso escopo, possível de se fazer. Porque as pessoas aparecem com diversas demandas. (comentário 63:36 min). Isso é a próxima etapa que eu vou comentar, que é a parte que fala final e pós comissão. A gente perguntava. Um dos itens do nosso formulário era justamente isso: que recomendações você faz ao estado brasileiro, o que você espera do estado brasileiro. A pessoa, a vítima. A gente perguntava pra ela. E ao final a gente elencou todas essas sugestões por causa do relatório da comissão. A gente perguntava e assim, apareciam as coisas mais diversas. E ao final, o relatório final da comissão nacional ela tem as ditas sugestões, de mudanças de políticas públicas, de atendimento às vítimas, como é. Que foi com base nisso que a gente colheu, e também acho que entre agosto e novembro, ficou aberto o site da comissão, em que as pessoas poderiam mandar diretamente pelo site as sugestões também, mesmo não sendo vítimas. Toda sociedade civil teve oportunidade, durante três meses. Em 2014, a comissão se encerrou em dezembro, se encerrou dia 10 de dezembro de 2014. De toda sociedade civil, mas ao longo dos dois anos durante os depoimentos a gente perguntava também para as vítimas.

No caso de pesquisa documental, como eu comentei, aqui tem uma lista, eu sei de documentos que já estão online, do arquivo, alguns arquivos estaduais estão online, como o caso de São Paulo e Minas Gerais. Eu não sei se o do Paraná, se o arquivo está online, eu não me lembro do Paraná, eu lembro que eu tinha dificuldade de acessar as coisas. É né, não está ainda. Eu lembro que o Paraná pra gente era de difícil acesso. Mas assim, o que está digitalizado hoje, por exemplo, Brasil nunca mais está todo digitalizado, foi uma fonte bem importante pra gente, localização de vítimas, de testemunhos. O arquivo nacional, o arquivo de São Paulo está online. existe uma parte no arquivo de São Paulo que chama "memórias da resistência política". Os arquivos do DOCS estão todos lá. O arquivo de Minas Gerais também está online. Agora tem o site da comissão nacional também, os depoimentos estão transcritos, os documentos e audiências públicas de vítimas e violadores também estão disponíveis. O site "documentos revelados" que foi de onde eu tirei aquele

documento que fala da cooperativa dos jornalistas, aqui. O CDEM (Centro de Educação e Memória da Unesp) tem todos estes jornais do exterior, jornais que circulavam na Alemanha, na Itália, na Espanha, na Suécia, com as suas denúncias do Brasil, estão lá no CDEM. E a comissão da Anistia como um local importante. Essas questões das combinações que eu coloco aqui, é uma dica, por que às vezes para localizar um documento a gente coloca lá: maria, minúsculo, vem de uma certa forma. Já MARIA, maiusculo, vem outro tipo de documento, Marias, vem outro tipo de documento. Então é importante que se for fazer uma pesquisa faça estas combinações de nome... E por fim, a questão da parte final, o que vai ter um relatório final de uma comissão. Além das investigações a serem feitas que vão ser apresentadas no relatório final, existe a questão de sugestões, o que se pode sugerir de mudanças que é identificado. E aqui eu tentei pensar em sugestões no caso da universidade, que talvez vocês possam encontrar e aconteça com outras universidades no país

. Dentre elas aquilo que a gente já comentou, a recondução dos professores e cargos que foram perseguidos, isso pode ser uma sugestão que a comissão pode fazer, se ela encontrar essa demanda. E a recondução da matrícula de alunos, a UNB fez isso, a Universidade da Bahia fez isso, de Minas Gerais também, então pode ser uma sugestão de vocês identificarem estas pessoas fazendo essa sugestão pra universidade. Outra coisa é se aproveitar a estrutura da universidade, da medicina e da psicologia, de prestar um atendimento de saúde mental para essas vítimas. Pois as pessoas vão depor pra gente pela primeira vez, a gente está abrindo uma cicatriz, uma ferida e depois ir lá e “ao léo” esta pessoa. É interessante a comissão recomendar isso, a universidade tem esta estrutura. (comentário de fundo 69:33). Isso hoje é assumido pela comissão da anistia. Existe um projeto na comissão da anistia que se chama: Clínicas do Testemunho. Estas pessoas recebem esse atendimento, seja para fazer terapia em grupo, seja para terapia individual... várias cidades já tem. Talvez pensar num modelo de clínica de testemunho para dentro da universidade. Inclusive (comentário 70:09) às clínicas do testemunho atende os familiares também. (comentário 70:41) Isso era recorrente, são públicas que falam, pra gente não conseguiam (comentário 71:25).

Outra sugestão que pode acontecer é a revisão de estrutura pedagógica para as universidades, dentro dos currículos, ou sugestão de incluir disciplinas sobre o tema, projeto de pesquisa, projeto de extensão. Outra coisa que acontecia em outras universidades é a cassação de títulos de violadores identificados, por exemplo, que era doutor, doutor “notórios” causas, mestres de violadores que foram identificados pela universidade, algo como houve a cassação de títulos. Às vezes retiradas de nomes, de um prédio, isso também é feito.

Vou falar um pouco sobre o que era acolhido, era bem importante e por isso que falei que eu fiz esta questão do treinamento dos pesquisadores. É importante por que a gente criou realmente essa padronização, de ligar pra pessoa, mandar e-mail, ser respeitosa, valorizar a importância da história dela, a princípio havia essa resistência, eu não sou vítima, não quero falar, minha

história já é pública, aí dávamos outro caráter, a sim, sabemos que sua história é pública, mas a gente de ter a oportunidade de ouvir a sua versão até por que temos interesse em saber um pouco da sua história. Às vezes se a pessoa se sentia à vontade, a história começava da infância, minha infância foi assim, meu pai era comunista, eu estudava assim, isso me levou na juventude para essa militância, pra pessoa chegar a falar da visão: em 1973 eu fui presa...torturada, e íamos levando 30min, 1h, neste contar da história, para reconstruir a história e chegar a falar dessas coisas, das violações, das prisões, para não ser tão duro. Interessante para reconstruir e deixar as pessoas à vontade. Temos testemunhos de 7h, 8h, 2 dias. Falávamos, a hora que quiser parar nós paramos, você quem determina, se sentiu mal, se emocionou, não quer mais falar, a gente desligava o gravador na hora, deixava isso nas mãos de quem a gente ouvia. Ou às vezes a pessoa queria falar uma coisa que não podia ser gravada, a gente parava a gravação, ela contava alguma coisa e voltava a ligação. Então nessa conversa prévia a gente falava tudo isso, que ela conduz o testemunho, começa por onde quiser, seja da infância, prisão ou retrospectivamente, como está agora e como foi. Ai as perguntas que são partes do formulário e a gente precisava fazer, o momento que a gente sentia o clima a gente fazia, pra tentar reconstruir esse processo. Isso foi bem importante pois houve resistências mais diversas, não é fácil pras pessoas falarem, é extremamente doloroso o processo de fala. Então fazíamos o máximo para deixar a pessoa à vontade, por isso que falo do lenço de papel, água, café, biscoitinho, sala pequena. A gente trabalhava no gabinete da presidência lá em SP, então tinha esse ar de...tipo, ela sentia fazendo nosso, estou vindo do gabinete da presidência da república, para ter a minha história ouvida, então isso tinha um peso e a princípio a gente não imaginava que o fato daquele local iria ter tanto peso para as pessoas, e tinha, pois se sentiam respeitadas, importante, a história dela sendo valorizada. (Comentário 76:44). Tem que ser um local preparado para isso. Em alguns casos, de pessoas que eram acamadas a gente ia na casa, não tinham condições de deslocamento. Só pessoas que não tinham condições mentais mesmo não tinham como fazer testemunho, mas pessoas lúcidas ou acamadas a gente ia até a casa e ouvia. Mais alguma coisa? (comentário ao fundo 77:36). Sim, isso é parte do direito à memória né. Isso também é importante.

Comentário Alcides: se tornar relevante né, e cotidiano as pessoas, os acontecimentos que filmavam um tempo atrás (...)

É talvez pode até se fazer sugestões, dentro da universidade talvez se identificar o local que possa virar um centro de memória para ter acesso a essas fontes.

Alcides: essa exposição pública das pessoas, que de alguma forma, que eles preferem esquecer isso, principalmente pros dominadores, as pessoas que participaram da repressão. Então assim a gente percebe na comissão estadual que a dificuldade maior é que esse pessoal depunha, ou dê sua colaboração, são poucos aqui, que isso foi feito. Representantes das (...) que representaram dando seu depoimento. E também (comentário sem clareza 78: 48 mim).

Que é uma outra recomendação, por exemplo no caso de pessoas que ainda são funcionários públicos, não pode receber dinheiro público uma pessoa que é reconhecidamente um torturador, violador. Então uma das sugestões é essa, seja caçado. É vias de fato depende do judiciário né aquele processo que a gente ainda não fez que é da justiça, mas a comissão da verdade recomendou, umas das recomendações. Não dá pra manter dinheiro público com torturados, com violadores. Foi uma das recomendações também. (comentário ao fundo 80:00 min). Isso fez parte das recomendações, você não pode ter funcionários. Existe, grande parte dessas pessoas ainda são parte da estrutura do funcionalismo público. Inclusive em Santa Catarina eu ouvi uma pessoa que eu acho que assim, das centenas que a gente ouviu foi a única pessoa que ela não autorizou a gravação, pediu total sigilo, tal, porque a pessoa que tinha torturado ela, trabalhava no gabinete da prefeitura. Ela falava assim: eu tenho medo. Ela falava assim: ela nem trabalha mais, ela está, mora escondida, mora na zona rural. Ela desenvolveu uma síndrome do pânico. Ela falou assim: eu não quero, eu não vou, não autorizo a gravação, áudio, nada.

Alcides: não vai expor publicamente por receio.

Sim, ela falou: ele estava ali, ele está ativo. (Comentário ao fundo 81:10 min). Apesar da Comissão Nacional ela previa. Gente, agora eu fiquei com dúvidas mesmo.

Comentário 81:35 min: a abordagem. Porque tem gente que adora falar, mas voluntariar pra falar. Mas e aqueles depoimentos que assim, seriam importantes e a pessoa meio que vocês insistiam, era telefone para a abordagem, era convidado realmente.

(comentários ao fundo 82:03 min)

E audiência pública é mais complicado né. E audiência pública infelizmente tinha que haver e a gente não se alongava tanto e realmente a gente pedia a concisão pra pessoa, infelizmente, se focava. E a gente teve pessoas que a gente ouviu, que concordaram em falar em audiências públicas e que também antes ou depois falaram privadamente com a gente para também complementar, ter todo o acolhimento, até passar por todas as questões.

Comentário: Ah então tinha algumas que eram públicas, a vitima vinha tal tal falava o básico e aí (...)

Porque em audiência pública não dá pra deixar em aberto a questão do tempo. Tem que ter um pouco mais de objetividade.

E tem que ser usado. A comissão nacional se usou de tudo que estava disponível à época como um princípio do que, por exemplo, as vítimas que já se conheciam. Nossa tentativa foi assim, localizar novas vítimas. E realmente foi localizado. Então a gente partiu de tudo que já tinha sido feito pela comissão de mortos e desaparecidos, pela comissão da anistia, por produção acadêmica. Cada grupo mobilizou, quem vai levantar academicamente a produção de teses, dissertações, de livros, o que se tem, o que se tem de jornais, o que era produzido nos jornais na época. Foi importante pra gente.



Eu acho que não respondi a sua pergunta né Raquel, foi sobre. Teve uma posterior. Eu me esqueci agora.

Alcides: essa questão do depoimento, das dificuldades, tem gente que fala demais, mas tem gente (...)

Os dois, a gente abordava. O que a gente conseguia contato. Telefone, e-mail. E-mail a gente entrava. Às vezes o primeiro contato a gente fazia por e-mail, justamente pra dar liberdade para a pessoa. Porque as vezes ligar pode ser invasivo assim, está ligando na minha casa, aquela coisa do estado estar ligando. São pessoas que às vezes tem uma certa resistência com a figura estatal. Então a gente mandava um e-mail. A gente tinha um e-mail de convite padrão, falando sobre a importância. Grande parte das pessoas respondiam, ah meu telefone. É importante criar. Posso. Tem. Esse por exemplo tem o que a gente chama de manual de conduta ética para tomada de declarações de vítimas e testemunhas, que foi montado pelo nosso grupo, e aqui a gente tem os conceitos fundamentais. O que é direitos humanos, o que é violência, o que é violência psicológica, o que é uma criação de um entendimento comum para todos. E até essa parte final que eu comentei com vocês, da preparação do ambiente, aqui tem, quem é considerado vítima, aqui tem a definição que a gente colocou. Vítima: é toda pessoa submetida a sofrimento direto de forma individual e coletiva conforme definição da ONU, que é essa declaração. Aqui há vítimas e testemunhas. (comentários 89:00 min). Aí aqui também a gente tem a declaração, antes com essa conversa com a vítima, essa declaração de relato que ela autorizava. E aqui tinha a questão de sigilo, se ela autoriza, pedia, requeria ou não o sigilo, se ela autoriza. No caso da comissão a gente não tinha uma estrutura para fazer todos filmados, a gente utilizava a gravação de áudio, até inclusive era um gravador igual a esse que a gente trabalhava, dois gravadores. E algumas pessoas conseguiram fazer com filmagem, que é uma forma interessante também, mas isso já requer uma estrutura. Mas algumas foram. E aí tem aqui essa declaração de relato, tem a questão, a gente também falava de direitos e deveres dos depoentes. Também a gente pedia que as pessoas lessem, se concordavam, se tinham alguma dúvida, que foi feito conforme a lei que criou a comissão nacional da verdade. Por isso que eu falei da importância da assessoria jurídica que criou todo esse tipo de documentação. E aqui a gente tem o formulário um (comentário 91:17 min). Esse era o formulário que a gente usava para sistematizar depois. Porque assim, a gente fazia os depoimentos, ouvia. Aí após o término dos depoimentos a gente ia preencher esses formulários para subir junto com o áudio. Aqui tem alguns dados que são burocráticos da pessoa, se ela entregava documentos a gente também colocava aqui. Porque várias pessoas levavam documentos pra gente, entregaram vários documentos que elas tinham.

Como eu falei, fazendo uma autocrítica, acho esse formulário muito longo, se puder pensar uma forma de ser mais objetivo, mais direto. Até porque eu acho que ele não é muito adequado para o perfil que vocês vão ouvir que é a questão da perseguição política. Ele precisaria de certas adequações. Local de trabalho. (comentário 92:27 min). A gente fazia as perguntas como falei, mas tem, por

exemplo, local onde ocorreram os fatos, dependências do exército, marinha, da aeronáutica, nome de filhos, filiação. E se a pessoa por exemplo ela falava, porque a pessoa poderia depor sobre a violação que ela sofreu e também sobre violações que ela testemunhou. Cada pessoa que ela citava, a gente preenchia um formulário. Então às vezes uma vítima gerava pra gente vinte formulários, trinta formulários. Porque, às vezes, as pessoas que foram presas ficaram bastante tempo em prisão e tiveram contatos. (comentário 93: 35 min). Por isso que eu falei, fazer algumas adequações. (comentário 94:08 min até 97:32 min).

É porque na Comissão Nacional, certas questões do nosso grupo mesmo, especialmente com a questão da abordagem das vítimas de localizar, entrar em contato, foi algo que a gente levou meses. Até dá pra perceber assim que está dividida por anos a questão dos testemunhos. 2012 tem um número pequeno, ai 2013, aumenta e 2014, tem um boom das audiências e tomadas de testemunho, porque houve isso, a questão da conquista da própria credibilidade do trabalho da comissão, da localização. Porque muitas dessas pessoas, tem uma coisa que eu esqueci de mencionar, por vezes elas reclamavam de uma certa instrumentalização de sua história. Então nós tínhamos medo que de novo, novamente nesse processo a vida delas fosse instrumentalizada, a história. Sim, propósitos mais diversos e efetivamente não acontecia nada. Então por isso são muito desconfiadas, não queriam ir. A grande maioria aceitou, a gente teve um número pequeno de recusa, de pessoas que a gente entrou em contato duas, três vezes e realmente aí não quis aí a gente respeita não quer. Estamos de portas abertas para mudar. A comissão tinha por princípio que até o último dia do funcionamento da comissão ela tomou testemunho. (comentário 99:00 min).

Tínhamos porque nós encerramos o trabalho dia 10 de dezembro de 2014. Dois anos. A princípio foi prorrogado por seis meses, eram 18 meses, foi prorrogado por mais seis meses. Porque a comissão começou em meados de 2012 e foi até 2014.

Algumas coisas, por exemplo, de testemunhos foram levantadas, documentos foram apresentados, mas teve coisas que a gente não teve condições de investigar que daí emendava mais investigações, especialmente estrutura de poder, na localização. (comentário 100: 47 min até 103:00 min).

Mas aí é interessante às vezes ter em mente esse casos, porque na hora de ouvir as pessoas perguntar né, só que você sabia a respeito, conheceu tal pessoa, não conheceu, pra as vezes vem uma informação nova muitas vezes nessa tomada de testemunho. Sim mas é importante registrar essa, uma coisa que a gente frisava muito era isso, a importância da história, de deixar registrado. Dos dois lados. (comentário 104:18)

Alcides: olha eu agradeço muito a você, realmente pela tua vinda a gente está aqui com uma expectativa em relação a isso (...) a gente decidiu fazer. Eu lamento não ter mais gente. No próprio momento que a coisa tomar um pouco mais de corpo dentro da instituição, a ideia é essa (...) os trabalhos. É que o pessoal já está dando com falas contadas, porque já foram feitas várias

apurações (..) repercutiu aqui. E ainda no ano passado nós tivemos a vinda do Valdir, que foi um dos depoentes, e ele veio aqui e fez um longo depoimento para a comissão da verdade. Na época ainda o (...) estava presidindo a comissão e não estava presente porque já estava com problemas de saúde mas o convite ao Valdir foi mantido. Ele veio aqui falou por horas aos conselheiros sobre o trabalho, principalmente sobre aquele período do (...) que foi o reitor que trouxe a pessoa pra cá e que deu origem principalmente ao episódio dos médicos, das demissões. Então esse é o episódio mais relevante do ponto de vista daqui da organização dos professores da época. Mas o que a gente apurou um pouco na comissão foi o que a gente pôde perceber, ver que realmente a repressão incidiu mais sobre os estudantes. Tem um caso de um professor, um japonês, (..) que foi um caso que (...) que mostra os vínculos, as agressões e principalmente este período de poeira (comentários ao fundo 110:48 min).

No relatório da comissão da verdade tem um capítulo específico sobre perseguição às universidades, também acho que pode ser interessante. Eu esqueci de citar também era também uma que eu ouvi que era professora da UEL. No caso era ela da fisioterapia, está disponível a transcrição dela, professora Roberta, do departamento de fisioterapia. O pai dela foi morto no Chile. Eles estavam exilados no Chile, no episódio do estádio nacional, quando houve o golpe no Chile de Pinochet. Acho que é Roberta Romaniolo. E ela era criança, ela lembra que o pai dela é desaparecido, o corpo dele não foi localizado ainda. E ela é professora hoje daqui da UEL, mora aqui em Londrina. E acho que talvez é interessante também, porque ela foi um desses depoimentos dessas consequências, do que é crescer no exílio, do que é ter um pai desaparecido, ela e a mãe depois acho que viveram na França exiladas. Depois do Chile elas foram levadas acho que pelo "Akinura" ou Cruz Vermelha pra França. Romaniolo, está transcrito também na CNV e ela é do departamento de fisioterapia. Esse que também é parte dessa época das crianças, do que é.

#### Resumo do depoimento de Tsutomu Higashi para a Comissão Estadual da Verdade do Paraná

Resumo Oitiva Dr. Tsutomu Higashi No começo da década de 1970, após terminar sua residência no curso de medicina, dr. Higashi se muda para Londrina com o intuito de lecionar. Em 1972 passa em concurso público e assume a cadeira de "Patologia Aplicada" na Universidade Estadual de Londrina. Algum tempo depois o até então reitor da universidade, Ascêncio Garcia Lopes é substituído por Oscar Alves. O novo reitor logo demite Vanoly Acosta, na época diretor do Centro de Artes e Comunicação da Universidade, o próprio dr. Higashi e aproximadamente mais dez pessoas. Todas as demissões foram feitas sumariamente, sem crivo do diretor de departamento ou do Conselho Estudantil,

foram demitidos com base na CLT mesmo sendo funcionários públicos. Especificamente no caso do Dr. Higashi, houve por parte da reitoria uma justificativa para sua demissão: alegaram que o médico avariava os instrumentos e aparelhos da instituição, levava os exames e análises para sua clínica particular onde realizava-os e por estes cobrava. Segundo o clínico, o que acontecia na realidade, era que pelo sucateamento dos aparelhos da UEL e a falta de condições financeiras de algumas pessoas, realizava estes exames em sua clínica e jamais cobrou algo por eles. Não cometeu golpes, apenas realizou favores a conhecidos necessitados. Ao opor-se às demissões, o diretor do departamento Nelson Rodrigo dos Santos, foi demitido assim como também preso e torturado. Além da demissão arbitrária, o dr. Tsutomu teve a defesa de sua tese de doutorado cancelada pelo reitor, esta que já estava pronta e havia sido apresentada para a banca. Toda a tese foi cassada. Contribuiu com doações para um jornal "subversivo" da região, motivo o qual considera ter sido a real razão para sua demissão. Entre os anos de 1972 após sua demissão e até aproximadamente 1976, o doutor Higashi recebia semanalmente ligações de um então Tenente do Exército de Apucarana, o qual o ameaçava e ridicularizava. Sempre que se candidatava a empregos era recusado, pois na época todos os empregadores deviam exigir certidão negativa do DOPS a qual não possuía por ser fichado como "participante" de passeatas e movimentos subversivos. O professor Tsutomu Higashi considera-se um homem técnico, o qual nunca ligou para questões políticas mas ainda assim, teve o sonho de ser educador ceifado.

Depoimento do Prof. José Luis da Silveira Baldy para a Comissão Estadual da Verdade do Paraná

A DITADURA MILITAR NA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA NO PERÍODO DE 1975 A1986: EPISÓDIOS DA IMPOSIÇÃO DO ARBÍTRIO NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO EM 1979  
NECESSIDADE DA CRIAÇÃO DA COMISSÃO DA VERDADE DA UEL

José Luís da Silveira Baldy\* - Prof. Titular aposentado (1971-1988) do Departamento de Clínica Médica do Centro de Ciências da Saúde da UEL.

Este é o depoimento de um professor aposentado da UEL que, como docente do Curso de Medicina, viveu e participou da história dessa Universidade no período de 1971 a 2008. O principal objetivo deste artigo é estimular a Comunidade Universitária, sob a liderança do SINDIPROL/ADUEL, a constituir a Comissão da Verdade da UEL, com a finalidade de fazer o registro da intervenção direta e indireta da Ditadura Militar (1964-1985) na história da UEL - tendo acesso aos documentos de todos os órgãos da instituição e a informações registradas em decretos, boletins e jornais da Reitoria, dos Centros, dos Departamentos, e de todas as outras unidades administrativas, assim como a informações documentadas em publicações das associações docentes (ADHUEL e ADUEL) e de funcionários (APUEL e ASSUEL), do PROL e do SINDIPROL, de alunos e do Diretório Central dos Estudantes da UEL (do jornal

"Poeira", em particular) e a notícias publicadas na imprensa local e nacional, a que se acrescentarão os relatos obtidos de depoimentos colhidos de docentes, ex-docentes, funcionários, ex-funcionários, ex-alunos e pessoas da comunidade que tenham tido alguma participação direta ou indireta na administração ou na implantação da Universidade Estadual de Londrina, ou, mesmo, algum vínculo histórico com a Instituição..

Com a criação da Faculdade de Medicina do Norte do Paraná, cujo primeiro curso teve início em 1967, seu Diretor, o médico Ascêncio Garcia Lopes, passou a dedicar-se ao trabalho de coordenação do grupo que promoveu a unificação das cinco Faculdades existentes no município e a criação da Universidade Estadual de Londrina, cujo Decreto de Criação do Governo do Estado do Paraná é de 28 de janeiro de 1970, e o Decreto de Reconhecimento do Ministério da Educação é de 7 de outubro de 1971. O primeiro Reitor da Universidade Estadual de Londrina (UEL) foi o Dr. Ascêncio Garcia Lopes (1970-1974). Sua atuação, tanto como Diretor da Faculdade de Medicina do Norte do Paraná e Reitor da UEL, foi extraordinária; sua competência, dedicação e sabedoria no exercício desses cargos ainda estão por ser devidamente reconhecidas pelo Município de Londrina e pelo Estado do Paraná. Pode-se afirmar, sem qualquer vacilação, que o planejamento, a construção e o funcionamento da UEL se devem à liderança, ao esforço criativo e à capacidade executiva desse homem excepcional: Dr. Ascêncio Garcia Lopes. A Comissão da Verdade deve colocar entre seus primeiros e prioritários objetivos a exigência da concessão a ele, por parte do Conselho Universitário, do título de "Professor Honoris Causa" (ou de título correspondente, para um ex-Reitor) e a premência, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, da construção, na entrada do Câmpus Universitário da UEL, de uma estátua do primeiro Reitor - o mais esclarecido, notável, desprendido e justo de todos os reitores que estiveram no comando da Universidade Estadual de Londrina: Dr. Ascêncio Garcia Lopes. Em plena ditadura militar, o Dr. Ascêncio admitiu como docentes da UEL vários professores que tinham sido cassados no primeiro momento de atuação arbitrária do golpe militar de 1964, entre os quais, no Curso de Medicina, os Professores Doutores Samuel Pessoa e Luiz Rey. Nunca exigiu o famigerado "Atestado de Bons Antecedentes (políticos)" dos professores da UEL contratados durante o seu mandato. Os outros reitores da UEL do período em que se incluem os temas de interesse deste artigo serão denominados de: segundo reitor (1974-1978), terceiro reitor (1978-1982) e quarto reitor (1982-1986). Caberá à Comissão da Verdade da UEL, além de divulgar os seus nomes e descrever pormenores de suas biografias, analisar os mecanismos políticos, de favorecimentos pessoais e de compadrio utilizados pela reitoria para a escolha das pessoas que participavam da composição do Conselho Universitário, para respaldo e aprovação das decisões do seu interesse. O mandato do segundo reitor caracterizou-se pelos arranjos burocrático-institucionais que facilitassem a implantação das medidas discricionárias - sob o patrocínio e a proteção da ditadura militar que, desde 1964, submetia a população brasileira ao seu poder despótico e repressivo -, não só no decorrer do período de 1974 a 1978, mas sobretudo aquelas executadas servilmente pelo

terceiro reitor. O quarto reitor, já numa fase em que a sociedade civil estava alcançando forças e organização para dar fim aos vinte anos de ditadura militar, teve que exercer um mandato hesitante, reticente, cheio de cautelas - quase envergonhado -, no qual lhe foi difícil, quase penoso, sustentar a lealdade que devia aos dois colegas que o precederam na reitoria, cujos princípios e ideias sempre comungara e defendera. Os episódios a que pretendemos dar ênfase ocorreram, fundamentalmente, no Hospital Universitário de Londrina - cujo nome o segundo reitor tinha modificado, sem consultar a comunidade docente do Centro de Ciências da Saúde, nem seus funcionários e alunos, para Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, com o objetivo de respaldar e abrir o leque de suas ambições políticas, logo conquistadas: secretário estadual de saúde e bem estar social do Estado do Paraná (1979-1982) e deputado federal pelo Paraná (1983-1987). Esse reitor foi quem criou e implantou a Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI) - atuante no período de 1975 a 1982 -, centro de delação e de registro em fichários do nome de pessoas (tanto da comunidade interna como da comunidade externa da UEL) que, segundo os critérios de seus funcionários (alcaguetes, "arapongas", espiões etc.), sob a coordenação da reitoria, eram considerados "esquerdistas" ou "comunistas". Essas informações eram repassadas a "órgãos de segurança" do governo estadual e federal, inclusive ao Serviço Nacional de Informações. Há provas de que, nesse período, a AESI enviava seus espiões a todos ou a quase todos os eventos políticos e comunitários realizados não só em Londrina, mas em outras cidades do Paraná. Em 10 de março de também sem nenhuma consulta 1979, prévia aos departamentos, aos funcionários e aos alunos do Centro de Ciências da Saúde (CCS), o terceiro reitor nomeou como diretor-superintendente do Hospital Universitário o coronel da reserva e médico Rubens Passerino Moura, importado de Curitiba ad hoc (designado para exercer determinada tarefa). Já adestrado, com a cabeça industriada para exercer missão adrede concertada, o coronel Passerino - sem nunca ter visto antes os professores que passou a achincalhar - assumiu o cargo e começou a adotar medidas arbitrárias e atrabiliárias, logo pondo em vigência um regimento interno do HU por ele mesmo redigido, na solidão despótica dos insanos. Viu-se autorizado a interferir em condutas médicas, a expulsar de sua sala docentes que coordenavam importantes serviços do hospital e a divulgar listas com nomes de docentes sob ameaça de exclusão da Universidade. Logo ficou claro que as medidas estapafúrdias do coronel Passerino constituíam apenas o prenúncio de decisões já engendradas pela reitoria, que viriam a ganhar forma nas portarias assinadas pelo terceiro reitor, que veio a público na manhã do dia 3 de abril de 1979, determinando a demissão sumária de cinco docentes (todos doutores em Medicina), quatro do Departamento de Cirurgia e um do Departamento de Pediatria do CCS da UEL. Às 11 horas do mesmo dia 3 de abril, 61 docentes do CCS (dos cursos de Medicina, Enfermagem e Farmácia e Bioquímica, ministrados nas dependências do HU) participaram de assembleia para discutir o ato da reitoria, pelo qual eram demitidos arbitrariamente cinco ilustres professores do curso de Medicina da UEL. Na primeira parte dessa reunião, muito tensa, decidiu-se fundar a Associação de Docentes do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná (ADHUEL), elegendo-se por votação

direta a primeira diretoria: - Presidente: Dr. Aloysio Ribeiro Lima; - Vice-Presidente: Dra. Eliana Christina Figueiredo Wanderley; - Primeiro Secretário: José Luís da Silveira Baldy; - Segundo Secretário: José Eduardo Siqueira; - Primeiro Tesoureiro: José Luiz Ketzer de Souza; - Segundo Tesoureiro: Oswaldo Yokota. Para o Conselho Deliberativo foram eleitos os docentes Ana Irma Rodrigues, Eduardo de Almeida Rego Filho e Luiz Carlos Jeolás. Em seguida, depois de numerosos pronunciamentos, a Assembleia decidiu decretar greve dos docentes do CCS por tempo indeterminado, fazendo-se publicar, no dia 4 de abril, na Folha de Londrina, um "Esclarecimento ao Público" (Quadro Único). Aderiram à greve posteriormente mais 30 docentes do CCS que não tinham participado da assembleia. Ato contínuo, também decretaram greve todos os 54 médicos-residentes do HURNP e os 380 estudantes de Medicina da UEL (inclusive os 120 internos). O lema do movimento foi "Verdade e Justiça". A greve teve como quartel-general a sala de reuniões da diretoria da Associação Médica de Londrina, na Praça 1º. de Maio, no centro da cidade, cedida com gentileza pelo seu Presidente, Dr. Alexandre Fragoso da Costa. Todos os esforços possíveis foram feitos para que o terceiro reitor reconsiderasse sua decisão de demitir os cinco docentes. Foram realizados todos os tipos de contato com personalidades locais, civis e religiosos, vereadores, deputados e, inclusive, com o Secretário de Educação do Estado do Paraná, Edson Machado de Souza. Muitos contatos, em busca de ajuda e apoio, para que o reitor revogasse as demissões, também foram efetivados com autoridades civis e militares de outros estados. Uma comissão de docentes foi enviada a Brasília. Ressalte-se que o grupo de grevistas do Hospital Universitário não teve apoio oficial de nenhum centro ou departamento com sede no Câmpus Universitário, nem de estudantes, excetuando os do curso de Medicina. Faça-se justiça: o único docente da UEL com atividade fora do Hospital Universitário a aderir publicamente à greve foi a Professora Doutora Yoshiya Nakagawara, do curso de Geografia. A greve encerrou-se em 10 de maio de 1979, 37 dias depois de sua deflagração, sem que o terceiro reitor revogasse as portarias em que expulsava sumária e arbitrariamente da Universidade Estadual de Londrina os cinco docentes do CCS. Apesar da frustração de não termos conseguido a readmissão desses professores, a ADHUEL continuou sua luta pela redemocratização da Universidade que tínhamos ajudado a construir, a começar pela restauração do respeito e da dignidade da carreira docente. O espírito democrático com que a UEL fora fundada por Ascêncio Garcia Lopes e que usufruiu nos primeiros quatro anos de seu funcionamento, precisava ser restaurado. Havia-se cravado um registro histórico: com a criação e as lutas da ADHUEL em defesa da Verdade e da Justiça, tendo início em Londrina a mobilização organizada dos docentes do ensino superior no Estado do Paraná. Em nossa cidade, a ADHUEL serviu de motivação para que fosse criada, em 1981, a Associação de Docentes da Universidade Estadual de Londrina (ADUEL), cujo primeiro presidente foi o Professor Dr. Luiz Reynaldo Figueiredo Walter, do curso de Odontologia do CCS. Mais tarde, em 1983, ocorreu a fusão de ADHUEL e ADUEL, com a consequente extinção da primeira. Com a unificação das duas entidades, congregando os docentes do Câmpus e do HU, a ADUEL - depois de promover em 1985 dois Fóruns de Debates sobre a nossa Universidade - constituiu a

Comissão Organizadora da primeira eleição direta para Reitor (cujo apoio foi negado pelo quarto reitor, cujo mandato se arrastava para seu melancólico desfecho), tendo sido eleito e empossado em 1986 o Professor Jorge Bounassar Filho. Iniciava-se nova fase, sob o primado das liberdades democráticas, da história da Universidade Estadual de Londrina. Ao fim deste relato, é imperativa a necessidade de registrar que no restante do mandato do terceiro reitor continuou a prevalecer na UEL o modelo administrativo imposto pela ditadura militar e adotado pela reitoria; o autoritarismo e as arbitrariedades não foram imediatamente atenuados ou suprimidos, mantendo ainda, durante alguns anos, seu vigor repressivo e irracional, de que resultaram as demissões por motivos pessoais ou nunca justificados de vários docentes de alto nível do CCS e outros centros de estudo da UEL, assim como de funcionários que se opunham aos obstinados desmandos do reitor. Essas, no entanto, são outras histórias, cujas circunstâncias e pormenores deverão ser investigados, alinhavados e publicados pela Comissão da Verdade da Universidade Estadual de Londrina.

Quadro Único - Anúncio publicado pela ADHUEL na página 5 da "Folha de Londrina" em 4 de abril de 1979.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE LONDRINA ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO A Associação dos Docentes do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, em reunião realizada em 3/4/79, em vista dos graves fatos que vêm ocorrendo nesse hospital, já divulgados pela imprensa, desde a posse do coronel-médico Rubens Passerino Moura, como diretor-superintendente, e que culminaram com a demissão sumária através de portarias assinadas pelo Reitor da Universidade Estadual de Londrina, (...), dos cinco docentes e médicos de elevado conceito, (...), decidiu decretar greve imediata, com suspensão completa das atividades didáticas e parcial das atividades assistenciais aos doentes, até que sejam atendidas todas as condições impostas, entre outras: a) Readmissão dos docentes punidos; b) Demissão do diretor-superintendente coronel-médico Rubens Passerino Moura; c) Demissão do diretor-clínico, (...); d) Revogação do ato executivo do Vice-reitor em exercício, que aprovou o Regimento Interno vigente. Esclarecemos ao público que os docentes continuarão atendendo o Pronto Socorro e dando assistência a todos os pacientes internados, limitando-se a paralisação do atendimento exclusivamente aos casos de ambulatório. Contando com a compreensão e o apoio da Opinião Pública, comprometemo-nos a mantê-la informada dos desdobramentos desta crise. A DIRETORIA DA Associação de Docentes do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná



### **Registro da doação do acervo de Joana D'Arc Lopes ao NDPH UEL, pela CVUEL, em 18/11/2016.**

Integrantes da Comissão da Verdade da UEL (CVUEL) entregaram nesta sexta-feira (18) para o Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NDPH), antigo CDPH, parte do acervo pessoal da professora aposentada Joana D'Arc Bizzotto Lopes. O acervo vai servir como material de consulta e pesquisa sobre os anos da Ditadura Militar. Os documentos foram recebidos pelo diretor do NDPH, professor Márcio Santana. A professora Joana D'Arc Bizzotto Lopes, figura na lista dos personagens que resistiram à ditadura militar, na década de 70. Natural de São Paulo, a professora se transferiu para Londrina. Ela foi contratada para lecionar na UEL, no então Departamento de Artes, em 1972. Ela lecionou na instituição até 1975, na área de teatro. Posteriormente, ela também trabalhou na Folha de Londrina, onde permaneceu até 1978, e acabou se desligando em razão de censura e perseguição políticas. Em Londrina, a professora ainda participou do Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos (1978) e da editoração do jornal Brasil Mulher (1975-1978). Todo o trabalho de resistência da professora está registrado em depoimento dado à Comissão Nacional da Verdade. O presidente da CVUEL, professor Alcides Vergara, do Departamento de Psicologia Social e Institucional, do Centro de Ciências Biológicas (CCB), destacou que, em tempos atuais em que a população pede a intervenção militar é importante mostrar como foi a perseguição e a vida das pessoas que participaram desse período nos anos 70.

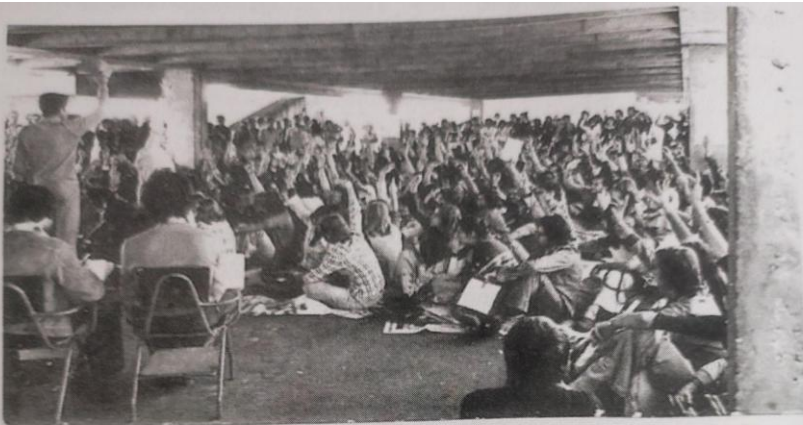








Assembleia dos estudantes da UEL: Fonte: FELISMINO, Tadeu. O tempo do Poeira: História e memórias do jornal e do movimento estudantil da UEL nos anos 1970. Londrina: EDUEL, 2018.



Reunião geral de julho de 1977, no CCH: protesto contra escalada repressiva



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Alunos resistindo à desocupação, via judicial, pela UEL e confisco dos bens do DCE em março de 1981.







Arquivo Folha de Londrina

A milícia particular do reitor de Londrina: 62 soldados e um perfeito serviço de informação

## LONDRINA

# Já estão querendo fabricar subversão

Tudo porque na região o MDB ganha longe da Arena

Nunzio Briguglio Filho

Londrina é a segunda cidade do Paraná. Célebre por ter-se tornado a capital do café na década de 50, ganhou outro tipo de fama em 1976, quando o Londrina Esporte Clube conseguiu o terceiro lugar no campeonato nacional de futebol. Devia ter parado por lá. Apesar dos tempos de abertura terem chegado ao país, Londrina saiu de 1978 e entrou em 1979 da forma mais violenta possível. José Carlos Pinotti, o reitor da universidade local, num rompante de repressão que parecia esquecido no país, em novembro último ordenou que sua milícia particular invadisse as sedes dos órgãos representativos dos estudantes e, a partir de então, mandou confiscar todo o seu patrimônio e acabou por decretar o fechamento de quase todos os diretórios acadêmicos da cidade.

A ação, como não poderia deixar de ser, está sendo respondida pelos estudantes da forma possível. Faz dois meses que eles montam vigília cívica na única sede que lhes sobrou, a do Dire-

tório de Odontologia, localizada fora do campus e agora transformada em Diretório Central. Por que tudo isso aconteceu? O episódio e suas conseqüências apenas refletem as confusões do esquema político montado pelo governo do Estado do Paraná na região que tem por centro a Universidade Estadual de Londrina.

Toda essa região, chamada de Norte Novo, é predominantemente emedebista. Nas últimas eleições, por exemplo, José Richa, o candidato da oposição ao Senado, obteve mais de 70% dos votos contra Túlio Vargas, arenista de Maringá, localizada nas proximidades. Dos sete deputados federais eleitos por lá, cinco são do MDB e apenas dois da Arena (sendo que um deles é o ex-governador Paulo Pimentel, de base eleitoral em Curitiba).

**A volta de Ney.** O predomínio da máquina emedebista, aliás, vem de longe. Iniciou-se na gestão do prefeito Dalton Paranaíba, eleito em 1968, e atingiu seu ápice na administração José Richa (1972-76). Foi apenas no final de 1974 que o governo acordou para o problema. Na época, depois de oito anos de ostracismo político, o ex e futuro governador Ney Braga passou a ocupar o Ministério da Educação e Cultura. E, de

Brasília, Ney começou a governar o Paraná, muito embora Jayme Canet ocupasse oficialmente o posto em Curitiba. Uma das primeiras atitudes de Ney Braga: levar o médico ginecologista Oscar Alves, seu genro, para a reitoria da Universidade Estadual de Londrina. Objetivo: transformá-la no único reduto político do governo na região.

Ascêncio Garcia Lopes, predecessor imediato de Oscar Alves, lembra-se com detalhes de como a máquina de Ney Braga conseguiu garantir sua indicação: "Dois meses antes das eleições recebi um ofício da Secretaria da Educação colocando o Oscar, até então um mero professor-assistente de ginecologia, no Conselho Universitário. A princípio, ninguém entendeu nada. Logo depois, porém, alguns membros, ligados ao Ney, passaram a fazer pressão no colégio. Tem que ser o Oscar, diziam, senão a universidade não terá nem o apoio do Estado nem do ministério".

**Mediocridade.** Originário do Partido Democrata Cristão, que entre tantos frutos deu José Richa e Ney Braga, Oscar Alves sempre foi considerado um radical, "um homem do oito ou oitenta", a ponto de em 1966 não hesitar em apoiar Franco Montoro para a executiva nacional contra o próprio Ney.

Uma vez na reitoria, Oscar Alves cuidou de colocar quase toda a sua família (cerca de quinze pessoas, segundo levantamento feito por um funcionário da universidade) em cargos e missões como a assessoria de assuntos internacionais e a prefeitura universitária. Além disso, não houve filiado à Arena que ficasse sem emprego. Curiosidade: embora médico, e talvez por isso mesmo, ele de imediato encontrou enorme opo-



siação nos departamentos ligados à saúde (medicina, farmácia, odontologia e afins). O professor Ascêncio Garcia Lopes, um médico bastante prestigiado na cidade, logo no início da administração de seu sucessor denunciou que a universidade estava se descaracterizando: "Tornou-se mediocre em tudo, no trato com a comunidade, os professores e assim por diante".

Segundo Garcia Lopes, o reitor Oscar Alves instalou o medo e o terror na universidade, principalmente nos seus órgãos representativos: "Se não fizer como eu quero", ele ameaçava, "falo com meu sogro". Enquanto isso, para se garantir ainda mais, quis implantar um regimento interno que dava à reitoria, por exemplo, poderes para punir saias muito curtas, escapamentos abertos e outras preciosidades.

Seu projeto de código disciplinar foi recusado pelo Conselho Universitário, graças ao trabalho do professor Nelson Rodrigues dos Santos, da área de saúde. Este, porém, mais tarde foi preso dentro do *campus* sob a acusação de tentar reorganizar o PCB.

**Tiro na testa.** Infiltração comunista, eis outra obsessão de Oscar Alves. Para contê-la, ele instituiu uma milícia particular de 62 integrantes, que andavam armados e fardados. Um dia, provocado por um aluno, um desses guardiões da ordem interrompeu uma aula para ameaçá-lo com "um tiro na testa". Simultaneamente, Oscar Alves organizou um serviço de informações extremamente complexo, incluindo dossiês de todos os alunos e professores, os quais chegaram à minúcia de computar informações como o estado de gravidez da esposa de um dos mestres, ainda pelo segundo mês. Protestos? Oscar Alves inseriu no regimento um dispositivo proi-

bindo que qualquer membro da comunidade universitária se dirigisse aos órgãos de imprensa comentando sua administração. E a partir daí, sumariamente, passou a demitir os professores que lhe faziam oposição mais veemente. Pior: como a maioria dos alunos da área de comunicações tinha-se empregado nas dez emissoras de rádio e no único jornal da cidade, *A Folha de Londrina*, Oscar Alves marginalizou o curso, alegando que "não atendia à realidade da região".

**Incompetente.** Por uma dessas coincidências fatais, o reitor decidiu punir um professor do Departamento de Comunicações, Oswaldo Coimbra, exatamente na semana em que se realizava, na cidade, um encontro nacional de jornalistas. Conseqüência: seus desmandos acabaram publicados na imprensa de todo o país. Reanimados, os estudantes decidiram organizar-se. E promoveram um ato público para o dia exato em que Oscar Alves daria posse a seu sucessor, José Carlos Pinotti. Mais de 5 mil pessoas concentraram-se no centro da cidade. E da manifestação saiu uma greve geral contra Pinotti, o qual conseguiria a mágica de ser considerado, na universidade, mais desagradável e incompetente do que o próprio Oscar Alves. Conta Ascêncio Garcia Lopes: "Era um planejador de papelzinho. No meu tempo,

não o suportei mais do que um mês". Como Pinotti chegou à reitoria? Graças a uma série de engenhosas manobras de Oscar Alves (a quem chegara a servir até mesmo como guarda-costas).

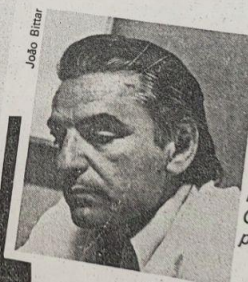
Pinotti, 33 anos, é o mais jovem reitor do país. Apesar da idade, porém, costuma ser ainda mais intolérante com os estudantes. Depois de um início de administração tranqüilo e sem grandes empecilhos, passou a exigir dos universitários um rigor absurdo na prestação de contas de seus diretórios — sem falar que, embora obedecidas todas as suas exigências, não hesitou em denunciar de público "a malversação dos recursos estudantis". Provas? Por exemplo, uma nota fiscal referente à compra de um disco de Roberto Carlos, "transação ilegal", segundo Pinotti.

Dai à rejeição das contas e à conseqüente mobilização dos estudantes foi um passo. Como foi depois de outro passo que Pinotti ordenou, logo em seguida às eleições parlamentares de 1978, a invasão dos diretórios estudantis. Entre o material "subversivo" que sua milícia apreendeu figuravam exemplares de ISTOÉ.

**As repercussões.** A invasão provocou imediatas repercussões na imprensa nacional — e isso gerou pânico na reitoria. Pinotti reagiu denunciando todos os correspondentes de jornais do Rio e de São Paulo como, também, subversivos. Ou melhor, fazia isso de público. Em contato pessoal, porém, com o enviado de ISTOÉ, preferiu oferecer-lhe um emprego. (O enviado não aceitou.)



João Bitnar



João Bitnar

Alves beija a mulher; na foto da esquerda, Pinotti, o sucessor "incompetente"; na da direita, Garcia, o primeiro reitor

Arquivo Folha de Londrina



No dia 15 de março, quando serão reabertos os trabalhos da Assembléia Legislativa do Paraná, os deputados apreciarão um requerimento de 6 mil assinaturas pedindo a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito visando apurar as razões da invasão e do confisco do patrimônio dos estudantes. Enquanto isso, em outro prédio, também em Curitiba, distante da Assembléia Legislativa pouco mais de 50 metros, o novo governador do Paraná, Ney Braga, tomará posse no Palácio Iguazu, junto com seu genro, levado agora à Secretaria da Saúde.

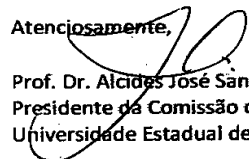
Pedido da CV-Uel à OAB - Londrina para ratificação do nome de seu representante como membro da comissão.

Londrina, 09 de dezembro de 2015.

Prezado Sr. Artur Humberto Piancastelli

Vimos por meio desta convidar a OAB de Londrina e também solicitar a ratificação do nome do Advogado Paulo Magno Cícero Leite (representante da Comissão de Direitos Humanos) para participar como membro da Comissão da Verdade da Universidade Estadual de Londrina instituída pelo Conselho Universitário em 16 de novembro de 2015.

Atenciosamente,

  
Prof. Dr. Alcides José Sanches Vergara  
Presidente da Comissão da Verdade/Uel  
Universidade Estadual de Londrina

NOTIFICO O ADVOGADO PAULO  
MAGNO CÍCERO LEITE PARA RE-  
PRESENTAR A OAB LONDRINA NA  
REFERIDA COMISSÃO.

LOND, 9 DE DEZEMBRO 2015.

  
Artur Humberto Piancastelli  
Presidente